

Luiz Duarte Haele Arnaut

VERSAR A LIBERDADE, DESCONSTRUIR A MONARQUIA
Representações Políticas nos Poemas da Campanha Republicana na
Imprensa da Corte (1870-1889)

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Belo Horizonte
2015

Luiz Duarte Haele Arnaut

VERSAR A LIBERDADE, DESCONSTRUIR A MONARQUIA
Representações Políticas nos Poemas da Campanha Republicana na
Imprensa da Corte (1870-1889)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas
Gerais como requisito parcial à obtenção do título
de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Belo Horizonte
2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Fafich – UFMG

981.05

A745v
2015

Arnaut, Luiz

Versar a liberdade, desconstruir a monarquia [manuscrito]
: representações políticas nos poemas da campanha
republicana na imprensa da corte (1870-1889) / Luiz Duarte
Haele Arnaut. - 2015.

392 f.

Orientador: Luiz Carlos Villalta.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. História – Teses. 2. Imprensa – Séc. XIX – Teses. 3.
Brasil – História- Até 1889- Teses. I. Villalta, Luiz Carlos,
1962-. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Tese defendida pelo aluno **Luiz Duarte Haele Arnaut** em **06 de abril de 2015** e **aprovado**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta – (Orientador) UFMG
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Regina Horta Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Andréa Lisly Gonçalves - UFOP
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira - UERJ
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Sérgio Alcides Pereira do Amaral - UFMG
Universidade Federal de Minas Gerais

Agradecimentos

Este trabalho resulta de uma jornada na qual acumulei dívidas com muitas pessoas. O apoio e a colaboração delas foram fundamentais para o término desta tese. Deixo aqui meus agradecimentos:

a Luiz Carlos Villalta, pela orientação, incentivo e interlocução ao longo dos anos;

a Renata Moreira, pelo apoio, incentivo e parceria.

a Regina Helena Alves da Silva, pelo companheirismo, apoio e estímulo;

aos amigos Valteir e Kelly, pelo apoio e companheirismo de longa data;

aos integrantes do GETHL, pelas proveitosas reuniões de discussão e aprendizado;

a Sarah Alves Miattelo, pela ajuda na organização do material;

aos ex-alunos e colegas de ofício, que acompanharam de perto a confecção do trabalho;

ao Programa de Pós-Graduação em História da Fafich-UFMG;

a Regina Horta Duarte e Sérgio Alcides pelas contribuições e sugestões quando do exame de qualificação;

à Biblioteca Nacional, pelo acesso aos jornais;

à Pró-Reitoria de Pós-Graduação pela BIC que contribuiu para o término da pesquisa;

aos colegas do Departamento de História, pelo apoio;

a meus filhos por serem quem são.

Dedico este trabalho a

Renata,

Gabriel,

Lígia

e

Laís.

Resumo

Esta tese tem como objeto de estudo a publicação e veiculação de poemas em jornais e periódicos na Corte entre os anos de 1870 e 1889 como parte da campanha republicana no Brasil. Interessa-nos analisar como esses poemas contribuíram para a desconstrução da legitimidade monárquica.

Os poemas publicados nos jornais enunciavam as virtudes do governo republicano, ao mesmo tempo em que denunciavam os vícios e imperfeições da Monarquia e do monarca. A existência desses poemas revela uma estratégia de divulgação da bandeira republicana e de ampliação do número de adeptos da República. Por outro lado, indica também uma preocupação em atingir e envolver uma parcela da população que não se mobilizava com as análises teóricas da política.

A veiculação de críticas políticas na forma de poemas foi uma prática corrente no Império. Paralelamente às denúncias das condições políticas e sociais sob a Coroa, encontramos aquelas que colocavam a Monarquia em questão, que defendiam sua substituição pela forma republicana de governo.

Os poemas contribuíram para a corrosão da legitimidade monárquica e, nesse sentido, para a ausência de manifestações pela sua manutenção quando da Proclamação da República em novembro de 1889.

Abstract

This thesis studies the publication and the distribution of poems in newspapers and periodicals in the Brazilian Court between 1870 and 1889 as part of the republican campaign in the country. It aims to analyze how these poems contributed to the deconstruction of the monarchy's legitimacy.

The poems published in the newspapers enunciated the virtues of the republican government as a model, while denouncing the vices and imperfections of the monarchy and the monarch. The very existence of these poems reveals a strategy for propagating the republican ideals and for enlarging its number of supporters. Likewise, it indicates a preoccupation in reaching and engaging a part of the population, which did not mobilize itself with theoretical analysis of politics.

The distribution of political criticism in poem form was a common practice during the Empire. In addition to the complaints regarding political and social conditions under the Crown, there were those that called the monarchy itself into question, advocating its replacement by the republican form of government.

The poems contributed to the corrosion of the monarchy's legitimacy and therefore to the absence of demonstrations in its support when the republic was proclaimed.

Sumário

<u>Introdução.....</u>	<u>9</u>
<u>I. Questões teóricas e historiográficas.....</u>	<u>14</u>
<u>Republicanos.....</u>	<u>14</u>
<u>Tópicos republicanos.....</u>	<u>17</u>
<u>Antimonarquistas.....</u>	<u>22</u>
<u>Em torno da Proclamação.....</u>	<u>28</u>
<u>Cidadãos de farda e Casacas.....</u>	<u>39</u>
<u>O 15 de novembro e a não participação popular.....</u>	<u>51</u>
<u>Uma política da escrita.....</u>	<u>56</u>
<u>Os jornais.....</u>	<u>71</u>
<u>II. Os poemas da política.....</u>	<u>82</u>
<u>Versando o descontentamento: as críticas sob o Império.....</u>	<u>91</u>
<u>“Só o pobre é sacrificado”.....</u>	<u>95</u>
<u>“Do ministério nefasto”.....</u>	<u>113</u>
<u>“Sede rei mas sede irmão!”: as críticas ao Império.....</u>	<u>125</u>
<u>III. “O peso dos tiranos”.....</u>	<u>137</u>
<u>Povo soberano.....</u>	<u>138</u>
<u>“A chaga que se chama fome”.....</u>	<u>144</u>
<u>“No fogo da corrupção”.....</u>	<u>146</u>
<u>“Os dois prisioneiros”.....</u>	<u>150</u>
<u>“Medonha estação”.....</u>	<u>155</u>
<u>“O jugo do infamante despotismo”.....</u>	<u>157</u>
<u>“Terrível noite”.....</u>	<u>167</u>
<u>“Não mais do povo os gemidos”.....</u>	<u>171</u>
<u>IV. Economia do tempo histórico.....</u>	<u>178</u>
<u>Conclusão.....</u>	<u>204</u>
<u>Referências.....</u>	<u>211</u>
<u>Fontes Primárias.....</u>	<u>211</u>
<u>Fontes secundárias.....</u>	<u>212</u>
<u>Referências teóricas.....</u>	<u>214</u>
<u>Anexo 1: Relação nominal dos poemas localizados.....</u>	<u>219</u>
<u>Anexo 2: Relação nominal dos jornais consultados.....</u>	<u>223</u>
<u>Anexo 3: Tabela – Poemas por periódico e data.....</u>	<u>225</u>
<u>Anexo 4: Poemas utilizados na análise.....</u>	<u>228</u>

*Imaginemos. É o que os historiadores
sempre se veem obrigados a fazer.*
Georges Duby

*Fictionalizing begins where knowledge leaves off,
and this dividing line turns out to be the
fountainhead of fictions by means of which we
extend ourselves beyond ourselves.*
Wolfgang Iser

*Eu dou golpes nos costumes
E cuidam que é nas pessoas.*
Nicolao Tolentino

Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo a publicação e veiculação de poemas em jornais e periódicos na Corte entre os anos de 1870 e 1889 como parte da campanha republicana.

O marco inicial tem como justificativa ser o ano da publicação do Manifesto Republicano, através do qual se colocou publicamente em questão a existência da monarquia e se propôs a instauração da república no Brasil. A partir dessa iniciativa, é possível perceber tanto ações no sentido de inscrever a discussão sobre a forma de governo na agenda política, quanto atuações para que esta questão se tornasse pública. A constituição de um grupo político, a publicação de seu manifesto inicial e a publicidade daí decorrente nos parecem suficientes para justificar esta baliza.

O marco final se justifica por ser o ano da Proclamação, quando a República deixa de ser uma proposição e não mais se define pela oposição ao governo existente. A partir desse ano, a ideia de república é identificada e definida pelas práticas concretas do governo que aparece e se apresenta como sendo sua implementação. A campanha deixa de ter sentido, uma vez que o objetivo final dos republicanos fora alcançado: o Brasil se tornara uma República.

A campanha pela república no Brasil assumiu muitas formas: manifestos, clubes, agitação, propaganda e jornais.¹ Todas essas configurações pretendiam explicitar, definir e defender a ideia republicana e a proposição de que ela seria o formato mais adequado de governo para o Brasil. A documentação relativa a essas instituições e manifestações oferece, do ponto de vista do analista, a grande vantagem da origem comum. Ou seja,

¹Ver, entre outros: ALBUQUERQUE, Medeiros de. *Quando eu era vivo...*— Memórias 1867 a 1934. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1942; BOCAIUVA, Quintino. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. 2 vs.; HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. T. II, v. 5; JARDIM, Antonio da S. *Propaganda Republicana*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1978; JOSÉ, Oiliam. *A Propaganda Republicana em Minas*. Estudos Sociais e Políticos. Belo Horizonte, nº 12, FDUFG, 1960; MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007; MENDONÇA, Lúcio de. *A caminho (Propaganda Republicana)*. Rio de Janeiro: Lammert & Cia, 1905; MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. Brasília: Editora UnB, 1985; PESSOA, Reynaldo C. *A Idéia Republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

permite relacionar, de forma direta, um conjunto de ideias e ações a um grupo de sujeitos e/ou instituições que não só divulgaram e promoveram a nova forma de governo, como também foram seus dirigentes. Pela sua própria origem, essa documentação permite traçar claramente como os protagonistas diretos, os integrantes do movimento republicano, concebiam a república. O que a definia, suas vantagens em relação à monarquia, seus limites, suas justificativas, as articulações políticas, as estratégias, os mecanismos de divulgação, entre outros aspectos, são alguns elementos que os manifestos, editoriais e correspondências permitem conceituar com razoável clareza. Em que pese a diversidade, a produção dos militantes e propagandistas permite identificar como a república estava sendo definida, justificada e desenhada pelos seus defensores.

Essa documentação, por se ater aos dirigentes, organizadores e aqueles que trabalham por propagandar a ideia e/ou o movimento, não permite conclusões sobre como os que não participavam diretamente do mesmo pensavam e entendiam a proposta de República. De outra forma: esse material, embora rico, é pouco revelador de *como* a ideia da República era percebida e recebida por um público mais amplo.

Existe, por outro lado, uma farta documentação que, dada a sua dispersão original, tem sido pouco explorada e que, acreditamos, pode contribuir para preenchimento dessa lacuna. Nos diversos jornais que circulavam no Brasil na segunda metade do século XIX, a república apareceu como tema constante. Vários deles se organizavam em torno dessa bandeira, dedicando-lhe inúmeros artigos e editoriais. Além desses, a temática da república foi trabalhada também sob a forma de poemas publicados nos mesmos jornais. Tal material consistia em discurso político-literário dirigido à população, em alguns casos feitos por ela, e pode indicar com maior precisão o entendimento desta acerca da república e da monarquia, como também explicar seu comportamento durante e após a Proclamação.

O que confere unidade a esse *corpus* documental, além do suporte comum (jornais), é o fato de ter sido publicado na mesma conjuntura (final do século XIX) e com a mesma preocupação: interferir e participar da política. Sendo assim, a ideia de que fazem parte da campanha republicana deve ser entendida a partir da perspectiva de que não havia um centro articulador concentrando e orientando as publicações.

Em que pese a unidade apontada, é necessário explicitar a diversidade interna

desse conjunto. Primeiro, seus autores vão desde nomes conhecidos na literatura e/ou cultura brasileira até simples leitores que enviavam colaborações eventuais. Neste sentido, parte destes poemas pode ser vista e relacionada diretamente à propaganda e campanha republicanas. Seriam peças feitas por republicanos para difusão, propagação e convencimento da supremacia da proposta de república e pelo fim da Monarquia no Brasil. Já a parte restante pode ser vista como resultado da campanha. Neste caso, uma parcela dos poemas localizados pode ser atribuída ao sucesso (ou efeito) da campanha, na medida em que expressa e indica a adesão de anônimos à proposta da república. Uma segunda diferença diz respeito à multiplicidade dos jornais que os publicavam, ou seja, o conjunto resulta da consulta e coleta de diversos periódicos, alguns dos quais constitutivos do movimento republicano, outros não. A forma também merece ser citada: localizamos poemas próximos aos cânones acadêmicos, outros de forma mais livre, alguns sérios, sisudos e circunspectos, como também alguns satíricos, divertidos e iconoclastas.

A publicação sistemática dos poemas nos jornais como parte da campanha republicana enunciava as virtudes da proposta, ao mesmo tempo em que denunciava os vícios e imperfeições da Monarquia existente. A existência desses poemas revela uma estratégia de divulgação da bandeira republicana e de ampliação do número de adeptos da república. Se, pela temática, os poemas podem ser aproximados dos demais documentos que têm subsidiado as análises sobre o pensamento republicano no Brasil, sua forma sugere serem outros seus destinatários e a natureza de seu *argumento*. Enquanto manifestos, editoriais, ensaios e brochuras podem ser caracterizados como dirigidos à elite letrada e baseados na argumentação racional, na tradição e fortuna crítica dos filósofos e teóricos da república, o mesmo não pode ser afirmado em relação aos poemas.

O reduzido número de alfabetizados existentes no Brasil, na segunda metade do século XIX, poderia levar à suposição de que o alcance, impacto e eficácia dos poemas republicanos seriam mínimos. No entanto, diversos estudos têm destacado alguns equívocos decorrentes da identificação direta entre alfabetização e capacidade de leitura. Um critério anteriormente utilizado para dimensionar o universo dos leitores foi observar a lista das atas de casamentos, partindo do suposto de que estes seriam os alfabetizados e, portanto, os leitores. Esses estudos identificavam alfabetização às

habilidades de escrita e leitura. Autores como Chartier, Darton e Burke têm questionando essa lógica, a partir de exemplos que evidenciam que essas competências não se dão necessariamente juntas.² Por diferentes motivos, muitos dos que leem não escrevem, o que nos permite afirmar que o número de leitores é superior ao universo dos alfabetizados.

Ao mesmo tempo, os poemas são peças curtas que, pelas suas características próprias (métrica, ritmo e rima), revelam-se como de fácil memorização, quando comparados a artigos e ensaios políticos. Dadas essas características peculiares, podemos supor que os poemas se prestavam à oralização, ampliando o universo de indivíduos por eles atingidos.

Estes poemas deixam transparecer a preocupação em atingir e envolver uma parcela da população que não se mobilizava com as análises teóricas da política. Para tanto, era importante alcançar o sentimento popular, como é possível inferir da *caricatura* sobre Francisco Glicério feita por Lúcio de Mendonça:

Homem de ação mais que inteligência, postava-se ao lado dos jornalistas e dos oradores, dos poetas, dos idealistas e dos letrados, de quantos sabiam a arte de se dirigir ao sentimento popular e à consciência nacional (...)
E a sua palavra singela, convencida, ao nível da inteligência do povo, era como moeda divisionária em que trocava, para a vulgarização, o ouro da doutrina.³

A existência desses poemas decorre da prática dos jornais de dedicar regularmente um espaço para sua publicação e/ou contar com a colaboração sistemática de um poeta. Acrescente-se a isto a concepção da literatura como dotada de uma função cívica.

A literatura era usada pela política, nas campanhas em prol da independência nacional e da abolição da escravatura, ou como arma de excitação do espírito guerreiro (Guerra do Paraguai, campanha de Canudos) e da propaganda republicana. Os gêneros de atividade intelectual mais difundidos eram a oratória, o jornalismo, o ensaio político, a polêmica, e os homens de letras típicos do tempo eram os lutadores, os que reuniam as letras e a política ou a ação pública. A

²CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996; DARTON, Robert. A palavra impressa. In: _____. *O beijo de Lamourette – Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 109-172; e BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.

³MENDONÇA, Lúcio de (Juvenal Gavarni). *Caricaturas Instantâneas* [1896]. Rio de Janeiro: S. A. A Noite, 1939. p. 86.

literatura exercia, assim, uma função cívica, como força de expressão nacionalista.⁴

Há que se considerar, para esta discussão, a proposição de Jacques Rancière, que entende a escrita, a literatura e a poesia como pertencentes à política⁵, bem como percebe o ato escrever como forma de ação e militância.

Assim, tais poemas podem ser entendidos como estratégia de envolvimento da população na campanha pela República, mobilizando diferentes recursos, desde as emoções não pautadas pela lógica até a argumentação racional. Essa produção literária teria, dessa feita, colaborado para dessacralização da monarquia e contribuído para a corrosão de sua legitimidade, conforme as análises contidas em *Idéias em Movimento*, de Ângela Alonso, e *A República Consentida*, de Maria Tereza Chaves de Mello. A presente tese é, em parte, uma interlocução com essas duas análises. Seu diferencial é que, aqui, lança-se mão de fontes até então ausentes na historiografia sobre o fim da monarquia. A investigação se dará, portanto, por meio da análise dos poemas, bem como de sua situação no campo maior de sua performance.

⁴COUTINHO, Afrânio. Prefácio da Primeira Edição (1955). In: _____. *A literatura no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF, 1986. p. 29

⁵Sobre esta relação ver RANCIÈRE, Jacques (Dir.). *La politique des poètes – Pourquoi des poètes en temps de détresse?* Paris: Albin Michel, 1992; RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Edit. 34, 1995; e RANCIÈRE, Jacques. *Política de la literatura*. Buenos Aires: Libros de Zorzal, 2011.

I. Questões teóricas e historiográficas

Republicanos

Nas últimas décadas do Império, os republicanos experimentavam, se comparados aos monarquistas, ao defender suas ideias, uma vantagem ao mesmo tempo que uma desvantagem. Como a monarquia era a instituição vigente, estava mais sujeita às críticas em função dos percalços que enfrentava. As insatisfações sociais quase sempre podem ser canalizadas contra os governos existentes, independentemente de sua responsabilidade por aquilo que gerou o descontentamento – nisto consistia a vantagem.

Os republicanos tinham claramente um alvo para seus ataques, a quem responsabilizar pelas dificuldades e incidentes por que passava a população. A Monarquia, por ser o governo instituído, tornava-se vulnerável às críticas; já a república, por ser uma proposta, estava relativamente imune aos ataques. A participação da Coroa na política, principalmente nas trocas de gabinetes, permitia que as críticas a estes pudessem ser dirigidas àquela. As críticas e investidas políticas dos republicanos podiam ser endereçadas também à pessoa do imperador. As ações e atitudes de Pedro II, bem como dos membros da família imperial, eram tratadas como constitutivas da instituição monárquica e reveladoras da sua incapacidade.⁶ A campanha republicana assumiu, por conseguinte, momentos de ataques pessoais ao monarca, identificado com a senilidade, devaneio e limitação intelectual, e ao seu genro, apontado como um oportunista, sovina, que cobrava pessoalmente os aluguéis dos cortiços de sua propriedade.⁷

Se essa situação conferia aos republicanos vantagem no debate político, o mesmo não ocorria quando pensamos na divisão partidária. Nos anos iniciais da República, é comum encontrarmos referências aos partidos Liberal e Conservador como “antigos

⁶Os monarquistas também identificavam Monarquia e monarca, quando as qualidades da primeira apareciam relacionadas ao imperador, apresentado como intelectual, filósofo e sábio.

⁷“A família de Bragança é, demais, uma família decadente, condenada pelas leis da fatalidade natural. (...) As famílias reais estão, pelo que se observa, condenadas ao raquitismo físico, intelectual, e moral. (...) Não são, em suma, tipos da boa e completa espécie humana, e sim seres imperfeitos, moralmente monstruosos, gastos pelas lisonjas e ouropéis de um mesquinho convencionalismo corruptor...” JARDIM, Antonio da S. A pátria em perigo (Braganças e Orléans). In: _____. *Propaganda Republicana*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1978, p. 57.

partidos monárquicos”. Esta nomenclatura, embora seja procedente, gera certa ambiguidade. Durante a vigência da Monarquia, os partidos existentes até pelo menos 1870 se definiam não em função da forma de governo ou regime, mas em função do liberalismo, em que pese a discussão do significado deste ideário no período. Os partidos eram “monárquicos”, muito mais por não colocarem a monarquia em questão do que por explicitamente transformarem-na em pedra de toque de seu programa. Isto porque a coroa não estava em discussão, as discordâncias e divergências se davam sob o entendimento comum de que a Monarquia era a forma de governo. O que transformava os grupos em partidos rivais eram questões que variavam desde a centralização, o alcance e necessidade de reformas, entre outros, até o nível pessoal através do apadrinhamento político.⁸

A crise de 1868⁹ produziu enorme desgaste ao Imperador e levou à constituição da Liga Liberal e do Clube Radical. Estas organizações inovaram duplamente o debate político no Império. No que diz respeito aos temas, introduziram questões até então ausentes das discussões, como o Senado vitalício, o Conselho de Ministros e a eleição dos presidentes de província. A segunda novidade foi a reedição das conferências públicas de 1848. Os temas da agenda política ganharam publicidade através de conferências abertas ao público.¹⁰

Após 1870, surge um agrupamento que coloca como questão primeira o regime político: o Partido Republicano. Por menor que fosse esta “agremiação” e mesmo que possa ser considerada um “regresso conservador”,¹¹ sua pretensão em mobilizar os

⁸O *Novo Conservador* – Jornal político, Agrícola, Commercial, Noticioso e Litterário, cujo lema era “Justiça Ordem e Legalidade”, seria o melhor exemplo desta situação. Assumidamente conservador, propõe-se a combater e denunciar os integrantes do Partido Liberal a quem chamam de “pseudopolíticos e falsos patriotas”. (Rio de Janeiro. 17 maio 1883. p. 1).

⁹Em 1868, em função da discordância da escolha de Torres Homem para senador, feita por D. Pedro II, Zacarias, chefe de gabinete, renunciou ao cargo. Por ser a Câmara unanimemente liberal, a praxe recomendava que o novo gabinete fosse também liberal. D. Pedro foge às regras tácitas e nomeia um conservador, Itaboraí. A reação da Câmara e dos liberais ao que foi tratado como uma ingerência do poder moderador constituiu a crise no bojo da qual surgem agrupamentos políticos que colocam em questão o “poder pessoal” e mesmo a monarquia. A este respeito ver VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006. Cap. V.

¹⁰CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: _____. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 17-42.

¹¹“Suas propostas [do Clube Radical de 1868] serão cotejadas com as do Manifesto Republicano, com o fim de demonstrar que o republicanismo significou um retrocesso conservador.” CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: _____ e NEVES, Lúcia M. B. P. das. *Repensando o Brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 21. Ver também as páginas 41 e 42 em que o argumento está detalhado.

eleitores e de ganhar eleições, em suma, sua própria existência inscreve na agenda política a questão da forma de governo. Aqueles antigos partidos passam a ser identificados com a Monarquia, diante dos ataques e iniciativas dos republicanos. Ora, nesse embate, há pelo menos dois conflitos: entre o partido liberal e o conservador e destes com o republicano. Isso reduzia ainda mais a capacidade deste último de interferir na agenda ou ocupar posições estratégicas, de produzir as mudanças por ele pleiteadas.

A resistência do Clube Republicano de São Cristóvão em apoiar a candidatura de Bocaiuva nas eleições de 1881 revela a dificuldade do partido contrário ao regime. A questão preliminar que o Clube levantava não dizia respeito ao candidato, a quem declara simpatia e apoio, mas a “se os republicanos deviam concorrer às urnas demonstrando por esse fato aceitar o regímen da lei vigente em virtude da reforma ultimamente adotada pelo parlamento.”¹² A diferença de agrupamentos partidários colocava os republicanos em franca desvantagem no debate político. Um partido sem tradição e com poucos integrantes, com uma bandeira “exógena”, facilmente se tornaria refém dos grandes partidos tradicionais do Império. A julgar pelo argumento de Mendonça a pretexto das eleições de 1880, os republicanos eram atraídos pelos demais partidos nos pleitos eleitorais.

Entendemos (...) que os republicanos devem concorrer às eleições e votar como republicanos.

Votar como republicano é votar em nome republicano.

(...)

O nosso partido tem direito, irrecusável direito, aos nossos votos: empregá-los fora do nosso partido é roubar-lhos – para os empregar contra ele.

Cada republicano que votar em um monarquista votará duas vezes contra a República: primeiro, porque lhe negará seu voto; segundo, porque o dará a um seu inimigo.¹³

Se o alvo dos republicanos era visível e oferecia muitos pretextos para o ataque, seu poder de fogo na arena institucional era reduzido, pois constituíam minoria pouco expressiva. Lembremo-nos, a esse respeito, de João Alfredo, quando disse aos republicanos para crescerem e aparecerem, ideia que será retomada mais adiante.

¹²BOCAIUVA, Quintino. Apresentação do candidato escolhido pelos eleitores republicanos em Assembléia Geral do Partido a 15 de agosto de 1881. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. I, p. 560-561.

¹³MENDONÇA, Lúcio de. As futuras eleições. In: _____. *A caminho* (Propaganda Republicana). Rio de Janeiro: Lammert & Cia, 1905. p. 165 e 166.

Tópicos republicanos

Na análise social, é preciso sempre pôr em causa os objetos pré-construídos. O aparente, o óbvio, o dado, é sempre construído. As evidências, a coincidência entre as estruturas objetivas e as estruturas subjetivas, enfim, as representações partilhadas por todos, podem ser nada mais do que o produto do mundo social que nos dispomos a conhecer e de que também somos fruto. O paradoxo dessa situação está no fato de tomarmos como objeto a sociedade (ou práticas) da qual somos criaturas. Nossos juízos, nossos princípios de visão e de divisão, as estruturas estruturantes, os esquemas classificatórios a partir dos quais olhamos para o mundo social foram forjados por esse mesmo mundo. Daí a necessidade de pôr em questão aqueles ditos objetos pré-construídos, de pensar o pensamento, para não sermos instrumentos daquilo que queremos pensar.¹⁴

A proposição anterior está associada a uma percepção do mundo social como relacional. Devemos pensar esse mundo, lutando “por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista”, *substancialista*.¹⁵ A oposição entre estruturas e representações é, segundo Bourdieu, artificial. O trabalho do intérprete dos processos sociais comporta dois momentos: o objetivista e o subjetivista.¹⁶ A realidade social é também objeto de percepção, e tanto as visões espontâneas, quanto as teorias eruditas fazem parte dessa realidade.

E a ciência social deve tomar como objeto não apenas essa realidade, mas também a percepção desta realidade, as perspectivas, os pontos de vista que, em função da posição que ocupam no espaço social objetivo, os agentes têm dessa realidade.¹⁷

Com base nessa concepção, buscamos pensar o tema da República nos poemas publicados nos jornais do final do século XIX na Corte. Por um lado, temos que considerar séculos de construção e definição dessa ideia, a República. Por outro, é fundamental que consideremos todos os acréscimos (e depurações) que os poemas acrescentam (e retiram) a essa noção. De outra forma, a leitura dos clássicos e/ou teóricos sobre a República, embora necessária, não é suficiente para respondermos à questão de quais valores, práticas e atributos foram relacionados e associados a ela

¹⁴BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989. p. 21-33; BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-168.

¹⁵BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 152.

¹⁶BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 157.

¹⁷BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 157.

durante a campanha republicana no Brasil. A República, como ideia e como proposta de nova organização do governo brasileiro, corresponde àquela que emergiu do encontro das ideias eruditas e teóricas com as veiculadas pelos poemas e outros materiais (artigos, conferências, opúsculos etc.).

Se a realidade social é relacional e comporta tanto a dimensão objetiva quanto a subjetiva, o mesmo pode ser dito das ideias que constituem essa realidade. Sendo assim, se havia uma ideia de República que motivava e inspirava os republicanos, essa foi sendo constituída ao longo da campanha. As noções e concepções iniciais presentes nas cabeças dos redatores do Manifesto de 1870 sofreram modificações, adaptações, ampliações e reduções. Assim, a ideia de República subjacente à campanha teria sido constituída ao longo da própria campanha. Portanto, estamos recusando uma concepção que trabalha com a dicotomia entre uma dada ideia e sua aplicação e/ou sua desvirtuação. Entendemos que o tempo não é mero pano de fundo, mas constitutivo dessas mesmas noções.

Por essa razão, evitamos buscar a chave para compreensão das ideias no Brasil em uma pretensa matriz europeia e/ou americana. Mais do que o *movimento das ideias* nos interessam as ideias *em movimento*, para usarmos o feliz e preciso título do trabalho de Ângela Alonso.¹⁸ Diferentes tradições e pensadores foram apropriados pelos militantes republicanos brasileiros e confrontados com a situação concreta que enfrentavam. A síntese que elaboravam tinha menos a ver com a coerência filosófica e/ou doutrinária da origem e mais a ver com a capacidade de oferecer uma explicação e um equacionamento dos problemas que enfrentavam, seja o poder moderador, seja a centralização monárquica.¹⁹ Homens e mulheres incomodados com práticas e/ou instituições se aproximam de pensadores que aparentemente oferecem respostas a este desconforto. A leitura, a compreensão e a apropriação de uma teoria e/ou doutrina é mediada pelas experiências no mundo social daquele que lê, compreende e se apropria. A construção de sentido se faz na interação entre texto e leitor, com suas experiências e biblioteca interior.²⁰ Os textos não se “revelam” àquele que os lê. Toda leitura é seletiva, uma atuação cooperativa entre texto e leitor.

Se o modo de aparecer for constitutivo do ser, a ideia de República, então, é

¹⁸ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

¹⁹ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 21-50.

²⁰GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

indissociável de tudo que foi catalogado como tal ou a ela associado ao longo do tempo. Essa modificação ou transformação só é aceitável se considerarmos que tudo o que foi acrescido à ideia inicial romana e/ou as experiências republicanas através dos séculos são constitutivas da ideia de República. “Ser não é somente ‘no’ tempo, mas ‘através’ (por meio de, em virtude de) do tempo. Em essência ser é tempo.”²¹ Nesse caso, podemos dizer que a ideia de República existe e se constitui em virtude do tempo, através do tempo, não correspondendo a um conteúdo a-histórico. Por isso, não concebemos que havia uma ideia de República alheia e impermeável às suas apropriações, aplicações, entendimentos ou usos no Brasil durante a campanha republicana. Essa campanha é constitutiva da ideia republicana, bem como é constituída por ela; a campanha é informada ao mesmo que informa a ideia republicana.

O que foi dito acima não nos autoriza a entender que República é uma simples palavra. Por mais que seja dinâmica e histórica, ela é uma ideia. República implica um jogo entre iguais, mesmo quando convive ou mantém, para além desses, um grupo de não iguais. A noção pode ser associada a um espaço próprio do jogo político (a cidade), a *polis*, *civitas*; à existência de regras para a decisão coletiva dos problemas e questões que envolvem o grupo e seus membros; equivale à noção de uma comunidade que se administra, que exerce o poder soberano coletivamente. “A *polis* era suposta ser uma isonomia, não uma democracia”.²²

No pensamento político clássico, podemos supor duas tradições: a *politéia* grega e a *res publica* romana.²³ A primeira pode ser compreendida mais como um gênero das constituições políticas do que como um governo específico.

(...) A expressão *res publica*, na sua significação mais imediata – a coisa pública, de todo o povo, a esfera dos interesses comuns, do bem comum – parece acentuar mais a referência à natureza política da comunidade (que designa sua agregação em vista do bem, do direito e do interesse comum, o *koinon synpheron* dos gregos) do que a questão, propriamente constitucional, da boa organização das magistraturas ou do “melhor regime”, que polariza quase inteiramente o interesse dos clássicos pela ciência prática da política.²⁴

²¹CASTORIADIS, Cornélius. O Domínio social-histórico. In: _____. *Os destinos do totalitarismo e outros escritos*. Porto Alegre: LP&M, 1985. p. 24.

²²ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática/Brasília: Unb, 1988. p. 24.

²³CARDOSO, Sérgio. Que República? In: BIGNOTTO, N. (org.) *Pensar a República*. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2000. p. 31.

²⁴CARDOSO, Sérgio. Que República? In: BIGNOTTO, N. (org.) *Pensar a República*. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2000. p. 32.

A temática da República não pode ser caracterizada, assim, como um corpo doutrinário, coeso e unívoco, mas a uma tradição que remonta à Roma.²⁵ Uma das primeiras explicitações do que seria a *Res Publica* devemos a Cícero:

A República coisa do povo, considerando tal, não todos os homens de qualquer modo congregados, mas a reunião que tem seu fundamento no consentimento jurídico e na utilidade comum. Pois bem: a primeira causa dessa agregação de uns homens a outros é menos a sua debilidade do que um certo instinto de sociabilidade em todos inato; a espécie humana não nasceu para o isolamento e para a vida errante, mas com uma disposição que, mesmo na abundância de todos os bens, a leva a procurar o apoio comum.²⁶

Três noções nucleares da ideia republicana se fazem presentes em Cícero: a valorização da sociabilidade, da vida em comum e da comunidade política como referência fundamental; o ordenamento legal (critério de justiça e ordenamento jurídico) como fundamento da República, como “cimento da comunidade política”; e a ideia de que o bem comum como “critério último para as decisões da coletividade seja sempre obtido tendo como referência a totalidade do corpo político e não o desejo das partes”.

Marsílio de Pádua, os humanistas cívicos e Maquiavel serão responsáveis pelo resgate e ampliação dessas noções no final do período medieval e no Renascimento. O primeiro pela defesa da cidade como uma assembleia de cidadãos e reconhecendo nela a única fonte de poder legítima. Os segundos pela defesa e definição que fazem da liberdade. Esta é entendida como um conceito eminentemente político, correspondendo ao direito de participar das decisões do corpo político, sendo a igualdade entre os membros deste a condição para seu exercício. Maquiavel, por seu turno, identifica a República como a melhor forma de governo, pois só nessa temos o bem comum. A República oferece um quadro geral para expressão do conflito decorrente das divisões do corpo político, sem ameaçar a coesão social.

Essa tradição, ao longo dos séculos, foi sendo constituída e ampliada, incorporando novos temas e dimensões. Nos séculos XVIII e XIX, a revolução democrática, “por muito tempo subterrânea, explode, quando o corpo do rei se encontra destruído, quando cai a cabeça do corpo político, quando simultaneamente a corporeidade do social se dissolve”.²⁷ A partir dessa mutação, não há mais poder ligado

²⁵BIGNOTTO, Newton. Republicanismo. In: BARRETO, Vicente (org.). *Dicionário de Filosofia do Direito*. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2006.

²⁶CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Livro Primeiro, XXV.

²⁷LEFORT, Claude. A imagem do corpo e o totalitarismo. In: _____. *A Invenção Democrática*. São

a um corpo, não há princípio que não possa ser posto em questão. O poder aparece como um lugar vazio e só pode ser exercido pela força ou pelo consentimento. Na França, o resgate do republicanismo traz a afirmação da igualdade e da soberania do povo. Para Robespierre, os conceitos são sinônimos, referindo-se ambos à mesma substância, “apesar dos abusos da linguagem vulgar”: a democracia é um Estado em que o povo soberano, guiado por leis que são sua obra, faz ele mesmo tudo o que pode fazer, e, através dos delegados, faz tudo aquilo que não pode fazer por si só.²⁸

Os debates ocorridos na França sobre a *representação*, bem como sobre o *mandato imperativo* são reveladores das mudanças em curso. Os termos do *Senatus Consulto*, que instituiu o império na França em 1804, são profundamente esclarecedores. Em seu artigo primeiro, declara que “*Le Gouvernement de la République est confié à un Empereur, qui prend le titre d'Empereur des Français*”.²⁹ Este documento reafirma a noção de República não como troca de governante, mas como forma de organização política da sociedade, como dito acima. Uma cabeça coroada ou os títulos de Império e imperador não seriam *per si* antagônicos à organização republicana.

Ao longo dos séculos, todo um universo de questões emerge na busca de conciliar as ideias clássicas com a sociedade moderna: representação, mandato imperativo, liberdade moderna, liberdade antiga, sufrágio, vontade geral, vontade da maioria, soberania, virtude etc. Em resumo, como decorrência desta mutação, República, Democracia e Liberalismo se encontram, confundem-se e se fundem.³⁰

Paulo: Brasiliense, 1983. p. 117.

²⁸ROBESPIERRE, M. de. Sobre os princípios de moral política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República. In: _____. *Discursos e Relatórios na Convenção*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999. p. 144.

²⁹FRANCE, *Constitution de l'an XII*. Titre premier. Article premier. 1804.

³⁰Alguns títulos que nos permitem mapear minimamente parte destas questões: SIEYÈS, Emmanuel Joseph. O que é o Terceiro Estado? In: BASTOS, A. W. (org.) *A Constituinte Burguesa – Qu'est-ce que le Tiers État?* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001, p. 1-75; CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. *Revista Filosofia Política*. n.º. 2, 1985, p. 9-25; ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática/Brasília: Unb, 1988; CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005; TURNER, Bryan S. Outline of a Theory of Citizenship. *Sociology*. May 1990. vol. 24, n.º 2, p. 189-217; BIGNOTTO, N. (org.) *Pensar a República*. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2000; LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo – Triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Edit. UFRJ/ Edit. UNESP, 2004; FURET, F. & OZOUF, M. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. Espec. p. 619-916.

Antimonarquistas

Um procedimento intelectual que pode revelar-se produtivo é, como já citado, questionar o aparentemente óbvio. Com isto, *corre-se o risco de* dispender um esforço inútil, mas *também corre-se o risco de* perceber o processo de um ângulo novo, mesmo que seja para confirmar o que já se sabia. Outras vezes *corre-se o risco de* ampliar a questão, de perceber pequenos detalhes escondidos, mas muito esclarecedores. Tudo é uma questão de risco, de ver a roupa nova do rei ou de perceber que ele está nu.

Esta estratégia pode evitar que nos tornemos instrumentos daquilo que nos propomos a pensar. Muito do que aparece como óbvio, verdade estabelecida, incontestada, pode ser uma pré-construção naturalizada, como já indicamos a partir da fala de Bourdieu. “A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências de evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural”, afirma o sociólogo francês.³¹

Republicanos ou antimonarquistas? Esta é a questão. Em outros termos, em que medida os automeados republicanos se confundiam ou apareciam como antimonarquistas? A resposta talvez nos ajude a perceber qual o foco do discurso republicano, se em propor ou atacar, se no novo ou no existente. A resposta poderia ser buscada através de uma análise exaustiva dos discursos de todos os textos de autores republicanos para alcançarmos alguma essência profunda. Não é nossa intenção. Essa estratégia supõe um quê de essencial e de religioso, no qual a exegese dos textos forneceria a verdade das ideias dos autores. Ora, mais do que o que estes pensavam, interessa-nos como apareciam, como atuavam no mundo social, quais valores e princípios colocavam em circulação. De outra forma, a resposta não deve ser buscada na produção ou na autoimagem dos republicanos ou na doutrina e ideologia a que explicitamente se filiavam, mas nas práticas e ideias que eram associadas à noção de república. No embate político concreto, na desconstrução do senso comum favorável à Monarquia, prevaleceram os ataques e críticas a esta e/ou a defesa e elogios à República? Talvez isso possa ser esclarecedor de algumas dimensões do processo ou, em último caso, de um caminho a ser evitado.

Neste sentido, recorreremos à leitura do texto inaugural do movimento republicano no Brasil, o Manifesto Republicano de 1870. Um levantamento dos termos

³¹BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989. p. 49.

presentes no Manifesto indica alguns pormenores interessantes. No que diz respeito às formas de governo, “Democracia” é referida 11 vezes (“pura”, “ultrajada”, “moderna”, “monárquica” e “monarquizada”, uma vez cada), enquanto que “Monarquia” aparece 12 vezes (sendo três referências à Monarquia portuguesa, quatro à “temperada”, uma à constitucional e uma à hereditária) e “Despotismo”, oito vezes. O adjetivo “republicano” aparece duas vezes (como qualificativo do partido) e o “monarquista” outras duas (qualificando políticos do Império). As instituições e práticas políticas são as mais presentes no texto. Há 12 ocorrências de “Cidadão(ões)”, quatro para “eleição(ões)”, cinco para “parlamento”, seis para “assembléia”, duas para o senado como instituição,³² três para “federação”, quatro para “federativo”. As duas grandes presenças são “soberania” e “liberdade”: a primeira é citada 19 vezes (13 como “nacional”, uma como “do povo” e outra como “democrática”) e a segunda, 28 vezes (“individual” e “pública”, três vezes cada; “política”, pública”, “de consciência”, “econômica”, “de imprensa”, “de associação”, “de ensino”, “democrática” e “de voto”, uma vez cada).

Embora o levantamento estatístico das palavras não traduza com justeza a importância e o desenvolvimento das ideias, fornece-nos uma ordem de grandeza destas. A grande surpresa é a ausência de “República” ao longo do texto. A proposta do novo governo não é objeto de definição pela inclusão, pelo que tem de positivo, mas tão somente em relação àquilo de que pretende se distinguir: a Monarquia. No texto, a Democracia pode ser considerada como substituto para a exposição que o manifesto pretendia. No entanto, essa diz respeito a um padrão de relação entre governantes e governados, o que é próximo, mas não equivalente à ideia de República. Tanto é assim que a democracia aparece como “ultrajada” ou ainda como coerente e/ou compatível com a Monarquia, através dos qualificativos “monarquizada” e “monárquica.”³³ República implica uma ideia de igualdade, uma noção de público que compreende todos os membros de uma sociedade em igualdade de direitos. Não queremos entrar aqui em uma discussão conceitual do que venha ser República e Democracia e quais as relações que podemos estabelecer entre ambas. O importante é que o Manifesto, mesmo sendo

³²As referências ao Senado como lugar, como indicadores do espaço, não estão sendo consideradas.

³³“Perante a Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesões. Perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.” *Manifesto Republicano*, 1870.

“republicano”, trata mais da Democracia e da Monarquia. Talvez por isso, a liberdade seja tantas vezes citada. Esta seria a grande ideia, valor, instituição que a República/Democracia quer recuperar e que a Monarquia ameaça e/ou suprime. A liberdade aparece, no mais das vezes, como algo que deveria existir, mas que, por alguma razão, foi suprimida, como a descrição de uma situação que não deve ser mantida. No Manifesto, a liberdade aparece como ameaçada, “sofismado as garantias da”, “ocaso fatal”, expulsa (hégira), sequestrada, confiscada, aparente, simulada, nulificada, suprimida, subordinada e dependente. Isso devido às “tradições do velho regime, aliadas aos funestos preconceitos de uma escola política meticulosa e suspicaz, que só vê nas conquistas morais do progresso e da liberdade invasões perigosas”. Daí ser necessário seu resgate pela mudança do governo. A liberdade, como um valor, prática e instituição – que, no contexto da Monarquia brasileira, não pode se realizar, aflorar em toda sua plenitude –, faz necessária a mudança do governo para seu resgate.

Da leitura do Manifesto, inferimos uma maior preocupação em atacar o governo existente – o Império – do que em propor o novo regime. A Monarquia é identificada com a concentração de poder, sendo responsabilizada por todos os males da sociedade,³⁴ e o poder pessoal do imperador é sinalizado como ameaça à liberdade. Esta simplificação é ironizada por Vianna:

Desde que a livrássemos desta ação, o “perigo” desapareceria, e a liberdade poderia vir para rua, limpinha, vestidinha, segurazinha sem nenhum receio de desacato ao seu pudor e, muito menos, à sua pureza de Diana imaculada.³⁵

Essa situação pode ser atribuída a um recurso ou estratégia de discurso: é mais fácil e eficaz demonstrar as falhas e imperfeições de algo concreto e presente no dia-a-dia do que as virtudes de uma proposta, de uma abstração. O novo encontra-se implícito, subentendido, nas críticas que eram dirigidas ao Império, ao *velho* regime e ao monarca. Em todo caso, podemos afirmar que não é a novidade, o que deve ser, que aparece como aquilo que justifica o futuro, mas o antigo, o que não é (ou melhor, o que deveria ser), portanto, algo que existe da forma errada, impura, deturpada. Assim, a lógica é mais corrigir do que construir. A República estava sendo concebida em termos de ajustes do passado e menos de construção de futuro, mais como uma negação, uma

³⁴COSELECCHI, José E. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 35.

³⁵VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006. p. 83.

libertação, do que uma positividade, a instauração da liberdade.

É irresistível lembrar, aqui, da leitura que Walter Benjamin faz do *Angelus Novus* de Klee.³⁶ O progresso como a tempestade que emerge do passado em ruínas e que impele o anjo (espectador) para o futuro: a liberdade em ruínas, ameaçada ou suprimida no Império, é que empurra a sociedade brasileira para a futura República. A genealogia da falta de liberdade e a recuperação da história que gerou essa situação aparecem como ponto de partida ou de apoio para a busca do futuro; este porvir, por seu turno, faz retornar ao passado na busca das possibilidades perdidas e de seu resgate. É impossível não recorrer a Arendt:

Esse passado, além do mais, estirando-se por todo o trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para a frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado.³⁷

Voltaremos posteriormente a esta ideia.

Corramos os riscos: o Manifesto Republicano é republicano ou antimonarquista? Esta questão, aparentemente banal e sem sentido, parece-nos fundamental para a discussão sobre a República Brasileira. A partir dela, podemos esboçar o entendimento dos homens e mulheres no século XIX quando falavam em República. Qual a noção de sociedade, de ordenamento político, de soberania, de direitos políticos que fundamentava esta ideia? Por outro lado, caso se revele mais antimonarquista do que republicano, quais seriam os desdobramentos desta consideração para a análise?

Entendemos que ser republicano implicava construir uma proposta de nova organização social, buscar ampliar a pele curta da cidadania de forma a incluir mais e mais indivíduos. Significava desenhar uma nova sociedade com outros pressupostos. Já ser antimonarquista acarretava ser contra uma ordem instituída. Nesse caso, não haveria a necessidade do desenho do novo, mas somente a de apontar os estrangulamentos existentes, bem como os pontos a serem reformados. Em todo caso, a resposta não pode

³⁶“Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.” BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. Tese nº 9. p. 226.

³⁷ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, 1992. p. 37.

ser considerada absoluta, pois ser uma ou outra coisa é uma definição histórica, ou seja, é resultante da forma concreta como essas ideias foram apropriadas e construídas por homens e mulheres, também concretos, ao longo de sua história. Não é conveniente selecionar algumas características do discurso político e contrapô-las a um modelo preestabelecido e a-histórico e concluir, então, ser mais ou menos republicano em função da proximidade com o modelo. Não buscamos aqui atingir uma essência ou pureza de um discurso político qualquer, mas detectar em que ponto estava a ênfase da ação política de homens e mulheres concretos na sua luta ou insatisfação concreta, como construíram uma identidade e uma noção de ser “republicano”, quais os elementos constitutivos dessa, quais estratégias utilizadas e valores invocados.

Em outras palavras, a questão colocada anteriormente tem mais um efeito de deslocar o eixo da abordagem do discurso político em relação à tradição que permitiria aproximações e afastamentos para a forma palpável como a campanha se deu. Ora, a campanha republicana, tal como o Manifesto, teve momentos de antimonarquismo e de republicanismo, sendo que, na prática, as duas “dimensões” se confundiam naquilo que poderíamos nomear como o republicanismo presente na campanha entre 1870 e 1889. Mais: essa campanha foi plural, tanto no que diz respeito aos agentes, quanto aos momentos, às tradições e suas inspirações intelectuais e filosóficas. Portanto, a identidade republicana era, por um lado, ampla e se confundia com os discursos contra a coroa e/ou a favor da liberdade (até mesmo dos escravizados); por outro, possuía alguma base comum para além dessa pluralidade, que permitia aos sujeitos tanto se reconhecerem, como serem identificados como republicanos no cenário político e social.

Para além das ideias que colocavam em circulação, é preciso também ficar atento às práticas de que os republicanos lançaram mão. Ao constituírem clubes, publicarem jornais, poemas, promoverem reuniões, conferências, atos públicos, eles ampliavam o debate político para outros espaços além do parlamentar, incluindo mas não se restringindo às ruas. Observemos a atuação de um Silva Jardim, a existência dos jornais,³⁸ ou ainda a incidência de poemas e pequenas notas na imprensa. A campanha

³⁸Vianna indica a existência de “apenas 74 jornais” republicanos em novembro de 1889. Desta cifra, conclui pela fragilidade e diminuta penetração geográfica e social do republicanismo (VIANNA, Oliveira. *O Caso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959. p. 106.). Mesmo na ausência de dados que confirmem ou não esses números, gostaríamos de salientar que, para esta questão, o número de exemplares editados é mais importante do que o número de títulos. O jornal fluminense *Gazeta de Notícias* tinha, em 1875, uma tiragem de 12000 exemplares e *O País* chegou a imprimir 26000

não resultou de uma estratégia claramente definida por uma direção centralizada, a despeito das tentativas em sentido contrário. Em 1873, Bocaiuva apontou os efeitos negativos da falta de unidade e de uma coordenação central para o partido.

Os esforços isolados e cometimentos esparsos, sem o elo da fraternal cooperação de todos os sectários da mesma crença, constituem movimentos estéreis, atividades que bem pronto cansam, convulsões espasmódicas que debilitam o organismo do partido e que são mais perniciosos do que úteis porque engendram a desconfiança, o desânimo, o egoísmo, a esterilidade enfim!³⁹

Na mesma oportunidade, defendeu a necessidade de subordinação ao programa partidário, para o bom andamento da propaganda republicana, e afirmou que “as nossas individualidades, as nossas paixões, os nossos intuítos pessoais devem desaparecer diante da razão coletiva do nosso partido”.⁴⁰ Em maio de 1889, Silva Jardim, que se recusara a reconhecer a autoridade de Bocaiuva, em Manifesto, indica que o problema da falta de unidade partidária permanecia.⁴¹

O conjunto de iniciativas que marcaram a campanha era muitas vezes não articulado e nem sempre de pessoas ligadas ao partido. Reforça essa interpretação a afirmativa de Cunha sobre a não existência do partido republicano, uma vez que a ideia republicana não estava restrita a “tão estreito círculo”.

(...) O partido republicano não existe. De fato, não restringimos as nossas ideias a um tão estreito círculo de ação (...). (...) Não constituímos uma agremiação de indivíduos (...).
Somos alguma coisa mais que um partido, embora relativamente pouco numerosos pela extensão e pela sua generalização, podemos afirmar – sem que se veja um exagero de frase – que constituímos a molécula integrante de uma nova sociedade.⁴²

Os temas, valores, imagens, justificativas, expectativas, construídas ou associadas à República, não constituíram um monopólio do partido republicano. Grupos

exemplares diários. Há que considerar também que um exemplar do jornal tinha mais de um leitor (MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007. p. 77).

³⁹BOCAIUVA, Quintino. Assembléia do Partido Republicano. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. I. p. 398-399.

⁴⁰BOCAIUVA, Quintino. Assembléia do Partido Republicano. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. I. p. 399.

⁴¹JARDIM, Antonio da S. A situação republicana (Questão da Chefia do Partido). In: _____. *Propaganda Republicana*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1978. p. 355-375.

⁴²CUNHA, Euclides da. Atos e Palavras. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1995. V. I. p. 613.

e agentes, os mais diversos, apropriaram-se e fizeram uso dessas ideias e ideais. Assim, o conjunto de iniciativas que objetivava propagar a ideia republicana e/ou que a expressava e/ou contribuía para sua difusão não decorreria de uma ação orquestrada de um centro único, nem traduziria uma visão monolítica. Sendo assim, parece-nos razoável que procuremos nesse conjunto aparentemente desconexo de falas e atitudes o significado do que vinha a ser republicano no Brasil do final do século XIX. Ou, em outras palavras, o que corria nos corações e mentes sob a identidade de república. Nesta lógica, faz sentido que nos desloquemos dos documentos oficiais para os textos marginais. A campanha se deu fora do Parlamento ou, pelo menos, visava atingir as pessoas que estavam nas ruas, nos mercados, nas praças, o que implicava ter como interlocutor a nação, o povo, e tratá-lo como sujeito político. Poderíamos afirmar que esse deslocamento, no limite, coloca a questão da forma de governo para a opinião pública, procedimento este que abala os alicerces da Monarquia ao colocá-la em evidência para pessoas e grupos que estavam excluídos dessa discussão, da ágora definida e definidora da Ordem Saquarema.⁴³

Estamos propondo um deslocamento analítico que privilegie aquilo que era dirigido para (ou pela) população em geral, através dos jornais, que são indicadores da(s) ideia(s) que conformavam o entendimento de república. Buscamos o resgate de registros e manifestações (poemas publicados nos jornais como parte da campanha republicana) até o presente pouco explorados na análise social e política. O suposto é que essas fontes são reveladoras de sujeitos e atores não referidos nas análises clássicas e apontados pelas mesmas como ausentes do processo político. Tais poemas são parte constitutiva e constituinte da definição dos significados concretos das opções e ideias do momento, dos termos e temas que conformaram o que era República, Monarquia, liberdade, soberania, justiça, entre outros. Nesse caso, a discussão sobre o republicanismo no Brasil seria ampliada, pois, além do pensamento político *stricto sensu*, estaríamos resgatando uma certa poética e sensibilidade política republicana.

Em torno da Proclamação

Quinze anos após a Proclamação da República, em 1904, Machado de Assis

⁴³O termo “Saquaremas” era utilizado para nomear os membros do partido conservador no Império. Por extensão, “Ordem Saquarema” indica a vitória deste grupo sobre seus rivais, os liberais ou “Luzias”, definindo a defesa da estabilidade política como garantia da liberdade. Segundo Mattos, os Saquaremas exerciam uma hierarquia sobre os Luzias após os conflitos da década de 1840. Ver MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987, espec. Cap.. II

publicou *Esau e Jacó*, narrativa ambientada nos últimos anos do Império e nos primeiros anos da República. O romance acompanha a trajetória dos membros da família de Santos, sua esposa Natividade e seus filhos gêmeos, Pedro e Paulo. Ao longo da narrativa, vários acontecimentos da conjuntura política são abordados, tais como a Abolição, a Proclamação e o Estado de Sítio.

A Proclamação aparece de chofre no livro. O autor não espalha pistas nem referências da mobilização e articulação republicanas. As divergências políticas entre Paulo e Pedro são dos poucos rastros que sugerem haver uma proposta de mudança da forma de governo em curso. A referência à existência de um grupo de republicanos se dá quando:

Na rua Gonçalves Dias, indo para o Largo da Carioca, Paulo viu dous ou três políticos de São Paulo, republicanos, parece que fazendeiros. Havendo-os deixado lá, admirou-se de os ver aqui, sem advertir que a última vez que os vira ia já alguma distância⁴⁴

No capítulo “Noite de 14”, o autor faz uma operação interessante. A recepção do dia 14 (de novembro) é tratada longamente para mostrar como a República não estava inscrita na ordem do dia, não era assunto obrigatório nas rodas de conversa. Ou seja, para indicar que a mudança da forma de governo não estava nos corações e bocas dos personagens na véspera da Proclamação. Na véspera da República, a ausência apontada tem o efeito de realçar a surpresa e as dúvidas que acompanharam as notícias do dia seguinte.

O capítulo posterior não trata de imediato da Proclamação. Toda a ambientação é construída a partir do passeio matinal de Aires. Nada, em seu caminho, evidencia que, não muito longe dali, está ocorrendo a Proclamação. Esta vai paulatinamente chegando ao personagem, uma frase aqui, um ruído ali, palavras soltas. Coerente com a atmosfera da noite/capítulo anterior, nada anuncia as mudanças em curso.

A pouca importância dos acontecimentos aparece reafirmada na passagem da Confeitaria do Império. O problema de Custódio, proprietário da confeitaria, não se devia à forma de governo propriamente dita, mas a Proclamação acontecer logo quando havia mandado pintar uma nova tabuleta. O trabalho já fora concluído e o nome da confeitaria — “do Império” — não lhe parecia adequado aos novos tempos. Temia represálias caso mantivesse o nome antigo e não aceitava alterar o nome para “da

⁴⁴ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. [1908] São Paulo: Nova Cultural, 2003. Cap. LVII.

República” por temer “uma nova reviravolta”.

Essa passagem pode ser vista também como indicação de que os eventos em curso reduziam-se ao mesmo problema de Custódio: uma questão de nome. Esta sugestão é reforçada por Aires ao afirmar, após certificar-se da Proclamação, que “(...) nada mudaria; o regímen, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. (...) No sábado, ou quanto muito na segunda feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição”.⁴⁵

O advento da República, para o personagem Aires, é diminuto, sem importância, sem maiores modificações. Dois registros daquela noite aparecem na narrativa: a reunião na casa de Santos e o passeio de Paulo pela cidade. Na casa, os amigos conversavam sobre os novos acontecimentos. Todos sabiam ser fato consumado.

Ninguém sabia se a vitória do movimento era um bem, se um mal, apenas sabiam que era um fato. Daí a ingenuidade com que alguém propôs o voltarete do costume, e a boa vontade de outros em aceitá-lo. Santos a princípio quis resistir [ao jogo]; não era bonito que no mesmo dia em que o regímen caíra ou ia cair, entregasse o espírito às recreações de sociedade...⁴⁶

Nas ruas, Paulo e alguns amigos “iam cheios de si” se inteirar das novidades e extravasar a euforia com o novo regime. Passeavam por jornais, pelo quartel e pela casa de Deodoro. Falavam com os soldados, “nenhum lhes contara o que se passara, nem todos saberiam nada”.

A República como continuidade é afirmada como fato, e não mais como possibilidade ou pessimismo nos acontecimentos dos anos seguintes. Paulo, que é republicano, vai para a oposição; enquanto Pedro, partidário da Monarquia, passa a apoiar o governo. Esse momento coincide, a nosso ver, com a chamada República dos Conselheiros, quando antigos monarquistas passam a dirigir a República, e os republicanos mais radicais são excluídos do processo. A República que existia não correspondia àquela dos sonhos, ressentia-se Paulo, repetindo o que diziam vários republicanos que não eram personagens de romances.⁴⁷

A oposição não era ao princípio, mas à execução. Não é esta a República

⁴⁵ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. [1908] São Paulo: Nova Cultural, 2003. Cap. LXIV.

⁴⁶ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. [1908] São Paulo: Nova Cultural, 2003. Cap. LXVI.

⁴⁷Sobre as decepções com a República, ver CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VIANNA, O. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006. p. ix-xxi e MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o Sonho. *VARIA HISTORIA*. Belo Horizonte, vol. 27, no 45: p.121-139, jan/jun 2011.

dos meus sonhos, dizia ele; e dispunha a reformá-la em três tempos, com a fina flor das instituições humanas, não presentes nem passadas, mas futuras.⁴⁸

A Proclamação aparece em *Esau e Jacó* mais próxima da descrição de Aristides Lobo – de que o povo assistiu bestializado à Proclamação – do que da grandiosidade que os protagonistas quiseram imprimir à derrubada da Monarquia. As pessoas não se envolvem, as notícias pegam-nas de surpresa. A vida continua não só porque tem que ser assim, mas também porque ninguém está visceralmente preocupado com a queda da Coroa ou com a Proclamação da República. A pequenez do evento e o pouco interesse das pessoas fazem com que tudo continue como sempre fora: “enfim, o basto e a espadilha fizeram naquela noite o seu ofício, como as mariposas e os ratos, os ventos e as ondas, o lume das estrelas e o sono dos cidadãos”.⁴⁹ A República aparece no romance não como ápice de uma luta. A descrição dos eventos como anticlímax reafirma a surpresa que foi sua proclamação e instalação.

A narrativa de *Esau e Jacó* permite pensar que os eventos da manhã do dia 15 de novembro, por maiores que tenham sido suas consequências, não foram grandiosos, ficaram restritos a alguns quarteirões, como no já citado juízo de Lobo. A distinção fica por conta da seguinte passagem, que retoma a empolgação com que certo cocheiro contara a Aires os acontecimentos daquele dia:

Aires olhava o cocheiro, cuja palavra saía deliciosa de novidade. Não lhe era desconhecida esta criatura. Já a vira, sem o tálburi, na rua ou na sala, à missa ou a bordo nem sempre homem, alguma vez mulher, vestida de seda ou de chita.⁵⁰

A princípio, parece que Aires reconhece o cocheiro de outras viagens, pois a “criatura” não lhe era desconhecida. Na frase seguinte, todavia, percebemos que não se trata de uma pessoa concreta, afinal, não há ser humano capaz de preencher todas aquelas características listadas. O que Aires reconhece é alguma coisa que ultrapassa fronteiras, diferenças sexuais e distinções sociais, algo que pode ser observado nos espaços públicos (rua) e no âmbito privado (sala), nas atividades sagradas (missa) e laicas (a bordo), nos homens e mulheres, nos ricos (seda) e nos pobres (chita).

Uma possibilidade seria de que se trata de alusão ao ânimo republicano ou ao

⁴⁸ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. [1908] São Paulo: Nova Cultural, 2003. Cap. CXV.

⁴⁹ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. [1908] São Paulo: Nova Cultural, 2003. Cap. LXVI

⁵⁰ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. [1908] São Paulo: Nova Cultural, 2003. Cap. LX.

desânimo monarquista, o resultado de quase vinte anos de propaganda contra a Monarquia e a favor da República. É digno de nota que a manifestação militar que colocou fim ao II Reinado, mesmo restrita a uma parte da cidade, não enfrentou contestação na Corte ou nas províncias. Duas possibilidades, não excludentes, parecem-nos plausíveis para essa aceitação.

A primeira seria a adesão de parcela da opinião pública a algumas teses republicanas. A segunda seria a corrosão da legitimidade monárquica como resultado do proselitismo republicano.

Nesse caso, estaríamos diante do indício de que haveria algo mais (ou além) das articulações civis e militares para explicar a derrubada de D. Pedro II. A mobilização de grupos excluídos teria levado a uma redefinição do local e da forma de fazer política. Na última década do Império, segundo Mello, houve uma ressignificação da rua e a progressiva valorização da opinião pública.

A opinião pública era vista [no final da década de 1880] como a verdadeira representação do povo brasileiro, diferente daquela que saía fraudulentamente das urnas e ocupava as tribunas oficiais. Era ela, pois, a fonte legítima e única da soberania. E o bombardeio da propaganda ensurdecadora dos dois últimos anos do Império conseguiu a introjeção de uma cultura em que a república era entendida como o governo da opinião pública.⁵¹

A condição de marginalizados era o que unificava grupos distintos que se opunham à Ordem Saquarema, explorando as novas estruturas de oportunidades políticas decorrentes, abertas com a crise do final dos anos 1860.⁵²

Marginalizados pelas instituições políticas imperiais, os grupos que o compõem [o movimento intelectual da geração de 1870] expressam seus dissensos e projetos recorrendo a estruturas de mobilização alternativas. Esse caráter quase clandestino de suas atividades deu-lhes uma feição necessariamente parainstitucional, fragmentária. Tiveram de criar o próprio *locus* para sua expressão. Seus fóruns foram associações estudantis; a imprensa independente; as sociedades e clubes; os *meetings*, eventos, conferências, efemérides; os manifestos.⁵³

A rua, até então identificada com o mundo da desordem, adquire novo significado.

⁵¹MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007. p. 214.

⁵²ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 95.

⁵³ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 268.

A rua foi ressignificada. Adquiriu um sinal positivo como o espaço do uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como o lugar da verdadeira representação popular. A rua passou a disputar, e vantajosamente no final da década [de 1880], com o Parlamento, o *locus* do fazer político, num claro avanço do conteúdo republicano que a experiência do Primeiro Reinado e da Regência hesitou em assumir.⁵⁴

Voltemos à “criatura” encontrada por Aires. Destaquemos que ela não se restringe a um espaço, condição social ou gênero. Nossa hipótese é que essa criatura seria a opinião pública, exígua mas bombardeada, explorada e dilatada pelos grupos (o plural aqui é importante) que se opunham à tradição imperial na e pela campanha republicana. Assim, promovia-se a desconstrução parcial, ou seu abalo, do senso comum que autorizava a Monarquia. A ordem política é posta à prova, denunciada como insuficiente e incapaz de produzir avanços sociais, como antiquada e arcaica, em suma, desnaturalizada. Parte do que foi endereçado a essa “criatura”, nessa campanha, pode ser identificado nos poemas levantados por esta pesquisa.

Em obras sobre o final do Império ou sobre o início da República, o tratamento dado ao tema da campanha republicana recebe referências sumárias. Nas análises centradas no Império, este tema, por ser o apagar das luzes, não merece atenção. Naquelas que têm a República como objeto, a campanha é praticamente ignorada por ser anterior a essa implantação. É ilustrativo disso o pouco espaço que a *História Geral da Civilização Brasileira* dedica ao tema.⁵⁵ No volume em que trata do “Do Império à República”, não chega a haver um capítulo, e o primeiro volume sobre a República inicia-se com os governos militares. O mesmo pode ser afirmado acerca do livro *Da Monarquia à República*, de Emília Viotti da Costa.⁵⁶ Entre os “momentos decisivos”, encontramos as origens e a Proclamação da República, mas não a campanha. Em *Da Monarquia para a República*, Moraes dedica um pequeno capítulo introdutório ao tema.⁵⁷ Por estar na passagem do Império para a República, o tema tem sido negligenciado, na perspectiva de que está aquém ou além das análises que tratam do Império ou da República.⁵⁸

⁵⁴MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007. p. 29.

⁵⁵HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. T. II, v. 5.

⁵⁶COSTA, Emília V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.

⁵⁷MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. Brasília: Editora UnB, 1985.

⁵⁸No Banco de Teses da Capes, foram procurados os termos: “campanha republicana”, “propaganda republicana”, “poesia republicana”, “poemas republicanos” e “imprensa republicana”. Para a primeira expressão, foram encontrados dois registros, porém com abordagens não condizentes com o escopo da presente tese. Para os três seguintes, nenhum registro foi encontrado. Para o último, cinco registros foram

A não consideração da campanha tem como efeito explicar a mudança de regime a partir das transformações econômicas e sociais sofridas pelo Império a partir dos anos 1870 ou nas crises e questões dos últimos anos da Monarquia. A modernização ocorrida a partir da década de 1880 teria inviabilizado sua continuidade. As novas exigências econômicas e sociais teriam gerado a necessidade de uma nova organização política, uma vez que a Monarquia revelava-se incapaz de atendê-las. Nessa linha, as razões de ordem econômica, social, política e intelectual são invocadas para dar conta do fim do Império.⁵⁹ As explicações que valorizam as crises (questão militar, questão religiosa, abolição, descrédito da monarquia), buscam fundamentalmente explicar a Proclamação a partir de causas imediatas. Essa linha interpretativa ganhou os primeiros contornos imediatamente à Proclamação com *O Advento da República no Brasil*, de Ottoni, no entendimento de quem:⁶⁰

Quatro são, a meu ver, as causas principais que determinaram e precipitaram a mudança de governo, realizada no dia 15 de novembro de 1889. 1ª A abolição da escravidão doméstica; 2ª A evolução natural da ideia democrática; 3ª As queixas e descontentamento da oficialidade do exército; 4ª O descrédito que a Política Imperial lançou sobre a instituição monárquica.⁶¹

A chave para a compreensão do processo se encontraria na influência positivista, na questão militar, na questão religiosa, nas crises de gabinete, nas dissensões partidárias, no desgaste do poder pessoal do Imperador decorrente das suas intervenções no jogo político, do apoio dinástico à Abolição sem indenização, dos problemas de saúde de D. Pedro II e na possibilidade de um III Reinado. Assim, toda a miríade de lideranças e incidentes é arrolada para mostrar como o Exército fez a República.⁶²

localizados, porém, de períodos e locais diversos daqueles que são tratados neste trabalho.

⁵⁹Ver, entre outros, HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. T. II, v. 5, espec. o Livro Quinto (O caminho da República); COSTA, Emília V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010, espec. Cap. 10 (Sobre as origens da República).

⁶⁰OTTONI, C. B. *O advento da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1890.

⁶¹OTTONI, C. B. *O advento da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1890. p. 3.

⁶²Esse é o caso das análises que enfatizam a chamada Questão Militar e as consequências políticas da Abolição, presentes principalmente nas primeiras obras que trataram do tema, tais como BUARQUE, Felício. *Origens Republicanas – Estudos de gênese política em refutação ao livro do Sr. Dr. Affonso Celso O Imperador no exílio*. Recife: Francisco Soares Quintas, 1891; OURO PRETO, Visconde de. *O advento da dictadura militar no Brasil*. Paris: F. Pichon, 1891; MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e documentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913, p. 55-198; MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)* [1936]. Brasília: Editora UnB, 1985; VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006; HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. T. II, v. 5. p. 283-360 e COSTA, Emília V. da. *Da Monarquia à*

As ênfases distintas em um ou outro evento do processo, como indicadas acima, aparecem arroladas conjuntamente nas diferentes interpretações apontadas. Isso porque a questão central nessas análises consiste em indicar, ou explicar, as razões que levaram à queda da Monarquia. O foco central é apontar os elementos que explicam o fim do II Reinado. E, nesse caso, mesmo quando se aborda a história e atuação do partido republicano e do republicanismo, a forma como se deu a Proclamação da República coloca essa atuação em segundo plano. O 15 de novembro não seria compreensível pela atuação dos republicanos, mas pela crise oriunda do descontentamento dos militares, tendo em vista o papel decisivo da tropa na derrocada da Monarquia. Em *O advento da República no Brasil*, Ottoni reconhece, com pesar, a importância dos militares na Proclamação.

(...) Eu peço licença aos revolucionários triunfantes para dizer, que em vez da proclamação da República pela força armada, assistindo o povo *bestializado*, como disse um dos chefes, mais quisera eu esperar o advento, quando proviesse da evolução democrática, que houvesse manifestado a sua vitalidade nos comícios, nas urnas e no parlamento.⁶³

O último chefe de gabinete, visconde de Ouro Preto, é taxativo na avaliação que faz da participação dos militares na instauração da República. Em resposta a Ottoni, trata o fim da monarquia como *O advento da ditadura militar no Brasil*.⁶⁴

Essas nomeações distintas para o que foi inaugurado a 15 de novembro, *República* e *ditadura*, indicam diferentes perspectivas dos autores, em função das convicções políticas, se republicano ou monarquista. Os acontecimentos do dia 15 de novembro foram tratados de diferentes formas, chamados de golpe, de revolução e de parada militar. A justificativa para essas distintas formas de perceber o movimento está associada à convicção política dos autores.⁶⁵ No entanto, só essa filiação não as explica. A convicção política pode esclarecer a atitude, de comemoração ou condenação dos acontecimentos, mas não nos parece suficiente para o entendimento das diferentes nomeações. Há que considerar o papel preponderante, naqueles eventos, dos militares. Como admitiu Aristides Lobo: “Por ora, a cor do Governo é puramente militar, e deverá

República: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2010, espec. Cap. 11 (A Proclamação da República).

⁶³ OTTONI, C. B. *O advento da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1890. p. 96. Ênfase no original.

⁶⁴ OURO PRETO, Visconde de. *O advento da ditadura militar no Brasil*. Paris: F. Pichon, 1891.

⁶⁵ Sobre esses diferentes juízos dos monarquistas e dos republicanos, ver COSTA, Emília V. da. Sobre as origens da República. In: _____. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2010. p. 387-448.

ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula”.⁶⁶ Em *O ocaso do Império*, Vianna após destacar a pouca adesão à causa republicana, afirma que “é impossível, portanto, fugir à conclusão de que, pela ação exclusiva dessa *congrégie* de idealistas desorganizados, seriam inexplicáveis os acontecimentos decisivos de 15 de novembro”.⁶⁷

A atuação de Deodoro e da tropa, instigados e associados aos republicanos, na inauguração da República no Brasil, teve, entre outros, o efeito de ofuscar o trabalho de propaganda, de divulgação e convencimento feito pelos republicanos ao longo das duas últimas décadas do Império. Mesmo concordando com a perspectiva de Vianna e de outros testemunhos e autores que destacam a pouca adesão da população ao republicanismo, a propaganda não pode ser ignorada. A questão não diz respeito ao grau de penetração junto à opinião pública, mas do trabalho de difusão das teses não monarquistas ou mesmo antimônárquicas e do esforço despendido para o convencimento da população. Discutindo tal questão, Moraes, após discorrer sobre os progressos da propaganda, pondera:

Mas tudo isto não exclui esta indiscutível verdade: – a conspiração de que resultou a República no Brasil foi uma iniciativa essencialmente militar. Tal dizendo, não se confirma, todavia, que a queda do Império foi devida a um simples movimento de tropas. Como vimos, a ambiência estava preparadíssima. Apenas seria, de todo em todo, impossível o fato por mera iniciativa popular, pelo exclusivo impulso dos republicanos.⁶⁸

No último capítulo que trata “Do Império à República”, Holanda afirma que

relativamente à parte que à ebulição militar dos fins da monarquia se deve atribuir no advento da República, é talvez mais fácil exagerá-lo do que dar-lhe as justas proporções. Certamente não se deveu apenas a esta ebulição a derrocada e a queda do Império.⁶⁹

Em que pesem os fundamentos diferentes, os dois autores concluem que só o movimento das tropas não seria suficiente para explicar o fim da Monarquia. Nos dois autores, a mobilização dos militares e sua importância para a Proclamação não são

⁶⁶ LOBO, Aristides. Cartas do Rio. *Diário Popular*. São Paulo. 18. Nov. 1889. In: CARONE, E. A *Primeira República (1889-1930) – Texto e contexto*. São Paulo: Difel, 1969. p. 288-289.

⁶⁷ VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006. p. 108.

⁶⁸ MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)* [1936]. Brasília: Editora UnB, 1985. p. 71-72.

⁶⁹ HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. T. II, v. 5. p. 348-349.

negadas, mas relativizadas: teria produzido esse efeito pelo avanço da propaganda (Moraes) ou pelas visíveis mostras de fragilidade da Monarquia (Holanda). Tal ponto é de suma importância para este trabalho, na medida em que enfatiza que há de se considerar outros processos na explicação do fim do Império, além do visível elemento militar no dia 15.

Dois trabalhos recentes oferecem importantes e valiosas contribuições para o estudo dos processos que marcaram as duas últimas décadas do Império e sua derrocada: *Idéias em Movimento* e *A República Consentida*.⁷⁰ Ambos fogem da tentação de restringir o processo à política institucional ou às mudanças econômicas, à visão reducionista da política e da economia. Assim, resgatam as transformações da sociedade brasileira em um amplo movimento que expande o número de questões e de atores no processo. O papel ativo dos sujeitos, suas influências, as novas oportunidades sociais e políticas em confronto com a impermeabilidade da Ordem Saquarema, mudanças na sociabilidade, na circulação de pessoas e juízos são algumas das variáveis que as autoras mobilizam para analisar o fim da Monarquia. A mobilização social, os debates e circulação das ideias, a exploração das possibilidades da exígua esfera pública são valorizadas neste processo.

Nesta tese, defendemos que o 15 de novembro torna-se incompreensível, se não se considerar a campanha republicana, por meio do trabalho sistemático nos jornais, clubes, reuniões e comícios para apresentar a República como forma de governo melhor, superior e mais adequada ao Brasil que a Monarquia.

Analisando a geração de 1870, Alonso afirma a importância estratégica da atividade de imprensa como a “arena na qual os grupos (...) podiam expressar suas opiniões sem coerção do Estado ou constrangimento social direto”. Considera essa arena, mesmo que exígua, como uma “esfera pública do mesmo gênero daquela que se estava constituindo na Europa contemporânea”, analisada por Habermas, em *Mudança estrutural da Esfera Pública*.⁷¹ “As associações e jornais geraram um espaço público que extrapolava as dimensões da sociedade política da elite imperial”,⁷² continua a autora. Em análise com outra perspectiva, Mello afirma não só a existência da (exígua)

⁷⁰ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 e MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007.

⁷¹ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 276

⁷²ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 283.

opinião pública, como defende ter sido esta alvo do “bombardeio da propaganda” republicana, que a identificava como “a fonte legítima e única da soberania”.⁷³ Nessas atividades de contestação política da Ordem Saquarema e da Monarquia, “corria também a deslegitimação simbólica do regime”⁷⁴ e “facultou-lhes [aos intelectuais da geração de 1870] desarmar os pilares da legitimação do Segundo Reinado”.⁷⁵ A propaganda republicana, também entendida como a contestação da Monarquia, foi importante para dessacralizar e abalar a legitimidade dessa mesma Monarquia. Torna-se, assim, imprescindível para entendermos sua derrocada. “As formas variadas, difusas, imprevisíveis de contestação foram decisivas no enfraquecimento do regime: roubaram aos poucos sua legitimidade”, afirma Alonso.⁷⁶

Introduzir mudanças na Ordem Saquarema a partir do parlamento mais parecia trabalho de Sísifo. O arranjo institucional revelava-se impermeável a iniciativas neste sentido.

A ordem imperial prezava-se de ser superior à “desordem” que lhe antecederia. Esta construção do passado recente como era “revolucionária” manteve acesos os perigos que questões centrais, como a escravidão e a federação, continham e alimentou a convicção de qualquer alteração de princípio implicaria desfazer a inércia natural do regime que a custo se estabilizara. Donde a aversão ao novo e a opção pelas vias lentas, não no sentido de alterar a essência, mas de completar a obra civilizadora do Império. Daí a prudência, a refração quase que a qualquer mudança, evitando a todo custo reformas constitucionais. E a opção pela via gradualista, ponderada — discussão nas duas câmaras e no Conselho de Estado, pareceres de eminências no assunto (...).⁷⁷

Nesse quadro, as transformações pretendidas só podiam ser implementadas se tivessem um forte apoio extraparlamentar, como demonstrou o abolicionismo. Nessa busca, os republicanos promoviam a difusão de suas ideias através da imprensa, de conferências, de livros. No entanto, quase 20 anos após a publicação do Manifesto, ainda não haviam conseguido constituir e mobilizar a opinião pública para a mudança da forma de governo. A atuação dos republicanos e seus simpatizantes foi responsável por um trabalho subterrâneo, que em muito abalava a imagem da Monarquia, que destacava seus inconvenientes e suas desvantagens. Certamente, foram responsáveis por

⁷³MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007.p. 214.

⁷⁴ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 287.

⁷⁵ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 293.

⁷⁶ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 296.

⁷⁷ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 56.

uma sensibilização à causa, mas não o suficiente para provocar uma mobilização pela mudança. As imagens de um imperador velho, beirando a senilidade, que vivia no mundo das estrelas, de uma herdeira fraca e de um príncipe consorte inescrupuloso devem muito ao trabalho dos defensores da República. A ironia dirigida aos republicanos, em 1888, como já mencionado, indica bem as dificuldades que enfrentavam: “Cresçam e apareçam!”⁷⁸

Cidadãos de farda e Casacas

A proclamação da República em 15 de novembro pode ser pensada como relacionada a dois processos paralelos: a atuação do Partido Republicano e a questão militar.

A propaganda republicana era feita “por conta de alguns moços, sem ordens expressas dos chefes, sem programa estabelecido” e “livres de qualquer disciplina partidária”.⁷⁹ Nesse processo, os republicanos nunca deixaram de ser plurais. Por mais que pretendessem o contrário, sempre foram um apanhado de pessoas com afinidades e diferenças. As divergências de todos os tipos (pessoais, doutrinárias, estratégicas, regionais) demonstram isso de forma exemplar.

As divergências e competições, umas de caráter pessoal, outras de índole doutrinária, que separavam, pouco mais ou menos, os chefes. Da primeira espécie era a ojeriza patente entre Lopes Trovão e Silva Jardim. Da segunda, o dissídio entre este último e os outros mentores republicanos, que não lhe aceitavam as ideias favoráveis ao regime unitário e a necessidade da ditadura militar.⁸⁰

As divergências internas ao partido, que se desdobravam em propostas distintas para a implantação da República, emergiram em vários momentos a pretexto de diferentes questões.

A opção pela evolução e conseqüente recusa à revolução foi declarada por Bocaiuva e apoiada pelos ouvintes em 1881, quando da apresentação de sua candidatura na Assembleia Geral do Partido,

⁷⁸O *Correio do Povo* reproduz, na edição de 17 novembro de 1889, p. 1, um telegrama que teria sido dirigido a João Alfredo como resposta ao comentário a ele atribuído: “Conselheiro. *Crescemos e aparecemos*. Viva a República!” Segundo Afonso Celso, não foi João Alfredo autor destas palavras, mas “o deputado João Penido quem lhe completou o pensamento, pronunciando em aparte o *cresça e apareça*.” CELSO, Afonso. *Oito anos de Parlamento*. Brasília, Unb, 1981. p. 109.

⁷⁹MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. Brasília: Editora UnB, 1985. p. 121.

⁸⁰MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. Brasília: Editora UnB, 1985. p. 121.

Neste ponto, diz o orador, toda a franqueza é necessária e toda a clareza pouca. Como reformador e propagandista o orador está e pretende ficar no terreno *da evolução social* repudiando absolutamente todo e qualquer apelo à *revolução material*. Se o partido republicano tem ideias e intuítos revolucionários, se está disposto a prescindir dos meios legais para utilizar em benefício da sua causa todos os meios, ainda aqueles de que possam resultar o transtorno social e a guerra civil, não posso eu ser o seu representante; tem que procurar outro. (Não apoiados.)⁸¹

Cinco anos depois, tese contrária foi defendida pelo Clube Republicano do Pará, segundo a qual “para quebrar o trono do rei é necessário despedaçar o tronco dos algozes”, após associar o cetro ao chicote e o trono ao tronco. Afirma também o direito de insurreição e trata a inauguração da República como a “revolução vinda de baixo”.⁸²

Em 1888, o Partido Republicano de Pernambuco defendeu que “o regímen republicano exerce-se no campo da ação prática, pela concentração das forças políticas, isto é, pela ditadura, tão forte quanto responsável, incumbida de permitir a livre expansão de progresso, garantindo a ordem social”.⁸³

O esboço do que deveria ser o governo republicano, feito por Bocaiuva em maio de 1889, caminha no sentido oposto ao apresentado pelo partido pernambucano. No manifesto que lançou após sua eleição para o Congresso Federal Republicano, encontra-se a seguinte passagem:

O regímen do governo republicano é a fórmula prática da democracia. Unitário ou federal, este regímen pressupõe o governo do povo pelo povo. A soberania nacional como a única fonte dos poderes legítimos; o sufrágio universal, como o instrumento pelo qual a vontade do povo se pode manifestar, tais são os dois fundamentos do regímen institucional republicano, cuja síntese é universalmente expressada por este glorioso lema: *liberdade, igualdade, fraternidade*.⁸⁴

O recurso à violência e ao regicídio motivou artigos de Mendonça no qual contestava Bocaiuva.

Ele [Bocaiuva] condena *sem reservas* o assassinato, o regicídio; nós o reprovamos nas nossas atuais condições políticas. Ele o condena, pois,

⁸¹BOCAIUVA, Quintino. Apresentação do candidato escolhido pelos eleitores republicanos. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. II. p. 564. Ênfase no original.

⁸²Manifesto do Clube Republicano do Pará (1886). In: PESSOA, Reynaldo C. *A Idéia Republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973. p. 67-83.

⁸³Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco – 1888. In: PESSOA, Reynaldo C. *A Idéia Republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973. p. 109.

⁸⁴BOCAIUVA, Quintino. Ao Partido Republicano Brasileiro. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. II. p. 620. Ênfase no original.

como um crime e uma infâmia, até na Rússia, até contra toda a abominável tirania do czarismo; aí, nós o reconhecemos, para os democratas russos, como um sagrado direito, tão bom direito e tão legítimo, já o dissemos, como o direito que tem o indivíduo de matar em própria defesa o agressor que o vai matar.⁸⁵

A correspondência de Marinho a João Pinheiro (21 de fevereiro de 1889), na qual reclama da indisciplina, precipitação, deslealdade e equívocos de Jardim, mostra como as divergências pessoais e políticas se mesclavam.⁸⁶

O relato da reunião entre republicanos no Rio de Janeiro, feito por Mendonça, em *Caricaturas Instantâneas*, demonstra as divergências (e rompimento) entre Bocaiuva e Silva Jardim em relação ao “partido”.⁸⁷ A cisão entre os dois foi tornada pública no manifesto que Jardim publicou em 25 de maio de 1889, no qual declara:

cumpro um dever de coerência, de respeito à opinião pública e à de meus correligionários, de amor à causa da República e da minha Pátria, vindo declarar que não reconheço a chefia do Partido Republicano brasileiro, ultimamente suposta conferida ao Sr. Quintino Bocaiuva, jornalista, redator de O País, e membro desse Partido, Vice-Presidente do deposto Conselho Federal, reeleito há tempos para a direção da política republicana nacional.⁸⁸

A questão da forma de governo da República aparece como questão de fundo nesse manifesto. O governo defendido por Jardim, em maio de 1889, assume forma diversa daquele apresentado por Bocaiuva, senão vejamos.

Temos dito que queremos “instituir a ditadura revolucionária” com o programa republicano da “ditadura *prática*, e da mais plena *liberdade espiritual*”. (...) Isto é, uma Presidência poderosa, instituída pela vontade popular, a princípio por aclamação, *confirmada em seguida pelo sufrágio universal* — capaz de ser Autoridade (com A grande) na qual se deposita uma cautelosa confiança, inteiramente responsável, punível, continuamente fiscalizada pela assembleia nacional, câmara financeira, e pela opinião pública, por meio de todos os seus órgãos, tornada assim o delegado representativo da Pátria, e pois governo, na combinação feliz dos dois elementos que esta palavra resume: — Poder e Povo; — programa verdadeiro e prático do Partido Republicano, que prometo em breve desenvolver.⁸⁹

⁸⁵MENDONÇA, Lúcio de. Comunismo e regicídio (Ao “Globo”). In: _____. *A caminho* (Propaganda Republicana). Rio de Janeiro: Lammert & Cia, 1905. p. 196. Ênfase no original. Este artigo foi publicado n'O *Globo*, no dia 6 de fevereiro de 1882.

⁸⁶JARDIM, Antonio da S. *Propaganda Republicana*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1978. p. 463-467.

⁸⁷MENDONÇA, Lúcio de (Juvenal Gavarni). Uma reunião de republicanos nas vésperas da República. In: _____. *Caricaturas Instantâneas* [1896]. Rio de Janeiro: S. A. A Noite, s/d. p. 177-188.

⁸⁸JARDIM, Antonio da Silva. Manifesto Silva Jardim ao país e ao Partido Republicano. In: _____. *Propaganda Republicana*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1978. p. 355.

⁸⁹JARDIM, Antonio da Silva. Advogados? In: _____. *Propaganda Republicana*. Rio de Janeiro: Casa

O rompimento entre Bocaiuva e Jardim se tornou público. O primeiro permaneceu no partido e segundo foi dele excluído, desfecho que sugere ser Bocaiuva uma liderança incontestada. O testemunho oferecido por Medeiros e Albuquerque, possivelmente em 1889, vai no sentido oposto: “Todos os republicanos estavam descontentes com Quintino. Ele tinha, de fato, estranhas complacências com a política dominante e chegara a defender uma candidatura não-republicana – a do banqueiro Mayrink – contra um republicano.”⁹⁰

A questão da escravidão também produziu posicionamentos diferentes entre os republicanos. O Congresso do Partido Republicano Paulista (1873) diz ser a escravidão um problema social e “que não nos pertence exclusivamente”, propondo dois pontos a serem observados na sua solução:

1.º — Em respeito ao princípio da união federativa cada província realizará a reforma de acordo com os seus interesses peculiares mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

2.º — Em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio da liberdade, a reforma se fará tendo por base a indenização e o resgate.⁹¹

Em *Quod Cæsaris, Cæsari*,⁹² Mendonça assume tom e “opinião radical, absolutamente, incondicionalmente infensa à infâmia social do cativo humano”:

Repetimos – não é como republicanos que temos que ver com o momentoso problema: não é tese política se deve, ou como deve, extinguir-se a escravidão no Brasil. Como cidadãos e como escritores públicos, observando o assumpto de um ponto de vista superior a quaisquer conveniências partidárias, afigura-se-nos monstruoso o nosso estado, e entendemos que é vergonhosa toda demora em nos absolvermos desta longa e tremenda culpa.⁹³

A falta de unidade do partido aparece como uma preocupação contínua nos diferentes textos consultados. Esta constante revela o quanto o partido estava longe da coesão, bem como a preocupação e disposição dos republicanos em reverter este

Rui Barbosa, 1978. p. 362.

⁹⁰ALBUQUERQUE, Medeiros de. *Quando eu era vivo...* – Memórias 1867 a 1934. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1942. p. 78.

⁹¹Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista (1873). In: PESSOA, Reynaldo C. *A Idéia Republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973. p. 63-66.

⁹²MENDONÇA, Lúcio de. *Quod Cæsaris, Cæsari. A caminho* (Propaganda Republicana). Rio de Janeiro: Lammert & Cia, 1905. p. 296-298.

⁹³MENDONÇA, Lúcio de. *Quod Cæsaris, Cæsari. A caminho* (Propaganda Republicana). Rio de Janeiro: Lammert & Cia, 1905. p. 296-297.

quadro. O melhor exemplo dessa inquietação foi a intervenção de Bocaiuva na Assembleia do Partido Republicano em 1º de julho de 1873.⁹⁴ Sua longa fala gira em torno do tema da desorganização e da falta de unidade partidária. Afirma sua existência, levanta os problemas que acarreta e, por fim, propõe mudanças para a reversão da “defeituosa organização”. Para “a realização dos seus gloriosos destinos”, faz-se necessária a união de todos em um pensamento comum, esforço solidário, acordo recíproco e ação conjunta. As paixões e intuítos individuais devem desaparecer diante da razão coletiva.

Obreiros do futuro e soldados de uma ideia, a nossa missão impõe-nos o dever da subordinação às leis e à disciplina indispensáveis ao movimento dos corpos morais e únicas que podem assegurar a regularidade das suas funções, assim como a harmonia das forças físicas encerra o segredo do equilíbrio do sistema planetário.

A bandeira é uma só; um só deve ser o exército. Todas as forças disseminadas devem convergir para o mesmo foco de ação assim como todas as inteligências gravitam para a mesma aspiração. Disciplinar, portanto, a nossa conduta, uniformizando os nossos meios de ação, reunindo os nossos recursos esparsos, fecundando o nosso esforço pela divisão do nosso trabalho, distribuindo a nossa ação, levando a todos os pontos onde ela possa ser útil, difundindo a nossa ideia pelo aproveitamento de todas as inteligências, de todas as dedicações, tal nos parece ser o mais poderoso meio de estender e consolidar a nossa propaganda.⁹⁵

Ressalta, entretanto, que a subordinação reivindicada não é a sujeição a uma vontade, mas “a adesão firme e sincera a um programa que será nossa lei”.⁹⁶

Após esse preâmbulo, Bocaiuva divide sua intervenção em tópicos. No primeiro – “Da organização do partido” –, defende a união de todos os republicanos, unificando os esforços da causa comum sem prejuízo da independência. Conclui que “um partido de propaganda que não deseje ser um agitador estéril, deve considerar-se um pequeno Estado no seio do grande Estado que se propõe a transformar”.⁹⁷

No segundo – “Da qualificação” –, propõe que a qualificação no partido deve ser geral, sem distinção de sexo, idade, de cor, religião ou nacionalidade. Em “Da divisão

⁹⁴BOCAIUVA, Quintino. Assembléia do Partido Republicano. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. II. p. 396-415.

⁹⁵BOCAIUVA, Quintino. Assembléia do Partido Republicano. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. II. p. 399.

⁹⁶BOCAIUVA, Quintino. Assembléia do Partido Republicano. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. II. p. 400.

⁹⁷BOCAIUVA, Quintino. Assembléia do Partido Republicano. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. II. p. 402.

do trabalho”, terceiro tópico, trata da articulação das diferentes iniciativas dos membros do partido em prol da causa comum. Nesse sentido, propõe a criação de serviços de propaganda em todas as localidades, em todas as esferas sociais e de “comissões especiais que se incumbam por um plano metódico, de reunir e arregimentar todos os elementos dispersos que podem ser proveitosos à causa comum”.⁹⁸ Ao tratar “Da imprensa”, defende que a “proliferação dos jornais republicanos tem sido prejudicial à nossa causa” porque pequenos jornais têm pouca influência nas localidades. A partir desta premissa, sugere que, para a propaganda, a existência de três grandes jornais (um ao norte, outro no sul e um na capital) seria melhor. Nesse tópico, o tema da disciplina partidária é retomado: “Nessas condições a disciplina, a coesão, a unidade de esforços, a uniformidade do plano estratégico, a justa distribuição das forças em obediência a um princípio de comando são essenciais e imprescindíveis.”⁹⁹

Nos dois últimos tópicos – “Da caixa geral do partido” e “Do régimen da nossa propaganda” –, trata-se da questão da fonte de recursos para a propaganda do partido e da importância da propaganda por “sermos um partido de discussão e não de conspiração”.

Ao longo do detalhamento das propostas que visam à organização do partido, Bocaiuva aborda o tema da propaganda. Tal como a questão anterior, diferentes textos e autores tratam do tema. O ponto que nos interessa é destacar que havia uma forte preocupação e discussão sobre a propaganda. Por mais que a falta de coesão tenha funcionado, segundo a avaliação dos próprios republicanos, como um entrave à divulgação das ideias, havia um esforço e uma valorização das atividades que visavam a dar publicidade ao partido e à sua bandeira. A justificativa, o sentido e os meios da propaganda foram afirmados nos seguintes termos:

Vivendo em um país que foi constituído o patrimônio de uma família privilegiada, aonde o governo da sociedade tornou-se o monopólio das facções alternativamente favorecidas pela graça especial do soberano, aonde a soberania popular sofismada e anulada é impotente para influir na direção dos negócios públicos; aonde a política tornou-se a profissão de uma classe, cumprindo apenas ao povo obedecer às leis em que não colaborou e pagar os impostos que ele não concorreu para votar, é conveniente e indispensável despertar por todos os modos a vida pública, chamar todas as profissões sociais à participação dos negócios do

⁹⁸BOCAIUVA, Quintino. Assembléia do Partido Republicano. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. II. p. 403.

⁹⁹BOCAIUVA, Quintino. Assembléia do Partido Republicano. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. II. p. 406.

Estado, ilustrando-as pelos cursos populares de instrução no estudo das questões sociais; interessando-as pelos debates públicos nos negócios políticos; doutrinando-as, enfim, pela imprensa.¹⁰⁰

É interessante notar que, na justificativa acima, a descrição das condições sociais nas quais a propaganda iria ocorrer, consiste em uma avaliação republicana da monarquia. Bocaiuva fala em uma linguagem atraente para a plateia, que partilha tais premissas por ser parte do movimento republicano. É também digno de nota que a campanha não visava convencer, atrair a população pelos bons argumentos ou boas razões, mas doutriná-la.

Tratemos da chamada Questão Militar, que marcou o final do Império. As crises decorrentes da insatisfação dos oficiais com os gabinetes culminaram com o conflito com o gabinete Ouro Preto. A princípio, não havia uma questão propriamente dita, mas quebra da hierarquia e insubordinação de alguns militares. Como declarou o próprio Ouro Preto a respeito do caso Benjamin Constant, tratava-se simplesmente de aplicar medidas disciplinares aos oficiais que haviam quebrado a hierarquia. Ouro Preto teria advertido Cândido de Oliveira: “devia tê-lo [Constant] preso; só assim poderia ser corrigida a falta de um oficial que se pronuncia contra seus superiores diante deles, e ainda mais de oficiais estrangeiros”.¹⁰¹ Tudo se reduziria a um problema legal e constitucional: os militares são subordinados ao gabinete e devem acatar suas ordens. No entanto, por incompetência de uns ou habilidade de outros, a solução legal ficou inviável quando o problema emergiu como questão política. Nesse embate, os militares, com o aporte do Positivismo, cresceram politicamente e transformaram um descontentamento de oficiais com o gabinete em um enfrentamento entre o Exército e o poder constituído.

A relação entre esses dois focos de descontentamento, os republicanos e os militares, nas últimas décadas do século XIX, não correspondia a uma parceria, mas a ações independentes. No entanto, isso não impedia que o clima, a crise, a instabilidade, enfim, o arsenal de um fosse aproveitado pelo outro. De outra forma, ambos são partes integrantes da crise que assolou o Império, tanto como responsáveis quanto como evidência e efeitos da mesma. Os embates na Corte entre oficiais e ministros evidenciavam uma fragilidade política que estimulava a ação dos republicanos; as

¹⁰⁰BOCAIUVA, Quintino. Assembléia do Partido Republicano. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. II. p. 409.

¹⁰¹VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959. p. 169.

críticas e as denúncias destes, além de seu trabalho de proselitismo político, podiam aparecer, por sua vez, como deixas para os oficiais descontentes.

O encontro dos dois processos – campanha republicana e questão militar – se deu no final de 1889, quando os republicanos se aproximaram dos militares insatisfeitos da Corte.¹⁰² Dois depoimentos, conflitantes quanto a datas, confirmam a iniciativa dos republicanos cariocas em se aproximarem dos militares insatisfeitos com o objetivo de instaurar a República. No dia 7 de novembro, Medeiros e Albuquerque foi contatado por Aristides Lobo e incumbido de ir a São Paulo levar cartas que inteirassem os paulistas das articulações em andamento na Corte.

Senhor de todos os pormenores [dos planos para o levante do dia 10], cabia-me contá-los a Glicério e Campos Sales, para que estivessem prevenidos. Um deles devia mesmo vir imediatamente para o Rio. Levava apenas cartas de Aristides e Quintino, que me acreditavam como enviado especial.¹⁰³

O depoimento de Campos Sales endossa que a iniciativa teve sua origem no Rio de Janeiro e que os paulistas só foram informados a dias da data marcada para a tomada do poder.

No dia 6 de novembro de 1889, recebi uma carta de Aristides Lobo, entregue com todas as precauções por seu sobrinho, o ardoroso republicano Francisco J. da Silveira Lobo, na qual me dava parte do que se passava no Rio de Janeiro, das confabulações entre republicanos e algumas altas patentes do Exército, e me prevenia para que dispusesse os elementos paulistas de modo a poderem intervir com eficácia no momento oportuno, visto que, ponderava ele, o movimento revolucionário ganhava terreno e tudo indicava a proximidades da ação decisiva.¹⁰⁴

Dois desdobramentos são possíveis a partir do exposto acima. O primeiro diz respeito à questão quem usou quem na Proclamação. O segundo, à relação que pode ser estabelecida entre o 15 de novembro e o que existia de pensamento republicano no Brasil.

Parte dos críticos da República no Brasil insiste em nomear o 15 de novembro como aquartelada. A ideia que se pretende afirmar é de que a República teria sido contaminada pela forma “espúria” pela a qual originou. O visconde de Ouro Preto,

¹⁰²MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e documentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913. p. 199; COSELECCHI, José E. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 33-34.

¹⁰³ALBUQUERQUE, Medeiros de. *Quando eu era vivo...* – Memórias 1867 a 1934. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1942. p. 79.

¹⁰⁴SALLES, Campos. *Da propaganda à Presidência*. Brasília, Editora UnB, 1983. p. 26-27.

chefe do último gabinete e que foi destituído por Deodoro, afirmou:

que não perdurará e menos fará a felicidade da pátria a república, que se levantou sobre os broqueis da soldadesca amotinada. Vem de uma origem criminosa, realizou-se por meio de um atentado sem precedentes na história e terá uma existência efêmera, se não falham os supremos princípios da moral e da justiça.¹⁰⁵

Ao contrário da previsão, a República perdurou, assim como os juízos negativos acerca de sua origem. Em um texto de 1960, encontramos a mesma avaliação negativa.

Ela [a República] veio nesse ano porque não encontrou da parte dos monarquistas a reação armada que os acontecimentos lhes indicavam e impunham. Mais uma vez, viu-se, em 15 de novembro de 1889, minoria vitoriosa pelo poder das armas impor seus desejos e pontos de vista à nação. Isto é verdade porque os republicanos chegaram ao poder através de uma revolução que não contou com o apoio popular, quer no Rio de Janeiro, quer nas demais localidades brasileiras. (...) É patente que a República só conseguiu sobreviver no País com o apoio das espadas de Deodoro e Floriano Peixoto, porque lhe faltavam raízes na formação nacional e na opinião pública brasileira (...).¹⁰⁶

Ora, uma República que não tem suas raízes na opinião pública, que não se fundamenta na adesão popular, seria uma República que, já na sua origem, mostrar-se-ia como equívoco. Com a crítica à Proclamação, pretendia-se atingir a própria ideia e o projeto de República. Independentemente de como sejam referidos os eventos de novembro de 1889 (golpe, quartelada, complô), isso não diz respeito à República. O 15 de novembro e a República não são a mesma coisa. Como enfatiza Carvalho,

o fato de ter sido a proclamação um fenômeno militar, em boa parte desvinculado do movimento republicano civil, significa que seu estudo não pode, por si só, explicar a natureza do novo regime. (...) De outro lado, seria incorreto desprezar os acontecimentos de 15 de novembro como se fossem simples acidente.¹⁰⁷

Identificar os dois, tanto para diminuir quanto para enaltecer a República, tratando-os como acontecimento único, parece-nos uma armadilha. O primeiro corresponde a um evento, a um episódio, já a segunda corresponde ao trabalho de difusão de uma ideia, de um projeto político, por pelo menos 20 anos. A distinção não nos autoriza, entretanto, a negar qualquer relação entre os dois, afinal, a inauguração da República no Brasil ocorreu com a Proclamação.

¹⁰⁵OURO PRETO, Visconde de. *O advento da dictadura militar no Brasil*. Paris: F. Pichon, 1891. p. 104.

¹⁰⁶JOSÉ, Oiliam. *A Propaganda Republicana em Minas*. Estudos Sociais e Políticos. Belo Horizonte, nº 12, FDUFG, 1960. p. 161-162.

¹⁰⁷CARVALHO, José Murilo de. *Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 35-36.

Houve, como dissemos acima, o encontro de dois focos de descontentamento com a política imperial. Um colocava em questão a própria existência da Monarquia, enquanto o outro questionava as políticas adotadas em relação ao Exército e quem deveria comandá-lo. Um contrapunha República à Monarquia, enquanto o outro, *cidadãos de farda a casacas*.¹⁰⁸

A distinção e diferença entre ambos os processos, as demandas que os motivavam, bem como os sujeitos que mobilizavam podem ser percebidos nos relatos dos acontecimentos. É pertinente afirmar que os participantes dos acontecimentos do dia 15 não tinham certeza do caráter, nem do alcance destes. Não havia clareza do que haviam feito ou participado e de suas implicações. Os acontecimentos do dia 15 devem ser colocados no plural: proclamações da República e “guerra dos vivos”, enfatizando as diferentes perspectivas e projetos dos sujeitos envolvidos, como faz Carvalho.¹⁰⁹

A incerteza se explica pelo fato de que essas definições não antecederam à mobilização, mas a seguiram. Na tarde do dia 15, os republicanos estavam apreensivos diante da ausência de “um ato positivo que proclamasse a República” e da fala de Constant sobre uma consulta à nação para que esta decidisse seus destinos. Em 1913, Monteiro apontava quatro motivos para a insegurança dos protagonistas do 15 de novembro quanto ao seu desfecho. A falta de uma declaração de Deodoro acerca da República propriamente dita; a falta de adesão à República, até o dia 16, do Comandante de Armas da Bahia; as dúvidas sobre o posicionamento da Marinha; e, por fim, o fato de o navio que transportava a família real ainda não ter arreado a bandeira imperial.¹¹⁰ Os republicanos, receando pelo pior, procuraram influenciar Deodoro “a abalar em favor da República a sua sensibilidade de emotivo”. Foi esta iniciativa que, segundo Vianna, garantiu a República: “Sem este grupo de entusiastas e dedicados, tudo parece indicar que a república seria, a 15 de novembro, uma tentativa abortícia, com uma duração momentânea, de relâmpago (...)”¹¹¹

Duas outras iniciativas tomadas ainda no dia 15 podem ser consideradas como evidências das dúvidas que pairavam no ar, bem como tentativas de consumir a queda da Monarquia. No Rio de Janeiro,

¹⁰⁸VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

¹⁰⁹CARVALHO, José Murilo de. *Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 36.

¹¹⁰MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e documentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913. p. 210-211.

¹¹¹VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959. p.180.

(...) o povo reunido em massa na câmara municipal fez proclamar, na forma da lei vigente, (...) o Governo Republicano. Convencidos de que os representantes das classes militares que virtualmente exercitam as funções de governo no Brasil, sancionarão este ato, esperam os abaixo-assinados a pronta e imediata proclamação da República.¹¹²

Em São Paulo, a Comissão Central do Partido reuniu-se no escritório de Campos Sales e Bernardino de Campos e, segundo nota do *Correio Paulistano* (15 nov. 1895), “deliberou desde logo prestigiar o movimento do Rio, proclamando aqui a forma de governo”.¹¹³

O relato de Lobo de que “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava” e que “muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada” deve, então, ser tomado com precaução. Talvez devamos entender por “povo” não só a “arraia-miúda”, mas o conjunto da população que não estava diretamente envolvido nas articulações ou conspiração. Coselecchi afirma que, “para São Paulo, mais do que para o Rio de Janeiro, vale a assertiva de Aristides Lobo”.¹¹⁴ Figuras proeminentes do movimento republicano, como Silva Jardim, Antonio Olinto e João Pinheiro, também devem ter ficado “bestializados” com a notícia da Proclamação. “Ignorávamos em Ouro Preto tudo que se tramava no Rio”, relatou Olinto,¹¹⁵ surpreso com o telegrama que recebeu quando se preparava para jantar. Jardim só soube do que estava ocorrendo por intermédio de seu vizinho, que voltava da cidade na manhã do dia 15. Por causa de suas divergências com Bocaiuva, ele não fora informado dos planos nem das articulações entre republicanos e militares.¹¹⁶

Alguns jornais, em suas edições nos dias seguintes ao 15 de novembro, não fazem referências aos eventos do Campo de Santana como a Proclamação. O *Tymbira* não faz qualquer alusão à Proclamação nas edições entre o final de 1889 e o início de 1890. A primeira referência à Proclamação só apareceu na edição de 15 de maio de 1890. A leitura destas edições por um leitor desavisado não o levaria a concluir que a Monarquia fora derrubada. *A Nação*, na edição dos dias 15 e 16 de novembro, noticia os

¹¹²PORTO, Manoel E. C. *Apontamentos para a História da República*. [1890] São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 75.

¹¹³COSELECCHI, José E. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 58.

¹¹⁴COSELECCHI, José E. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 34.

¹¹⁵Apud JOSÉ, Oíliam. *A Propaganda Republicana em Minas*. Estudos Sociais e Políticos. Belo Horizonte, n° 12, FDUFG, 1960. p. 140.

¹¹⁶MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e documentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913. p. 209-210.

eventos não em termos de mudança de forma de governo, mas em “deposição de ministros pelo exército” e da “situação extremamente difícil”. O *Correio do Povo* não tem edição no dia 15 de novembro, mas na do dia 16 traz a Proclamação e os primeiros decretos do governo Provisório.

O juízo de Lobo não pode ser usado, então, como argumento contra os republicanos e a República, pois muitos dos que assistiram, acompanharam e participaram dos eventos daquela manhã não tinham certeza de estar promovendo ou assistindo à queda da Casa de Bragança. Insistimos: esta definição só foi feita nas horas seguintes, conforme os relatos da época. O 15 de novembro — Proclamação, golpe, aquartelada ou desfile — não se presta, portanto, como alegoria ou metáfora para a República ou para o grau de adesão popular à sua causa, seja enaltecendo-a ou denegrindo-a.

A fragilidade organizacional dos republicanos colocara-os como reféns dos militares na Proclamação, que teria sido levada a cabo pelos homens de farda e não pelos republicanos históricos – de atuação secundária. Reforça este argumento o fato de terem sido militares os primeiros presidentes, constituindo a chamada República da Espada. Os militares, no embate que travavam com o Gabinete Ouro Preto, teriam se utilizado dos republicanos para alcançar o poder, ao acenar com a possibilidade de mudança da forma de governo. Nesta linha de raciocínio, para os republicanos, o 15 de novembro teria sido uma falsa vitória. O apoio do Exército teria custado a direção da iniciativa. Os militares implantaram a República, conforme a entendiam.

Se, na perspectiva da década seguinte à Proclamação, a descrição acima procede, o mesmo não pode ser dito para as fases posteriores. Apesar da instabilidade e turbulência inicial, os republicanos, já na passagem do século, assumiram o comando da República e lhe deram o formato institucional possível dentro do que pretendiam. O caos, as indefinições, as idas e vindas que marcaram a República até Campos Sales, foram substituídos por um arranjo político capaz de fortalecer a presidência em uma federação.¹¹⁷ A descentralização como apresentada no Manifesto Republicano foi substituída pela Política dos Governadores, mas a federação permaneceu.

Se o balanço final é favorável aos republicanos, pois conseguiram recuperar o

¹¹⁷JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. QUEIROZ, Suely R. R. de. *OS Radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986; LESSA, Renato. *A Invenção Republicana – Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

comando político que os militares haviam monopolizado, a questão de quem foi usado por quem pode ser recolocada. Talvez devêssemos pensar que foram os republicanos que se aproveitaram do descontentamento militar. Nesse caso, aquilo que era a princípio uma disputa de poder interna à Monarquia foi transformado em ação política antimonárquica. O descontentamento de lideranças militares com o *status* político que lhes era atribuído e/ou com o tratamento que vinham recebendo de alguns ministérios assumiu cores de oposição política e desfecho de contestação dinástica. E mais: ao agirem assim, os republicanos estavam compensando a ausência de uma mobilização popular em prol da mudança da forma de governo. Assim, o recurso ao (ou manipulação do) Exército pode ser compreendido como estratégia.

O 15 de novembro e a não participação popular

A ausência de participação popular na derrubada da Monarquia tem sido apontada como indício da apatia da população. Com base no depoimento de Lobo, duas noções têm sido reafirmadas: que o povo brasileiro não se interessava pela política e/ou que a bandeira republicana não o sensibilizou. Daí a Proclamação ter sido feita através de um golpe militar, que mais parecia uma aquartelada e/ou um desfile, com o povo *bestializado* assistindo àquela encenação, expressão grandemente difundida na historiografia. O ato inaugural da República já conteria, assim, toda a fragilidade que veio a se manifestar nos anos seguintes. Uma *res publica* sem povo. Esta pode ser considerada a questão de fundo de análises como as de Vianna,¹¹⁸ na qual a inexistência do povo torna imperiosa a sua criação por uma elite dirigente.

A tese da apatia, do desinteresse popular pela política e seus temas, de certo apolitismo do povo brasileiro, da falta de sentimento coletivo, foi uma caracterização do Brasil pela negativa questionada por Carvalho, em *Os Bestializados*.¹¹⁹ No lugar de procurar o povo no 15 de novembro, Carvalho o busca em um acontecimento próximo, a Revolta da Vacina. A eclosão dessa revolta não confirma a tese da falta de interesse pelas questões da política, pelo coletivo, pelo contrário, indica claramente que a participação popular ocorria quando seus valores e práticas eram ameaçados. De outra forma, a ausência de participação indicada até então estaria sendo baseada não nos valores de uma população, mas naquilo que a teoria, a historiografia ou as lideranças

¹¹⁸VIANNA, Oliveira. *Problemas de organização e problemas de direção*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

¹¹⁹CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

consideravam como o comportamento válido. O foco estava no lugar errado e a conclusão era, em decorrência, viciada. Como afirma o autor, o que tínhamos não eram bestializados, mas bilontras.

A segunda noção decorrente da observação de Lobo, a de que a causa republicana não tinha adesão popular, aparentemente, é incontestável. No entanto, acreditamos que deva ser relativizada. A falta de adesão explícita através de atos e ações concretas no 15 de novembro não pode ser traduzida como indiferença à causa republicana. A participação no evento, no episódio, nos acontecimentos deste dia, não deve ser extrapolada e tomada como indicador do grau de adesão à República.

A performance do dia 15 não corresponde ao ápice de um plano montado pelos republicanos. Como dito anteriormente, esses souberam usar um descontentamento militar com o gabinete, transformando-o em algo maior, o fim da Monarquia. Se a atuação nesse dia fosse inequívoco indicador de uma adesão total e visceral às propostas republicanas, as dúvidas dos protagonistas sobre o alcance e o sentido do que haviam promovido naquela manhã não teriam ocorrido. No entanto, os relatos indicam o contrário. Ora, sendo assim, é mais do que compreensível que, para a população, aquilo tenha parecido uma parada militar – porque isto é o que de fato foi. De outra forma, só na noite do dia 15 é que aquela manifestação militar foi elevada à condição de Proclamação da República. A falta de ação ou de um papel mais ativo no evento específico não permite tirar conclusões para além do seu significado concreto: a participação em um evento. A adesão ou não à bandeira republicana deve ser procurada em outros locais e acontecimentos.

Para além dessas considerações, é fundamental não perder de vista a dinâmica da política no Império. O jogo político era mais próximo a uma situação hobbesiana, em que a vontade do mais forte prevalecia pelo uso da força e da intimidação.

Não havia um cenário público em que as divergências fossem debatidas e explicitadas, no qual as contendas fossem resolvidas pelo convencimento ou pela astúcia. Os embates e discordâncias entre iguais no Parlamento eram suplantados e sufocados por um poder extraparlamento, extra-ágora: o quarto poder, o Poder Moderador. Sendo assim, essa dinâmica não cria ou reforça uma noção de território público como integrante da política. Pelo contrário, a política aparece como a prevalência momentânea da vontade individual e particular do Imperador, denominada

“poder pessoal”. Nomeá-la dessa forma reduzia o Imperador, “chefe supremo da nação e seu primeiro representante”,¹²⁰ a um indivíduo que exercia o poder arbitrariamente, a um tirano.

O problema não está, parece-nos, no fato de uma vontade se impor sobre as demais, mas na forma como isto se dava. Insistimos, não decorria do convencimento ou da astúcia, mas da força, da simples imposição, da coação, da intimidação. A vontade última a prevalecer era a do Imperador, que tinha a prerrogativa de nomear e destituir gabinetes. O Poder Moderador representava a *ultima ratio* do Imperador. A política aparecia como a vontade imperial e não como o acordo/desacordo das individualidades, grupos, organizações que constituíam a sociedade. As regras políticas ficavam sempre à mercê dessa vontade. A insatisfação com essa preponderância, entendida como a negação da política, é uma das ideias centrais do Manifesto Republicano.¹²¹

As condições da luta política hão variado completamente de certo tempo a esta parte. Já não são mais os partidos que pleiteiam, no terreno constitucional, as suas ideias e os seus sistemas. São todos os partidos que se sentem anulados, reduzidos a impotência e expostos ao desdém da opinião pela influência permanente de um princípio corruptor e hostil à liberdade e ao progresso de nossa pátria.¹²²

Em sentido oposto, os novos liberais na década de 1880 buscam contornar os obstáculos constitutivos da Ordem Saquarema e do poder pessoal de Pedro II, isto é, do Poder Moderador. Invertendo a lógica das críticas liberal e republicana, esse poder “deixava de se apresentar como a raiz de todos os males, para se tornar o caminho da reforma”.¹²³ Enquanto uns pretendiam acabar com o poder pessoal do monarca, outros queriam usá-lo como caminho das mudanças, oposição que esconde a concordância básica: a vontade do monarca sempre se impunha.

É claro que o monarca não dispensava o apoio dos políticos e das lideranças. Podemos dizer que, de certa forma, ele dependia desse apoio. No Império, para ocupar cargos ou ter suas propostas implementadas como políticas de governo, era mais eficiente gozar da intimidade da família imperial do que atuar no Parlamento ou na praça pública. O efeito disso é que décadas de tal prática impediram que a política fosse

¹²⁰BRAZIL. *Constituição Política do Império do Brasil* (de 15 de março de 1824). art. 98.

¹²¹Manifesto Republicano (1870). PESSOA, Reynaldo C. In: _____. *A Idéia Republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973. p. 36-62.

¹²²Manifesto Republicano (1870). PESSOA, Reynaldo C. In: _____. *A Idéia Republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973. p. 41.

¹²³ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 119.

percebida como o espaço do coletivo, do público propriamente dito, identificando-a com a vontade privada e particular dos poderosos.

Se, nas monarquias constitucionais, a coroa representa a continuidade do Estado e os gabinetes a perenidade dos governos, no Brasil, à medida em que os gabinetes eram nomeados e destituídos pelo monarca, essa representação ficou comprometida. E mais, a dissociação entre governo (gabinetes ministeriais) e coroa tendeu a desaparecer, uma vez que o Poder Moderador destituía e instituía governos à sua vontade. O elemento que deveria representar a estabilidade capaz de sobreviver às crises e constantes trocas governamentais, bem como garantir a permanência a despeito das transformações sociais e oscilações políticas — a Coroa —, interferia de tal forma no jogo político que passou a ser o próprio foco da instabilidade. O Imperador, ao fazer política, atuou mais como um *partido* do que como *coroa*. O problema é que, ao agir assim, despia a mística do corpo do rei como coletivo e imortal, prevalecendo somente o rei como mortal e individual. Atuava na prática como mais um “grupo” que buscava se impor aos demais, estando sujeito, portanto, aos ataques próprios dos conflitos e disputas da política partidária. Em resumo, perdia as prerrogativas de monarca e se tornava partidário sem abrir mão da coroa e se tornar um partido, ou seja, perdia as garantias da casa real sem adquirir a elasticidade e o pragmatismo próprios dos partidos.

Dadas as características da política imperial, a supremacia de uma vontade particular — a do Imperador — sobre as demais, a população não só não participava como poderia entender que este jogo não lhe dizia respeito. Por mais que estivesse sujeita aos efeitos da política, das trocas de gabinetes, sua exclusão sistemática fazia com que atuasse como espectadora. Como definia a Constituição de 1824, eram cidadãos mas não eleitores, nem elegíveis. “Cidadãos”, mas passivos, em nome de quem se fala. Os privilégios da fala e da ação políticas institucionais eram restritos aos que acresciam à condição de cidadãos valores de bens de raiz. Ao longo de décadas da política imperial, a Ordem Saquarema teve como pressuposto a exclusão dessa população e, como efeito, o seu afastamento. É digno de nota que a população só participava da política imperial sob a forma de assalto, isto é, revolta. Não havia formas nem canais institucionais para a participação dos pobres. Não havia capilaridade entre o mundo da política e o mundo da rua. Poderíamos afirmar mais: dentre as prerrogativas da elite no Império, estava incluída a possibilidade de participar da política, fazendo

com que a ordem social e a política se sobrepusessem. Ora, sendo assim, é mais do que razoável que essa população ao assistir o 15 de novembro tenha (não) atuado como sempre o fez nas trocas de gabinetes: observando e esperando.

A “apatia” da população, normalmente tida como falta de adesão à República, pode ser vista também como falta de apoio ao Império. Nunca é demais afirmar: assistiram bestializados não só à Proclamação da República mas também à derrubada da Monarquia. Nesse sentido, podemos afirmar que, se não houve adesão à República, também não houve defesa da Monarquia.

Uma mudança social na qual a população atuou de forma mais incisiva e significativa talvez tenha sido quando da Abolição da escravidão. Pelo menos, é o que podemos inferir pelos festejos que marcaram a semana de 13 a 20 de maio de 1888.¹²⁴ A estratégia dos abolicionistas, que buscaram ultrapassar os limites da política institucional, certamente muito contribuiu para isto.¹²⁵ Por outro lado, não podemos desconsiderar que a questão da escravidão era muito próxima da população e possuía visibilidade e concretude para qualquer habitante do Império. Diferente, portanto, das trocas de gabinete, que apareciam como uma questão distante, que só indiretamente chegaria ao homem comum. Ainda mais porque essas trocas não se traduziam em mudanças significativas, eram mais troca dos grupos no poder do que de orientação de governo. “Se há muito riso quando um partido sobe, também há muita lágrima do outro que desce, e do riso e da lágrima se faz o primeiro dia da situação, com no Gênese”, resume Machado de Assis.¹²⁶

Os partidos, uma vez no poder, atuavam de forma mais semelhante do que os discursos inflamados faziam crer. De tal semelhança entre partidos, há vários registros. Em 1876, na crônica “Tipos Políticos”, publicada em *O Globo*, Gibon afirmava que o Partido liberal era “demagogo e quase socialista na oposição, partido regular em nome e áulico no poder.” Em *Esau e Jacó*, Batista lembra que o “visconde de Albuquerque ou de outro senador que dizia em discurso não haver nada mais parecido com um conservador que um liberal, e vice-versa”.¹²⁷ Intérpretes do Império confirmaram este juízo. Vianna identifica aí a inconsistência dos partidos, meros “agregados de clãs

¹²⁴MIRANDA, J. A. *et al. Maio de 1888 — Poesias distribuídas ao povo*, no Rio de Janeiro, em Comemoração à Lei de maio de 1888. Rio de Janeiro: ABL, 1999.

¹²⁵ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 117-118.

¹²⁶ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. [1908] Cap. XLVII.

¹²⁷ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. [1908] São Paulo: Nova Cultural, 2003. Cap. XLVII.

organizados para a exploração em comum das vantagens do Poder”.¹²⁸ Mattos a atribui ao fato de os saquaremas exercerem uma direção e uma hierarquia em relação aos luzias.¹²⁹ Independentemente das razões, havia, ao que tudo indica, enorme semelhança entre os partidos, o que nos leva a crer que as mudanças de gabinete na Corte não se faziam sentir no cotidiano das camadas populares ou pobres livres.

O abolicionismo, por seu turno, tratava de uma questão mais concreta e próxima da população. Algo que era vivido por ela no seu dia-a-dia, que era constitutivo de sua experiência existencial. Já o republicanismo discutia abstrações da política que, na dinâmica imperial, não envolviam as pessoas comuns. Não faziam parte de seu cotidiano, apareciam como um mundo à parte, um jogo reservado aos machos ricos e brancos. A propaganda republicana tinha, portanto, que traduzir para a linguagem e experiências cotidianas do homem comum os temas da política e da República. Essa situação pode explicar a passividade popular quando da derrubada do Império, que, talvez para essa população, não lhe dissesse respeito, estando mais próximo a uma troca de gabinete, que o discurso republicano queria admitir. Em todo caso, o que nos parece relevante é buscar identificar como as ideias de República e de Monarquia estavam sendo apresentadas e requalificadas junto à população através da campanha republicana.

Uma política da escrita¹³⁰

Para que nossa proposta possa ser levada a cabo, faz-se necessário um aporte teórico que trate dos efeitos dos discursos no mundo social, das variáveis que produzem sua credibilidade e seu reconhecimento, bem como do uso da literatura como fonte em uma análise histórica. A discussão presente nas próximas páginas, baseada principalmente em Jacques Rancière, Pierre Bourdieu e Wolfgang Iser, pretende construir uma base teórica que permita subsidiar a análise desses poemas na perspectiva da problemática indicada anteriormente.

Em *A Economia das Trocas Lingüísticas*, Bourdieu¹³¹ discute a representação como variável cons/instituente do social. Suas proposições nos parecem de grande relevância para o trabalho que pretendemos fazer.

¹²⁸VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006. p. 16.

¹²⁹MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 129-133.

¹³⁰Este subtítulo é uma adaptação do título do livro de Jacques Rancière (*Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995).

¹³¹BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 81-125.

Ao longo desta tese, o conceito de representação será tratado conforme definição de Bourdieu, explicitada quando problematiza a busca de critérios “objetivos” da identidade “regional” ou “étnica”. Defende o autor que, na prática social, tais critérios

constituem objeto de *representações mentais* – vale dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos – e de *representações objetais*, coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica tendentes a determinar a representação (mental) que os outros podem construir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores.¹³²

Na construção do mundo social, as palavras adquirem poder estruturante (“sua capacidade de prescrever sob a aparência de descrever, ou então, de denunciar sobre a aparência de enunciar” – nos termos do sociólogo). A linguagem e os esquemas de percepção e de pensamento por elas propiciados tornam-se poder instituinte. Este poder ou dimensão do discurso não se encontra no universo linguístico *stricto sensu*, mas na sociedade em que está inserido.

O poder das palavras é um poder delegado. Elas tornam-se poderosas, capazes de orientar e informar a percepção da realidade, por tornarem-se falas autorizadas e serem reconhecidas como tais pelos ouvintes.¹³³ Assim, um discurso de contestação política é também uma contestação cognitiva. As ações somente são possíveis se houver uma visão de mundo que as vislumbre como críveis, possíveis, legítimas ou necessárias. Sendo assim, pretendemos fugir de uma concepção que põe a objetividade de um lado e a subjetividade de outro.

Entendemos que as formas de perceber o mundo social têm um efeito definidor do mesmo. Precisamos incorporar na análise do social os efeitos da teoria na própria constituição dessa dinâmica. Denúncia e enunciado, prescrição e descrição confundem-se nas falas. Na instituição de uma nova percepção do social, apresentada como fundamentada na razão e/ou em valores mais aceitáveis, as novas representações exibem, como enunciados e descrições, o que pode ser percebido como denúncias e

¹³²BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 107-108. A mesma ideia foi explicitada em “Identidade e a representação – Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989. p. 112.

¹³³“(…) A autoridade que se reveste a linguagem vem de fora, com bem o demonstra concretamente o cetro (*skeptron*) que se oferece ao orador que vai tomar a palavra na obra de Homero”. BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 87.

prescrições. Isto é, escondem-se, em uma suposta objetividade racional falas que são subjetivas e valorativas, como comenta Bourdieu.

Desse modo, o poder instituinte dos poemas, que supomos existir, deve ser procurado na sociedade, no *centro*, buscando-se a identificação da dinâmica que os autorizava. Isto não significa que serão tratados como secundários. Nosso interesse é articular uma produção discursiva que, por sua vez, instituía uma representação (e destituía outra), entendida como contestação política e cognitiva. Ao mesmo tempo, buscaremos destacar as forças/atores sociais que tornavam essa fala autorizada, legítima e reconhecida por aqueles a quem era dirigida.

A questão não é se a liberdade – um dos temas recorrentes nos poemas – é ou não um valor, mas como deve ser entendida e a quem se aplicaria. Mais do que difundir ideias, os poemas davam concretude, forneciam as balizas para compreensão de valores abstratos. A palavra, o ato de nomear, transforma o mundo exterior, material e objetivo, ao dotá-lo de significado (valor, utilidade). Se isto é verdadeiro para o mundo das “coisas”, dos objetos inanimados que nos cercam, é ainda mais para o universo das práticas sociais. As representações podem contribuir para produzir o que aparentemente descrevem.¹³⁴ A ação política

tem como objetivo produzir e impor representações (...) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer os grupos (...) produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmo e perante os demais.¹³⁵

Decorre disto que a subversão política é também uma subversão cognitiva, ou seja, visa destituir uma visão de mundo, substituindo-a por outra, pretendendo, assim, romper com a ordem e produzir um novo senso comum.

Os poemas revelam a existência de outras falas, juízos e opiniões acerca da República como proposição política para a organização da sociedade brasileira. Os poemas e seus autores agiam como comentários e comentaristas sociais, problematizando, denunciando, criticando e registrando comportamentos, episódios, acontecimentos, proposições e práticas da vida em sociedade através dos jornais. Assim, eram responsáveis pela circulação de temas e ideias no espaço coletivo, conformando

¹³⁴BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 107.

¹³⁵BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 117.

um espaço público no qual esses temas circulavam, influenciando uma opinião pública e constituindo representações acerca do bom e do mau governo, do justo e do injusto.

O texto literário fornece uma sugestão de inteligibilidade, de ordenamento e desvendamento do mundo. Ele estabelece relações, desde hierárquicas até causais, entre as várias manifestações do/no mundo. “Não consideramos o texto aqui como um documento sobre algo que existe – seja qual for a sua forma –, mas sim como uma reformulação de uma realidade já formulada”.¹³⁶ A “página em branco” na atividade da escritura, segundo Michel de Certeau, constitui

um espaço “próprio” [que] circunscreve um lugar de produção para o sujeito. Trata-se de um lugar desenfeitado das ambigüidades do mundo. Estabelece o afastamento e a distância de um sujeito em relação a uma área de atividades. Oferece-se a uma operação parcial, mas controlável. Efetua-se um corte no cosmos tradicional, onde o sujeito era possuído pelas vozes do mundo. Coloca-se uma superfície autônoma sob o olhar do sujeito que assim dá a si mesmo o campo de um fazer próprio.¹³⁷

A literatura transforma o turbilhão de acontecimentos, aparentemente aleatórios, o caos que marca a vida das pessoas, em algo dotado de sentido(s). Ao oferecer uma perspectiva ampla, a literatura permite ao sujeito enxergar de fora o mundo em que se encontra imerso. Esse entendimento do literário não nos leva a vê-lo como análise do real. Uma análise pretende ser uma explicação objetiva baseada em evidências do real, já a literatura, não. Entretanto, não podemos desconsiderá-la como forma de produzir uma inteligibilidade sobre o suposto real. Mesmo não sendo consensual entre os teóricos do literário, a defesa da literatura como produtora do real, como construtora da “realidade”, é um entendimento plausível e defensável.

Em *O Demônio da Teoria*, Antoine Compagnon faz um exaustivo levantamento sobre diferentes proposições acerca das “relações entre a literatura e realidade”, ou seja, da *mimèsis*.¹³⁸ Interessa-nos destacar, nesse longo apanhado, a legitimidade de entender a *mimèsis* como

(...) conhecimento, e não como cópia ou réplica idênticas: designa um conhecimento próprio ao homem, a maneira pela qual ele constrói, habita o mundo. Reavaliar a *mimèsis*, apesar do opróbrio que a teoria literária

¹³⁶ISER, Wolfgang. *O ato da leitura – Uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Edit. 34, 1996. v. 1, p. 16.

¹³⁷CERTEAU, Michel de. Usos da língua. In: _____. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 225.

¹³⁸COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria – Literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2001. Espec. Cap. III, O mundo.

lançou sobre ela, exige primeiro que se acentue seu compromisso com o conhecimento, e daí com o mundo e a realidade.¹³⁹

Após uma breve discussão sobre as proposições de Paul Ricoeur, Northrop Frye, Terence Crave e Carlo Ginzburg, afirma o estudioso francês que a *mimèsis* “(...) constitui uma forma especial de conhecimento do mundo humano, segundo uma análise da narrativa muito diferente da sintaxe que os adversários da *mimèsis* procuravam elaborar, e que inclui o tempo do reconhecimento.”¹⁴⁰

O jogo mimético constitui um dizer sobre o mundo, descolando deste as ambiguidades que turvam a compreensão daquele que está sujeito aos seus impactos e que busca compreendê-lo, ainda que crie novas ambiguidades, próprias do texto literário.

Uma análise supõe uma separação, decomposição de um problema em “n” partes. Estas, reduzidas à menor dimensão possível, são examinadas separadamente para serem posteriormente reunidas na síntese ou solução. Além da decomposição, a análise sugere a fundamentação em evidências objetivas e/ou empíricas todas devidamente demonstradas e citadas.

A criação literária, não sendo arbitrária (ninguém escreve a partir do nada), não autoriza a estabelecer, entretanto, uma relação direta e linear entre o mundo objetivo e tal criação. A escrita da literatura está marcada pela subjetividade do autor e pode ser entendida como apropriação simbólica do mundo. O conhecimento do mundo é feito por um sujeito concreto, marcado por uma cultura e por valores, que atribui significados àquilo que vê, que observa. Não constitui um receptor passivo diante de uma janela, mas um sujeito que filtra, hierarquiza, valoriza, despreza, ignora, relaciona, resgata, supõe, complementa e, principalmente, imagina e ficcionaliza. Caso contrário, só veria o caos, uma imensa quantidade de eventos aleatórios desfilando diante de si.

Além disso, não nos esqueçamos da importância do estilo ou da forma do texto na literatura. Os textos literários seguem, muitas vezes, preceitos estéticos e retóricos, cuja justificativa não se encerra na transitividade. Tais composições não se limitam à eficácia da comunicação, como um texto acadêmico ou administrativo. Elas jogam com palavras, figuras de linguagem, sons, citações que pretendem produzir um efeito no

¹³⁹COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria – Literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2001. p. 127.

¹⁴⁰COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria – Literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2001. p. 133.

leitor. Espera-se desses textos um trabalho linguístico, um jogo languageiro ou espessura de linguagem, não cobrados dos escritos que não se pretendem literatura.

Em “La ficionalización: dimensión antropológica de las ficciones literarias”, Wolfgang Iser se propõe a tratar “la ficcionalización como medio de realizar lo posible”.¹⁴¹ Assim, as ficções são entendidas não como o irreal, nem como o oposto da realidade, mas como “condiciones que hacen posible la producción de mundos, de cuya realidad, a su vez, no puede dudarse.”¹⁴² O argumento do teórico alemão sobre a ficcionalização nos parece extremamente útil, uma vez que não a restringe à literatura. Assim, a ficção é tratada como indissociável da própria compreensão do mundo, ao “quê” de imaginação que fornece sentido e empresta lógica a este próprio mundo. Afirma que

(...) no podemos hablar de ficción como tal, porque ésta sólo puede describirse en virtud de sus funciones, es decir, de las manifestaciones de su uso y los productos que resultan de ello. Esto es evidente incluso a primera vista: en epistemología encontramos ficciones a modo de presuposiciones; en la ciencia son hipótesis; las ficciones proporcionan la base de las imágenes de mundo y los supuestos por los que guiamos nuestras acciones son también ficciones. En todos estos casos, la ficción desempeña una tarea distinta: desde posturas epistemológicas es una premisa; en las hipótesis, es una prueba; en las imágenes de mundo, es un dogma cuya naturaleza ficcional debe quedar oculta, si se quiere evitar que la base se vea afectada; y en nuestras acciones diarias, es una anticipación.¹⁴³

O autor, ao longo do texto, estabelece o próprio e específico da ficção literária. Para nossa discussão, interessa também a afirmação das ficções não literárias, ditas do mundo ordinário, suposições, hipóteses e pressupostos.¹⁴⁴

Com base nas considerações acima, criam-se condições para responder à seguinte indagação: de que modo tratar os poemas como fontes na análise histórica? É

¹⁴¹ISER, Wolfgang. La ficionalización: dimensión antropológica de las ficciones literarias. In: DOMINGUEZ, Antonio Garrido (Comp.). *Teorias de la ficcion literaria*. Madrid: Arco/Libros, 1997. p. 44.

¹⁴²ISER, Wolfgang. La ficionalización: dimensión antropológica de las ficciones literarias. In: DOMINGUEZ, Antonio Garrido (Comp.). *Teorias de la ficcion literaria*. Madrid: Arco/Libros, 1997. p. 45.

¹⁴³ISER, Wolfgang. La ficionalización: dimensión antropológica de las ficciones literarias. In: DOMINGUEZ, Antonio Garrido (Comp.). *Teorias de la ficcion literaria*. Madrid: Arco/Libros, 1997. p. 46.

¹⁴⁴ISER, Wolfgang. La ficionalización: dimensión antropológica de las ficciones literarias. In: DOMINGUEZ, Antonio Garrido (Comp.). *Teorias de la ficcion literaria*. Madrid: Arco/Libros, 1997. p. 62.

esta uma questão chave da qual depende o andamento da nossa pesquisa sobre a campanha republicana.

A relação entre poesia e história perpassa diferentes e longas tradições, que precisam ser referidas. Uma delas¹⁴⁵ é a que tomava história e poesia como gêneros discursivos distintos, definidos a partir do que cada um deles trataria. A história abordaria o acontecido e a poesia, o verossímil, os possíveis.

Segundo o que foi dito se apreende que o poeta conta, em sua obra, não o que aconteceu e sim as coisas quais poderiam vir a acontecer, e que sejam possíveis tanto da perspectiva da verossimilhança como da necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem por escrever em verso ou prosa; caso as obras de Heródoto fossem postas em metros, não deixaria de ser história; a diferença é que um relata os acontecimentos que de fato sucederam, enquanto o outro fala das coisas que poderiam suceder.¹⁴⁶

Uma outra tradição excluía a poesia da política, especificamente da *politeia*, por considerá-la perigosa e portadora de fabulações que poderiam tolher a virtude dos guerreiros. No livro III, as críticas de Platão à poesia aparecem como uma censura, em função dos efeitos perniciosos que causaria nos combatentes e nos cidadãos, levando-os a temer mais a morte que a escravidão.

Rogaremos a Homero e outros poetas não nos levem a mal que eliminemos estas passagens e as outras semelhantes. Não que lhes falte poesia ou sejam desagradáveis aos ouvidos das gentes: porém, quanto mais belas, mas perigosas de ouvir em qualquer idade pelos que, destinados a ser livres, devem temer mais a escravidão que a própria morte.

(...)

Assim também devemos proscrever os nomes odiosos e terríveis de *Cocito*, *Estígio*, *manes*, *infernos* e outros semelhantes, que dão arrepios aos que os ouvem. É possível que sejam úteis de outro ponto de vista: é de temer, porém, que, pelo horror que inspiram, entibiem e quebrem o ânimo de nossos guerreiros.¹⁴⁷

Já no livro X, a restrição à poesia leva à recusa de sua “entrada em um Estado que se deve governar por leis sábias”¹⁴⁸ e, por conseguinte, à justificação da seguinte decisão: “tivemos razão de desterrá-la, de vez, de nossa república”.¹⁴⁹ Na obra platônica, na continuidade do diálogo com Glauco, Sócrates declara: “Estamos, pois, persuadidos

¹⁴⁵Aqui não inseridas a partir de uma ordem cronológica.

¹⁴⁶ARISTÓTELES. Poética. *Aristóteles*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Os pensadores). p. 47.

¹⁴⁷PLATÃO. *A República*. Bauru, SP: EDIPRO, 2001. p. 92.

¹⁴⁸PLATÃO. *A República*. Bauru, SP: EDIPRO, 2001. p. 399.

¹⁴⁹PLATÃO. *A República*. Bauru, SP: EDIPRO, 2001. p. 402.

de que esta espécie de poesia [imitativa, lírica ou épica] é indigna de nossos cidadãos e que nada tem de sério nem de chegado à verdade (...).”¹⁵⁰

Uma terceira tradição considerava a poesia (e a literatura) por demais subjetiva e imaginativa para ser usada como fonte histórica, já que tratava mais da visão do autor do que do “mundo”. Disto resultou que a poesia (e a literatura em geral) foi excluída do rol das fontes históricas pelas correntes historiográficas que, no século XIX, pretenderam dar cientificidade aos estudos históricos. Assim, a palavra “literatura” sofre um deslizamento de sentido no século XIX que marca a “passagem de saber para uma arte”.¹⁵¹ Sobre esta mudança, Rancière afirma que “no século XIX, essa palavra literatura, que designava um saber, passará a designar seu objeto. A literatura se torna propriamente a atividade daquele que escreve.”¹⁵² O deslizamento apontado por Rancière pode ser relacionado ao surgimento da Sociologia como disciplina, de acordo com a interpretação de Wolf Lepenies em *As Três Culturas*.¹⁵³ Segundo essa análise, no século XIX, assiste-se ao “confronto entre a fria razão e a cultura dos sentimentos, que caracteriza a concorrência entre as ciências sociais e a literatura”, na “competição entre ambas pela primazia de ser a doutrina de vida apropriada para a sociedade industrial.”¹⁵⁴

Essas tradições e prescrições foram re-avaliadas a partir de mudanças no entendimento da literatura, da política, do mundo, das fontes históricas e de suas relações. Essas mudanças permitem, a nosso ver, lançar mão de fontes literárias, especificamente poemas, para proceder a uma análise histórica. Nas considerações seguintes, buscamos indicar alguns autores e teses que permitem esse empreendimento. Não é nosso objetivo fazer um histórico exaustivo do estado da arte, o que consideramos já tenha sido feito por Luiz Costa Lima e Compagnon, entre outros.¹⁵⁵

Na passagem do século XVIII para o XIX, surge um novo regime de identificação da arte de escrever.¹⁵⁶ A despeito deste deslocamento e das teorizações correlatas, defende Rancière que:

¹⁵⁰PLATÃO. *A República*. Bauru, SP: EDIPRO, 2001. p. 403.

¹⁵¹RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Edit. 34, 1995. p. 25.

¹⁵²RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Edit. 34, 1995. p. 25.

¹⁵³LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.

¹⁵⁴LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 23.

¹⁵⁵LIMA, Luiz da Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria – Literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2001.

¹⁵⁶RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Edit. 34, 1995. p. 20.

A literatura não existe nem como resultado de uma convenção nem como efetuação de um poder específico da linguagem. Ela existe na relação entre uma posição de enunciação indeterminada e certas fábulas que põem em jogo a natureza do ser falante e a relação da partilha dos discursos com a partilha dos corpos.¹⁵⁷

Assim, seria próprio da literatura intervir na relação entre práticas, entre formas de visibilidade e modos de dizer que recortam um ou vários mundos, tornando-a política por definição, o que Rancière nomeia como “política da literatura”. Esta expressão

implica, entonces, que la literatura interviene en tanto que literatura en ese recorte de los espacios y los tiempos, de lo visible y lo invisible, de la palabra y el ruido. Interviene en la relación entre prácticas, entre formas de visibilidad y modos de decir que recortan uno o varios mundos comunes.¹⁵⁸

A novidade do termo “literatura” não reside em uma linguagem particular, mas em uma nova maneira de ligar o dizível e o visível, as palavras e as coisas.¹⁵⁹ Em suma, a literatura intervém diretamente na divisão do mundo, no modo como este é percebido e aceito, nos critérios e princípios de visão e di-visão. Isto a transforma em atividade política por excelência, não entendendo por isto a atividade política dos literatos e menos ainda seus textos políticos *stricto sensu*. Sobre esta última relação, Rancière a trabalha em três textos (e momentos) distintos, tanto em relação à literatura, quanto em relação à escrita e à poesia.

O primeiro deles, o prefácio de *La Politique des Poètes*, publicado em 1992, afirma que

Sans doute le titre de *la politique des poètes* demande-t-il quelques éclaircissements. On ne l'entendra pas, bien sûr, au sens d'une anthologie qui rassemblerait des spécimens significatifs de telle ou telle forme d'intervention de poètes dans le champ de la politique. Clairement, les articles définis de la politique de poètes visent l'appartenance du concept même du poète à la conceptualisation de la politique comme dispositions de l'agir humain et de la communauté humaine antérieure à toute constitution. Lors même qu'aucun article de loi constitutionnelle n'a à le prendre en compte, le poète appartient à la pensée de la politique.¹⁶⁰

Já no prefácio de *Políticas da Escrita*, encontramos a afirmação de que

Não é porque a escrita é o instrumento do poder ou a via real do saber, em

¹⁵⁷RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Edit. 34, 1995. p. 45.

¹⁵⁸RANCIÈRE, Jacques. *Política de la literatura*. Buenos Aires: Libros de Zorzal, 2011. p. 16-17.

¹⁵⁹RANCIÈRE, Jacques. *Política de la literatura*. Buenos Aires: Libros de Zorzal, 2011. p. 23-24.

¹⁶⁰RANCIÈRE, Jacques (Dir.). *La politique des poètes – Pourquoi des poètes en temps de détresse?* Paris: Albin Michel, 1992. p. 9.

primeiro lugar, que ela é coisa política. Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição.

Pelo termo de constituição estética deve-se entender aqui a partilha do sensível que dá forma à comunidade. Partilha significa duas coisas: participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação a distribuição dos quinhões.¹⁶¹

Sintetiza o filósofo, “a escrita é política porque traça, e significa, uma re-divisão entre as posições dos corpos, sejam eles quais forem, e o poder da palavra soberana, porque opera uma re-divisão entre a ordem do discurso e a das condições”.¹⁶²

No terceiro texto do mesmo autor, encontramos a presença das mesmas teses.

A reprodução destas citações tem por finalidade marcar a defesa e o entendimento da dimensão política dos poetas, da escrita e da literatura. O argumento de fundo nos parece coincidente e não sofreu modificações em função do que se dizia político. Assim, os poetas, a escrita e a literatura são políticos porque interferem na partilha do sensível “que define al mundo que habitamos: la manera en que éste se nos hace visible y en que eso visible se deja decir, y las capacidades e incapacidades que así se manifiestan”.¹⁶³ Mais ainda, são políticos porque participam da definição do que é

¹⁶¹RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Edit. 34, 1995. p. 7. A definição do conceito de partilha do sensível foi feita de forma detalhada em entrevista posterior. A citação é longa mas justifica-se em função da clareza da definição: “Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. O cidadão, diz Aristóteles, é quem *toma parte* no fato de governar e ser governado. Mas uma outra forma de partilha precede esse tomar parte: aquela que determina os que tomam parte. O animal falante, diz Aristóteles, é um animal político. Mas o escravo, se compreende a linguagem, não a 'possui'. Os artesãos, diz Platão, não podem participar das coisas comuns porque eles *não têm tempo* para se dedicar a outra coisa que não seja o seu trabalho. Eles não podem estar em *outro lugar* porque o *trabalho não espera*. A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela 'ocupação' define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum etc. Existe portanto, na base da política, uma 'estética' que não tem nada a ver com a 'estetização da política' própria à 'era das massas', de que fala Benjamin. Essa estética não deve ser entendida no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade de arte, pelo pensamento do povo como obra de arte. Insistindo na analogia, pode-se entendê-la num sentido kantiano – eventualmente revisitado por Foucault – como o sistema das formas *a priori* determinando o que se dá a sentir. É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”. RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível: Estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Edit. 34, 2005. p. 15-17. Ênfases no original. Parte dessa citação será retomada posteriormente.

¹⁶²RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Edit. 34, 1995. p. 8.

¹⁶³RANCIÈRE, Jacques. *Política de la literatura*. Buenos Aires: Libros de Zorzal, 2011. p. 20.

palavra deliberativa e o que é grito de prazer ou dor, e de quem está apto a proceder esta definição.¹⁶⁴

Essa última frase remete a considerações em torno das mudanças no entendimento e percepção da política, pois esta, assim como a literatura, também sofreu alterações, deixando de ser tratada exclusivamente na sua dimensão e manifestação institucional e/ou estatal. Há décadas, deixou de ser aceita só como a atividade dos partidos, governos e ideologias na luta pelo poder institucional, por cargos e postos de mando. A atividade política, seja para manter, tomar ou resistir ao poder, deixou de ser pensada como exclusividade de organizações e instituições políticas em termos restritos. A dominação e a resistência a ela passaram a ser identificadas nas microrrelações, nas salas de aula, no discurso médico, no cotidiano e em termos culturais,¹⁶⁵ pelo controle e domesticação dos corpos, por marcar (ou excluir) a presença dos corpos, de temas e assuntos como públicos. Por conseguinte, “a subversão política pressupõe uma subversão epistemológica, uma conversão da visão do mundo”, a desconstrução de uma legitimidade e sua substituição por outra.¹⁶⁶

A política pode ser tratada, então, como “la constitución de una esfera de experiencia específica donde se postula que ciertos objetos son comunes y se considera que ciertos sujetos son capaces de designar tales objetos y de argumentar sobre su tema”.¹⁶⁷ Nesse entendimento, a questão premente é “saber quién es apto para juzgar lo que es palabra deliberativa y lo que es expresión de desagrado. En cierto sentido, toda la actividad política es un conflicto para decidir qué es palabra o grito, para volver a trazar las fronteras sensibles con las que se certifica la capacidad política”.¹⁶⁸ Trata-se de uma definição que é sempre marcada pelo litígio e conflito, já que envolve disputa pela posse da fala autorizada que des-autoriza, a posse do *centro*. A especificidade do discurso de autoridade “reside no fato de que não basta que ele seja *comprendido* (...), é preciso que seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio”.¹⁶⁹

¹⁶⁴RANCIÈRE, Jacques. *Política de la literatura*. Buenos Aires: Libros de Zorzal, 2011. p. 16.

¹⁶⁵Dentre os vários autores que contribuíram para a construção desta nova abordagem do político e da política, destacamos Richard Hoggart, Michel Foucault, Cornélius Castoriadis, Edward Thompson, Michel de Certeau, Pierre Bourdieu e Jacques Rancière, entre outros.

¹⁶⁶BOURDIEU, Pierre. Descrever e prescrever. In: _____. *Economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 118.

¹⁶⁷RANCIÈRE, Jacques. *Política de la literatura*. Buenos Aires: Libros de Zorzal, 2011. p. 15.

¹⁶⁸RANCIÈRE, Jacques. *Política de la literatura*. Buenos Aires: Libros de Zorzal, 2011. p. 16.

¹⁶⁹BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 91. Ênfase no original.

Para além de serem recursos para a instituição e exercício do poder, os discursos, as falas autorizadas, ao serem reconhecidas como tais, colaboram para produzir a partilha do sensível e também formam e informam a percepção do mundo. Assim, é necessário incluir no real as lutas entre as representações que sobre ele se constroem,¹⁷⁰ isto porque a “realidade” é o lugar de uma luta permanente para definir a “realidade”,¹⁷¹ o que conforma o mundo social. Ou seja, “as representações que os agentes sociais possuem das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões.”¹⁷²

Em uma perspectiva que vise superar a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo, o mundo social pode ser compreendido como resultante do encontro das propriedades objetivas e das representações subjetivas.¹⁷³ As representações e construções discursivas sobre o mundo que nos cerca acabam por conformar nossa percepção deste mundo e, por conseguinte, o próprio mundo. A disputa pelas divisões do mundo acaba por construir as divisões do mundo. Nos discursos sobre o mundo, sobre os princípios de visão e divisão, o que está em questão é a suposta ontologia do mundo em que vivemos. O discurso que consegue assim aparecer, como falando das coisas como elas seriam de fato, produz, ao ser *reconhecido*, a visão de mundo por ele teorizada. Há aqui uma dupla questão. De um lado, as propriedades que conferem autoridade a uma fala; de outro, o efeito desta fala autorizada em produzir o que aparentemente descreve. O mundo social não é dado, objetivo apenas, mas relacional. É construído no e pelo cruzamento entre as propriedades objetivas e as representações acerca das mesmas.

Nomear, nesse sentido, seria modificar o mundo social na medida em que estabelece conexões entre práticas e “coisas” objetivas e ideias sobre estas práticas e “coisas”. Ou seja, como o mundo social é relacional, nomear é estabelecer (ou romper) ligações, é estabelecer *links*, construir uma significação.¹⁷⁴ Não é demais recordar

¹⁷⁰BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 108.

¹⁷¹BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 112.

¹⁷²BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 114. Ênfase no original.

¹⁷³A crítica a esta dicotomia entre objetivismo e subjetivismo ou ao que denomina “visão substancialista” foi feita por Bourdieu em vários textos, dentre os quais destacamos “Linguagem e poder simbólico” (*A Economia das Trocas Lingüísticas*), “Espaço Social e Poder Simbólico” (*Coisas ditas*), “Espaço social e espaço simbólico” (*Razões Práticas*) e “A identidade e a representação” (*Poder simbólico*).

¹⁷⁴LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Edit. 34, 1993. p. 72.

Bakhtin: o que ouvimos e falamos não são palavras, mas ideias.¹⁷⁵ E ideias são construídas na rede hipertextual, nas conexões fractais.¹⁷⁶ A nomeação estrutura e orienta nossa visão do mundo social. “Ao estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para construir a estrutura deste mundo, de uma maneira mais profunda quanto mais amplamente reconhecida (isto é, autorizada)”.¹⁷⁷

Ao modificar a percepção do mundo social, a nomeação pode ser diretamente pensada como política. Isto porque interfere na forma como são aceitos (ou recusados) os princípios de visão e di-visão deste mundo. Ou seja, informa nossa percepção do mundo e, assim, informa nossa aceitação (ou rejeição) às divisões deste mesmo mundo e, assim, a nomeação se torna parte das lutas sociais.

Neste sentido, parecem-nos muito reveladoras as análises do discurso regionalista levadas a cabo por Bourdieu.¹⁷⁸ Ao tratar o discurso regionalista como discurso performativo que produz o que aparentemente descreve, a região e a identidade regional, Bourdieu permite a conclusão de que “o mundo social é também representação e vontade”. Assim, as representações que os agentes sociais possuem das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões¹⁷⁹ se tornam objeto de disputa entre grupos, tanto na busca do reconhecimento da condição de fala autorizada, quanto pelo poder associado a esta condição, o de poder modificar (ou manter) a “realidade” através das mudanças (ou afirmação) dos princípios norteadores da percepção do mundo social.

Segundo Bourdieu,

as lutas simbólicas a propósito da percepção do mundo social podem

¹⁷⁵“Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial*”. BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999. Ênfase no original. Um adendo que se pode fazer a esta conceituação é que, apesar de não ouvirmos palavras e, sim, ideias, cada palavra traz em seu bojo uma carga específica de sentido, não havendo, portanto, sinônimos perfeitos.

¹⁷⁶LEVY, Pierre. *Imagens de sentido*. In: _____. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Edit. 34, 1993. p. 21-27.

¹⁷⁷BOURDIEU, Pierre. *Linguagem e poder simbólico*. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 81.

¹⁷⁸Ver BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989, espec. p. 116; BOURDIEU, Pierre. *Linguagem e poder simbólico*. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. espec. p-111-112

¹⁷⁹BOURDIEU, Pierre. *Linguagem e poder simbólico*. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 114.

adquirir duas formas diferentes. Do lado objetivo, pode-se agir através de ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a valerem determinadas realidades (...). Do lado subjetivo, pode agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, *os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo, ou seja, pelo exercício legítimo do efeito de teoria.*¹⁸⁰

A subjetividade e intencionalidade dos textos e seus autores – que, por algum tempo, foram consideradas fatores limitantes, que inviabilizavam seu uso como fonte histórica – podem ser vistas, assim, de um outro ângulo. A suposta fragilidade e inconsistência dessas fontes pode ser tratada como qualidade; sob uma nova perspectiva, aquilo que as excluía do rol das fontes aceitáveis pode ser visto como o que as autoriza na análise dos processos sociais. A intenção, implícita ou declarada, consciente ou não, e a subjetividade de um texto podem ser analisadas à luz de uma finalidade e/ou disputa por interferir nas formas de ver e perceber o mundo social. Mais do que uma distorção que coloca em xeque sua validade, temos, então, uma intencionalidade que pretende interferir nos princípios de visão e de di-visão do mundo social. A parcialidade pode ser lida como prescrições, como expressão de um *locus* social e de uma proposta de intervenção no mundo social. Podemos afirmar, portanto, que a noção de documento como comprovação de veracidade foi substituída pela de monumento, no qual a intencionalidade ocupa o primeiro plano.¹⁸¹

Temos, então, uma situação de um *mundo social* (ou *partilha do sensível*) no qual as representações deixam de ser desvios para se tornarem (des)constitutivas das práticas e definidoras do que é *palavra* e do que se configura, segundo certa tradição, apenas como *grunhido*, mera expressão de dor ou de prazer, em que a subjetividade das fontes não desautoriza seu uso na análise dos processos históricos e sociais.

No presente trabalho, tais conclusões são importantes na medida em que se pretende realizar a análise das representações da República e do Império que os republicanos fizeram circular nas duas últimas décadas do século XIX. Como essas

¹⁸⁰BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 161-162. Ênfase nossa.

¹⁸¹Ver LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Edit. Unicamp, 2003. p. 525-541.

representações assumiram a forma de poemas, é oportuno considerar uma das diferenças entre poesia e história, já indicadas anteriormente, presentes na *Poética* de Aristóteles.¹⁸²

Os poetas não estariam limitados a falar do mundo e das coisas como (presumivelmente) aconteceram ou são. A liberdade criativa dos poetas seria maior que a dos historiadores, pois esses seriam obrigados a tratar do que foi ou aconteceu. Novamente, se isto pôde excluir o uso da poesia como fonte para o historiador, já que esta tratava apenas do verossímil, as mudanças apontadas anteriormente, das fontes e da percepção do mundo, parece-nos autorizar seu uso. Mais ainda, por falar do que poderia ter ocorrido, ou seja, do que não é ou não aconteceu, podem indicar importantes elementos para entendermos o posicionamento dos autores-atores acerca da sociedade em que viviam. Em outras palavras, os poetas tratariam, desta feita, de *possíveis*, o que poderia servir para romper com o *realismo*¹⁸³, a sujeição do mundo como se nos apresenta ou aparece.

Neste sentido, os poemas que nos interessam, aqueles produzidos e publicados no final do século XIX como críticas à Monarquia e/ou elogios à República, podem nos indicar tanto a percepção dos atores acerca do mundo social, quanto indicar um trabalho para desnaturalizar a organização política existente. Esse trabalho pode ser entendido como produzindo uma (re)configuração da partilha do sensível, nos termos de Rancière, ou para (re)definir a realidade, nos termos de Bourdieu. Tratava-se de uma atividade que buscava redesenhar o legítimo e o ilegítimo, o aceitável e o condenável, configurando a subversão cognitiva, “uma conversão da visão de mundo”, pressuposta em uma subversão política.¹⁸⁴ Ainda pode ser entendido como esforço no sentido de modificar as condições que tornam um discurso eficaz, ou seja, as propriedades do discurso, daquele que o enuncia e da instituição que o autoriza a pronunciá-lo.¹⁸⁵ Neste último ponto, essa operação tanto pode qualificar o discurso dos que falavam pela República e contra a Monarquia, quanto desqualificar o discurso dos que falam pela Monarquia.

¹⁸²ARISTÓTELES. *Poética*. *Aristóteles*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Os pensadores). p. 47.

¹⁸³Não se discute aqui a corrente literária de mesmo nome, mas uma postura em que a mimese é entendida como reprodução do vivido.

¹⁸⁴BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 118.

¹⁸⁵BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 89.

Os jornais¹⁸⁶

A pesquisa ficou restrita aos jornais publicados na Corte. Em um Estado centralizado nos moldes do Império, a dinâmica e as mudanças políticas, muitas vezes, irradiavam da capital (centro do poder) para as províncias. O centro geográfico do poder (pessoal do Imperador) correspondia ao epicentro político do Império. Era da Corte que saíam aqueles que iriam exercer o poder, por delegação do monarca, nas demais regiões. Assim, parece-nos que aqueles que queriam se fazer ouvir na política deveriam aí se fazer notar. Esta importância e centralidade da capital do Império aparece em declaração de Silva Jardim: “as revoluções feitas no interior do país abortaram todas. O Rio de Janeiro monopolizou a vida nacional”.¹⁸⁷

Os acontecimentos, as relações pessoais, os conchavos e as desavenças ocorridas na Corte tinham forte influência na definição da vida política do resto do Império. As províncias, no mais das vezes, recebiam e se acomodavam às transformações que se propagavam da capital, o que não impediu a ocorrência de tensões e/ou contestações à Corte. Desde meados do século, com o fim da Revolução Praieira (1848), não encontramos o recurso às armas nas divergências com o poder central. As discordâncias e enfrentamentos das províncias com a Corte produziam crises políticas, como a de 1868-79, e não mais revoltas armadas. O recurso à violência como expediente político durante o Segundo Reinado ficou restrito a movimentos populares como a Guerra dos Marimbondos (1851-1852), a Revolta do Quebra-Quilos (1874-1875) e a Revolta do Vintém (1880), por exemplo. As críticas enfáticas dos republicanos à centralização atestam que, nas últimas décadas do II Reinado, a Corte se impunha sobre as províncias.

Em 1873, Bocaiuva, como já assinalamos, defendeu a existência de três grandes jornais republicanos, um ao norte, outro ao sul e um terceiro na Corte, reconhecendo assim a centralidade desta na dinâmica política do império.¹⁸⁸ A aceitação nas províncias da Proclamação ocorrida no Rio de Janeiro confirmaria essa hierarquia. Com base neste entendimento, optamos por assim restringir geograficamente a pesquisa.

No levantamento feito junto à Biblioteca Nacional, encontramos por volta de 800

¹⁸⁶As considerações deste subcapítulo são uma versão modificada de comunicação apresentada no XIV Encontro da ANPUH-MG, ocorrido em Juiz de Fora no ano de 2004.

¹⁸⁷Apud MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007, p. 55.

¹⁸⁸BOCAIUVA, Quintino. Assembleia do Partido Republicano [1873]. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, v. I, p. 406.

títulos de jornais para as décadas de 1870 a 1890. A maioria dos títulos localizados não cobre todo o período da pesquisa. Alguns jornais não passavam dos primeiros números, enquanto outros duravam anos. Havia ainda aqueles que, mesmo tendo o formato e o visual de um jornal, correspondiam mais a uma folha ou publicação comemorativa, com edição única ou em datas especiais para celebrar algum evento ou acontecimento.

Um exemplo dessa situação é o jornal *O Tiradentes*, publicado somente nos dias 21 de abril, ao longo do período de 1882 até 1894. Numerosos jornais intitulados *Judas* faziam parte das comemorações da Semana Santa, editados no sábado de aleluia como “queimação” do Judas. Temos ainda a edição extraordinária do *Correio da Tarde* em homenagem a Rio Branco, em 30 de julho de 1879. O *Vinte e cinco de Março* (1884) foi publicado especialmente para a comemoração da Abolição no Ceará. No dia 21 de maio de 1888, representantes de vários jornais fluminenses escreveram conjuntamente o *Imprensa Fluminense* como parte das comemorações pela abolição da escravidão. Em abril de 1889, foi publicado *Gavroche*, especialmente dedicado à memória de Tiradentes, trazendo na capa um desenho da cabeça de Tiradentes e a reprodução de um trecho de sua condenação. Em 5 de julho de 1885, foi publicado *Victor Hugo*, com o objetivo de testemunhar que “a mocidade de nossas academias também partilhou o abalo violento que a todo mundo civilizado acaba de causar o passamento de Victor Hugo”. Esses “jornais” não se constituem necessariamente em publicação periódica, mesmo que tenham a forma padrão (tamanho e número de páginas, tipos gráficos, etc.) dos jornais.

O jornal era, por excelência, o meio de comunicação do século XIX. Na ausência de outros meios que pudessem lhes fazer concorrência, os jornais tratavam de tudo um pouco. Traziam matérias sobre diversos assuntos: política internacional, reforma da política imperial, partidos políticos, ciências, críticas à Monarquia, “instrução popular” e “instrução da mulher”, “conferências populares”, traduções, “literatura”, crítica, “folhetim”, notas policiais, movimento do porto, avisos de correspondência, divulgação científica, saúde, entre outros.¹⁸⁹ A imprensa periódica se prestava a uma imensa miscelânea de assuntos e formas textuais.

Até onde podemos afirmar, não havia tema ou prática social que não merecesse

¹⁸⁹Um quadro da diversidade e mudanças da imprensa no período final do Império pode ser encontrado em: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 223-250 e MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007, p. 76-82.

uma coluna nos jornais. Havia folhas especializadas ou que se dedicavam primordialmente a um único assunto e outras que dividiam suas páginas entre vários possíveis. A característica básica dessa imprensa pode ser descrita como “pluralidade”. Plural pelo sem-número de jornais, pelo amplo espectro de assuntos cobertos (pela imprensa em geral ou por um único jornal), pelos diferentes objetivos pretendidos e pelos editores e instituições que a estes se vinculavam. Apesar da diversidade apontada, pode-se perceber uma estrutura comum. As seções dos jornais tendem a repetir certo padrão: editoriais, colunas analíticas assinadas, folhetim, literatura, poemas, ineditoriais, anúncios, publicações a pedidos, notas, entre outros.

A publicação de literatura era, com raras exceções, uma constante nos jornais e dava-se em uma multiplicidade de formas e tratamentos possíveis. Os periódicos chegam a exercer influência decisiva sobre certa literatura, sendo o folhetim romanescos a mais conhecida.¹⁹⁰ Poesia, poemas e poetas de todas as modalidades e estilos, versando sobre todos os assuntos, com filiações estéticas, filosóficas e políticas as mais diferentes, faziam-se notar. A poesia nos jornais era atividade à qual muitos dedicavam tempo, papel e pena, de colegas a poetas consagrados.

Entre as diferentes temáticas a que se dedicavam os poetas, encontramos expressiva produção a que chamaremos de “social e política”. Essa produção versa sobre temas como liberdade, escravidão, justiça, organização política, corrupção, representação, crítica política e social, entre outros. Tratava de aspectos próprios da vida organizada em sociedade, que estão além da esfera individual e privada. Essa prática ou característica não constituiu em invenção do século XIX, muito menos de poetas “engajados” nas campanhas abolicionista e republicana.

Os subtítulos dos periódicos constituíam uma necessidade para informar ao público sobre qual(is) tema(s) estes se dedicavam. Tais ferramentas são esclarecedoras do amplo espectro de assuntos e interesses cobertos pela imprensa.

À guisa de exemplo, podemos citar os seguintes subtítulos: “Órgão da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão” (*O Abolicionista*), “Periódico litterário, crítico e científico” (*Aerólitho*), “Órgão dos interesses da Paróchia do Espírito Santo” (*O Alfinete*), “Publicação quinzenal, científica, litterária, commercial, industrial e noticiosa” (*A América*), “Semanário dedicado aos homens de espírito” (*O Anecdostista*),

¹⁹⁰CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 29-30.

“Redigida por alguns alumnos do Mosteiro de S. Bento” (*A Aplicação*), “Periódico político, satyrico, científico e litterário” (*Aspiração Nacional*), “Órgão dedicado as pessoas que soffrem de hypocondria” (*O Badalo*), “Club dos Fenianos” (*O Basculho*), “Periódico crítico, satyrico e noticioso” (*O Bisturi*), “Jornal do Collégio Santa Thereza” (*Chrysálida*), “Periódico litterário, recreativo e noticioso” (*O Cometa*), “Periódico artístico, litterário, crítico e noticioso” (*D. Pedro V*), “Órgão do S. Euterpe Commercial Tenentes do Diabo” (*O Diabo da Meia-Noite*), “Folha conservadora, política, noticiosa e commercial” (*Diário da Tarde*), “Órgão democrático, crítico, litterário, noticioso e commercial” (*Direito do Povo*), “Pamphleto humorístico, litterário e científico, defensor das classes oprimidas” (*A Formiga*), “Folha política, commercial, litterária e industrial” (*Jornal da Corte*), “Folha illustrada, lunática, hyperbólica e satyrica” (*O Mundo da Lua*), “Periódico consagrado ao progresso mental e material brasileiro” (*A Propaganda*) e “Órgão dos interesses geraes” (*Revista Financeira*).

O título do jornal, por outro lado, também nos informa a linha editorial e/ou tema ao qual se dedica. *O Abolicionista* e o *Lincoln*, por exemplo, são nomes que explicitam a bandeira do jornal: o fim da escravidão. O mesmo ocorre com o *Brasil Americano* (1875-1876), que explica seu título com a divisa “somos brasileiros e queremos ser americanos”.

A amostra acima permite afirmar que os periódicos eram utilizados por diferentes grupos e instituições, tais como escolas, sociedades recreativas, grupos e partidos políticos e até uma alfaiataria (*Gazetinha Águia de Ouro*, 1882) e um restaurante (*O Democrata*, 1889). Os príncipes Pedro, Luiz e Fernando publicavam também seus jornais (*Larangeiras*, *Correio Imperial*, *Correio Assu* e *Correio Mirim*).

Encontramos jornais com orientações, perfis, objetivos e público alvo dos mais diferentes. É interessante notar que não só as questões políticas e/ou sociais motivavam os editores. Os jornais dedicavam-se a questões das mais variadas.

O Anuncio, por exemplo, era uma publicação, como o próprio nome indica, especializada em anúncios. Já *Os Galegos no Brasil* (1886) se dedicava à crítica e sátira dos portugueses, o que motivava a publicação de *Os Portugueses no Brasil* (1886), em defesa dos mesmos. *O Tempo* (1886) pretendia atuar como “vulgarizador dos conhecimentos gerais da ciência, como dever imperioso de nossa época”. Entendiam seus editores que era preciso “completar as noções elementares com a explicação

racional dos fenômenos naturais e a utilidade e mecanismo das instituições sociais”.

Havia também publicações dirigidas ao público feminino. Entre estas, encontramos aquelas que dão um tratamento tradicional ao tema, identificando a mulher com a rainha do lar, com a mãe sempre disponível. *O Recreio das Moças* (1876, 1877), o *Archivo das Famílias* (1881, 1882), a *Bibliotheca Doméstica* (1885) e *O Bisbilhoteiro* (1889) são alguns exemplos. Encontramos, por outro lado, jornais que assumiam uma postura claramente feminista, como *O Echo das Damas* (1879-1888), e, ainda, a tônica feminista imbricada com a temática republicana, como o *República das Moças de 1879* (figura 1, p. 76).

Esse jornal traz na capa de seu primeiro número o desenho de uma sala na qual cinco mulheres aparentemente se dedicam à leitura e ao debate. No primeiro plano, uma das mulheres se encontra sentada no sofá, no canto esquerdo, e outra, na cadeira, no canto direito; três delas estão em pé: duas no meio da sala e uma atrás da mesa que se encontra no fundo da sala. Sobre a mesa há um livro e, acima do sofá, temos um busto como decoração do ambiente. Essa imagem está retratando uma reunião, composição que é comumente usada para mostrar homens. Ou seja, a imagem mostra mulheres em uma atitude e ambiente pouco usuais porque associadas à atividade e atitude identificadas com o mundo masculino. Completa essa inovação visual e lhe dá o toque republicano a legenda que a acompanha:

Já que aos homens falta valor para derrubarem essa carunchosa monarquia, sejamos nós as defensoras dos direitos do povo, e tomem eles a direção dos negócios domésticos. Viva a República! Viva o belo sexo! (12 out. 1879).

Os objetivos também eram variados: noticiário informativo, propaganda política, sátira, humor, “progresso material”, “interesses gerais” e hipocondria. Por último, observemos que alguns desses jornais, o *Jornal da Corte* e a *Revista Financeira*, por exemplo, cobrem uma gama de assuntos tão ampla que se torna difícil sua classificação.

Os jornais traziam com frequência, em seu primeiro número, uma declaração daquilo que seria seu programa e/ou seu objetivo. Essa apresentação ao público constitui valiosa fonte de informação e nos permite reafirmar o amplo espectro de assuntos e temas coberto pelos jornais. A *Tribuna do Povo* (1880) pretendia “a educação intelectual do povo”; *O Paladino* (1881), “proporcionar aos alunos do *Club* uma agradável diversão para a inteligência”; a *Revista Complexa* (1878-1880), “desenvolver

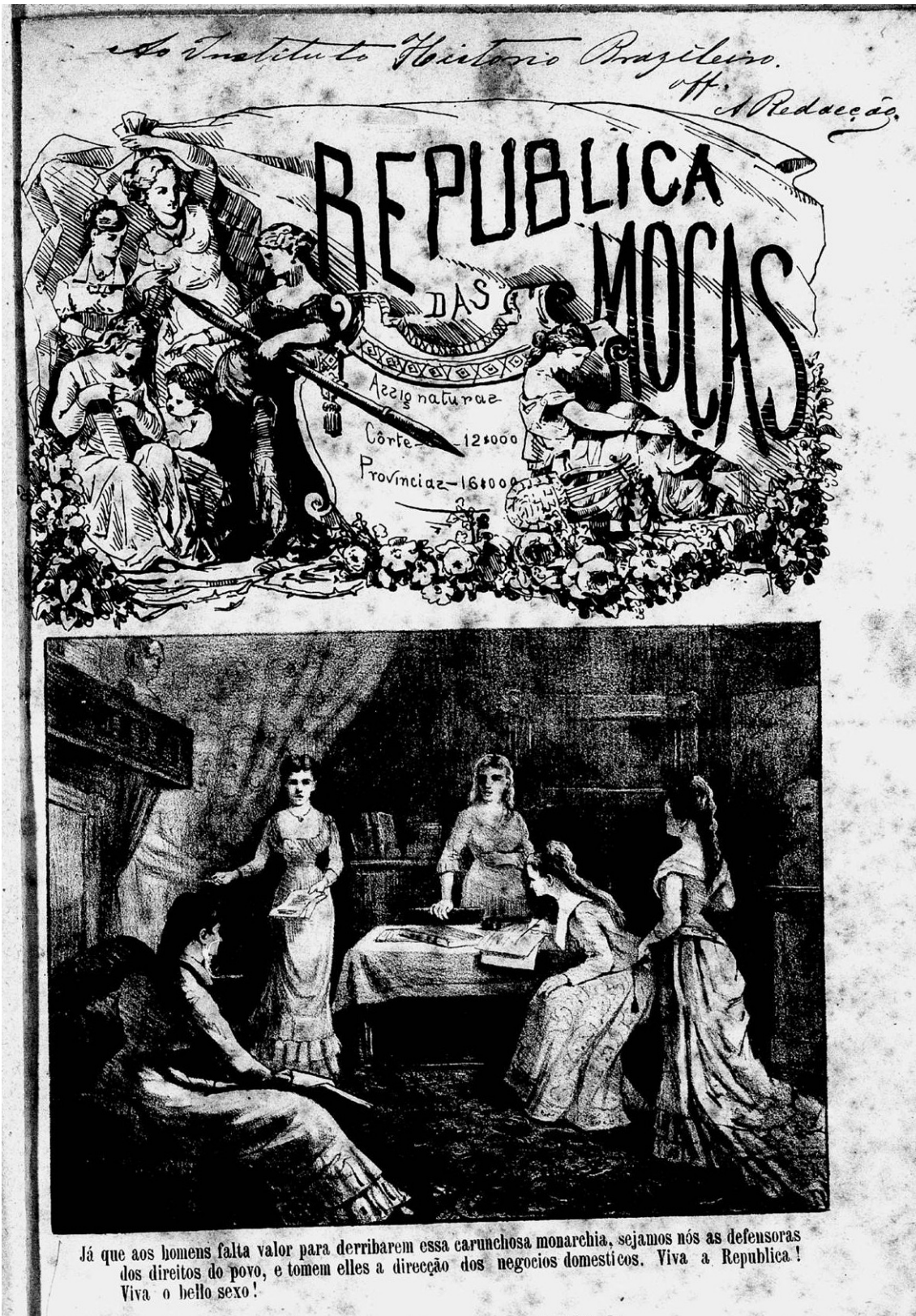


Figura 1: República das Moças

assuntos verdadeiramente sérios”; o *Atirador Franco* (1881) atacava a “corrupção, a decadência moral e o abatimento do caráter nacional”; *O Cacete* (1881) queria “incomodar o poder público [e] despertá-lo da letargia”; o *Heróe* (1880-1881) era “consagrado exclusivamente à classe operária”. O *Estandarte* declarava que “nossa cruz é — a liberdade, a nossa divisa — a justiça. (...) Procuramos harmonizar o progresso do nosso país com o ideal dos povos adiantados, que se resume em uma síntese admirável — *self government*”. O *Constitucional* se pautava pela “defesa dos grandes interesses e princípios inscritos na gloriosa bandeira do Partido Conservador” (1889). O *Raio* pretendia a “guerra aos republicanos”, pois a República é “a causa de todas nossas misérias públicas. (...) Ela é a destruição da família, a violência que mata a propriedade, a arbitrariedade exercida sobre todas as formas, n’uma palavra é *tudo e nada!*...” (1889).

Podemos supor que essa situação decorria da não definição/constituição do jornalismo, da crítica política, da literatura e do humor como campos distintos.¹⁹¹ Assim, todos podiam se dedicar à atividade de escrever em jornais e/ou de publicá-los, independentemente de sua formação intelectual e/ou profissional. O “jornalismo” era uma aventura a que muitos se dedicavam, como observou uma nota do *Jornal da Noite*:

Nesta, como em todas as terras, nem a lei, nem o povo, exigem habilitação para que um indivíduo seja jornalista.
Qualquer mau carroceiro, tendo dinheiro, compra uma traquitanda de tipos e deita jornal na rua.
Dá sua opinião a tudo e a todos, fala mal disto e bem daquilo, dá por paus e pedras, porém como está escrito em letra redonda, chama-se opinião da imprensa, opinião pública.¹⁹²

A indefinição dos campos de conhecimento permitia que literatura e política se sobrepusessem e se mesclassem com e na atividade jornalística. A polêmica Alencar-Nabuco é expressiva desta situação.¹⁹³ Em 1875, um senador do Império e o filho de Nabuco de Araújo (deputado geral e futuro conselheiro) travaram pelos jornais uma célebre polêmica. O pretexto foi a crítica que Nabuco dirigiu à peça *O Jesuíta*, de autoria de Alencar. Ao longo do debate, duas visões de cultura e civilização são confrontadas a pretexto de pensar o Brasil. Registre-se acerca da polêmica que o

¹⁹¹ ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 29-30; MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007. Espec. Cap. 1.

¹⁹² *Jornal da Noite*. Rio de Janeiro. 23 novembro 1881, p. 1

¹⁹³ COUTINHO, Afrânio (org.). *A Polêmica 1Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

pretexto foi literário; os contendores, políticos; o palco, a imprensa; e explicitou duas matrizes políticas. Esta é a evidência mais acabada da sobreposição das atividades política, literária e jornalística na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. “No Brasil da segunda metade do século XIX não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a atividade intelectual”, afirma taxativamente Alonso,¹⁹⁴ destacando a falta de autonomia do campo intelectual e de sua separação do político.

Mais do que a presença dos diferentes e diversos assuntos nos jornais, o que chama a atenção é que a imprensa periódica constituía suporte e veículo para publicidade das grandes questões da época. Talvez esteja nesse ponto a explicação para o fato de a maioria dos jornais trazer, em suas páginas, textos de diferentes tipos e formatos. Não só inúmeros assuntos aparecem nos periódicos, mas um mesmo jornal muitas vezes trata de numerosos temas. Nesse caso, a explicação pode estar na falta de definição dos campos e na ausência de uma profissionalização do jornalismo.

De todo modo, quer nos parecer que os jornais eram primordialmente veículos de opinião. No século XIX, constituíam instrumentos de visibilidade, fóruns de discussão e tribunas.¹⁹⁵ Os subtítulos apontados anteriormente permitem supor que os grupos e sujeitos que objetivavam participar dos debates públicos e/ou interferir na direção e organização social e do poder buscavam um jornal como suporte.

Os jornais eram responsáveis pela definição dos termos de um debate, pela circulação de um repertório de questões que mereciam ser discutidas, dos instrumentos e procedimentos para esta discussão, bem como dos valores e interlocutores envolvidos no debate. Os jornais, na sua pluralidade, constituiriam, neste caso, algo próximo à ideia de *campo*.

O uso da noção de *campo* exige uma explicação do conceito, mesmo que mínima. Estamos lançando mão da conceituação de Pierre Bourdieu, especialmente aquela que se encontra em *Meditações Pascalianas*. Nesse texto, afirma o sociólogo que:

cada campo se caracteriza pela busca de uma finalidade específica, capaz de favorecer investimentos igualmente absolutos por parte de todos os que (e somente estes) possuem as disposições requeridas (por exemplo, a *libido sciendi*). Participar da *illusio*, científica, literária, filosófica, ou

¹⁹⁴ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 30.

¹⁹⁵CARVALHO, José. M. de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José. M. de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

qualquer outra, é o mesmo que levar a sério (...) os móveis dessa competição os quais, nascidos da lógica do próprio jogo, conferem seriedade ao jogo, mesmo que possam escapar ou parecer “desinteressados” ou “gratuitos” àqueles que por vezes são chamados de “profanos” ou àqueles envolvidos em outros campos (...).¹⁹⁶

A aceitação pelos jogadores, entendidos como os integrantes do *campo*, dos “princípios de visão e de divisão”, nos termos do autor, que definem o pensável e o impensável, confina os agentes a seus próprios móveis de interesse, que se tornam invisíveis para um observador externo ou de outro campo.¹⁹⁷ Constitui-se, desta feita, o acordo no terreno do desacordo,¹⁹⁸ um mercado comum das ideias no qual o desentendimento torna-se possível.¹⁹⁹ Jornais e jornalistas partilham e instituem as regras do jogo ao praticarem o jornalismo. Definem uma agenda de temas “obrigatórios”, um *índice* dos proibidos, uma forma de abordá-los, uma hierarquia e um *ethos* “profissional”.

Os jornais eram também responsáveis pela ampliação do debate político. Por meio da imprensa periódica, alcançava-se (e buscava-se envolver e mobilizar) um público para além dos estreitos limites institucionais da Câmara e do Senado. O debate intelectual podia assim ser expandido além da elite política, abrindo espaços para manifestação de outros grupos e setores marginalizados no jogo político institucional. Houve, desta feita, uma ampliação daqueles que poderiam participar do jogo. A elite, presente nas duas câmaras, perdia o monopólio do debate em torno de temas e questões, embora mantivesse sua prerrogativa de legislar e decidir.²⁰⁰ Os jornais tornavam-se, desse modo, veículos para expressão e publicização das opiniões, verdadeiras tribunas, ao mesmo tempo em que permitiam que grupos e/ou atores marginalizados ganhassem voz e visibilidade. A inquietação política e social podia se manifestar através da exígua esfera pública em constituição.²⁰¹ A exploração das oportunidades que essa esfera

¹⁹⁶BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 21. Itálico no original.

¹⁹⁷BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 117.

¹⁹⁸“Embora os homens cultivados de uma determinada época possam discordar a respeito das questões que discutem, pelo menos estão de acordo para discutir certas questões”. BOURDIEU, Pierre. *Sistemas de ensino e sistema de pensamento*. In: _____. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 207.

¹⁹⁹RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento – Política e filosofia*. São Paulo: Edit. 34, 1996. p. 11-12.

²⁰⁰ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 87-104.

²⁰¹“Esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera de pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social”. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.

oferecia, através de conferências, *meetings*, cursos livres, da publicação de jornais e panfletos, teve como efeito ampliá-la. A circulação de textos e ideias, fora dos espaços institucionais sacramentados pela Ordem Saquarema, era informada e informava a esfera pública incipiente no final dos oitocentos.

Nessa chave, a campanha pode ser pensada como investimento de particulares na produção e circulação de um entendimento comum, de uma opinião, sobre os temas da política que reputava como importantes. A aceitação da relevância dos assuntos escolhidos seria o primeiro desses entendimentos. A produção de um discurso dirigido a particulares, compreendidos como sociedade civil em oposição ao *establishment*, implica um reconhecimento da sua existência e relevância de sua opinião na política, ao mesmo tempo que um chamamento à participação.

Uma questão que deve ser colocada diz respeito ao público do jornal, a quem era dirigido e quem o lia. Isso porque, sabidamente, na sociedade Imperial, a alfabetização não era universal, pelo contrário, a parcela da população letrada era reduzida. Nossa tendência é considerar que só a elite tinha acesso ao conteúdo dos jornais. Esse estaria fora do alcance da grande maioria dos pobres livres no século XIX. Tal questão deve ser discutida, por vários motivos. O primeiro é a própria existência de periódicos que pretendiam alcançar a opinião pública e mobilizá-la contra a escravidão. Os vários jornais abolicionistas, o número especial da *Imprensa Fluminense*, os relatos das comemorações populares em frente às redações, em maio de 1888, parecem-nos ser evidências de como o jornal atingia a opinião pública.²⁰²

A maioria dos anúncios dos jornais trazia ofertas de produtos ou serviços para pessoas de posses, membros da elite ou dos setores médios (profissionais liberais, funcionários públicos de escritório). Por sua vez, a existência de anúncios com ofertas de empregos domésticos nos parece ser evidência de que os jornais atingiam pessoas que não eram da elite. Anúncios da *Gazeta de Notícias* mostram que populares também tinham acesso a informações veiculadas pelos jornais. As ofertas de empregos, pelo seu

42. Esse conceito foi sintetizado, por um comentarista, da seguinte forma: “A esfera pública é um espaço comum em que, supostamente, os membros da sociedade se encontram através de uma variedade de meios – imprensa, eletrônica e também encontros face a face – para discutirem assuntos de interesse comum e, deste modo, serem capazes de formar a seu respeito uma mente comum. Digo ‘um espaço comum’ porque, embora os meios sejam múltiplos, como também as trocas que neles têm lugar, eles se encontram, supostamente e em princípio, em intercomunicação”. TAYLOR, Charles. *Esfera Pública. LusoSofia* - Biblioteca On-line de Filosofia e Cultura, Covilhã, 2010, p. 1.

²⁰²MIRANDA, J. A. *et al. Maio de 1888 — Poesias distribuídas ao povo*, no Rio de Janeiro, em Comemoração à Lei de maio de 1888. Rio de Janeiro: ABL, 1999

conteúdo específico, tinham como alvo a parcela pobre da população da Corte, indivíduos sem posses. Estamos falando de empregos domésticos que envolviam tarefas exercidas ou identificadas, em sua maioria, com o trabalho escravo. Assim é que entendemos a existência de ofertas como as seguintes, publicadas na *Gazeta de Notícias*, em novembro de 1875:

Precisa-se de uma criada, na Rua do Senhor dos Passos n. 91.
Precisa-se de uma pessoa livre para cozinhar em uma pequena casa de família; podendo dormir fora; na ladeira do Seminário n. 19. Placa.
Precisa-se de uma criada de meia idade que lave, engome e cozinhe, para um casal sem filhos; no largo da Carioca, n. 3.
Precisa-se de uma boa criada para casa de pouca família; na rua dos Inválidos n. 106. Loja.
Precisa-se de uma pequena, branca ou de cor; para entreter uma criança de peito (...).

Esses anúncios permitem afirmar que, por maior que fossem as limitações decorrentes do custo do jornal e/ou do analfabetismo da população, seu público não era exclusivamente constituído por membros da elite letrada. Se podemos imaginar que esses anúncios alcançavam um público maior que a elite, então, também podemos supor que o mesmo ocorria com as demais informações veiculadas pelos jornais.

II. Os poemas da política

O poeta na Grécia arcaica era “funcionário da soberania” e árbitro supremo entre o louvor e a censura, a memória e o esquecimento, a serviço da comunidade dos “semelhantes” e “iguais”.²⁰³ A poesia, desde a Grécia antiga, pode ser considerada, portanto, pertinente à política. “A poética é, logo de saída, política”, pois “pertence a uma experiência política do sensível”, assevera Rancière.²⁰⁴ Pode-se entender por “partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas”,²⁰⁵ como já indicamos. Assim, estamos trabalhando com a premissa de que os poemas que encontramos em nossa pesquisa e que tratam de temas da política colaboram para constituir e instituir um comum partilhado e as partes exclusivas da sociedade e política do Brasil na segunda metade do século XIX.

No Brasil, desde a colônia, encontramos poetas e poemas tratando de questões correlatas. Lembremos de alguns exemplos de séculos e regiões diferentes: o “Boca do Inferno”, as *Cartas Chilenas*, Castro Alves, o *Poema Sujo*. No século XIX, Candido indica a emergência do escritor militante, quando o nativismo e o civismo tornaram-se pretextos para a criação literária, critério de dignidade e de valores a transmitir: “O escritor começou a adquirir consciência de si mesmo, no Brasil, como cidadão, homem da *polis*, a quem incumbe difundir as *luzes* e trabalhar pela pátria”.²⁰⁶ Parcela da poesia dos jornais e da atividade dos homens de letras da segunda metade do século XIX no Brasil era dedicada especialmente às questões que marcaram a conjuntura do final do Império, a saber, a Abolição e a República. Em conferência sobre sua geração literária, Olavo Bilac afirma que: “(...) não nos limitamos a adorar e a cultivar a Arte pura, não houve problema social que não nos preocupasse, e, sendo ‘homens de letras’, não

²⁰³DETIENNE, Marcel. *Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 18-21.

²⁰⁴RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995. p. 107.

²⁰⁵RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível: Estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2005. p. 15. Ênfases no original.

²⁰⁶CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 72-73.

deixámos de ser ‘homens’”.²⁰⁷ A preocupação do grupo citado levou à constituição de uma poesia de combate ou social.²⁰⁸ Tal produção poética constituía-se em uma das dimensões do debate político, bem como do proselitismo pelo fim da escravidão e da Monarquia. A produção em questão informava, era informada e formava o debate e a mobilização pelo fim da Monarquia nas últimas décadas do Império.

Esses textos são parte integrante da ação política de grupos marginalizados pela Ordem Saquarema²⁰⁹ com vistas à sua reforma e/ou superação. Para os objetivos de nossa discussão, entendemos, baseados em Bourdieu, que:

Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas, teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer grupos (...) produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais.²¹⁰

Ao darem visibilidade e ampla circulação ao conjunto de recursos simbólicos que marcava a forma pela qual essas questões eram tratadas, os poemas se constituem em atividade constitutiva e constituinte da esfera pública.²¹¹ No conjunto dos poemas, encontramos a formatação de um universo do debate político, o repertório de questões, os conjuntos de valores e de argumentos que serviam de lastro e de moeda de troca.

A linguagem não é aspecto secundário e passivo na interação dos sujeitos com o mundo que os cerca. “Ela cria ou ‘constitui’ a sociedade assim como é constituída pela sociedade”.²¹² Nomear algo, ou seja, estabelecer uma correlação entre um vocábulo e uma coisa ou prática, implica tanto a apropriação da coisa nomeada quanto colocá-la em

²⁰⁷BILAC, Olavo. Sobre a minha geração literária (No banquete oferecido pela sociedade do Rio de Janeiro no Palace-Théâtre, — Rio de Janeiro). In: _____. *Ultimas conferencias e discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924. p. 80.

²⁰⁸MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007. p. 108.

²⁰⁹A ideia de grupos marginais foi trabalhada por Ângela Alonso em *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

²¹⁰BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 117.

²¹¹Não nos interessa, aqui, a discussão dos limites e dinâmica desta esfera pública. Diferentes autores trabalham com a noção de uma incipiente esfera pública em formação no Brasil dos novecentos, tais como Marcello Basile (*O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, 2004), Ângela Alonso (*Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002) e Maria Tereza Chaves de Mello (*A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007). As conferências, *meetings*, publicações e circulação de impressos (jornais e brochuras, principalmente) podem ser interpretadas como evidências da existência de uma esfera pública em formação.

²¹²BURKE, Peter. A História Social da Linguagem. In: _____. *A Arte da Conversação*. São Paulo: Unesp, 1995. p. 42.

relação a toda uma rede de ideias, conceitos, práticas, símbolos. Faz, em último caso, inseri-la em uma rede hipertextual, para usarmos a metáfora de Lévy.²¹³ Se considerarmos a crítica de Bourdieu à visão substancialista e sua defesa do mundo como relacional,²¹⁴ o ato de nomeação revela-se como uma ação que interfere e modifica as representações aceitas e partilhadas na sociedade nos seus princípios de visão e de divisão. No limite, configura mesmo sua instituição, sua incorporação em um universo simbólico, em uma série, que faz com que deixe ser uma coisa para se transformar em algo para nós, ou seja, o mundo social. “Uma coisa nomeada não é mais inteiramente a mesma, perdeu a sua inocência”.²¹⁵ No que tange a esse entorno, as palavras possuem um poder estruturante, de ordenar e hierarquizar o aparente caos. A palavra manifesta e torna evidente para os que a ouvem (ou leem) o útil e o nocivo, a virtude e o vício, o justo e o injusto.²¹⁶

Ao nomear o inominado, a palavra altera o mundo, confere objetivação a experiências difusas, tornando-as comuns e comunicáveis, sensatas e socialmente aceitas.²¹⁷ Assim, os poemas estabeleciam temas e termos para o debate no mercado das ideias. Os poetas dos jornais pretendiam ser, tais como os gregos, os árbitros do louvor e da censura. Marcavam o que deveria ser lembrado e silenciavam sobre o que deveria ser esquecido; denunciavam o que precisava ser corrigido, prescreviam o que deveria ser instituído e elogiavam o que deveria ser mantido. Indicavam quais personagens deviam ou não ser imitados e quais enunciados convinham ou não àquilo que deveria ser a sociedade.²¹⁸ Atuavam diretamente sobre a moeda de troca do “comércio da palavra [que] é o laço de toda a sociedade doméstica e civil”.²¹⁹

Essa produção dava concretude às abstrações políticas e filosóficas que justificavam a Abolição e a República. Conceitos como liberdade, justiça, direito, eram atualizados e ganhavam significados em linguagem próxima da população não intelectualizada. Esses conceitos e suas implicações eram transpostos para a experiência do cotidiano desta população. Mais do que simples tradução, operava-se uma

²¹³LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. p. 70-73.

²¹⁴BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 81-125.

²¹⁵SARTRE, Jean-Paul. *Que é a Literatura?* São Paulo: Ática, 1999. p. 20.

²¹⁶RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento – Política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 17.

²¹⁷BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 119.

²¹⁸RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995. p. 107.

²¹⁹ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 5.

transformação das ideias. Em outras palavras, não havia preocupação em manter fidelidade absoluta com o universo conceitual, filosófico ou teórico do discurso republicano. A esse, os poemas acrescentavam (ou modificavam) aspectos, noções, ideias, justificativas, valores, personagens e linguagens. Assim, mais do que nos tratados de teoria política, nos poemas é que, em parte, definiu-se, para o grande público, o que se pretendia com as reformas e seus limites. As ideias ou noções que a população tinha das bandeiras do final do Império podem em boa parte ser buscadas nesses poemas.

As publicações de membros do movimento republicano, seus diversos manifestos e mesmo as conferências e *meetings* tinham alcance limitado. Artigos longos e linguagem abstrata demandavam tempo para leitura e eram de difícil reprodução. Colaborou para isso a orientação oficial do partido: “não bastava falar à imaginação e ao sentimento, não bastava a evocação das paixões que entusiasmam e das visões que seduzem; era mister falar à razão nacional”, defende Bocaiuva, ao tratar da missão do Partido Republicano.²²⁰ A opção de “ficar no terreno *da evolução social*, repudiando absolutamente todo e qualquer apelo à *revolução material*”, teria reforçado uma situação de hermetismo.²²¹ Tais encaminhamentos oficiais sinalizam um receio da mobilização das massas que potencialmente resultasse em levante popular.

Os poemas, nesse ponto, caminhavam em outro sentido, dirigiam-se ao grande público e os alcançava, mobilizando aquilo que Bocaiuva rejeitara. As centenas de poemas veiculados pelos jornais entre 1870 e 1890 confirmam um esforço no sentido de ampliar o público alcançado pela e na campanha.

Os poemas levantados alcançam a cifra de três centenas e tratam da organização social e política do Império.²²² Dada a dimensão deste universo e diante da dificuldade de analisar com minúcias todos eles, fomos obrigados a proceder uma dupla opção metodológica. A primeira foi apresentá-los em seu conjunto, oferecendo de modo panorâmico os temas que abordam e a maneira como o fazem. Já a segunda opção, decorrente dessa primeira, foi escolher os poemas mais expressivos para proceder uma análise verticalizada em número reduzido de textos, já que seria impossível analisar a

²²⁰BOCAIUVA, Quintino. O que se deve fazer [1872]. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986., v. I, p. 347.

²²¹BOCAIUVA, Quintino. Apresentação do candidato escolhido pelos eleitores republicanos em Assembléia Geral do Partido a 15 de agosto de 1881. In: _____. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986., v. I, p. 564. Ênfase no original.

²²²Ver Anexo 1 (Relação nominal dos poemas localizados) e Anexo 3 (Tabela: poemas por periódico e ano)

todos detalhadamente. Essa opção pretendeu conciliar dois aspectos importantíssimos para o trabalho. De um lado, demonstrar o quão significativa foi a prática de publicação dos poemas, seja pela quantidade ou pelo universo de questões que tratavam; de outro, explorar o tratamento dado às questões abordadas na construção de uma representação das práticas sociais e políticas do Império.

A pesquisa privilegiou jornais e poemas que criticavam ou condenavam a organização política e social tal como existia sob o Império. Apesar desta aparente unidade, procedemos uma separação dos textos em função dos temas e de seu tratamento. Delimitamos um primeiro conjunto que se pauta por críticas genéricas às condições sociais e/ou políticas existentes, mas não chega a explicitar nem uma crítica à monarquia, nem um elogio à república. A crítica é, antes de mais nada, expressão de um descontentamento difuso, que não estabelece claramente um nexo entre a queixa que o poema veicula e a forma de governo. No segundo conjunto, foram agrupados os poemas que apresentam claramente uma denúncia da Coroa como injusta e/ou tirânica. Neste, as adversidades e problemas são diretamente relacionados à existência da Monarquia. A desqualificação foi acompanhada pelo resgate de antecedentes do movimento republicano e buscava separar a ideia de liberdade, dissociando-a da Monarquia e do 7 de Setembro e produzindo uma nova economia do tempo histórico. Nesse sentido, a recuperação dos movimentos e protagonistas das lutas anteriores à publicação do Manifesto Republicano promoveu a “republicanização” das lutas desde o período colonial até o II Reinado ao tratar os combates e personagens como precursores do partido.

Temáticas recorrentes nos poemas foram percebidas, capazes até de resultar em novos conjuntos, para além dos dois estudados. Estes poderiam ser divididos da seguinte maneira: a presença da liberdade como tema principal, levando a um terceiro conjunto. Um quarto agrupamento, tendo em vista a apresentação dos chamados valores republicanos, posto que há, de um lado, uma divinização e personalização; e, de outro, a exposição destes como coerentes com o cristianismo. A escravidão como metáfora, isto é, como equivalente da condição de súdito comporia, por fim, o quinto grupo. Tais agrupamentos não foram efetivamente trabalhados como conjuntos ao longo da tese. Todavia, a recorrência de temáticas aponta para o estabelecimento desses lugares-comuns no palco de discussões que se formava via poemas. Desse modo, acredita-se

que a divisão acima possa ser um campo frutífero para o desenvolvimento de futuros trabalhos com o mesmo *corpus*.

Na análise dos dois grupos principais acima citados, é possível perceber com clareza os enunciados, as denúncias, as descrições e prescrições que constituíram essa empresa que buscava desqualificar a monarquia e propor sua substituição pela república.

Se naquilo que explicitamente declaram, os poemas permitem estabelecer essa separação e classificação, o mesmo não pode ser dito se analisarmos a presença dos vocábulos e recursos linguísticos a que recorrem. De modo geral, a sensibilidade de uma ruptura não representava um *fiat lux*, uma dissociação absoluta com a tradição de séculos. Os discursos do progresso e da inovação como necessidades convivem com evidências da sobrevivência de arcaísmos e da tradição. Ou seja, aparentemente, há uma discrepância entre o que é explicitamente dito nos poemas e a utilização dos recursos linguísticos disponíveis para verbalização da negação de uma ordem. A falta de uso de recursos originais para valorizar e justificar algo novo revela, a despeito da novidade que se buscava alcançar, uma continuidade de certas formas de ver o mundo.

Nos poemas, o elogio explícito do *que será*, do porvir, da novidade, da busca do novo pelo novo, não impede a presença formal de continuidades, o que parece indicar que nem sempre este conteúdo foi acompanhado por mudanças linguísticas “coerentes”. Os adjetivos derivados ou associados à monarquia permanecem como elogiosos, mesmo na denúncia desta e defesa das qualidades da república.

E a nobre democracia,
Fulminando a tirania,
Seu reino formará.²²³

Neste pequeno exemplo, observemos que a *nobre* democracia formará um *reino*. A democracia e/ou a república a ser instituída conformaria um futuro nomeado como a forma política da qual pretende ser negação e superação. Mais do que meras palavras, poderíamos ver aqui uma continuidade com a ideia da política como território da imposição. A democracia constituiria um reino, ou seja, não seria um modo de convivência de cidadãos portadores de direitos, mas a imposição de um padrão ao qual

²²³710319 O Povo. *A República*. (Os poemas estão reproduzidos no Anexo 7 e identificados por seis dígitos seguidos de seu título. Os dois primeiros números indicam o ano da sua publicação; os dois seguintes, o mês; os dois últimos, o dia. Assim, “O Povo” foi publicado em 19 de março de 1871).

todos deveriam se sujeitar, subordinar-se. Não traria a emancipação e a participação, mesmo que restrita, dos homens e mulheres no jogo e atividade política.

A presença do discurso do moderno e da novidade com elementos “tradicionais” e de continuidade não parece ser uma singularidade dos poemas. É possível sugerir que não seja nem uma característica do século XIX, mas parte do processo histórico. A despeito dessa ressalva, parece-nos importante indicar que a encontramos na imprensa da Corte no final do século XIX. A título de exemplo, os anúncios de máquinas elétricas dividem as páginas dos jornais com os de “bichas hamburguesas” (sanguessugas) e de videntes.

O anúncio veiculado na página 4 da edição de 15 de dezembro de 1875 é profundamente esclarecedor nesse sentido. Trata-se de um anúncio de campainhas elétricas da loja Ao Grande Mágico (figura 2, p. 89). O produto é anunciado e justificado como economia de tempo, “*time is money!!*”, de ganhos em termos de elegância e asseio. A eletricidade e a velocidade modernas são promessas do anúncio: meio de comunicação rápido, que nunca falha, e que tornaria desnecessário percorrer distâncias para chamar, falar ou mandar. Há, em nosso entendimento, elementos que associam a campainha elétrica ao progresso. No entanto, essa relação aparece ao lado de elementos do não-moderno, cuja superação se daria por meio do produto.

Dois elementos constantes no impresso nos levam a tratá-lo na chave da permanência de elementos não-modernos, em associação com as novidades do mundo moderno. O primeiro é o próprio nome da loja na qual a campainha está sendo vendida: Ao Grande Mágico. O segundo é o desenho que consta no anúncio. Nele, aparece um serviçal sob o quadro de campainhas indicativas do serviço que está sendo solicitado – porteiro, cocheiro, criado, mucama, copeiro ou cozinheiro. Tendo em vista a data do jornal, podemos supor que o negro representado é um ex-escravizado, pois usa calçados. O homem à porta e a mulher no quarto são brancos. Das três pessoas constantes no desenho, só o serviçal é negro. A condição social e a identificação racial estariam se sobrepondo. Nesse sentido, podemos supor que, em uma sociedade na qual a escravidão era uma instituição, os negros escravizados ou livres partilhavam de condição social próxima: a exclusão. Nesta linha de interpretação, estamos considerando que o anúncio sugere uma modernização conservadora, ou seja, inovações técnicas modernas e manutenção do *status quo*.

O Globo.--- Rio de Janeiro, Quarta-feira, 15 de Dezembro de 1875.

TIME IS MONEY!! O TEMPO É DINHEIRO!!
ECONOMIA! PROMPTIDÃO! ELEGANCIA! E ASSEIO!
 COM AS
CAMPAINHAS ELECTRICAS
 EMPREZA E COLLOCAÇÃO NO GRANDE MAGICO. RUA DO OUVIDOR N. 107

Empreza de Campainhas Electricas



Collocação garantida, 107 rua do Ouvidor

NUNCA SE VIO!!
 MEIOS DE COMMUNICAÇÃO TÃO RAPIDO
 INDICAÇÕES TÃO PERFEITAS!
 NÃO HA MAIS DISTANCIA A PERCORRER!!
AS CAMPAINHAS ELECTRICAS
 CHAMAM! FALLAM! MANDAM! SEM NUNCA FALHAR!...

A casa AO GRANDE MAGICO. INTRODUCTORA destas engenhosos aparelhos, e possuindo um sortimento de todos e quaesquer aparelhos electricos mais completos do que qualquer das primeiras casas da Europa. recommenda-se ao respeitavel publico, tanto na mocidade dos preços, como na perfeição do seus trabalhos.

TUD É GARANTIDO
AO GRANDE MAGICO, 107 RUA DO OUVIDOR 107

Figura 2: Campainhas elétricas

Os poetas, de ocasião ou de ofício, autores dos poemas que analisamos, pretendiam falar em nome do povo, apresentavam-se como porta-vozes desta entidade, seus tribunos ou funcionários. Entretanto, a identidade entre o projeto e o povo só seria estabelecida através do discurso, a exemplo do que ocorreu na Revolução Francesa, uma vez que, se só o povo é soberano, o poder estaria nas mãos daqueles que são reconhecidos como falando em seu nome, daqueles que apropriam pela palavra a vontade do povo. Teríamos, assim, uma “competição dos discursos para apropriação da

legitimidade”.²²⁴ Somente através da apresentação e reconhecimento públicos, por meio da palavra como expressão da vontade do povo, é que os republicanos construiriam a legitimidade política. Há, então, distintas construções em curso. A do povo como soberano, a da República como o bom governo e a dos republicanos como aqueles que podem falar da República e em nome da vontade do soberano.

Os poemas podem ser tidos como parte da subversão cognitiva necessária à subversão política. A (inov)ação política só é possível se os sujeitos acreditarem na legitimidade de sua iniciativa e na possibilidade de sua eficácia, assim, não há ação ou mudança política que não seja acompanhada de uma subversão herética.

A subversão herética explora a possibilidade de mudar o mundo social modificando a representação desse mundo que contribui para sua realidade, ou melhor, opondo uma pré-visão paradoxal (...) à visão comum que apreende o mundo social como mundo natural. (...) Contribui praticamente para a realidade do que anuncia pelo fato de enunciá-lo, de prevê-lo e de fazê-lo prever; por torná-lo concebível e sobretudo crível, criando assim a representação e a vontade coletivas em condições de contribuir para produzi-lo.²²⁵

Os poemas contribuem para transformar a significação e o valor simbólico da escravidão e da Monarquia. Ambas eram apresentadas como injustas, relativas à falta de liberdade, ao atraso, frutos do privilégio, como manifestações da mesma carência, como dois lados da mesma moeda. Assim, um senso comum que as tinha como naturais e morais estava sendo solapado, apresentando-as como decisões e opções políticas indefensáveis moralmente. Os poemas, então, são responsáveis pela significação e circulação da ideia de República e do ser republicano, do abolicionista e da abolição para a grande parte da população do Império e da Corte.

A poesia primordialmente era oral, tinha um componente religioso e consistia em uma das formas de alcançar a verdade (*alethéia*).²²⁶ A cultura cristã ocidental manteve a poesia como atividade intelectual, depurando-a das demais características. A forma escrita se impôs, transformou-se em arte e em uma escrita do mundo. A *poíesis* grega (ação de fazer algo) foi transformada na arte de escrever versos. “A poesia pura de nosso tempo esqueceu o auditor e visa principalmente a um leitor atento e reflexivo,

²²⁴FURET, François. *Pensar a Revolução Francesa*. Lisboa: Edições 70, [1988]. p. 76-77.

²²⁵BOURDIEU, Pierre. Descrever e prescrever. In: _____. *Economia das trocas lingüísticas* São Paulo: Edusp, 1998. p. 118.

²²⁶DETIENNE, Marcel. *Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

capaz de viver no silêncio e na meditação o sentido do seu canto mudo”.²²⁷ Essas mudanças dizem respeito à valorização e ao entendimento da poesia, mas não implicaram mudanças morfológicas. A métrica, o ritmo, o refrão, a recapitulação, como requisitos da enunciação verbal às exigências da memorização e da audição, sobreviveram a essas mudanças. Mesmo as musas foram mantidas, talvez as únicas divindades pagãs que o cristianismo tenha aceitado em sua convivência. A forma escrita não tirava as qualidades e propriedades que a poesia possuía na origem oral. Na poesia, a palavra, que “antes representa do que expressa o significado”, não funciona do mesmo modo que na prosa.²²⁸ A sonoridade das palavras na/pela declamação sempre foi mais importante do que sua forma visual ou sua disposição na folha impressa (à exceção talvez da Poesia Concreta). No Brasil, escritores e poetas no século XIX prefiguravam mais um ouvinte do que um leitor. Os literatos não escreviam, *falavam* de pena em punho. Dispensando a página impressa, os poemas circulavam pela palavra oral (saraus, recitais, auditórios), formando um público de ouvintes maior que o de leitores, defende Candido.²²⁹ Em *Dispersa Demanda*, Costa Lima radicaliza esta tese, ao afirmar que, no Brasil do século XIX, forma-se uma cultura auditiva. “A forma escrita da literatura fazia-se sucursal de uma circulação permanentemente oral”, assevera o autor.²³⁰

Os poemas adquirem mais relevância à luz das considerações acima. A oralidade seria marca fundamental, mesmo que tenham vindo a público na forma impressa. O uso excessivo de exclamações, inclusive nos títulos, reforça tal entendimento. Uma vez aceita esta ideia, podemos concluir que os poemas circulavam por meio da memorização e repetição que a rima e a métrica facilitavam. Ou seja, sua recepção não ficava restrita ao público leitor que tinha acesso ao jornal. A cultura auditiva contribuía para sua propagação, já que havia um público predisposto a ouvir, ou seja, uma espécie de “plateia” preexistente.

Versando o descontentamento: as críticas sob o Império

O seguinte pedido anuncia a publicação de alguns poemas no jornal *A Reforma*, em 1869, até mesmo antecipando alguns de seus futuros “alvos”:

²²⁷CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 29.

²²⁸SARTRE, Jean-Paul. *Que é a Literatura?* São Paulo: Ática, 1999. p. 15.

²²⁹CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 74.

²³⁰LIMA, Luiz da Costa. Da existência precária: o sistema intelectual brasileiro. In: _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 7.

Tenho uma coleção de perfis políticos. É uma galeria de contemporâneos em versos de pé quebrado, que em momentos de descanso escrevo para imortalizar, à guisa de Bérenger, os nossos grandes vultos sociais da atualidade.

Consente-me a publicação d'El-Rei nas colunas de seu jornal, senhor redator da *Reforma*?

Vai o primeiro perfil. É a fotografia do – *Casusinha das dúzias*.

Em seguida enviarei o retrato do Coxo; depois irão os demais paxás da situação.

Erasm^o.²³¹

Nas edições seguintes de *A Reforma*, não encontramos, como era de se esperar, os poemas prometidos. Interessa-nos destacar, todavia, que a prática de elaborar poemas sobre figuras públicas, “grandes vultos sociais da atualidade”, parecia ser uma constante. A esse respeito, em 1896, o *Gazeta de Notícias* trazia a seguinte nota:

CARICATURAS INSTANTÂNEAS

Brevemente começaremos a publicar uma série de pequenos estudos sobre homens do nosso país, escritos por um antigo jornalista, hoje arredado da imprensa, mas em plena atividade em elevadas funções políticas. Cada artigo será acompanhado de uma ilustração de Julião Machado, o brilhante caricaturista da *Bruxa*.

O escritor usará o pseudônimo de *Juvenal Gavarni*, e a primeira série ocupar-se-á de caricaturas políticas.²³²

O título da nota, “Caricaturas Instantâneas”, é também o nome dos “estudos sobre homens do nosso país”. Os estudos prometidos em 1896 se aproximam dos perfis políticos de 1869, apesar do intervalo de 27 anos entre os dois. Ambos tratam de figuras públicas na chave da denúncia e da sátira, sendo as personalidades públicas referidas de forma cifrada e, principalmente, na forma de poemas. Este é um ponto importante para nosso trabalho: a crítica e as tomadas de posição sobre temas políticos, que marcavam os jornais no século XIX no Brasil, davam-se também na forma de poemas. Ao longo do

²³¹*A Reforma*. Rio de Janeiro. 23 dez. 1869. p. 3.

²³²*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 18 agosto 1896. p. 1. Continua a apresentação: “1ª série – Políticas – por Juvenal Gavarni. I- Prudente e demorado [Prudente de Moraes]; II- O grilo; III- Feito a machado [Ubaldo de Amaral]; IV- Caboclo bom; V- Glyceroleo; VI- Pimenta malagueta; VII- O langrista [Medeiros e Albuquerque]; VIII- Um saco de princípios; IX- Filho de Papai [Afonso Celso]; X- O Alarido; XI- Raposo Manhoso [Coelho Rodrigues]; XII. O cipreste; XIII- O homem dos sete instrumentos; XIV- O príncipe [Quintino Bocaiuva]; XV- O *cahe-pr'a-cá*; XVI. Melado de Campos; XVII- Narciso; XVIII- O marreco; XIX- Sabiá da praia; XX- Cimourdain; XXI- Gauvain [Júlio de Castilhos]; XXII- Diógenes; XXIII- Animal de sangue frio; XXIV- Frei Antônio; XXV- Numa Roumestan; XXVI-Commigo é nove; XXVII- Gracchulus.” A segunda caricatura, publicada em 3 de setembro de 1896, tratou de Cesário Alvim sob o título de O Caniço. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 3 setembro 1896. p. 1. As *Caricaturas* foram publicadas em livro em 1939 e trazem a seguintes indicações de caricaturas e das pessoas que tratavam, além da indicadas acima: O Guaiamu, José do Patrocínio; De cabo a general, Francisco Glicério; O profeta vermelho, Rangel Pestana; O caipira, Campos Sales. MENDONÇA, Lúcio de (Juvenal Gavarni). *Caricaturas Instantâneas* [1896]. Rio de Janeiro: S. A. A Noite, 1939.

período da pesquisa, a visualização dessa prática foi uma constante.

No poema enviado ao redator de *A Reforma*, em 1869, *Casusinha das dúzias*²³³, há uma tripla referência a José de Alencar, Ministro da Justiça entre julho de 1868 e janeiro de 1870. Casusa era o apelido de infância de Alencar – essa é a primeira referência. A segunda está na autoria do poema – Erasmo, que foi o pseudônimo usado por Alencar na publicação das Cartas Políticas.²³⁴ Assim, o mesmo pseudônimo aparece em um texto que critica o Ministro da Justiça e autor das Cartas Políticas. A terceira se encontra no corpo do texto:

Quem é esse fanadinho,
Pequenino
De cara patibular?
Não conheces? Nunca o viste?
Na verdade é coisa triste
Não conhecer o Alencar.
E puf, paf, puf
Tará, pá, pum
O casusinha das dúzias
Não é peixe, nem mutum.
O Casusa é um portento,
Monumento
Da moderna geração:
Nas letras não tem igual,
É poeta sem rival
Na nossa pobre nação.
E puf, paf, puf
Tará, pá, pum
O Casusinha Alencar
Não é peixe, mas mutum.

Em janeiro de 1870, *O Quinze de Julho* publicou outro poema com o mesmo título, “Casusinha das dúzias”,²³⁵ desta feita, assinado por Os Bóródóbós. A alusão a Alencar, explícita no título, é reforçada pela citação de seu nome no corpo do texto:

Meu turíbulo é mais modesto,
e se fumeja no altar,
vai ao nariz desonesto...
não do Antão... mas do Alencar!

O poema reproduz o estribilho “tará, pá, pum / do peixinho e do mutum”, daquele homônimo publicado em *A Reforma* em dezembro de 1869. O pseudônimo de Alencar, em Cartas Políticas e que fora apropriado em 1869 na crítica a ele dirigida,

²³³691223 Casusinha das dúzias. *A Reforma*.

²³⁴ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

²³⁵700101 Casusinha das dúzias. *O Quinze de Julho*.

aparece por meio da pergunta:

Não ouves a voz de Erasmo,
e do passado o sarcasmo,
de seu pai a maldição?

Os dois poemas são, portanto, uma crítica à atuação de Alencar na frente do Ministério e dialogam entre si. Ambos trazem críticas à política *no* Império. Indiretamente, portanto, é mais o próprio Império que aparece execrado nesse poema, no contexto mais amplo de uma prática política condenável do que seu alvo direto, o ministro Alencar. Mesmo não havendo elementos que nos permitam classificar o texto como republicano, sua existência não é estranha à questão. A data e o título do jornal podem ser entendidos como expressão do descontentamento que se seguiu à queda do gabinete Zacarias em 1868. Lembremos que a crise que seguiu ao fim deste gabinete deixou transparecer um descontentamento com o Imperador, segundo Vianna.²³⁶

Nesses poemas, há pelo menos duas ideias que merecem destaque. A primeira é a denúncia que fazem: as práticas que marcariam o Império estariam em desacordo com o que deveria ser. Assim, entendemos as perguntas exclamativas que o compõem. São recursos retóricos para colocar em evidência a situação que se pretende denunciar. A segunda é a noção de um futuro em que a justiça será feita. A redundância é um risco, mas a projeção de um futuro afirma o transitório do presente e a possibilidade de ser corrigido, de ser depurado. No caso concreto, além destas ideias, encontramos referência a um futuro ajuste de contas, quase uma vingança das vítimas do presente ou em seu nome. A jandaia, transformada em gavião, pode comer a ninhada, “mas conta já com a bicada que os *bem-te-vis-te-darão*”. A injustiças e o abuso do poder do presente terão respostas em um futuro próximo – é o que podemos depreender.

As “Caricaturas Instantâneas” de 1896 também tratam os personagens sob a forma de códigos, sendo nomeadas por apelidos ou alcunhas, em uma referência cifrada aos retratados. Nelas, Prudente de Moraes é “Prudente e demorado”; Ubaldino de Amaral, “Feito a machado”; Medeiros e Albuquerque, “O langrista”; Afonso Celso, “Filho de Papai”; Coelho Rodrigues, “Raposos Manhosos”; Quintino Bocaiuva, “O príncipe”; Júlio de Castilhos, “Gauvain”; Cesário Alvim, “O Caniço”; José do Patrocínio, “O Guaiamu”; Francisco Glicério, “De cabo a general”; Rangel Pestana, “O

²³⁶A ideia republicana como força organizada data da reação liberal à queda do Gabinete Zacarias em 1868. VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006. p. 08-14.

profeta vermelho”; e Campos Sales, “O caipira”.

Para efeito da análise a seguir, é importante frisar este ponto: os poemas e as caricaturas assumem modos de crítica e/ou crônica política. Servem como recursos para atacar, elogiar, denunciar ou defender uma posição, uma personalidade e/ou uma ideia. É ponto pacífico na historiografia que, no Brasil da segunda metade do século XIX, os jornais se constituíam em importante componente do debate político.²³⁷ As coletâneas de artigos publicados na imprensa atestam a pertinência desta afirmação.²³⁸ Tal prática adentrou o período republicano, tendo em vista, no exemplo, a publicação de *Caricaturas Instantâneas* por Mendonça.²³⁹

O ponto que nos interessa destacar é que, nesse debate, os poemas constituíram um dos recursos para publicizar e explicitar uma posição e/ou oposição. Encontramos vários exemplos que podem ser assim caracterizados. No contexto da campanha republicana, os poemas que veiculam críticas às autoridades, personalidades públicas, protestos ou denúncias adquirem relevância. Em primeiro lugar, por resgatar um quadro geral em que estão inseridos. Em segundo, por considerar que as críticas à organização social, aos desmandos políticos e às injustiças, mesmo genéricas ou dirigidas aos gabinetes, colaboram para a desconstrução da monarquia como o reino da ordem, do justo e do correto. Em sendo assim, os poemas que explicitam críticas genéricas ao existente devem ser resgatados.

“Só o pobre é sacrificado”

Nesse sentido, é interessante resgatar um poema – O Progresso²⁴⁰ – anterior ao Manifesto de 1870 e que veicula críticas que não podem ser consideradas como parte da campanha republicana. Sua publicação data de agosto de 1869, na seção *Lundus*, de *O Trovador*. O periódico, como o próprio nome sugere, define-se pelo gênero textual que

²³⁷Ver, entre outros, CARVALHO, José. M. de. Radicalismo e republicanism. In: _____ e NEVES, Lúcia M. B. P. das. *Repensando o Brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 19-48; MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007; ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

²³⁸Ver ALBUQUERQUE, Medeiros de. *Quando eu era vivo...– Memórias 1867 a 1934*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1942; E MENDONÇA, Lúcio de. *A caminho* (Propaganda Republicana). Rio de Janeiro: Lammert & Cia, 1905.

²³⁹*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 18 agosto 1896. p. 1. As caricaturas foram reunidas e publicadas em livro em 1939: MENDONÇA, Lúcio de (Juvenal Gavarni). *Caricaturas Instantâneas* [1896]. Rio de Janeiro: S. A. A Noite, 1939.

²⁴⁰690829 O Progresso. *Trovador*.

publica, trovas. Para além da formalidade que define a trova, interessa-nos ser um gênero popular. Esta característica é reforçada pela seção em que o poema se encontra – Lundus –, que também tem forte apelo popular. O poema tem três partes com críticas à administração municipal, ao tráfico de influências e às eleições.

Anda tudo à revelia,
As ruas esburacadas;
Em cada canto imundice
As sarjetas empossadas.

Além da sujeira, das “águas sujas”, a denúncia aborda o tratamento diferenciado dispensado ao infrator, se rico ou pobre. O último paga a multa municipal “cheio de mágoa”, enquanto aos primeiros

Mas se for rico.
Dizem: – este não,
porque me pode
Dar demissão.

Essa situação serve de pretexto para os versos seguintes denunciarem o tratamento desigual dispensado ao rico e ao pobre quando infringem a lei:

A justiça não se faz
Ao rico ou ao barão;
Só p’ra o pobre a justiça,
Para o rico a posição.

A explicação é dada nos versos seguintes, os que têm padrinho são protegidos, não são punidos e conseguem empregos.

Quem não tiver
Um bom padrinho;
Não passará
d’um biscainho.

Só tem emprego
Os afillhados,
Os protegidos
Dos magistrados.

A proteção aparece como chave na descrição da sociedade, o acesso desigual a empregos e justiça são suas consequências. A penalização do pobre e o privilégio do rico, marcas desse corpo social, são referidos no poema, em tom de ironia, como patriotismo. A eleição é o único momento no qual o pobre é lembrado em primeiro

lugar: “Mas quando chega a eleição, / p'ra o pobre correm primeiro”. No entanto, as promessas eleitorais não são cumpridas:

Depois de finda
Essa eleição;
O que prometem
Eles não dão.

É interessante frisar que o poema inicia suas denúncias tratando da fiscalização municipal, passa pelo tratamento desigual dispensado ao pobre, quando comparado ao que o rico recebe, aborda o apadrinhamento e termina com a crítica ao oportunismo dos candidatos nas eleições. Ou seja, a denúncia percorre um trajeto de uma situação específica e termina apontando uma dinâmica geral. Esse gradiente não impede que o poema seja visto abordando a mesma situação injusta – o tratamento dispensado ao pobre – nas condições concretas apontadas. Ou seja, as conjunturas concretas indicadas seriam manifestações da mesma constante. A quadra final reforça essa hipótese.

Desse sujeito
Vejo eu aos mil;
No malfadado
Nosso Brasil.

A política sob o Império aparece marcada pelo privilégio, fruto do arbítrio. A cidade é descrita sob a égide do negativo: ruas esburacadas, imundice e sarjetas empossadas, mas a solução do problema recairia sobre o pobre.

Quem não tiver
O seu quintal;
Paga essa multa
Municipal.

Pois se puser
À rua água;
Lá vai o pobre
Cheio de mágoa.

Ou seja, aqueles que não têm quintal pagam a multa, a saber: o pobre. Mas, completa o poema, a injustiça não decorre só da falta de posses (ou quintal), mas da relação de dependência que têm os fiscais e os ricos. Em outras palavras, do tráfico de influências que marca as relações sob a monarquia.

O que essa situação permite vislumbrar é um quadro mais amplo da sociedade imperial como orientada pelo privilégio dos ricos: “Só p'ra o pobre a justiça, / para o

rico a posição”. Ter um padrinho, ter a proteção de um poderoso ou magistrado, aparece como a condição para um bom emprego. Caso contrário, não passará de um biscainho.

O pobre, ignorado sistematicamente, a quem não é dado emprego nem nada, que paga as multas, é lembrado à época das eleições. Aos pobres recorrem “c’o nome impresso/ n’um cartãozinho” para pedir votos. Mas, após as eleições, “o que prometem/ eles não dão”. Nisso consistiria “O Progresso” da sociedade do Império do Brasil, como sugere o título do poema.

A injustiça que favorece os ricos é, desta feita, objeto da denúncia de “O Progresso”. A crítica ao que está instituído pode ser interpretada como voltada ao Império, pois, ainda que a denúncia dos excessos não implique necessariamente condenação deste, também não deixa de sê-lo. Observemos que, na melhor das hipóteses, revela um descontentamento ou inconformidade com aquilo que existe. Assim, favorece falas e propostas que pretendam corrigir os abusos. Em último caso, permite o estranhamento ao instituído, desnaturaliza-o e favorece a busca por arranjos substitutivos, na medida em que entende que a monarquia permite a existência de práticas injustas e condenáveis.

A denúncia sobre o tratamento diferenciado dispensado aos ricos e aos pobres se faz presente em “Será verdade?”, publicado em *Echo Popular* em 1869.²⁴¹ Com quadras precedidas de uma pergunta – o título é uma interrogativa –, podemos supor que o poema visava induzir ao questionamento das regras tácitas da sociedade. O texto estabelece em seu início uma contraposição entre uma natureza generosa e práticas sociais marcadas pela iniquidade. Assim, a afirmação das belezas da terra que, de tão formosa, rivaliza com o Japão, é contraposta, nas primeiras quadras, ao “bucho de tubarão” dos governantes. As situações descritas nos versos seguintes constituem-se em denúncias.

– Será verdade o que?

Os homens que cá governam,
Só servem para cavar fossos,
Os ministros repimpados!...
Os pequenos pagam impostos.

(...)

– Será verdade o que?

²⁴¹690912 Será verdade? *Echo Popular*.

Que eu tenho comenda no peito
 Não sofro dano nenhum
 Mas tu que não tens nada
 Pagas igual a qualquer um...

(...)

– Será verdade o que?

Que quem é rico e tem dinheiro
 É qual *Deus* verdadeiro
 Só o pobre é sacrificado
 Por esses grandes do estado.

O fecho do poema caminha no mesmo sentido de “O progresso”. A partir das situações descritas, o Império é apresentado como o antiprogresso:

Os amigos *libertinos*
 Nos trouxeram este *progresso*
 E depois em seu regresso
 Nos virão os *divinos*.

Essas críticas são reafirmadas na edição seguinte do *Echo Popular*. Um novo poema, com título próximo – “Sera Verdade” –, é publicado. As diferenças ficam primeiramente por conta da pontuação: enquanto o primeiro título é uma pergunta, o segundo aparece como afirmação. Uma segunda diferença acontece pela indicação de autoria no segundo. O fato de só este último estar “assinado” por O Corsário sugere tratar-se de um só poema publicado em duas partes. Dada a forma padrão e a estrutura das frases/versos, estamos tratando a ambos como sendo um questionamento, como indutores a uma dúvida. A falta de indicação de continuidade no que seria a primeira parte, no entanto, deixa indagações. Afora isso, os dois se aproximam por explicitar críticas à organização do Império.

– Será verdade que:

Um dia fui no tesouro
 Selar certos papezinhos,
 Porém, oh, que caterva?
 Que me aparecem meirinhos.

(...)

– Será verdade que:

Em todas as repartições

Há tantos vagos e impostores
 Isto me parece farsa – comédia –
 A formação de tantos doutores.

– Será verdade que:

A guerra que nos tem assolado
 Tem sido só ao tesouro
 Pelos grandes do estado.

(...)

– Será verdade que:

Oh, meu Sr. de estado
 Eu não faço negócio
 E por isso pagar não posso
 Esta grande exorbitância
 Dos-mandões do poder
 Eu pagar não posso querer.

As repartições são dominadas por meirinhos, impostores e doutores, que se constituem em senhores do Estado e “mandões do poder”. Esses levam a cabo uma guerra contra o tesouro. Não bastasse esse assalto, ainda cobram exorbitâncias para “selar certos papezinhos”. O ponto a se destacar é a descrição do Estado como controlado por “mandões” que assaltam o tesouro.

Não houve o estabelecimento de uma inequívoca relação entre a situação denunciada e a monarquia, tampouco esta foi negada. O ponto que merece ser enfatizado, no entanto, é que o poema, mais que injustiças, denuncia a relação estabelecida entre a riqueza (ou sua ausência) e privilégios (ou falta de direitos). Os promotores dessa situação são nomeados como “homens que cá governam”, “ministros repimpados”, “homens de *senhoria*” e “esses grandes de estado”. A condição social está sendo apresentada como questão política na medida em que a denúncia apontada não se reduz à falta de dinheiro do pobre, mas à sua falta de direitos e à sua manutenção nessa condição pelos que dela tiram proveito. A crítica/denúncia adquire um tom mais grave, mais do que ser o imposto elevado e mais do que resultar em benefício de poucos. A questão é que os mandões e grandes citados usam do poder para se manterem como tais. Em outras palavras, aqueles que ocupam posições no Estado usam-nas para seu proveito e para manter excluídos os demais. No limite, sugere-se que temos uma aristocracia sustentada às expensas do Estado e por meio da exploração dos pobres. O Estado seria mero pretexto para mascarar uma apropriação sistemática do alheio.

A crítica aos agraciados com títulos de nobreza ou altos postos da magistratura motiva o poema “Epigrama”.²⁴² A polêmica acerca da nomeação a ser dada a um animal, que foi trazido para a cidade, um macaco, foi resolvida pela “polícia da terra” com a seguinte decisão:

– Este bicho p'ra ser homem
Falta-lhe só a razão,
Portanto, deve chamar-se
Comendador ou barão.

Esses notáveis são apresentados, portanto, como carentes de razão, ou seja, irracionais. A descrição negativa, se interpretada a contrapelo, pode sugerir a importância que a razão adquiria na segunda metade do século XIX no Brasil. Em todo caso, é importante frisar que o texto colabora para minar o capital simbólico dos notáveis, pois nega a pretensa superioridade e distinção política e cultural que os diferenciaria dos demais habitantes. A crítica não questiona prioridades ou comportamentos políticos na administração da coisa pública, mas desqualifica parte do que seria a elite do Império.

Problemas no fornecimento de água na Corte é a questão de fundo de “Extorsão/Falta d'água”²⁴³, publicado em 1874. A questão grave que o poema denuncia é que, enquanto o cidadão sofre com essa falta, há água com fartura no Paço Imperial. Os termos da denúncia a fazem mais grave, pois são os “cidadãos” que foram privados da água e não a “população”. A quadra que segue a primeira denúncia reforça o agravante. Esses cidadãos são os mesmos que o fisco incansável não esquece de cobrar e “chuchar”.

Corre água em *borbotão!!!*
Lá no *Paço* de Bragança;
Mas nós cá, o cidadão:
D' esta *pinga* não alcança.

Do *fisco* a voraz cobrança,
A *chuchar* nosso dinheiro;
Não esquece, não descansa;
De [ilegível] o brasileiro.

Desta feita, a falta d'água é tratada como denúncia ao privilégio e à injustiça de que os cidadãos estariam sendo vítimas nessa crise específica, a de abastecimento na

²⁴²730817 Epigrama. *D. Pedro V.*

²⁴³740119 Extorsão / Falta d'água. *A República.*

Corte.

A corrupção, aparentemente, é o tema de “Moralidade”.²⁴⁴ Como o poema é cifrado, não há nele elementos que permitam identificar a qual caso concreto se refere, embora não haja dúvidas de se tratar de um escândalo envolvendo apropriação indevida de valores. O autor da ação, no entanto, não é indicado, o que não permite precisar ser uma pessoa pública ou cidadão comum. Como o que nos interessa é indicar a existência de uma representação negativa sobre as práticas políticas no Império, não nos pareceu relevante identificar a situação específica que motivou a publicação.

A solidariedade ao acusado é indicativa de cumplicidade – sugere:

E os tais defensores!!
Que dizem, não furtou!
Querem com ele comparar-se!
Com quem, provado; roubou.

São tão bons, larápios,
Como quem dos pobres furtou;
Os que apoiam e defendem
Como quem pediu e roubou.

A última quadra apela aos bons que se mantenham como tais e não se misturem com os “velhacos”:

Separem-se os homens de bem,
Assim procede quem o é;
Sejam firmes e honestos,
De velhaco quem não é.

A moralidade, que nomeia o poema, pode ser entendida tanto como ironia ao comportamento dos larápios, incluindo quem furtou e os que o defendem, quanto como defesa da separação dos bons, indicada no final. Para nossa questão, as duas possibilidades reforçam o argumento da existência de uma representação negativa sobre a coisa pública. Defensores e defendido, no poema, aparecem como larápios que furtam dos pobres.

Em 1875, o drama *Os Lazaristas* teve sua encenação no Brasil proibida pelo Conservatório Dramático Brasileiro. Sua execução foi, entretanto, planejada para outubro, no Teatro São Luiz, destinada aos associados de uma sociedade dramática. A presença da força policial para garantir que a proibição fosse respeitada terminou em conflito com populares na noite de 13 de outubro. Esse acontecimento serviu de

²⁴⁴750808 Moralidade. *O Globo*.

pretexto para a publicação de um periódico que assumiu o mesmo nome do drama proibido.

Entre os gemidos agonizantes de um povo inofensivo imolado à sanha brutal do despotismo policial, e por baixo das espadas homicidas da força pública que representava a farsa-tragédia no dia 13 do corrente surgio – *O Lazarista*.

(...)

O Lazarista, vem pois à luz da publicidade exprobrar os erros e desmandos dos que infelizmente dirigem este malfadado país digno de melhor sorte e advogar os interesses de um povo livre.²⁴⁵

Coerente com estes objetivos, o periódico publica em seu terceiro número o poema “Quem sou eu?”.²⁴⁶ O longo texto-charada lista, a título de pistas, as atitudes, comportamentos, práticas e grupos que o “eu” do título tem preferência e as que rejeita. Vejamos:

Fujo sempre à hipocrisia,
 À sandice, à fidalguia;
 Das manadas de Barões?
 Anjo Bento, antes trovões.
 (...)
 Digo muito disparate,
 Mas só rendo obediência
 À virtude, à inteligência:
 (...)
 Os birbantes mais lapuzes,
 Compram negros e comendas,
 Têm brasões, não – das Calendas,
 E, com tretas e com furtos
 Vão subindo a passos curtos;
 Fazem grossa pepineira,
 Só pela *arte do Vieira*,
 E com jeito e proteções,
 Galgam altas posições!
 (...)
 Não tolero o magistrado,
 Que do brio descuidado,
 Vende a lei, trai a justiça
 – Faz a todos injustiça –
 Com rigor deprime o pobre
 Presta abrigo ao rico, ao nobre,
 E só acha horrendo crime
 No mendigo, que deprime.
 (...)
 Eu bem sei que sou qual grilo
 De maçante e mau estilo;
 E que os homens poderosos

²⁴⁵*O Lazarista*. Rio de Janeiro. 21 outubro 1875. p. 1.

²⁴⁶751028 Quem sou eu? *O Lazarista*.

Desta arenga receosos
 Hão de chamar-me – tarelo,
 Bode, negro, Mongibelo;
 Porém eu que não me abalo,
 Vou tangendo o meu badalo
 Com repique impertinente,
 Pondo a trote muita gente.
 (...)

As indicações fornecidas para a obtenção da resposta à pergunta do título podem ser consideradas como parte da crítica política e social que trabalhamos. A hipocrisia, a sandice, a fidalguia, o arrivismo, a subserviência, a desonestidade e a falsidade são rejeitadas; já a virtude e a inteligência são louvadas. Com a sugestão de serem as práticas condenáveis associadas à elite, o poema ataca esta própria elite. As altas posições não representariam uma maior dignidade, mas resultariam da compra de comendas, da proteção e da *arte do Vieira*.

Os subornos e o tráfico de influência na Justiça são os temas de “Viva a moralidade”.²⁴⁷ A felicitação que o título sugere transforma-se em ironia com o desenvolvimento do poema. “A justiça d’esta terra/ Eu a compro com dinheiro”, o que faz com que “Dos tribunais julgadores/ Tenho sempre ganho votos”. A desonestidade instituída e transformada em rotina é apresentada como sendo a “moralidade” da Justiça.

O déficit do orçamento, que devora “o aflito povo”, é o tema de “O corte no orçamento”.²⁴⁸ Para obter a redução das despesas públicas, é proposto o não pagamento dos parlamentares que faltam às sessões legislativas. “Aos cofres do tesouro abandonando/ O cobre que assim ides levantando/ Nos dias que faltais”: é o que se pede aos deputados. Ao senado, solicita-se trabalho mais produtivo:

Aos distintos nestores do senado
 Igual pedido faz
 A nação que fenece de anemia,
 Vendo fugir o tempo em fantasia,
 Em discussão falaz.

A solicitação tem como justificativa principal a necessidade de obter uma redução dos custos. Ao longo do texto outras ideias interessantes se fazem presentes. A primeira é tratar os deputados como “senhores da nação representantes”, ou seja, pontua a atividade parlamentar como delegação da nação, em nome de quem são solicitadas as

²⁴⁷751128 Viva a moralidade. *Gazeta de Notícias*.

²⁴⁸770518 O corte no orçamento. *O Globo*.

mudanças no pagamento. Há também a comparação do trabalho do deputado com um artesão: “Se quando o artesão não comparece/ Ao ponto da oficina/ O dia de labor se lhe desconta”. Neste caso, o que se pede é um tratamento isonômico entre representantes e representados, que ambos estejam sujeitos às mesmas regras no que diz respeito aos descontos por falta. A questão de fundo que emerge é uma crítica geral ao parlamento, em que há faltas em excesso e discussões falaciosas, dispendiosas para a nação e para o povo brasileiro.

Se as críticas apresentadas até aqui eram sutis ou insinuantes, sugeriam mais do que declaravam, aquela realizada em “Os coribantes” consiste em um vitupério explícito e taxativo.²⁴⁹ O “Poemeto realista dedicado aos aventureiros sociais” não economiza termos para descrever o que é censurável. O Canto I, dedicado aos políticos palacianos, lança mão de expressões como “vis trampolineiros”, homens de duas frentes”, “almas de duas vistas”, “assassinos perdidos da consciência sã”, “hipócritas, truões, almas negras do vício, geradas nos balcões”, “heróis da iniquidade”, entre outras. Nesta longa condenação, não faltam termos pejorativos para desqualificar os aventureiros sociais e políticos palacianos, que vendem a consciência, a honra, a honestidade e que limpam as “botas com os códigos das leis”. A questão de fundo que suscita a reprovação seria o abandono dos princípios em função das benesses do poder, obtidas pela subserviência aos poderosos.

As críticas à dinâmica política e social do Império são reveladoras da permanência e transversalidade da preocupação e descontentamento com o jogo político do período, a despeito das variáveis de data, veículo e autoria. Em alguns casos, a crítica aparecia em colunas autorais e permanentes. Este foi o caso de “A musa do povo”, assinada por Octaviano Hudson, com críticas à política e à monarquia. Neste momento, somente nos interessam os poemas que fazem reprimendas às práticas e dinâmicas políticas sem vínculos a uma proposta específica de governo.

A recusa ao novo e o apego ao conservadorismo são denunciados em outubro de 1877.²⁵⁰

Não há razão de queixa, *eu afianço*
A pátria marcha bem,
Quanto pior melhor, eis o meu lema,
Bons efeitos aguardo de tal tema,
Respeitá-lo convém!

²⁴⁹770601 Os coribantes. *Revista Academica*.

²⁵⁰771024 Musa do povo / Quanto pior melhor. *O Globo*.

A inclinação às formas consagradas e rotineiras da política era uma das marcas da Ordem Saquarema. O apego à ordem, entendida como rejeição às mudanças, estaria na base dos descontentamentos que informavam os textos em análise. Em sendo assim, este poema representa uma novidade, pois a própria resistência governamental é denunciada como prejudicial ao Brasil:

Que chegue até a fase mais caduca,
 Ao estado senil,
 Andando de gatinhas. Desmamado?
 Quem pode prescindir deste bocado?
 Responda-me o Brasil.

A incapacidade de obter o consenso no governo é o tema de “A nova Babel”.²⁵¹ A situação específica que o governo enfrentava era a falta de água que atingia o Rio de Janeiro e a seca no Nordeste. A forma como os atores são nomeados pode ser vista como uma desqualificação daqueles que pretendem ser governo: “carneiros silente (sic)”, “gansos”, “perdiz”, “coro de baratas” e “sapo a dançar”. A inoperância dos governantes resultaria da incapacidade do monarca: “N'esta nova Babel ninguém se entende,/ O próprio dono d'ela o que pretende/ Não pode definir!” O servilismo dos grupos políticos ao rei indeciso completa o quadro na nova Babel:

E vai assim o povo acreditando
 Em tais liberalões
 Quer um, quer outro são da mesma estofa,
 Carregam para o amo a mesma alcofa
 Lambendo-lhe os tacões!

Ameaças aos eleitores para que votassem no partido liberal foi denunciada em “Derrubada”.²⁵²

Demissões já ameaçam
 Ao povo que não votar
 No tal partido da *touca*
 No partido do *Gaspar*.

 Que de prisões vamos ter
 Na campanha eleitoral!

A prática era comum no Império. O partido governista controlava o processo eleitoral de modo a obter sua vitória. Os aliados e apadrinhados dos rivais eram, por

²⁵¹771101 Musa do povo / A nova Babel. *Gazeta de Notícias*.

²⁵²780802 Derrubada. *Diário da Tarde*.

consequente, excluídos e alijados dos cargos que ocupavam até então, sendo substituídos por aliados do partido da situação. Além da coação aos eleitores, o poema traz um juízo acerca do partido liberal que merece ser destacado.

Não vos fieis em promessas
Nem tão pouco em ameaças,
Promessas de liberais
São simples, meras chalaças.

A quadra final complementa a acusação de coação ao buscar desacreditar as ameaças do partido. Ao dar publicidade ao recurso considerado espúrio, as intimidações aos eleitores, o poema poderia pretender constranger os liberais e anular a ameaça. Ao afirmar que as intimidações são chalaças, o poema buscaria torná-las inócuas em seus efeitos.

A “Derrubada”, denunciada no poema anterior, foi tratada em “O Capanga”.²⁵³ Se, naquele, o pretexto foi o caso concreto das eleições provinciais de Paraíba do Sul, neste, o motivo é um tipo social ou personagem por meio do qual os poderosos controlavam os resultados eleitorais e intimidavam os eleitores. Em um discurso na primeira pessoa, o capanga diz o que e como faz seus serviços:

Sou um grande *cabalista* eleitoral
E disputo com ardor cada eleição:
Cédulas no bolso, pau na mão,
(...)
Se o adversário quer, ah! fico então
Sanguinário, feroz, só faço o mal...
(...)
E se o bruto se atreve, não me aterro...

O “depoimento/apresentação” do capanga é interrompido no terceto final do soneto, com a chegada de seu mandante:

Mas o *chefe* lá vem: vou encontrá-lo,
As ordens receber, mostrar-lhe o *ferro*
Que tanta gente matou p'ra sustentá-lo.

Os dois poemas anteriores, apesar de todas as diferenças, caminham no mesmo sentido: dar publicidade à coação dos eleitores. Em ambos, o tratamento dispensado sugere que a intimidação era um desvio, uma aberração, um procedimento ilegítimo e ilegal que distorcia a vontade do eleitor. Um recurso de que os poderosos lançavam mão

²⁵³790127 O Capanga. *Correio da Noite*.

para se manterem no poder. A crítica subjacente aos poemas pode ser entendida como uma defesa das eleições livres.

A denúncia do uso da violência, associada à da falta de virtudes públicas dos mandatários, é o mote de “Está tudo suspenso” publicado em 1884.²⁵⁴ O texto solicitava uma “faxina” na Câmara Municipal:

Ponhamos tudo na rua
A poder de vassourada,
Basta já de falcatrua
Ponhamos tudo na rua;

A iniciativa de “Maciel furibundo” de sanear a casa legislativa estaria a enfrentar resistência violenta:

Mas lá fora os Paquidermes
Dão coices de toda sorte,
De arrancar couro, epiderme

O poema termina declarando a falta de moralidade da Câmara Municipal.

Essa gente sempre em guerra
Sem direito e sem moral,
Vergonhas da nossa terra,
Ó Câmara Municipal.

A crítica feita em relação ao legislativo municipal é semelhante àquelas veiculadas a pretexto da Assembleia Geral e do Senado. A atividade política estaria sendo exercida por pessoas sem as qualidades necessárias para tal e que usavam dos cargos para obter vantagens pessoais. O tema é recorrente e atinge as diferentes instâncias de poder.

O orgulho do soldado que se apresenta como tendo qualidades necessárias para defender a nação aparece em “O Canto do Veterano”.²⁵⁵ Neste poema, já é possível perceber alguns juízos que irão nortear a ideologia do soldado como o cidadão fardado. O ex-combatente da guerra com o Paraguai, honrado e nobre, que defendeu a nação nos campos de batalha, estaria apto a fazê-lo também na política.

Sou soldado! nobre sou
Sendo o braço da Nação!
– O meu sangue a minha vida,
Minha honra, o corpo meu,

²⁵⁴840226 Está tudo suspenso. *O Bambino*.

²⁵⁵780917 Canto do veterano. *Diário da Tarde*.

É só dela, – d'outrem não!

Oh tudo farei por ela,
Pela pátria do meu ser.

À pergunta

– Vontade poder, coragem,
Nobreza que não se curva,
Como eu, – quem é que tem?

é oferecida sonora resposta: “Ninguém!”. O poema mais do que afirma o direito do ex-combatente, o soldado, a participar da política: defende sua primazia de único a possuir virtudes para defender a liberdade considerada ameaçada.

Essa visão do cidadão, mais apto e mais virtuoso, informa e é informada pelo entendimento de que os grupos políticos pretensamente rivais pouco se distinguem na defesa dos interesses públicos. Em outras palavras, os grupos políticos e homens públicos seriam vistos como sempre defendendo seus interesses privados em detrimento dos supostos interesses nacionais ou patrióticos.

A bem-aventurança dos vencedores, dos sem-vergonha, dos vis, dos ladrões, dos baixos, dos assassinos na política brasileira, é o mote do pastiche de Mateus 5, 3-12, publicado no *Correio do Dia* em dezembro de 1880.²⁵⁶ O poema termina tratando dos apadrinhados e escolhidos:

Bem-aventurados
Os escolhidos,
Que da política
São protegidos.

Porque só esses
Bons afilhados,
Saem senadores,
Saem deputados.

Essa bem-aventurança sugere que os apadrinhados e escolhidos, que se tornam senadores e deputados, são “recrutados” dentre aqueles listados no poema, ou seja, ladrões, vis e assassinos. Os parlamentares não possuiriam, portanto, as virtudes dos homens públicos, muito pelo contrário, destacar-se-iam por práticas e comportamentos condenáveis. Os efeitos desta dinâmica seriam tanto a semelhança, constantemente

²⁵⁶801219 [Sem título]. *Correio do Dia*.

denunciada entre os membros dos partidos, quanto o descaso com o bem público, que os poemas afirmam.

Na explicação de como se forma o estadista brasileiro, identificamos reclamação análoga à anterior, em “Carapuça”.²⁵⁷ A diferença é que, agora, a ascensão política foi atribuída e condicionada a:

Se de nobre ou ricoço filho for
Há de em regra, por força, ser doutor,
Tenha, ou não tenha jeito para a ciência.

Homem rico, mas pobre inteligência,
Cabala em eleições, sai eleitor,
Juiz de paz, depois vereador,
E pensa logo em ter excelência.

Novamente, não seriam os méritos ou virtudes que permitiriam o progresso crescente na carreira política, após a cabala eleitoral inicial, mas a herança e influência familiar, ou seja, ser rico. A falta de mérito foi referida: ser doutor, “tenha, ou não tenha jeito para ciência”, na pobreza de inteligência. A docilidade em relação ao governo e o apego à ordem coroam a carreira:

Em corpo e alma governista inteiro,
Anda sempre de um, para outro lado.

Vai p'ra Geral. Mostra-se ordeiro
Sai ministro e depois cai no senado.
Eis formado o estadista brasileiro!

Por se tratarem de queixas, o pastiche da bem-aventurança e a “Carapuça” podem ser também relacionados ao ressentimento de uma geração que, a despeito de sua formação intelectual, sente-se marginalizada e preterida na Ordem Saquarema.²⁵⁸

A reprovação e oposição aos gabinetes e aos governantes foram uma constante, afinal, o grupo que transformava os jornais em tribunas da oposição eram os aliados do poder. Os argumentos mobilizados caminhavam da corrupção, à inoperância, à incapacidade e à falta de princípios daqueles que participavam, em maior ou menor grau, do poder: chefes de gabinetes, ministros, deputados, senadores, magistrados e potentados locais. Os poemas que analisamos indicam uma empresa no sentido de

²⁵⁷810413 Carapuça. *A Revelação*.

²⁵⁸Ver a este respeito ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, e MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007.

desqualificar ou minar o capital simbólico do grupo (ou pessoa) ao qual era dirigida. Buscava-se desconstruir uma representação que os autorizava a comandar, substituindo-a por outra, na qual apareceriam como incapazes.

Ter padrinhos era importante não só para o ingresso e ascensão na carreira política, mas permitia ao apadrinhado, em certos casos, considerar que “a lei é uma pulha”.²⁵⁹ Com este título, foi publicado por três dias consecutivos um poema que denuncia a ilegalidade de ser conselheiro da guerra e senador concomitantemente. Como, na data do poema, o Ministério da Guerra era comandado por Afonso Pena, poderia ele ser o caso-pretexto para a denúncia. No entanto, Pena não foi senador e, sim, deputado, o que excluiria essa possibilidade. O que interessa destacar, no entanto, é a afirmação do poema de que padrinhos poderosos “autorizava[m]” o afilhado a ignorar a lei:

Um conselheiro da guerra
Que no Senado se encosta
Disse: “é pena que esta lei
Me force a largar a pasta!
Mal qual lei nem qual Cabaça
Como tenho bons padrinhos
Mando a lei plantar batatas
Vou correr dois carrinhos!”

Em alguns poemas, o simples ataque às posições do grupo rival parecia não ser suficiente para desqualificá-lo e apresentar seu grupo como o mais virtuoso. Isso porque o descrédito de um grupo não produzia necessariamente o aumento do capital político daquele que o atacava. Assim, era importante uma comparação entre as posições de cada grupo em relação às questões da ordem do dia. Essa comparação foi apresentada no poema “Paralelo entre corcundas e liberais”, que, como o título explicita, pretendeu apresentar a antítese entre os corcundas e liberais.²⁶⁰

O corcunda, designação genérica para os partidários do absolutismo, “é um malvado”, “inimigo do povo” e do Rei, opõe-se à Constituição, “é hipócrita ardiloso”, “quer o antigo Despotismo”, “quer que a força e que a vingança / formem uma autoridade”. O Liberal é virtuoso, “ama Justiça e Razão”, “quer que o Rei viva seguro / unido com a Nação”, “não quer a Liberdade infrene”, segue a Santa Religião, protege a

²⁵⁹820608 A lei é uma pulha. *O Globo*. Publicado integralmente nas edições dos dias 8, 9 e 10 de junho de 1882.

²⁶⁰790701 Paralelo / Entre corcundas e liberais. *O Arauto*.

propriedade, “quer que não haja outra força / à das Leis superior”, sempre seguindo e se fiando pela Constituição. Ao longo das sete quadras, dedicadas à descrição de cada um dos tipos políticos, parecia esperar convencer o leitor da superioridade das teses liberais. A prescrição da última estrofe sobre o liberal pode ser assim interpretada:

O Liberal quer que s'ameno
Pela Constituição:
Veja-se assim qual dos dois
Segue partido mais são.

A publicação desta “antítese”, pontuando de forma didática as diferenças entre os dois grupos políticos, chama a atenção por diversas razões. A necessidade de esclarecer a população quanto às teses defendidas por corcundas e liberais pode ser vinculada às atuações semelhantes dos partidários dos dois grupos. Do ponto de vista concreto e prático, as diferenças teóricas apontadas não ficariam evidentes para um observador externo ao parlamento. Por mais que, de fato, os grupos, quando colocados efetivamente diante das questões que marcavam o cenário político do final do século XIX, atuassem de forma semelhante, era importante que aparecessem como diferentes para os eleitores. Esta era a condição para angariar simpatia e apoio que produzissem votos quando das eleições.

A iniciativa da explicação só se justifica se considerarmos que, para o poeta, a opinião da população tinha peso na política. Ter como interlocutor a população significava reconhecer a existência de uma opinião pública, mesmo que reduzida e incipiente, e sua relevância.

A aproximação com os eleitores na busca de votos foi apresentada em tom jocoso em “Dá cá um abraço”.²⁶¹ Ao “ilustre conselheiro / que ama a Bahia” e “chefe do partido novo”, é pedido “um abraço bem apertadinho”. Se o abraço amarrota e quebra o colarinho, produz resultados importantes:

Sem ti ninguém sabia que o abraço
Pode em tudo influir,
Vou fazer propaganda a tal respeito
Dá cá mais um abraço, dá com jeito
Não te ponhas a rir!

Os ganhos para “o partido que abraça o Zé povinho” não foram indicados. Podemos supor, no entanto, que se tratava de ganhos eleitorais. A opinião pública, que

²⁶¹811123 Dá cá um abraço. *O Globo*.

se buscava esclarecer e orientar no “Paralelo” anterior, aparece aqui como o eleitor que demanda um corpo-a-corpo.

“Do ministério nefasto”

Em alguns poemas, as queixas são dirigidas nominalmente a um gabinete ou ministro. Por mais pontuais e particulares que sejam as denúncias ou contestações, nesses casos, é importante frisar que reforçam a noção geral de que a organização política e social é marcada pelo privilégio, troca de favores e nepotismo. Ainda em 1869, *A Reforma publica* “Endiabradinhas”,²⁶² no qual o favorecimento de parentes é abordado.

Sabe arranjar os parentes
O grande Itaboraí;
Em finanças, em política,
E no mais... borra se aí...

(...)

Na pasta da agricultura
Mostrará o ministrinho
Como cresce a parasita
Que se intitula: – sobrinho!

O Ministério Itaboraí é descrito como marcado pelo nepotismo e gastos excessivos no poema “Ano mau”:²⁶³

O governo do visconde
Quer dizer: – cofre vazio,
O Lopes não sei aonde...
Muitos sobrinhos e um tio!

Por conseguinte, a continuidade do Ministério seria uma ameaça ao Império:

Este *amplivago* império
Por certo não se aguenta
Se o maldito ministério
Passa o ano de setenta!

Tal como no caso da oposição a Alencar, aqui a oposição ao Gabinete lança mão do poema como recurso para publicizar a crítica.

Em “A canção do trapeiro”,²⁶⁴ denuncia-se a ascensão ao governo de ambiciosos

²⁶²691224 Endiabradinhas. *A Reforma*.

²⁶³700101 Ano mau. *A Reforma*.

²⁶⁴710902 A Canção do trapeiro. *Rabeca*.

que abandonam seus “projetos fabulosos” em função da ambição e interesses particulares.

– Porque um sentimento sentem
Ao dolo, à fraude os instiga
E como tarde os castiga,
Nessa rapina da história
Têm o dinheiro por glória,
Tendo por pátria a barriga.

Em função da data, 2 de setembro, poderíamos sugerir que a “Canção” era dirigida ao gabinete Rio Branco (7 mar. 1871-25 jun. 1875). Ainda sob esse governo, encontramos um poema que sugere a continuidade de práticas condenáveis, apesar das trocas de gabinete, ao tratar da “Caída, e a organização do ministério atual”:²⁶⁵

Ministério desgraçado!
Já foi muito despedaçado
Por que não quiseram, ser atado!
Para apanhar o próprio pecado.

Os que saíram não eram pedaço!
Mas do que é composto o aço;
Há de cair aos pedaço (*sic*)!
Todos eles são mui do regraço.

A anistia aos bispos, em setembro de 1875, é o tema de “Anistia / Puff”.²⁶⁶ Esta é tratada na forma de “ditério chulo”:

Cessem a musa séria a rima sublimada,
Por que vem a cena o que é chulo, o que é chalaça;
O *Rei* que forme a tropa e dê parada
E aos *bispos* seja outorgada mais alguma graça.

A anistia é apresentada como vitória do conservadorismo, do catolicismo, que, no contexto, aparece como acinte à razão:

Repiquem sinos, senhores *Lazaristas*...
Dancem as gentis irmãs de “*caridade*”
E frei *Góes*, frei *Mendes* e outros *papistas*
Proclamem a inquisição nesta cidade!

Complementa a denúncia a atribuição da anistia à vontade do monarca e à passividade subserviente do povo:

²⁶⁵720423 A Caída, e a organização do ministério atual. *A Republica*.

²⁶⁶750925 Anistia / Puff. *O Globo*.

Sem protestos dos Supremos
 Que dirigem a “Relação”?!
 Deu-se o escândalo como vimos
 À face da nação!...

E o povo de bom humor!
 Obedece ao seu senhor!!!...

Para além da crítica à própria anistia, é interessante frisar que o poema a considera um escândalo, uma imposição da vontade do rei, que o povo acatou passivamente. Ou seja, há aqui um questionamento da vontade do monarca, tornado público na forma de poema e que sugere haver um descompasso entre a vontade do rei e os brios da nação. A crítica à vontade do rei não caminhou no sentido de questionar a instituição monárquica, embora tenha ficado próxima a isso.

Em 1875, os confrontos entre a força policial e populares, por ocasião da tentativa frustrada de apresentação do drama *Os lazaristas*, proibido pelas autoridades, como indicado anteriormente, são o tema de duas “cartas” de João Simplício dirigidas à sua Tia Xiririca. Ambas foram publicadas em *O Lazarista*, nos dias 21 e 24 de outubro de 1875, respectivamente.

Na primeira das cartas, após um resumo da “calamidade”, “guerra” e “cena triste” ocorrida no dia 13,²⁶⁷ tece considerações sobre os envolvidos:

E depois desse sarilho,
 O povo que é *maltrapilho*
Vagabundo e desordeiro
 Tomou muita pranchada
 Dessa gente desalmada
 Manso como um cordeiro!

Titia da minha'alma,
 Eu canto e bato palma
 Por ter salvado a vida;
 Levei quatro peçoções
 Pranchadas e trambolhões
 Dessa coorte bandida!

E o governo que é *carola*
 Não tendo senso na *bola*
 Não ouviu este clamor!
 E o chefe senhor Calmon
 Que tem gana do Maçom
 Quer ser Desembargador!

Nessas estrofes, há algumas ideias importantes. A primeira é a ironia na

²⁶⁷751021 Cartas de João Simplício à sua tia de Xiririca. *O Lazarista*.

descrição do povo que, explicitamente nomeado como vagabundo e desordeiro, sofreu as agressões como um cordeiro, mesmo correndo risco de vida. A forma como o povo não reagiu, passivo e manso, nega a descrição em itálico, provocando o efeito irônico. Ou seja, o “povo desarmado”, “inerte gente”, foi vítima “dessa gente desalmada”, “dessa coorte bandida” que compõe as tropas policiais. “Os morcegos da urbana” deveriam zelar pela ordem, porém, atuaram no sentido contrário, arbitrariamente e violentamente. Isso nos leva ao segundo ponto, a motivação atribuída aos agentes oficiais. O governo teria agido por zelo religioso ao proibir a representação do drama, em uma possível alusão à princesa Izabel, e com insensatez ao não ouvir os protestos contra a censura. O chefe de polícia estaria motivado por ambições pessoais, pois queria ser desembargador, para o que quer se mostrar fiel ao governo. A carta encerra-se dizendo que o “tal *pimpão*”, chefe de polícia, quer “da gente dar cabo”.

A segunda carta, publicada três dias após a primeira, fornece um outro quadro, ao descrever as repercussões dos conflitos.²⁶⁸ O povo e a imprensa reagiram aos abusos policiais, as autoridades falavam em demissões “da Trindade policial” e

Andava o chefe assustado
Com medo de ser filado
Pela gente ofendida!

Três dias o povo em massa
Andou pelas ruas à caça
Desses morcegos *pimpões*;
Mas o chefe que não é corça

Mandou logo buscar força
Em todos os batalhões.

Após comoção e protestos, tudo volta à normalidade, sem maiores consequências para os envolvidos:

Afinal veio a bonança
E a gente da governança
Aqui vive na Indolência.
(...)
Qual minha tia, é tudo peta
O macaco de careta
Não morre, ouvi dizer.
Agora se a coroa
Quisesse tirar a proa
Podia mui bem fazer.

²⁶⁸751024 Cartas de João Simplício à sua tia de Xiririca. *O Lazarista*.

A decisão de fugir para o sertão, anunciada na carta anterior é abandonada, pois

Isto aqui já sossegou
Toda a imprensa se calou
Até o povo está calado.

Nesta segunda carta, a denúncia se volta para passividade do governo, imprensa e povo. Após a comoção inicial na qual o povo sai às ruas, a imprensa critica “do chefe a imprudência” e todos se calam. A indiferença e a falta de vontade da coroa em mudar a situação são apontadas. Assim, as cartas fazem críticas aos governantes, autoridades policiais, coroa, imprensa e povo. No limite, atribui responsabilidades a todos, autoridades e vítimas, pelo acontecido, afinal, todos teriam sido omissos. Essa atribuição tem significados distintos. Às autoridades, equivale a uma acusação de cumplicidade. Às vítimas, um convite à ação.

Ainda sobre os confrontos do dia 13 de outubro, *O Lazarista* publicou “Ao corpo escolástico”.²⁶⁹ Apesar do título, o poema se dirige às vítimas, entre as quais o enunciador se coloca, o que se revela pelo uso da primeira pessoa do plural. A polícia é tratada como um morcego que “quer nosso sangue chupar” e como “estes cães esfomeados,/ Que nos procuram *morder!*...” A força policial é nomeada como “bandos desenfreados”, “vis celerados”, “monstro de fardeta” e “covardes salteadores”. Tal descrição negativa autoriza a conclusão pela arbitrariedade da ação, indevida e violenta. Os policiais agiram como bandidos e, portanto, a vingança é legítima e está autorizada. Reação que, coerente com a epígrafe, os versos finais incitam:

Vinguemos pois este insulto
Pela Polícia assacado
E do sangue derramado
Peçamos reparação!

No dia 30 de março de 1877, sexta-feira, foi publicada na seção “Publicações a pedido” da *Gazeta de Notícias* a seguinte nota:

Mote a prêmio
O juiz que tem pancada,
Larga a vara e vai-se embora.
A pessoa que melhor glosar o mote acima, durante o próximo futuro mês, obterá do *Caetaninho* uma sentença favorável, tenha ou não justiça, e obterá provisão para advogar ou solicitar, saiba ou não coisa alguma do fôro.

²⁶⁹751024 Ao corpo escolástico. *O Lazarista*.

*O Observador*²⁷⁰

Anúncio intrigante este – e que merece comentários sobre dúvidas e certezas que provoca. As dúvidas são inúmeras. A primeira delas diz respeito à situação específica à qual se refere. Não nos foi possível identificar o juiz, nem o ato que motivou o concurso. A única pista da nota é o nome daquele que daria o prêmio, *Caetaninho*. A segunda é relativa ao significado do mote. “Pancada” e “vara” são termos polissêmicos, o que gera a plurissignificação da frase. O primeiro verso do mote pode ser uma referência a um juiz que teria dado mostras de insanidade por sua atitude, uma pessoa amalucada, ou que teria usado da agressão física em alguma sessão do tribunal, dado golpes. O segundo verso pode ser uma ordem para que o juiz deixe a circunscrição na qual trabalha, vara cível, criminal ou de família, ou para que largasse o instrumento que teria usado para aplicar os golpes, um pedaço de madeira.

A certeza é tratar-se de uma ironia e um gracejo, sob o pretexto de alguma atitude questionável ou absurda de um juiz. Neste caso, a nota teria um tom de denúncia, ao dar visibilidade ao comportamento condenável do magistrado. Concomitantemente, possuía também um tom jocoso pelo prêmio que era oferecido ao melhor glosador. As duas dimensões se completam e podem ser consideradas parte integrante do descontentamento que apontamos e que assume a forma de poemas.

O concurso motivou vários glosadores gozadores a escreverem versos na *Gazeta de Notícias*, reforçando e propagando a denúncia.²⁷¹ A provocação ultrapassou os limites da Corte: uma glosa foi publicada n'*O Espirito-Santense* em 5 de maio.²⁷² A defesa do juiz apareceu em poucos poemas, acusando ou desqualificando o acusador,²⁷³ ou atribuindo a denúncia à quadrilha que teve interesses contrariados.²⁷⁴

O concurso, as respostas e as reações que suscitou demonstram a prática de tratar

²⁷⁰*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 30 março 1877. p. 2. (Itálico no original).

²⁷¹770406 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770408 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770409 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770410 Mote. *Gazeta de Notícias*; 770412 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770414 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770414 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770415 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770417 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770418 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770420 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770421 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770422 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770423 [Sem título1]. *Gazeta de Notícias*; 770423 [Sem título2]. *Gazeta de Notícias*; 770424 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770425 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770426 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770427 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770428 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770429 O juiz que tem pancada. *Gazeta de Notícias*; 770503 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*; 770510 Um juiz que tem pancada. *Gazeta de Notícias* e 770519 O juiz que tem pancada. *Gazeta de Notícias*.

²⁷²770505 [Sem título]. *O Espirito-Santense*.

²⁷³770421 Devaneio. *O Globo*; 770427 Devaneio. *A Reforma*; 770427 Juiz que tem pancada. *O Globo*; 770428 Juiz que tem pancada. *O Globo* e 770429 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*.

²⁷⁴770429 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*.

de questões de ordem política nos jornais por meio de poemas. Neste caso, ficam patentes tanto a circulação das críticas entre vários periódicos, quanto a existência do confronto de posições acerca do mesmo evento. Os poemas da *Gazeta de Notícias* fizeram coro com a denúncia, enquanto os publicados n'*O Globo* e n'*A Reforma* defendiam o juiz ou questionavam a motivação do acusador.

O fim do gabinete de Caxias foi comemorado em “Caiu! Caiu! Caiu!”.²⁷⁵ A repetição e as três exclamações fornecem dados de como o poema festejou a mudança. O texto é longo e aborda vários pontos interessantes. Por ora, interessa-nos apenas o que contém de crítica próxima às apontadas acima. A queda do ministério cria um quadro no qual,

Já pode a brasileia pátria
De alegria exultar;
Já pode o brasileiro povo
Hosanas mil entoar;
Porquanto os sete *feitores*
De tanto clamor autores,
Agora jazem de rastros;
– Vinde ver, ó juventude,
A cadavérica atitude
Do ministério nefasto!

O governo que se encerra foi comparado a *feitores* e responsabilizado por gerar clamor. Por isso, seu fim é motivo de júbilo popular. Interessa frisar, portanto, que governo aparece como a negação dos interesses da pátria e do povo.

A hipótese de que o motivo de euforia se devia ao fim de um longo período de gabinetes conservadores, que se iniciou com Itaboraí em 1868, deve ser afastada em função da nota em asterisco: “Esta poesia havia sido feita supondo subir outro ministério do mesmo credo”.

No dia 12 de janeiro, novo poema homônimo foi publicado na *Gazeta de Notícias*.²⁷⁶ O novo texto segue a mesma linha do anterior, tratando do fim do gabinete conservador. Cada uma das pastas ministeriais foi tema de um soneto em que foi feito um balanço da atuação de cada ministro. Se o saldo apresentado é sempre negativo, é digno de nota que mais do que os ministérios, os ministros é que foram avaliados. Há, desta feita, um componente personalista na crítica política publicizada.

Em janeiro de 1878, algum desconhecido escreveu “a giz n'um paredão da

²⁷⁵780110 Caiu! Caiu! Caiu! *Gazeta de Notícias*.

²⁷⁶780112 Caiu! Caiu! Caiu! *Gazeta de Notícias*.

Glória” o seguinte:

Raiou o mês de janeiro
O sol tão forte e tão quente
Que d'esde o dia primeiro
Fez murchar a flor da gente.

Esta quadra serviu de mote para uma glosa no dia 10 de janeiro.²⁷⁷ O texto do muro pode ser entendido como referência ao calor intenso que marcava aqueles dias. No entanto, o glosador o usa para tratar da política. Lembremos que esse janeiro marcou o fim do gabinete Caxias e de uma sequência de gabinetes conservadores. Nessa chave, no mês de janeiro, teria raiado a liberdade com a ascensão dos liberais. No poema que comemorava a derrota eleitoral dos conservadores, há uma nota que sugere uma relação entre este grupo e a flor da Glória.²⁷⁸ Supondo ser a relação plausível, na glosa, o verso “fez murchar a flor da gente” pode ser entendido como derrota dos conservadores, e “o sol tão forte e tão quente”, uma alusão às eleições. O mesmo mote foi usado para outra glosa, publicada no mesmo jornal no dia 12 de janeiro, que contestava a primeira.²⁷⁹ Ambas têm em comum, além do mote, sua apropriação como metáfora política. Enquanto a primeira saúda o murchar da flor, a segunda adverte ser precipitada esta conclusão. A glosa do dia 10, termina com a quadra:

Negando o *orvalho à rosa*
Flor da estrada, de repente,
– Apesar de tão viçosa
Fez murchar a flor da gente.

Ao que adverte a glosa do dia 12:

A gente boa e sisuda
Acha ser muito imprudente
Quem diz que o sol d'esta terra
Fez murchar a flor da gente.

A relação explícita entre os dois textos nos parece aspecto importante a ser considerado para nosso trabalho. Até aqui, insistimos na afirmação de que havia uma problematização da dinâmica política do Império sob a forma de poemas publicados em

²⁷⁷780110 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*.

²⁷⁸780110 Caiu! Caiu! Caiu! *Gazeta de Notícias*. A relação sugerida pela nota não foi referida em nenhuma das fontes por nós consultada. A única ligação localizada entre flores e a política do Império foi a presença da flor-de-lis, tradicional símbolo da monarquia, especialmente a francesa, na heráldica da Monarquia brasileira. No brasão do Príncipe Imperial, existem, desde de 1864, três flores-de-lis.

²⁷⁹780112 [Sem título]. *Gazeta de Notícias*.

periódicos. As duas glosas demonstram que chegou a acontecer um diálogo entre os poemas. De outro modo, não só havia um conjunto de discursos que problematizavam e contestavam a ordem vigente, mas estes, às vezes, configuravam um debate.

O peso da imprensa no debate político causou mal-estar e celeuma, no começo de 1882, no início do gabinete Martinho Campos. A oposição e as críticas que sofria nas páginas dos periódicos motivaram-no a declarar seu desdém ao jornalismo e a jornalistas:

O Sr. conselheiro Martinho considera a imprensa jornalística sem valor algum, como representante da opinião nacional; os jornais são escritos por meia dúzia de moços inexperientes.²⁸⁰

Essa relação tensa entre o chefe do governo e os jornalistas repercutirá em alguns poemas. As chuvas torrenciais que castigavam a Corte e a metáfora de que o governo era uma canoa²⁸¹ foram usadas como recursos para caracterizar o gabinete que se iniciava.

Ah! meu caro Quintino, a pátria hoje soluça
E sobre um mar de pranto e triste se debruça!
Parece que a natura em lágrimas pungentes!
Chora e lamenta assim os inocentes.
O Jardim da Infância – à beira mar plantado,
Está, oh! meu Quintino, em águas sepultado
Apenas a *canoa* do nosso Pai Martinho
Salvou podre cebola deixada no vasinho!
A noite desce lenta, a noite pavorosa,
Sobre a Pátria infeliz, a Pátria lacrimosa.²⁸²

Tendo em vista a declaração de Martinho Campos sobre a imprensa, as críticas veiculadas após março de 1882, podem ser vistas na chave da reação dos jornalistas em defesa de seu grupo. Este é o caso do poema acima, que tem como título uma dedicatória “A Quintino Bocaiuva”. Ora, este foi um jornalista ativo, diretor de redação d’*O Globo* e militante do Partido Republicano, o que possibilita uma leitura do poema como resposta ao juízo de Martinho Campos. A sequência da nota, citada anteriormente, na qual *O Globo* reproduziu a manifestação de Campos sobre a imprensa, revela mais do que uma discordância ou defesa da atividade atacada.

²⁸⁰*O Globo*. Rio de Janeiro. 1 março 1882. p. 3.

²⁸¹Vários nomes ou referências foram utilizados para se referir a Martinho Campos. Canoa, devido à expressão que usou para falar do governo; queixada de burro, que ele disse encontrar nos correios após uma enchente; cebola, alusão a uma flauta artesanal que foi associada a sua figura, e bacalhau, sem razão identificada.

²⁸²820302 À Quintino Bocaiuva. *O Globo*.

A opinião de S. Ex. está acima de todos os órgãos até aqui conhecidos da nação. Se a imprensa e a maioria da câmara pensarem de um modo e S. Ex. de outro, será a própria opinião que o digno ministro executará e não a dos outros órgãos da vontade nacional.²⁸³

Nesse desentendimento, há uma disputa que vai além da afirmação da relevância da imprensa, e/ou de sua seriedade, ou da oposição política a um gabinete. Os termos da nota permitem perceber uma contenda acerca do peso da vontade nacional, da opinião pública, nas tomadas de decisão do governo. Há também a noção de que a imprensa, tal como a câmara, representa esta vontade. Assim, a imprensa não seria uma atividade “reles, indigna, prosaica, chata, de mau gosto”, como teria dito Campos,²⁸⁴ mas expressão da vontade nacional. Há aqui uma disputa do “cetro”, de acordo com análise de Bourdieu.²⁸⁵

Dentre as manifestações de oposição a Campos localizadas, “Do eito ao senado”²⁸⁶ mescla críticas com pequeno histórico de sua carreira e termina por pedir que volte para a roça:

Vai para roça... Anda, cede,
O povo todo te pede
Martinho não sejas mau.

O cenário criado pela incapacidade política de Campos poderia, segundo o poema, “te ser um calvário!” Após adverti-lo dos riscos que corre, incita-o novamente deixar a corte e o governo:

Vai p’ra roça marombista,
Não nasceu para estadista
Quem nasceu para vigário.

As desordens de seu governo, atribuídas à sua atuação, seriam trapalhadas resultantes de alguém que “tem pancada na cabeça” ou “o vício de tomar vinho”.²⁸⁷ O poema “Salta – Martinho” conclui que, em um caso ou no outro,

Só vejo um remédio a dar:
Que é mandá-lo amarrar
E sacudi-lo no hospício.

²⁸³ *O Globo*. Rio de Janeiro. 1 março 1882. p. 3.

²⁸⁴ Esta seria a “opinião pitoresca e fútil do sr. Martinho Campos”, de acordo com Adelino Fontoura. Ver “Quintino Bocaiuva”. *Gazetinha*. Rio de Janeiro. 29-30 maio 1882. p. 3.

²⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 81-125.

²⁸⁶ 820310 Do eito ao Senado. *O Globo*.

²⁸⁷ 820330 Salta Martinho. *O Globo*.

Nos dias 6 e 7 de junho de 1882, na “Seção Livre” de *O Globo*, página 3, foi publicado um poema com o título de “Vitória à Natividade / Mote a prêmio”.²⁸⁸ A glosa foi publicada com título de “Mote a prêmio”, no dia 12 de junho.²⁸⁹ Os textos são cifrados, com referências relacionadas a questões em evidência naquele momento.²⁹⁰ As personalidades aludidas na publicação de 12 de junho são os ministros do chamado “Ministério Ceboleiro”, ou seja, o gabinete de Campos. Aparentemente, o mote tratava de uma crítica ao envolvimento direto de Martinho Campos na concorrência pública para a concessão da estrada de ferro de Vitória a Natividade. A ressalva acerca da opacidade do texto é importante e, apesar dela, pode-se perceber que se tratava de uma acusação ao chefe de gabinete por ter favorecido os ingleses na concorrência. Os versos iniciais do mote permitem levantar esta hipótese:

Um *inglês* da Inglaterra
 Namorou o *Frei Martinho!*...
 E casaram-se à capucha!...

O poema “Cebola”, publicado pela *Gazeta do Povo* da província de São Paulo e que *O Globo* republicou, também traz críticas a Martinho, na forma de uma advertência ao monarca.²⁹¹

Dom Pedro! Toma cautela!
 Ele, mexendo a panela,
 Logra até um guarda urbano!
 Dom Pedro! Toma cautela!
 Cautela co'este magano!

Independentemente da situação concreta que informa o poema, interessa-nos destacar o aviso ao rei de que Martinho não seria confiável.

Dois poemas publicados em 1889 funcionam como evidência da permanência do recurso e dos temas que foram apontados nas páginas anteriores: “O programa liberal”²⁹² e “Nobreza e fidalguia”.²⁹³

No primeiro, encontramos a queixa quanto à demora do Partido Liberal em publicar seu programa. Esta reclamação sugere que houve uma promessa ou expectativa

²⁸⁸820606 Vitória à natividade / Mote a prêmio. *O Globo*.

²⁸⁹820612 Mote a prêmio. *O Globo*

²⁹⁰Sabe-se que, por definição, todo texto poético é ambíguo e multissignificativo. Entretanto, na chave em que estamos trabalhando, queremos indicar com “cifrado” que não é possível recuperar imediatamente, por meio do poema, o seu referente.

²⁹¹820617 Cebola. *O Globo*.

²⁹²890605 O Programa Liberal. *O Constitucional*.

²⁹³ 890807 Nobreza e Fidalguia. *República Brasileira*.

de que o programa fosse divulgado. Neste caso, parece-nos que informar a opinião pública acerca dos planos partidários havia se tornado uma obrigação e não mais um direito. Em um poema anterior, os liberais, de bom grado e por iniciativa própria, comparavam-se aos corcundas para atrair simpatizantes, apresentando suas teses sobre os temas ditos importantes. No poema de 1889, os liberais são cobrados quanto a esta publicação, cobrança que sugere resistência do partido em divulgar seus planos.

Isto já transpõe a raia,
Os limites da decência;
Tenham santa paciência...
– Olha o programa que saia! –

Recusa esta que só faz sentido se houvesse o receio de terem seus atos questionados futuramente. Em todo caso, a cobrança pública para que se dê divulgação a um programa de partido nos parece reforçar a hipótese de que, no final do Império, a opinião pública adquiriu importância e peso político. A nota que antecede o poema reforça esta possibilidade: “Acreditamos antes que essa obra tivesse sido feita para não ser executada; mas para não ser publicada, isso é que não.”

No segundo poema, “Nobreza e fidalguia”, a ascensão social e política de quem “só vive de trapaça”, “sempre astutos como um rato” “e que furtos aos criados encomenda” – dos não virtuosos, portanto –, foi retomada.

Aquele que só vive de trapaça
E à custa da viúva vai comendo,
Ou que de órfão, com arдил – e traça
Depois de farto o bucho, quando passa,
Cortejos, saudações estão chovendo;
E logo em prêmio do cruel labor

É feito oficial, comendador!

A injustiça do tráfico de influência, que premia os vis e interdita os competentes, parece-nos ser a questão de fundo. O poema faz coro, desta feita, com os outros analisados anteriormente. A política no Império, a corrupção e a desigualdade de oportunidades se retroalimentariam.

Ao longo das décadas de 1870 e 1880, como se pôde ver, a crítica política por meio de poemas em jornais e periódicos foi uma constante. Versos foram publicados com comentários negativos e denúncias genéricas e específicas. No primeiro caso, os alvos foram a forma como o poder era organizado, o acesso desigual a bens materiais e

simbólicos, a premiação com o apadrinhamento e a corrupção, entre outros. No segundo, eram dirigidos a personalidades públicas ou a situações específicas.

Essas críticas, no contexto em que foram produzidas, podem ser entendidas como informando e informadas pela crise que marca o Império a partir da década de 1870. O Império, que até então havia gozado de relativa estabilidade, começa a enfrentar resistência e dissidências políticas, sejam motivadas pela crise de 1868 ou pelas mudanças sociais em curso. Ou seja, textos críticos colaboram para criar um caldo de cultura de oposição aos governos e de contestação aos mesmos. Até aqui foram analisados os poemas que questionavam práticas políticas e sociais, mas que não colocavam em questão a monarquia como instituição. Nosso intuito foi mostrar que a discussão e debate político por meio de poemas era recorrente, um expediente frequente na política do Império, recurso este que também será utilizado pelas críticas à monarquia como instituição e forma de governo, colaborando para minar sua legitimidade, para dessacralizar a figura do monarca.

“Sede rei mas sede irmão!”: as críticas ao Império

As críticas políticas tratadas no capítulo anterior não chegam, como já expusemos, a questionar a monarquia e nem o monarca. Pautavam-se por denunciar as mazelas de uma sociedade, os males da política tal como era praticada no período, o apadrinhamento e a corrupção. Estes aspectos negativos eram relacionados à falta de virtude dos homens públicos ou aos vícios do sistema político. Em alguns dos poemas que trouxeram a público essas denúncias, no entanto, é possível perceber a sugestão, quase uma insinuação, de que a monarquia favorecia os acontecimentos ou práticas condenadas. Assim, queixas tangenciavam a monarquia.

Nas “escavações poéticas para instrução do povo”, de 1868 a 1876, as trocas de gabinetes foram apresentadas como “As derrubadas de El-rei”.²⁹⁴ O fim dos governos liberais resultava não dos efeitos das urnas, mas da ação dos “sapadores reais” na Corte e nas províncias. Os liberais deixavam o poder por conta, então, das “derrubadas de El-rei”. As falas dos sapadores ou do “supremo general / desse exército danado” explicitavam que a vontade real era superior às leis:

“Silencio, plebeus, tremei;
“A régia vontade é lei

²⁹⁴760111 As derrubadas de El-Rei. *A Bibliotheca dos Bonds*.

“Sois escravos, nós senhores,
 “Somos bravos sapadores
 “Das derrubadas de El-rei.
 (...)

“Meu régio capricho é lei;
 “Por isso o poder vos dei;
 (...)

“Abaixo leis e orçamento,
 “Sou eu orçamento e lei;

A crítica se dirigia ao uso do poder moderador, identificando-o como poder pessoal. O poder privativo do monarca foi posto em questão, apesar de ser constitucional, e identificado como arbitrário. O poema termina aventando o risco de que as derrubadas poderiam se voltar contra o rei e culminar na sua queda.

Nas lutas da nossa idade,
 Entre reis e a liberdade,
 É d'esta afinal vitória;
 A d'eles é transitória!
 Bons sapadores, sabeis;
 Moderai esse machado...
 Pode El-rei ser derrubado
 Nas derrubadas de El-rei.

O poema fala em possibilidade. Inferimos que um monarca que se submete às leis seria aceitável. A monarquia não foi, portanto, posta em questão, mas, sim, o uso de uma prerrogativa que atropelava o parlamento e os partidos. É significativo que o período coberto por essas “escavações poéticas” tenha como marco inicial a crise que provocou a dissidência liberal no bojo da qual foi publicado o Manifesto Republicano em 1870.

Em julho de 1877, denúncias de corrupção de membros do gabinete apareceram na imprensa. Como sempre acontecia nestes casos, apareceram pedidos dos rivais para que os acusados renunciassem aos cargos, o que foi rejeitado pelos implicados. Neste contexto, Octaviano Hudson dedicou quatro publicações de “A musa do povo” ao tema. As críticas que veiculou condenam a corrupção, como era de se esperar. No entanto, a novidade é que, na forma como apresenta o problema, este vai além das individualidades transgressoras.

Dois poemas foram publicados no dia 19 de julho com títulos quase idênticos e insistiam na renúncia dos acusados. Um trazia o título “Larguem a pasta” e foi publicado na *Gazeta de Notícias*²⁹⁵; já o outro foi publicado n'*O Globo* com o título de

²⁹⁵770719 Musa do povo / Larguem a pasta. *Gazeta de Notícias*.

“Larguem as pastas”.²⁹⁶

No primeiro, a interlocução se dá com a musa da pátria e não a do povo, como se esperava. Inicia-se indagando se a musa vê a “morte moral” que mancha todo o Império. A segunda indagação equivale à atribuição de responsabilidade pela situação:

Onde o *sistema* imprime em cada nome
Um enorme borrão
E n'esse mar imenso de torpeza
A rir-se da nação?

Na explicação contida nesta segunda pergunta, o problema foi apresentado como decorrente do sistema. Nesta lógica, o poema conclui com um pedido para que

Rei, governo, por Deus, larguem a pasta,
De tanta afronta à honra, basta, basta,
É muita humilhação!

No poema publicado n'*O Globo*, a musa é convidada a contemplar a “pátria desditosa” no presente e visualizar um “destino melhor”. Diante da “quadra fatal”,

Só nos pode salvar uma república
Neste transe moral.

A defesa dos acusados foi contestada sob o significativo título de “Escárnio!”²⁹⁷ A corrupção deixaria transparecer que fizeram “deste Brasil, Musa, um leilão”. A distinção entre governo, governantes e a pátria foi afirmada:

A pátria está acima de nós todos,
A pátria não é vossa!

Essa dissociação é ideia fundamental para que seja concebível que a nação peça o fim do governo. Estamos assistindo, parece-nos, a afirmação da existência de uma opinião pública que deve ser considerada. A permanência do governo, vislumbra o poema, pode produzir um levante que dê cabo do mesmo:

Não zombeis da nação nem deste povo
Jungido à manivela.
Oh! se um dia acordar deste letargo,
O cálix achareis um pouco amargo;
Mercadores – cautela!

O último dos poemas a pretexto dessas denúncias de corrupção tem por título a

²⁹⁶770719 Musa do povo / Larguem as pastas. *O Globo*.

²⁹⁷770720 Musa do povo / Escárnio. *O Globo*.

recomendação “Salvai a honra pessoal!”²⁹⁸ Encontramos aqui a mesma sugestão dos poemas do dia 19 de julho: renunciem, larguem as pastas. A novidade é o fundamento, salvar a honra e

Ainda dar provas de civismo
E servir ao país;
Mas... para reaver esse conceito
É preciso deixar... é de direito...
A pátria vo-lo diz!

A insatisfação do povo chegou a tal ponto que a renúncia não pode reverter o estrago:

Para fazer calar a voz do povo
É preciso outro altar, um templo novo,
Sede construtores.

O “novo altar” e o “novo templo” podem ser entendidos como uma nova organização política, ou seja, a negação da monarquia seria a única forma de calar o povo, de cessar sua indignação justa.

No conjunto destes quatro poemas da “Musa do povo”, um caso de corrupção que, em outros momentos, teve consequências atreladas aos indivíduos imputados, apareceu como crise institucional. A monarquia, ou seja, o sistema foi apontado como responsável pela “morte moral” que tornou o ar impuro, irrespirável. A solução não passaria pela troca de ministros ou de gabinetes, mas pela construção de um novo templo, isto é, pela república.

A “Musa do povo”, diante da insistência com que pedia “larguem a pasta”, recebeu uma resposta sob o provocativo nome de “Musa do bobo”, assinado por Margarida Senior.²⁹⁹ Esta segunda Musa visa desqualificar o autor dos poemas anteriores, “*grande poeta cabeleira*”, que teria “estilo mui chão” e dizia asneira em tudo que pensava. “Musa do bobo” parodia e subverte o poema “Larguem a pasta”, pedindo ao moço que largue a pena.

Stá Pégaso ferido nos seus brios
Por ter mais um irmão!
Por favor ao parente largue a pasta,
Largue a pena, seu moço, basta, basta,
É muita amolação!!!

²⁹⁸770722 Musa do povo / Salvai a honra pessoal. *Gazeta de Notícias*.

²⁹⁹770722 Musa do bobo / Largue a pasta. *Gazeta de Notícias*.

A dicotomia entre a coletividade, nomeada sempre no singular, e o governo ou maus políticos aparece de forma lapidar em “Ao Brasil”.³⁰⁰ O paradoxo entre a grandeza e passado heroico da pátria e sua decadência presente ocupa grande parte do texto.

Tu que outr'ora fizeste estremecer,
Curvar-se ao teu olhar nações estranhas,
Hoje tremes e à face os povos cospem-te
O escárnio, a irrisão!

De glória esse brilhante, áureo padrão,
Conquistado co'o sangue dos teus filhos
Chafurdou-se no pó da ignomínia
P'ra nunca mais brilhar!

A decadência resulta da ação de aventureiros, de “filhos traidores”, de “filhos cruéis” que escravizam a pátria. Há, desta feita, um diagnóstico e suas causas. A solução, por conseguinte, seria se livrar destes filhos ingratos e ouvir os “filhos dedicados”. Os filhos traidores deveriam sofrer castigo exemplar com “suplícios infamantes”. Estes “novos judas” seriam os responsáveis pelo (des)governo, o que explica as estrofes seguintes:

Que este governo, iníquo, prepotente,
Que calca aos pés as leis, que sacrifica
Do povo o bem estar,
Que transforma o poder em tirania,
E faz da pátria que lhe deu o mundo
Imundo lupanar;

Depois de ser por ti exautorado,
Seja sem piedade arremessado,
No chão que te cavou!
Ordena que essa horda de sicários
Seja afogado sob o lodo impuro
Em que te chafurdou!

Na sequência, o discurso radicaliza e condena a monarquia. Esta seria o governo dos Judas, dos traidores e aventureiros. A coroa, que se justificava como garantia da liberdade, foi acusada de ser a sua negação, de se transformar em tirania. Assim, o fim da monarquia foi reclamado em nome dos princípios que, durante décadas, apresentaram-se como sendo a garantia: dignidade e liberdade.

Para que monarquia, se o monarca
Não sabe a c'roa sustentar na frente,
Não tem dignidade!?

³⁰⁰790628 Ao Brasil. *Aspiração Nacional*.

Acabamos com o jugo dos tiranos!
 Aos pés despedacemos cetro e c'roa
 Brademos – LIBERDADE!
 (...)
 Pátria! pátria querida! não hesites!
 Escuta as vozes de estremados filhos,
 Que vão mudar-te a sorte!
 Despedaça os grilhões com que te prendem!
 Sus! soltemos o brado entusiasta
 De – liberdade ou morte!

Operava-se uma desvinculação entre Império e pátria. A nação existia apesar da coroa e não devido a ela.

Os valores e princípios que deveriam orientar e guiar os homens na vida pública foram personificados como participantes de uma orgia, “A orgia do século”:³⁰¹

Vai alta a grande orgia: ao lado da Justiça
 Se assenta a Corrupção, que aos poucos a embriaga;
 Sorri-lhe o Despotismo aos gritos da Cobiça,
 Que o Vício sem pudor nos braços seus afaga.

No chão dorme o Direito e ébrio se inteiriça,
 Cantando coplas vis; a Inspiração divaga
 E a própria Consciência estulta se espreguiça,
 E num gesto de bacante as luzes já apaga.

Diante do bordel, surge uma luz, um tremor, que desperta um, ruboriza outra, “e o Crime cai por terra à voz – Revolução!...”

Nesta prosopopeia, o século descrito foi aquele no qual a Justiça, o Direito, a Inspiração e Consciência se tornaram inócuos e impotentes pela ação da Corrupção, do Despotismo, da Cobiça e do Vício. O quadro é geral da época e, portanto, também do Brasil, podemos inferir. Hipótese plausível, tendo em vista as denúncias de corrupção, desmandos e arbítrio que emergiram nas duas últimas décadas do Império. No poema, os valores foram despertados e as mazelas afastadas pela chegada radiante e estrondosa da Revolução. Novamente, estamos diante de uma representação da sociedade brasileira do final do século XIX, em que uma ação saneadora aparece como imperativo e só possível através da mudança radical e não mais de reformas.

A opção não-monárquica também informa o poema “Minha Musa”:³⁰²

A musa que m’inspira, a deusa dos meus sonhos,
 Meu anjo divinal

³⁰¹771207 A orgia do século. *A República*.

³⁰²780308 Minha musa. *O Globo*.

É musa que nasceu em solo americano,
Tão livre qual nasceu as águas do oceano:
É musa liberal!

A filiação aos “dogmas liberais” por si não autoriza esta hipótese. Menos ainda a aspiração “apaixonada da santa liberdade”. Estas ideias poderiam tranquilamente ser, e eram, defendidas por qualquer membro do partido liberal. O que nos permite considerar o poema como não monarquista é a sua origem americana. As referências à América no debate político da época eram uma das marcas do republicanismo. “Somos da América e queremos ser americanos” – foi declarado nas conclusões do Manifesto Republicano de 1870. Além do que, com o fim do Segundo Império Mexicano em 1867, o Brasil se tornou a única monarquia das Américas.

Um quadro de escândalos e crime, poder nas mãos dos injustos, conversão dos homens em bajuladores e o “abate da virtude”: desta forma profundamente negativa “O Brasil de hoje” foi caracterizado em 1880.³⁰³ Essa situação extrema haveria de findar quando o povo “erguer a livre e sacrossanta bandeira da igualdade”. Conclamou o poema:

Eia, pois, Brasileiros! Às armas! Avancemos!
Calquemos o grilhão da fera monárquica,
Que a turba sanguinária e o manto imperial
Abatem-nos à ferros de dia para dia!

A reversão da situação seria possível desde que nos livrássemos da “fera monárquica”. Mais uma vez, as críticas e a percepção de uma conjuntura como sendo marcada pelo desmando, corrupção e crimes autorizavam a proposição do fim do Império.

A Revolta do Vintém, também chamada de guerra, ocorrida entre dezembro de 1879 e janeiro de 1880, foi o tema de um longo poema publicado em 1881, “O imposto do vintém”.³⁰⁴ O poema é composto por três partes, “I O Principal”, “II Parêntesis” e “III O dia de janeiro!”. A primeira parte imagina as reflexões indignadas do monarca diante da manifestação contra o aumento das passagens dos bondes, que o contestavam.

Pois que! leproso cão ousa sujar-lhe a perna!
A sombra dar um passo! o diamante régio
Sentir manchas na luz de sua grande esfera!
(...)

³⁰³800110 O Brasil de Hoje. *O Estandarte*.

³⁰⁴810109 O imposto do vintém. *O Atirador Franco*.

Duvidar um instante
Da grande inteligência, em Londres triunfante
De um rei que honra o país como honrara a Garção,
Duvidar do saber, da vasta ilustração...

“O Principal” descreve a população diante do palácio, dos portões fechados e protegidos por guardas. A multidão teria desistido de avançar convencida de que não havia o que atacar:

– Está morto o sistema e descoberto o réu! –
– Disse a Filosofia.
A multidão venceu
Voltando para o lar, sentia-se a grandeza,
Das profundas lições da Convenção Francesa.

No “Parêntesis”, temos uma reunião do monarca com sete “grandes auxiliares” para enfrentar os protestos. O terror, o pânico e o medo deveriam ser espalhados.

Era urgente turbar a calma poderosa,
Agitar a paixão feroz, tempestuosa!
Pelas ruas rolar a grossa artilharia,
Gritar: revolução! horrores! anarquia!

A repressão foi o plano definido como resposta ao levante:

Eliminar a chapa – o *povo soberano!*
Levantada a questão: a forma do extermínio,
Na equação do rei entrara o morticínio.

Finalmente, na terceira parte, “O dia de janeiro”: “dia de infâmia e luz! tremenda antítese!” A violência que recaiu sobre a população atingiu também o Direito, a Justiça e feriu a Liberdade. A infâmia do dia resvala, sugere o poema, no ministro, no sistema, na dinastia toda. Assim, surgiu a luz com que o poema encerra: “A conclusão: a guilhotina, a roda!”

Ao longo dos versos, a Revolta do Vintém foi transformada em conquista da soberania do povo. O monarca e monarquia aparecem como tendo perdido a legitimidade, seja no levante inicial, seja na repressão orquestrada ou no conflito final. A resposta dada pela coroa no “dia de janeiro” reforçou e reafirmou o juízo da filosofia: o sistema acabou e o rei é réu.

A revolta, nesse poema, seria a manifestação concreta da solução sugerida nos vários poemas anteriores para os problemas estruturais da sociedade e da política brasileira: a revolução. A novidade, parece-nos, dá-se pela acusação à reação

monárquica de produzir a revolta. Afinal, foi dela a decisão de “turbar a calma poderosa” que se seguiu à volta ao lar.

Em um registro com humor sutil, o acesso desigual às posições sociais foi denunciado em “Canção”.³⁰⁵ Nesta paródia de “Canção do Exílio”, o desejo de conseguir um bom emprego, com bom salário, ocupa o lugar da saudade do texto original.

Minha terra tem empregos
Melhores que os de paxá...
Só os cobres qu'eles rendem,
Dão p'ra tudo quanto há;
– Mas de todos o trabalho,
Em obtê-los é qu'está.

A solução para as dificuldades, a superação dos obstáculos seria a república.

Em cismar que dia e noite
M'empenhando *um* não apanho,
Passo a ser republicano,
Pois assim muitos têm ganho
– Empregos de bom quilate
E bolas de bom tamanho.

A república imaginada se aproxima das utopias da fartura, em que o desempregado do Império poderia se tornar ministro, deputado, senador, nobre e teria brasão, cupê e ordenança.

Nessa “Canção”, é interessante frisar que, apesar do tom jocoso, a república aparece como a solução do problema, a reversão de um quadro de desigualdade. O antagonismo república-monarquia é recorrente e constitutivo do discurso republicano, no entanto, o que individualiza a oposição nesse texto é a questão do emprego e nisto consiste a sua novidade.

A separação entre monarquia, de um lado, e nação e pátria, de outro, foi tratada em vários poemas, alguns dos quais invocavam a insatisfação do povo com os desmandos, arbitrariedades e corrupção para propor, pedir ou até mesmo exigir uma resposta positiva do monarca que revertesse as queixas. De outro modo, pedia-se ao rei que promovesse modificações no sentido de atender aos apelos populares, que corrigissem aquilo que o *povo* entendia estar errado. Os poemas que desenvolveram esta linha de argumentação nos parecem uma evidência da existência e da importância que a

³⁰⁵811217 Canção. *O Aspirante*.

opinião pública vinha adquirindo nas décadas finais do Império, como já tivemos chance de comentar. Ao invocar essa opinião como justificativa para a demanda, os poetas deixam transparecer que este era um argumento plausível ou, em último caso, possível. A existência da insatisfação nos parece ponto pacífico: a Guerra do Vintém deixou isto claro. O que queremos destacar é que, ao usar o descontentamento popular como fundamento ao pedido de mudança na política monárquica, os poetas deixam transparecer que naquele momento esta seria uma razão considerável. A opinião pública existiria e não deveria ser ignorada.

A indignação e incômodo, decorrentes de um governo marcado pelo abuso, pela transgressão, dominado por homens desonestos e bajuladores, apareceram no poema “ao Brasil”, analisado páginas acima.³⁰⁶ O poema “Ao imperador”, cujo título sugere diálogo com esse anterior, traça um quadro semelhante.³⁰⁷ A epígrafe que o antecede anuncia o tom do que viria a seguir:

Este governo, iníquo, prepotente,
(...)

E faz da pátria que lhe seu o mando
Imundo lupanar.

O incômodo do povo com o governo maléfico e prejudicial, que só traz benefícios a seus membros e com “a perda liberdade”, constitui uma ameaça possível de ser revertida por iniciativa real. A ameaça que paira sobre o Brasil é pintada com cores fortes, já na primeira estrofe:

Por toda a parte do Império
Bradam mil vozes, Senhor!
Soou o solene instante,
De despertar o gigante
Do seu profundo torpor!

O perigo que é reforçado com a indagação: não vedes

Que a Brasileira Nação
É um dormente vulcão,
Que ainda pode erupir?!

Se o poema é profundamente crítico e hostil ao governo, não o é em relação ao

³⁰⁶790628 Ao Brasil. *Aspiração Nacional*.

³⁰⁷830525 Ao Imperador. *O Novo Conservador*.

monarca. Este é tratado com respeito e veneração. “Um monarca / tão ilustrado e bondoso,”

E não vos lembrai, Senhor,
Que antes do Imperador
Vós deveis ser nosso irmão?

Este é conclamado a exercer seu papel, destituir o governo, dar um basta ao descaso, restituir a paz e a harmonia entre população e governo.

Expurgai vosso governo
D'esses vermes que o corroem;
D'esses abutres famintos,
Que a liberdade destroem!
Expulsai os embusteiros
E vereis os Brasileiros
Vosso nome abençoarem;
E vereis da pátria filhos,
P'r'aumento dos vossos brilhos
A vida sacrificarem!

O pleito dirigido ao monarca era que, considerando a insatisfação popular, a “justa indignação”, substituísse o governo. Falando diretamente ao rei: “dai ao povo liberdade!” A iniciativa real produziria apoio popular e, entendemos nós, reforçaria o credo monarquista.

Diferentemente dos demais poemas desta parte, a crítica às condições políticas e/ou sociais não redundou na opção não monárquica. Pelo contrário, o rei foi instigado a usar de seu poder para corrigir os rumos de um governo iníquo, prepotente e tirânico, nos termos da epígrafe. No entanto, é de se destacar que há aqui indícios que nos permitem pensar na redução de sua sacralidade. Primeiramente, o rei que usualmente é tratado em termos de pai da nação, que confere unidade ao corpo social, foi por duas vezes referido como irmão. O segundo sinal seria que, ao considerar a insatisfação e implementar uma política de acordo com a vontade da nação, o rei teria seu nome abençoado. Haveria aqui uma inversão: o rei, que deveria abençoar do alto de sua potestade, seria abençoado pelos brasileiros. Hipoteticamente falando, estaríamos assistindo à transformação do “Imperador Constitucional, e Defensor Perpétuo do Brasil” em rei dos brasileiros.

“Ao imperador” merece ainda mais alguns comentários, principalmente em

relação à parte das condições de enunciação. O jornal *O Novo Conservador* teve seu primeiro número publicado no dia 17 de maio de 1883, apresentando-se como “um jornal político, agrícola, comercial, noticioso e literário”, com o slogan “Justiça Ordem e Legalidade”. No jogo político partidário, assume-se explicitamente como defensor do partido conservador e rival do partido liberal, ao qual acusa de promover “ímorais descabros”, “de rebaixamento moral de caráter” e “de pseudo-políticos e falsos patriotas”. Curiosamente, na sua apresentação, invoca o teórico da vontade geral quando declara que “O NOVO CONSERVADOR terá como epígrafe o – *vitam expendere vero* de J. J. Rousseau”.³⁰⁸

Essas considerações são interessantes por indicar que o poema dirigido “Ao imperador” em nada pode ser caracterizado como antimonarquista. Assim, a sugestão para que o imperador siga e acate a opinião pública se torna mais significativa como evidência de sua existência e do peso político que começava a adquirir.

Em suma, os poemas analisados nas páginas acima indicam que, paralelamente à crítica chamada por nós de genérica, que expressa um descontentamento com a organização social e política, havia outra que dirigia esta insatisfação à monarquia. Enquanto as queixas genéricas explicitavam um descontentamento, as segundas, com mediações distintas, relacionam as queixas à monarquia. Entretanto, dada a forma como essa ligação foi feita, não podemos considerá-las republicanas ou antimonárquicas. Podemos, sim, perceber mudanças que evidenciam a corrosão da sacralidade do rei, tanto ao acusá-lo diretamente pelos desmandos, quanto ao defender que se submeta à vontade da nação. A monarquia, de acordo com esses poemas, não seria mais a garantia da estabilidade, da liberdade ou de um futuro grandioso. Em alguns poemas, vimos a indicação contrária, como a razão e causa da instabilidade. Não por ser monarquia, mas por ser permissiva e incapaz de coibir os abusos e as iniquidades.

Desse modo, configura-se um grupo de textos que, ao tratar das questões sociais, atribuindo responsabilidades ao monarca, mas sem diretamente pretender derrubá-lo, mostra-se em parte diverso do grupo a seguir: os detratores declarados da monarquia.

³⁰⁸*O Novo Conservador*. Rio de Janeiro. 17 maio 1883. p. 1. A expressão latina correta é *vitam impendere vero*, cuja tradução seria *dedicar a vida à verdade*. A frase, na verdade, pertence a Juvenal, poeta latino do início do século II, e consta nas *Satires*. Rousseau a usa pela primeira vez como sendo sua na *Lettre à M. d'Alembert sur les spectacles* (1758). DENT, N. J. H. *Dicionário Rousseau*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 56.

III. “O peso dos tiranos”

No capítulo anterior, dedicamo-nos aos poemas que publicizavam críticas às condições políticas e sociais. Marcados em sua maioria pela crítica genérica ao arranjo político, às condições sociais, alguns poemas associaram as condições adversas ao regime monárquico. No presente capítulo, trataremos dos poemas que explicitaram críticas à monarquia como instituição e que podem, nessa medida, ser considerados republicanos. Indicam, assim, uma sequência inversa daquela encontrada no anterior. Ali, a insatisfação com as condições caminhou no sentido de pôr em questão a monarquia; aqui, a descrença na (e a denúncia da) Coroa é o pressuposto que os leva a denunciar as mazelas da sociedade como resultantes do regime. Se a monarquia é a razão dos problemas, consequência lógica, a república é apresentada como sendo a solução. Poemas antimonárquicos e republicanos se confundem, desta feita.³⁰⁹

No soneto publicado em fevereiro de 1871 – “Os Divinos”³¹⁰ –, notam-se alguns elementos que se tornaram lugares comuns na crítica à monarquia:

Um dia há de raiar a plena liberdade,
Em que o mundo sacuda o peso dos tiranos;
Que honras, títulos vãos de falsos soberanos,
Sirvam só de irrisão para a sociedade!

Em primeiro lugar, vê-se a liberdade como valor e princípio negados pela monarquia. Em segundo, a monarquia, na medida em que nega a liberdade, é identificada com a tirania. Em terceiro, percebe-se a certeza de um futuro não muito distante no qual esta distorção será corrigida, ou seja, a república substituiria a monarquia como forma de governo. O descontentamento com o presente e a denúncia do que existe informam a projeção de um futuro, que seria a correção e negação das suas distorções.

A monarquia, que se pretende acima da consciência, é desqualificada no poema,

³⁰⁹Em alguns poemas, povo, pátria e nação se equivalem e dizem respeito à mesma ontologia. Em outros, as propriedades e os direitos mobilizados na sua descrição sugerem entendimento diverso. As eventuais distinções e suas implicações entre as três denominações não serão abordadas por nós por se situarem além do escopo deste trabalho.

³¹⁰710214 Os Divinos. *A República*.

quando se assevera que, “sem razão, a torpe fidalguia” afirma suas qualidades de virtude, sabedoria, justiça, bondade e presciência. “Os divinos” do título seriam, assim, humanizados.

Povo soberano

A contestação da monarquia passa pela afirmação da primazia de outro sujeito que não o rei, de outro soberano: “O povo”.³¹¹ Elevar o povo à condição de “rei” é a contrapartida da negação da monarquia e denúncia da usurpação do poder pelo tirano. Essa afirmação abre e fecha o poema:

Ei-lo! É o povo que passa
Com fé no coração,
Dos livres forte empunhando
O sagrado pavilhão.
(...)
Rei só ele, e soberano,
Ante o qual treme o tirano –
Vigora a justiça – a lei.

Os reis não só usurpam um poder que não lhes pertence, como confiscam a liberdade. Por isso, o governo da nação deveria ser o governo da liberdade. A nação livre seria a negação da tirania.

Não há coroas, nem cetros
Ante o poder da nação;
Onde vive a liberdade
Todo homem é cidadão
O livre em sua passagem
Não vai render vassalagem
Ao despotismo de um rei;
Rei só ele, e soberano,
Ante qual treme o tirano,
Vigora a justiça, a lei.

Os direitos do povo em oposição ao do rei aparecem como decorrentes das mudanças do entendimento do poder operadas no último século.³¹² Um poder real que desconsidere o povo seria um anacronismo, pois

Saltou da Enciclopédia a ideia santa
Dos direitos do povo a eternidade,

³¹¹710319 O Povo. *A República*.

³¹²830421 [Sem título]. *Tiradentes*.

Prodigiosa e boa tempestade
Que pelas eras cresce e se adianta:

O direito não só se encontra afirmado, como se espalha em um movimento progressivo. O tempo passou, e a história não mais autoriza monarcas que tudo podem.

Já não encontra bases para a planta
O *direito divino* – a impiedade;
E, na pele dos reis a Liberdade
Aponta a lepra que à Moral espanta:

A “ideia santa” que “cresce e se adianta” exigia que a monarquia fosse modificada. A Liberdade, isto é, o direito do povo, poria a descoberto os malefícios da monarquia, a lepra, incompatível com a moralidade. Se o poder do rei aparece como reduzido, o do povo aparece como direito incontestado. A crítica ao direito divino do primeiro passa pela afirmação do direito do segundo.

A dissociação entre monarca e pátria, por um lado, e povo, por outro, torna-se condição sem a qual a crítica à monarquia seria impossível. Pátria, povo e nação precisam ter uma existência própria e independente da figura real. Enquanto o rei for a garantia da unidade social, da comunidade do reino, seu questionamento como instituição é inconcebível, pois seria colocar a existência da sociedade em questão. A dissolução da “corporeidade do social”, nos termos de Lefort, seria a condição *sine qua non* para que monarca e monarquia pudessem ser questionados.³¹³

O trono como ameaça à pátria aparece no soneto “Agonia da época”, publicado em 1883.³¹⁴ É interessante notar que aquilo que foi apresentado como garantia da unidade da pátria e da civilização seja destacado como perigo.

Um “pavoroso rio”, fundo e bravio, desce do alto sombrio, “o trono – gerador desta serpente”. A Probidade e o Brio ficam horrorizados e, juntamente com o trabalho, “atirados na corrente”.

Vejo as águas cercando tenebrosas
Ilha pequena, aonde desterrada
A pátria existe; e as águas furiosas

³¹³LEFORT, Claude. A imagem do corpo e o totalitarismo. In: _____. *A Invenção Democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 117. “Mas se é preciso falar em uma desincorporação do indivíduo é preciso, não menos, reparar na separação da sociedade civil fora de um Estado, ele mesmo, até então, consubstancial ao corpo do rei. Ou se quiser, reparar na emergência de relações sociais, não apenas econômicas mas jurídicas, pedagógicas, científicas que têm seu próprio fim; e ainda reparar mais precisamente no desintrincamento que se opera entre a instância do poder, a instância da lei, a instância do saber, a partir do momento em que se apaga a identidade do corpo político”. (p. 118).

³¹⁴831009 Agonia da Época. *O Intransigente*.

Irão a ilha transformar em nada!
 Presa do trono às garras sanguinosas
 A pátria vai aos poucos devorada!

A imagem é poderosa, as virtudes são afugentadas pelo trono, o trabalho é descartado. Na sequência, o trono prende a pátria e a deixa ser devorada. A monarquia estaria triplamente relacionada à destruição da pátria: ao constranger as virtudes; ao cercá-la pelo “rio serpente” que gera; por prendê-la, impedindo que fuja das “águas furiosas”. Destruição e morte seriam o saldo da monarquia. A “Agonia da época” consistiria na agonia da pátria. Assim, a luta contra a monarquia aparece como a defesa da nação.

Em outubro de 1885, *O Constituinte* trouxe em suas páginas um poema com o instigante título de “Denúncia à história”.³¹⁵ Seus versos estão divididos em três grandes partes. No preâmbulo, é elogiado “um homem” em acesso de cólera contra a injustiça:

Eu me refiro a um homem que procura
 Marchar do Bem na progressiva escala,
 E cujos ódios – são virtude pura,
 Quando o Mal sobe a um trono, estruge e fala.

Uma segunda parte, nomeada como “I”, gira em torno da denúncia e da condenação do escravagismo:

Monstro horrível, com a fronte carregada
 De longos crimes, maldições legítimas,
 Salta os lares, vem tomar a estrada!

E na terceira e última parte, denominada “II”, há críticas ao governo e, de forma passageira, à monarquia, em função da dificuldade em implementar medidas que acabassem com o escravismo.

Fazem a agiotagem pequenina
 De seus deveres com o escravizado!
 Fazem lei – sobre lei – mais assassina,
 E tudo feito... ao imperial agrado.

Mas, aonde? em que furna se pretendem
 Esses malvados esconder da história?
 Eles que tudo prostituem, vendem?

Trata-se de um poema longo e que exige algumas considerações. O tema

³¹⁵851018 Denúncia à história. *O Constituinte*.

principal é a escravidão, ou melhor, a defesa veemente de medidas que mitiguem a sorte do escravizado. Sua publicação se deu no dia 18 de outubro, exatamente 20 dias após a aprovação da lei 3270, conhecida como Lei dos Sexagenários, após um longo trâmite que se iniciou no Gabinete Dantas em 1884. O amplo intervalo entre a apresentação da proposta e sua aprovação se explica pela resistência que enfrentou na Câmara.³¹⁶ O poema nos parece tratar deste problema ao condenar o escravagismo e se referir às dificuldades em aprovar reformas relativas à escravidão. Em sendo esta hipótese plausível, o homem cujos ódios são virtudes, de que fala o poema, pode ser interpretado como alusão a Joaquim Nabuco, militante da causa abolicionista, responsável pela inclusão da abolição na pauta do parlamento.³¹⁷

No que diz respeito às críticas que veicula e à discussão aqui apresentada, o poema realiza duas operações importantes. A primeira: associar escravagismo e monarquia. A segunda: acusar ambos de defensores de privilégios, de patrocinarem crimes que atentam contra a liberdade.

Sobre os escravizados, os argumentos apresentados trazem implicitamente noções importantes, quiçá, inovadoras para a época. A nomenclatura “escravizados” seria a primeira, na medida em que destaca uma condição provisória e relacional. As pessoas não seriam escravas, mas estariam escravizadas. A afirmação de que os escravocratas tratam “os irmãos como alimária” seria a segunda. Escravizados e livres partilhariam, nessa lógica, de uma natureza. O que os distinguiria, a privação da liberdade, não foi relacionada a nenhuma suposta distinção ontológica. Todos eram homens. A terceira inovação foi o tratamento dado à transgressão do escravizado. A pergunta que “parece surgir de todo canto”, referida no poema, indicaria não ser exatamente um crime a fuga ou enfrentar a justiça “que não respeita Vedas e Evangelho”. As considerações acima funcionam como agravantes nas acusações dirigidas a escravistas e monarquia.

Governadores sem patriotismo

³¹⁶Sobre as dificuldades do gabinete Dantas nessa questão, ver: MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e documentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913, espec. “Evolução abolicionista. O ministério Dantas.” p. 55-110.

³¹⁷“Desde a iniciativa de Nabuco em 1878, nunca mais o problema saíra do parlamento, embora não lograsse desde logo forçar-lhe o exame definitivo”. MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e documentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913, p. 64; “Nabuco trazia idéias radicais, e foi sob o fascínio da sua personalidade e da sua eloquência que o pensamento emancipador, ainda subsistente no projeto Dantas, fez-se impetuosamente pensamento abolicionista”. VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006, p. 58.

Filhos – da corrupção do velho mundo –
Que se chama entre nós – o monarquismo,

Que somente sabeis cortar a fundo
Nos sagrados direitos populares
E amais o crime de que sois oriundo;

Sois uma raça indigna d'estes ares,
De vos banhar a luz americana,
D'estas riquezas vastas, singulares!

A crítica a governadores e ao monarquismo é um petardo: filhos da corrupção, amantes do crime, ceifadores de direitos e indignos de viver na América. O poema termina com uma previsão funesta de um acerto de contas com os impuros. Atacados por moléstias que aniquilam e fuzilados por raios e maldições,

Eternos hão de ali viver chorando
Um olhar compassivo e o seu tormento
Somente acabará n'um dia – quando
O Planeta ficar sem movimento.

As diferenças entre povo e rei caminhariam no sentido de uma oposição e uma dicotomia. A relação entre ambos seria de antagonismo quando dizia respeito à política: o rei estaria ocupando um lugar e exercendo um poder que pertenceria ao povo. A recuperação pelo povo daquilo que seria seu, mas foi usurpado pela monarquia, foi abordada em “Rebate”.³¹⁸ O soneto tanto pelo título quanto pelas palavras iniciais pode ser visto como uma resposta aos defensores da monarquia, entendida como a primazia do rei.

E tudo isto é do povo! Esses galões, a farda,
Os fogosos corcéis cobertos de platina,
Esse carro dourado, essa espada assassina,
O cetro, o diadema, o palácio, a espingarda!

Ao povo pertenceria aquilo que o rei detinha, assim é afirmado na primeira quadra. O povo não estaria confiscando algo, mas reavendo o seu por direito. A indumentária, o luxo e a riqueza, os símbolos e os instrumentos do poder que o monarca usava eram do povo. Mais do que bens ou objetos materiais, esta recuperação pode ser interpretada como sendo a própria recuperação da soberania.

O povo, no entanto, não se move, apesar de próximo à situação limite – “já não pode esperar, que a morte já não tarda”. O duplo roubo pela monarquia explicaria a

³¹⁸860810 Rebate. *Revista Federal*.

passividade: a dos bens e a do ânimo e forças.

O elogio a este povo informa uma identidade e indica como se deve agir, “levantando o sufrágio, erguendo barricadas”. A descrição inicial se torna uma prescrição quando instiga o “povo americano” a colocar “um ponto final das tuas agonias!”

O “Rebate” pode ser lido, então, como o bater de volta, resposta e reação do povo a um regime que é a usurpação de seus direitos e que o mantém “sob as unhas cruéis das aves de rapina”.

A monarquia vitimava povo, a pátria e nação – esta era tônica dos poemas analisados no presente capítulo. Elementos diferentes foram mobilizados nas várias denúncias que encontramos na pesquisa. Algumas vezes falou-se em direitos e liberdade, noutras, em usurpação e exploração, além de corrupção e miséria. Construía-se e publicizava-se uma representação negativa da Monarquia, paralelamente à positiva de povo-vítima virtuoso. Há poemas que simplesmente afirmam esta incompatibilidade, como em “Pobre pátria”.³¹⁹

O texto nos conta sobre o enfrentamento entre um condor e uma nuvem. A ave quer voar livremente pelo céu azul sob o sol, mas é impedida pela nuvem.

Não! – Responde no alto uma nuvem de informes
Proporções, que nodoa a abobada zulada –
Embebedar-te-ia no vinho da alvorada,
Irias te abrasar na fomalha do Ocaso!
Não! Só hás de espriar o teu voo – no raso
Horizonte vulgar que circunscreve os montes!

A imensa nuvem disforme, que mancha o céu, tolhe o condor e o proíbe de voar, como era de seu desejo. A descrição da nuvem funciona como antítese da beleza da ave e reforça o antagonismo entre as duas. A segunda quer ganhar os céus, a primeira quer prendê-la no “horizonte vulgar”, ou seja, uma quer a liberdade que a outra cerceia. O condor resiste e investe contra a nuvem, e “o rubro sangue heroico escorre-lhe das penas”. As razões para manter o condor entre os montes indicam zelo, sugerem impedir que se embebedasse ou ardesse em brasa.

Os versos finais explicam à pátria a metáfora do poema:

Pátria, o Condor és tu; esse retrato é teu.

³¹⁹880101 Pobre Pátria. *Gazeta Nacional*.

A nuvem plúmbea e má que as asas te arrebenta
 Chama-se Monarquia – a instituição odienta!

Sob acusações de responsável pelo atraso, de anacrônica e de negar a liberdade, a Monarquia foi denunciada como obstáculo que impedia que a pátria alçasse voos mais altos. Sob a justificativa de protegê-la, a pátria é mantida em um cárcere a céu aberto, restrita ao que está ao “horizonte vulgar”. Confirma-se, assim, a representação da pátria como vítima, que o título sugere.

“A chaga que se chama fome”

Em uma elocução dirigida “Ao Imperador”, o sofrimento do novo sujeito que se insinuava como o soberano foi posto em destaque.³²⁰ E mais, a penúria o levava a afrontar a figura do rei.

Senhor! Senhor, o que fareis? O povo
 Se não chora, também já não sorri;
 E ousa-vos fitar-vos já! Que olhar sinistro!...
 Quanta interrogação flameja ali!

A privação do povo é contraposta às benesses do monarca, e seus “áulicos sequiosos” se tornam escândalo denunciado. O problema mostra-se mais grave na medida em que, na lógica do texto, é a bonança de um que produz a miséria dos outros. A monarquia sofre dupla acusação: permitir e produzir as condições de extrema pobreza em que se encontra o povo.

Ah! Chaga que se chama fome, sede
 De justiça e de pão. Por sobre o império
 – Suprema afronta ao céu e à humanidade –
 Vê-se estendida a púrp’ra de Tibério.
 (...)
 Nestes banquetes, onde o servilismo
 Sempre oferece ao rei um gozo novo,
 Não sentis que na taça que vos servem
 Não há néctar, mas sim sangue do povo?

A situação descrita coloca o povo como o grande penalizado, mas não o único prejudicado. Talvez nem fosse o que mais perderia com a situação. Ao povo caberia o recurso da revolta, de restabelecer o “auriverde pendão que nos honrava”. O rei, ao consentir que o povo fosse submetido a tamanha adversidade, criaria uma situação que ameaçava seu trono e a instituição monárquica.

³²⁰710613 Ao Imperador. *A República*.

Tendes o manto, e nós sentimos frio!
 Tendes um cetro, e nós... Nem um bordão!
 Tendes na testa um diadema de ouro;
 Nós... Uma chaga só no coração!
 (...)
 Vosso trono é um degrau de um precipício.
 Vosso dossel promete desabar.
 Deixai esta bastilha de damascos,
 E à luz do século vinde vos lavar.

A operação em curso possuía várias facetas. Dissociar povo, nação e imperador era a primeira. A segunda produzia um antagonismo entre os dois: o rei era tratado como sendo o antipovo. Esta oposição era informada pelo acesso desigual a bens materiais (a fartura do rei, contraposta à miséria do povo) e simbólicos (o confisco da liberdade por parte do monarca).

No poema já parcialmente analisado, “O corte no orçamento”, dedicado “aos srs. representantes da nação”, pede-se que os deputados deixem de receber pelas sessões que faltarem e aos senadores que sejam mais objetivos nas discussões e deliberações.³²¹ Dois argumentos fundamentam o pedido: economia para redução do déficit público e isonomia com os artesãos das oficinas. Estes quando faltam ao trabalho têm seus dias descontados. A redução do déficit tem como pressuposto a certeza de que o ônus recai sobre a nação.

Oh! Seis contos de réis a cada dia
 Em que não há sessão:
 Para um país que está arreventado
 É aumentar a dor ao desgraçado
 Sem dó, nem compaixão.
 Por isso, humilde vos implora

O aflito povo
 Que façais o desconto, e sem demora...
 Urge atender ao *déficit* que o devora,
 O *déficit* velho e novo!

Os “representantes da nação” deveriam se sujeitar às mesmas regras que os demais trabalhadores, não podendo a representação onerar o representado. O país arreventado e a “nação que fenece de anemia” são razões que tornam urgente a redução do déficit. Assim, a penúria da população, decorrente da organização política, e suas instituições constituem o pano de fundo do poema.

³²¹770518 O corte no orçamento. *O Globo*.

“No fogo da corrupção”

A canção que um espectro pálido entoava ao lado do sepulcro, sorrindo da cegueira dos homens, traduz-se em denúncia das condições da “nação abatida” e foi apresentada em “Tira-Dentes”.³²² A nação é descrita como abatida, tendo se curvado a um poder prematuro e que

Dorme, nação abrasada
No fogo da corrupção!

O canto aponta a ausência de liberdade e incita mocidade e povo a lutarem para restabelecê-la.

Coragem, que a monarquia
Tem por base a tirania
E tem por arma a traição!
Essas testas coroadas
Que rolem despedaçadas
Na lama, no pó do chão!
Oh! povo, tu que és gigante
Faz do gigante conquistas!
(...)
O trono despedaçai,
Um'outra era encetai
– Não era de corrupção!

A monarquia foi equiparada à tirania, deixando de ter qualidades que a justificassem. Ato contínuo, o canto pede as cabeças coroadas, a destituição dos reis. O recurso à violência seria o expediente possível, e legítimo, contra um governo que responde com “gritos de metralha” ao pleito por liberdade. A queda do rei, mais do que o início de um novo governo, marcaria o começo de uma nova era. A antinomia entre povo e monarca foi elevada ao extremo. Ao povo compete o direito e o dever de sublevação como expediente para reinstaurar a liberdade sequestrada.

A monarquia como ameaça à pátria foi reafirmada em “*Corruptum genius*”, em 1874.³²³ Descrito pelas qualidades que lhe faltavam, os malefícios do presente foram destacados.

Miséria! Perdem-se os gritos
saídos das bacanais!
Riem dos rostos aflitos
os espectros infernais!

³²²740815 Tira-Dentes. *Labaro Academico*.

³²³740901 *Corruptum Genius. A Idea*.

O vício se ostenta aos dias!...
 – A crença, a ideia... utopias –
 que o egoísmo venceu!
 Pátria! rasgaram-te o peito!
 Sobre teu corpo desfeito
 um bando negro desceu!

A luta para corrigir a situação é necessária, porém a capacidade de resistência da coroa é grande.

Desgraça! Lutas sem forças
 Contra um presente sem fé!
 Queres erguer-te das brumas?
 Detêm-te!... o trono é de pé!
 Tremes!! algemam-te os braços!...
 Vês? Erguidos nos espaços
 o cinismos e a corrupção!...
 Venderam teu nome santo
 entre o escárnio do teu pranto
 no mais nojento balcão!!

A permanência do trono dificulta as lutas necessárias para restabelecer o justo e o correto, embora o poema não nomeie desta forma. A falta de fé e o cinismo se complementam, produzindo a corrupção, o sofrimento, que é desprezado, e a venda da pátria, situação extrema em que o trono tira proveito em – e com – seu prejuízo. A existência da pátria, entendida como o conjunto dos habitantes, independentemente da coroa, caminha próximo à noção de sua superioridade em relação ao trono. Opera-se uma inversão da lógica política tradicional: a coroa é que devia fidelidade à pátria e não o contrário. A corrupção, o cinismo e a falta de fé, que marcam o Império, autorizam e pedem esforços da nação para sua superação.

A divergência entre aquilo que a coroa supostamente busca e o que se torna foi descrito nos seguintes termos em 1874:³²⁴

(...) que o régio sólio
 se procura o capitólio
 vai transformado em Marnel!

A diferença entre a forma como a monarquia se apresenta e justifica sua existência e o que seria na prática mereceu inúmeros poemas. Insistiam estes em retratar, por meio de imagens como lodaçal e lama, um governo marcado pela corrupção e pelo desmando.

³²⁴740915 Sete de setembro. *Labaro Academico*.

A mesma ideia foi apresentada no poema que tem como título a síntese do que o Império teria se tornado, “Farsa sobre farsa”.³²⁵ Os primeiros versos indicam a falta que o marcaria, através das perguntas:

Ó casta deusa antiga, ó cívica virtude,
te esteriliza o seio a pátria servitude?
(...)
A túnica ressolta, os cândidos adornos
que te velavam, deusa, os nítidos contornos,
a fronte rugente,
que mão poluta e ousada enodoá-los veio?

A impotência da virtude cívica sob o Império está assim afirmada. Se a primeira parte do poema fala da “deusa antiga” e da mácula que sofreu, a segunda parte, sem indicar casos concretos, desenha um quadro negativo da sociedade do Império:

Do parlamento à rua e da tribuna à praça
é vasto o lodaçal em que fermenta a massa
da multidão informe!...

Que importa a podridão! Te eleva à arquibancada
do fórum nacional, e, à rija gargalhada
do coro dos burgueses,
a rápida ascensão dos histriões reclama.
Ouves um estertor? É que estrebucha o drama,
é que hoje o semi-deus-elástico o programa
impõe dos entremeses!

E os novos arlequins, acrobatas da frase!
É tudo gente boa, e assim entre nós quase
custosa manutenção.

A crítica, semelhante a de outros poemas, aponta o “lodaçal” e a “podridão” da sociedade imperial. Não há, de forma direta, a sugestão de que o problema estivesse restrito a um grupo social ou à elite beneficiária da situação. Embora certos tipos sejam nomeados, como os “burgueses”, os “histriões” e “os novos arlequins, acrobatas da frase”, eles não nos parecem suficientes para associar o “lodaçal” à elite ou aos beneficiários do Estado. Há, todavia, a indicação de que esta “gente boa” custaria caro para a nação.

A ausência de um povo-vítima virtuoso parece corroborar a nossa interpretação. A referência ao povo aparece na expressão “lívida canalha” e na pergunta: “não tem ela a prisão e os jogos de navalha?”, o que é bem distinto de um povo ordeiro e pacífico,

³²⁵750901 Farsa sobre farsa. *A Idea*.

sujeito aos desmandos de uma elite gananciosa apoiada por um rei despótico.

O Sete de Setembro como fraude é um dos motivos do poema homônimo publicado em 1885.³²⁶ A data marcaria o início, na América, mais de um reinado e menos da libertação de um povo. A monarquia criada, então, teria reprimido as aspirações do povo, instaurado a corrupção e cerceado a liberdade. Ela representaria a substituição de uma velha dominação por outra nova. Podemos inferir que, no poema, os problemas indicados (repressão, cerceamento e corrupção) não seriam desvios, mas elementos constitutivos das monarquias

Não ouvis reboar a artilharia?...
São risos infernais do tigre Monarquia
Por ter calcado aos pés a aspiração de um povo;
Por ter criado um Rei no vasto mundo novo!

Daí foi que saltou a fera Corrupção,
Rugindo ferozmente em contorções estranhas,
As fauces estendendo ao peito da Nação!

Chegara até nós aquelas grandes sanhas
Do monstro que sangrou a Liberdade,
Fazendo-a padecer essas mágoas tamanhas!

A monarquia, inaugurada no 7 de Setembro, é apresentada como ônus ao Brasil, razão pela qual não haveria o que comemorar, pois “não é justo folgar quando a nação arqueja!” Grandes ameaças pairam sobre o país e todas decorrentes da monarquia. As artes, a indústria e a lavoura beiram o abismo.

O Comércio enfraquece: a Fraude dá-lhe botes,
O Crédito vacila aos golpes dos calotes;

E tudo assim na grande inundação,
Do rio caudaloso – a nossa corrupção.

Não há a negação de que teria havido uma mudança, mas que esta mudança não se traduziu em benefício para o povo ou a nação.

E quando tudo sofre e tudo se desloca,
O povo brasileiro aquela data evoca?
.....
Não! felizmente não! As festas d'este dia
Não pertencem ao Povo e sim à Monarquia!

³²⁶850907 Sete de Setembro. *Já Sei Já Sei*.

“Os dois prisioneiros”

A sociedade cindida – entre aqueles que nada têm e os que vivem na fartura às custas dos primeiros – seria marca do século, segundo o poema “Canalha!”:³²⁷

O século é de trevas, lutas e misérias!
 Da mola [?] social o esquálido aparato
 Faz o século tremer, faz rir o insensato
 Que folga de achar vida em crises deletérias...
 Em cima, chove a lama que os grandes alimenta,
 Em baixo, o fraco chora, o pobre se lamenta!

Enquanto que para os de baixo “a lágrima é conforto, é amplo benefício...”; os de cima “recebe[m] sobre a face a imunda recompensa!” Aos últimos, se sobra conforto, faltam-lhes virtudes, “em cima o vício é nobre, o crime é dignidade”. Esta caracterização é de suma importância para o que nos interessa nesta tese. À injustiça da desigualdade das condições de vida, foi acrescida a usurpação, recebendo agora um novo complemento: a falta de predicativos morais. Os de cima foram reduzidos a exploradores inescrupulosos, que mantêm suas posições graças à manutenção dos de baixo na miséria e na penúria.

A sociedade fragmentada entre dois grupos foi apresentada de forma lapidar em “A canalha”.³²⁸ O acesso desigual aos bens e direitos foi repetido várias vezes, juntamente com a indicação de que a privação de um resultava da expropriação feita pelo outro. O poema dedicado “aos operários” consiste em elocução na qual o grupo se apresenta, distingue-se do outro e, nessa nomeação, finda por produzir o grupo distinto. Ao indicar as práticas e comportamentos que diferenciam os dois conjuntos, classificando e apontando similitudes e distinções, o poema nomeia e classifica e, portanto, contribui para produzir aquilo que é seu pressuposto. A primeira estrofe oferece a chave do que será o restante do poema.

Somos nós quem pagamos o luxo dos *divinos*
 Nós da última camada,
 Enquanto damos ouro, a vida e o futuro
 Vive n'um pardieiro, sombrio lar, escuro,
 Nossa família amada.

De um lado, um “nós” que trabalha e vive com a família na privação; de outro, um “eles”, que vive na opulência graças à exploração sobre os primeiros. O enunciador

³²⁷730130 Canalha. *A Republica*.

³²⁸770131 A canalha. *Gazeta de Notícias*.

se apresenta de muitas maneiras, sempre no coletivo, como “nós”. “Somos quem pagamos os gozos da nobreza”, “os *homens do trabalho*”, “quem levanta colunas, palácios, monumentos”, “o *poviléu*, as *turbas*, / os filhos da desdita”, “os órfãos da fortuna”; “sim, somos a – CANALHA, – sem títulos de nobreza”, nomes diferentes que indicam a penúria social e material. Material, pois não têm acesso à fortuna e riqueza que geram e ainda pagam o luxo dos outros; social, na medida em que são tratados como ralé, os “da última camada”.

Os ditos “outros”, que vivem do fruto do trabalho dos primeiros, também são nomeados de várias formas. Eles seriam a nobreza, os “corvos de batina”, reis, fidalgos, “galgos de coleira”, “vampiros infernais”, “raça felina” e barões. Sob a variedade de indicações, encontra-se a prática que unifica todos estes segmentos: a exploração.

Vós podeis explorar o pão dos infelizes,
Roubar ouro a milhões;
(...)
Vós podeis arrancar de nossas algibeiras,
Por tributos lesivos,
O produto dos braços, de tantas mãos calosas;
(...)

O poema informa e é informado por uma visão da sociedade como profundamente cindida em dois grupos antagônicos: de um lado, a elite, que vive às custas do trabalho alheio e, de outro, os realizadores do trabalho, ou seja, os que trabalham e nada têm e os que nada trabalham e tudo têm. O luxo de uns produz a penúria dos outros – pode-se inferir a partir do poema. A representação que percebemos no texto poderia mesmo ser atribuída a uma influência saint-simoniana ou marxista. Nada foi encontrado, porém, que permita esta conclusão. No contexto em que foi produzida, é possível tratá-la como constitutiva das críticas e denúncias da sociedade imperial durante a campanha republicana. Essa sociedade era acusada de ser marcada pela injustiça e distorção dos valores da liberdade e igualdade. A denúncia da divisão social, em benefício do monarca e dos monarquistas, consistia em um recurso importante para desqualificar o Império. A tolerância à desigualdade e sua produção eram apresentadas como inaceitáveis e corroíam a legitimidade do regime que as aceitava.

Um último comentário sobre o enunciador do poema se faz necessário. Ao se assumir como canalha, designação negativa, o estigma foi subvertido e transformado em

distinção, o que permite considerar o poema no conjunto “da revolução simbólica contra a dominação simbólica”, nos termos de Bourdieu.³²⁹

As qualidades atribuídas aos homens da “última camada” foram um expediente para desnudar a desigualdade e o acesso desigual aos bens materiais e simbólicos na sociedade sob a monarquia. Em relação “aos de cima”, recurso semelhante também foi usado, enfatizando sua subserviência em relação ao monarca. Às virtudes dos primeiros, correspondia a mesquinhez dos segundos. A hierarquia social não correspondia a das qualidades individuais: aqueles da “última camada” seriam superiores moralmente aos da elite imperial.

Essa acusação, ao ser associada a grupos e a suas práticas individualistas e condenáveis socialmente, deporia duplamente contra a monarquia. Primeiramente, por produzir e estimular o servilismo; em segundo lugar, pela torpeza da aristocracia que se presta à adulação. As falhas dos apoiadores da realeza são transferidas para a instituição apoiada. Só um regime baixo necessitaria de subservientes para se manter.

A existência de dois grandes grupos sociais, que tinham relações desiguais com a monarquia, foi retomada na fábula “Os dois prisioneiros”.³³⁰ O “sentimento vário” de duas aves que se encontravam aprisionadas em gaiolas é seu mote, anunciado na primeira quadra:

N´uma gaiola risonho
O canário gorjeava,
Em outra o condor tristonho
No sol os olhos cravava.

Diante da mesma situação, privação da liberdade, conforto e segurança da gaiola, as duas aves têm reações distintas. Isto satisfazia o canário, mas não o condor, pois ambos possuíam pretensões e valores diferentes. O primeiro, abria mão da liberdade pela segurança, enquanto o segundo, não.

Pois aí o ágil passarinho
Cortês, guloso, sofista,
Comparava o rude ninho
À gorda ração de alpiste;

O negro condor sedento
De sol, de espaço, de dia,

³²⁹BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989. p. 125.

³³⁰730717 Os dois prisioneiros. *A República*.

Era como o Pensamento
Curvo aos pés da tirania.

Nessa fábula com elementos alegóricos, dedicada a Joaquim Nabuco, interessamos destacar alguns pontos. O primeiro: estamos lendo-a como alusão à sociedade do Império. Segundo: desenha-se a existência de dois grupos que, partilhando a mesma situação, a privação da liberdade, mantêm relações antagônicas em relação à monarquia. Um, renuncia à liberdade pela segurança, enquanto que o outro se mantém fiel a este valor e princípio.³³¹ Ou seja, a aceitação da monarquia era a aceitação da privação da liberdade. E, por último, conota a contínua busca pela liberdade, apesar da tirania. Este ponto pode ser interpretado como o elogio da batalha e dos batalhadores pela liberdade, ou seja, aos que se batiam contra a monarquia.

A representação negativa de uma elite arrivista e subserviente aparece em “César... ou seu cavalo”.³³² A referência nos parece clara: trata-se de alusão ao Imperador Caio Júlio César Augusto Germânico, também conhecido como Calígula, e seu cavalo, Incitatus.

“Bezerro fatal” e “fantástico hipogrifo” são referências a quem “traz no peito imperial comenda”. A reação das pessoas quando este sai em desfile dá conta da crítica a que nos referimos acima.

Quando ele sai à rua – um burburinho soa,
disputam – entre si – os nobres figurões
a honra de enfeitar-lhe a poderosa proa!

Sua pompa, impacto – “espectro do poder – confunde as multidões” – e adereços revelam o prestígio, que causa inveja e deixa transparecer a vilania da aristocracia.

E a sela do senhor – e as mantas purpurinas
– grãs-cruzes – a estrelar, cobertas d'ouro e prata,
e as rédeas de veludo, aureoladas, finas,

fazem fúrias de inveja – ao corpo aristocrata
dos condes e barões – que rastejando a lama,
vão beijar d'alimária a luzidia pata!

E se a voz do senhor – um estribeiro chama,

³³¹Esta opção nos remete à discussão acerca da construção da Ordem Saquarema, na qual, após crises associadas aos diferentes entendimentos e disputas em torno da liberdade, prevaleceu a tese conservadora que buscava conciliar liberdade com civilização. Ver MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

³³²800124 César... Ou seu cavalo. *O Estandarte*.

aparece um marquês – desapertando as cilhas...
diz um duque: “senhor, já preparei a grama!”

O poema termina em um juízo genérico, que pode ser interpretado como alusivo ao Império. Em sendo assim, sua grandeza e glória estariam sendo desconstruídas pela ironia presente entre o início e o final dos dois versos finais.

eis a glória, eis o Deus – dos histriões pandilhas!
curvai-vos, medalhões! Oh! manequins de arame!

A aristocracia do Império foi denunciada como corrupta, servil e gananciosa, sendo representada em vários poemas como carente de qualidades que justificassem sua distinção e dignidade. Os ataques ao regime eram também dirigidos aos membros da elite imperial, pois eram com ele identificados. Tornava-se impossível desqualificar o primeiro sem implicar a segunda. A simbiose entre coroa e elite estava sujeita às vicissitudes da roda da fortuna: o regime e seus seguidores partilhavam as mesmas (faltas) de qualidades. Os poemas representavam os componentes da elite mais como lacaios e serviçais do que como nobres e aristocratas.

Em agosto de 1889, o descrédito do grupo foi abordado em “Nobreza e fidalguia”.³³³ O excesso de nobres, a subserviência que os marcava e a fraude que teriam se tornado foram destacados:

A realeza, nos salões dourados
Nobreza e fidalguia espalha a rodo,
Ser lacaios do rei e seus criados
De fátuos imbecis é hoje engodo;
No venturoso cortejo todos vergados,
Despem o brio, rojam pelo lodo.

O lodo em que os nobres se arrastam, nos salões dourados da realeza, pode ser interpretado como alusivo à própria Monarquia. Neste caso, a crítica pode ser considerada como indo além da denúncia de que se partilha a mesma decadência. O regime teria atraído para perto de si, na tentativa de criar um grupo de apoio, aqueles que estariam dispostos a apoiar a Coroa, independentemente de seus méritos, contanto que fossem beneficiados. Um governo não virtuoso só obtinha apoio de grupos e pessoas que partilhavam esta mesma qualidade. Por outro lado, a proximidade com uma

³³³890807 Nobreza e Fidalguia. *República Brasileira*.

aristocracia servil e preocupada com seus interesses particulares reforçaria as características negativas da Monarquia.

A aristocracia e seus títulos aparecem no poema de tal modo que não poderiam ser adjetivados como nobreza e fidalguia. A distribuição de títulos teria se tornado uma grande feira, tendo o dinheiro substituído a virtude como justificativa para a nobreza. O comportamento servil dos nobres teria transformado os símbolos da distinção em motivo de escárnio e zombaria.

Do galardão, que a sábia lei primeira
Aos saber, à virtude consagrara
Abriu-se a desprezada, grande feira,
E a riqueza indolente ao peito alçara.
O servilismo, a adulação rasteira
Das fardas no labor a engastara
E agora o prêmio que o valor vestia
Cobrem de apupo, escárnio, zombaria.

No conjunto e em relação aos demais poemas, “Nobreza e fidalguia” pode ser interpretado como integrante da crítica à Coroa. Entretanto, a bem da verdade, se tomada isoladamente, a crítica que veicula pode estar informada por uma perspectiva monarquista. A crítica ao dinheiro – “riqueza indolente” –, como substituto da virtude e do trabalho encrustado nas fardas, pode ser relacionada a uma crítica que reclama o retorno de uma sociedade de ordens, em que os grupos seriam qualitativamente distintos.

“Medonha estação”

Em manifestação precoce, a separação da província paulista foi saudada como o início de um novo tempo em “À província de S. Paulo”.³³⁴ Elevada à condição de vanguarda, “faróis” que guiam “o povo abatido” no combate ao “cesarismo”, deixar o Império seria a realização da tese do Manifesto Republicano: “*Centralização – Desmembramento. Descentralização – Unidade*”.

Os termos usados nas descrições da monarquia e do início da vida sob a república são reveladores da forma como estas estavam sendo representadas. O Brasil, sob o Império, teria fardo e sofrimento:

³³⁴730731 À província de S. Paulo. *A República*. Qualificamos como prematura essa manifestação, pois o separatismo paulista só teria ganhado força e expressão na década de 1880. Lúcio de Mendonça trata da questão em 1884 e publica *A Pátria Paulista* só em 1887. HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. T. II, v. 5. espec. p. 275-279.

E é noite longa e sombria
 Esta fatal agonia
 Que pesa sobre a Nação!

A República,

Essa irmã da caridade!
 Da meiga fraternidade
 Que não se esquece dos seus.

A nova forma de governo seria também a inauguração de uma nova sociedade.

E o Brasil ressurgirá
 Desta medonha estação;
 Emancipada a Nação
 A República virá.

A república, como superação e negação da monarquia, não se ateve à questão da política institucional. Seria a emancipação da Nação, pensada não nos moldes da oposição à metrópole, de contestação do estatuto colonial, mas como conquista de direitos, da liberdade, pelos membros da sociedade, que se tornariam cidadãos no sentido amplo do termo.

O infortúnio a que o povo estaria submetido motivou pedidos para um futuro diferente, como na “Musa do povo”, de 16 de julho de 1877.³³⁵ O poema abre com um “Deus vos guarde”, que a diva musa teria exclamado ao ver a liberdade. Após indicar várias situações em que a expressão “Deus vos guarde” foi usada como saudação ou simplesmente repetida, termina com a estrofe seguinte:

“Deus vos guarde” por toda a eternidade
 Oh musa de Jesus!
 “Rompe o cendal que envolve o triste povo
 Dá-lhe um dia de glória, um dia novo
 À sombra d'uma cruz!

Para o “triste povo”, solicita-se um “dia de glória”, um “dia novo” – é o que nos interessa neste momento. O pedido para um futuro reforça a ideia de um presente de martírio e suplício, o que explicaria a tristeza do povo. Em uma leitura a contrapelo, a súplica por um dia novo e de glória, feita em nome de um povo triste, só vem confirmar quão penoso era o presente no qual o futuro foi desejado.

As referências religiosas na estrofe reproduzida não devem autorizar a conclusão de se tratar de um poema religioso, pelo menos em termos estritos. O poema foi

³³⁵770716 Musa do povo. *Gazeta de Notícias*.

publicado na *coluna* “Musa do povo”, de Octaviano Hudson, autor que mereceu as seguintes palavras quando de sua morte:

Foi compositor tipógrafo, foi pedagogo, foi político, foi jornalista, trabalhando sempre em humilde esfera mas sempre impulsionado pela febre da propaganda em favor de tudo que lhe parecia nobre e grande.³³⁶

A seção “Musa do povo” foi publicada em vários jornais com sátiras e provocações poéticas sobre temas e acontecimentos da política e sociedade do Segundo Reinado. A produção de Hudson na imprensa em nada se aproxima do discurso religioso *stricto sensu*. Sua marca é a crítica política e social, mesmo que mobilize elementos da religião, como nos parece o caso em questão.

“O jugo do infamante despotismo”

Em abril, maio e junho de 1873, um mesmo poema foi publicado por três periódicos diferentes sob dois nomes, apesar de o texto ser o mesmo. A primeira publicação, com que trabalharemos, deu-se na *Revista Acadêmica* com o título de “Aos monarquistas”.³³⁷ As marcas da monarquia como a negação da liberdade, identificando-a com a tirania e com sofrimento do povo, foram reafirmadas. Dirigido aos monarquistas, adverte-os:

Lede, vós outros tão cegos,
As páginas que já vão:
Quanto sangue derramado;
Que nefanda corrupção!
Aqui o plebeu gemendo
A fome, o frio sofrendo;
Ali, – um nobre bebendo
Das orgias no salão!...

A privação da nação que, no poema anterior, beneficiava o rei, neste poema, traduz-se em vantagens para um grupo, a nobreza. Os monarquistas a quem o poema se dirige aparecem como corresponsáveis pelos desmandos e injustiças, já que deles se beneficiam. Pesa contra os monarquistas aquilo que os define como tais, o apoio e defesa que oferecem ao regime injusto e tirânico.

Ah! Que passado tristonho

³³⁶Necrologia. *O Paiz*. Rio de Janeiro. 13 fevereiro 1886. p. 2.

³³⁷730415 Aos monarquistas. *Revista Acadêmica*. Republicado n'A *República* com o título de “A liberdade”, na edição do dia 6 de maio de 1873, páginas 3-4; e novamente republicado com o mesmo título n' *O Brado Nacional*, na edição de 16 de junho de 1873, página 4.

Que a realeza nos traz;
 Mais sombrio do que a morte,
 Mais infeliz, mais falaz...
 E ainda existe no mundo
 Quem dedique amor profundo
 A esse monstro oriundo
 Da mente de Satanás!...

A definição negativa da monarquia foi, assim, argumento para denunciar o rei, seu primeiro e maior beneficiário, e também os nobres. O regime a ser superado, para o bem da nação, deixava de ser apontado como decorrente de um indivíduo coroado. Passava a incluir o grupo que social que o apoiava por ser favorecido pela estrutura injusta.

A monarquia como tirania aparecia, às vezes, como um dado, não carecendo de demonstração ou argumentação que fundamentasse a identificação. A oposição, ou mesmo dicotomia, entre monarquia e liberdade era reafirmada nesses casos.

Não luz o sol da liberdade altivo
 P'ra que a *um senhor* a cerviz dobra;
 Não é livre quem sofre resignado
 O jugo do infamante despotismo.³³⁸

Ser súdito equivalia a se submeter a um jugo, a curvar a coluna e a perder a liberdade, na lógica do poema.

E diz se livre o povo obcecado
 Que, só ele, entre todos que o rodeiam
 No vasto continente americano
 Inda suporta um rei, a monarquia?
 Será livre o Brasil aonde impera
 Um único poder absoluto?!
 Ó mentira, irrisão, ridículo absurdo!!

Duas particularidades do Brasil foram destacadas: ser única monarquia nas Américas e ter só um poder, absoluto por sinal. Duas singularidades que transformavam em mentira a afirmativa de que o povo no Brasil seria livre. A falta de liberdade e o poder absoluto não precisaram ser demonstrados, foram apresentados como dados, axioma, como pressuposto. O poder moderador, que nos artigos dos jornais republicanos aparece como a grande evidência do despotismo, não foi sequer citado. O poema, neste sentido, atacava a legitimidade da coroa não pelo convencimento ou pelo argumento, mas por afirmar uma associação de modo a naturalizá-la.

³³⁸730716 [Sem título]. *A República*

No debate sobre as mudanças eleitorais em 1873, a posição de Pedro II foi alvo de reprovação em a “Grande questão do dia”.³³⁹ Merece atenção o nome da “seção” em que foi publicado o texto, “Piparotes”, ou seja, advertências e pequenas estocadas na forma de versos para provocar os leitores sobre temas importantes. O poema é curto, seis versos, e pelos termos que utiliza merece ser reproduzido integralmente.

Não quer eleição direta
 Nosso rei e com razão
 Pois sua derrota é certa
 Triunfando a ilustração:
 Portanto fique indireta
 Continue a ser mandão.

A derrota certa do rei nas eleições é uma afirmativa fundamental. Ou seja, sua posição de monarca e imperador já se encontraria corroída e poderia ser desnudada por uma eleição direta. A sugestão, presente no poema, de que o poder e/ou prestígio do rei sairia reduzido em uma eleição teria como pressuposto que a aprovação dos cidadãos era importante para manutenção deste poder. Ora, estamos diante de situação em que a existência e importância da opinião pública aparece como assente, como já indicamos por vezes em outros momentos do presente texto. O imperador, mais do que os governos, estaria na sua dependência.

Com a recusa da eleição e conseqüente manutenção do poder real, o monarca continuaria “a ser mandão”. Primeiramente, é importante frisar a presença do verbo *continuar*, indicando a manutenção de uma situação, ou seja, o rei era mandão. Este adjetivo, embora próximo, traz conotações distintas de outros, tais como despótico, tirânico e autoritário. Se estes últimos podem ser descritos como formas do exercício e de organização do poder, o primeiro sugere uma prepotência e arrogância por parte do mandatário. Estaríamos, assim, diante de um comentário que evidencia a perda da sacralidade do imperador, de sua autoridade.

O 7 de Setembro suscitava manifestações antimonárquicas, por ser uma data em que a casa dinástica se apresentava como libertadora do Brasil. Como estava em curso uma empresa que visava corroer sua legitimidade, a efeméride merecia atenção especial dos poetas republicanos.

No poema dedicado à data em 1874,³⁴⁰ a comemoração é posta em questão na

³³⁹730518 Piparotes / Grande questão do dia. *A República*.

³⁴⁰740901 Sete de setembro. *A Idea*.

primeira estrofe: “e a pátria – louca vítima – aplaude seu algoz”, sendo este a monarquia que surge após a independência. A opção monárquica, quando do rompimento com Portugal passa ser tratada como um erro. O Brasil independente surgiu, por conseguinte, sob a égide do equívoco, a monarquia não garantia a liberdade. A responsabilidade por esse pecado original recai sobre Bonifácio Andrada.

Eu perdoo teu erro, ó sábio e grande Andrada,
 porque do pátrio amor a flâmula sagrada
 guiou eu pensamento, encheu teu coração,
 (...)

 Mas tu erraste o alvo o dia que quiseste
 povo e Imperador cobrir co'a mesma veste,
 fugindo da anarquia ao vórtice... talvez...
 Lançaste o teu país (fatal, cruel provança!)
 às mãos reais, febris de atônita criança,
 que ungira o despotismo em sangue português.

Não há a condenação do autor mas do ato. Os nobres móveis relevariam o resultado funesto. A ideia que nos interessa é a impossibilidade de cobrir povo e Imperador “com a mesma veste”, a sugestão de serem incompatíveis. A coexistência era impraticável pois

que deixa o livre arbítrio aos pés da monarquia,
 a filha régia, vil que mata o que gerou.

O investimento na desconstrução do 7 de Setembro como o início da liberdade do Brasil trabalha no sentido de apontar o equívoco das comemorações.³⁴¹ No entanto, temos aqui não a presença do erro, mas da mentira. O ataque nos parece mais direto. Não há o que comemorar, pois os discursos e as falas sobre esse dia se reduziram a mentiras que visavam ludibriar o povo.

Ouvem-se gritos na praça
 mentindo aos povos altivos!...
 – Quebrar os ferros, cativos
 repetem falsos sicários!...
 Mentira! no diadema
 falsário rei traz o lema
 de nossa servidão!
 Sinistra a face dos nobres
 sobre nós, míseros pobres,
 derrama frouxo clarão!

A crítica à concentração do poder nas mãos do rei aparece em expressões como

³⁴¹740915 Sete de setembro. *Labaro Academico*.

“semi-deus-elástico”.³⁴² Em poema que advertia sobre os riscos da centralização do poder monárquico, o rei foi chamado de “supremo general”.³⁴³ Versos simulando serem declarações suas assumiam uma convicção no poder supremo do monarca: “Minha vontade é lei”, “meu régio capricho é lei” e “sou eu orçamento e lei”. Embora isolados do poema, esses versos reafirmam a incriminação da monarquia como despótica.

No dia 16 de junho de 1877, um anúncio da Marinha convidava os interessados em fornecer itens para o hospital durante o segundo semestre a enviarem suas propostas até o dia 19.³⁴⁴ Entre os itens a serem contratados, constava “raspadeira de cabo de osso”. O anúncio serviu de mote ao poema “Raspadeira de osso”, publicado no dia seguinte.³⁴⁵ A contradição entre a condenação da raspadeira de osso pelo Código do Comércio e o anúncio da Marinha foi explorado em tom jocoso. Interessam-nos os versos da terceira estrofe:

Eu julguei que o artigo desse *Código*
Tinha uso geral
Mas enganei-me, oh céus, não é verdade,
Para *raspar* há plena liberdade,
À sombra imperial!

A proibição do Código não valeria para a Marinha, pois estaria autorizada pelo Imperador. A lei não se aplicaria aos que estão à sua sombra. A ligação com o monarca, mesmo que tênue, permitiria que o preceito legal não fosse observado. Ainda que indiretamente, estamos diante da crítica que destaca que a lei não seria aplicada igualmente a todos. O Imperador e aqueles que agem a seu comando poderiam desrespeitá-la. Ou seja, estaríamos diante de um poder que não acataria as regras de direito, portanto, despótico.

O Império como sendo tirania foi reafirmado no poema dirigido ao povo com o significativo título de “*Ave populus*”.³⁴⁶ O poema é composto de cinco décimas, sendo as quatro primeiras questionamentos e a última, uma afirmação. As interrogações podem ser consideradas como recursos para destacar o que se pretende denunciar. Logo no início, o enunciador se coloca a questão sobre seu canto e sobre o

³⁴²750901 Farsa sobre farsa. *A Idea*.

³⁴³760111 As derrubadas de El-Rei. *A Bibliotheca dos Bonds*.

³⁴⁴*O Globo*. 16 junho 1877. p. 3

³⁴⁵770617 Raspadeira de osso. *O Globo*.

³⁴⁶770825 *Ave populus*. *O Progresso*.

Que dizer da vida,
Por mim descrida[?].³⁴⁷

Na sequência, o despotismo é destacado e a reação do povo, problematizada. À tirania que o oprime, o povo se submete ou resiste?

Viste, quão tacanha,
Mísera, a façanha
Do vil despotismo;
Com o tiranismo
Oprime este povo?
E curvas, romano,
Sob o trono e o dano
D'um cetro mesquinho;
Ou provas vizinho
Dos Tupis o renovo?

A dúvida sobre a reação do povo adquire sentido com a décima que aponta sua passividade. A aceitação da tirania resultaria do esquecimento dos ideais herdados das lutas passadas e do equívoco de acreditar que o passado (a fortuna das crenças herdadas) pertence ao déspota.

Em silêncio apanhas
Bordoadas tamanhas!
Sofrendo, não pensas
Esquecer as crenças,
Intactas herdadas?
Cordeiros julgais,
Que fortunas tais,
Ao César pertence,
Que, déspota vence
As faltas passadas?

As interdições que o tirano impõe controlam e constroem as ações dos indivíduos. A crítica ao governo despótico aparece com a indicação de como a vida das pessoas é afetada. Não se trata de uma questão de política institucional, de preceitos de teoria política. A forma como o assunto é apresentado transformaria os desmandos do poder em um problema que atingia as pessoas comuns, produzindo “um povo sem mente”.

É culpa – o pensar –
Crime, se falar;
No ler – a rotina,
Domina a batina

³⁴⁷A primeira parte do poema é claramente uma questão que o enunciador se coloca. No entanto, há um problema com a pontuação, falta uma interrogação final. O verso final que encerra a frase traz uma exclamação.

Em covarde plateia!

A tirania não se restringe a controlar o que se pensa e se fala no presente. Busca também interferir na memória e controlar a história das “crenças passadas”:

Mais tarde os vindouros
 Nos pedindo os louros
 Em seu nome e glória:
 – Nas laudas da História:
Infame epopeia –

Desse modo, nota-se que a tirania do presente tenta controlar as lembranças do passado.

Até este momento da tese, os poemas focalizados defendem ser o Império uma tirania, destacando seus efeitos práticos tanto na política institucional quanto na vida das pessoas. Notar-se-á, a partir de agora, um leve deslocamento na abordagem da Monarquia como tirania. O foco deixa de ser as dinâmicas da política do presente e recai no início ou instauração do Império.

O poema sobre Tiradentes, publicado no periódico homônimo em 1883,³⁴⁸ fala em origem criminosa dos reis e das dinastias. Como monarquia equivale a tirania, a origem desta também se encontra no crime. Uma observação se faz necessária. Os versos e o periódico fazem parte de uma grande empresa para resgatar e promover o culto a Tiradentes como mártir e precursor da república, como indicaremos adiante. O jornal foi publicado na cidade do Rio de Janeiro, ao longo das décadas de 1880 e 1890, sempre no dia 21 de abril. Essas condições de enunciação conferem especificidade aos artigos e poemas veiculados em suas páginas. Todos giravam em torno do personagem e do objetivo declarado. No entanto, parte dos poemas ali publicados expressa a contestação à monarquia na chave em que estamos trabalhando. No poema em questão, encontramos elementos que indicam e corroboram as representações da monarquia como tirania.

No poema, um “grande criminoso” espreita à noite o lar do cidadão. Aguarda a aplicação de um “código demente” e se enche de entusiasmo, com as “perversões do crânio de um gorila”, quando um condenado é posto ao seu alcance. “Pois bem chegou a minha hora...”, declara.

De um salto vence, esmaga, e o passo triunfante

³⁴⁸830421 Tiradentes [2]. *Tiradentes*.

Assenta ao coração do povo agonizante.

Eis a origem cruel dos reis, das dinastias!
 Agita a escuridão as cortinas sombrias,
 Sacode à claridade as serras da poeira,
 E enquanto fecha o povo os olhos na cegueira,
 Silva um laço no ar... o estrangulador!

Além da atribuição da origem criminosa, a monarquia foi associada às trevas, tanto pela escuridão que agita, quanto pela cegueira do povo. Do mesmo modo, a passagem a vincula à violência ou coação física, seja quando esmaga na vitória ou quando “silva o laço”. Não houve desenvolvimento das ideias, nem detalhamento das relações, mas a associação foi feita.

O passo seguinte consistirá em tratar o monarca, independentemente do título que carrega ou de como o recebeu, como equivalente a tirano.

Sagrado, coroado, um rei ou imperador,
 Da noite para o dia aparece na terra!
 Em toda a parte lavra a tirania – a guerra!
 A paz é uma tormenta, um pesadelo, o espectro
 Que aterroriza a espada e empalidece o cetro!
 A calma não convém! Devassidão ou morte!
 A galé um é princípio; e a unha do mais forte
 Enterra-se no corpo anêmico das massas!

Três noções estão sendo afirmadas nesta passagem. A primeira é que a tirania precisaria da guerra para sua sobrevivência como tal, a paz a enfraqueceria. A segunda é que a dilatação, para não dizer depravação, dos costumes lhe é vital. Sua divisa, em uma possível referência ao Grito do Ipiranga, seria “devassidão ou morte!” Depravação e guerra, no entanto, podem ser condições necessárias à manutenção da tirania, mas não seriam suficientes. A terceira e última ideia diz respeito à repressão que exerce sobre o povo fragilizado.

A repressão, por deplorável que seja, corresponde a uma esperança, pois só se faz necessária onde há resistência. A tirania não alcança estabilidade que lhe garanta longevidade. É constantemente colocada em xeque. Portanto, a luta pela liberdade é possível e imperiosa.

Da calma se levanta um valente adversário
 Que faz voar em fumo o pano do cenário
 Rubras decorações da peça condenada...
 É da razão a luz, a lâmina sagrada!

O par monarquia e tirania estava de tal modo difundido que aparecia em momentos improváveis. Em 1883, n'*O Novo Conservador*, foi publicado um poema que alertava sobre os riscos, para a monarquia, que representavam os liberais no poder.³⁴⁹ O momento parecia oportuno, pois a publicação coincidia com o fim do gabinete Paranaguá. O poema conclamava o Imperador a expurgar do governo “esses vermes que o corroem”. Jornal e poema eram explicitamente monarquistas e contrários ao partido liberal. Tudo isto não impediu que, na sua epígrafe, extraída de “Ao Brasil”,³⁵⁰ a tirania fosse denunciada.

A descrição negativa do Império apareceu quando da comparação da História do Brasil com a da Argentina, presente em “*Justicia, Verdad y Patria*”, publicado em maio de 1888 e dedicado “ao povo argentino”. Longo elogio aos argentinos, que resistiram à tirania quando das lutas pela independência, ocupa a primeira parte.

Povo! chegou-te aos lábios o destino
De amarguras as taças mais cruentas,
Mas, rolaram no chão despedaçadas
Por teu pulso latino!
Das procelosas crises lutulentas
Entre as conturbações ensaguentadas,
Sempre viril em face dos tiranos,
Na conquista de tua liberdade,
Meteste, a suspender a tempestade,
Ombros americanos!

A História argentina e sua conquista da liberdade servem de contraponto ao que teria ocorrido no Brasil. O desenho de um quadro desalentador da vida sob a Monarquia ocupa toda a segunda parte do poema, sendo o sujeito poético a primeira pessoa do plural.

Enquanto no país do Prata tivemos “ombros americanos”, aqui tínhamos “espectros aterrados”.

Agora, nós. Espectros aterrados,
Dentro de um valo escuro, condenados,
Cada um de nós o seu momento espera
De ir honrar o banquete imperial,
No entanto, *Oitenta e nove* nos dissera
Como devera estrangular-se a fera,
Despedaçar-lhe o salto imperial.

A condenação, entendida como privação, aparece junto à referência à Revolução

³⁴⁹830525 Ao Imperador. *O Novo Conservador*.

³⁵⁰790628 Ao Brasil. *Aspiração Nacional*.

Francesa. A adversativa entre as duas ideias nos permite falar que a condenação resultou do não uso da experiência de 89. O “valo escuro” em que nos encontrávamos seria resultado da omissão ou de não ter sido aproveitada a oportunidade para estrangular a fera imperial.

As estrofes seguintes autorizam esta interpretação. Nelas, por duas vezes, somos chamados de “fracos”. Na primeira metade do século, perdemos três oportunidades de conquistar a liberdade, ou seja, recusar a monarquia: 1817, 1824 e 1835. Na síntese traçada, após perdermos a primeira possibilidade, teríamos inviabilizado o aproveitamento das demais.

Fracos! a voz de *Dezessete* ouvimos
E, temerosos, para trás seguimos,
Fomos beijar as púrpuras de um trono,
Arrastando no lodo um corpo vil!
E, dos clarins de *Vinte e quatro* ao entono
Dormimos da miséria um podre sono,
Um sono estrepitoso de... imbecil!

Fracos! de *Trinta e cinco* o santo grito
Nos encontrou nas fumas do precito,
Sem leves sombras de um sentir humano
Tendo a lama em lugar de um coração!

O receio e consequente recuo diante da Revolução Pernambucana nos teria levado ao podre sono em que nos encontraram os clarins da Confederação do Equador. Teria nos encontrado com “lama em lugar de um coração” o “santo grito” da Farroupilha. Assim, perdemos os “corcéis do Progresso Americano”, tornamo-nos “um povo quase morto e frio”, com a “monarquia para nos devorar”. Nossa dor só é aliviada quando a Monarquia “nos atira um barço no pescoço” e um de nós sobe do “inferno para a luz”. As condições em que teríamos nos deixado enredar são tão adversas que a morte tornou-se alívio, pois cessa o sofrimento. Sob a Monarquia, somos

Vergastados sem dó, cruelmente,
Preso à corda como mansa ovelha,
Com a marca – *imperial* – a ferro quente.

A terceira e última parte trata brevemente da possibilidade e esperança de reversão do quadro. Por influência e estímulo de “americanas almas”,

Recebamos d'América o batismo!

Depois... travada a nobre luta humana

Da conquista de nossa liberdade
 Com as explosões da força mexicana,
 Seria viso na moderna idade
 Falarem entre si dois povos grandes
 Como o Amazonas falaria aos Andes!

Alguns comentários se fazem necessários. Se o poema constitui um ataque frontal à Monarquia, ponto pacífico no nosso entendimento, é também uma defesa de uma solidariedade e especificidade da América. O adjetivo “americano” foi usado como significando, mais do que uma referência geográfica, uma alusão à liberdade e à república. Novamente, encontramos aqui um eco do Manifesto de 1870, América e Monarquia seriam realidades antagônicas.

O segundo ponto diz respeito à data em que o poema foi publicado, 15 dias após a abolição. A mobilização popular e os festejos em torno da aprovação da lei e sua capitalização política pela Regente trouxeram um alento ao Império.³⁵¹ Este pôde se apresentar como acatando a opinião pública, bem como capaz de promover reformas modernizadoras. O perigo de um Terceiro Reinado começava a ser vislumbrado e temido.³⁵² Não encontramos no poema referências ou alusão ao 13 de Maio, omissão ou ausência que, mesmo sem ser esclarecida, merece ser destacada.

“Terrível noite”

No longo poema “*Terribilis nox!*”, a guerra com o Paraguai e o sequestro da liberdade sob o Império são apresentados como parte de uma longa noite sombria.³⁵³ O poema é dividido em quatro partes, a saber: I, *Prima verba*; II, O Prata; III, O Império; IV, Pesadelo; V, Vítimas e algozes; e VI, *Ultima verba*, algumas das quais traziam epígrafes. Ao longo do desenvolvimento, encontramos passagens que reforçam a convicção de que havia um processo de desqualificação do Império como governo.

³⁵¹Sobre as festas que marcaram a semana de 13 a 20 de maio de 1888, ver: PIMENTEL, T. V. C. *et al.* As festas da igualdade. In: MIRANDA, J. A. *et al.* *Maio de 1888 — Poesias distribuídas ao povo*, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888. Rio de Janeiro: ABL: 1999. Sobre os ganhos políticos da monarquia, ver: MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007, p. 190-194.

³⁵²“Os 50 anos de um reinado meticoloso, estéril e suspeito que se fecha com a libertação dos escravos, ideia vitoriosa por ser de vontade nacional, mas arteiramente realizada para servir de ocasião de pedestal ao trono da nova soberana, é o início de uma fase nova”. Manifesto do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888. In: PESSOA, Reynaldo C. *A Idéia Republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973. p. 97. “O 13 de maio, decretado com efeito, sob o gabinete João Alfredo, permite estabelecer-se um armistício entre a Coroa e os que batem contra o ‘emperro’ do regime. Passados, porém, os aplausos diante desse ato, voltou logo à tona o medo do reinado de Isabel I e do Conde d’Eu (...)” HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. T. II, v. 5, p. 353.

³⁵³740801 *Terribilis nox! A Idea*.

A primeira parte consiste em um chamamento ao poeta cidadão para que saia da indiferença, “mais do que nunca hoje é crime”, e ocupe posto de combate.

[...] “A pátria anseia!
 Porque fugir ao ermo, se ele pede
 o óbulo d'uma ideia?
 O abutre do poder o espaço mede,
 e sobre o peito do Brasil que dorme
 aguça noite e dia a garra informe!

Na convocação ao poeta, transparece uma ameaça eminente sobre o Brasil. Perigo representado pelo “abutre do poder”, possível alusão ao símbolo usual da realeza, a águia.

Na segunda parte, o rio da Prata lamenta a incursão do governo brasileiro na região. Atribui à ambição e ao despotismo o ataque brasileiro às suas margens, que representariam o oposto do que sonharam Washington e Bolívar.

Vergonha! Ao despotismo
 que voraz se insinua e se desdobra
 acaso, do civismo
 legar quereis a vossa maior obra,
 forjar-me mil cadeias?
 Filhos! que pretendeis. Ah! sonho horrível
 perturba-me as ideias!
 Tanta ambição em vós será possível!

O “abutre do poder”, se ameaça o Brasil, causa dano ao Prata. É interessante notar a inversão, em relação aos poemas dedicados aos Voluntários da Pátria, do lugar atribuído a essa guerra. Os voluntários foram saudados como defensores do Brasil e a guerra apresentada como o restabelecimento da liberdade na região.³⁵⁴ O Império mais uma vez aparece como incompatível com as Américas, o que foi reafirmado na interpelação aos dois libertadores do continente.

A liberdade em torno da qual o Brasil construiu sua história e que foi abandonada, vilipendiada, encarcerada pela monarquia, é o tema da terceira parte, “O Império”. O militarismo e belicismo da monarquia, como forma de ostentação da realeza, e o impacto sobre a nação são denunciados na abertura:

Armas! mais armas! Redobrai a força
 dos fervidos vulcões!
 Que importa que a nação se esgote e estorça,

³⁵⁴700225 [Sem título]. *A Reforma*; 700226 À Chegada dos voluntários da pátria, em fevereiro de 1870. *A Reforma*; 700322 Saudação. *A Reforma*.

se é preciso ostentar as realzas
nas bocas dos canhões?

A monarquia não só desviou o Brasil de sua trajetória, como provocou sua decadência. A esperança de glória, que nasceu com a vitória sobre a “ambição torpe” no 7 de Abril de 1831, passou como um sonho. O Brasil,

nos capachos do rei hoje arquejante,
aberta a fauce, a garra recortada,
dobras-te cortesão,
a língua estendida e desbotada,
o olhar de fogo incerto e vacilante
aos lustres do salão!!

Isto porque “o Império nos mata e nos corrompe”, afirma, e também nos onera.

Quanto nos é pesada a majestade
como cara nos é sua grande imagem,
seu áureo pedestal.

Ao final, o Império é amaldiçoado diante da possibilidade de nova “tempestade”, que exigia o sangue de mais brasileiros: “Quer mais sangue? pois sangue seus ministros!...”

Em “O pesadelo”, parte IV,

O gênio guarani ergue-se, clama,
e de Humaitá as derrubadas torres,
contemplando em delírio, então exclama:

Seguem-se versos nos quais a guerra, sua barbárie e o “mar de sangue” que produz perdem sua dimensão heroica. À batalha – “infâmia, fratricida intento” –, sucedem “os mortos [que] surgem ao clarão da lua”.

A comemoração da vitória pela “multidão servil de conselheiros”, que dão hurras ao grão senhor, é tratada na parte V, “Vítimas e algozes”. Os festejos e brindes são interrompidos por “alguém que não fora convidado”,

são vossas legiões pálidas, mortas
à fúria do revel!

E os espectros em marcha entram nas salas
os membros rotos aos furor das balas!

Ó revés! ó lição!
Em cada órbita nua a ira aviva
fulgor estranho que ao través cintila:
“Fidalgos dai lugar a este conviva!”

E uma sombra faminta, passa, oscila!
A sombra da nação!!...

A guerra que sobrecarrega a nação e trai o sonho de liberdade na América revela sua face injusta. Enquanto os conselheiros e seu senhor festejam a vitória, os que estiveram no campo de batalha, como voluntários da pátria, aparecem imolados e famintos. Traídos e desprezados, trazem sua ira aos salões da corte e consigo mesmos a sombra da nação.

O discurso sobre a guerra foi subvertido, se comparado àquele que a seguiu imediatamente. Não teria sido um momento de glória da pátria e de seus defensores, mas um delírio imperial contra a liberdade, que trouxe imenso ônus à nação. É interessante que, nessa chave, o ex-combatente não chega a ser um herói, mas aparece como um injustiçado e abandonado, que teria motivos para um acerto de contas com a monarquia. O descontentamento do ex-combatente após o término da guerra contribui para a construção da ideologia do soldado-cidadão em oposição aos casacas.³⁵⁵

Na “*Ultima verba*”, parte VI, o poeta, sensibilizado com o sofrimento da pátria, pede que receba seu canto no “coração fraternal”. Termina o poema anunciando um novo tempo de liberdade e felicidade para a nação.

Ânimo! Firme! Meu povo!
A liberdade já vejo
te oferecer consórcio novo,
trazendo eterna n'um beijo
a vida e a honra a sorrir!

(...)
Galga, pátria a serra,
que esta pálida agonia
certo um dia findará!
Em minh'alma já se acende
entusiasmo radiante.
O sol que em Boston esplende
fulgirá também ovante
do Rio Grande ao Pará.

O longo poema consiste em um investimento na desqualificação da legitimidade

³⁵⁵Ver o poema 780917 Canto do veterano. *Diário da Tarde*; OTTONI, C. B. *O advento da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1890., espec. a 3ª Parte. “Depois da guerra do Paraguai, este sentimento de distinção de classe se intensificou ainda mais e repassou-se mesmo de um certo sentimento de superioridade. Então, os militares, vindos das duras provações da guerra, sentiam-se como que purificados pela grandeza e pela heroicidade da obra realizada – e tudo isto lhes dava uma arrogante convicção de serem superiores a nós outros, amolentados sibaritas de casaca, pela moralidade, pela austeridade, pela abnegação, como pela simplicidade e pobreza de seu viver”. VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006, p. 117.

monárquica. O Império é denunciado como atentatório à liberdade da nação e do continente americano. Por conseguinte, pratica uma dupla traição à história, daqueles que defenderam seus direitos em 1831 e dos que empreenderam as lutas de libertação do Novo Mundo. A guerra no Prata foi tratada em termos de expansão do despotismo e sacrifício da nação. O governo do Brasil em nada aparece como defensável. É desenhado como tendo as marcas do arbítrio, do abuso e da exploração. Sua substituição fica assim não só autorizada, mas se torna um ato de justiça para constituir um novo pacto e restabelecer a liberdade perdida.

Na produção que buscava evidenciar as razões pelas quais a monarquia não deveria permanecer, há um sem número que resgatou as lutas do passado, identificando-as com a luta contra o Império. Como se pôde notar, interessaram-nos as descrições negativas da sociedade e da política do Brasil na segunda metade do século XIX.

“Não mais do povo os gemidos”

Nos periódicos pesquisados, encontramos poemas que desqualificavam e denunciavam a monarquia, mobilizando argumentos os mais diferentes. A crítica ao instituído, ao existente, mereceu maior atenção, trabalho e produção dos poetas do que o detalhamento da República futura. Pressupunha-se ser esta o governo da virtude, da liberdade, da justiça, da moral pública e da democracia, ou seja, tudo aquilo que o Império não era. No entanto, poucos poemas são explícitos neste sentido. Que a república seria um ganho e avanço para a sociedade brasileira, todos parecem concordar, mas há um silêncio intrigante sobre como e o quê seria exatamente este novo governo.

O poema “República” tangencia essa questão.³⁵⁶ O título é enganoso, pois dedica mais tempo a imaginar a chegada da república do que a explicar suas qualidades. O pouco que caminha nesse sentido o faz pela negativa, ou seja, apresentando-a como o oposto da monarquia.

A República aparece como o momento de acerto de contas do povo ultrajado, momento em que se vingará da tirania. Assim, aparece em um trecho:

Hoje... amanhã... mais um dia
O trono da tirania
Deve rolar-nos aos pés,

³⁵⁶750820 Republica. *Brazil Americano*.

Em outro,

Tremei, tiranos! É tempo
Da terrível expiação,
(...)
Tremei, tiranos! Que o trono
Tremar já deve talvez,
Que a nossos pés rolar hão de
Vossas coroas de rei!...

Quando não houver mais reis, ou seja, com a república,

Não mais do povo os gemidos
Devem bater contra os céus...
Já vemos torcer em ânsias
O corvo dos Prometeus!...

Nessa passagem, afirma-se explicitamente o que parecia lógico: a república será o fim dos sofrimentos causados pela monarquia. Nesse sentido, a república aparece menos como forma de governo e mais como um momento futuro, em que o povo não estaria sujeito à penúria.

Quase um mês após a Proclamação, o jornal *República Brasileira* publicou o poema “Avante”,³⁵⁷ que havia sido escrito em janeiro de 1888. Mesmo com a República já instituída, a tônica do poema ainda age no sentido de desqualificar a Monarquia, chamada de boçal. Apresenta-a como um governo “que nos suga e atrofia”, cujo objetivo fundamental seria “abater nossa soberania”. Os poucos versos dedicados ao novo governo afirmam valores e princípios como sendo evidentes. Junto do combate à tirania:

Há também outro querer
De ordem primordial;
– Ao lado da liberdade,
Instalar a igualdade,
É um supremo ideal.

O poema fora escrito em 1888, mas publicado em dezembro de 1889. Mesmo que tenha uma motivação “arqueológica”, a julgar pela nota que o antecedeu, interessa-nos destacar que repete o padrão da campanha. A Monarquia é vil, tirânica, espúria, despótica, um “pólipo danado”, e comandada por um “régio caudilho”. A República, por oposição, seria seu contrário, o governo da virtude, da honradez, do interesse público, orientada pelo princípio da liberdade, ao que o poema acrescenta a igualdade.

³⁵⁷891212 Avante. *Republica Brasileira*.

O que nos chama a atenção é que não houve detalhamento do que seria esse governo virtuoso quando o povo recuperasse o que lhe pertencia por direito, a soberania e a liberdade. Não se pouparam tinta, papel, versos e adjetivos na crítica ao Império e pouco se dedicou a explicar como seria o novo governo. A campanha foi marcada, desta feita, por uma agenda negativa, que permite afirmar que foi mais antimonárquica que republicana – no que, aparentemente, foram bem sucedidos, afinal, ninguém foi às ruas para defender o monarca, o que pode ser interpretado como perda da legitimidade do poder.

A monarquia foi constantemente acusada de não possuir ou respeitar os valores nomeados como corretos e justos. Nos textos, os termos e a forma como liberdade, justiça, direito, entre outros, deixavam transparecer sua positividade, como se fossem autoexplicativos. Aparentemente, não havia a necessidade nem de defender a superioridade dessas ideias, nem de explicitar em que consistiam. Foram apresentadas como dados transcendentais que as pessoas razoáveis e justas deveriam seguir e defender.

Os republicanos (ou antimonarquistas) apresentam a república como a forma coerente com os direitos naturais que precedem, e deveriam informar, a organização social, procedimento este que tem como desdobramento a desnaturalização da monarquia. Ao mesmo tempo apresentam a monarquia como o contrário e negação da ordem natural e da evolução histórica. Temos, assim, um esforço no sentido da desconstrução da legitimidade monárquica e da apresentação da república como legítima e justa. A república seria a negação da monarquia, seria o regime justo, democrático e virtuoso. Enquanto a persistência do Império só traria males para o Brasil, a implantação da república seria seu ingresso na modernidade, na senda do progresso e da regeneração moral.

No que tange à República, devemos destacar que esta era apresentada como um imperativo, com base em duas linhas de argumentos. A primeira era que esta forma de governo correspondia às práticas e aos valores fundamentais em uma sociedade, tais como justiça, direito, liberdade, felicidade. A leitura dos poemas sugere que República e sociedade seriam, se não sinônimos, formas equivalentes de nomear a mesma substância. Isto porque uma sociedade na qual faltassem aqueles valores republicanos seria uma forma incompleta de sociedade, pois não se prestaria a garantir a finalidade da

vida coletiva. A segunda linha de argumentação apresenta a República como o governo do povo.

A soberania seria, na República, retornada a quem de direito: o povo. Esta mudança implicaria o fim do arbítrio e do privilégio característicos da Monarquia. No entanto, subsistem alguns problemas nessa proposição. Na primeira parte da equação, a ambiguidade de *povo*, pelas distintas noções associadas a este vocábulo, é o primeiro. Por *povo*, podemos entender o conjunto dos habitantes de um território ou dos membros de uma cidade (*civitas* ou *polis*). Na segunda hipótese, a ênfase é deslocada da qualidade dos indivíduos que o compõem e recai na relação que pode ser estabelecida com a *civitas*. Em Roma, havia o *populus*, composto por patrícios que participavam da gestão dos negócios públicos, e a *plebe*, que estava excluída do jogo político. Havia e há, então, duas noções de povo, em função da associação existente entre os atributos de propriedade e de nascimento e o exercício da política. Essa associação foi parcialmente reafirmada pelo liberalismo, que associava a pobreza à imperfeição moral dos indivíduos e à falta de talento.³⁵⁸ No século XIX, os estudos sobre a psicologia das multidões realimentaram a visão negativa do povo ao destacar sua falta de racionalidade.³⁵⁹ Portanto, *povo* carrega uma visão pejorativa sobre a parcela pobre da população, sendo equivalente a populacho, ralé, arraia-miúda, desclassificados, classes perigosas, multidão, massa e malta. Há toda uma história que identificava povo e pobreza com incapacidade (moral, intelectual e econômica), ameaça e/ou caos.

A equação passava, em primeiro lugar, então, por reconstruir a ideia de *povo*, definindo o que era ou quem o constituía. Quando os poemas eram escritos ou falados, lidos ou ouvidos, o que se entendia por *povo*? O conjunto imaginário dos brasileiros representado pelo índio nos desenhos de D'Agostini na *Revista Ilustrada*? Os homens razoáveis, de posses, diplomas e pele branca? Ou a população carioca, composta de negros, mulatos, pobres, capoeiras, malandros, que podia ser observada da janela das redações ou do bonde? Em segundo lugar, forjava uma nova imagem capaz de apresentá-lo como virtuoso. Fazia-se necessário depurá-lo de toda a carga negativa que sempre lhe foi associada e pintá-lo com novas cores e atributos. Assim, o povo concreto,

³⁵⁸MACPHERSON, C. B. *A Teoria Política do individualismo possessivo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979; HOBBSAWM, Eric J. A carreira aberta ao talento. In: _____. *A Era da Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³⁵⁹Ver, por exemplo, LE BON, Gustave. *Psicologia de las Multitudes*. Buenos Aires: Albatros, 1952; e TARDE, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

a plebe rude, o pobre das ruas, foi dissociado do povo soberano, idealizado e virtuoso. Enquanto este oferecia toda a legitimidade para ação, reserva moral última, aquele aparecia como algo a ser corrigido, formado e educado, ambiguidade que irá marcar o discurso republicano: ao surgir como porta-voz do povo, como falando em seu nome, retira-lhe a autonomia, a iniciativa e não lhe reconhece a capacidade de decisão.

Uma segunda questão pode ser colocada nos seguintes termos: como estabelecer essa identidade entre projeto político republicano e *povo*? Nos poemas, o *povo*, por ser depositário da soberania, parece-nos corresponder a uma abstração próxima à vontade geral. “A soberania é indivisível pela mesma razão que é inalienável, pois a vontade ou é geral, ou não o é; ou é do corpo do povo, ou somente de uma parte”.³⁶⁰ É em nome de uma coletividade, apresentada no singular, que se fala e que a mudança é defendida. Esse coletivo aparece como fundamento último do poder, como capaz de conferir legitimidade à proposta política republicana. *Povo* é uma ideia poderosa, que corresponde a todos e a ninguém, não se reduz à soma dos indivíduos. A questão operacional de enorme dificuldade é como, com base em quê e em quais indicadores pode-se dizer que o povo concorda, quer ou aceita este ou aquele governo ou regime. Durante a Revolução Francesa, a questão da representação e da soberania alimentou muita discussão e debate,³⁶¹ nos quais se tentou equacionar esta operação. Unidade e indivisibilidade da vontade geral,³⁶² consentimento de todos, soberania nacional, soberania popular ou vontade da maioria³⁶³ foram diferentes propostas para viabilizar um governo que pudesse se apresentar como sendo do povo. A princípio, essa entidade sugere mais uma qualidade do que uma quantidade, não equivaleria à ideia de maioria, não seria quantificável. Lembremos que, tal como a *vontade geral*, povo também é um indivíduo coletivo.

A República é apresentada como forma de organização social justa e ideal, baseada na igualdade e na liberdade; aparece como panaceia para todos os males e, muitas vezes, como sinônimo de democracia. Assim, é contraposta às formas “tirânicas” do poder, entendendo-se por estas todas as formas de monarquias, no sentido

³⁶⁰ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político. *Rousseau*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 45.

³⁶¹BAKER, Keith Michael. Soberania. In: FURET, F. & OZOUF, M. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989; RAYNAUD, Philippe. Democracia. In: FURET, F. & OZOUF, M. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

³⁶²ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática/Brasília: Unb, 1988. p. 60-61.

³⁶³SIEYÈS, Emmanuel Joseph. O que é o Terceiro Estado? In: BASTOS, A. W. (org.) *A Constituinte Burguesa – Qu'est-ce que le Tiers État?* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

etimológico da palavra. Ou seja, o poder de todos (República) é contraposto ao poder de um só (Monarquia). Nos poemas, todas as formas monárquicas são tratadas como tirânicas, não havendo gradação nem distinções entre autocracia, monarquia, reino, realeza, império, presença ou ausência de Constituição e/ou Parlamento. Todas as coroas são jogadas na vala comum do arbítrio e do despotismo.

A República sempre é apresentada como um porvir, o futuro que nos aguarda e que devemos alcançar. No entanto, esse futuro é justificado não pelo que é, mas pelo que não é, ou seja, a Monarquia, o arbítrio, a tirania, o privilégio. Nesse caso, não seria a República que nos puxaria em direção a um futuro promissor, mas a Monarquia que nos empurraria ao seu encontro. Como o *Angelus Novus*, de Klee, na já citada leitura de Walter Benjamin, a tempestade que sopra do passado é que nos arremessa ao futuro. Por outro lado, o que se pretende é o rompimento com o presente, o porvir é valorizado por ser o que é – o porvir. Essa busca do futuro, apresentado sempre como positividade e conquista, como realização do progresso, é um dos componentes da modernidade.³⁶⁴ A consciência da ruptura com um passado do qual se busca um distanciamento autorizava a busca pela novidade, tida sempre como um ganho, bem como o rompimento do mundo social com o natural e a disposição em agir no sentido de acelerar o tempo e antecipar o futuro. Antiguidade e tradição deixavam de justificar a manutenção e a permanência para, pelo contrário, fundamentar a ruptura, a mudança. “Sempre foi assim, por isso deve continuar” foi substituído por “sempre foi assim, por isso deve mudar”.

O discurso a favor da República tornava-se uma afirmação de valores e práticas (justiça, liberdade, igualdade), de uma finalidade (sua implementação) e de uma afinidade (com a vontade do povo). A campanha republicana, através dos poemas, evitava assim a definição e detalhamento da proposta da nova organização social e/ou política. Valores, finalidade e povo apareciam como um tripé de sustentação da República.

O tratamento dado à democracia não chega a ser uma definição, o que não caberia em um poema. No entanto, há um jogo de palavras/ideias que a vincula e a associa a valores positivos como igualdade, justiça, racionalidade, direito, liberdade (livre exame) e soberania popular (consenso unânime da vontade popular). Por

³⁶⁴BERMANN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986. p. 15.

consequente, a negação da democracia, ou sua inexistência, seria a vigência do oposto desses valores e/ou princípios.

Isto posto, pensamos que os poemas analisados dão a ver as questões expostas, funcionando como grande palco de discussão e, mais ainda, de configuração da sociedade como é desejada.

IV. Economia do tempo histórico

A desqualificação da monarquia e consequente qualificação da república com base nas associações e dissociações dessas com a liberdade e com a ordem dos direitos naturais podem produzir releituras e outras formas de pensar a História do Brasil. Surge, assim, um conjunto de poemas que trata do que chamaremos de *a economia do tempo histórico*. Os poemas sugerem, ou permitem vislumbrar, uma periodização da História do Brasil que tenha reforçado a identificação da monarquia com a tirania e tenha permitido que seus críticos se apresentassem como defensores da liberdade.

Na construção dessa economia, o 7 de Setembro se tornou o acontecimento tomado como referência e que possibilitou estabelecer uma relação entre monarquia e liberdade. Para além das discussões teóricas e eruditas das academias, clubes e institutos, essa ligação aparecia claramente nos poemas. Neles, o 7 de Setembro é tratado como marco da liberdade em dupla dimensão.

Na sua via negativa, o rompimento com o Portugal e com o estatuto colonial é colocado em evidência. Portugal e o “ser colônia” se aproximariam, pois a ênfase recaía sobre a sujeição do Brasil. Assim, o período anterior é caracterizado essencialmente pela falta de liberdade. Nessa representação, a colônia seria o Brasil não livre. A sociedade colonial, em sua especificidade, diversidade e suas vinculações com a sociedade portuguesa, desaparece. A sociedade anterior a 1822 é simplificada e reduzida a única dimensão: não livre, sujeita à dominação portuguesa.

Nessa construção, percebemos uma noção de continuidade. O Império seria a colônia com governo autônomo, já que a ausência deste seria a característica fundamental da sociedade pré-1822. A sociedade brasileira era sempre apresentada como unidade, um imenso todo sem fragmentação ou subdivisões. A permanência da condição de escravizados dos negros a despeito da independência não é referida. A ênfase recai exclusivamente para a dimensão política (externa) do ser colônia: o Brasil (pensado como composto por brancos livres) sem liberdade. A colônia seria o Brasil dominado, mas, nunca é demais insistir, seria o Brasil. E este é concebido como definido pela visão da boa sociedade, excluindo os pobres e os que na colônia ou no

pós-independência continuam sendo mandados: negros, pobres e mulheres. Só os brancos livres podem ocupar a esfera pública e, desta feita, definem o que seria o Brasil: eles próprios.

Se, nessa dimensão negativa, podemos perceber uma ideia de continuidade histórica, na via positiva do 7 de Setembro, há claramente a noção de ruptura. Isto porque, nesta dimensão, pretende-se afirmar que a independência marcaria o início da era de “liberdade” do Brasil. O rompimento com Portugal aparece como o momento de fundação de um novo tempo, de conquista e aquisição daquilo que nos faltava: a “liberdade”. Assim, o evento só institui a novidade por estar no marco da ruptura. Ele é a própria demarcação de um divisor no tempo histórico, pois expressa e institui a separação entre a história da Colônia e do Império ou entre a falta e a garantia da “liberdade”. Nesta leitura/representação, a ruptura novamente só diz respeito à sociedade política concebida como masculina e branca por excelência. A liberdade que nos faltava pode ser reduzida à dominação externa, confundido-se com autonomia política do Brasil face a Portugal.

Nesse desenho da História do Brasil, uma vez rompida a dominação externa, o sujeito que ganha a liberdade e passa a viver um novo tempo, em outros patamares, seria a nação. É, portanto, a alusão a um todo ou coletividade que permite a contraposição ao estrangeiro, externo, a Portugal. A menção externa é que permite contrapor os dois momentos da História, entendidos como opostos quando relacionados à entidade nomeada como Brasil. De um lado, temos a percepção de uma coletividade que, concebida desta forma, não comporta ou não vislumbra subdivisões; de outro, temos um contraponto que também é um todo (Portugal).

A conquista da liberdade, por estar referida ao externo, faz com que as divergências, divisões e conflitos internos desapareçam ou não sejam referidos no discurso que enaltece a data. O sujeito libertado é concebido como dotado de uma unicidade e coesão porque contraposto a algo que lhe é exterior.

O 7 de Setembro ganha lugar privilegiado a partir do qual podemos vislumbrar toda uma lógica da economia do tempo histórico, bem como a ênfase em um conflito externo que obscurece outros. Trata-se de um momento que indica a passagem e ruptura entre um tempo marcado pela privação e um futuro definido pela autonomia, o 7 de Setembro pode ser compreendido como central nesta construção.

A associação entre a liberdade, que o marco histórico institui, e a monarquia é feita por meio da dinastia. Se o acontecimento é inaugural e pode ser reconhecido como uma passagem de suma importância na nossa História, seus realizadores se tornam heróis fundadores desse novo tempo. Entre estes, destaca-se a figura de Pedro I, que aparece como o grande responsável pela independência. A centralidade dessa figura permite que todas as virtudes e consequências positivas de sua iniciativa possam ser transferidas para seus descendentes: a família real, a dinastia de Bragança. Dois desdobramentos importantes podem ser vistos aqui. O primeiro é a construção da independência como decorrente da iniciativa real; a segunda é a leitura do Brasil como conduzido à liberdade pelas mãos de um herói, de um tutor, de alguém que atua em seu nome. Assim, a conquista da liberdade, entendimento da independência, aparece quase como uma dádiva da realeza. O príncipe regente teria nos presenteado com a liberdade e assumido a defesa dos interesses do Brasil diante das pretensões dominadoras das cortes portuguesas, promovendo o rompimento dos laços de subordinação com Portugal, o que justificaria o título de “defensor perpétuo do Brasil”.

Os poemas que expressam e constituem parte da empreitada de viabilizar a república, inversamente, buscavam desacreditar a monarquia. A grande dificuldade nos parece localizar-se no fato de que o valor que os republicanos pretendem ser portadores é o mesmo que a monarquia aparecia como associada: a liberdade. Assim, a luta política passava por um processo de expropriação, inversão e uma nova economia do tempo histórico.

A expropriação correspondia a uma reconstrução simbólica capaz de retirar da casa dinástica o monopólio da liberdade. Se assim não fosse, a luta contra o regime careceria de justificativa ética e/ou moral. Como lutar contra uma instituição que aparece e é vista como defensora da liberdade?

O ato ou tentativa de expropriar passa, desse modo, pela inversão que pretende transformar a representação da monarquia quando relacionada à ideia de liberdade. Tal representação deveria ser invertida, ao transformar o Império em sua negação, em ameaça à liberdade e não mais em sua garantia. De outro modo, todo o trabalho consistiria em destruir um senso comum politicamente favorável à Monarquia e substituí-lo por outro, no qual a legitimidade e a virtude da casa imperial fossem questionadas e, no limite, desacreditadas.

Se, para os monarquistas, o Brasil teria conquistado a liberdade com a independência em 1822, promovida por Pedro I no Ipiranga, os republicanos caminhariam no sentido oposto. Estes afirmam que a liberdade ainda não tinha sido conquistada, uma vez que o 7 de Setembro fora uma manobra para manter o poder dinástico. Enquanto a monarquia insiste na tecla de uma liberdade já conquistada, os republicanos falam de sua conquista no porvir. Este deslocamento tem como efeito estabelecer uma dupla continuidade entre o período colonial e o Império. Assim, não haveria dois períodos, mas um só, tendo em vista a ausência da liberdade que permanece a despeito de 1822.

Esse redesenho da História do Brasil é informado por outra noção de liberdade. Esta já não se baseia nos vínculos entre Brasil e Portugal, ou seja, na oposição a uma dominação externa. O foco recai sobre as relações políticas entre os membros da sociedade brasileira e o governo nacional. Já não se trata de uma denúncia da condição colonial, mas dos abusos da Coroa. No limite, foi essa mesma noção de liberdade que permitiu a denúncia da Monarquia como tirania. Por conseguinte, as lutas pela liberdade ocorridas desde 1500 fazem parte de um todo do qual a luta dos republicanos é a atualização. Esses poemas podem ser interpretados como parte da construção da narrativa republicana da História do Brasil. O *Calendário da República* (figuras 3 e 4, p. 182 e 183), apresentado n'A *República* em janeiro de 1872, sintetiza essa narrativa, bem como a nova economia do tempo histórico proposta pelos republicanos.

Tal trabalho foi levado a cabo em várias frentes. Uma delas consistiu em denunciar todos os desmandos dos responsáveis pelo regime, seus atos de violência e crueldade, bem como a (falta) de qualidade dos mesmos. As pessoas do Imperador, da regente e de seu consorte se tornaram alvos privilegiados nesse processo. Inúmeros poemas podem ser lidos neste sentido: desqualificar a monarquia pela desqualificação das pessoas que a compõem.

A História do Brasil foi redefinida na busca de estabelecer rupturas e continuidades coerentes com o projeto republicano. Concretamente, buscou-se estabelecer uma linha de prosseguimento entre a colônia e o império. Assim, a independência perdia seu *status* de marco fundador, deixando de ser referida como o início da era de liberdade para o Brasil. Mais ainda, sob a mesma ótica que orientava a construção histórica da monarquia, o tema da liberdade, a colônia e o império passam a

CALENDARIO DA REPUBLICA

A MAIS INTERESSANTE, MAIS POPULAR E MAIS BARATA FOLHA DIARIA DO BRAZIL

ANNO DE 1872

JANEIRO	Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira	Sabado	FEVEREIRO	Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira	Sabado
Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, fuzilado a 13 de Janeiro de 1835. Reinado de Pedro I.	1	2	3	4	5	6	7	Dr. Joaquim Nunes Machado, assassinado em combate a 2 de Fevereiro de 1819. Reinado de Pedro II.	1	2	3	4	5	6	7
	8	9	10	11	12	13	14		8	9	10	11	12	13	14
	15	16	17	18	19	20	21		15	16	17	18	19	20	21
	22	23	24	25	26	27	28		22	23	24	25	26	27	28
	29	30	31						29	30	31				

PREÇOS

Desde o dia da assignatura até 31 de Dezembro de 1872. 10\$000

MARÇO	Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira	Sabado	ABRIL	Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira	Sabado
João Guilherme Rattellif, enforcado por suggestões da rainha Carlota, a 17 de Março de 1825. Reinado de Pedro I.	1	2	3	4	5	6	7	Tiradentes, José Joaquim da Silva Xavier, enforcado e escurtejado a 21 de Abril de 1792 Reinado de Maria I.	1	2	3	4	5	6	7
	8	9	10	11	12	13	14		8	9	10	11	12	13	14
	15	16	17	18	19	20	21		15	16	17	18	19	20	21
	22	23	24	25	26	27	28		22	23	24	25	26	27	28
	29	30	31						29	30	31				

PREÇOS

Desde o dia da assignatura até 31 de Dezembro de 1873. 20\$000

MAIO	Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira	Sabado	JUNHO	Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira	Sabado
Padre Roma, José Ignacio Ribeiro de Abreu Lima, fuzilado a 29 de Março de 1817. Reinado de João VI.	1	2	3	4	5	6	7	Padre Miguelinho, Miguel Joaquim de Almeida e Castro, fuzilado a 12 de Junho de 1817. Reinado de João VI.	1	2	3	4	5	6	7
	8	9	10	11	12	13	14		8	9	10	11	12	13	14
	15	16	17	18	19	20	21		15	16	17	18	19	20	21
	22	23	24	25	26	27	28		22	23	24	25	26	27	28
	29	30	31						29	30	31				

Numero avulso do dia. 10 réis

Numero avulso da vespera e anteriores. 200 réis

Figura 3: Calendário republicano (1)

ser tratados como continuidade e permanência. Assim, a defesa da liberdade, bem como todos os movimentos, revoltas e revoltosos das lutas pela sua instituição no passado tornavam-se atuais e urgentes. Estava aberta a porta pela qual os republicanos podiam lutar contra a monarquia em nome de um valor apresentado por esta como sendo sua portadora, garantia e promotora.

O elemento que permite apresentar o Império como continuidade da colônia foi a permanência da dinastia, principalmente por meio das figuras dos dois imperadores do Brasil. Mais ainda, o 7 de setembro teria sido uma manobra ou golpe da família real para garantir sua permanência no poder a despeito da ruptura entre a colônia e Portugal. A insatisfação dos colonos, na sua recusa em aceitar as pretensões das Cortes, teria sido

JULHO							AGOSTO							
	Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira		Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira	Sabado
Felipe dos Sanctos, 1 ^o martyr da republica no Brazil, arrastado e esquarterado a 21 de Julho de 1730. Reinado de João V.							Domingos José Martins, fuzilado a 12 de Junho de 1817. Reinado de João VI.							
	1	2	3	4	5	6		1	2	3	4	5	6	7
	7	8	9	10	11	12		11	12	13	14	15	16	17
	14	15	16	17	18	19		18	19	20	21	22	23	24
	21	22	23	24	25	26		25	26	27	28	29	30	31
	28	29	30	31										

Annuncios e publicações ineditorias. linha 100 rs.
Não se admittem, ainda que responsabilizadas, polemicas pessoais e odiosas.

SETEMBRO							OUTUBRO							
	Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira		Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira	Sabado
Fareja do Ypiranga, 7 de Setembro de 1822. Regencia do Principe da Beira.							Pedro Ivo Velloso da Silveira, desaparecido da prisão a 22 de Abril de 1851. Reinado de Pedro II.							
	1	2	3	4	5	6		6	7	8	9	10	11	12
	8	9	10	11	12	13		13	14	15	16	17	18	19
	15	16	17	18	19	20		20	21	22	23	24	25	26
	22	23	24	25	26	27		27	28	29	30	31		
	29	30												

Todos os pagamentos deantados.
A assignatura não dá direito aos numeros anteriores á inscripção.

NOVEMBRO							DEZEMBRO							
	Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira		Domingo	1 ^a -feira	2 ^a -feira	3 ^a -feira	4 ^a -feira	5 ^a -feira	Sabado
Libero Badaró, assassinado a 2 de Novembro de 1830. Reinado de Pedro I.							Dissolução da constituinte brasileira, á mão armada. 12 de Novembro de 1823. Reinado de Pedro I.							
	3	4	5	6	7	8		1	2	3	4	5	6	7
	10	11	12	13	14	15		8	9	10	11	12	13	14
	17	18	19	20	21	22		15	16	17	18	19	20	21
	24	25	26	27	28	29		22	23	24	25	26	27	28
	21	22	23	24	25	26		29	30	31				

RIO DE JANEIRO
 132 RUA DO OUVIDOR 132
BARBOZA & MENDONÇA
 GERENTES-PROPRIETARIOS
 DRS.
 LUIS BARBOZA DA SILVA E SALVADOR DE MENDONÇA

Figura 4: Calendário republicano (2)

apropriada por Pedro I que, assumindo a condução do desagrado com Portugal, promove separação formal e legal. Neste sentido, o 7 de setembro não marcaria nem ruptura nem conquista da liberdade, mas um golpe contra as aspirações separatistas dos brasileiros ao manter no governo do Brasil a mesma dinastia que governava a metrópole. O fim do estatuto colonial foi acompanhado da permanência da subordinação à mesma casa dinástica, o que inviabilizou que se traduzisse em conquista da liberdade para os brasileiros.

A independência perdia assim seu brilho, seu *status* de marco fundador da liberdade no Brasil, representando, na prática, a continuidade da subordinação dos brasileiros a um governo estrangeiro. A supressão da dominação colonial não

representou a criação de um governo de brasileiros para o Brasil.

Em outubro de 1871, aparece em *A República* um poema que denuncia a monarquia como negação da liberdade.³⁶⁵

Debalde a vil lisonja, o servilismo
Busca no bronze eternizar teu nome
Que o tempo só respeita e não consome
A virtude, o saber, o patriotismo.

Sempre credo, e falaz o despotismo
Embora dos heróis o lugar tome
Só ali ficará até que assume
Enérgica reação, nobre civismo

Do mártir Xavier a sombra errante
Adejaste ameaçadora sobre a frente
Sem sossego te ondar um só instante.

A vítima do algoz aí jaz de frente!
Quem sabe se em futuro não distante
Nova luz brilhará neste horizonte.

Em “A mentira de bronze”³⁶⁶, observamos a busca da desconstrução da monarquia como equivalente à liberdade e de Pedro I como seu conquistador. No poema, originalmente publicado em 1862, encontramos não só a negação da associação entre Império e liberdade, mas também o resgate e a atualização da luta pela autonomia, tal como levada a cabo pelos inconfidentes. A estátua daquele que busca tomar o lugar dos heróis teria sua origem no servilismo e na lisonja. Mas essa iniciativa é infrutífera, pois, se o bronze é eterno, só ficará ali até a reação do nobre civismo. Como a estátua foi erigida no local onde Tiradentes foi enforcado, Pedro I ficará sem sossego, ameaçado pela sombra do alferes. A estátua que buscava marcar e instituir essa memória é significativamente nomeada de “mentira”. Como contraponto a essa, temos o resgate

³⁶⁵711001 Mentira de Bronze. *A República*.

³⁶⁶Na edição de *A República*, a autoria do poema não é indicada. Encontramos a informação de ser Pedro Luís o seu autor e de que sua publicação aconteceu por ocasião da inauguração da estátua equestre de Pedro I em 1862 (CUNHA, Euclides da. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1995. V. I. p. 400). A expressão que nomeia o poema teria sido cunhada por Theóphilo Ottoni (CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 60, e ARGOLLO VALDETARO, Zina Maria de Teive e. *Lições da ciência do belo: os Saquaremas e a conformação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008, espec. o capítulo 2). Na segunda página da edição de *O Diário do Rio de Janeiro* do dia 15 de abril de 1862, a expressão aparece no corpo do texto “Inauguração da estátua, e a medalha da independência”. Em *Origens Republicanas*, Felício Buarque reproduz manifestação de Theophilo B. Ottoni sobre a inauguração da estátua equestre em que a questão da memória e do significado de 1822 e de 1831 é colocada de forma explícita. Ver: BUARQUE, Felício. *Origens Republicanas – Estudos da gênese política em refutação ao livro do Sr. Dr. Affonso Celso O Imperador no exílio*. Recife: Francisco Soares Quintas, 1894. p. 195-206, espec. p. 196 e 197.

da figura de Tiradentes como o defensor e guerreiro da liberdade ainda não conquistada.

A recusa a Pedro I e à estátua que motivou o poema é referida de forma sumária em alguns outros textos, como no seguinte:

Não ressurgirão estátuas
De aparato oficial,
Que livre o povo só ama
O que é na pátria imortal...³⁶⁷

“Mentira de Bronze” pode ser considerado parte da empresa levada a cabo para desconstruir a representação do Império como resultado e fiador da liberdade, substituindo-a pela ideia oposta, como sua negação. Nos poemas especialmente dedicados ao 7 de Setembro, é possível perceber esse investimento.

O que estava em questão era uma releitura do passado, parece-nos ponto pacífico. No entanto, temos que considerar que esse retorno era informado por uma perspectiva de futuro. Como já dito, é a ideia de futuro que nos remete ao passado. O porvir, recorrente nos poemas e falas republicanas, ou a possibilidade de um futuro que corrigisse os desmandos da Monarquia, fez com os republicanos olhassem para o passado. Parafraseando Kermode, os republicanos, tal como os poetas, encontravam-se *in medias res*.³⁶⁸ O futuro que desejavam os levava a reler o passado na chave do que esse autor conceitua como ficção concordante: a releitura do passado, tendo em vista torná-lo coerente com o presente, percebido este como crise, habilitando-o para o futuro.³⁶⁹

O presente, então, era visto como problema a ser superado. A relação entre esses momentos seria de oposição, de negação: o porvir da liberdade como negação da tirania presente. A projeção produzia um movimento de reavaliar, reler e reinterpretar o passado de modo a tornar o futuro possível. Busca-se explicar o presente marcado pela adversidade. Assim, a crise do presente, a Monarquia contra a qual se insurgem os republicanos, apareceria como desvio de um processo interrompido indevidamente. Nessa leitura, é como se a história desde sempre indicasse que seríamos uma república, mas, por um acidente lamentável, teríamos sido dela afastados. A sequência da citação feita acima é esclarecedora: “También morimos *in mediis rebus*, y para hallar sentido en

³⁶⁷710319 O Povo. *A República*.

³⁶⁸“Los hombres, al igual que los poetas, nos lanzamos 'en el mismo medio', *in medias res*, cuando nacemos.” KERMODE, Frank. *El sentido de un final*. Barcelona: Gedisa, 2000. p. 18.

³⁶⁹KERMODE, Frank. *El sentido de un final*. Barcelona: Gedisa, 2000. p. 63, 67, 98-99.

el lapso de nuestra vida requerimos acuerdos ficticios con los orígenes e con los fines que puedan dar sentido a la vida y a los poemas”.³⁷⁰

O poema dedicado “Ao Sete de Setembro”, publicado em 1873, reconhece e comemora este dia como o da liberdade.³⁷¹ Não aparece, a princípio, novidade no tratamento do tema. No meio do texto, no entanto, uma referência a Tiradentes o transforma em um precursor da conquista da liberdade, a que se dirige:

Por ti somente foi que os bravos filhos
De Santa Cruz no solo americano
Verteram tanto sangue,
E que de Xavier os lassos membros
Foram pasto ao furor dos assassinos
Quando tudo era exangue!

Ainda em 1873, outro poema “Sete de Setembro” trata “deste dia imortal”.³⁷² No desenvolvimento, a mudança operada neste dia foi tratada como “a mão de Deus sob o Ipiranga”. Referência permite aproximá-lo à versão oficial.

Em 1874, o poema dedicado à data é antes um lamento do que uma comemoração.³⁷³ A liberdade, cuja musa torna-se interlocutora do narrador, é afirmada como princípio e valor fundamental. O desenvolvimento do texto, entretanto, permite entrever uma dissociação entre a liberdade e o 7 de setembro. O que deveria ser a conquista da liberdade se tornou uma frustração com a instauração da Monarquia. Dirigindo-se a Andrada, o sujeito poético reconhece o “pátrio amor” que o guiou e aponta-lhe o erro de querer e permitir um imperador. A Monarquia e povo aparecem como marcados pelo antagonismo. Indaga

Aonde o rei governa, aonde o povo impera?
Que escada de Jacó na terra unir poderá
o trono e a choupana – extremos nivelar?
Mérito e privilegio, e graças e direitos,
quem pode de graus tais, de fogo dos eleitos
subir com passo firme, as plantas a queimar?

Questão retórica, que aponta para a incompatibilidade entre monarquia e povo, o luxo de poucos e a privação dos demais. Assim, o 7 de setembro marca, antes de mais nada, uma frustração, um engodo ou equívoco. A recuperação da liberdade foi adiada, mas é

³⁷⁰KERMODE, Frank. *El sentido de un final*. Barcelona: Gedisa, 2000. p. 18.

³⁷¹730703 Ao Sete de Setembro. *A Luz*.

³⁷²730907 Sete de Setembro. *A República*.

³⁷³740901 Sete de setembro. *A Idea*.

sonho possível e luta necessária.

Heliótropo humilde em cava soledade,
voltado para as leis buscando a liberdade,
dorme o povo a sonhar, sem ver aquele sol...
Ó pátria, quando, pois, banindo o medo insano,
verei o teu navio em próspero oceano,
a vista já do porto, à luz de outro farol?

Ainda em 1874, um segundo poema sobre o “Sete de Setembro” foge completamente à linha dos anteriores.³⁷⁴ A data que o nomeia sugere ser também seu tema, o que não ocorre. Não há único verso dedicado a ela. O poema trata do conflito entre povo e monarca pela conquista da liberdade. De um lado, temos “as massas populares”, a “destemida população”, e, de outro, a “nefasta hierarquia”, a “estéril monarquia” e os “vis usurpadores”, os dois grupos se enfrentando em uma disputa acirrada pela liberdade.

Enraivecida estremece
aglomerada na praça
destemida população
exigindo – liberdade;
vaticino sanguinário
vem n'um hino mortuário
cair à frente do rei;
os bravos – frentes erguidas
fitando enormes feridas
ao sangue dizem: correi!

Desse confronto, no qual a liberdade é exigida, o povo jogará por terra “essa estátua bronzada”.

A única conexão possível entre o poema e a representação da data é a liberdade que aparece pela negativa. A liberdade, não existente, corresponde ao anseio do povo e o motivo pelo qual ele se revolta. Nesse sentido, o poema reforça a ideia de que o 7 de setembro seria um engodo.

O poema revela-se anticomemoração, denuncia a ausência daquilo que a data supostamente marca – uma conquista já ocorrida –, bem como aqueles que festejam a efeméride.

Cantai, cantai vis escravos
em torno desse traidor,
desse infame usurpador
das glórias de uma nação!

³⁷⁴740915 Sete de setembro. *Labaro Academico*.

Beijai a planta sangrenta
 dessa imagem agourenta,
 dessa infâmia bronzeada!
 Cantai, cantai desgraçados,
 com os pulsos algemados
 com a alma escravizada!

As celebrações são apontadas como a imagem de vítimas louvando o algoz. Mais ainda, o dominador é também traidor e usurpador, ou seja, sequestrou um bem que não lhe pertencia e, nisto, consiste sua traição.

A busca da autonomia não se apresentava como luta encerrada e, sim, atual. A presença das expressões bronze, “estátua do rei” e “estátua bronzeada” pode ser interpretada como alusiva à estátua equestre que motivou o poema “Mentira de Bronze”, o que permite relacionar o texto à nova economia do tempo em construção.

O dia 7 de setembro, como o dia em que a liberdade foi conquistada é afirmado explicitamente no poema de 1875.³⁷⁵ A estrofe inicial é a saudação ao dia da liberdade:

Ei-lo, surgiu o sol
 do nosso maior dia!
 brasileira epopeia
 radiante ele ilumina!
 A nossa independência
 relembra a todo instante!
 Em tudo esplende galas
 faz tudo deslumbrante!

A data marca – e por isso deve ser lembrada – nossa epopeia na conquista da independência, o que equivale, no texto, à liberdade. Esta está sendo pensada na chave da exterioridade em relação a Portugal e ao passado colonial. Não se trata, portanto, da liberdade como direito do cidadão, mas como autonomia do Estado, o término da “vassalagem”.

O tratamento do poema ao tema em tudo se aproxima da lógica que informou a estátua equestre de Pedro I. A liberdade já foi conquistada e o foi por seu mérito.

Do Ipiranga junto à margem
 reboou altivo, ingente
 o brado nobre, eloquente
 que pôs termo à vassalagem
 de um povo culto, que a imagem
 da pátria – então – alta via
 já com sua autonomia!
 pois, do século o progresso

³⁷⁵750907 Sete de setembro. *O Globo*.

no Brasil já tendo ingresso,
ser livre o Brasil devia!

A menção ao “brado nobre”, que “reboou altivo” no Ipiranga, aponta o lugar e o sujeito do término da vassalagem, referências que confirmam a sugestão acima. Neste caso, não haveria conflito entre a monarquia e a liberdade. Pelo contrário, aí estaria sua origem de “Santa Cruz, o grande Império”.

O mesmo jornal, *O Globo*, trouxe, no dia 24 de setembro, outro poema sobre o mesmo tema e com o mesmo título.³⁷⁶ O desenvolvimento do texto traz lógica idêntica ao poema anterior. A liberdade que comemora foi conquistada, nesse dia no Ipiranga, por “heróis esclarecidos” e se identifica com a independência.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE foi o brado
Que os filhos dos heróis, dos retratados
Dos peitos patrióticos soltaram!....

Esses versos comemoram a liberdade alcançada através do grito do Ipiranga dado por D. Pedro I. Os raios do sol da liberdade desse dia dos “tiranos deslumbra os olhos” e “do despotismo os ferros despedaça”. Essas ideias são importantes para nossa tese, pois se prestam às justificativas e elogios à monarquia. A libertação e a monarquia não seriam opostas e, sim, complementares. O libertador foi o primeiro monarca e a libertação, a negação da tirania e do despotismo. Registremos que a independência foi considerada a negação daquilo que os republicanos acusavam a Monarquia de ser: tirânica.

É importante frisar que essa abordagem do 7 de setembro, mais afeita à versão oficial, está sendo discutida aqui como mostra da necessidade que os republicanos tinham de desconstruir uma visão arraigada, trabalhando para a denegação da representação de Pedro I como herói.

O 7 de Setembro como marco da liberdade aparece em dois poemas publicados no *Echo Popular* em 1884. Ambos tratam a data como sendo aquela na qual o Brasil conquistou sua autonomia. O primeiro tem os seguintes versos:

As cadeias que teus pulsos magoavam
Quebraram-se ao raiar deste almo dia;
Ergue os olhos, bendiz a tua estrela

³⁷⁶750924 Sete de setembro. *O Globo*.

Que mudou em prazer tua agonia!³⁷⁷

A agonia da dominação, da privação da liberdade, teria chegado ao fim nesse dia, o que justifica a comemoração, o despertar em festivais, como consta no poema. No desenvolvimento, o texto pede o fim da escravidão, condição para o povo brasileiro se tornar “grande e venturoso”.

O segundo poema, um soneto, assume o mesmo tom do primeiro.³⁷⁸

Desde o dia majestoso, que ressumbra
A esperança da glória sobre um povo;
Sacudiu o Brasil, gigante novo,
O jugo do poder, qu'além se obumbra!

Ambos enaltecem o dia e o comemoram. No entanto, é digno de nota que o sujeito que conquista a liberdade é, nos poemas, o povo brasileiro e o Brasil. Não há nada no poema que possibilita relacioná-lo à casa dinástica.

O último poema que localizamos sobre o 7 de Setembro foi publicado em 1885 no jornal *Já Sei, Já Sei*,³⁷⁹ sendo republicado no *O Constituinte* no dia 3 de outubro do mesmo ano. Em relação à disputa sobre o lugar e o *status* do 7 de Setembro e de D. Pedro I, que informava o que chamamos de nova economia do tempo histórico, esse texto é profundamente pertinente. Os primeiros versos anunciam a abordagem do tema: “Silêncio foliões!... Essa alegria é crime!” Na sequência, a data é denunciada como engodo:

O Sete de Setembro a vil mentira exprime;
É a data miseranda em que a grosseira farsa
– Independência ou Morte – apareceu na praça,
Ao rufo do tambor, ao toque do clarim!
O povo estremeceu!
É que tocava o fim
Da velha escravidão e a nova começava!

A farsa consiste em ser o oposto do que se declara. Mais do que a libertação, esse dia marca o início de outra servidão. No desenvolvimento seguinte, a monarquia é denunciada como sendo responsável pelas misérias e pela “grande inundação” da corrupção, aspectos abordados em outra parte desse trabalho.

O Sete de Setembro é ressignificado: de libertação, torna-se sinônimo de

³⁷⁷840907 Sete de Setembro. *Echo Popular*.

³⁷⁸840907 Sete de Setembro [2]. *Echo Popular*.

³⁷⁹850907 Sete de Setembro. *Já Sei, Já Sei*.

escravidão. A monarquia brasileira, que a data inaugura, é pintada como um monstro que “sangra a liberdade”. Subjacente a essa desqualificação, uma operação sutil está em curso: desloca-se do passado para o futuro, tendo 1822 como referência, o parâmetro de avaliação que permitiria aferir a liberdade.

Essa operação destaca a continuidade entre Colônia e Império. Em alguns poemas analisados, havia um antes, a dominação colonial ou portuguesa, e um depois, o Brasil independente. No poema, há a sugestão de haver tempo único, o da dominação. Por ser o Império continuidade em relação à Colônia, as lutas contra a metrópole seriam também as lutas contra o Império.

Nesse sentido, é interessante notar o resgate de Tiradentes nessa desconstrução:

Do grande Xavier a plebe se lembrava:
Não era morto ainda aquele grande exemplo
Que no Brasil tentou erguer augusto templo!

Como dito acima, a permanência da dominação atualizava as lutas anteriores a 1822. Por outro lado, Tiradentes aparece como o projeto de “augusto templo”, antagônico e alternativo ao do Império. De outro modo, representaria uma proposta que pretendia mais do que trocar a velha dominação por uma nova.

Este desenho do Império foi acompanhado pelo resgate das lutas contra a dominação portuguesa ao longo do período colonial e associado às contendas contra o governo imperial. As lutas contra os governos, tanto português quanto do Império, aparecem como equivalentes. Tal forma de apresentar a questão destacava que, sob a ótica daqueles que ambicionavam a liberdade, o 7 de Setembro não seria um divisor de águas. A redução do *status* desse, sua diminuição, é o processo que permite apontar a continuidade da dominação pós-1822, o que autorizava a indicar outra continuidade: a das batalhas pela liberdade.

Nesse sentido, é significativo o calendário republicano reproduzido por *A República* em janeiro de 1872 (figuras 3 e 4, p. e). Mais do que um calendário civil ou uma peça utilitária para se localizar no tempo, nos dias e meses de 1872, esse artefato pode ser relacionado à busca e à instituição de uma memória republicana ainda no Império. Cobrindo o período que vai de 1720 a 1851, em cada mês é destacado um acontecimento da história política. Por exemplo, para janeiro, temos “Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, fuzilado a 13 de janeiro de 1825 – Reinado de Pedro II”, e para

fevereiro, “Dr. Joaquim Nunes Machado, assassinado em combate a 2 de fevereiro de 1849. Reinado de Pedro II”.³⁸⁰

Duas considerações nos parecem relevantes. A primeira diz respeito à economia do tempo subjacente ao calendário, estabelecadora de uma linha de continuidade que atravessa toda a história do Brasil, ou seja, entre dois momentos ditos qualitativamente distintos de uma mesma sociedade: o Brasil colônia e o independente. Ao proceder assim, unifica as duas temporalidades, fundindo-as em uma única. Desconsidera, desta feita, o marco da independência que separaria a Colônia do Império. Pelo contrário, coloca-os na mesma temporalidade. O que fundamenta e permite essa operação – e esta é nossa segunda consideração – parece ser a continuidade da luta contra a ausência de liberdade sob o governo monárquico, entendido como despotismo.

Os acontecimentos destacados no calendário autorizam essa leitura. Nesses, fuzilamentos (de Frei Caneca de Padre Roma, de Padre Miguelito e de Domingos Martins), assassinatos (de Nunes Machado e de Libero Badaró), enforcamentos (de Raticliff e de Tiradentes) e o esquartejamento de Felipe dos Santos são lembrados como parte do calendário republicano na medida em que marcam momentos importantes na luta pela liberdade. O texto que destaca os protagonistas injustiçados também denuncia o perpetrador, o algoz. Houve enforcamento no reinado de Maria I, fuzilamento no de João VI e no de Pedro I e assassinato no de Pedro II. Os acontecimentos destacados têm em comum o fato de representarem diferentes manifestações da luta contra a tirania, bem como a evidência desta mesma tirania.

Essa nova economia do tempo histórico fundamenta e é complementada pela efeméride destacada para setembro: “Farsa do Ipiranga, 7 de Setembro de 1822. Regência do Príncipe da Beira”. O marco que fundamentava a associação entre o império e a liberdade é denunciado como farsa, e aquele que exerce o poder não é nomeado como príncipe do Brasil, mas da Beira. Ou seja, não houve independência, conquista da liberdade, mas tão somente uma encenação, uma apropriação do discurso da liberdade por aqueles contra os quais ele era dirigido. Portanto, Colônia e Império podem ser apresentados como a mesma realidade, o que justifica e torna legítimo, não necessariamente nesta ordem, a luta em prol da liberdade. A *continuidade* da monarquia traduz a *continuidade* do despotismo, o que justifica a *continuidade* da luta em favor da

³⁸⁰ *A República*. Rio de Janeiro. 1 de janeiro de 1872.

liberdade.

Esta forma de organizar o tempo tem como suposto que a repressão aos movimentos que buscavam a liberdade e de seus líderes faz parte de um todo: o embate entre os defensores e os rivais da liberdade. Mais ainda, o republicanismo, que o apreço, defesa e luta pela liberdade evidenciam, seria constitutivo da nação. Em um texto dos primeiros anos da República, Felício Buarque defendeu que “o regímen republicano foi o ideal dos brasileiros, através de todas as manifestações de sua vida íntima. A verificação decorre de todo seu movimento, a começar desde o período colonial até o reinado do segundo imperador”.³⁸¹

É a permanência da repressão que autoriza a desconsiderar a noção de ruptura subjacente às comemorações oficiais do 7 de Setembro. Mais ainda, esta continuidade é inseparável da continuidade da luta pela liberdade que o suposto marco pretendeu transformar em passado. Lembremos que os poemas que tratam o 7 de Setembro como marco fundador do Brasil livre o apresentavam como o ápice, momento privilegiado e final das lutas contra a dominação portuguesa. Daí ter como efeito legitimar a coroa identificada com o monarca-herói-libertador, ao mesmo tempo em que tornava as lutas anteriores como resolvidas e passado histórico.

Por sua vez, os poemas que pretendem desconstruir tal imagem permitem perceber a busca de inventar uma tradição que possibilitasse a construção de um futuro. A ruptura com a tradição imperial implicava construir uma nova tradição ou, pelo menos, uma nova galeria de heróis e acontecimentos coerentes com os valores e práticas que pretendiam defender.

A recuperação e o resgate das lutas do passado se deram principalmente através da evocação de seus protagonistas. Os antigos combatentes pela liberdade eram citados como heróis e guias da luta do presente. Na ação contra a Monarquia, recebiam o tratamento de heróis da causa da liberdade. No poema “À República”,³⁸² protagonistas de movimentos díspares e de tempos muito diferentes são invocados para orientar a ação: Tiradentes (1746-1792), Nunes Machado (1809-1849) e Otoni (1806-1869).

Tiradentes – agora... Oh, grande Otoni,
Desperta todos vós... Nunes Machado
Onde estás?... Não ouvi este rumor?...

³⁸¹BUARQUE, Felício. *Origens Republicanas* – Estudos da gênese política em refutação ao livro do Sr. Dr. Affonso Celso *O Imperador no exílio*. Recife: Francisco Soares Quintas, 1894. p. 18-19.

³⁸²710425 À República. *A República*.

Somos nós, que bradamos altamente
 Que queremos ser livres da tutela
 D'um único senhor!

O resgate, o elogio e o culto de pessoas que foram identificadas com os combates contra o domínio dos Bragança, seja no período colonial ou independente, foram uma constante.

Os conflitos ocorridos no Pará por ocasião de sua adesão à independência em 1823, o Massacre de Brigue Palhaço e a prisão de Felipe Patroni foram tema de sete poemas.³⁸³ Todos foram publicados em *O Paraense*, o que facilita a compreensão desse resgate. Os poemas elogiam os protagonistas e denunciam a violência do massacre. No entanto, notamos que promove uma inversão dos acontecimentos na medida em que a adesão do Pará à independência foi resultado de uma incursão militar a mando da Corte do Rio de Janeiro.

Encontramos quatro poemas dedicados à Revolução Praieira e a Pedro Ivo;³⁸⁴ dois com referências à Farroupilha;³⁸⁵ quatro dedicados a Teófilo Otoni;³⁸⁶ e dois com referências a diferentes acontecimentos (1817, 1824 e 1835)³⁸⁷ e pessoas (Tiradentes, Pedro Ivo, Líbero Badaró e Cláudio Manoel).³⁸⁸

O contraponto dessa economia é que os governos português (na colônia) e imperial (no Brasil independente) se assemelham quando analisados sob o prisma da ausência de liberdade. Assim, podemos dizer que os poemas promovem também uma “republicanização” dos movimentos sociais e/ou políticos da história do Brasil até o final do século XIX.

Esses dois processos têm como centro o movimento da Inconfidência Mineira e a figura de Tiradentes. Localizamos 41 poemas dedicados ao mártir mineiro.³⁸⁹ Em grande

³⁸³810815 Hecatombe. *O Paraense*; 810815 Patroni. *O Paraense*; 820815 Ao 15 de agosto. *O Paraense*; 820815 Aos Mártires. *O Paraense*; 820815 Aos paranaenses. *O Paraense*; 820815 Apoteose. *O Paraense* e 820815 Liberdade. *O Paraense*.

³⁸⁴740430 À Memória de Pedro Ivo. *Lábaro Acadêmico*; 740530 Revolução. *Labaro Academico*; 740630 Revolução. *Labaro Academico*; 771004 O cortejo. *A República* e 780110 Caiu! Caiu! Caiu! *Gazeta de Notícias*.

³⁸⁵770518 O corte no orçamento. *O Globo* e 880528 *Justicia Verdad y Patria. Gazeta Nacional*.

³⁸⁶700211 T. B. Otoni. *A Reforma*; 700407 À morte do patriota. *A Reforma*; 710520 *Nondum Lucebat. A República* e 710617 Theophilo Otoni. *A República*.

³⁸⁷880528 *Justicia Verdad y Patria. Gazeta Nacional*.

³⁸⁸750820 Republica. *Brazil Americano*.

³⁸⁹710422 À memoria de Tiradentes. *A República*; 710904 Agonia e glória. *A Luz*; 721229 Visão do Enforcado. *A República*; 730327 O Brasil. *O Brasil*; 730703 Ao Sete de Setembro. *A Luz*; 730907 A Tiradentes. *A República*; 740815 Tira-Dentes. *Labaro Academico*; 740901 *Corruptum Genius. A Idea*; 750820 Republica. *Brazil Americano*; 770907 A liberdade. *Gazeta de Notícias*; 780110 Caiu! Caiu! Caiu! *Gazeta de Notícias*; 790427 [Sem título]. *Echo Social*; 791020 Tiradentes. *A América*; 810417 Tira-

parte desses, Xavier, como chamado em alguns poemas, é o motivo principal e, em outros, é referido. A Inconfidência é sutilmente citada em dois poemas por meio de alusões a Gonzaga e a Cláudio.³⁹⁰ A grande maioria foi publicada no periódico *Tiradentes*, nos dias 21 de abril, ao longo da década de 1880. Outros jornais, como *A República*, a *Gazeta de Notícias* e *O Combate*, por exemplo, também trouxeram poemas dedicados ao chamado “mártir da inconfidência”. Os títulos também são variados, como por exemplo, “Tiradentes”, “A Cabeça do Mártir” e “Ao Grande Mártir Mineiro”.

As quatro dezenas de poemas dedicados a Tiradentes inviabilizam, nos limites do presente trabalho, a análise pormenorizada de todos. Optamos, por conseguinte, por indicar, em linhas gerais, a apresentação e tratamento do tema inscrito na maioria. Eles, de certa forma, complementam-se, pois todos são elogios a Xavier. Não há, em relação a esse tema, divergência. Os poetas que escreveram sobre ele o entendiam como dotado de qualidades superiores, como exemplo a ser seguido.

Em longo poema, “À memória de Tiradentes”,³⁹¹ publicado em 1871, o tratamento e associações encontradas nos demais poemas já se fazem presentes: exaltação a Tiradentes e injúria a seus algozes. A figura do herói imolado pelo bem da pátria, do defensor da liberdade barbaramente assassinado, do redivivo que fala aos que o abandonaram, que os chama à razão, que os impele a deixarem o “letargo”, aparece nesse texto. Em oposição a ele, são denunciados os inimigos da liberdade e do povo, os mercenários, os tiranos, tratados metaforicamente (hidra e serpente, por exemplo). Facilitou essa dicotomia a sentença ter sido dada em nome de “D^a Maria, a louca”.³⁹² A virtude extrema aparece encarnada em Tiradentes e a sua negação, nos seus rivais. O tom genérico das descrições e metáforas de seus algozes e antípodas permitiam, a nosso ver, que fossem atualizadas e associadas às denúncias e acusações dirigidas à

denes. *A Revelação*; 810421 Tiradentes. *O Atirador Franco*; 810806 *Ultimatum. O Futuro*; 820421 A Liberdade. *Tiradentes*; 820421 A Tiradentes. *Tiradentes*; 820421 Ao Tiradentes. *Tiradentes*; 820421 Joaquim Silvério. *Tiradentes*; 820421 Tarpeia e Capitólio. *Tiradentes*; 820517 Hino a Tiradentes. *O Relâmpago*; 821001 A Lopes Trovão. *O Combate*; 820421 A Cabeça de Tiradentes. *Tiradentes*; 820421 A Cabeça do Martyr. *Tiradentes*; 830421 ST. *Tiradentes*; 830421 Tiradentes [1]. *Tiradentes*; 830421 Tiradentes [2]. *Tiradentes*; 840325 Ao Ceará [2]. *O Acarapé*; 840421 Soneto. *Tiradentes*; 840421 [Sem título] [2]. *Tiradentes*; 840421 Tiradentes. *Tiradentes*; 840601 É tempo. *Echo Popular*; 850421 Silva Xavier. *Tiradentes*; 850421 Tiradentes. *Tiradentes*; 850421 V. *Tiradentes*; 860421 A Cabeça do Mártir. *Tiradentes*; 860421 A Liberdade. *Tiradentes*; 860421 Tiradentes. *Tiradentes*; 880421 Ao Grande Mártir Mineiro. *Tiradentes* e 881123 Lívida canalha. *A Metralha*.

³⁹⁰730630 O Povo. *A República* e 740901 *Corruptum Genius. A Idea*.

³⁹¹710422 À memória de Tiradentes. *A República*.

³⁹²840421 Tiradentes. *Tiradentes*.

Monarquia. Tiradentes é tratado como o defensor da liberdade e inimigo da tirania³⁹³ que devora a pátria.³⁹⁴

Os poemas dão destaque ao sofrimento do herói. O enforcamento e esquartejamento, que visavam conservar para a posteridade a memória de “tão abominável réu”, eram subvertidos.³⁹⁵ A posteridade manteve na memória a abominável sentença e o sacrifício do “venerando” herói.³⁹⁶ A recuperação dessa memória, que a tirania quis sufocar, produziria monumentos em sua homenagem.³⁹⁷ O destaque aos detalhes da pena e de sua execução permite uma aproximação à via sacra, pelo detalhamento e falas que a acompanham, e elevam o condenado à condição de mártir³⁹⁸ ou de santo.³⁹⁹ Inversamente, sua humanização é recurso para realçar o sofrimento a que foi submetido.⁴⁰⁰

O redivivo é uma imagem recorrente. Tiradentes, sua alma, seu espectro, seu fantasma e seu espírito reaparecem e falam para o presente, questionam as condições de vida existentes. A liberdade poética permitia situações inverossímeis historicamente. O espectro que se ergue do “seio de um sepulcro carcomido” é uma delas.⁴⁰¹ Aquele que se ofereceu em sacrifício estaria pedindo aos vivos que honrassem sua memória. A morte em nome da pátria, que teria sido omissa, o sentido do sacrifício, é trabalhado de modo a que a culpa e arrependimento motivassem a ação no presente.⁴⁰² Assim, eventualmente novos Tiradentes (no plural) poderiam surgir e continuar a luta pela liberdade em “insurreições legítimas”.⁴⁰³ A continuidade de sua luta seria também uma vingança à injustiça de que foi vítima.⁴⁰⁴ A morte de Tiradentes não seria a morte de um indivíduo, mas o assassinato de uma ideia, de um projeto, o que transforma a pátria na grande vítima da sentença da Coroa portuguesa.

O abominável réu torna-se, ao fim, o exemplo e guia de todos que, no presente e

³⁹³820421 A Liberdade. *Tiradentes* e 860421 A Cabeça do Mártir. *Tiradentes*.

³⁹⁴840421 [Sem título 1]. *Tiradentes*.

³⁹⁵730907 A Tiradentes. *A República* e 820421 A Cabeça de Tiradentes. *Tiradentes*.

³⁹⁶840421 Soneto. *Tiradentes* e 860421 A Cabeça do Mártir. *Tiradentes*.

³⁹⁷820517 820421 Tarpeia e Capitólio. *Tiradentes* e Hino a Tiradentes. *O Relâmpago*.

³⁹⁸820421 A Cabeça do Mártir. *Tiradentes*; 820421 A Tiradentes. *Tiradentes*; 830421 Tiradentes [2]. *Tiradentes* e 840421 Tiradentes. *Tiradentes*.

³⁹⁹830421 [Sem título]. *Tiradentes*.

⁴⁰⁰850421 Tiradentes. *Tiradentes*.

⁴⁰¹740815 Tira-Dentes. *Labaro Academico*.

⁴⁰²810421 Tiradentes. *O Atirador Franco*; 850421 V. *Tiradentes*; 860421 21 de Abril. *Tiradentes* e 860421 Amor da Pátria. *Tiradentes*.

⁴⁰³820421 A Tiradentes. *Tiradentes* e 820421 A Tiradentes. *Tiradentes*.

⁴⁰⁴830421 [Sem título]. *Tiradentes* e 840421 [Sem título 2]. *Tiradentes*.

no futuro, anseiam pela liberdade:⁴⁰⁵

A História o assinalou:
 A Verdade castiga-o,
 A Justiça o condena, a Indignação fustiga-o
 A Honra o esbofeteia e a Liberdade santa
 Aponta-o como exemplo às raças que levanta.

Nessa chave, é interessante indicar dois anúncios, no jornal *A Republica*, que ofereciam ao público obras sobre a Inconfidência. O primeiro⁴⁰⁶ apareceu em janeiro de 1873 e oferecia um panfleto “mais bem escrito que o *Libelo do Povo*”.



Ao longo dos meses de maio, junho e julho de 1873, foi ofertado o processo do julgamento de Tiradentes.⁴⁰⁷



⁴⁰⁵820421 Joaquim Silvério. *Tiradentes*.

⁴⁰⁶*A República*. Rio de Janeiro. 5 janeiro 1873. p. 4.

⁴⁰⁷*A República*. 5-6 maio 1873. Rio de Janeiro. p. 4.

A inconfidência e Tiradentes ocupam *locus* privilegiado, capaz de promover deslocamentos de suma importância. O primeiro seria o de fornecer lastro histórico às reivindicações de liberdade dos republicanos. Nesse sentido, aproximar-se-ia dos demais eventos resgatados e cultuados por estes. O segundo seria o de afirmar uma pretensão de liberdade, que passava pela separação de Portugal e que ainda não havia sido alcançada. Essa operação permitia apresentar a monarquia como resultante e parte da repressão portuguesa aos grupos separatistas e/ou que lutaram pela liberdade no período colonial. De outra forma, a independência promovida pela dinastia foi antecedida e viabilizada pela repressão da coroa portuguesa a esses movimentos. A prisão e execução dos líderes e dos participantes das revoltas anteriores permitiram que a dinastia se apresentasse como a realizadora da nossa independência. A proximidade temporal e a pretensão separatista permitem contrapor o 21 de Abril ao 7 de Setembro. A independência do Brasil era parte do projeto dos inconfidentes contra o qual se posicionou e atuou a família real de que o Império seria a continuidade. O círculo, assim, se fechava: o Império não seria a ruptura com a falta de liberdade, que definiria a dominação colonial portuguesa, mas seu prosseguimento, garantido graças à repressão às sedições que pretendiam o rompimento com aquela dominação.

Essa operação tem um duplo alcance: de um lado, questionava as comemorações e saudações ao Império como início do Brasil livre e, por outro, permitia acusá-lo de continuidade, de conivente e de praticante da repressão e de usurpador do sonho de liberdade dos brasileiros. Em contraposição ao “Império-ruptura-liberdade”, os republicanos constroem e fazem circular a imagem do “Império-continuidade-tirania”.

O resgate e a associação das lutas contra a dominação portuguesa e daquelas contra a monarquia são possíveis na medida em que são informados e informam a visão dessas ações sob o denominador comum de serem combates pela liberdade. Se o sentido das lutas é comum, então as estruturas de poder contra quais se opõem também o são. As duas dimensões da similitude (entre os combates e o poder) são complementares, são duas manifestações da mesma substância: a continuidade. À permanência da tirania, teríamos a permanência das lutas pela liberdade. As lutas contra a tirania-monarquia são assim atualizadas e integram as ações pela liberdade-república.

Em novembro de 1888, praticamente 18 anos após a publicação do Manifesto Republicano, a “organização do Partido Republicano” foi apresentada como parte desse

processo de luta pela liberdade. A lógica subjacente ao Calendário Republicano ficou explícita na edição de 23 de novembro de 1888 do jornal *A Metralha*, “folha de propaganda republicana” e de “distribuição gratuita” (ver figura abaixo).

ANNO I RIO DE JANEIRO, 23 de Novembro d 1888. N. 1

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA **A METRALHA** DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

FOLHA DE PROPAGANDA REPUBLICANA

PATRIA REPUBLICANA

<p>Revolução Mineira 1792 Tira-dentes Maria I --- Ré</p>	<p>Revolução de Pernambuco 1817 Domingos Theotônio D. João VI --- Réo</p>
---	--

DISSOLUÇÃO DA CONSTITUNITE
Imprensa livre

<p>Confederação do Equador 1824 Padre Caneca Pedro I --- réo</p>	<p>Republica do Piratinim 1845 Bento Gonçalves Pedro II --- réo</p>
---	--

Revolução Pernambucana
1848
Nunes Machado Pedro II --- Réo duas vezes

ORGANISAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO
1870-1888
TODA A NAÇÃO

A Metralha

As lutas anteriores e a criação do partido são tratadas como processo único: o de constituição da “pátria republicana”. O contínuo que teve início em 1792, com a “Revolução Mineira”, prolonga-se até o período 1870-1888 e se completa com a “organização do Partido Republicano”. As indicações dos eventos vêm acompanhadas do nome de seus protagonistas, os heróis, e dos governantes responsáveis pela sua repressão, referidos como réus. No último acontecimento da lista, a organização do partido, o protagonista indicado é “toda a nação”. Temos, assim, duas novidades que merecem ser postas em destaque. A primeira, indicada acima, é a linha de continuidade entre as lutas contra o domínio português, o Reino Unido e o Império, e a criação do Partido Republicano. A segunda, é que esse último aparece como sendo um movimento de toda a nação. Todo esse quadro conforma a “pátria republicana” que dá título à página.

O efeito deste processo foi fornecer, portanto, um ponto de apoio para o discurso da liberdade, um novo fundamento, alternativo ao discurso do 7 de Setembro, ao discurso monárquico. Isto foi particularmente visível no resgate, leitura e (re)escrita da Inconfidência. No território comum da ideia de liberdade e sua associação à separação de Portugal, 1822, a forma concreta como esta ocorreu, pôde ser contraposta a 1789, como deveria ter ocorrido. Por ter sido reprimido por aqueles que promoveram 1822, 1789 continuava atual, seria um projeto pelo qual ainda teríamos de lutar. O fato de a dinastia não estar mais no além-mar e o Brasil não ser mais uma colônia não mudava o essencial: a busca/instituição da liberdade ainda que tardia. Mesmo que este *tardia* correspondesse a quase 100 anos. Se para os monarquistas, a História do Brasil até então podia ser descrita como constituída por dois momentos distintos, para os republicanos era um momento só.

História, progresso e evolução são tratados como equivalentes, uma trindade laica que promete um futuro grandioso, em último caso, por ser mais do que o presente. Mesmo sendo um truísmo, vale a pena destacar os deslocamentos implícitos nessa lógica e que orientam os poemas. O primeiro diz respeito à ênfase no porvir, no futuro. As iniciativas e avaliações do presente informam e são informadas pelo olhar colocado adiante no tempo. A referência no futuro e a ideia de progresso permitem contestar a organização do Império, servem de contraponto e medida do que existe, do instituído. Assim, o presente assume por antecipação uma roupagem de passado, perde sua

atualidade, aparecendo como algo que deve e que será superado, algo transitório destinado a ser substituído por um futuro melhor. O futuro assume assim uma dupla significação: indica um tempo e uma organização. Os textos, ao tomarem o futuro como foco, promovem o abandono do passado como referência existencial. O passado e o presente não nos aprisionariam e limitariam nossas possibilidades históricas, não estabeleciam limites, pelo contrário, abriam possibilidades e impunham modificações.

Essa mudança epistemológica ou de referencial liberta o homem do passado, da história, e traduz a incorporação de uma sensibilidade própria do século XIX. As mudanças e inovações positivas são tratadas como inerentes à própria história da humanidade, obrigando as sociedades a sempre se transformarem, sob o risco de ficarem para trás, defasadas. Se o tempo é mudança constante, se futuro sempre traz mais e novas mudanças, a não modificação significa permanecer no passado. Uma mudança implícita, nessa lógica, é que a contemporaneidade ou modernidade implica atualizar-se constantemente, sob pena de ser superado pelo tempo, pelo progresso. Nessa chave, a antecipação do futuro ou as iniciativas no sentido de acelerar a história são positivas. Acelerar a história não é acelerar o tempo, mas agir no sentido de instituir ou criar condições para a realização das práticas e sociabilidade positivas que o futuro promete. O futuro (“o porvir”) aparece sempre como uma melhora, um avanço e uma conquista.

Essa perspectiva presente nos poemas republicanos tem como efeito transformar o presente em passado. Se o futuro é toda essa promessa, o presente assume por antecipação a imagem de atraso e tradição arcaica. A expectativa de futuro aparece não como continuidade do presente, mas como sua negação, do mesmo modo que esse é tratado como continuidade do passado. A lógica temporal é, assim, subvertida em função de um projeto que pretende substituir o existente em um futuro próximo, em nome de uma continuidade com as lutas do passado. O porvir está sendo atado ao passado e dissociado do presente. No limite, essa economia do tempo vai produzir e colocar em circulação a imagem do Império como o arcaico e antimoderno, explorando ao máximo a imagem dos cabelos brancos de Pedro II.

O segundo deslocamento é relativo ao estatuto da história nesses poemas. Se por um lado, ela aparece como laica e humana – já que são os homens que fazem a história –, por outro, é também mostrada como realização de divindades laicas, tais

como Liberdade, Razão, Justiça, Revolução etc. A humanidade seria guiada e inspirada por grandes valores e princípios e não pela tradição, pelo costume fruto de preconceitos e/ou superstições. Há aqui uma ruptura e uma continuidade com o pensamento que é contestado. A ruptura fica por conta da inovação pretendida, que busca fundamentar a evolução, o caminhar histórico, a partir de valores laicos por excelência. Mais ainda, a história não seria a realização desses valores, mas da ação dos homens na busca de sua implantação. Os homens são representados como senhores dos destinos, sujeitos da história. A continuidade, por outro lado, resulta de um tratamento divinizador dos valores que devem orientar um bom governo, uma boa sociedade e a história. Algumas vezes, tais valores são nomeadamente divindades (“deusa Liberdade”, por exemplo), noutras, são tratados como divindades e/ou individualidades, processo evidenciado pelo uso da maiúscula. A Liberdade, a Verdade, a Revolução e a Justiça, mais do que valores, são entidades que devem nos inspirar e intervir no porvir histórico. Assim, a história da humanidade aparece nos poemas republicanos como associada à realização de princípios eternos que pairam acima dos homens e do tempo. Inversamente, os homens é que aparecem como subordinados a esses princípios. Nesse sentido, podemos sugerir uma continuidade no tratamento metafísico da história.

Os monarquistas vão buscar outra relação com o tempo. Para esses, a relação “passado, presente e futuro” se dá em outros termos. A legitimidade monárquica resulta de uma economia do tempo que afirma ser o presente fruto de uma ruptura com o passado colonial. O Império é a sociedade brasileira que resultou de sua libertação do jugo colonial. No limite, seria a própria libertação da sociedade brasileira e seu nascimento enquanto tais. O futuro que nos aguarda, nessa lógica, seria a continuidade do presente, ou seja, a evolução da atual organização política e social. Em termos concretos, a monarquia entraria no século XX na forma de um terceiro reinado. O presente já seria o futuro.

As consequências dessas duas leituras do tempo histórico, de monarquistas e republicanos, são múltiplas. A mais óbvia é o peso dado à história como fonte de legitimidade da política. O uso presente da história a transforma em uma questão política, pois seria a fonte que autorizaria a permanência de grupos no poder.⁴⁰⁸ Outra implicação é a discussão do *status* do 7 de setembro de 1822. Para os monarquistas, essa

⁴⁰⁸FERRO, Marc. *A História Vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

data marca o evento fundador do Brasil moderno e livre. É a própria ruptura efetivada por Pedro I. Já para os republicanos, a data não teria maior significado não fosse o tratamento que os monarquistas lhe dispensam. Por constituir um ponto de apoio para a coroa, torna-se alvo de crítica dos republicanos. Assim, uns procuraram elevá-la a evento fundador, outros buscam denunciá-la como mentira.

A denúncia se, por um lado, reduz o *status* do 7 de setembro, por outro, busca resgatar o passado que a dinastia quis encampar: a Inconfidência Mineira. 7 de Setembro e Inconfidência Mineira passam a ser dois acontecimentos em torno dos quais assistimos à tentativa de construção de duas versões avessas da história. Dois acontecimentos antagônicos prestam-se a usos políticos semelhantes (arma de combate) a dois rivais na disputa pelo poder.

Conclusão

Esta tese teve como motivação uma inquietação e um incômodo. A insistência em que a não participação popular na instauração da República era frisada por parcela da historiografia ocasionou tais sensações. A ausência constatada pelo republicano Aristides Lobo, insuspeito, portanto, no imediato à proclamação, foi argumento dos críticos da República, à esquerda e à direita. A República nascia com um pecado original. Desta feita, tal sistema, entre nós, teria nascido já maculado, pois, faltava-lhe o mais importante. Nomeações como golpe, quartelada ou mesmo ditadura foram utilizadas para indicar essa origem torta.

As análises sobre a Proclamação da República, que destacavam a ausência do povo, priorizavam, na explicação da derrocada da Monarquia, os acontecimentos dos últimos anos do Império e seus protagonistas. A inteligibilidade acerca da mudança do regime operada em 15 de novembro era buscada nas crises dos momentos finais do Império: o encontro da chamada questão militar com o partido republicano e a insatisfação dos escravocratas, que se sentiram lesados com a Abolição sem indenização, em um contexto de desânimo com o credo monárquico. Tal matriz explicativa foi parcialmente definida, em 1891, por Cristiano Ottoni, em *O Advento da República no Brasil*. O III Reinado, temido pelos republicanos, começava a ser desenhado desde a Abolição. Diante da ameaça de o projeto republicano ser adiado, ou inviabilizado, com o início do reinado de Isabel e da possibilidade de implantar a República por meio de conspiração, as lideranças do Partido agiram guiadas pelo oportunismo. “No contexto de exacerbação da crise, de volatilidade de posições e redesenho de alianças, Bocaiuva demonstrou o quanto tinha incorporado a filosofia geral do oportunismo”.⁴⁰⁹

Se considerarmos que a articulação viabilizadora do dia 15 de novembro foi feita secretamente, pois se tratava de uma conspiração, percebe-se que o público não teria como saber e participar.⁴¹⁰ Tudo foi mantido em segredo para evitar reação do

⁴⁰⁹ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 319.

⁴¹⁰CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 49.

governo. Acrescente-se que, segundo vários depoimentos, nem os protagonistas sabiam que estavam a instaurar a República na manhã do dia 15 no Campo de Santana.

A história dos anos subsequentes teria confirmado a mácula inicial da República sem povo. Implicitamente, havia a convicção de que o desenho institucional e político definido na década de 1890 seria realização de algo que estava contido na sua inauguração, quadro agravado por ter a história da Proclamação se confundido com a memória e narrativa republicana nesse período. Nos primeiros anos da República, a ideia de ser um salto qualitativo na História do Brasil se consolidou. Os republicanos produziram narrativas nas quais apareciam patriotas abnegados em defesa da pátria e não defendendo projetos e pontos de vista.

O problema é que os protagonistas diretos não estiveram presentes na vida pública nos anos subsequentes. Benjamin Constant havia falecido quando a Constituinte o declarou “fundador da República Brasileira” em 1891. Deodoro, após atritos com o Congresso que o havia eleito, renuncia e não termina o mandato. Bocaiuva se retira da vida pública para, segundo suas próprias palavras, plantar batatas. O acaso, que permitiu a aproximação desses homens públicos no final de 1889, afastou-os nos anos seguintes.

Essa ênfase em explicar a República com base em tais articulações ofuscou dimensões importantes do republicanismo no Brasil. Por mais constante e presente que tenha sido a atuação de Bocaiuva, ele não era o partido. Este era maior e mais plural do que os defensores da liderança de Bocaiuva querem fazer crer. O Príncipe, como era chamado, tinha desafetos dentro do partido além de Silva Jardim. Nas vezes em que tentou impor uma linha de conduta ao partido, sempre foi atropelado pelas diferenças internas. Soma-se a isso, o fato de que a bandeira da república abrigava grupos e concepções diferentes. Na contestação da Ordem Saquarema, mobilizaram-se liberais republicanos, novos liberais, positivistas abolicionistas e federalistas científicos, segundo Alonso.⁴¹¹ Ou seja, o republicanismo era mais plural e diversificado do que o fetiche da chefia institucional fazia crer.

O trabalho de proselitismo político, sustentado nos jornais, conferências e *meetings*, explorava e ampliava a exígua esfera pública. A rua e a opinião pública foram ressignificadas ao longo da campanha republicana.⁴¹² Essa é referida, mas ou atribui-se a

⁴¹¹ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 165-262.

⁴¹²MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007. p. 214.

ela escassa importância, ou ela é identificada com a atividade de poucos militantes do partido. No entanto, o que o povo sabia sobre república, e é esta a questão, era o que tinha sido compartilhado nos quase 20 anos de campanha.

A ausência da participação popular, apontada nos juízos sobre a República, estava, portanto, sendo buscada no lugar e momento errado.⁴¹³ A ausência na Proclamação é compreensível, a nosso ver, pelo caráter de segredo e conspiração que assumiram as articulações entre civis e militares no segundo semestre de 1889.

A interrogação sobre a não participação popular precisava, então, ser repensada. A demanda que nos orientou caminhou no sentido de investigar o que foi colocado para o público fora do partido como sendo a República. A partir disso, poderíamos reformular a questão. Nossa opção foi buscar a resposta à questão nos jornais, mais especificamente, nos poemas sobre a república (ou contra a monarquia) que esses jornais veiculavam.

Entendíamos que esses textos se prestavam a difundir a proposta republicana para o público não intelectualizado e iletrado do Império, ou seja, o grande público. Os poemas são ritmados; no mais vezes, curtos; possuem rimas – elementos que facilitaríamos sua difusão para além da forma impressa. Em uma sociedade na qual os poetas e escritores *falavam* de pena em punho,⁴¹⁴ com forte tradição de auditório⁴¹⁵ e marcada por uma cultura *auditiva*,⁴¹⁶ poemas se tornavam recursos para propagar ideias e problematizar o mundo. Pesquisando os jornais, encontramos centenas de poemas que podem ser considerados integrantes da campanha. Poemas que tratavam de assuntos outros havia em número maior. Escrever poesia e publicá-la fazia parte da cultura do final do Império.⁴¹⁷

De modo geral, os poemas tratavam de diferentes questões, mas algumas ideias apareciam como recorrentes. A monarquia era equiparada à tirania, o que justificava e autorizava a sua contestação. Era a negação da liberdade, seu antiprincípio. Construía-se uma representação do governo na qual a refutação deste se tornava necessária, legítima e possível. A apresentação de um futuro, distinto e oposto ao presente monárquico, era apontada como superação dos problemas existentes sob o Império. A valorização da

⁴¹³CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 35.

⁴¹⁴CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 74.

⁴¹⁵CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 76.

⁴¹⁶LIMA, Luiz da Costa. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 7-16.

⁴¹⁷ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988. p. 171.

liberdade era o elemento comum que unia o presente sob a Coroa tirânica e a república do porvir.

Coerentes com essa premissa, os poemas evidenciam um trabalho sistemático para desqualificar a monarquia. Produzem e fazem circular uma representação do Império como marcado pela desigualdade, injustiça e iniquidade. As práticas políticas institucionais, o sistema político, a estrutura de poder, os governantes, a nobreza, o tráfico de influência, o apadrinhamento, contribuíam para uma sociedade injusta marcada pela penúria material e política. Homens sem liberdade, mantidos na miséria – poderia ser o resumo da imagem que esses poemas trazem. O acesso desigual aos bens materiais e simbólicos aparecia como injustiça que só ocorria sob a Monarquia.

A história do Brasil sofreu uma releitura concebida pelos republicanos, e novas ficções concordantes foram concebidas de modo a produzir outra relação entre Império e colônia. Para a Monarquia, 1822 marcava o início de uma nova fase da história do Brasil, a da liberdade. Os republicanos investem contra essa ideia de ruptura, destacando a continuidade que atravessa 1822. A ausência de liberdade, a tirania instaurada pós-1822, fundamentava a supressão do marco da Independência. O 7 de Setembro é denunciado como farsa e traição.

O Império se tornava, nessa chave, a continuidade do domínio colonial; do mesmo modo, as ações contra a metrópole se tornavam combates republicanos. Na busca de lastro para o projeto de uma futura organização política e social, assistimos ao resgate dos movimentos, sedições e revoltas ocorridos na história do Brasil como sendo antecedentes da república. Essas lutas apareciam então como já contendo o futuro, o presente no qual os republicanos falavam e o próprio republicanismo. As especificidades de cada movimento desapareciam sob o denominador comum da luta pela liberdade, ou contra o poder instituído.

O resgate e o elogio dos combates passados produziam a visão de que as revoltas eram dotadas de positividade e se mostravam como expedientes aceitáveis. Esse ponto se revelou profundamente não consensual entre os republicanos. Ao lado da defesa da *revolução*, levada a cabo por Mendonça, Jardim e alguns partidos provinciais, por exemplo, havia a defesa intransigente da *evolução*, feita por Bocaiuva.

Os poemas primavam, dessa forma, por promover uma imagem negativa da monarquia. Não havia qualidade nas condições políticas e sociais sob o Império. Este

não só permitia os abusos, como os promovia e deles vivia. Obcecados em falar mal do que existia, não houve explicações ou detalhamento da organização a ser instituída em sua substituição. Podemos entender que seria tudo aquilo que a Coroa não era, que, ao condenar essa ou aquela prática como monárquica, implicitamente afirmava-se que a república não as teria. Desta feita, os poemas primavam por ser mais antimonarquistas do que pró-república.

Duas possibilidades para a omissão nos poemas acerca da república podem ser aventadas. A primeira é que a denúncia da monarquia existente seria mais produtiva, pois mobilizava o incômodo da população com os infortúnios concretos por ela vividos. O recurso à demonização do poder é sempre mobilizador, ao permitir canalizar politicamente as insatisfações e descontentamentos contra aqueles que governam. A liberdade foi transformada em divindade, em entidade a-histórica, que pairava sobre os homens; a república, não.

Outra possibilidade seria atribuir a ausência à falta de clareza do que seria uma república ou a república após a derrocada da monarquia, falta não decorrente do desconhecimento, mas da dificuldade em promover uma definição que agradasse a todos os grupos e pessoas que a queriam. Um eventual detalhamento poderia causar mais estragos e defecções ao movimento do que sua omissão. A condenação da Monarquia, nesse caso, seria a agenda mínima capaz de conciliar a maior mobilização com o menor custo político.

Há que se considerar também que os poemas foram escritos por pessoas as mais diferentes, com motivações diversas em locais e momentos distintos. Lembremos que o Partido Republicano não consistia no único agrupamento político que contestava a monarquia, como indicado acima. A omissão que estamos indicando não resultou de opção consciente ou orientação de um centro decisório. Ocorreu, em certa medida, de modo espontâneo, sugestão que nos parece plausível e indicativa de que a rejeição à Monarquia era mais mobilizadora do que a defesa da república. As pessoas reagiam e se sensibilizavam mais com os infortúnios da vida presente do que com o desenho de uma sociedade futura.

Em todo caso, os poemas permitem afirmar que a pauta republicana nas duas últimas décadas do Império era fundamentalmente antimonarquista. O movimento se regulava por uma agenda negativa. Os contestadores da ordem não compartilhavam uma

identidade, mas um antagonista.⁴¹⁸ Tal pauta transformava a conquista da liberdade, que não era detalhada, em uma panaceia. Todos os problemas eram atribuídos à sua ausência.

A agenda mínima não resultava em adesão à república, mas em rejeição à monarquia. Insistia e propagava a insuficiência desse sistema, seus limites e incapacidades. Nesse sentido, pode ter sido mais eficaz para desconstruir e corroer a legitimidade monárquica do que agir para construir uma convicção. Mobilizava mais a repulsa e condenação do que a adesão.

Voltando ao incômodo que motivou esta tese, podemos concluir que não houve participação popular quando da Proclamação porque a campanha não investiu nisso. A mobilização popular, a tese da revolução, causava receio. O fantasma das revoltas durante a Regência ainda assustava os membros do partido.

Por outro lado, naquilo que marcou a campanha, ela teria sido bem sucedida, posto que foi pautada pela desconstrução da Monarquia. Nisso, pode-se dizer que foi vitoriosa, pois não houve protestos pela permanência do imperador. Ninguém foi às ruas apoiar a República recém-inaugurada – e que não estava sob ameaça –, mas, principalmente, ninguém saiu de casa para defender a Monarquia.

Esta tese é parte de uma longa jornada. Em certa medida, teve seu início na década de 1990, com a pesquisa “Poesia Republicana em Minas Gerais (1885-1900)”, concluída em 1992 com apoio da Fapemig.⁴¹⁹ Continuou com a publicação de *Maio de 1888*, sobre os poemas elaborados e distribuídos em papéis avulsos para comemorar a Abolição.⁴²⁰ Na busca de sistematizar o problema que a consideração da linguagem das fontes – percebida na pesquisa – colocava, foi criado, em 2005, o Grupo de Estudo e Trabalho em História e Linguagem – GETHL, com a participação voluntária de alunos da graduação em História da UFMG. Em 2009, o GETHL passou a contar também com a participação de pós-graduandos da PPGH e do PosLit - UFMG, adquirindo um caráter interdisciplinar, e foi cadastrado no CNPq como grupo de pesquisa. O fio condutor desta jornada tem sido o uso de fontes literárias, poemas especialmente, na análise histórica,

⁴¹⁸ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 323.

⁴¹⁹PIMENTEL, Thais V. C. et al. *Relatório de pesquisa – Poesia republicana em Minas Gerais (1885-1900)*. Belo Horizonte, 1992 (mimeo.).

⁴²⁰MIRANDA, J. A. et al. *Maio de 1888 — Poesias distribuídas ao povo*, no Rio de Janeiro, em Comemoração à Lei de maio de 1888. Rio de Janeiro: ABL, 1999.

bem como a relação entre Linguagem e História. A particularidade dessas fontes nos aproximou das discussões sobre linguagem e de suas relações e contribuições para o estudo dos processos históricos.

Esta tese identificou-se ora com Ulisses, ora com Penélope. Com o primeiro, pela dificuldade em chegar a Ítaca, entendida como uma resposta que colocasse um ponto final na busca de soluções para aquelas relações. Com a segunda, pelo constante retomar do ponto de partida, após sermos obrigados a abandonar possibilidades que tinham parecido promissoras.

Uma finalização de tese, bem como de qualquer trabalho de maior fôlego, é um processo duplo em que se encerra algo que, ao mesmo tempo, produz novos incômodos. Muitos claros continuam existindo com o ponto final. Tal característica é da natureza mesma de uma pesquisa histórica, um trabalho que, em certa medida, se consolidou, mas deixa ainda pistas para que investigações outras possam surgir.

As fontes levantadas para esta tese renderiam – e esperamos que rendam – diversas outras análises, sejam elas dissertações, teses ou artigos, dada a pluralidade de temas, visões e interpretações que suscitam. É humanamente impossível tratá-los exaustivamente em um único trabalho. Todavia, cremos que a centelha está lançada. Que novos olhares se voltem para a aventura da escrita desses poemas, que encenaram uma agitada cena pública nos fins do século XIX.

Referências

Fontes Primárias

ALBUQUERQUE, Medeiros de. *Quando eu era vivo...* – Memórias 1867 a 1934. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1942.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. [1908] São Paulo: Nova Cultural, 2003.

BILAC, Olavo. Sobre a minha geração literária (No banquete oferecido pela sociedade do Rio de Janeiro no Palace-Théâtre, — Rio de Janeiro). *Ultimas conferencias e discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924. pp. 69-81.

BOCAIUVA, Quintino. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. v. II.

BUARQUE, Felicio. *Origens Republicanas* – Estudos da genes política em refutação ao livro do Sr. Dr. Affonso Celso *O Imperador no exílio*. Recife: Francisco Soares Quintas, 1894.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição Política do Império do Brazil* (de 25 de março de 1824). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm Acessado em 9 de maio de 2013.

CELSONO, Afonso. *Oito Anos de Parlamento*. Brasília: Editora UnB, 1981.

CUNHA, Euclides da. Atos e Palavras. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1995. V. I.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. *Revista Filosofia Política*. nº. 2, 1985.

FRANCE, *Constitution de l'an XII*. 1804. <http://mjp.univ-perp.fr/france/co1804.htm>. Acessado em 08 de maio de 2013.

GIBON. Typos políticos — Mello e Mattos. *O Globo*. 5 nov. 1876.

JARDIM, Antonio da S. *Propaganda Republicana*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1978.

LOBO, Aristides. Cartas do Rio. *Diário Popular*. São Paulo. 18. Nov. 1889. In: CARONE, E. *A Primeira República (1889-1930)* – Texto e contexto. São Paulo: Difel, 1969. pp. 288-289.

MENDONÇA, Lúcio de. *Vergastas*. Rio de Janeiro: Typ. e lith. De Carlos Gaspar da

Silva, 1889.

MENDONÇA, Lúcio de. *A caminho* (Propaganda Republicana). Rio de Janeiro: Lammert & Cia, 1905.

MENDONÇA, Lúcio de (Juvenal Gavarni). *Caricaturas Instantâneas* [1896]. Rio de Janeiro: S. A. A Noite, 1939.

OTTONI, C. B. *O advento da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1890.

OURO PRETO, Visconde de. *O advento da ditadura militar no Brasil*. Paris: F. Pichon, 1891.

PESSOA, Reynaldo C. *A Idéia Republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

ROBESPIERRE, M. de. Sobre os princípios de moral política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República. *Discursos e Relatórios na Convenção*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999. pp. 141-162.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*. *Rousseau*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os pensadores).

SALLES, Campos. *Da propaganda à Presidência*. Brasília, Editora UnB, 1983.

Fontes secundárias

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ARGOLLO VALDETARO, Zina Maria de Teive e. *Lições da ciência do belo: os Saquaremas e a conformação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Puc-RJ, 2008. (Dissertação de mestrado)

BELLO, José M. *História da República*. [1940] São Paulo: CEN, 1969.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CANÊDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CARDOSO, Fernando H. Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1982. t. III, v. 1. p. 15-50.

CARVALHO, José. M. de. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Entre a liberdade dos Antigos e a dos modernos: a república no Brasil. *Dados — Revista de Ciências Sociais*, 32, 3 (1989). p. 265-280.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

- CARVALHO, José. M. de. Cidadania a porrete. In: *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VIANNA, O. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006. p. ix-xxi.
- CARVALHO, José. M. de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: _____, _____. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 17-42.
- CARVALHO, José. M. de. Radicalismo e republicanismo. In: _____, _____ e NEVES, Lúcia M. B. P. das. *Repensando o Brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 19-48.
- COSELECHHI, José E. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, Emília V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.
- COUTINHO, Afrânio (org.). *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- COUTINHO, Afrânio. Prefácio da Primeira Edição (1955). In: *A literatura no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF, 1986.
- HOBSBAWM, Eric J. A carreira aberta ao talento. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. pp. 221-238.
- HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. T. II, v. 5.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana – Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Edur, 2007.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o Sonho. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 27, no 45: p.121-139, jan/jun 2011.
- MIRANDA, J. A. et al. *Maio de 1888 — Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em Comemoração à Lei de maio de 1888*. Rio de Janeiro: ABL, 1999.
- MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e documentos para a História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.
- MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. Brasília: Editora UnB, 1985.
- JOSÉ, Oíliam. *A Propaganda Republicana em Minas*. Estudos Sociais e Políticos. Belo

Horizonte, nº 12, FDUFG, 1960.

LAPA, José R. do A. (org.) *História Política da República*. Campinas: Papirus, 1990.

PIMENTEL, T. V. C. *et al.* As festas da igualdade. In: MIRANDA, J. A. *Maio de 1888* — Poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888. Rio de Janeiro: ABL: 1999.

PORTO, Manoel E. C. *Apontamentos para a História da República*. [1890] São Paulo: Brasiliense, 1990.

QUEIROZ, Suely R. R. de. *OS Radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

VIANNA, Oliveira. *Problemas de Organização e Problemas de Direção*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

Referências teóricas

ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática/Brasília: Unb, 1988.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, 1992.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (trad. do francês: Roberto Leal Ferreira; trad. francesa: Marcel Prélot)

ARISTÓTELES. *Poética. Aristóteles*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Os pensadores). p. 37-76.

BAKER, Keith Michael. Soberania. In: FURET, F. & OZOUF, M. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 882-598.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARTHES, Roland. *O Rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, [1987].

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-234.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BIGNOTTO, Newton. Republicanismo. BARRETO, Vicente (org.). *Dicionário de*

Filosofia do Direito. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2006. p. 716-719.

BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistema de pensamento. In: _____. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 203-230.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: _____. *Razões Práticas*. Campinas: Pauris, 1996. p. 13-27.

BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 81-125.

BOURDIEU, Pierre. Descrever e prescrever. In: _____. *Economia das trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 117-128.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BURKE, Peter e PORTER, Roy. (orgs). *História social da linguagem*. São Paulo: Unesp/ Cambridge, 1997.

BURKE, Peter e PORTER, Roy. (orgs). *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. São Paulo: Unesp, 1993.

BURKE, Peter. A História Social da Linguagem. In: _____. *A Arte da Conversação*. São Paulo: Unesp, 1995. p. 9-50.

CARDOSO, Sérgio. Que República? In: BIGNOTTO, N. (org.) *Pensar a República*. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2000. p. 27-48.

CASTORIADIS, Cornélius. O Domínio social-histórico. In: _____. *Os destinos do totalitarismo e outros escritos*. Porto Alegre: LP&M, 1985.

CERTEAU, Michel de. Usos da língua. In: _____. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 221-276.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, jan./abr. 1991, v. 5, n. 11, p. 173-192.

CHARTIER, Roger. [Entrevista]. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, jan./dez. 1995, v. 8, n. 1-2, p. 3-12.

CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. Crítica textual e história cultural – o texto e a voz, séculos XVI-XVII. *Leitura: Teoria & Debate*. Associação Brasileira de Leitura. Campinas, n.; 30, dez. 1997. p. 67-75.

CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro – Do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp,

1998.

CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros – Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1998.

CHARTIER, Roger e CAVALLO, Guglielmo (orgs.) *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 1998. 2 vs.

CHAUÍ, M. S. e FRANCO, M. S. C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Livro Primeiro, XXV.

COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria – Literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2001.

DARNTON, Robert. *Boêmia Literária e Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette – Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, P. (org.). *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 199-236.

DARNTON, Robert. [Entrevista]. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, jan./dez. 1995, v. 8, n. 1-2, p. 13-18.

DARNTON, Robert & ROCHE, D. (orgs.). *Revolução Impressa – A imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

DENT, N. J. H. *Dicionário Rousseau*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DETIENNE, Marcel. *Os Mestres da Verdade na Grécia Arcaica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

FERRO, Marc. *A História Viglada*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

FURET, François. *Pensar a Revolução Francesa*. Lisboa: Edições 70, [1988].

FURET, F. & OZOUF, M. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GOULEMOT, Jean Marie. “Da leitura como produção de sentidos”. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

ISER, Wolfgang. La ficionalización: dimensión antropológica de las ficciones literárias. In: DOMINGUEZ, Antonio Garrido (Comp.). *Teorias de la ficcion literaria*. Madrid: Arco/Libros, 1997. pp. 43-68.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura – Uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Edit. 34, 1996. 2 vs.

JONES, Gareth S. Reconsideración sobre el cartismo. In: _____. *Lenguajes de classe –*

- Estudios sobre la historia de la clase obrera inglesa. Madrid: Siglo XXI, 1989.
- LE BON, Gustave. *Psicologia de las Multitudes*. Buenos Aires: Albatros, 1952.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Edit Unicamp, 2003. pp. 525-541.
- LEFORT, Claude. A imagem do corpo e o totalitarismo. In: _____. *A Invenção Democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983. pp. 107-124.
- KERMODE, Frank. *El sentido de un final*. Estudios sobre la teoría de la ficción. Barcelona: Gedisa, 2000.
- LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Edit. 34, 1993.
- LIMA, Luiz da Costa. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. pp. 3-29.
- LIMA, Luiz da Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LUKACS, Georg. Avant-propos. *Balzac et le réalism français*. Paris: Edit. Maspero, 1960.
- LUKACS, Georg. *La Novela Histórica*. México: Ediciones Era, 1977.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo – Triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Edit. UFRJ/ Edit. UNESP, 2004.
- LYONS, Martyn. “Os novos leitores do século XIX: mulheres, crianças, operários” In: CHARTIER, Roger e CAVALLO, Guglielmo (orgs.) *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 1998. v. I.
- MACPHERSON, C. B. *A Teoria Política do individualismo possessivo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- MANGUEL, Alberto. *Uma História da Leitura*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- PLATÃO. *A República*. Bauru, SP: EDIPRO, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques (Dir.). *La politique des poètes – Pourquoi des poètes em temps de détresse?* Paris: Albin Michel, 1992.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Edit. 34, 1995.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento – Política e filosofia*. São Paulo: Edit. 34, 1996.
- RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível: Estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Edit. 34, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. *Política de la literatura*. Buenos Aires: Libros de Zorzal, 2011.

RAYNAUD, Philippe. Democracia. In: FURET, F. & OZOUF, M. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. pp. 668-677.

RIBEIRO, Renato Janine. História e Soberania (de Hobbes à Revolução). In: _____. *A Última Razão dos Reis*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a Literatura?* São Paulo: Ática, 1999.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. O que é o Terceiro Estado? In: BASTOS, A. W. (org.) *A Constituinte Burguesa – Qu'est-ce que le Tiers État?* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

TARDE, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TAYLOR, Charles. Esfera Pública. *LusoSofia* - Biblioteca On-line de Filosofia e Cultura, Covilhã, 2010.

TURNER, Bryan S. Outline of a Theory of Citizenship. *Sociology*. May 1990. vol. 24, nº 2. pp. 189-217

WITTIMAN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no século XVIII? CHARTIER, Roger e CAVALLO, Guglielmo (orgs.) *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 1998, v. I, pp. 135-164.

Anexo 1: Relação nominal dos poemas localizados

Os números que precedem os títulos indicam as datas em que os mesmos foram publicados. Os dois primeiros algarismos indicam o ano, o terceiro e o quarto indicam o mês e o dois últimos indicam o dia. Assim, 690829 deve ser lido como 29 de agosto de 1869.

690829 O Progresso	730515 Saudação aos Palmares
690912 Será verdade?	730518 Piparotes / Grande questão do dia
690919 Será verdade.	730526 Os Escravos no Eito
691223 Casusinha das dúzias	730630 O Povo
691224 Endiabradinhas	730703 Ao Sete de Setembro
700101 Ano mau	730704 A Bandeira apedrejada
700101 Casusinha das dúzias	730710 A “Revolução”
700126 Ao Brasil	730713 Excelsior
700126 Um Brado de gratidão	730716 [Sem título]
700211 T. B. Otoni	730717 A República Universal
700225 [Sem título]	730717 Os dois prisioneiros
700226 À Chegada dos voluntários da pátria, em fevereiro de 1870	730731 Gênio da Liberdade
700322 Saudação	730731 À província de S. Paulo
700407 À morte do patriota	730817 Epigrama
700617 [sem título]	730825 Voz do Porvir
700721 <i>Aurora arts</i>	730907 À Tiradentes
700801 O Século	730707 Sete de Setembro
701023 Salve!	730915 Saudação
710327 Glória e humanidade	731004 O Tiradentes
710422 À memória de Tiradentes	740119 Extorsão / Falta d’água
710425 À República	740131 Soneto
710520 <i>Nondum Lucebat</i>	740430 À Memória de Pedro Ivo
710601 Ao Povo	740530 Revolução Seis de Março
710613 Ao Imperador	740630 Revolução
710617 Teófilo Otoni	740701 <i>Naturæ vox</i>
710814 A escrava	740730 Liberdade igualdade e fraternidade
710828 Sete de setembro	740801 <i>Terribilis nox!</i>
710902 A Canção do trapeiro	740815 Tira-Dentes
710904 Agonia e glória	740820 O Brasil e o Imperador
711001 Mentira de Bronze	740831 Uma esmola!
711001 O Guião Negro	740901 <i>Corruptum Genus</i>
711018 A Independência do Brasil	740901 Sete de setembro
711204 Trevas e luz	740915 Sete de setembro
720423 A Caída, e a organização do ministério atual	750112 01º de dezembro
720524 A Mulher Ideal	750312 A musa da conciliação
721229 Visão do Enforcado	750628 O Homem – Grandezas e misérias
730315 <i>Surrexit</i>	750701 Bandeira enlutada
730327 O Brasil	750808 Moralidade
730405 À vitória final	750820 República
730415 Aos monarquistas	750901 Farsa sobre farsa
	750907 Sete de setembro
	750924 Sete de setembro

- 750925 Anistia / Puff
751021 Cartas / de João Simplício à sua tia de Xiririca
751024 Ao corpo escolástico
751024 Ao Povo
751024 Cartas / de João Simplício à sua tia de Xiririca
751028 Quem sou eu?
751101 Instrução
751128 Viva a moralidade
751229 Ei-lo de pé
760101 Dois jornais de grande formato
760111 As derrubadas de El-rei
760118 Fábrica de pólvora
760204 O escravo
760505 Tristezas / Tavares Bastos
760506 A Tavares Bastos
760507 A Tavares Bastos
760507 O canto do escravo
760704 Hino do centenário
760704 Hino do centenário
760704 O Centenário Americano
760705 A Voz dos Moços
760705 O hino do centenário
760710 O escravo
760717 Ao Centenário Americano
760730 [Sem título]
760814 Ave Libertas
760907 Ao dia aniversário da Independência do Brasil
760909 Animação!
761001 O escravo
761029 Colégio Abílio – A S. A. Imperial Regente
761031 Colégio Abílio – A S. A. Imperial Regente
770101 A população
770131 A canalha
770204 Barra Mansa
770316 O condor da imprensa
770406 [Sem título]
770408 [Sem título]
770409 [Sem título]
770410 Mote
770412 [Sem título]
770414 [Sem título]
770415 [Sem título]
770417 [Sem título]
770418 [Sem título]
770420 [Sem título]
770421 Devaneio
770421 [Sem título]
770422 [Sem título]
770423 [Sem título 1]
770423 [Sem título 2]
770424 [Sem título]
770425 [Sem título]
770426 [Sem título]
770427 Devaneio
770427 Juiz que tem pancada, Largue a vara, vá-se embora!
770427 [Sem título]
770428 Juiz que tem pancada, Largue a vara e vá-se embora!
770428 [Sem título]
770429 O juiz que tem pancada
770429 [Sem título]
770503 [Sem título]
770505 [Sem título]
770510 Um juiz que tem pancada
770518 O corte no orçamento
770519 O juiz que tem pancada
770524 Deus e Democracia!
770601 Os coribantes
770604 Ao ilustre O. Hudson
770617 Raspadeira de osso
770701 Eu quero ser ateu
770705 Às romarias
770716 Musa do povo
770719 Musa do povo / Larguem a pasta
770719 Musa do povo – Larguem as pastas
770720 Musa do povo / Escárnio!
770722 Musa do bobo / Largue a pasta
770722 Musa do povo – Salvai a honra pessoal!
770726 A ideia nova
770727 O. D.
770825 *Ave populus*
770902 Versos
770907 A liberdade
770926 À chegada de SS. MM. Imperiais
770927 Musa do povo
771004 O cortejo
771004 O cortejo
771024 Musa do povo / Quanto pior melhor
771025 À França
771101 Musa do povo / A nova Babel
771114 Musa do povo / Duas experiências
771207 Alarma
771207 A orgia do século
771213 O grito dos Livres
780110 Caiu! Caiu! Caiu!...
780110 [Sem título]
780112 [Sem título]
780112 Caiu! Caiu! Caiu!
780308 Minha musa
780331 Homenagem Democrática
780802 Derrubada
780917 Canto do veterano
781201 A Liberdade
790125 Ladainha do Querosene
790127 O Capanga
790427 As Escolas
790427 [Sem título]
790628 Ao Brasil
790701 Paralelo / Entre corcundas e liberais
790706 Canção da escrava
790813 A liberdade
791001 O século marcha

- 791020 Tiradentes
800110 O Brasil de Hoje
800124 César... Ou seu cavalo
800205 A voz universal
800207 A Escola Republicana
801219 [Sem título]
810101 Escravagista
810106 Aos positivistas
810109 O imposto do vintém
810306 O Direito
810313 John Brown
810413 Carapuça
810417 Tira-dentes
810421 A consciência
810421 Tiradentes
810427 Nunes Machado
810506 Terribilis dea
810528 À Imprensa
810806 *Ultimatum*
810815 Hecatombe
810815 Patroni
811008 Musa da imprensa
811015 Nova luz, nova razão!
811108 Ignorância e culpa
811123 Dá cá um abraço
811130 Educai a mulher
811217 Canção
820101 [Sem título]
820302 A Quintino Bocaiuva
820310 Do eito ao Senado
820330 Salta – Martinho
830421 A Cabeça de Tiradentes
820421 A Cabeça do Mártir
820421 A Liberdade
820421 Ao Povo
820421 Ao Tiradentes
820421 A Tiradentes
820421 Joaquim Silvério
820421 Tarpeia e Capitólio
820427 Século de Ferro
820517 Hino a Tiradentes
820606 Vitória à Natividade
820608 A lei é uma pulha
820612 Mote a premio
820617 Cebola
820708 O Trabalho
820815 À Minha terra
820815 Ao 15 de agosto
820815 Aos Mártires
820815 Aos paranaenses
820815 Apoteose
820815 Liberdade
820901 La Fraternité
820930 Vinte e Oito de Setembro
821001 A Lopes Trovão
821111 [Sem título]
830101 A escravidão e o Cristo
830201 Na Roça
830321 Fortaleza
830331 Fragmento de um poemeto
830421 [Sem título]
830421 Tiradentes [1]
830421 Tiradentes [2]
830525 Ao Imperador
830804 O canto africano
831009 Agonia da Época
831027 Aos escravocratas
840127 A Rede
840226 Está tudo suspenso
840325 25 de março
840325 A abolicionista cearense
840325 A liberdade
840325 À libertação do Ceará
840325 Ao Ceará
840325 Ao Ceará
840325 Glória aos jangadeiros cearenses
840330 25 de março
840330 À minha terra
840330 Livre Ceará
840330 [Sem título]
840419 *Libertas quæ sera tamen*
840421 A Africana
840421 Soneto
840421 [Sem título 2]
840421 Tiradentes
840601 É tempo!...
840907 Sete de Setembro
840907 Sete de Setembro
850421 Silva Xavier
850421 Tiradentes
850421 V
850606 A Imprensa
850907 Sete de Setembro
851018 Denúncia à História
860421 21 de Abril
860421 A Cabeça do Mártir
860421 A Liberdade
860421 Amor da Pátria
860421 Avante!
860421 Coragem!
860421 Tiradentes
860421 Visão da Liberdade
860810 Rebate
871217 A mestiça
880101 Pobre Pátria
880106 Hosana!
880108 22 de Maio – Victor Hugo
880410 O liberto
880421 Ao Grande Mártir Mineiro
880515 Síntese
880517 Liberdade
880517 Salve
880520 À Augusta Princesa Imperial Regente pela
Abolição da Escravidão no Brasil
880520 À Augusta Princesa Regente
880522 Sem título

- 880528 *Justicia, Verdad y Patria*
880629 D. Isabel, a Redentora
880822 Bem Vindo!
881123 Lívida canalha
890413 O parto da montanha
890605 O Programa Liberal
890807 Nobreza e Fidalguia
890815 Na Barricada
890818 Nobreza e Fidalguia
890907 A independência do Brasil
890907 Salve!...
891024 Fabulário do “Correio do Povo” / O Pato-
Marreco, a Anta e o Tigre Preto
- 891028 Fabulário do “Correio do Povo” / Os
animais na Bolsa
891031 Fabulário do “Correio do Povo” / O Tigre-
Preto. D. Raposo e o Lavrador
891104 Fabulário do “Correio do Povo” / O Asno,
o Raposo e o Tigre Preto
891109 Fabulário do “Correio do Povo” / O Asno
de Buridan
891207 Tiradentes e a Posteridade
891212 Avante
900421 O sonho de Tiradentes
900421 Tiradentes

Anexo 2: Relação nominal dos jornais consultados

- A América*: Publicação quinzenal, científica, litterária, commercial, industrial e noticiosa. 1879-1880.
A Bibliotheca dos Bonds. 1876.
A Harmonia: Órgão de Externato Hewitt. 1884-1886.
A Idéia: Jornal de sciências e letras. 1874-1875.
A Lanterna: órgão do povo. 1883.
A Liberdade: Jornal defensor dos direitos do povo. 1879.
A Luz: Jornal litterário e instructivo. 1873.
A Metralha: Folha de propaganda republicana. 1888.
A Reforma: Orgão democratico. 1869-1870.
A República: Propriedade do Club Republicano. 1870-1874.
A República. 1877-1878.
A Revelação. (Continuado por: *Diário do Brazil*). 1881.
A Verdade: Órgão dedicado aos interesses geraes. 1888.
Archivo do Retiro Litterário Portuguez no Rio de Janeiro. 1870.
Aspiração Nacional: Periódico político, satyrico, scientifico e litterário. 1879.
Aurora Litterária. 1876.
Aurora: Jornal litterário. 1878.
Correio da Noite. 1879.
Correio da Tarde. 1879.
Correio do Povo: Órgão republicano. 1889-1890.
Correio Imperial. 1887- 1888.
Cruzada: Órgão da Sociedade Amor e Trabalho. 1883.
D. Pedro II. Jan. 1870-1874.
D. Pedro V: Periódico artístico, litterário, crítico e noticioso. 1871, 1873.
Diário da Tarde: Folha conservadora, política, noticiosa e commercial. 1878.
Echo Popular: Publicação quinzenal, litterária, crítica e scientifica. 1884.
Echo Popular. 1869-1871.
Echo Social: Publicação semanal crítica, humorística e litterária. 1879.
Gazeta de Notícias. 1875-1878.
Gazeta Nacional: Órgão republicano. 1887-1888.
Gazetinha Águia de Ouro. 1882-1883.
Imprensa Barramansense: Periódico imparcial dedicado aos interesses municipaes. 1888-1889.
Já Sei Já Sei: Jornal opportunista. 1885.
Jornal da Noite. 1871.
Jornal da Noite. 1881-1882.
Lincoln: periódico do Club Gutemberg consagrado a propaganda abolicionista. 1883.
O Acarape: publicação commemorativa da libertação do Ceará . 1884.
O Adversário: Órgão do Grêmio Litterário Arthur de Oliveira. 1884.
O Amigo do Escravo: Órgão abolicionista. 1883-1884.
O Amigo do Povo: Jornal político, commercial e noticioso. 1873.
O Amigo do Povo: Jornal republicano. 1877.
O Arauto. 1879.
O Aspirante: Periódico litterário e artístico dos alumnos do Lyceo de Artes e Officios. 1881-1882.
O Atirador Franco. 1881.
O Bambino. 1884.
O Bicho: Periódico crítico e litterário. 1882-1883.
O Brazil: Órgão constitucional. 1873.
O Combate. 1880-1882.
O Cometa: periódico litterário, recreativo e noticioso. 1883.
O Constitucional. 1889.

- O Constituinte*: Órgão da democracia e das empresas industriaes de utilidade geral. 1885.
O Espinho: Jornal crítico e de propaganda. 1882-1883.
O Estandarte. 1880.
O Futuro: Amor a verdade – ódio a mentira. 1881.
O Futuro: Hebdomadário acadêmico-republicano. 1881.
O Globo. 1875-1878, 1881-1882.
O Intransigente: Órgão republicano. 1883.
O Lazarista. 1875.
O Luzeiro: Órgão do comércio e lavoura. 1879-1880.
O Município Neutro. Diário político, litterário e noticioso. 1889.
O Município Neutro. Jornal político e dedicado ao comércio, à lavoura e à indústria. 1881.
O Novo Conservador. Jornal político, agrícola, commercial, noticioso e litterário. 1883.
O Paladino: Órgão do Clube d. Alumnos de Minerva. 1881.
O Paraense: em memória dos mártires da independência do Pará. 1881-1882.
O Progresso: Folha miscellânea. 1877.
O Progresso. 1886.
O Quinze de julho: órgão conservador. 1870.
O Radical Acadêmico: Órgão democrático, científico e litterário de alguns estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1870.
O Relâmpago. Periódico de crítica e de censura. 1882.
O Scenário: Periódico do Club Familiar Gymnásio da Juventude. 1881-1883.
O Tymbira: Periódico litterário e recreativo. 1889-1892.
Rabeca. 1870-1871.
República Brasileira. Freedom! and Liberty! 1889.
Revista Academia: Jornal político, litterário e científico. 1873.
Revista Acadêmica: Órgão do Instituto dos Acadêmicos. 1877.
Revista Theatral. 1885.
Tiradentes. Commemoração anual. 1882-1886, 1888, 1890.
Vinte e Cinco de Março: Homenagem de alguns typógraphos à Província do Ceará. 1884

Poemas por periódico e ano

	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	Totais	
O Futuro													1										1
O Globo							9	12	16	1			4	4									46
O Intransigente																							1
O Lazarista							5								1								5
O Luzeiro											1												1
O Município Neutro																					1		1
O Novo Conservador															1								1
O Paladino													1										1
O Paraense													2	6									8
O Pescador													1										1
O Progresso									1														1
O Quinze de Julho		1																					1
O Radical Académico		2																					2
O Relâmpago														2									2
O Cenário															1								1
O Tymbira																						2	2
Rabeca			1																				1
República Brasileira																						4	4
Revista Academia				2																			2
Revista Acadêmica									1														1
R. da Soc. C. da Indep. do Império do Rio																						3	3
Revista do Retiro Litterário Portuguez															1								1
Revista Federal																		2					2
Revista Theatral																	1						1
Tiradentes													7	1	4	3	8				1		24
Trovador		1																					1
Vinte e Cinco de Março																3							3
Totais - 80 periódicos	6	14	17	4	25	13	18	20	60	9	10	6	27	30	9	25	7	10	1	16	16		343

Anexo 4: Poemas citados na análise

690829 O Progresso.....	232
690912 Será verdade?.....	233
690919 Será verdade.....	234
691223 Casusinha das dúzias.....	235
691224 Endiabradinhas.....	236
700101 Ano mau.....	236
700101 Casusinha das dúzias.....	236
700211 T. B. Otoni.....	238
700225 [Sem título].....	239
700226 À Chegada dos voluntários da pátria, em fevereiro de 1870.....	240
700322 Saudação.....	240
700407 À morte do patriota.....	241
710214 Os Divinos.....	241
710319 O Povo.....	242
710422 À memória de Tiradentes.....	244
710425 À República.....	248
710520 Nondum Lucebat.....	249
710613 Ao Imperador.....	251
710617 Teófilo Otoni.....	252
710828 Sete de setembro.....	254
710902 A Canção do trapeiro.....	254
710904 Agonia e glória.....	255
711001 Mentira de Bronze.....	255
711018 A Independência do Brasil.....	256
720421 Senis Brasiliensis Recordationes.....	257
720423 A Caída, e a organização do ministério atual.....	258
721229 Visão do Enforcado.....	258
730130 Canalha!.....	260
730327 O Brasil.....	261
730415 Aos monarquistas.....	264
730518 Piparotes / Grande questão do dia.....	264
730630 O Povo.....	265
730703 Ao Sete de Setembro.....	266
730716 [Sem título].....	267
730717 Os dois prisioneiros.....	268
730731 À província de S. Paulo.....	268
730817 Epigrama.....	270
730907 À Tiradentes.....	271
730907 Sete de Setembro.....	271
731004 O Tiradentes.....	272
740119 Extorsão / Falta d'água.....	273
740430 À Memória de Pedro Ivo.....	273
740530 Revolução Seis de Março.....	274
740630 Revolução.....	277
740801 Terribilis nox!.....	278
740815 Tira-Dentes.....	282
740820 O Brasil e o Imperador.....	284
740901 Corruptum Genus.....	285
740901 Sete de setembro.....	286
740915 Sete de setembro.....	287

750808	Moralidade.....	289
750820	República.....	290
750901	Farsa sobre farsa.....	291
750907	Sete de setembro.....	292
750924	Sete de setembro.....	293
750925	Anistia / Puff.....	294
751021	Cartas / de João Simplício à sua tia de Xiririca.....	295
751024	Ao corpo escolástico.....	296
751024	Cartas / de João Simplício à sua tia de Xiririca.....	297
751028	Quem sou eu?.....	297
751128	Viva a moralidade.....	299
760111	As derrubadas de El-rei.....	300
760907	Ao dia aniversário da Independência do Brasil.....	301
770131	A canalha.....	302
770204	Barra Mansa.....	303
770406	[Sem título].....	303
770408	[Sem título].....	303
770409	[Sem título].....	303
770410	Mote.....	304
770412	[Sem título].....	304
770414	[Sem título].....	304
770415	[Sem título].....	304
770417	[Sem título].....	304
770418	[Sem título].....	305
770420	[Sem título].....	305
770421	Devaneio.....	305
770421	[Sem título].....	305
770422	[Sem título].....	306
770423	[Sem título 1].....	306
770423	[Sem título 2].....	306
770424	[Sem título].....	306
770425	[Sem título].....	306
770426	[Sem título].....	307
770427	Devaneio.....	307
770427	Juiz que tem pancada, Largue a vara, vá-se embora!.....	307
770427	[Sem título].....	307
770428	Juiz que tem pancada, Largue a vara e vai-se embora!.....	308
770428	[Sem título].....	308
770429	O juiz que tem pancada.....	308
770429	[Sem título].....	308
770503	[Sem título].....	308
770505	[Sem título].....	309
770510	Um juiz que tem pancada.....	309
770518	O corte no orçamento.....	309
770519	O juiz que tem pancada.....	310
770601	Os coribantes.....	310
770617	Raspadeira de osso.....	311
770716	Musa do povo.....	311
770719	Musa do povo / Larguem a pasta.....	312
770719	Musa do povo – Larguem as pastas.....	312
770720	Musa do povo / Escárnio!.....	313
770722	Musa do bobo / Largue a pasta.....	313

770722 Musa do povo – Salvai a honra pessoal!.....	314
770825 Ave populus.....	315
770907 A liberdade.....	316
770926 À chegada de SS. MM. Imperiais.....	317
771004 O cortejo.....	317
771024 Musa do povo / Quanto pior melhor.....	318
771101 Musa do povo / A nova Babel.....	319
771207 A orgia do século.....	320
780110 Caiu! Caiu! Caiu!.....	321
780112 [Sem título].....	322
780112 Caiu! Caiu! Caiu!.....	323
780308 Minha musa.....	324
780331 Homenagem Democrática.....	325
780802 Derrubada.....	326
780917 Canto do veterano.....	327
790127 O Capanga.....	327
790427 [Sem título].....	328
790628 Ao Brasil.....	329
790701 Paralelo / Entre corcundas e liberais.....	330
791020 Tiradentes.....	331
800110 O Brasil de Hoje.....	333
800124 César.. Ou seu cavalo.....	334
801219 [Sem título].....	335
810109 O imposto do vintém.....	336
810413 Carapuça.....	337
810417 Tira-dentes.....	338
810421 Tiradentes.....	340
810806 Ultimatum.....	341
810815 Hecatombe.....	342
810815 Patroni.....	343
811123 Dá cá um abraço.....	344
811217 Canção.....	345
820302 A Quintino Bocaiuva.....	346
820310 Do oito ao Senado.....	347
820330 Salta – Martinho.....	347
820421 A Cabeça de Tiradentes.....	347
820421 A Cabeça do Mártir.....	348
820421 A Liberdade.....	352
820421 Ao Tiradentes.....	353
820421 A Tiradentes.....	353
820421 Joaquim Silvério.....	354
820421 Tarpeia e Capitólio.....	355
820517 Hino a Tiradentes.....	356
820606 Vitória à Natividade.....	356
820608 A lei é uma pulha.....	357
820612 Mote a premio.....	358
820617 Cebola.....	359
820815 Ao 15 de agosto.....	360
820815 Aos Mártires.....	361
820815 Aos paranaenses.....	362
820815 Apoteose.....	363
820815 Liberdade.....	364

821001 A Lopes Trovão.....	365
830421 [Sem título].....	366
830421 Tiradentes [1].....	366
830421 Tiradentes [2].....	367
830525 Ao Imperador.....	368
831009 Agonia da Época.....	369
840226 Está tudo suspenso.....	370
840325 Ao Ceará [2].....	371
840421 Soneto.....	372
840421 [Sem título 2].....	372
840421 Tiradentes.....	373
840907 Sete de Setembro.....	373
840907 Sete de Setembro [2].....	374
850421 Silva Xavier.....	374
850421 Tiradentes.....	375
850421 V.....	376
850907 Sete de Setembro.....	377
851018 Denúncia à História.....	378
860421 A Cabeça do Mártir.....	380
860421 A Liberdade.....	381
860421 Tiradentes.....	382
860810 Rebate.....	382
880101 Pobre Pátria.....	383
880421 Ao Grande Mártir Mineiro.....	383
880520 À Augusta Princesa Imperial Regente pela Abolição da Escravidão no Brasil.....	384
880520 À Augusta Princesa Regente.....	384
880528 Justicia, Verdad y Patria.....	385
881123 Lívida canalha.....	386
890605 O Programa Liberal.....	387
890807 Nobreza e Fidalguia.....	387
890818 Nobreza e Fidalguia.....	388
890907 A independência do Brasil.....	389
890907 Salve!.....	390
891212 Avante.....	391

690829 O Progresso

Anda tudo á revelia,
As ruas esboracadas;
Em cada canto immundice
As sargetas empossadas.

E' de tal modo
A tal limpesa,
As aguas sujas
Pagão á empreza

São dez mil réis,
De multa justa ;
Se não m'engano
E' muita injusta.

Quem não tiver
O seu quintal ;
Paga essa multa
Municipal.

Pois se puzer
A' rua agua ;
Lá vai o pobre
Cheio de magua.

Mas se fôr rico,
Dizem : —este não,
Porque me póde
Dar demissão.

A justiça não se faz
Ao rico ou ao barão ;
Só p'ra o pobre a justiça,
Para o rico a posição.

Quem não tiver
Um bom padrinho ;
Não passará
D'um biscainho.

Só tem emprego
Os afilhados,
Os protegidos
Dos magistrados.

Mas se fôr pobre
Sem protecção ;
Pedindo emprego
Dizem que não.

Não tem lugar,
Sinto bastante ;
Eis a resposta
Do tal tratante.

Mas se é dos taes
De protecção ;
Um bom emprego
Elles lhe dão.

Eis o que é patriotismo
Neste Rio de Janeiro :
Mas quando chega a eleição
P'ra o pobre correm primeiro.

Vão ás carreiras
Os taes *bichinhos* ;
C'o nome impresso
N'um cartãozinho.

Na porta batem,
Quem está ahí ?
Um seu criado
Sôr Moricy.

Pergunta o pobre,
O que dezeja ?
Responde o cujo
Que um voto almeja.

Depois de finda
Essa eleição ;
O que promettem
Elles não dão.

Desse sujeito
Vejo eu aos mil ;
No malfadado
Nosso Brasil.

Trovador. Rio de Janeiro. 29 agosto 1869. p. 95.

690912 Será verdade?

– Será verdade o que?

Minha terra tem belezas
Que eu mesmo não sei contar,
As coisinhas que ela tem
Fazem tudo se espantar?

– Será verdade o que?

Minha terra é tão formosa
Que rivaliza com o Japão,
Os homens que a governam
Tem bucho de tubarão.

– Será verdade o que?

Os homens que cá governam,
Só servem para cavar fossos,
Os ministros repimpados!...
Os pequenos pagam impostos.

– Será verdade o que?

Esta terra é uma república
Mas, tem nome de Império
Assim querem os *senhores*
Que se trepam no poderio.

– Será verdade o que?

Que eu tenho comenda no peito
Não sofro dano nenhum

Mas tu que não tens nada
Pagas igual a qualquer um...

– Será verdade o que?

Os grandes impostos aqui
Há uma tal prostração
Oh! que dor de coração
Como assim eu nunca vi.

– Será verdade o que?

Os homens de *senhoria*
Aqui tem tanta ousadia
Sem culpa e sem agravo
O pobre aqui será escravo?

– Será verdade o que?

Que quem é rico e tem dinheiro
É qual *Deus* verdadeiro
Só o pobre é sacrificado
Por esses grandes do estado.

– Será verdade o que?

Os amigos *libertinos*
Nos trouxeram este *progresso*
E depois em seu regresso
Nos virão os divinos.

690919 Será verdade.

– Será verdade que:

Tudo corre às maravilhas
Quem quiser apreciá-las
Entre nas repartições
Pois lá tudo são galas.

– Será verdade que:

Um dia fui no tesouro
Selar certos papezinhos,
Porém, oh, que caterva?
Que me aparecem meirinhos.

– Será verdade que:

Há uma certa sociedade
Que de radicalismo o nome tem,
Reunindo-se em clube aos domingos
Mas não é com o propósito fazer bem.

– Será verdade que:

Em todas as repartições
Há tantos vagos e impostores
Isto me parece farsa – comédia –
A formação de tantos doutores.

– Será verdade que:

A guerra que nos tem assolado
Tem sido só ao tesouro
Pelos grandes do estado.

– Será verdade que:

Eu me vejo quase doido
Com estas coisas assim,
Todos choram, todos lastimam,
O remédio estará em mim?

– Será verdade que:

Estes lançadores ineptos
Com cinismo devotado;
Fica pagando só \$200...

Que pela lei foi decretado

– Será verdade que:

Oh, meu Sr. de estado
Eu não faço negócio
E por isso pagar não posso
Esta grande exorbitância
Dos-mandões do poder
Eu pagar não posso querer.

– Será verdade que:

Por hoje me deixo ainda
De fazer algumas perguntas,
Até o dia 1º de outubro
Em que farei todas juntas.

– Será verdade que:

Nos campos do Paraguai
A minha vista perdi!
Triste de mim que a mortalha
Me não cobriu logo ali.

– Será verdade que:

Se a minha espada valente
Senti cair-me da mão
Se já não posso ir na frente
Defender esta nação.

– Será verdade que:

Em vão levanto a cabeça
Tentando mirar o céu
Sempre esta nuvem espessa
Sempre o mesmo escuro véu.

– Será verdade que:

Foi a maldita em Tuití
Onde os olhos eu perdi
Triste de mim que a mortalha
Me não cobriu logo ali?

691223 Casusinha das dúzias

Ille ego qui....

VIRGILIO.

Quem ó esse fanadinho,
 Pequenino
 De cara patibular ?
 Não conheces ? Nunca o viste ?
 Na verdade é coisa triste
 Não conhecer o Alencar.
 E puf, paf, puf
 Tara, pá, pum
 O Casusinha das dúzias
 Não é peixe, nem mutum.
 O Casusa é um portento,
 Monumento
 Da moderna geração :
 Nas letras não tem igual,
 E' poeta sem rival
 Na nossa pobre nação.
 E puf, paf, puf
 Tará, pá, pum
 O Casusinha Alencar
 Não é peixe, mas mutum.
 Ao talento e illustração,
 Ambição
 Desmesurada ajuntou :
 Teve só um pensamento
 Foi crescer, crescer : tormento
 Que nunca mais o deixou.
 E puf, paf, puf
 Tará, pá, pum
 Casusinha, minha vida,
 Meu peixinho, meu mutum.
 Quebrou laços de amizade,
 A mocidade
 Gastou sonhando o poder :
 A litteratura, a politica,
 Em suas mãos foi a trica
 P'ra ministro vir a ser,

E puf, paf, puf,
 Tará, pá, pum
 O' Casusinha das dúzias
 Não és peixe, nem perú.

De bonet phrégio cobriste
 E encobriste
 As artimanhas do peito :
 Quando baixou a maré
 Mudaste de almiré
 Não estavas satisfeito.

E pif, pof, puf,
 Tará, pá, pum
 O' Casusinha das moças,
 O' meu bem, ó meu perú.

Do lado opposto te chamam
 E te amam
 Como gentil ganhador :
 Porque te deixas ficar ?
 Aqui não tens a ganhar :
 Passe, passe, meu senhor !

E puf, paf, puf
 Tará, pá, pum
 O' meu Casusa da Arabia
 O' meu molho de perú.

Depressa passe e sem medo
 Pois bem cedo,
 Estará um figurão :
 No partido liberal
 Tem você gente rival,
 Não hesite—não—oh não.

E puf, paf, puf
 Tará, pá, pum
 O Casusa, minha vida,
 Meu peixinho, meu perú.

E lá se foi esquivando
Coxeando
Para a bandeira inimiga
E nobre novo levita,
Agora sómente evita
Os compromissos da liga.

E pif, paf, puf
Tará, pá, pum
Casusinha, és o diabo,
Não és peixe, nem mutum.

Quem é esse fanadinho
Pequenino
De cara patibular
Os traços ficam lançados
Elles bem combinados
Devem dar o Alencar.

Erasmu. *A Reforma*. Rio de Janeiro. 23 dezembro 1869. p. 3

691224 Endiabradinhas

Sabe arranjar os parentes
O grande Itaborahy;
Em finanças, em política,
E no mais... borra se aí...

Se o barão de Muritiba
É nobre ministro militar,
Porque motivo o chanfalho
Anda nas mãos do Alencar?

Na pasta da agricultura
Mostrará o ministrinho
Como cresce a parasita
Que se intitula: – sobrinho!

O Cotegipe medita
Alguma grande esparrela...
Em vindo maio os colegas
Que se aguentem nas sela...

Como! Ainda cinco meses
Esta gente há de durar?
Só se sair em janeiro
Senador Alencar?
Paciência, pobre povo!
Não tarda muito o mergulho
Do ministério e gazeta
Que malsina o mês de julho!

A Reforma. Rio de Janeiro. 24 dezembro 1869. p. 3.

700101 Ano mau

Aturar no ano novo
O mesmo Itaboraí
Que boas festas, meu povo,
Eu tenho pena de ti!

O governo do visconde
Quer dizer: – cofre vazio,

O Lopez não sei aonde...
Muitos sobrinhos e um tio!

Este *amplivago* império
Por certo não se aguenta
Se o maldito ministério
Passa o ano de setenta!

A Reforma. Rio de Janeiro. 24 dezembro 1869. p. 3.

700101 Casusinha das dúzias

Deos fez o sol de uma aranha ;
 ao menos diz-nos—Hugo.
 Nestepaiz de cucanha,
 dirão as velhas um dia
 aos netos, do lar á luz,
 dizem uma Ave-Maria,
 e rezando um credo em cruz,
 que um aranhão reinou !

De mais não se perfumeia
 as calças azues flammantes ;
 nem de santa raiva espumem
 os eunuchos guaranys :
 nosso incenso de petum
 não quer que espirre o nariz
 do supremo manitū ;
 descansai ! ventas tonantes !

Meu thuribulo é mais modesto,
 e se funega no altar,
 vai ao nariz deshonesto...
 não do Antão ;... mas do Alencar !
 Mas deshonesto, porque ?
 perguntará muita gente :
 é que nem que cheguem-lhe ao pé
 um fogareiro, não sente !

E se não vejam : corou
 esse nariz de fuinha,
 quando o Martins lhe esfregou
 a fedorenta folhinha ? !
 Fossando como uma hyena,
 babando as cinzas do pae,
 ouviu-lhe a voz da gehenna,
 bradar-lhe : maldito, vai !

O' faces stagnadas,
 não sentis as cachinadas,
 o cuspo do desdem frio ? !
 Eseeondei-vos ! ainda é cedo !
 Irra ! ao menos tende medo,
 já que comestes o brio !

Oh ! largai, largai a pasta !
 basta de torpesas ! basta !
 largai no chão essa farda,
 tunica de Dejanira,
 vai-te o sangue em cada tira
 de tua face bastarda !

Como ainda arrostareis
 o sobreceño dos reis
 e os concilios da nação ? !
 Não ouves a voz de Erasmo,
 e do passado o sarcasmo,
 de seu pae a maldição ? !

Nos conselhos, nos festins,
 como um bando de Ojins,
 saltando e riudo em sabbat,
 aquelles—*lará, pá, pum*
 do *peixinho* e do *mutum*,
 não ouves, misero, lá ? ! ! !

Oh ! e ainda terás cara ? !
 para ver (audacia rara) !
 esses furtivos visinhos
 do proprio rei e collegas,
 quando lembram essas esfregas
 de *casusas fanadinhos* ? !

Ah ! vendelhão de patentes,
 de coroneis e tenentes,
 que triste figura fazes,
 na surra dos innocentes
 dando praça de valentes
 aos cans dos teus ferrabrazes ! ?

E vai a jandaia antiga
 enchendo sempre a barriga,
 transformada em gavião,
 pódes comer a ninhada,
 mas conta já com a bicada,
 que os *bem-te-vis-te-darão*.

Rio, 1 de Janeiro de 1870.

700211 T. B. Otoni

– Uma vez desleal aos seus princípios
Ninguém jamais o viu!
A. P. Caldas.

Levanta impávido a sobranceira fronte!
– Moisés do povo – vem ditar-lhe a lei!
Gigante, ergue-te, a multidão te busca!
Ergue-te! Fala, – democrata-rei! –

Curvas a fronte, o maior respeito
Hão de votar-te, – democrata rei! –
Sobre teu túmulo, sem compradas honras,
Teu credo explica a esta nova grei!

Fala, que as turbas em silêncio escutam!
A teu aceno travará a luta!
Roja no pó do despotismo o trono,
Só levantado pela força bruta!

Mas, não: não pode sem calor de vida
Cadáver frio do sepulcro erguer-se
É morto OTTONI, – da liberdade o astro, –
O sol dos livres – foi além perder-se!

Mas, não!... Seus lábios congelou a morte,
Da promessa ele não viu a terra...
E a turba muda, que guiava OTTONI,
Pranteia o chefe n'um gemer, que aterra!...

Oh! como é justa essa dor pungente
Que aflige a todos por morrer um só!
Nobres soldados da cruzada santa,
Beijai chorando d'essa campa o pó!...

Porque morreu?... – Evocai do túmulo
Os sacros manes do – tribuno rei... –
Levanta a fronte sobranceira! Fala!
– Moisés do povo, vem ditar-lhe a lei!

Levanta a fronte sobranceira! Fala!
– Moisés do povo, - vem ditar-lhe a lei!
Responde à lira do sepulcro o brado
“– É morto OTTONI – o democrata rei –

Não vê que cospem tuas crenças íntimas,
Da liberdade enegrecendo a luz?...
Rasga a mortalha, imortal brasílio!
Conduz o povo ao seu Sinai, conduz!

“– do sono eterno não o desperte o povo,
“Do gênio a pátria se destaca além...
“Onde brilhar da liberdade o astro,
“De OTTONI o nome brilhará também. –”

João F. Ramos Filho. *A Reforma*. Rio de Janeiro. 11 fevereiro 1870. p. 4.

700225 [Sem título]

Ao passarem os voluntários pela praça do Comercio, em sua entrada triunfal de anteontem, o Sr. Dr. Pinto Junior recitou dali a seguinte poesia:

**Salve oh! filhos valentes do Cruzeiro,
Guerreiros denodados,
Que em defesa do nome brasileiro,
Correstos apressados!**

**Salve da patria heroicos defensores,
Soldados da nação;
Livrastes povo escravo dos rigores
Da negra escravidão.**

**Lavastes nodoa vil que o traçoceiro
Cobarde dictador
Imprimiu nò estandarte brasileiro,
Em dias de amargor;**

**O auri-verde pendão por vós erguido,
Brilhou ao sol da gloria,
E esse escravo inimigo confundido
Curvou-se ante a victoria!**

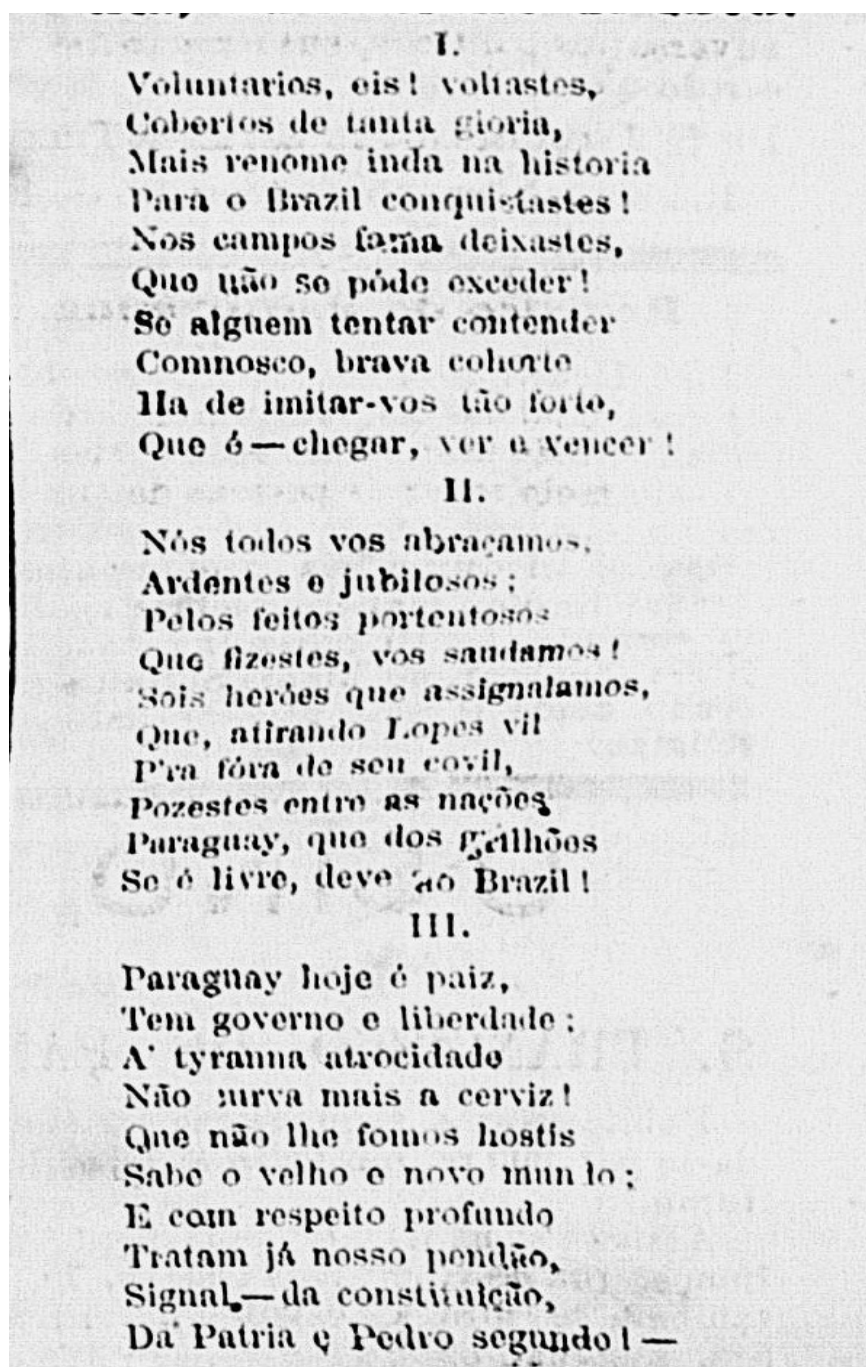
**Aos rigores da guerra, á peste e á fome,
Soubestes resistir;
Não ha força ou rigor que prenda ou dome,
Soldados do porvir!**

**Soldados cidadãos, filhos queridos
Da terra de Cabral,
Companheiros, valentes destemidos,
Do legendario Herval,**

**Filhos da gloria, soldados brasileiros,
Seja a vossa divisa em toda a idade;
Denodados valentes guerreiros,
A patria defender o a liberdade.**

A Reforma. Rio de Janeiro. 25 fevereiro 1870. p.1.

700226 À Chegada dos voluntários da pátria, em fevereiro de 1870



A Reforma. Rio de Janeiro. 26 fevereiro 1870. p.3.

700322 Saudação

Aos voluntários da Pátria recitada pelo Sr. Dr. Pinto Junior, de uma das janelas do escritório do Sr. Desembargador Pacheco à rua da Alfandega ao passarem dos dois batalhões 23 e 30.

Basta! Basta de sangue,
Que o sangue do tirano já correu;
Caiu por terra exangue,
O monstro que o Brasil acometeu!

Da pátria voluntários,
Briosas legiões de lidadores,

D'essa horda de sicários,
Valentes denodados vencedores;

O povo agradecido,
De santo amor da pátria arrebatado,
Ei-lo aqui reunido,
Vem saudar-vos contente entusiasmado.

Bravos filhos do povo,
D'este valente povo americano,
Salvar, jurai de novo,
A liberdade e o povo soberano.

Baluarte inexpugnável
Os vosso peitos são contra os tiranos;
Na luta interminável,
Sois bravos, sois leões, mas sois humanos.

Jamais será escravo,
Um povo a quem defende o destemido,

O legendário e bravo
Nos campos de batalha enobrecido!

Esse Osório imortal,
O mais belo ornamento do Cruzeiro;
Será sempre fanal,
Da glórias d'este povo brasileiro!

Da pátria voluntário,
Filho da glória, irmão da heroicidade,
Aceita por sudário,
O brasileiro pendão da liberdade!

A Reforma. Rio de Janeiro. 22 março 1870. p. 3.

700407 À morte do patriota

I
Vós que fostes e sois da liberdade
Vassalos tão fieis como ele foi,
As cinzas cortejai, com humildade
Do tribuno e do herói!

Folguem embora os reis, em quantos os
povos
Por Otoni e outros trajam luto,
Que cada dia mil triunfos novos
Recebe a liberdade por tributo

Vede – de outr'ora a misera cativa,
A bela Espanha – como fala ao brio
Dos povos livres, lhes mostrando altiva
O seu trono vazio...

Vede a Irlanda, essa mártir, como ainda,
Da escravidão a saciar o abutre,
De ver surgir festiva a aurora linda
Dos seus triunfos – a esperança nutre!

E da mártir Polônia tendo a historia,
Com sangue nobre e generoso escrita,
Vereis que dos valentes na memória

Da liberdade a imagem sempre habita!

Fantasmas do passado – Tiradentes,
Nunes Machado e outros, exultai!
Que um nobre irmão dos vossos
descendentes

A vós unir-se vai!...

Por mortalha – ele leva essa bandeira
Que todos defendestes com denodo,
E por nêias na hora derradeira
Os prantos mereceu do Império todo.

D'elle nos fica: o nome venerando
E seu trono – a tribuna – hoje vazia,
A cujo lado prostra-se chorando
Um povo – da saudade na agonia!

.....

E vós todos que sois da liberdade
Vassalos tão fieis, como ele foi,
As cinzas cortejai, com humildade,
Do tribuno e do herói!

Modesto da Gloria. *A Reforma*. 7 abril 1870. p. 3.

710214 Os Divinos

Um dia há de raiar a plena liberdade,
Em que o mundo sacuda o peso dos tiranos;
Que honras, títulos vão de falsos soberanos,
Sirvam só de irrisão para a sociedade!

A descrença maior que nutre a humanidade
Desde os tempos remotos até nossos anos,
Que aos povos tem cercado de tantos desenganos

E sempre a que provém da falta de igualdade.

Um rei jamais atende a voz da consciência!
E quando ela reclama sua autonomia,
Ele ainda se julga acima dessa essência!

“Nele está a virtude, a sã sabedoria,
a justiça, a bondade, – até a presciência!”
assim diz, sem razão, a torpe fidalguia.

Otaviano Hudson. *A República*. Rio de Janeiro. 14 fevereiro 1871. p. 3.

710319 O Povo

Ei-lo! É o povo que passa
Com fé no coração,
Dos livres forte empunhando
O sagrado pavilhão.
Ensinai-o na passagem
A render a vassalagem
Ao despotismo de um rei; -
Rei só ele, e soberano,
Ante o qual treme o tirano –
Vigora a justiça – a lei.

Se ainda há povo humilhado
Que à púrpura vai beijar,
Hão de em breve os reis do trono
Até o povo baixar.
Deus fez homens, não escravos,
Instrumentos vis, ignavos
Da protéria e corrupção;
Pelo instinto à humanidade
Deus inspira a liberdade,
Não quer povos na opressão.

De Guilherme Tell a flama
Vive sempre a palpitar;
De Washington a Lincoln
Nunca a ideia há de acabar.
Como a Itália cada povo
Há de ter no mundo novo
Um Garibaldi imortal;
Uma voz audaz, fremente,
Como a voz sempre potente
De Mazzini – seu rival!

Sim! no solo onde o Amazonas
E o Paraná vão ao mar,
Saem das campas os mártires,
Liberdade! – vêm bradar
Trazem as brisas frementes
Uma voz do Tira-Dentes,

E a ela responde além
Uma outra – a dos Andradas,
E as turbas dizem pasmadas:
Não tarda – a aurora lá vem!

Virá dia em que teu seio
Há de tornar-se um vulcão,
Sepultando em tuas lavas
Instrumentos de opressão.
Nesse dia a liberdade,
Bradando à humanidade,
Fará ressurgir nações;
Escravos, de pé, remidos,
Verão por terra partidos
Pesados, duros grillhões.

Nesse dia então o povo
Sua epopeia há de ter;
Nela os filhos do futuro
Irão ideias beber;
E a nobre democracia,
Fulminando a tirania,
Seu reino formará;
E então o puro civismo,
Radiante de heroísmo,
Uma virtude será.

O estandarte da igualdade
Ante a lei há de surgir;
Por ele ciências, artes
Hão de todas refflorir;
Por ele os tronos, quebrados,
Serão logo transformados
Em bancadas de instrução;
E os cetros envelhecidos,
Pelo heroísmo fundidos
No rijo arado serão.

Da realeza entumecida

Há de o manto alfim tombar,
 E no moderno papiro
 Em folhas mil se tocar: –
 Nessas folhas em que a lava
 Do pensar ardente grava
 Da ideia o símbolo imortal;
 Nessas folhas em que a infância
 No livro bebe a fragrância
 Da virtude e da moral.

Oh! Este dia esplendente
 Não está longe o arrebol;
 Nele, oh povo, há de sorrir-te
 Da liberdade o farol.
 Neste dia a fria terra,
 Que os seus mártires encerra,
 Hás de vê-la palpitar;
 Esses manes gloriosos
 Respirarão jubilosos
 Ao triunfo popular.

Não ressurgirão estátuas
 De aparato oficial,
 Que livre o povo só ama
 O que é na pátria imortal...
 S'inda o povo ao Tira-Dentes
 E aos Andradas esplendentes
 Monumentos não ergueu,
 É que a estrela do seu norte,
 Num Moisés altivo e forte,
 Inda não lhe apareceu.

Pelotas, Dezembro de 1869.

Mas que importa! – Avante, oh povo!
 Não descreia do teu Deus;
 Luta, aprende, sofre, espera
 Co'os olhos fitos nos céus.
 Na Canaã do progresso
 Alcançará teu ingresso
 As vozes de um Josué;
 Das ruínas de um passado
 Surgirá emancipado
 Vencedor, sempre de pé!

Deus é justo. O sangue mártir
 Não roreja à terra em vão;
 Do martírio nasce a palma,
 Surge a cruz da remissão.
 Povo! os teus exploradores
 Os teus infames traidores
 Não te podem resistir;
 Não vem longe o grande dia
 Da nobre democracia;
 Fé em Deus – ela há de vir.

Não há coroas, nem cetros
 Ante o poder da nação;
 Onde vive a liberdade
 Todo homem é cidadão
 O livre em sua passagem
 Não vai render vassalagem
 Ao despotismo de um rei;
 Rei só ele, e soberano,
 Ante qual treme o tirano,
 Vigora a justiça, a lei.

Tavares Junior. *A República*. Rio de Janeiro. 19 março 1871. p. 3.

710422 À memória de Tiradentes

Florestas! matas... oceanos! quedas...
A grãa cessa a multição d'escrante;
E ouca os ventos que perpassão rispídos
Com vós melodia pelo ar balaunto;

De joelhos ante a imagem
Do athleta da coragem,
Servido pela carnagem
Da matilha d'insolentes;
Caloso a raça captiva,
E derxe bralar altiva,
Por mão de Deus rediviva,
A sombra de Tiradentes.

Cada palavra — é de trovão gargalho!
Cada soluço — é ribombar de raio!
Cada gemido — um turbilhão de fé!
Brazil! de joelhos... de joelhos... turba!
Gigantes! calmos... que verbêra um genio.

« Ao sacrificio espontaneo
Corri com valor titaneo,
Deixei ralassem meu craneo,
E de meu sangue torrentes
Lavasse todo este chão...
Bem alto ergui esta mão,
Mostrei-vos meu pavilhão,
Bradando — sou Tiradentes.

Recusastes dar-me ouvidos,
Desprezastes meus gemidos,
De veneno entumescidos,
Passastes indifferentes.
Pensando que erois dormindo,
Passei nos ares rugindo,
Como a tormenta branindo,
— Vingança pra Tiradentes.

Soffrendo o suplicio amargo,
Minh'alma adhere ao encargo
D'erguer-vos d'esse lechargo,
Brazileos, fortes e ardentes
Nas chammas da liberdade;
Mostrar-vos luz e verdade,
Lembrar-vos a eternidade,
Aureola de Tiradentes.

Os furacões que flamejam,
Os vagalhões que tropejam,
São reptis que esbravejam
Ante rochas imponentes;
Assim as vossas chiméras
— Fogo dextinctas eratóras,
Tem o nada—por barreiras
E as plantas de Tiradentes.

Como a vós procellosa da tormenta
O semi-deus rugio;
E a pós mais sereno, e mais tranquillo
N'amplidão se ouvio;

Um canto doce e calmo qual cantado
Por vós de Cherubim;
Eram notas de amor e sentimento,
O cantar era assim:

Da morte ao sceptico permêa um passo,
Samico abraço os esmilton de gelo;
Um é o genio que o inferno calca,
Outro é desgraça seu funereo selô.

Filho sem patria, nos espaços m'n lo,
Attento á tu lo, mas ninguem me vê;
E á mim pergunto co'amargor profundo:
Será no mundo ainda alguem que crê?

Ai! crer! e como? nos palacios vendo
O crime honrando se e'rou de gloria?!
E o throno altivo jubilar-se em sangue,
E a patria exangue negrejar na historia?

Crer quando os pulsos de grillhões lhes cingem,
Quando lhes tingem de sarcasmo as faces?
E negro incenso nodando aos bravos,
Laureia escravos de eternas realces?

Eu que nasci sob este céu fulgente
E sangue ardente m'entumesce as veias,
Curvei-me um dia, mas curvei-me forte,
Bebendo a morte no cingir cadeias.

Nunca meus joelhos se dobraram ao throno,
Maldito outomno que os mais puros fructos
Cresta, amesquiuha, contaminina, aberra
Até por terra os arrojar corruptos.

Povo brasileiro! como assim trahiste
A' patria triste que extrebucha á sós?
Ei-la! curvada á mercenaria raça
Vem, despedaça os aviltantes nós!

Como é que jaz, e neste mundo novo,
Brioso povo, canguçu feroz,
Inerte preso á servidão infame,
Que rug e brame com insolente voz?

Não assim era a Aymoré cohorte,
Novo Mavorte, penhascal, valente
Quando da pugna nos finaes arrancos
Curveva os brancos com valor ingente.

Desse oceano a liberdade é vaga,
Que a bate, esmaga, servidão e thronos ;
E o povo d'hoje este valor consome,
Manchando o nome que o Aymoré deixou-nos.

Não foi escrava ! O Aymoré ousado
Ruge dañado, mas não curva a fronte :
O peito — é bronze ; coração — granito ;
Alma — infinito ; liberdade — horizonte.

E calou-se, E eu tomando a lyra
Um canto nella desferei sauloso,

Si meu canto de crente se inspirasse
Naquellas canções gratas, aereas,
Entoadas no som da patria inubia
E nos baques compassados de tacape,
Marcados no p'regrino dia passam
Da setta hervada pelo ar singrando
Até perder-se muda na floresta,
Com que belos payés vão memorando
Aos tenros caboclinhos as legendas
Das paes caciques, seus avós illustres ;
Si meu canto resoando pelas matias,
Pudesse retumbar nas verdes tumbas,
Onde dormem as tribas brazileiras
Raça de bravos de que herdei o nome...
Si eu po lesse animar estas cohortes !
Como corciant os brazileiros
Que cevão-se no sopé do throno luzo !
Almas pollutas que mendigam fé !

É tu, phantasma, ergue-te radiante
Nos claros horizontes, onde alvejam
E vaidade e gloria : attende e ouve
As tristes vibrações de minha lyra.

Ai ! vê ! oh genio dos livres !
O nefando aviltamento
De um despotismo cruento
Neste solo americano :
Nas abas de regio bronze,
Ou seja escarneo, ou revéz,
Os indios curvos aos pés
Aos pés dum rei... dum tyranho !

Revéz ! oh não ! impossivel !
Esta phalange de grandes
Lactaria até co'os Andes
Pela sua liberdade ;

É das altas serranias
O genio se curvaria,
É arrogante pa saria
O vulto da immensidade !

Ouvi ! homen;dalém mar !
Aquelle bronze luzente
É um sarcasmo pungense
Para nós povo leão :
Juramos por nossas crenças,
Pela luz de nossos céos,
Que com furia de escarcéos,
Lança-lo-hemos ao chão.

Póde ficar sobranceiro,
No logar que foi banhado
Pelo sangue immaculado
Do brazileo souhador ;
— Mentira da tyrania ; —
Bronze de bronzeo cynismo ?
Insano ! busca baptismo
No sangue de seu senhor !

Sim ! que por Deus protestamos
Sabemos lactar á sós,
P'ra vingar nossos avós,
Tribu de bugres valentes :
Algemas pódem cingir-nos,
Mas ah ! nunca impediram
Que parte deste leão
Vingue a morte a Tiradentes.

Coragem ! irmãos de utopias !
Si vence o falso á verdade,
O servismo á liberdade,
Venceram os confidentes.
Restar-nos-ha a infamia,
As lugeas de uma prizão,
É um brazileo coração,
Estatua de Tiradentes.

Ergue-te além colosso venerando !
Ruge Tupacumanga e despedaça
O phantasma misero levantado
Sobre pedestaes de vicio e orgulho.
Abate estes grandes despresiveis,
Que intentam macular com beijo impuro
A virgem das florestas brazileiras.
Ao nada ! estes malas enfeitados,
Semi-deuses nascidos dos arquejos
Da fé polluta e negra de senhores,
Que seu nome e porvir mercadejaram
Pelas anreas cadeias do escravo.
Colosso ! tange o alaúle agreste,
Filhos das broncas penedias asperas,
Que gemendo ao vibrar do rude bugre,
Semp e fiel ás paternaes legendas,
Deificava a floresta e a liberdade.
Tange-o ! reçuma agora outra epopéa
É derrama-a no vacuo destes pertos
Que anhellam seus carnes peregrinos.
Si teu algoz, aos lenhos do patibulo,
As cordas lhe estalou : as ciuzas d'elle
Echoarão ainda e eternamente,
Que não morrem a fé e a liberdade :
Attributos de Deus não são mortaes.

Na folha que rebrilha em nossa historia
Cinzelisaste nome e mocidade.
E córo se esse nome balbucio...
Entretanto meu sangue, meu porvir
Tudo daria p'ra quebrar o bronze
Que peza sobre as glorias de teu tamulo.
E córo porque, heróe, já tenho ouvido
Clamar a vós em grita a horda escrava
Que tú eras um louco!

Sancto Deus!

Si foi loucura vós a bemdicestes;
E si eram crenças que ferviam n'alma
D'esse portento: oh! maldicta seja
A geração que insana tripudia
Sobre a grandesa deste heróe brasileiro!

Tu livre como a rosea colhereira,
Que nas turvas lagôas pasto busca,
Fugindo aos moldurados, aureos laços
Da inexoravel lei da dependencia;
Livre qual Goytacaz que das florestas
O espinhoso ayry decepa e afia
Mais que lamina de gladio reluzente,
E o guará, o tucano, a juryty,
O fero canguçu, o lesto cervo
Por entre os espinhaes vae affrontando
A' titaneas, rigidas flexadas,
E os montões de thesouros despresando
Pelo livre viver grato à Tupá;
Tu assim livre... a libré fidalga
Lançaste ao lodo que lhe dera vida.
E após nas vascas do desprezo infindo,
Por essa doce mãe: tudo deixaste
Na negra escadaria do patibulo,
Como despiu a veste polluida
No Golgotha o genio da justiça.

Oh! sofredor brasileiro! ah! Guaracy!
Ativo! em mil pedaços repartido
A fronte fumegante, o corpo em cinzas,
Descansea ahí no céu que foi teu tamulo
Sob o peito de Deus augusta bouza.

Levanta-te nas orlas do horizonte
E dize, nos parasitas que rastejam
Ao sopé do prostibulo deificado,
Que é tempo de acordar da somnolencia,
Que no mappa do progresso nos occulta.
Tamandare gigante acerta a bussola,
Alesta o curso á não que vaga errante,
Pelo pego d'immunda escravidão,
Para o sublime mar da utopia
Onde marulham fervidos, titaneos
Vagalhões de progresso e liberdade.

Estronda Tupaberaba
E o vil mausoléo desaba,
Que tuas crenças opprime.
Lavaste co'o sangue ardente
O throno, o grilhão, o crime,
Com elle instilla valente
No peito de cada bravo
Odio ás algemas de escravo.

Esmaga esta hydra insena
Que na deosa americana
Onsou os labios ponzar.
Americanos são grandes,
Devem a affronta vingar;
Insulla, genio dos Anjos,
No peito de cada bravo
Odio ás algemas de escravo.

E quando os vis mercenarios,
Raça torpe de sicarios
Da nefanda escravidão,
Os regios, pollutos gladios
Desembainharem—em vão—
Faz borbotar dos teus labios
No peito de cada bravo
Odio ás algemas de escravo.

No eucarniçar da contenda
A tua sancta legenda
Constante venha animar,
Essa cruzada valente
No seu titaneo lutar:
E mais torne incandescente
No peito de cada bravo
Odio ás algemas de escravo.

Chovam bulcões de metralhas,
E crenças, craneos, mortaihas
Vagueiem pela amplidão;
Com todo afan se manobre
O liberal esquadrão.
E mais fervente redobre
No peito de cada bravo
Odio ás algemas de escravo.

Os brancos corceis galopem,
E as suas crinas ensopem
Na torrente purpurina
Que pelo prado marulhe,
Levando a crença divina.
E como o sangue borbulhe
No peito de cada bravo
Odio ás algemas de escravo.

E quando em terra prostrada
A vibora exangue, mirrada
Segredar com seu orgulho :
Oceano d'ondas de fé !
Que é liberdade o marulho...
Cala... que fica de pé
No peito de cada bravo
Ódio ás algemas de escravo.

E eu que sou brasileiro,
Direi ao mundo altaneiro,
Que se mancharam-te a historia
Uma cruzada a lavára
No sangue da raça ingloria.
E que esta nodoa gravára
No peito de cada bravo
Ódio ás algemas de escravo.

J. Carlos do Patrocínio. *A República*. Rio de Janeiro. 22 abril 1871. p. 3.

710425 À República¹

Saúdo a ideia gigantesca e nobre
Que como jorro de Moisés rebenta
Ao colosso da América do Sul...
É tempo de bebermos nesta fonte,
Expelindo de nós eternamente
O opróbrio de Saul.

Tiradentes – agora... Oh, grande Otoni,
Desperta todos vós... Nunes Machado
Onde estás?... Não ouvi este rumor?...
Somos nós, que bradamos altamente
Que queremos ser livres da tutela
D'um único senhor!

É santa a aspiração, – é justa a causa,
Quando nada – enobrece, – enche d'orgulho,
Ao que sobre estas áreas sacrifica...
Venha o cálix embora transbordando
De fezes, d'armaguras, de martírios...
Inda assim não se abdica!

Já surge a tempestade, o mar se agita,
Em cada coração, em cada crânio,
Uma fibra e um átomo de mais
Parece despontar, pulsar de acordo,
Por virtude desta ideia grandiosa
Que foi de nossos pais!

Demula-se o patíbulo degradante,
Que aviltou nossa honra e nossos brios,
Do qual serve de base à liberdade...
Somos todos irmãos, – iguais em tudo
Pois, só temos, no mundo, um rei supremo...
O rei da eternidade!

Onde foi, em que seio mais robusto,
D'entre povos novéis – neste universo,
Tamanha aspiração já rebentou?
Onde foi, em que parte, onde, em que tempo,
Um brado estridente de – república –
Acaso se escutou?

Sem que custasse aos ímpios um suplício,
A escravos um assombro, aos reis um frio,
Remorsos gotejantes de suores;

Ao passo que aos atletas do futuro
Só cercam delícias inefáveis,
– Os prazeres maiores?

Onde foi que a verdade se plantasse
E a crença de um povo florescesse
Da liberdade à sombra do pendão,
Que mais de um peito nobre não sentisse,
Veemente, esforçado, ardente, altivo,
Pulsar-lhe o coração?

Sus! Avante, falange denodada,
Mocidade brilhante – esperançosa,
Verdadeiros profetas do porvir!
Combatei pela ideia e pela glória,
Pela pátria, por nós, pelos vindouros,
Q'a luz há de surgir!...

Um sargento Garcia inda é possível
Que transpondo os umbrais do régio paço,
Qual outra Cristina assim desperte:
Intruso, restitui-nos o que é nosso,
– A pátria, a liberdade, e, fuge, – fuge,
Pedaco humano inerte!

Sim, sus! Avante, mocidade ardente,
Profetas do futuro grandioso...
O estridor do canhão não vos assuste...
A vida, é como a dor, sem liberdade,
Desta à glória, – a jornada é limitada,
– Embora muito custe!...

Josué, há de ao som de mil trombetas,
Com o povo outra vez associado,
Fazer a sua entrada em Jericó,
Mas agora somente tendo em vista
Expelir desta mística cidade,
O novo faraó!

Daqui eu vos saúdo; e se essas vozes
Podem cheias de ardor transpor os mares
Nesse esforço que faz meu coração;
Inscrevei-me também no grande livro,
Que há de um dia encerrar esta legenda:
– Brasil, – já sois uma nação!...

Lycurgo de Paiva. *A República*. Rio de Janeiro. 25 abril 1871. p. 1-2.

1 Poesia na qual Paiva declara sua adesão à causa republicana.

710520 *Nondum Lucebat*²

(A Theophilo Ottoni)

Ei-lo cahido e sosinho
 Na sepultura—que leito?!
 Ergueu-se a cruz no caminho...
 Palpitou, parou seu peito!
 Deixae passar o ataúde
 Daquelle tribuno rude,
 Altura pesta planície...
 Da noite estrella cadente
 Sol que morreu de repente
 Dos mares na superficie!

Vergonhas do meu paiz
 Ha grandes á mais não ser;
 Este não—nunca a cerviz
 Soube dobrar ao poder!
 Não cahiu—ergueu-se agora;
 Não é treva—é luz da aurora;
 Não morreu—vive de novo
 Vida maior,—immortal,
 Fitando o divo fanal,
 Voou dos braços do povo!

Da turba triste e enluctada
 Cada gemido era um hymno;
 De cada amigo na estrada
 Havia no pranto ensino!
 Aprendei no grande exemplo
 As portas do sacro templo,
 Tambem dos livres altar!
 Vêde um gigante pequeno;
 E' um gigante Nazareno,
 Que viveu, morreu de amar!

Que amor tamanho era aquelle
 — Que o peito lhe incendiava!
 Ai! coração como o delle,
 Ai, meu paiz, encantava!
 Tinha as coleras do povo,
 Por isso como era novo,
 Tão puro no esquecimento!?
 Aquelles braços amantes
 Abriam-se como dantes,
 Aç` çlarão do pensamento!

Arrebas da mocidade,
 Sombras da idade madura...
 Vinde vê-los, liberdade,
 Sobre aquella sepultura!
 Oh deusa, foi nobre o culto;
 Mas aqui mesmo sepulto
 Conserva o symb'lo primeiro...
 De cima um raio de luz,
 Na campa núa uma cruz,
 Juncto—o povo brasileiro!

.

Sorriram daquelles dias
 Das multidões em delirio!
 Ai, mangradas alegrias,
 Que foram tambem martyrio!
 Sorriram porque na ardencia,
 Das luctas na effervescencia,
 Era gigante e creança!
 Como é tão alvo o sudario?!
 Sobre o leito mortuario
 Seu lenço branco descarça!

Seu lenço... prisão sagrada,
 Talvez diaphano véu
 Da liberdade encantada,
 Da meiga filha do céu!
 Oh! quando o lenço voava,
 Como a turba se apressava,
 Como o delirio crescia!
 Quem sabe, povo, em teus braços,
 Naquelles doidos abraços,
 Si uma só alma vivia?!

Uma só!—Quanta grandeza
 No pulsar do coração,
 Cratéra que estava accessa,
 De mil vulcões um vulcão!
 Que vozes, quantos clamores?
 Entre um chuveiro de flores
 Quanta esperança de luz?!
 Ai dize-me agora, ó lua,
 Si o lenço branco fluctúa
 Nos mudos braços da cruz!?

2 Nota explicativa que apresenta o poema: “Da *Propaganda* de S. Paulo transcrevemos para as nossas colunas uma poesia que a redação daquela folha inseriu, acompanhado-a com as seguintes palavras: 'Em outro lugar publicamos um bela poesia, dedicada à memória de Theophilo Ottoni, por um eminente cidadão, amigo do povo como o saudoso tribuno e a síntese das mais puras simpatias da mocidade brasileira.' É escusado declinar o nome de José Bonifácio, o moço.”

Talvez da noite á calada,
Morno o clarão do teu rosto,
Soluce a deusa encantada
Do funereo e triste encosto :
Ai, filho, eu não te abracei,
Não pude vêr-te—ceguei
De tanto chorar . . . ai tanto !
Ai, filho, meu véo de amores,
Quero cobri-lo de flores,
Quero orvalha-lo de pranto !

Seu lenço . . . pobre memoria !
Guardae-a, povo, que é vossa ;
E' trapo, mas é de gloria ;
Lembrança triste, mas nossa !
Reliquia sagrada e pura
Na pedra da sepultura
Deu-lhe o jó encanto novo ;
E' nossa, nossa bandeira,
Mesmo occulta na poeira,
Esse farrapo do povo !

Neptuno dos altos mares
De enthusiasmo sem conta,
Entre as vagas populares,
Como o seu vulto remonta ?
Não o quero deputado,
Não m'o levem p'ra o Senado,
Deixem-m'o só cidadão !
Mostrem-me o vulto querido
N'aquellas ondas perdido,
De branco lenço na mão.

De sentimento que historia
Se esconde alli na poeira ?
Aquelle crepe de gloria
Já fluctuou . . . que bandeira !
Paixão . . . delirio . . . esperança
O povo é tambem creança,
Creança que é rei um dia !
Não tirem-lhe o lenço, não
Amores da multidão,
Escarneos da fidalguia !

Otoni, que largos annos,
Oh que homericas batalhas ?
Quantos lances sobrehumanos—
Laureis, corôas, mortalhas ! ?
Nos passos do teu caminho
Quanta rosa e quanto espinho,
Apostolo da liberdade !
E' noite, noite fechada,
Mas não tarda a madrugada...
Canta uma ave—a mocidade !

Não tarda a manhã serena
Pelas orlas do Oriente !
E vas-te embora... Que pena
Se amanhecer de repente ! ?
Os passarinhos nas selvas...
Per'las de orvalho nas relvas...
Luz e sombra—que portento !—
No val, no matto e na serra...
O homem ri-se na terra,
Ri-se Deus no firmamento !

Deus, oh Deus—que alma de bruto
Póde esquecer-te, Senhor ! ?
Si até a flor e o fructo
Dão mudos gritos de amor ! ?
Palmitaes de minha terra,
Meus nevoeiros da serra,
Acaso rides ? Choraes ?
Ha rumores pelos fossos ;
Parece que rangem ossos
Na campa de nossos paes !

.
.
.
.

Sessenta e um annos—que idade,
Que vida de inspirações,
Ao sopro da tempestade,
Ao grito dos furacões !
Hoje erguido capitolio,
Nos braços do povo um solio,
Depois o carcer' mofino !..
E sempre, e sempre... que luz
No mudo topo da cruz,
Naquelle berço divino !..

Tribuno do povo-rei,
Propheta do povo-Christo,
Eu apenas te deixei,
E já de longe te avisto !..
Treme o seio do Sinai,
Brada o Eterno—voltae,
Séde o nuncio da egualdade !
Rasgam-se os horizontes,
E eu vejo, raros os montes,
Patria, Deus e Liberdade !

710613 Ao Imperador

– *Fere-me, mas ouve-me* –
(Temístocles a Eurípides)

Senhor! Senhor, o que fareis? O povo
Se não chora, também já não sorri;
E ousa-vos fitar-vos já! Que olhar sinistro!...
Quanta interrogação flameja ali!

É do direito a cólera sagrada
Que acende aquele olhar... No vilipêndio
Muita vez tal olhar produz coriscos...
Uma fâisca basta para tal incêndio.

Tendes o manto, e nós sentimos frio!
Tendes um cetro, e nós... Nem um bordão!
Tendes na testa um diadema de ouro;
Nós... Uma chaga só no coração!

Ah! Chaga que se chama fome, sede
De justiça e de pão. Por sobre o império
– Suprema afronta ao céu e à humanidade –
Vê-se estendida a púrp'ra de Tibério.

E vós dais beija-mão! Baixeza extrema
Em que a Roma dos cézares não cabe;
Cena burlesca em que o senhor se mostra
– Lobo feito pastor... Não há reis pai.

Nestes banquetes, onde o servilismo
Sempre oferece ao rei um gozo novo,
Não sentis que na taça que vos servem
Não há néctar, mas sim sangue do povo?

Não vos abrasa a boca tal falerno?!
Nós não gozamos; vós... Não padeceis!
Bebe Calígula per'las diluídas,
E vós... Do povo as lágrimas bebei!

Eis que às vezes, coagindo os povos
A tomarem no ombro a cruz da glória,
Faze de um rei acuado no Ipiranga
Um herói – condenado pela história.

Tendes um trono, e nós temos a força!
Prá nós – miséria; fausto para vós.
E não vos apiedais?... não tendes medo?...

E Luís XVI, e Maximiliano,
Cujo sangue, ainda fresco, é uma ameaça,
Não vos dirão que apenas Tira-dentes

Não tem cabeça para rolar na praça?

Tão acercado d'áulicos sequiosos.
A quem não farta o fisco; a extorsão;
Tornaste-vos o chefe de dois bandos
Que vão talando a infeliz nação.

E o povo – Jó – contempla indiferente
Dos bandidos a sórdida contenda.
Não sobeja carniça a tais hienas!
Cada qual que melhor a pátria venda.

Ora um, ora outro, ao vosso lado
Qual deles terá sido mais fatal?
Daí o que quer que seja nesse paço
Que o assemelha a outro chagal.

Do auriverde pendão que nos honrava,
O estrelado farrapo que nos resta
Já não pode cobrir a chaga negra
Que este país desventura infesta.

Vosso trono é um degrau de um precipício.
Vosso dossel promete desabar.
Deixai esta bastilha de damascos,
E à luz do século vinde vos lavar.

Impaciente ali o chão escarva
Brônzeo corcel de glória esfomeado;
Toma-lhe as rédeas, cavalgai-o; é tempo,
Ele sabe o caminho do passado.

Não temais o deserto, esta povoado;
D. Izabel lá está, mais Napoleão.
A convivência é boa, em dentro em pouco
Melhor será... Prossegue a emigração...

Apiada deixai aí mesmo a *estátua*;
Ela empunha uma carta de alforria
Que os desonra, que é nossa infâmia,
E o povo deve e quer julgá-la um dia.

Um dia há de vir, e que não tarda,
Embora a corte faça um escarcéu,
Ainda mesmo com a corda no pescoço,
Vemos a sombra de Washington no céu.

710617 Teófilo Otoni

Ao Ilmo. sr. dr. Eloy Benedito Otoni

Encore une pierre que tombe
Du temple de la liberté.
(Béranger)

É tempo de chorar! e aos ventos que sacodem
Atada na corrente uma águia prisioneira
A mortalha mostrar dos mártires da pátria
Porque dessa mortalha o povo faz bandeira!

É tempo de chorar! Há muita cinza esparsa
Ao pé de muita cruz erguida em descampado...
Viajantes da noite, é tempo!... já se agita
No seio do presente as sombras do passado!...

Cubramos o semblante! ao peso vergonhoso
Das bençãos oficiais o *Potestal* se amolga!!
Cubramos o semblante... ali os túmulos se cavam
pr'a o brios da nação... É o imperador que folga!...

É tempo de chorar! Na pedra do sepulcro
Que guarda Xavier – o protomártir santo
Quero os lábios ungir, depor a minha lira
E aqueles ossos nus umedecer de pranto!

Quero ali desfolhar as lágrimas de um povo,
Do passado evocar as múmias do heroísmo
Que, como aves do mar, dali talvez espiem
A luta das estrelas com a luta de um abismo!

Mas... que vejo, meu Deus!... Oh prole de Abissinos
Nem as cinzas poupastes ao rei da população?!
E o futuro lavou de tanta infâmia a nodoa!
Mártir! da apoteose a estátua tens na praça!...

.....

É tempo de chorar! Ventos da sombra
Eu vos entrego minha lira rude
Ao pé dos ciprestes!
Levai aos povos do porvir meus cantos,
Como para o céu vós sacudi as nuvens;
Eu não vos peço mais!...

Eu não vos peço mais... Entre as ruínas
Também resvala dos clarões nascentes
A pérola da luz...
E Deus recolhe as lágrimas dos pobres
Para plasmar constelações de estrelas
Com que coroe a cruz!...

Ligai a artéria e vós tereis a morte!
Erguei a barreira ao ímpeto dos rios
Tereis – a inundaçãõ!
Contra o porvir qu'invade, erguei-vos Césares!
Que a serpente do cetro estrangulando

Ei-la, a revolução! (*)

II

Pátria! porque dorme a noite
Na túnica deste céu?
Sucedo um canto maldito
Ao grito de quem morreu!

Bravo! bravo! as águias morrem
Para os abutres crescerem!
Para a hienas roerem
Muito cadáver lá vai!
Vitêlio, que tendes fome,
O banquete vos convida!
Podeis em corpos sem vida
Banquetear-vos... Folgai...

N semblante do presente
Mais uma ruga si afunda;
A glória vai gemebunda
Nos ciprestes murmurar...
Porque esses prantos na terra?
Diz o céu ao ma que corre...
Silêncio! é Otoni que morre!
Deixai o povo chorar!...

Silêncio! é Otoni que morre!
Deus apaga uma por uma
As bolhas da rósea espuma
Que a liberdade deixou
No vasto espelho das ondas,
No dorso deste Oceano
Cujo manto americano
Um paço negro forjou!...

Oh Pátria! melhor fora
Ser um túmulo o teu berço!
Que do dilúvio submerso
Não te viessem erguer
P'ra seres pasto de vermes,
P'ra se arrancar de uma boca
Gargalhadas, quando louca
Vias Machado morrer!...

Melhor te fora que o peso
Dos Andes te estrangulasse
Do que ligarem-te à face
Um lábio que queima e ri!
Do que sobre teus cabelos
Lançarem as cinzas quentes
Do corpo de Tira-dentes
E brandarem-te: Aplaudi!

Atira a noite no espaço
 A sua poeira de estrelas
 Mas quem pode desprendê-las
 Do tabernáculo do céu?
 Portugal lançou tuas cinzas,
 Oh Mártir! aos quatro ventos...
 E a glória, dos firmamentos,
 Uma por uma as colheu!...

Se quando as sombras nos mares
 Se amontoa mais e mais,
 As vezes Deus prende um astro
 No manto dos temporais;

A glória vendo que nos mundos
 Rola uma noite pesada,
 Desprende a c'roa estrelada
 Da frente de seus heróis,
 E suspende uma centelha
 Na frente de um seu eleito,
 Soprando-lhe largo no peito
 A chama ingente dos sóis!...

E foi das cinzas de Mário
 Que Caio Gracho se ergueu...
 Das cinzas de Tira-dentes
 O tribuno... ele nasceu!...

III

Dentre os cerros que, primeiros,
 De chamas se coroaram,
 Quando os mandos se abalaram
 Ao grito: Revolução!
 Dessa *Niobe* da pátria,
 De quem uma negra vaga
 Roubou a prole e Gonzaga,
 Nas garras da traição!...

Ele surgiu, grande, ousado,
 Na frente um raio de luz,
 Único, em meio a escravos
 Que ia abalar uma cruz!

E foi – nas asas ardentes
 Do ardente patriotismo
 Fechar a boca do abismo,
 Sobre ele um cetro quebrar!

Que ao próprio peso do mundo
 Um povo não se esmigalha!
 Nem todo o *manto* é mortalha

São Paulo, Outubro de 1869.

* *Liez une veine, vous avez la maladie ; entrez un fleuve, vous avez l'inondation ; barrez l'avenir, vous avez les révolutions .* (V. Hugo – Napoléon Le Peti) [Nota no original]

Para a América enterrar!...

Silencio! Povo, de joelhos!
 Passa um homem, cai um rei!
 No marmor de vossas glórias
 Mais um triunfo escreverei!...

Mais ao pé daquele trono
 Uma criança dormia...
 E o crepúsculo de um dia
 Prenunciava um arrebol...
 E longe, viu-se o tribuno
 Fito o olhar neste renovo...
 Olhai! é um filho do povo
 Que aguarda o raio do sol!...

A aurora ergueu-se? mentira?
 Que a aurora clareia o chão...
 E aquelas asas sopraram
 O gelo da corrupção!...
 E do povo se arrancava
 Um grito que amaldiçoava
 A tríplice irradiação
 Desse lábaro incendiado
 Que Nunes havia ungido
 Apertando-o no coração!...

E o tribuno, que é dele?
 Otoni em frente do trono
 Mostrava ao povo a que sono
 Se abria os lábios do rei...
 Deste rei que aperta os braços
 O assassino de Machado;
 que com manto estrelado
 Apaga as letras da lei!...

IV

Depois a voz emudece...
 Abre-se um tum'lo... desceu!...
 O Brasil enxuga o pranto...
 E olha tristonho p'ra o céu!...

 Um dia viu-se nas ruas
 De mão em mão carregado
 Um catafalco enlutado
 Entre gemidos passar!...
 Que grito é esse nos ventos?
 Diz o céu ao mar que corre...
 – Silencio! é Otoni que morre!
 Deixai o povo chorar!...

710828 Sete de setembro

Salve! dia feliz, data sublime,
Que despertas o sacro amor da patria.
Em nossos corações!

Salve! aurora gentil, que perpetuas
A era em que o Brasil entrara ovante
Na arena das nações!

A'quem do vasto oceano, entre harmonias,
Co'a immensa coma abandonada os ventos,
Descançava a dormir;
O filho altivo dos cabraliões sonhos,
Tão calmo como o infante que se embala
Nas scismas do porvir!

E os osculos ardentes do pampeiro,
Do gigante adormido os lassos membros
Enchiam de vigor,
E os puros raios da saudável lua
A bella e sobranceira fronte ornavam
De rutilio fulgôr.

Um dia... ai... despertou, vendo cortado
Pela infame cadêa dos escravos
O nobre pulso seu;
Estremecêra em ancias: lava ardente
Rugira incendiada pelas fibras
Do novo Prometheu!

E os mundos agitaram-se no espaço,
E o mar convulso arremessou aos ares
Crystaes em turbilhões:
E a humanidade inteira ouviu tremendo
O brado heroico que rasgára o peito
Dos filhos das soidões!

Após insano esforço, ergueu-se ingente
Calcando aos pés a algema espedaçada
Da lucta no stertor;
E o Amazonas foi dizer aos mares,
E os Andes se elevaram murmurando:
—Somos livres, senhor!

Tu foste, meiga estrélla que fulgurás
Apontando o caminho ao pegureiro
Exposto ao vendaval,
Rosa orvalhada de devinas lágrimas
Que o collo purpurino reclinaste
No solio de Cabral.

Liberdade gentil, sonhar dos anjos,
Clicia mimosa baluçada à sombra
Pelo sópro de Deus,
Tu foste, como sempre, a luz d'alliança
Que a santa chamma n'alma aviventaste
Roubando-a aos escarcêos!

Mas não se cinge a escravidão à algemas:
A terra que sagrar vieste livre
Do futuro no altar,
Rasgado o seio por voraz abutre,
Vê-se ora entregue à escravidão dos erros
Sem forças, vacillar!

Ah! não te esqueças deste dia augusto;
Ampara o debil povo que se curva
Ante um falso poder!
Desdobra tuas azas luminosas
Sobre o leito gelado em que repousa
O martyr Xavier:

E quando os filhos teus, tendo por bussola
A crença livre, que na antiga idade
Fundiu tantos grilhões,
Remontarem aos polos do futuro,
Enchendo o vacuo de um presente inerte
De indústria e aspirações;

Serás tu, Liberdade sacrosanta,
Que cingida de magos esplendores
Nos ungirás de luz!
Serás tu, que voltada p'ra o infinito
Nos guiarás na senda fulgurante
Que à perfeição conduz!....

Salve! dia feliz, data sublime
Que despertas o sacro amor da patria
Em nossos corações!
Salve! aurora gentil, que perpetuas
A era em que o Brasil entrara ovante
Na arena das nações!....

D. Narciza Amalia. *A Luz*. Rio de Janeiro. # 52, Ano I. p. 416.

710902 A Canção do trapeiro

Porque será que ao governo
Subindo os ambiciosos
De projetos fabulosos
Tem sempre cheio o caderno?
— Porque um sentimento sentem
Ao dolo, à fraude os instiga
E como tarde os castiga,
Nessa rapina da história
Têm o dinheiro por glória,
Tendo por pátria a barriga.

Rabeca. Rio de Janeiro. 2 setembro 1871. n. 46.

710904 Agonia e glória

DESGRAÇA!... Eis tudo o que resta
Da raça dos Prometheus :
— Um mundo sem liberdade,
— Um infinito sem Deus !
No dorso das cordilheiras
Batem rijas, agoureiras,
As martelladas do algóz :
E' o carrasco negro—immundo
Pregando o esquite de um mundo
No—seu sudario de heróes ...

Eil-o soberbo por terra
Qual no occaso é grande o sol :
Faz dos Andes—traveseiro,
Do firmamento—lencol !
— Condór soberbo d'America
Morreu !.. Mas na garra Iberica !...
Não sangra um grilo de dôr !...
E o oceano—cão enorme,
Pergunta se o Brasil derme
Uivando aos pés do Senhor !

Dormir? não !—Que esses tripudios
São de um povo os funeraes :
Mas ninguém vela-lhe em tôrno
Grandes da Patria—onde estaes ?!...
Ah ! lá os vejo altanados,
Fortes, soberbos, alçados,
Subirem mesmo ao cair :
Bravo! bravo! Heróes ! olhai-os :
Se tombam são como raios
Que mergulham no porvir !

Cada qual na hora extrema
Sôbre a ossada da nação,
E' como um busto de Hercules
Do incendio ao rubro clarão.
P'ra aqui um vulto se chega ;
Na taça a cicuta—grega,
Na mão—romano punhal :
— E's tu, Claudio—o suicida,
Trocando o andrajo da vida
Pela purpura eternal ?

Eil-o, o gigante da praça,
— O Christo da multidão ;
E' Tira-dentes quem passa,
Deixem passar o—Titão !
Subito ... um raio o fulmina ;
Mas tombou na guilhotina,
Nesse throno do Senhor :
Foi como a aguia fulminada,
Pela garra pendurada,
Como um trophéo do Thabôr.

Longe, por plagas infinitas
Lá—onde é de fogo o céu,
Surge do mar uma ilha,
Da ilha um homem se ergueu ;
Ao surdo rugir das vagas
Batem-lhe d'alma nas fragas
As ondas de seu pensar :
E é o sol quem tomba sangrento,
Como o adeus—o pensamento
Que elle nos manda do mar !

Profundo o olhar no horisonte,
Ao vento exposta a cerviz,
E' Tasso olhando Eleonora,
Dante fitando Beatriz ? !
Lá no rochedo escaldado
Quem o grande desterrado
Maior que Napoleão ? !...
Silencio... Uma voz sombria
Soluça : «Brasil !... Maria !...»
— E' Gonzaga ! !... Oh ! maldição ! !

A Luz. Rio de Janeiro. # 1, Ano II. p. 8.

711001 Mentira de Bronze

Debalde a vil lisonja, o servilismo
Busca no bronze eternizar teu nome
Que o tempo só respeita e não consome
A virtude, o saber, o patriotismo.

Sempre credo, e falaz o despotismo
Embora dos heróis o lugar tome
Só ali ficará até que assume
Enérgica reação, nobre civismo

Do mártir Xavier a sombra errante
Adejaste ameaçadora sobre a fronte
Sem sossego te ondar um só instante

A vítima do algóz aí jaz de frente!
Quem sabe se em futuro não distante
Nova luz brilhará neste horizonte.

A República. Rio de Janeiro. 1 outubro 1871. p. 4

711018 A Independência do Brasil

Oh ! salve dia nobre p'ra os grandes sustentaculos
Da liberdade augusta da terra brasileira !
P'ra redempção de um povo se findão obstaculos
E mostra-se nas artes a gloria verdadeira !

Oh ! ergão-se briosos os nobres brasileiros,
Proteção suas artes por são patriotismo,
E todas as sciencias se mostrem sobranceiras,
Erguendo mais que todas o patrio jornalismo.

Salve, oh ! povo attivo, que ás lutas reverente
Te mostrarás um dia d'intelligencia cheio,
Salve ! gigante immensa já és indepente
Teus filhos, da sciencia, já pódes ver no seio !

E Deos guie seus passos, derrame-lhes nos peitos
A luz celestial da culta intelligencia ;
No coração, da fé, os mais santos effeitos,
No craneo a chamma ardente da santa sapiencia.

Miguel Dragueiro. *D. Pedro II*. Rio de Janeiro. 18 outubro. 1871. p. 3.

720421 *Senis Brasiliensis Recordationes**Libertas quæ sera tamén...*

Mentibus, o cives, vestris mea figite verba,
 Quæ fatidicus non inspiravit Apollo,
 Sed patriæ rerum non experientia fallax :
 So jactat Petrus Lusitanus, loca nostro
 De decore in platea summo capiens data magnis,
 Qui bives factis sua sunt simulacra videre
 Claris promeriti. Cives, ne credite Petrum,
 Natura insanum, præstantem heros fuisse ;
 Non nunquam (verum fatendum) legibus ibunt
 Omnia naturæ præpostera : prava libido,
 Assentatorum procerumque dolosa caterva
 Ponit et effigies æratas. Volvite Romæ
 Annales celebres monumentaque magna videte,
 Et notum vobis reges habuisse, nefandum !
 Signa decora feros, inter Divosque relatos!...
 Præclarusne fuit heros, qui sanguine scriptas
 Ad patrem chartas misit, quibus atra patescunt
 Consilia atque animus ? Petrus, qui cuncta peregit,
 Ut Lusi rursus nos sub ditione tenerent,
 Invitus nostros patres liberos tulit esse ;
 Instructasque dolis illius verba dolosa !
 Non, cives, nobis libertatem dedit ille
 Immitis rex, qui voluit regnare tyrannus —
 —*Sic volo, sic jubeo; sit pro ratione voluntas.*—
 Forsitan, ille tulit leges, dicant alii æquas ;
 Sed cur hoc fecit ? Nec gloria famave Petro
 Inde fuit : duris etenim gravibusque coactas
 Rebus, cum vellet dominatum se penes esse,
 Consillium pravum paulisper corde repressit,
 Quod, solio firmato, agere, quamvis opus esset
 Bello. Tantum hebetat regum cor atra libido ;
 Regni oppressores, populus sacra jura, timete,
 Et speretas leges ulturus surget et enses
 Infestos capiet : tunc vae dementibus illis
 Regibus, ingenium quorum aulæ perfida turba
 Corruptit. Nobis fuit exemplo Petrus ipse :
 In mentem ut venit cæcam regnare superbe,
 Tam patria infelix gemitum de pectore traxit,
 Quo gemitu populus capit arma ad bella paratus,
 Atque, juvante Deo summo, sine sanguine fuso
 Libertas patriæ, libertas irradiat alma.
 His oculis vidi modo quassatum ruere ejus
 Elatum solium, cives ; forsanque videbõ....
 Vespere vicino fulgebat Delio Phœbe,
 Excessit senior, sed enim sua verba manebunt.

720423 A Caída, e a organização do ministério atual

Tudo quanto há, he natural !
 Por que já não existem original ;
 Nem tão pouco he fraternal !
 Não pôde ser mui virginal.

De todos os que esbirão herão penal !
 Alguns delles quizerão o Código Criminal ;
 Para impor os Reós pena Capital !
 Para o País não chegar afuneral.

Ministerio desgraçado !
 Já foi muito despedaçado
 Por que não quizerão, ser atado !
 Para apanhar o proprio pecado.

Os que sahirão não herão pedaço !
 Mas dos que he composto de nço ;
 Hade cabir nos pedaço !
 Todos elles são mal do regraço.

Quem ja vio nove de vasço !
 Cada hum dello, hé taxo ;
 Athé dizem serain borraxo ! (1)
 Aonde se canta, o cartaxo.

Cada qual lavanta o toxo
 Caminhamos para o arrebaixo
 Por que o País está muito gasto
 Viva o nosso grande cartaxo.

JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO BASTOS.

(1) Refiro-me a sabedoria do ministerio.

José de Almeida Barreto Bastos. *A República*. Rio de Janeiro. 23 abril 1872. p. 4.

721229 Visão do Enforcado

À propósito da estátua de Tiradentes
 Ao Dr. Bandeira Gouveia

Arrojado cadáver no infinito,
 De suor e de glória gotejante,
 Vede-o – em frente das plantas de gigante
 Leva o enforcado o turbilhão de sóis!
 Rasga no espaço interjeições profundas...
 Lá no fundo dos céus negros se agita:
 Neles guardando a – irradiação bendita –
 Com o calcanhar divino dos heróis!

E as reações dos firmamentos grandes
 Beijam tremendo aquele crânio imenso,
 Pelos cabelos da amplidão suspenso,
 Qual se à si Deus tirasse a este Sansão,
 Como se salva os afogados míseros
 E *ele* um naufrago foi da nossa História!...
 Mas... Olhai: – os relâmpagos da glória
 São os corvos do corpo de Titão!... –

E esse vulto que rola aos quatro ventos,

E esse grande e sublime desgrenhado
 Donde vem?... Das gargantas do passado?
 E essa *corda* arremessa-o... no porvir!...
 [ilegível]
 entre os grupos severos dos profetas,
 no clarão funeral de cem cometas,
 D'harpa do abismo ao colossal rugir!...

Ascensão de espantar!... Trevas imensas,
 Vós que oporíeis ao repelão bravo,
 Que vos bastona perenal e frio,
 – Punho de bronze a martelar a luz,
 Com que ele amassa a eternidade póstuma;
 – Vinga no Olimpo que deixou deserto
 Seu martírio titão – na história aberto,
 Batendo no espaço com seus braços nus?!

Belo e sacro furor!... As tempestades,
 Invejando-lhe os válidos arrancos,

Experimentam em torno de seus flancos
 A brilhante cintura dos trovões...
 E em roda os Uragans passam bradando
 Cheios de raios, de explosões, de gritos
 “Salve o rei dos tremores infinitos –
 – Estrelador dos grandes turbilhões!... –”

E sobre eles o vulto eterno e vago
 Sobe... e a cada estrebucho estranho cresce!
 Dos véus de altura o mais extenso eis que desce
 Do vulto longo que a embalar-se vai...
 E os anjos pasmos, pouco a pouco em trevas,
 Julgam, por baixo do fantasma incrível,
 Da eternidade o eclipse impossível
 Tatear na sombra que sobre ele cai!

Mas Ah! O vulto arrebatado, ingente,
 Que em seus olhares, como céu, profundos,
 Enfia os séculos, atravessa os mundos,
 No giro doido em que se cria só;
 Senta no vento o alongamento estranho;

(Través da insânia que o circunda augusta)
 Da mão de Deus, por sobre a corda injusta,
 Que do *baraço lhe desata o nó!*...

E esse cadáver o senhor transporta
 Sobre os ombros, pelo azul a dentro
 De idéias tuas, tabernáculo e centro,
 Que entre seus braços como um filho cai,
 Sofre afinal a operação ignota,
 Que a etérea flama pelo ser destila;
 E.. *sacro bronze* – transformada a argila,
 Das rúbias forjas – do infinito sai!

E hei-lo de novo sobre a terra atônita!
 Mas desta vez um outro laço o prende:
 E a lógica de Deus que alto o suspende
 Sobre os destinos das nações – atual:
 Traz o verbo na mão; – preso aos cabelos
 O relâmpago audaz republicano
 Exteriora essa tua... – o Gênio Humano.
 E – o futuro... o seu bronze pedestal!...

Angelo Carrara. *A República*. Rio de Janeiro. 29 dezembro 1872. p. 3.

730130 Canalha!

(A palavra do Império)

O século é de travas, luctas e misérias !
 Da módo social o esqualido apparato
 Faz o sabio tremor, faz rir o insensato
 Que folga de achar vida em crises dolerías...
 Em cima, chova a lama que os grandes alimenta,
 Em baixo, o fraco chora, o pobre se lamenta !

Não penetra sequer na base do edificio
 Um só ralo de luz, um atomo de crença !
 A vida espera a morte, a paz, a indiferença...
 A lagryma é conforto, é amplo beneficio...
 E o que flecta o alto e o que galgá lo pensa
 Recebe sobre a face a immunda recompensa !

Em cima o vicio é nobre, o crime é dignidade,
 A infamia é virtude, o opprobrio arranca palmas,
 Nem medo o egoismo a mesquinhez das almas,
 Porque somente é grande a audaz futilidade...
 Alça o collo a baixeza e quando a honra desce
 O vil ganha conceito, exulta e sóba o cresce !...

Não ha lei que os concentre ou forças attractivas
 Que possam sustentar no vertice a harmonia,
 Corre tudo ao extremo e tudo se desvia
 Por seguir da maldade as ondas repulsivas ;
 A mentira é a senha, é a palavra de ordem,
 Que sjuncta e reconheca os membros da desordem !

E ai de vós, pequenos, vermos da desgraça,
 Que nos hombros levaeis o peso inmensuravel !
 Esquecei para sempre a prece detestavel
 Si não quereis na bocca a estúpida mordança....
 Não olheis para cima ! a supplica faz ira,
 O gemido faz sangue, a lagryma conspira !....

Quem falla de ambição ? que misero da terra
 Ousa sentir do genio os impetos fogosos,
 Si a gloria é dom sagrado, é dom dos poderosos,
 Das que opprimeem na paz e são heróas na guerra ?
 Que cego quer a luz ? que fronta trabalhada
 Aspira loucamente á auréola reservada ?

Pobres, amae a vida !... fracos, sêde fortes !...
 Famelicos, comei !... é o sacarnicho isto
 Que attra sobre o inferno a voz do paratzo !
 Cote o misero ao chão, succumbe entre mil mortes,
 E quando ao despertar supõe cobrar alento !
 Faz-lhe roda a familia e pede-lhe... alimento !

Oh gerações sumidas, raças vigorosas,
 Que a miseria devasta em noites de agonias,
 Oh martyres sem fim, oh sombras erradiss,
 Que a infamia do alto chama criminosas,
 Quando virá o sol trazendo com a esperança
 O facho da revolta, o ralo da vingança ?

Não presentis a hora em que a pl-béa gente,
 Rompendo esse temor do féro captivoiro,
 Fará descer o rei, subir o derradeiro
 Cujos sulcos manchou a despota corrente,
 E ao throno dirá com tal franqueza rude:
 « Aqui sentou-se o crime, senta se a virtude » ?

Oh ! não ha de marchar a crença salvadora,
 A fé que dá coragem, brio para as luct. o l
 Não é vielo do povo o amor das vãs disputas,
 Nem uia de vibrar a arma traidora.
 Mas, quando por vencer caminha para a liça,
 Sustenta com denodo a esnada da justiça !

Oh rei, oh potentados, fazeis fluctuantes
 Que vogues sem temor á flux do mar sereno,
 D-ixae que a grande náu se move no vosso aceno
 Abrindo a penda vela aos ventos inconstantes...
 Apoiados ao leme, ouvindo as moles vagas,
 Fazei vos para o largo, abandonae as plagas... .

Mas, quando sobre o espaço se far a tempestade
 E na rede cruel prender o lenho solto,
 Quando trado rugir o vasto mar revolto,
 E a morte fatal descer da immensidade,
 Em vão procurareis conter o cataclysmo,
 Porque o vosso poder sem remissão se abysma !

Depois calar-se-hão as fúrias procellosas,
 E sobre a face azul, purificada agora,
 Os primeiros clarões de uma sublimo aurora
 Virão trazer a luz ás almas sequiosas...
 Mas vós succumbireis sem que o perdão vos valha,
 Ouvindo na hora extrema o riso da—Canalha ! !...

AMÉRICO PETROLEIRO .

Minas, 1873.

Américo Petroleiro. *A República*. Rio de Janeiro. 30 janeiro 1873. p. 4.

730327 O Brasil

I

Meu Brasil, os teus encantos,
 Tuas glórias vou cantar;
 A estranhos vou desdobrar
 Os teus maiores paramentos;
 Vou cantar tua grandeza,
 Deslindar os teus brasões,
 Como um exemplo às nações
 Ergo teu manto de arminhos!

O rio da Grécia e da Itália
 Não é mais paro e formoso
 Do que o teu, jardim mimoso,
 Teu clima intertropical;
 O teu sol altivo resplendido
 O teu luar tão poeta!

Ó minha terra diletta
 Não tens no mundo rival!

O teu céu tem mais estrelas,
 Os teus prados têm mais flores,
 Tuas filhas mais primores
 E mais amores também!
 São mais doces teus frutos,
 Teus arvoredos frondentes,
 Teus caudais rios mais potentes
 Que muitos mares d'além!
 Os teus pássaros mais canoros
 Que os de todo o mundo são!
 Tem mais suave expressão
 Tem mais tristeza e harmonia
 O seu cantar mavioso!

A patativa mimosa,
 E o jandai amorosa,
 E o sabiá, que poesia!
 Dei, minha terra, um esboço
 Do quanto tu és gentil;
 Não pintor, bem Brasil
 Para melhor te pintar;
 Por isso deixo em relevo
 Teus dotes mais mimosos
 E vou cantar os famosos
 Triunfos teus vou cantar.

II

Minha pátria, a tua história
 Já de há muito está escrita,
 A tua grandeza é vista
 Mas vamo-la nós recordar;
 Exumar teu passado
 Tuas ações façanhosas,
 Teus feitos d'armas valorosas
 Tuas glórias memorar!

Os holandeses outr'ora
 Sentiam o teu poder;
 Tu os soubeste vencer
 No Pernambuco gentil;
 E que o digam as muralhas
 Das fortalezas aluídas
 Onde milhares de vidas
 Sacrificaste, Brasil!

Diga-o a sombra valente
 De Maurício de Nassau,
 De Adrien Patrick a nau,
 De Giesselin e de Schoppe;
 Digam-no as hostes guerreiras
 Batidas, rotas, vencidas,
 Aquelas hostes aguerridas
 Que se abateram de golpe!

Os fortins da Paraíba,
 Da Bahia as fortalezas
 De todo o teu norte as devesas
 E os castelos derrocados
 Qu'inda em seus muros de pedra
 Mesmo arruinados, derruídos
 Lembram-te os louros colhidos
 Por teus valentes soldados!

Diga-o Mathias d'Albuquerque,
 André Vidal, Camarão,
 Azevedo o capitão,
 João Fernandes Vieira,
 E o heroico Rebelinho
 Que proezas que fizeram,
 As palmas que então colheram
 Para a terra brasileira!

III

Nas campinas do Pará,
 Nos campos de Tucuju
 Os Brasileiros a sós
 Com seu Noronha guerreiro
 Combateram os ingleses,
 Os britânicos orgulhosos,
 Morderam terra, raivosos,
 Aos golpes do Brasileiro!

E mais, Brasil,... combatia
 Nas várzeas do Macapá
 Os franceses a quem já
 Tínhamos vencido uma vez!
 E os descendentes de Cid,
 Os espanhóis arrogantes
 Os teus indígenas pujantes
 Os levaram de revés!

Ai! durante longos anos
 Minha terra bem amada,
 Foste da Europa invejada
 E batalhou ela em vão!
 Tu terias de ser livre
 E no dia, rica rainha,
 E por isso, à pátria minha,
 Venceste a sua ambição!

Por mais poderosa que seja
 Do mundo qualquer nação
 Tem sentido a tua ação,
 Sendo banida daqui!
 Sempre que intenta lesar-te
 Ou alguma afronta fazer-te
 Pois em vão tenta vencer-te
 Fica vencida por ti!

Ai! meu Brasil, tua história
 É tão nobre e grandiosa
 Que a minha harpa ferrujosa
 Não os pode decantar!

Mas, Brasil, deixa qu'eu cante
 Tuas glórias mais modernas;
 Tuas lides hodiernas;
 Teus perfumes, teus amores;
 Deixa que o poeta mesquinho
 Lembre à Europa vaidosa
 Que és tu, minha garbosa
 Sultana por entre as flores!

IV

Um dia no Universo
 Te sentiste despertar
 E a nova vida pulsar
 Por todo o teu sul e norte;
 Na campinas do Ipiranga

Te ergueste independente
Proclamando ativamente
Ou – independência ou morte!

Ó terra de liberdade
Do valor e da poesia
Hás de vir a ser um dia
A primeira das nações!
Hás de também, como a França,
Como a Rússia poderosa,
Ser a balança famosa
Das políticas dissensões!

Como tu amas ser livre
Tira-Dentes no-lo diz;
E Gonzaga o vale infeliz;
Silva Alvarenga e Peixoto,
E ainda muito vulto nobre,
Muita sombra do passado,
Muito poeta soldado
De tempo mui remoto!

Diz também a sombra augusta
De um Bonifácio Andrada,
E a cabeça ilustrada
De um Visconde de Cairu,
De Evaristo Veiga e outros,
Vidas que apregoa a fama,
José Basílio da Gama
Durão e – Caramuru!

Não és só terra das musas,
Nem jardim de olentes flores,
Teus heróis, teus defensores
Meu Brasil independente!
No teu céu há mais estrelas
Que no azul céu da Itália
Mais poetas que a Castália
Nação audaz e valente!

Teu valor se acha escrito
No passo do Tonelero,
Que o valente brasileiro
Ousado soube transpor!
E mais a mais demonstrando
Lá está em Monte-Caseros
Aonde teus cavaleiros

Niterói – Março – 1868

Vingaram teu pundonor!

Lá está no Rio da Prata,
Nos mares de Paiçandu,
Em Curupaiti – Curusú
Em Riachuelo eternal;
Proclamam-o Cuevas, Mercedes,
Tuiuti, tudo esclarece, e,
O Brasil se enobrece
Com sua história imortal!

Dizem-no as turbas valentes
Do Lopes do Paraguai!
E agora, Europa, ousai
Ofender nossa altivez!
Ver-te-has de novo vencida,
Derrotada ante a coragem
Do Brasil, cuja passagem
Sentiu Solano Lopes !

Os teus guerreiros preclaros,
As tuas filhas formosas,
Tuas províncias garbosas
Mostram bem teu existir!
És a vergôntea orgulhosa
Da grande latina gente
E chamada nobremente
A ter brilhante porvir!

Acorda, Gonçalves Dias,
Desperta, Álvares de Azevedo,
Quebra o tumulto do lajedo
Ó Casimiro de Abreu,
Ressuscita, Mont' Alverne,
E todos vós juntos n'um poema
Reis da lira co'um diadema
Vinde c'roar novo Anteu!

Oh! pátria, não, mais não posso!
A minha tuba é mesquinha
Para cantar-te, rainha,
Como te mereces ser;
Basta que este hino termine
Resumo tua história,
Arquivando esta outra glória,
– Humaitá – vens de vencer!...

J. O Brasil. Rio de Janeiro. 27 março 1873.

730415 Aos monarquistas³

Qual formosa casta virgem
Lá dos espaços azuis;
E qual meteoro ingente,
Que clarões derrama a luz;
Assim surge a Liberdade,
Sublimada divindade,
Irmã da fraternidade,
Nos santos abraços da cruz.

E qual tufão fugitivo,
Ao longe, fraco a bramir;
E qual colosso d'argila
Em pedaços a cair;
Assim tomba a tirania
Do remorso n'agonia,
Inerte, pesada e fria,
Ante as glórias do porvir...

Lede, vós outros tão cegos,
As páginas que já vão:
Quanto sangue derramado;
Que nefanda corrupção!
Aqui o plebeu gemendo
A fome, o frio sofrendo;
Ali, – um nobre bebendo
Das orgias no salão!...

Acolá – o rei altivo
Julgando-se Jeová,
A flutuar sobre os homens
No vale de Josafá,
Abre do estado o tesouro,
Recompensa o vício em ouro;
Porém, castigo, desdouro,
Só aos bons costumes dá!...

1873.

Antonio Rosa da Costa. *Revista Acadêmica*. Rio de Janeiro. 15 abril 1873. p. 61-64.

730518 Piparotes / Grande questão do dia

Não quer eleição direta
Nosso rei e com razão
Pois sua derrota é certa
Triunfando a ilustração:
Portanto fique indireta
Continue a ser mandão.

Mas além, – os jesuítas
Fratricidas e sandeus
Lançam nas piras, malditos,
Os filhos dos prometeus!
Por toda a parte – clamores
Em todo o peito só dores,
E tantos, tantos horrores
Em nome de um terno deus!

Ah! Que passado tristonho
Que a realeza nos traz;
Mais sombrio do que a morte,
Mais infeliz, mais falaz...
E ainda existe no mundo
Quem dedique amor profundo
A esse monstro oriundo
Da mente de Satanás!...

Mas eu vejo no calvário
Um grande foco de luz
Eu vejo brotarem flores
Sobre a lama dos pares
Eu vejo o povo contente
Seguir a senda esplendente
Que só o seio do Onipotente
A Liberdade conduz.

Liberdade! Oh! Liberdade!
Filha querida do céu!
Como te adoro pousada
Nas grimpas desse escarcéu!
Como és bela, oh! Potestade,
Resguardando a humanidade
Ao longo da eternidade
Com teu alvo e divino véu!

A República. Rio de Janeiro. 18 maio 1873. p. 3.

³ Republicado n'A *República* com o título de "A liberdade", na edição do dia 6 de maio de 1873, páginas 3-4; e republicado com o mesmo título n' *O Brado Nacional*, na edição de 16 de junho de 1873, página 4.

730630 O Povo

Passagem ao astro valente
 Que na América surgiu!
 – Oceano – banhando a terra
 Onde a pantera dormiu.
 Nas cordilheiras sombrias,
 De envolta nas penedias
 Que vão o espaço ferir
 – eis desperta a tribo ousada
 Firma na glória passada –
 – ressurgindo no provir.

Salve!... Do antro das serras
 Em cada pedra a rolar
 A vanguarda dos valentes
 Salta ao grupo popular.
 Penhascos rolando aos mares
 Lanças partidas nos ares...
 Incêndio varando os céus!...
 – [ilegível] de abismos beira,
 Embrulhados nas bandeiras
 Que era o paládio dos seus.

Trema – estúpida bastilha
 De mandões descomunais!
 Diante da bíblia do povo
 Curvam-se altares reais!
 – Não!... O genovês ardente
 Alçando o pendão virente
 Às plantas de escravos reis,
 Hoje, negava o batismo
 À terra do despotismo
 Escorado pelas leis.

Não!... As solidões postadas
 Do continente – a brotar
 O cedro da liberdade
 Vai ao infinito roçar!
 E o algoz de um povo que é bravo,
 – Carrasco... pálido, escravo...
 Vacila... curva o cerviz.
 É o coveiro maldito
 Dançando ao som do delito
 Sobre a ossada do – país!

Passagem à terra dos livres
 Que vem salvar a nação!
 São os caboclos tostados
 Pelos sóis de Camarão.
 Dessas frentes no cansaço,
 Cintila o eterno mormaço
 Da história aberta, dos seus...
 Passagem!... É o povo que surge
 É o mar bravio que ruge
 Solto dos freios de Deus.

Liberdade! Luz! Progresso!
 Brada a turba do Stentor
 – Liberdade – rasga a terra,
 Abre as asas do condor
 – Gigante – da raça pampa,
 C'os pés firmados na campa
 Despedaça o mausoléu!...
 – Agripa – da inteligência,
 C'o as mãos à cada existência
 Levanta um templo no céu.

Lá se espedaça a cadeia
 Em que agoniza a nação!
 Estala a cruz do martírio
 Solta o escravo da opressão!
 Abrem-se as lousas sombrias
 E as cariátides frias
 Eng (*sic*) incidam-se de luz
 É Tiradentes que acorda
 Repelindo a infame horda
 C'o a força dos braços nus.

E mais além... Dentre as cinzas
 – de Andrada o busto imortal.
 E Cláudio, rasgando as nuvens
 Sobre brônzeo pedestal!
 E amanhã quando o futuro
 O fruto colher maduro
 Na seara dos fiéis
 Achará de (*sic*) envolto ao fundo
 Uma cruz salvando o mundo
 – E um grilhão quebrado aos pés.

Pelotas.

730703 Ao Sete de Setembro

No MEIO destas altas serranias,
 Ao clangor estridente, sorveu-se
 Um povo de guerreiros,
 Tendo ainda nas mãos despedaçados
 Os ferros que opprimiram tantos annos
 De Andrada os coherdeiros!

Desta brasileira terra denodada
 Nem o tempo extinguiu da história os traços
 De uma nação ardente,
 Que ás injúrias vingando os lares patrios
 Pôde manter de pé seus livres fóros
 E fez-se independente!

Do Gigante do Sul, já desprendido
 O pesado grilhão da vil infamia
 Que nos curvára a frente,
 Surgiu então de esplendida belleza
 Da liberdade a luz, que ora rutula
 Da patria no horizonte.

E do passado as glórias revivendo,
 Nos fastos do presente applaude o povo
 Os bens da redempção:
 Quem vive como escravo é que se avilta
 Polluindo nos seios da miseria
 As faces pelo chão!

Da liberdade o sol vivificante
 Projectára nos filhos de Colombo
 Os aureos raios seus;
 Daquelle fogo a chamma irradiou-se,
 E o último estridôr angustiado
 Morrêra aos pés de Deus!...

Ao ingente clarão, rompendo as brumas
 O athleta vencedôr, gigante immenso,
 Que não tremu jámais,
 Trazia ainda o gladio sobraçado
 E sôbre o chão pisava em mil destroços
 Dos génios infernaes.

Sublime inspiração! pharol de um povo
 Que soube honrar a sua autonomia
 Contra o genio invasor,
 E que ao porvir legando um nome honroso
 Não se curvou em face do combate
 A's leis do oppressor...

Eterno monumento levantado
 Em pró da humanidade trucidada,
 Que tem soffrido tanto,
 Por toda a parte o mundo engrandeceu-te,
 Por toda a parte o povo em seus triumphos
 Cobriu-se com teu manto!...

Por ti sómente foi que os bravos filhos
 De Santa Cruz no solo americano
 Verteram tanto sangue,
 E que de Xavier os lassos membros
 Foram pasto ao furôr dos assassinos
 Quando era tudo exangue!

Por ti, entre o rugir da tempestade,
 Naquelle colossal, tremendo embate,
 Que nos lançára a sorte,
 Os grandes e dadãos aqui gravaram
 No pedestal da patria, em letras de ouro:
 — Independencia ou morte!...

Rio, Setembro—1873

AMÉRICO VESPUCCIO

730716 [Sem título]⁴

Não luz o sol da liberdade attivo
 P'ra quem a um senhor a cerviz dobra ;
 Não é livre quem soffre resignado
 O júgo do infamante despottamo.

 Que cegueira, meu Deus, do infeliz povo
 Que, elle só, neste solo abençoado
 Onde á natura a escravidão repugna,
 Londe os outros povos se avantejam
 Na senda do progresso infatigaveis,
 De expansiva liberdade no influxo,
 Não apercebe, não quer ver os ferros
 Que em dura escravidão cingem-lhe os pulsos !
 Em vão novos apóstolos inspirados
 Nas leis do Evangelho, na verdade
 Que o *Martyr da Cruz* legou ao mundo,
 Se esforçam, o' vergonha ! por mostrar-lhes
 O Sol no meio do mais claro dia :
 Baldade intento, que a peor cegueira .
 E' de quem para não ver os olhos cerra.
 E diz se livre o povo obcecado
 Que, só elle, entre todos que o rodeiam
 No vasto continente americano
 Inda supporta um rei, a monarchia ?
 Será livre o Brazil donde impera
 Um unico poder absoluto ? !
 O' mentira, irrisão, ridiculo absurdo ! !
 Não é livre o escravo que 'inda game
 Sob os ferrões de um barbaro senhor ;
 Não luz o sol da liberdade attivo
 P'ra quem se prostra ante os degraus de um throno
 P'ra quem servil a um tyranno adora,
 E as mãos lhe beija, e ao *Ser-Divino* o iguala
 Na mais torpe, abjecta idolatria.

J. J. da Nobrega. *A República*. Rio de Janeiro. 16 julho 1873. p. 3.

4 Nota que antecede o poema: “Um nobre e prestante amigo e correligionário enviou-nos a poesia patriótica, que inserimos em seguida. É um nobre e patriótico coração que assim expanda sobre a pátria.”

730717 Os dois prisioneiros⁵

(A Joaquim Nabuco)

**N'uma gaiola risonho
O canario gorgeara,
Em outra o condor tristonho
No sol os olhos cravava.**

**Ambos soffriam de certo
Mas com sentimento vario :
Entre o condor e o canario,
Havia um buraco aberto.**

**Pois si o agil passarinho
Cortez, guloso, sophista,
Comparava o rude ninho
A' gorda ração de alplista ;**

**O negro condor sedento
Da sol, de espaço, de dia,
Era como o Pensamento
Curvo aos pés da tyrannia.**

Luiz Guimarães Junior. *A República*. Rio de Janeiro. 17 jul. 1873. p. 3-4.

730731 À província de S. Paulo

És formosa Gironda
Rediviva nestes dias
Tendo nos lábios o flúmen
Das Sagradas profecias;
No coração incendiado
É-se poema dolorido
Dos martírios do passado,
Das opressões do presente,
E o grito enorme – pungente
De um povo inteiro prostrado!

Berço mater do heroísmo
Qu' embalou a liberdade!

Serás também a primeira
A fulgir na imensidade;
Que os meteoros erguidos
Mostram sempre aos oprimidos
Os trilhos da salvação;
E é noite longa e sombria
Esta fatal agonia
Que pesa sobre a Nação!

Ligados aos dois abutres
Dois poderes infernais
Nas trevas consorciados
Erguem-se as fronte fatais

5 Apresentação que antecede o poema: “Como prenúncio da sua próxima chegada às plagas natais, onde deve aportar em breve, a bordo do *Galícia*, o festejado e mimoso poeta Luiz Guimarães Júnior manda-nos como ecos da sua alma entristecida pelas saudades da pátria, os delicados versos que em seguida publicamos.

Luiz Guimarães, ainda na flor dos anos, conquistou já um posto glorioso na literatura nacional e apesar de se haver internado pelas sombras da diplomacia e achar-se no Chile tão perto dos gelos eternos o poeta revela que nem os protocolos, nem os gelos dos Andes conseguiram enregelar a sua musa ou abafar as nobres aspirações do seu espírito alta e graciosamente literário.”

– A coroa e o jesuíta
 Com sua raça maldita;
 Este acendendo as fogueiras
 Aquele abrindo o sudário
 Onde está nosso Calvário;
 Estas são suas bandeiras!

Reverdece uma esperança
 Um lampejo purpurino
 Um canto de luz celeste,
 Um bafo de peregrino.
 – É o verbo santo, infinito
 Que solta o povo proscrito:
 A República, meu Deus!
 Essa irmã da caridade!
 Da meiga fraternidade
 Que não se esquece dos seus.

E tu S. Paulo, iluminas
 De rastros d'ouro o caminho,
 És sempre o mártir ardente,
 Sem manto, sem ter arminho,
 – És o Apóstolo hebreu
 Gigante qual Briareu,
 Voas, propagas, transmites
 As doutrinas de Jesus
 Que à República conduz,
 Sem nunca teres limites.

Tuas razões são imensas
 E voas nas amplidões;

Nem os ventos da procela
 Produzem-te comoções;
 Tens a palavra – o exemplo
 Emanados de teu Templo,
 Ensinas o que é civismo,
 Guias o povo abatido,
 Sequestrado, perseguido,
 Combates do Cesarismo.

É tempo das energias
 Das Ilíadas dos brios
 É temo da redenção
 Dos ergástulos sombrios;
 O povo quer luz, quer vida
 Tens a voz esmorecida,
 Mas será logo trovão
 No meio da tempestade
 Ao ruir da majestade
 Nas crateras do vulcão!

Sejamos os Girondinos
 Neste berço de heróis;
 – Essas lavas do Ipiranga
 Hão de ser nossos faróis,
 Hão de ser; que o novo dia
 Precipita a monarquia,
 E o Brasil ressurgirá
 Desta medonha estação;
 Emancipada a Nação
 A República virá.

730817 Epigrama

Quando o primeiro macaco
Foi pilhado no sertão,
Trouxeram-n'o p'ra a cidade
Amarrado n'um cordão.

Ajuntou-se o povo em volta
E, com grande gritaria,
Sobre o nome de tal bicho
Grande barulho fazia.

Veio a policia da terra,
Que tal barulho attrahio,
E pondo termo a discordias,
Desta fórma decidio :

— Este bicho p'ra ser homem
Falta-lhe só a razão,
Portanto, deve chamar-se
Commendador ou barão.

Basilio d'Almeida. *D. Pedro V.* Rio de Janeiro. 17 agosto 1873. p. 4.

730907 À Tiradentes

I

Tombaste em terra, ó martyr, como tomba
 No fundo da floresta o rubro altivo;
 Mas nos peitos heróicos, redivo
 Hoje te elevas, como o Christo n'ara!
 O condor respeitou tuas frias manes
 E alcançou o vôo ás alturas do espaço,
 Conta ainda ás espheras que um só braço
 Quando a pátria conquistar tentára!

II

Qu'importa a queda, si o teu sangue arde ate,
 Apostolo das liberrimas idéas,
 De juvenude rola pelas veias
 E não conhecerás o horror da morte?...
 Qu'importa o sacrificio, si tu'alma
 L'va ad'jando nas columbas terras,
 Traça a sentença que o tyranno p' terra,
 Guia na imprensa a fraternal c'horto?...

III

Quando ás auras das livres utopias
 Voar a l'ura trança da vitória,
 Será teu feito o cantico de gloria
 Que entoará a t'g'm brasileira!
 Jamais te votaremos, pranto inutil,
 Nô, as ve-gonias, da italiana esga!
 — Na lyra da cantora, a populaça
 A teu nome unirá canção guerreira!

Narciza Amalia. *A República*. Rio de Janeiro. 7 setembro 1873. p. 1.

730907 Sete de Setembro

Brasil, exulta ao menos seus filhos
 Que em sangue não mancharam teu batismo!
 Ergueu-se a mão de Deus sob o Ipiranga
 Quando o esteio aluiu do despotismo!

Intacta conserva a nobre herança!
 Do amor da pátria que enobrece as almas;
 Que nunca o pranto vil de olhos escravos
 Deste dia imortal te manche as palmas!

Felix da Costa. Folhetim da República. *A República*. Rio de Janeiro. 7 setembro 1873. p. 1.

731004 O Tiradentes

Oferecida aos redatores da “República”

Propugnadores de uma causa santa,
 Leia, indulgentes essa minha história;
 Sou um desconhecido, um exilado,
 Sem proteção, sem título, sem glória.

Em poucas linhas, n´um resumo quero
 Narrar do inconfidente o nobre fato;
 Mostrar eu quero ao povo, ao mundo inteiro
 À quanta injustiça o homem está sujeito.

O Tiradentes, esse herói mineiro,
 Cuja fama [ilegível] hoje s'intenta,
 Amou da [ilegível] pátria a liberdade,
 E dela foi vítima sangrenta.

Invejando d'América⁶ o sistema,
 Que [ilegível] povo no governo,
 Assim também [ilegível],
 Dar essa lei do [ilegível] moderno.

Mas seu [ilegível]sublime intento!
 [ilegível]
 [ilegível]
 O [ilegível] atentado não s' exprime.

Quando a grande nação⁷ do velho mundo
 O [ilegível]
 E [ilegível] aqui o Tiradentes
 Com o [ilegível], e o mais cruel cinismo.

[ilegível] os costumes ali surgem
 Os assassinos escritores
 Que [ilegível] puder manchar pretendem
 Do ilustre [ilegível] ínclitos labores.

Ao poder absoluto, à monarquia,
 Aquele que [ilegível] épicos cantos,
 [ilegível] no com horror, com vilania.

Ó mau filho rebelde que renega
 [ilegível] amigos pelo mundo,
 Tão *nobre ação* no bronze [ilegível] descrita!
 E [ilegível] verso foi-se decantando.

Mas o bronze, falaz mentira erguido
 Em memória d'um filho grandioso
 Não pertence ao herói que comemora

6 Estados unidos [Nota no original].

7 A França, primeira potência da Europa [Nota no original].

– Pertence ao grande [ilegível]d'um crime honroso. –

Aquele que nos rouba a liberdade
[ilegível]
Aquele que pretende libertar-nos
É morto, tão vilmente esquartejado.

Um dia!... tenho fé, tenho essa crença!...
O povo vingador fará justiça!
A dos vis mercenários!... n'esse dia
Compensada será muita injustiça.

Então meu Deus!... impérios, reis e tudo
Se precipitará no negro abismo;
Formosa surgirá – a liberdade,
Atirando p'ra longe o monarquismo.

Livres uma nova era se levanta!...
Povo de cidadãos fraternizados,
Debaixo dos preceitos da igualdade
Da pátria cuidaremos dedicados.

Rio Preto, 7 de setembro de 1873.

P. C. *A República*. Rio de Janeiro. 4 outubro 1873. p. 4.

740119 Extorsão / Falta d'água

Ora pois, nada mais resta;
Está clara a situação...
O *Pedro* ilumina a festa
Do Santo Sebastião.

Do *fisco* a voraz cobrança,
A *chuchar* nosso dinheiro;
Não esquece, não descansa;
De [ilegível] o brasileiro.

Corre água em *borbotão!!!*
Lá no *Paço* de Bragança;
Mas nós cá, o cidadão:
D' esta *pinga* não alcança.

O nosso rei que é cavalheiro,
E d' imensa nomeada!
Vai mandar seu *conselheiro*
Nos dar já *água comprada(sic)*.

[Ilegível] *A República*. Rio de Janeiro. 19-20 janeiro 1874. p. 3.

740430 À Memória de Pedro Ivo

Um monumento se alevanta ousado
Que afronte os Evos que campeie altivo!
Uma coluna ao bravo Pedro Ivo,
Nobre Guerreiro, Popular soldado!

Sil, em despeito de seu negro plano,
No forte pedestal este eloqüente
Letreiro grave o Povo alegre e ufano;

Avulte, avulte o bronze agigantado,
Surge do herói o busto redivivo!
E ainda ameaçador, imperativo,
Zombe do vil tirano desalmado!

O patriota, o campeão potente,
Ei-lo aqui! Soube ser pernambucano,
A sua terra amou, e a sua Senda!

Lábaro Acadêmico. Rio de Janeiro. 30 abril 1874. p. 4.

I

No solo extenso dos palmares verdes,
Onde na selva a juriti suspira,
E ouvem-se queixas do sabiá magoado,
E as rolas gemem quando o sol expira,
Se embala um ninho nas florestas virgens,
— Pallida estrella que se envolve em luz,
E escuta os uivos do jaguar que ulula,
E a voz faminta dos caboclos nús.

Era nas horas em que o sol brilhava,
Illuminando da victoria as plagas,
Onde o Recife Pernambuco estende,
— Braço de pedra, com que parte as vagas.
Era no berço dos heroes do norte,
Onde Pedro Ivo se embalava então,
— Creança ainda na fecunda larva,
Donde mais tarde rebentou Tritão.

Trava-se a luta: na explosão do ataque,
A terra treme do espectaculo novo:
Tombam os mortos, ao tinir dos gladios;
Erguem-se as almas, coroando o povo.
Cruzam-se as lanças; os ginetes rincham;
Rufam as caixas, como ronca o mar;
Todos os sinos dão signal do alarma,
E echôa um còro de trovões no ar.

Como coriscos, tronsuando matas,
Como gigantes, a escalar infernos,
Lançam-se os bravos dos sertões do norte
De encontro á tropa dos Cains modernos.

Faúlam chispas dos heroes nas tumbas,
 — Cryptas abertas pela mão de Deus,
 Como as estrellas que borriça a noute
 Do firmamento nos ceruleos véos.

Lavas de fumo, de metralha e fogo
 Jorram das gorjas do canhão tremendo ;
 A morte se ergue d'um paúl de sangue,
 Como o esqueleto d'um fantasma horrendo.
 A Liberdade quer fallar ás turbas,
 Surge a victoria e despedaça o obuz.
 Passa a Republica assombrando os ares,
 — Nuvem de glórias n'um tufão de luz.

E ouve-se o estalo d'um ranger de dentes,
 Acompanhado de infernaes risadas ;
 Ancia esfaimada das eternidades,
 Que engolem mundos, mastigando ossadas ;
 Echo fremente dos pulmões do abysmo :
 Blasphemia horrivel de milhões de atheus :
 Voz das espheras, gargalhando a um tempo ;
 Todo o universo, maldizendo a Deus.

Era o governo — leviathan ferido,
 A debater-se na cervical apnéa,
 Quando o infinito suspendia a terra,
 Pr'a vêr de perto o borbulhar da idéa.
 Era a realeza, que tombava uivando,
 Sob o tridente da sagrada lei,
 Ante o direito, que punia o crime,
 Ante a nação, que condemnava o rei.

Era dos monstros o estridente silvo,
 Nas trévas densas do nadir-do pégo,
 Onde enrijavam-se as entranhas negras
 Do satrapismo desvairado e cego.
 Era a caverna, o cadafalso, o throno,
 A farpa, o corvo, a prepotencia, o mal,
 O horror, a hydra, a tyrannia, o sceptro
 Cedendo á força d'um poder fatal.

Ergueu-se um vulto: n'amplidão da fronte
 Entrelaçavam-se os laureis do athleta,
 Tendo •uriçada a cabelleira crespa,
 — Hispida cauda de eternal cometa.
 E das espaduas sacudindo o oceano,
 — Manto de espumas que o tufão bordou,
 Maior que o espaço, mais audaz que o raio,
 Cresceu ainda... e — furacão fallou:

“ Rugi, canhões!... espadanae-vos, sangue!... ”

“ Rolae, phalanges! . . fermentae, batalhas!... ”

“ E' dessa massa que as nações se fazem ”

“ Nas labaredas dos vulcões — fornalhas. ,, ”

Era o Equador, que alevantando os mares,

— Cyclope enorme a topetar com o céu,

Abria os braços para amparar o globo,

Bradava aos orbes: — “ o futuro é meu. ,, ”

Depois.. no campo da renhida pugna,

Bravo, sanguento, desgrenhado, estoso,

Galgando o espaço n'um corcel de fumo,

Passa a galope o vencedor glorioso.

E' Pernambuco, que se fez Mazeppa,

E corre... e vôa, co'o porvir na mão!... ”

Brazil! montanhas! oceanos, ventos!

Segui-o !... é o genio da Revolução.

740630 Revolução

Pernambuco, foste ousado.
 No teu vôo de condor:
 Subiste até o infinito,
 Em busca do Creador.
 Das nuvens sobre os regaços
 Erraste pelos espaços,
 E o sol tomou-te nos braços,
 Té que fallaste ao Senhor.

Uma noite, viste em sonho
 O Christo pregado á Cruz.
 O sol em cinzas desfeito,
 No occaso negros paues.
 Pensaste então no futuro,
 E achando teu ninho escuro,
 D'amplidão galgaste o muro,
 E foste ao céu pedir luz.

Querias muito! as espheras
 Giravam nos sonhos teus:
 E alta a noute, ás horas mortas,
 Batendo ás portas dos céos,

Tentaste arrancar a estrella,
 — Lampa de luz amarella,
 Suspensa na vasta cella,
 Onde pernoitava Deus.

Louco! p'ra tanto heroismo
 E' muito pouco um altar.
 Louco, não: quem vae tão alto,
 Que importa depois tombar?
 Era a loucura da vaga,
 Que avança... corre... e se esmaga
 De encontro ao peito da fraga,
 Que excita as fúrias do mar.

Tinhas n'alma a immensidade,
 Vias mundos em redor.
 Já eras grande, e sonhaste
 Que podias ser maior.
 "E' tempo, bradaste ao povo,
 " Brotae, que no mundo novo,
 " Da liberdade sou o ovo,
 " De que o Brasil é o condor.,,

Todos os astros no espaço
 Estacaram sem sentir,
 E em meteoros brilhantes
 Córreram para te ouvir.
 Um throno despedaçou-se,
 E ante o pendão que hasteou-se
 O monarca ajoelhou-se,
 Pedindo pelo porvir.

Quando a Republica ergueu-se
 D'entre as pyras do arrebol,
 Em cada pupilla ardente,
 Tinha mais luz do que o sol.
 E desse olhar fascinante
 Em cada raio brilhante,
 Mandava uma idéia avante,
 Erguia um novo pharol.

E enquanto a frente banhavas
 Nas vagas desse clarão,
 Sentias-te omnipotente
 Ante a propria creação.
 E o mar dizia ás montanhas:
 " Que ancias são essas tamanhas,
 " Que estremecem-me as entranhas,
 " E abalam-me o coração?,"

" E a Revolução, que passa
 " Atravez de mausoléos,
 " No seu carro de triumpho,
 " Rodeado de tropheos,,
 Lhe responderam os montes,
 Quando alem... nos horisontes
 De arcanjos pallidas frentes
 Sorriam por entre véos.

Mas, ah, desgraça!... no abysmo
 De novo o Brasil tombou;
 Da Liberdade nos braços
 A Republica expirou.
 As trevas se condensaram;
 Os monstros se alevantaram,
 E os destroços devastaram
 Da luta que se findou.

E' hoje o que resta? a memoria
 De atletas que o século viu,
 E os ossos de tanto bravo,
 Que na pugna succumbiu.
 Restá a folha d'uma espada,
 E uma bandeira ensopada
 No sangue dessa crusada,
 Que a eternidade engoliu.

O' mão de Deus! porque tardas?
 Espanca essa escuridão,
 Abre os diques luminosos,
 Deixa vir a inundação.

Patria! que misera sorte!...
 Sé grande ao menos na morte!
 Ergam-se os bravos do norte,
 E rompa a revolução.

740801 *Terribilis nox!*

I

PRIMA VERBA

Hade sempre, senhor, a humanidade
chorar dias funereos ?
Amarão só de pé a liberdade ?
calhida lhe darão mil improperios ?
altares quando viva, morta o espasmo,
o desprezo e os apódos do sarcasmo ?

Gastaremos as noites em gemidos .
à mercê de destinos rudes, varios ?
sequazes de bandidos ?
de padres e de reis vis caudatarios ?
Ah ! quando nos virão prophetas novos
um Pentecoste annunciar aos povos ?

O poeta é cidadão ! « A patria anceia !
Porque fugir ao ermo, si ella pede
o obulo d'uma idéa ?
O abutre do poder o espaço mede,
e sobre o peito do Brazil que dorme
aguça noite e dia a garra informe !

Levanta-te, poeta, e d'essa fronte
rasga o negro sudario da descrença !
contempla o horisonte !
Mais que nunca hoje é crime a indifferença !
Teu posto é de combate ! a hora dada,
faz da lyra clarim, do verbo espada !

II

O PRATA

Il doute s'il rêve, il tressaille,
Puis entend gronder la bataille
Et frappe dans ses mains d'ecaille
Et les appelle par leur nom

VICTOR HUGO.

Sombras sanguinolentas !...
Visão aterradora, o que aniquillas ?
Tregoa, tregoa ás tormentas !
Ide, deixai em paz passar tranquillias
minhas ondas queridas.
Ellas dormem em meu regaço puro,
deixai-as adormidas
sonhar a vida a luz d'almo futuro.
Que vejo! apprestos de feroz orgia ? !
Buenos-Ayres, socega !
Denodado Brazil, que paixão cega
te insufla a tyrannia ?
Ah ! sempre estas contendias fraticidas
em mal extintas fragoas !
E' em vão que eu enlaço e beijo unidas
as minhas vossas agoas ?

Deus não traçou fronteiras,
nem muros estendeu no firmamento ;
dos povos as bandeiras
tem lá um só brasão—o pensamento
eterno da unidade ! —

Insensatos que sois ! arriscais tudo,
até da liberdade
a legenda esculpida em meu escudo !

Vossos obuzes só me trazem sombra !
Eil-os ! Eu já diviso
em minhas margens dessecar-se a alfombra
das balas ao granizo.
Já foge espavorido de meus braços
o placido navio
e eu não ouço a silvar pelos espaços
da industria o murmurio

Vergonha ! Ao despotismo
que voraz se insinua e se desdobra
acaso, do civismo
legar quereis a vossa maior obra,
forjar-me vis cadeias ?
Filhos ! que pretendeis. Ah ! sonho horrivel
perturba-me as ideas!
Tanta ambição em vós sera possivel!

Washington e Bolivar! sombras heroicas!
é esta a livre America
a sonhastes assim, almas estoicas.,
em vossa empresa homérica ?

Assim fallando o immenso rio irado
sacode o alvo manto das espumas,
e como desvairado
appella para o ceo e beija o raio
do sol que vem decendo dentre as brumas
em languido desmaio...

III

O IMPERIO

C'est un volcan fumeux toujours en haleine
Qui remue à longs flots de la matière humaine,
Un precepice ouvert à la corruption,
Ou la fange descend de toute nation. ...

A BARBIER.

Abram-se os arcenaes! Forjas accesas!
Armas! mais armas! Redobrai a força
dos fervidos vulcões!
Que importa que a nação se esgote e estorça,
si é preciso ostentar as realesas
nas boccas dos canhões?

Armas! mais armas! — Maldição eterna!...
Operario do rei abre as fornalhas,
o Imperio vai sair!
vai sevar se nosangue das batalhas,
á America mostrar que inda governa,
que é seu todo porvir!

Oh! vergonha, Brasil tu tão fecundo
no seio desses mares opulentos
a beijarem-te os pés,
das florestas nos verdes monumentos,
coIosso a incitar inveja ao mundo,
agora o que tu és ?

Sim, tu que um dia os musculos da face,
qual jaguar contrahiste, uivando, irado,
na jaula do redil,
e esplendido de colera, indomado
esmagaste a ambição torpe vorace,
sob o sete de Abril;

nos capachos do rei hoje arquejante,
aberta a fauce, a garra recortada,
dobras-te ao cortesão,
a lingua estendida e desbotada,
o olhar de fogo incerto e vacillante
aos lustres do salão! /

Adeus, dia de gloria e de esperança!
Passas-te como um sonho, ou como passa
a nuvem lá nos ceus.
Agora deslludida a nova raça
guarda, como reliquias a lembrança
á luz dos fastos seus!

E nós tínhamos vida! em nosso peito
borbulhava a crescer o germen puro
da liberdade em flor?
e veio do Ypiranga o sopro impuro,
e o tronco desprende, secco, desfeito
ao osculo traidor!

Ah! o Imperio nos mata e nos corrompe;
o povo faz sudario do egoismo
e não vê o algoz;
a fé vòa nas azas do cynismo;
passa o pudor e a gargalhada irrompe
da zombaria atroz!

Não satisfeito assim profana a Igreja,
monopolisa a Biblia, a consciencia,
faz cumplice o altar!
Em quanto elle em prazer ri e doudeja,
a razão bate á porta da sciencia,
inanida a esmolar!

Depois roça da patria sobre o seio
o arminho ensanguentado nas vinganças.
e então pallido diz:
« E' a hora, querida, das pujanças....
impossivel será a paz no meio
dessas hordas de vis, »

Quanto nos é pesada a magestade
como cara nos é sua grande imagem,
seu aureo pedestal
Açula-nos das guerras á voragem,
e dá louro por sangue á heroicidade
da façanha brutal!

Foi triste para ti, patria querida,
no chão de Itusaingo vêr teus filhos,
mordendo um dia o pó!
vencedoras as lanças dos caudilhos,
a frente descorada e constringida
de vergonha e de dó!

Uma idéa o affagou... jurou desforço...
(vio um jogo perdido!) e de seus olhos
o pranto não brotou...
Ah! este dia nos cercou de abrolhos!
este dia fatal como um remorso
eterno lhe ficou!

Hontem era um só povo altivo e rude;
um homem sophismava-lhe o direito:
fê-lo crêr-se feliz...
Levar-lhe liberdade era alto feito,
mas o rei tinha em mente a servitude
impor-lhe na cerviz.

Elle a previo! Centauro impetuoso;
affrontando a bombardas a toda brida
no rapido corsel,
se atira em nossos campos de investida,
e traz-nos o espectáculo horroroso
de cinco annos de fel!

Foi facil conduzir-nos atrellado;
o insulto esbraseiava-nos o rosto;
ferio fundo o punhal...
O povo esphacellou-se ao regio gosto,
e no circo applaudio-se o denodado
gladiador imperial!

Sobre o cadaver quente do inimigo
a Triplice-Alliança assenta a mesa,
faminta d'ambição,
e na calma apparencia da franquesa
o Imperio lhe estende a mão d'amigo
calculando a razão....

Meio seculo, senhor, neste martyrio!
e sempre o mesmo espasmo, as mesmas dores!
sempre o mesmo penar!
a mesma legião de senadores!
a mesma corrupção, mesmo delirio.
de vergonhas sem par!

Si se escuta ladrar algum molosso,
retrahido de frio e esfomeado,
no regio pavilhão,
o criado imperial lhe atira um osso
e o bruto se regala ao dom roubado
á mesa da nação.

Ah! o Imperio nos mata e nos corrompe;
o povo faz sudario do egoismo
e não vê o algoz;
a fé vòa nas azas do cynismo;
passa o pudor e a gargalhada irrompe
da zombaria atroz!

Armas! mais armas!... O horizonte escuro
vela-te a aspiração, patria querida!
E' noite, meu Brasil,
noite de horrores, oh! noite perdida!
Cava profundo abysmo a teu futuro
o imperio do fuzil!...

Porque ronca de novo a tempestade,
e augmentam-se os apprestos tão sinistros!
o que é que o imperio diz!
Quer mais sangue? pois sangue seus ministros!...
O meu sol é o sol da humanidade,
verdugo, e te maldiz!...

IV

PESADELLO

*Nations, mot pompeux por dire barbarie
L'amour jarréte-t'il ou s'arrétent vos pas?*

LAMARTINE.

A musa sobre a tripode inspirada
semelhante á sybilla prophetisa !...
Lá das bandas do sul passa a rufada,
e uma voz que verbera e que agonisa,
como expedida de funerea campá,
geme e protesta á vastidão do pampa

Ah ! é noite! de luzes e pallores
mística creação da natureza !
Expandem-se nesta hora occultas dores,
nem nossa alma se lembra que está presa !
E' noite! A bayoneta do vigia
não lhe espreita o estorço d'agonia !...

O geni- guarany ergue-se, clama,
e de Humaytá as derribadas torres,
contemplando em delirio, então exclama :
« Rasgaram-te as entranhas e tu morres,
« ao regio vencedor curvando o dorso,
« ardida creação, do meu esforço ! »

« Rouxeia-me inda o pulso a nodoa enorme;
« a imperial tutoria me asphixia !
« E a cobiça alliada que não dorme
« buscando desmembrar-me atroz um dia !
« A' guerra!... que meu peito iname, exangue
« pulse livre, talvez, em mar de sangue ! »

« Mas, oh ! infamia ! fraticida intento !
« E' possível, meu Deus, um só instante ?
« Vomita-lhes, inferno o teu tormento,
« A' guerra ! á guerra ! O' raio fulminante !
« A patria estrebuxando cambaléa !
« Salvemol-a rasgando-lhe uma veia ! »

« Eu já vejo uma luz que reverbera...
« Travam-se as ambições dos vencedores ;
« a lugubre alliança se lacera !...
« Rufai mil rufos, retumbai, tambores !...
« Quando é que esplenderás luz da victoria !
« A' vida sim... me galvanise a gloria ! »

Depois se cala !... E o bombardeio ecôa
n'aquella terra devastada, nua !
Um tenir d'ossos compassado soa,
e os mortos surgem ao clarão da lua !

V

VICTIMAS E ALGOZES

Passai, sombras, passai ! Oh victimas sangrentas
não ouvireis de mim, não, phrases cruentas !
ah ! não que pesa em nós também vosso destino...
Jam... o vosso algoz, jamais terá meu hymno !...

*Est-il juste grand Dieu! q'ici-bas d'un seul homme
Des millions d'humains soient les bêtes de somme.*
A. BARBIER.

A sala nada em luz, risos e flores !
Festeja-se a conquista e os gran-senhores
esplendem de prazer :
« Hurra ! valentes... bella montaria !
« excellente matilha ! oh ! este dia
« ha de eterno viver ! »

« Nem um muro de pé ! tudo por terra !
« Uma data de mais feliz encerra,
« conta nosso pavez ! ..
« As nossas botas esmagaram crancos...
« Era de ver os gládios instantaneos
fulgindo desta vez ! »

E a multidão servil dos conselheiros
hurra ! mil hurras ! brada aos derradeiros
hurras ! do gran-senhor !
E em quanto enche de novo e esgota as taças,
desfilla a plebe em luto pelas praças
e definhar de dor !

Mas, fôra de repente, instante dado,
bate alguém que não fôra convidado
e sobe de tropel !
Firmes, senhores, não cerreis as portas,
são vossas legiões pallidas, mortas
á furia do revel !

E os espectros em marcha entram nas salas
os membros rôtos ao furor das balas !
O' revez ! ó lição !
Em cada orbita nua a ira aviva
fulgor estranho que ao travez seintilla :
« Fidalgos dai lugar á este conviva ! »
E uma sombra faminta, passa, oscilla !
A sombra da nação ! !...

Passai, sombras, passai ! Oh ! victimas sangrentas
não ouvireis de mim, não, phrases cruentas !
ah ! não que pesa em nós também vosso destino !
Jamais o vosso algoz, jamais terá meu hymno !...

VI

ULTIMA VERBA

Paz ! Luz !

A multidão segue o carro
do vencedor ; mas o poeta
permanecerá fiel ao velho es-
tandarte do direito dos povos
e da liberdade.

RITTERSHAUS.

Ah ! patria, tu soffres tanto.
Em meu peito de poeta
cada gota de teu pranto
penetra como uma seta,
se imbebe como um punhal.
Possas meu canto pungente,
mas austaro e doloroso
achar um echo fremente
um asylo esperançoso
em coração fraternal.

A verdade não se esmaga,
nem prostituta se vende
aos labios de quem mais paga ;
ella vó, os ares fende,
arremettendo o bulcão !
O que nas almas germina
se incarna um dia, vigora
e como o raio fulmina :
era idéa—corpo agora
hontem lava—hoje volcão !

Animo ! firme ! meu povo !
A liberdade já vejo
te off'recer consorcio novo,
trazendo eterna n'um beijo
a vida e a honra a sorrir !
Animo ! firme ! que ufano
não corarás ante o mundo,
resurgindo soberano
neste thalamo fecundo,
nesto espendido porvir !

O Krupp não regenera !
Galga, patria a serrania,
que esta pallida agonia
certo, um dia findará !
Em minh'alma já se accende
entusiasmo radiante.
O sol que em Boston esplende
fulgirá tambem ovante
do Rio-Grande ao Pará.

Rio de Janeiro, 1874.

J. E. Teixeira de Souza. *A Idea*. Rio de Janeiro. 1 agosto 1874. p. 29-31.

A Aprígio de Meneses

I

Uma noite se ergueu pallido espectro
Do seio d'um sepulchro carcomido;
— A fronte cadaverica brilhava
Aos raios d'um olhar enfurecido.
De negro; e o cabello em desalinho
Nas ossadas experso lhe cahia.
De pé junto d'um tumulo escutava
O tremendo rugir da ventania.
Depois fitou a terra adormecida
No lethargo do luxo e da vaidade;
A fronte sacudio e um rir d'escarneo
A face lhe beijou na escuridade.
Sorria da cegueira destes homens
— E era um riso terrivel e do inferno!
Sorria do destino desta terra
Que caminha a um abysmo—abysmo eterno!
.....
Mais de perto soprava a ventania,
Os cyprestes curvavam-se p'ra o chão;
O vulto estremeceu-se e suspirando
Os échos despertou nesta canção:

II

Dorme nação abatida
Nos luxos e na vaidade:
Dorme, estrella desprendida
Dos altros na summidade;
Dorme, virgem americana,
Aonde um povo se ufana
De ter um manto real!
Dorme que ao teu despertar
Tua bandeira has de encontrar.
N'uma lage sepulchral!
Os teus brilhos despresaste,
Não temes o teu futuro!
Insensata te curvaste
A um poder prematuro!
O temor não te desperta
A gloria caminha in-erta
Sem ter abrigo nem lar;
— Irmã da mendicidade
— A virgem da liberdade
— Vai caminho a mendigar!
Dorme, nação abrazada
No fogo da corrupção!
Não vês além na esplanada
Brilhar soberbo clavião?

E' a romagem do futuro
Que marcha a panno seguro
Para ti—*Jerusalem!*
E' a onda da mocidade
Que conduz a liberdade;
Quem a pode suster? Ninguem!
Ninguem! que o grito do povo
Só o povo pode abafar;
E o genio do mundo novo
Incita o povo a bradar.
E o raio das tempestades
Que animou as idades
Da passada geração,
Gaguejando pelos ares
Vem trazer a estes palmares
As auras da redempç o!
Abaixa a fronte covarde
Santa terra do Cruzeiro
Já que em teus filhos não arde
Da liberdade o luzeiro!
São elles que te preparam
Ao holocausto que elevaram
Com suas mãos matricidas!
— Surgem além mii colossos —
— Não tremeu, pois que são moços
— Legiões nunca vencidas!
Estes sim, marcham valentes
Soldados da redempção,
Vêm-te quebrar as correntes,
Vêm-te dar a salvação!
Vêm—fatidica verdade!
Vem trazer-te a liberdade
Que um homem te ha roubado:
Vêm despedaçar um manto,
Vem quebrar cheia d'espanto
Esse sceptro ensanguentado!
Si este povo é de gigantes,
Si esta nação é de nobres,
Que se não roubem *diamantes*
De tantos *miseros pobres!*
Ra-gue-se o espaço infinito,
Qual colosso de granito
De lá desça a igua'dade!
Um povo não se abomina
Si a loucura que o domina
E' o amor da liberdade!

Mesmo aos gritos da metralha
 E' preciso nao tremer!
 Desse sangue que se espalha
 A igualdade ha de nascer!
 Coragem, que a monarchia
 Tem por base a tyrannia
 E tem por arma a traição!
 Essas testas coradas
 Que rolem despedaçadas
 Na lama, no pó do chão!
 Oh! povo, tu que és gigante
 Faz do gigante conquistas!
 Filho altivo do atlante,
 Neste somno não persistas!
 Desperta—ouve o tropel...
 — E' elle, é o Guilherm Tell
 Desta nova geração!
 O sangue que corra—embora!
 Mas que surja uma outra aurora
 De liberdade e instrucção!
 Vinde, vinde, mocidade,
 Eterna filha da luz!
 Conduzi á liberdade
 A terra de Santa Cruz!
 Vinde mostrar a mentira
 Em que este povo delyra
 De que é livre esta nação!
 O throno despedaçai,
 Um'outra éra encetai
 — Não era de corrupção!

 Depois beijando a terra da fronte carcomida
 Uma lagrima caiu no chão do cemiterio.
 Bem junto a ventania soprando os cyprestaes
 Gemia um canto triste—um cantico funereo.
 E o céu então cobriu-se dum manto só d'estrellas,
 E as luzes espanicaram a horrenda escuridão.
 O vulto estremeceu—depois gemendo ainda
 O eterno—Tiradentes—sumiu-se n'amplidão!

740820 O Brasil e o Imperador

Aos raios triumphantes que dardeja
Sobre o globo terrestre o sol—contempla-se
Vasto, immenso, feliz, livre um imperio,
— O Imperio do Brazil! Em seus progressos
E em sua direcção segura e provida
De paz, de industria, d'artes e sciencias,
De poder, de prosperidade e vida,—
Consciente observador quando o perscrute
Sem hesitar dirá que o rege o sceptro
De mui grande monarcha e justo e sabio :

Não d'outr'arte ante o aspecto do Amazonas,
Do Prata, ou Mississipi.— em suas fozes,
Onde as aguas convolvem magestosas,—
Já não mais duvid'ara a intelligencia
Pronunciar existindo um continente
Qual só lhes pôde amparar o caudal curso,
E dar-lhes as nascentes dignos delles

Um grato sentimento nos anima
Se em os nossos direitos meditamos :
Defendidos por leis,— as paixões torpes
Das turbas mal-morigeras não valem
A' os quebrantar jámais, quando no throno
Se assenta o filho, o neto, descendente
Daquelle que o senhor e o povo ungião
Desde evo remotissimo os primeiros
Defensores e da nação os chefes,—
Quando é *aquelle ungião*, a quem só rende
Brazileira nação culto espontaneo,
O grande imperador PEDRO SECUNDO.
Repugna, incompativeis, sã virtude
De atroz inniquidade,— assim d'anarchica
Despotica ambição, sempre irrequieta,
De entidades do pó e do arteficio,—
O throno imperial sublime extrema-se!

O throno imperial onde se assenta
O nosso imperador PEDRO SECUNDO
Nas pontas das bayonetas não se eleva,
Nem o esplendor lhe empunã as lisonjas
Nem espionagem vil d'almas venaveis....
Não! — DOM PEDRO é o pai, o orgulho, gloria,
Do povo, que entusiasta o— reverera,—
A elle cuja diadema real cinge
Mais a fronte d'um genio que d'um homem!
Em torno d'elle, como em torno d'hastea
De virente palmeira a alta folhagem,
Pirão as esperanças de seus subditos,
D'elle haurem os alentos e a firmeza,
Por elle se interessão que os orvalhos
De placidez perenne e de venturas
Que Deus envia aos justos, sem fallencia,
Lhe ameiguem sempre o coração magnanimo.

Vede-o dos brazileiros circundado!
Os filhos do futuro em cujo sieo
Se inflamão as idéas grandiosas
De Deus, patria e virtude, ossas phalanges
De intelligentes jovens,— joven elle,
E mais intelligente,— atraba-os facil
Por beneficos dotes do seu animo :
Esses em quem invernos registrarão
Memorias e experiencias do preterito
Sinceros ancieos à prole ensinão
Adorar o monarcha, idolatral-o,
Sem o qual impossivel já lhes fora
Lancarem-lhes a benção de homens livres,
E d'homens livres despedir-se a morte!....
A liberdade nelle identifica-se
E elle existe no aivergue do mais pobre,
No alcaçar do mais rico, em todo o imperio.

O poder soberano que o reveste
Assemelha essa força que modera
Curso eterno dos orbes nos espaços
Infinitos dos céos; um central astro
A ampla curva devolve em torno de outro;
O satellite humilde; e o mais soberbo
Dos planetas;— a estrella, cujo moto
Os calculos de astronomicos não sabem :
E os profugos cometas;— nebulosas
De esphéras em myriadas diffusas :
Asteróides ignotos;— finalmente
Rude acervo de cósmica materia;
Não são abandonados aos arbitrios.
A's desordens do acaso; em harmonia,
Entre si, entre todos, se comportão :
Os povos do Brazil assim progredem,
Mantendo-os o monarcha em seus direitos.

As paginas da historia que memorão
Do seculo presente altos successos
Não se obliterão nunca : aos providouros
Seus bronzéos caracteres lhes transmittem
— Que immune de terror e tyrannias, —
O imperio do Brazil exhibe ao mundo
Nobre exemplo da fórma de governo
Dos homens os mais digno e o só perfeito :
Os progressos do povo sempre virão.
Precedêl-os à frente o generoso
O grande imperador PEDRO SECUNDO.
Que detestando imperar sobre a rudeza,
Prodiga protecção, sciencias e estudos,
Porque todos os subditos se illustrem :
Qual diamante das trévas não preciza
Para esplender se esplende à luz do dia :
Sim! dezenove o seculo pertence-lhe!

DR. HAMVULTANDO DE OLIVEIRA.

2 de Dezembro de 1858.

Dr. Hamvutando de Oliveira. *D. Pedro II.* Rio de Janeiro. 20 agosto. 1874. p. 3.

740901 Sete de setembro

Tu a quem invocar o cortesão não usa,
deusa da liberdade, Augusta, altiva musa,
o canto meu inspira, alenta a minha voz !
Um fogo sacro-santo o peito meu invade;
minh'alma aspira a luz, o sol, a liberdade,
e a patria—louca victima—aplaude o seu algoz !

Eu perdoo teu erro, ó sabio e grande Andrada,
porque do patrio-amor a flamula sagrada
guiou teu pensamento, encheu teu coração,
bem como, além no espaço, ao pé dos altos Andes,
inflammo do Condor as fortes azas grandes
do espaçoso Pampa o rigido tufão !

Mas tu erraste o alvo o dia em que quizeste
povo e Imperador cobrir co'a mesma veste,
fugindo da anarchia ao vortice... talvez...
Lançaste o teu paiz (fatal, cruel provança !)
ás mãos reaes, febris de attonita creança,
que ungira o despotismo em sangue portuguez !

Então a liberdade... ah !—som sem ser ouvido,
Colombo que não vio seu mundo prometido,
astro de um outro céu que ao nosso não raiou
oh ! fez-se então um mytho a fórma vã, sombria,
que deixa o livre arbitrio aos pés da monarchia,
a filha regia, vil que mata o que gerou !

Aonde o rei governa, aonde o povo impera ?
que escada de Jacob na terra unir podéra
o throno e a choupana—extremos nivelar ?
Mérito e privilegio, e graças e direitos,
quem póde degrãos taes, de fogo dos eleitos
subir com passo firme, as plantas a-queimar ?

Como Adão assentado ao pé do Paraizo,
soltrendo o sol ardente, a chuva e o granizo,
dos olhos a brotar-lhe angustia em pranto a flux,
e além do grande muro ouvindo o echo ainda
d'um hymno angelical, de uma harmonia infinda,
d'um tempo mais feliz, d'um mundo de mais luz;—

—assim (fatalidade !) a pé, poento e lasso,
o cidadão rondando os porticos do paço,
ao ruido da orchestra, a voz de mil canhões,
espreita a festa regia, o brilho das grã-cruzes,
as armas, os peões, e ardentes andaluzes
que dão mais pompa ainda aos lucidos brazões !

Heliótopo humilde em cava soledade,
voltado para as leis buscando a liberdade,
dorme o povo a sonhar, sem ver aquelle sol...
O' patria, quando, pois, banindo o medo insano,
verei o teu navio em prospero oceano,
a vista já do porto, á luz de outro pharol ?

Basta, musa do crente, ó musa do futuro !
perdido na tormenta acaso Palinuro,
não leves a descrença ao animo dos teus ;
si contra o teu batel a onda se conspira,
não teme o seu embate aquelle que na lyra
cantando a liberdade eleva um hymno a Deus !

Rio de Janeiro, 1874.

F. A. Ferreira da Luz. *A Idea*. Rio de Janeiro. 1 setembro 1874. p. 45.

740915 Sete de setembro

[1874]

A Gustavo Fontoura

E' noite. Sinistro o bronze
nas torres da cathedral,
como um brado sepulchral
dos mortos no despertar
repercutindo nos ares,
sobre as massas populares
que se agglomeram raivosas,
repete como n'um grito
que vae além do infinito
tristes notas pavorosas

E' noite. Tetrico ao longe
negro abutre esvoaçou;
do centro enorme dos mundos
negro phantasma tombou.
Passam gemendo precitas
sinistras aves malditas
em torno do *Colizeu*;
e o echo repete ainda
n'um grito que não se finda
o verbo de — Briareu.

Enraivecida estremece
agglomerada na praça
destemida população
exigindo — liberdade;
vacticinio sanguinario
vem n'um hymno mortuario
cahir á frente do rei;
os bravos — fronte erguidas
fitando enormes feridas
ao sangue dizem: correi!

Correi, correi fomentando
o cedro da liberdade,
arrancar a claridade
“ das entranhas da amplidão „
solapando o regio throno
desmoraenai o patrono
de nefasta hierarchia;

não vos mostreis compungidos
aos enganosos gemidos
dessa esteril mouarchia.

.....

Ouvem-se gritos na praça
mentindo aos povos altivos!...
—Quebrar os ferros, captivos
repetem falsos sicarios!...
Mentira! no diadema

falsario rei traz o lema
de nossa vil servidão!
Sinistra a face dos nobres
sobre nós, miseros pobres,
derrama frouxo clarão!

E' noite. Lugubre bronze
meia noite, murmurou.
Co'a a sombra que descambou
morreu a aurora dos livres!
Sacrificando o civismo
com descarado cynismo
o rei nos mostra um papel!
Mentira! que o regio solio
se procura o capitolio
vae transformado em Marnel!

Mentira! repete o povo
tremendo irado na praça.
Si teu braço nos abraça,
si tua frente nos domina,
teu estêma ha de curvado
diante do povo irado,
diante da mocidade,
se espedaçar n'um momento
em nome do juramento
que prestaste á liberdade!

Surge a aurora de mil côres,
mas não surge sanguinaria,
nem tua fronte mortuaria
a fará empallidecer!
Traz consigo laureada
em luzes do céu banhada
a deusa da redempção.
E aos clarões do horisonte
por sobre tua regia fronte
projectase a — maldição!

Na praça se ostenta cynica
a tua estatua, falsario!
A homem tão mercenario
não a ergueu povo altivo,
Foi a infamia dos nobres
que do suor de mil pobres
forjou a estatua do rei!
Mas hoje que o povo acorda
embora do abysmo á borda
á ti e aos teus diz — morrei!

Cahia por terra essa estatua
que só infamia traduz!
— Mergulha a fronte na luz
povo altivo e arrogante!
Jaguar sacode a juba
dos regios paços perturba
os satanicos fulgores.
C'os tambores d'alvorada
surja a aurora abençoada
da mocidade aos clamores!

Liberdade não nos deram
esses vis usurpadores.
— Tem mui sinistros pallores
os brilhos d'essa corôa!
Mentira dizem apenas
aquellas faces serenas

de marmorea construcção!
Que aquella dextre ignara
nossa morte decrea
fallando de redempção!

.....

Cantae, cantae vis escravos
em torno desse traidor,
desse infame usurpador
das glorias d'uma nação!
Beijae a planta sangrenta

dessa imagem agourenta,
dessa infamia bronzeada!
Cantae, cantae desgraçados,
com os pulsos algemados
com a alma escravizada!

Cantae que surge nos ares
a aurora da liberdade!
— Tremenda fatalidade
offusca a face do rei!
Os regios paços oscillam...
sinistras sombras desfillam
em torno do *Colizeu*.
O povo levanta altivo
a fronte — não mais captivo
d'esse infame que o vendeu!

E quando além no horizonte
a aurora se desenhar,
quando nos ares troar
o rugido do canhão,
cahia por terra quebrada
essa estatua bronzeada
— phantasma da liberdade.
Cada um seja um soldado
tombando sacrificado
nas aras da heroicidade!

E os taes defensores ! !
Que dizem, não furtou !
Querem com elle comparar-se !
Com quem, provado, roubou.

São tão bons, larapios,
Como quem dos pobres furtou ;
Os que o apoiam o defendem
Como quem pedio e roubou.

Quinza mil vintens,
Faz a conta, vê quanto é ;
Não é nada mais nem menos :
De trezentos mil reis que o é.

Separam-se os homens de bem,
Assim procede quem o é ;
Sejam firmes e honestos,
De valheco quem não é.

750820 República

Vem perto rompendo as trevas
 Vermelho o sol da verdade,
 Enchendo os ares sombrios
 Dos raios da Liberdade!
 Hoje... amanhã... mais um dia!
 O throno da tyrannia
 Deve rolar-nos aos pés,
 O escravo os ferros sacode...
 Já sobre os hombros não pode
 Sentir o pezo dos reis !...

Não mais do povo os gemidos
 Devem hater contra os céos...
 Já vemos torcer-se em ancias
 O corvo dos Prometheus !...
 Feroz, de pé, nas crateras
 O anjo das novas éras
 Irado atea o volcão !...
 E as lavas virão trementes
 Grandes, sinistras, ardentes
 Lançando os thronos no chão

Republica ! ideia sublime
 Que ao povo inspira abrazado !
 Republica ! que o povo, livre
 Não deve assim ser calcado
 Eterna, cruenta guerra
 Lance os tyrannos por terra,
 Lance por terra os grilhões,
 Levantem-se as guilhotinas
 Relembrem-se as leis divinas,
 Sacudam o jugo as nações !

Escravo ! escravo ! Esse nome
 Só nos faz tremer de horror !
 Sejam iguaes, é tempo
 Ninguém se curve a um senhor !
 Reserva a febre dos povos,
 Surjam para nós dias novos,
 Surja pra nós outro céo !...
 É, ao grito extremo da guerra,
 De cada canto da terra
 Se levante um Bryareu !

Eis já, sombrios dos tumulos
 Surgem phantasmas ligeiros,
 São velhos martyres da ideia,
 São outros tantos guerreiros !
 Surgem : Tira Dentes, Ivo,
 Badaró, Fellipe altivo,
 Gonzaga, Claudio, Machado ;
 E quaes da campã miasmas,
 Surgem mil outros phantasmas,
 Cada phantasma—um soldado !

Tremei, tyrannos ! é tempo
 Da terrivel expiação,
 Cada um escravo de hontem
 Hoje é tornado um Titão !
 Seus labios bradain vingança,
 Seu rosto incendiado e bello ;
 Tendes bem curtos momentos,
 Aqui mil punhaes sangrentos,
 Alem a forza e o cutello !

Tremei, tyrannos ! Que o throno
 Tremer já deve talvez,
 Que a nossos pés rolar hão de
 Vossas cordas de reis !...
 Medonha ao longe o oceano
 Braço feroz, soberano,
 Marcando o instante fatal,
 E os raios da liberdade
 Já correm da immensidade
 Rasgando a nuvem final.

Mais um momento e as crateras
 Hão de queimar mesmo os céos,
 Por terra exangue veremos
 O corvo cos Prometheus,
 E as lavas feras, sinistras
 Virão rugindo nas cristas
 Do despertado volcão,
 Ao rouco grito da guerra
 Lançando os sceptros por terra,
 Lançando os thronos no chão.

Novembro 1872.

750901 Farsa sobre farsa

Oh ! pourquoi la souffrance et pourquoi la laideur ?
 Helas ! le Bas-empire est convert d'Augustules,
 Les Cesars de forfaits, les crapauds de pustules
 Comme le pré de fleurs et le ciel de soleils.

(VICTOR HUGO).

O' casta deusa antiga, ô civica virtude,
 te esterelisa o seio a patria servitude ?
 O templo onde te expandes
 a onda —corrupção —esbroa, salta e inunda ?
 O' sempre terna esposa, ô mãe sempre fecunda
 de novas almas grandes !

A tunica resolta, os candidos adornos
 que te velavam, deusa, os netidos contornos,
 a fronte refulgente,
 que mão polluta e ousada ennodoa-os veio ?
 que não t'os arrebatava e arroja-os ao meio
 da turbida corrente ?

Ah ! teus labios de mel em que hebêra amante
 o herôe americano a seiva fecundante
 de um povo de nações,
 oh ! teus labios de mel eu vejo hoje sedentos
 a destillarem fel, o fel dos temulentos
 banquetes dos truões !

O' tu razão, que ainda aspiras a verdade,
 a vida e a pujança, a paz e a liberdade
 do lar, da patria enorme,
 lança os olhos em torno e dize-me o que passa.
 Do parlamento á rua e da tribuna á praça
 é vasto o lodaçal em que fermenta a massa
 da multidão informe !...

Que importa a podridão ! Te eleva á archibancada
 do Forum nacional, e, á rija gargalhada
 do côro dos burgueses,
 a rapida ascensão dos histriões aclamma.
 Ouves um estertor ? E' que estrebucha o drama,
 é que hoje o semi-deus-elastico o programma
 impõe dos entremeses !

E os novos arlequins, acrobatas da phrase !
 E' tudo gente boa, e assim entre nós quasi
 custosa sua manança.
 Porém de que servira a livida canalha ?
 Não tem ella a prisão e os jogos da navalha ?
 Que pagae pois tambem as plumas dessa gralha,
 que a *Ordem* chama—Imprensa !—

Imprensa ! ouviste bem o som dessa palavra ?
 Ironia cruel ! como que inda me trava
 nos labios esse nome !
 Ao templo do trabalho, ás aras da officina,
 Ah ! vem, corre e desvenda as dobras da cortina...
 Que viste ? um leite impuro ? a arte messalina?...
 E' que ella tinha fome !...

Julho de 1875.

J. E. Teixeira de Souza. *A Idea*. Rio de Janeiro. 1 setembro 1875. p. 82.

750907 Sete de setembro

El-o, surgie o sol
do nosso maior dia!
brasilica epopéa
radiante elle allumia!

A nossa independencia
relembra a todo o instante!
em tudo esplende galas,
faz tudo deslumbrante!

Ergueu-te ante o mundo inteiro
o—gentil, forte imponente,
nação livre o Brasil faz-se.
ententou-se independente!

E os brasileiros assim
entre os povos brilhando,
foram saudados, e —ovantes—
renome vão conquistando!

Salve de Santa Cruz o grande Imperio,
que excedendo do mundo, a expectativa,
ainda, ha pouco, em gigantesca luta
prova de marcos dotes deu mui viva!

Padrão Immemoradouro, incomparavel
de meritos sem fim mostrou constante
nossa emergencia que, durando um lustro
na historia patria fulge rutilante!

El-o, surgie o sol
do nosso maior dia!
brasilica epopéa
radiante elle allumia!

A nossa independencia
relembra a todo o instante!
em tudo esplende galas,
faz tudo deslumbrante!

Se livre o Brazil devia!
Salve, dulia liberdade!

Do Ypiranga junto á margem
reboou altivo, ingente
o brado nobre, eloquente
que pôz termo á vassalagem
de um povo culto, que a imagem
da patria—então—nãta viu
já com sua autonomia!
pois, do seculo o progresso
no Brazil já tendo ingresso,
ser livre o Brazil devia!

Salve, nosso, augusto dia,
em que alçou-se o patriotismo
e enobraceu-se o civismo
nesso feito que irradia
de ANDRADA a gloria, a valia!
e que foi o ó—em verdade—
nosso Iris de felicidade!
Por isso o Brazil repete:
VIVA DE SETEMBRO O SETE!
SALVE DULIA LIBERDADE!

1875.

E. N. P. *O Globo*. Rio de Janeiro. 7 set. 1875. p. 3.

750924 Sete de setembro

Do brazillio oriente jubiloso
 Fallando aos corações, audaz saudando
 Aos do Ypiranga heróes esclarecidos,
 Eis resurge risenho e fulgurante
 Da LIBERDADE o SOL, benigno e puro !
 Os seus brillhantes raios espalhando,
 De tyrannos crucéis deslumbra os olhos :
 Do despotismo os ferros despedaga,
 E as medonhas raízes que se alongam
 Chegando a penetrar no averno fundo,
 Nos scios cavernosos, lá se aballam,
 As sulfureas abobadas tremêram,
 E o sólo brasileiro exulta livre !
 INDEPENDENCIA ou MORTE foi o brado
 Que os filhos dos heróes, de heróes retratos
 Dos peitos patrióticos soltáram !...

Oh ! SETE DE SETEMBRO. eu te saúdo
 Dia de heroicos feitos gloriosos,
 Tu foste pr'a o Brazil qual foi pr'a Lísia
 De Dezembro o primeiro memoravel ;
 E si este aos luzos deu a liberdade
 Do hespanhól sacudindo o jugo intruso,
 Tu tambem nos saudaste glorioso,
 E esmigalhaste os ferros de tyrannos,
 Que algemavam crucéis, honrados pulsos !
 Tu oh ! dia feliz entre os felizes,
 Em laminas de ouro existirás perpetuo,
 E da historia brasilin, nas paginas,
 Irás ditoso aos évos mais remotos,
 Até que um Deus Immenso, Eterno, Augusto
 Ao vacuo monstruoso o Brazil chama !

Um Deus Supremo
 Mandou e quiz
 Que um povo heroico
 Fosse feliz.

Retumba um grito
 De sul ao norte : —
 INDEPENDENCIA,
 Vencer ou morte ! —

Espanca as trévas
 E a escuridade
 Brillhante fogo
 Da liberdade.

Varões excelsos,
 Os brasileiros,
 São entre os povos
 Almos luzeiros.

Quebram-se os ferros
 Da prepotencia,
 Gritam ousados :
 — INDEPENDENCIA ! —

750925 Anistia / Puff⁸

Cessem da muza séria a rima sublimada,
 Por que vem a scena o que é chulo, o que é chalaça;
 O *Rei* que forme a tropa e dê parada
 E aos *bispos* seja outorgado mais alguma graça

* *

Repiquem sinos, senhoree *Lazaristas* ...
 Dansem as gentis irmãs da «*Karidade*»!
 E frei *Góes*, frei *Mendes* e outros *papistas*
 Proclamem a inquisição nesta cidade!

* *

E si em versos couber qualquer diterio
 Chulo, de que goste a *rapazia*;
 Aquella de que fallou o *Ludgero*!...
 Então tratarei da *amnistia*.

E ahí vai obra!

* *

Eis a grande novidade!
 Que deslumbra e extasia!
 E' do *Rei* por sua vontade
 A concessão d'*amnistia*!!!...

* *

Sem protestos dos *Supremos*
 Que dirigem a «*Relação*»?!
 Deu-se o escandalo como vimos
 A' face desta nação!...

* *

E o povo de bom humor!
 Obedece ao seu senhor!!!...

Cagliostro

(Continúa)

Cagliostro. *O Globo*. Rio de Janeiro. 25 setembro 1875. p. 3.

8 Não localizamos a sequência do poema.

751021 Cartas / de João Simplício à sua tia de Xiririca

Minha tia que calamidade
 Houve aqui nesta cidade
 No dia treze do corrente!
 De ferro frio combate
 Deu a policia rebate
 Contra esta inerme gente!

O povo que não sabia
 Desta guerra, minha tia,
 Correu todo horrorizado!
 E os morcegos da urbana
 Brandindo a durindana
 Deu no povo desarmado!

Que horror e que vergonha!
 A minha tia não sonha
 Como foi a scena triste!
 Dizem que o bom do chefe
 Excellente magarefe
 Tem a sua lança em riste.

O Theatro São Luiz
 Escapou por um triz
 De ser lançado no chão!
 Pois tentou representar
 Um drama de arripiar
 Cheio de excomunhão.

Os Lazaristas se chama
 O condemnado drama
 Que fez um tal furor!
 Por dizer com verdade
 Do jesuita a maldade,
 Que arripia e faz horror!...

E depois desse sarilho,
 O povo que é *maltrapilho*
Vagabundo e desordeiro
 Tomou muita pranchada
 Dessa gente desalmada
 Manso como um cordeiro!

Titia da minh'alma,
 Eu canto e bato palma
 Por ter salvado a vida;
 Levei quatro pescoções
 Pranchadas e trambulhões
 Dessa cohorte bandida!

E o governo que é *carola*
 Não tendo senso na *bola*
 Não ouviu este clamor!
 E o chefe senhor Calmon
 Que tem gana do Macon
 Quer ser Desembargador!

Minha tia, com certeza,
Raspo-me com presteza,
 Ahí p'ra nosso sertão.
 Isto aqui é o diabo
 Da gente quer dar cabo,
 Da policia o tal *pimpão*.

O Lazarista. Rio de Janeiro. 21 Outubro 1875. p. 4.

751024 Ao corpo escolástico

Brazileiro oia avante!
Proclamai a liberdade!!
(Alim)

Alerta! Alerta, collegas!
Temos barulho na praça,
Pois já por qualquer chalaça
A Policia quer brigar!
Ora, essa agora é bôa!
Perturbão nosso socêgo,
E tudo quanto é *morçêgo*,
Quer nosso sangue chupar!...

Realmente não é má
Da Policia esta lembrança...
Já não ha mais segurança,
Guarda-se, a si, cada qual;
Que os bandos desenfreados,
Pelo Calmon dirigidos,
Correm em todos os sentidos,
A todos causando mal!

Estaremos nós, tal vez,
Em terra de *Cannibás*?!
Querem os Policiaes,
Carne humana devorar?!
Póde bem ser: Se o Governo,
N'esta terra de socêgo
Consente tanto *morçêgo*...
O que ha d'isto, a esperar?!

Alerta! Alerta, collegas,
Coragem e precaução!...
Da troça o *major pimpão*...
Jurou aos Deuses *vencer*!...
Não haja contemplação
Com estes *vis scelerados*,
Estes *vães esfomeados*,
Que nos procurão *morder*!...

Estes *monstros de fardêta*,
Que atacão a qualquer hora,
Espadeirarão senhoras,
Ameação tudo engolir!
Avante! Avante, collegas,
Vinguemos nossos amigos,
Que aos golpes dos inimigos,
Estão prestes a succumbir!...

Querem nos escravisar!
Querem fazer de Senhores!
Covardes *Salteadores*,
Que só ferem a traição!!...
Vinguemos pois este insulto
Pela *Policia assucado*
E do sangue derramado
Peçamos reparação!

Outubro de 1875.

751024 Cartas / de João Simplício à sua tia de Xiririca

II

Ando cá muito ralado
Com o espirito agitado
Só por causa deste povo!
Pois do conflicto serio
O bom do ministerio
Moita, nada de novo!

A policia andou guardada
Por toda a urbana guarda
Para não ser evadida!
Andava o chefe assustado
Com medo de ser filado
Pela gente offendida!

Tres dias o povo em massa
Andou nas ruas a caça
Desses morcegos pimpões;
Mas o chefe que não é corça
Mandou logo buscar força
Em todos os batalhões!

Toda a imprensa fallou
Até o *Jornal* criticou
Do chefe a imprudencia!
Afinal veio a bonança
E a gente da governança
Aqui vive na indolencia.

Andão ali os novelleiros
A modo de pregoeiros
A fallar em demissões
Da Trindade policial
Para assim sanar o mal
Daquellas evoluções.

Qual minha tia, é tudo peta
O macaco de careta
Não morre, ouvi dizer.
Agora se a corôa
Quisesse tirar a prôa
Podia mui bem fazer.

Já não vou ao sertão
Tomar um bom *fartão*
Do nosso bom melado!
Isto aqui já socegou
Toda a imprensa se calou
Até o poço está callado.

O *Lazarista*. Rio de Janeiro. 24 Outubro 1875. p. 4.

751028 Quem sou eu?

Quem sou eu? que importa quem?
Sou um trovador proscrito,
Que trago na fronte escrito
Esta palavra – Ninguém! –

A. E. Zaluar – *Dores e Flores*.

Amo o pobre, deixo o rico,
Vivo como o Tico-tico;
Não me envolvo em torvelinho,
Vivo só no meu cantinho:
Da grandeza sempre longe,
Como vive o pobre monge.
Tenho mui poucos amigos,
Porém, bons, que são antigos,
Fujo sempre à hipocrisia,
À sandice, à fidalguia;
Das manadas de Barões?

Anjo Bento, antes trovões.
Faço versos, não sou vate,
Digo muito disparate,
Mas só rendo obediência
À virtude, à intelligência:
Eis aqui o *Getulino*
Que no pletro anda mofino.
Sei que é louco e que é pateta
Quem se mete a ser poeta;
Que no século das luzes,
Os birbantes mais lapuzes,

Compram negros e comendas,
 Têm brasões, não – das Calendas,
 E, com tretas e com furtos
 Vão subindo a passos curtos;
 Fazem grossa pepineira,
 Só pela *arte do Vieira*,
 E com jeito e proteções,
 Galgam altas posições!
 Mas eu sempre vigiando
 Nessa súcia vou malhando
 De tratantes, bem ou mal
 Com semblante festival.
 Dou de rijo no pedante
 De pílulas fabricante,
 Que blasona arte divina,
 Com sulfatos de quinina,
 Trabuzanas, xaropadas,
 E mil outras patacoadas,
 Que, sem pinga de rubor,
 Diz a todos, que é DOUTOR!
 Não tolero o magistrado,
 Que do brio descuidado,
 Vende a lei, trai a justiça
 – Faz a todos injustiça –
 Com rigor deprime o pobre
 Presta abrigo ao rico, ao nobre,
 E só acha horrendo crime
 No mendigo, que deprime.
 – Neste dou com dupla força,
 Té que a manha perca ou torça.
 Fujo às léguas do lojista,
 Do beato e do *sacrista*
 Crocodilos disfarçados,
 Que se fazem muito honrados,
 Mas que, tendo ocasião,
 São mais feroz que o Leão.
 Fujo ao cego, lisonjeiro,
 Que, qual ramo de salgueiro,
 Maleável, sem firmeza,
 Vive à lei da natureza;
 Que, conforme sopra o vento,
 Dá mil voltas num momento.
 O que sou, e como penso,
 Aqui vai com todo o senso,
 Posto que já veja irados
 Muitos lorpas enfunados,
 Vomitando maldições,
 Contra as minhas reflexões.
 Eu bem sei que sou qual grilo
 De maçante e mau estilo;
 E que os homens poderosos
 Desta arenga receosos

Hão de chamar-me – tarelo,
 Bode, negro, Mongibelo;
 Porém eu que não me abalo,
 Vou tangendo o meu badalo
 Com repique impertinente,
 Pondo a trote muita gente.
 Se negro sou, ou sou bode
 Pouco importa. O que isto pode?
 Bodes há de toda a casta,
 Pois que a espécie é muito vasta.
 Há cinzentos, há rajados,
 Baios, pampas e malhados,
 Bodes negros, *bodes brancos*,
 E, sejamos todos francos,
 Uns plebeus, e outros nobres,
 Bodes ricos, bodes pobres,
 Bodes sábios, importantes,
 E também alguns tratantes
 Aqui, nesta boa terra
 Marram todos, tudo berra;
 Nobres Condes e Duquesas,
 Ricas Damas e Marquesas,
 Deputados, senadores,
 Gentis-homens, veadores;
 Belas Damas emproadas,
 De nobreza empantufadas;
 Repimpados principotes,
 Orgulhosos fidalgotes,
 Frades, Bispos, Cardeais,
 Fanfarrões imperiais,
 Gentes pobres, nobres gentes
 Em todos há meus parentes.
 Entre a brava militança
 Fulge e brilha alta bodança;
 Guardas, Cabos, Furriéis,
 Brigadeiros, Coronéis,
 Destemidos Marechais,
 Rutilantes Generais,
 Capitães-de-mar-e-guerra,
 – Tudo marra, tudo berra –
 Na suprema eternidade,
 Onde habita a Divindade,
 Bodes há santificados,
 Que por nós são adorados.
 Entre o coro dos Anjinhos
 Também há muitos bodinhos.
 O amante de Siringa
 Tinha pelo e má catanga;
 O deus Midas, pelas contas,
 Na cabeça tinha pontas;
 Jove quando foi menino,
 Chupitou leite caprino;

E, segundo o antigo mito,
Também Fauno foi cabrito.
Nos domínios de Plutão,
Guarda um bode o Alcorão;
Nos lundus e nas modinhas
São cantadas as bodinhas:

Pois se todos têm *rabicho*,
Para que tanto capricho?
Haja paz, haja alegria,
Folgue e brinque a bodaria;
Cesse pois a matinada,
Porque tudo é *bodarrada!*

Getulino. *O Lazarista*. Rio de Janeiro. 28 Outubro. 1875. p. 3-4.

751128 Viva a moralidade

**Sou herdeiro do tribobó
D'Africa vim para o Brazil ;
Casacas, bécas o palctó
Fazer a gente boa, e vil.**

**Levei todos de vencida
Por força serei fazendeiro,
A justiça d'esta terra
Eu a compro com diubeiro.**

**Embora os meus contrarios digam
Que na comandita sou forte.
A minha sublime thesoura
Vai mudar o minha sorte.**

**Tenho no meu borrador lançado,
Bécas de vivos, e mortos ;
De tribunas julgadores
Tenho sempre ganho votos.**

**Até mi distribuição
Ao meu predilecto juiz ;
A troco de cobres e B....
Consegui n'este paiz.**

O mestre alfaiate. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 28 novembro 1875. p. 4.

760111 As derrubadas de El-rei

Escavações poéticas para instrução do povo
(Período de 1868 a 1876.)

Os sapadores reaes
Lá vem de machado em mão ;
Cá na Côrte sete são,
Nas provincias vinte ou mais
A derrubar liberaes !
« Silencio, plebeus, tremei ;
« A régia vontade é lei,
« Sois escravos, nós senhores,
« Somos bravos sapadores
« Das derrubadas de El-rei.

Disserão. Corta o machado
No edificio liberal ;
O supremo general
D'esse exercito damnado
Lhe diz : « Batalhão sagrado,
« A minha vontade é lei ;
« Valentes, accommettei !
« Sou por vós, sois invenciveis,
« Sejam completas, horriveis
« As derrubadas de El-rei.
« *Harmonisae-me* essa gente
« Que se chama liberal,
(Continúa o general,
Esfregando as mãos contente
Dos sapadores á frente)
« Meu régio capricho é lei ;
« Por isso o poder vos dei ;
« Os sapadores avancem
« E as machadinhas não cansem
« Nas derrubadas de El-rei.

« Erguei o régio instrumento,
« Quiz dar o exemplo primeiro ;
« De um golpe duro e certo
« Derrubei o parlamento !
« Abaixo leis e orçamento,
« Sou eu orçamento e lei ;
« Ouro e poder vos darei,
« Sois dignos de meus favores ;
« Pague a plebe aos sapadores
« Das derrubadas de El-rei.

Não cessaram desde então
Sinistros golpes brutaes ;
Da obra de nossos paes
E' certa a demolição ;
Já não tem voto a nação,
Se existe nação não sei !
No imperio dictam a lei
De um homem só as paixões,
Pois que até as eleições
São derrubadas de El-rei.

Imprudentes, lêde a historia !
Nas lutas da nossa idade,
Entre os reis e a liberdade,
E' d'esta afinal victoria ;
A d'elles é transitoria !
Bons sapadores, sabei
Que o povo tambem dá lei ;
Moderae esse machado...
Póde El-rei ser derrubado
Nas derrubadas de El-rei.

760907 Ao dia aniversário da Independência do Brasil

Ao menos hoje placida alegria
 Ressumbre em meu semblante magoado.
 Ao menos hoje o sol da Independencia
 Soberbo rompa o espesso nevoeiro
 Que no nosso horizonte se amontoa.
 Oh Patria, ao menos hoje
 Ergue-te acima de paixões mesquinhas ;
 O passado contempla e vaivolvendo
 As paginas vazias dos teus fastos.
 Teme, vendo o presente,
 O presente confuso, emmaranhado,
 Como um desses teus bosques mais espessos
 Pela noite envolvidos,
 Onde o homem se perde, e mal divisa
 A' vaga luz de errantes pyrilampos,
 Que a estrada lhe não mostram ;
 Emblemas desses nomes de luz parcos
 Que nada significam,
 E, sem echo deixar entre nós passam :
 Nomes que mal se elevam da poeira,
 Dos vendavaes ao sopro,
 E polluidos nella se sepultam,
 As esperanças todas mallogrando.
 Oh Patria, oh Patria, o teu destino pesa ;
 Contempla o teu future !
 Teu futuro, oh meu Deus, qual será elle ?
 Como distante estás do que ser deves !
 E tu dormes !... tu dormes !... tu não ouves
 Uma voz que te chama.

Uma voz que te diz : —Brazil, acorda !
 Acorda e marcha ! Quando o povo dorme,
 Ai do povo ! ai da patria !
 Que fizeste daquelle enthusiasmo
 Que te abrazava outr'ora,
 Quando apenas os echos do Ypiranga
 A' vida te chamavam ?
 Quizera o bardo, o bardo que te preza,
 O bardo cuja voz tu não escutas,
 Tecer-te um hymno em honra deste dia,
 Que vio-te altivo erguer a fronte livre,
 Mas tu na indiferença te revolves,
 E te olvidas, enfermo
 Nesse vil somno que a molleza affaga.
 Ai de ti ! ai de mim !... Nem cantar posso ;
 Tua frieza o coração me gela !
 O que te falta ? —Um grande pensamento,
 A idéa do futuro,
 Que dá vida ás nações e á gloria as guia.
 Ah ! basta, basta ! —Largo é já teu somno.
 Grande te fez o céu, —grande ser deves.
 Encara a luz desperta,
 Firma a tua vontade ; e tempo ainda.
 E quem te opprimé agora,
 Fugirá com a sombra que não ousa
 Apresentar-se ao dia.
 Tudo podes ganhar, —excepto o tempo
 Que inutil tens perdido.

Aos operários

Somos nós quem pagamos o luxo dos *divinos*
 Nós da ultima camada,
 Enquanto damos ouro, a vida e o futuro
 Vive n'um pardiello, sombrio lar, escuro,
 Nossa familia amada !

Somos quem pagamos os gozos da nobresa
 Dos corvos de bätina ;
 D'esses reis, dos fidalgos, dos galgos de colleira,
 Vampiros infernaes da humanidade inteira,
 D'essa raça felina !

Somos nós—A CANALHA,—os *homens do trabalho*
 Como vós nos chamaes,
 Quem levanta columnas, palacios, monumentos,
 E ás vezes tambem nos seus deslumbramentos
 Rasga mantos roaes !

Somos nós—A CANALHA—o *proleto*, as *turbas*
 Os filhos da desdita ;
 Nós somos, é verdade, os orphãos da fortuna,
 Mas vós sois a maior, maligna *communa*
 Contra a qual não se grita !

Vós podeis explorar o pão dos infelizes,
 Roubar ouro a milhões ;
 Em premio sois *cantados* na *tuba gloriosa*
 Pertenceis á *stirpe* da *raça mais honrosa*
 Nomeiam-vos *barões* !

Sim, somos a—CANALHA,—sem tit'los de *nobresa*
 Pobres como foi Job ;
 Mas temos nossas fronteas ungidas de suor,
 Estrellas que illuminam os martyres d'amor
 Nas savanas de pó !

Nós só rendemos culto a Deus—á liberdade
 E somos a—*canalha* !
 Um dia chegará... e a luta ha de travar-se
 O privilegio então do mundo ha de afastar-se
 P'ra isso *ella* trabalha !

Vós podeis arrancar das nossas algibeiras,
 Por tributos lesivos,
 O producto dos braços, de tantas mãos calosas ;
 Mas dia chegará que as ondas revoltosas,
 Livres verão captivos.

O mundo vai caminho, caminho do progresso,
 Assim diz Pelletan ;
 Das escolas, do malho, da serra, da imprensa,
 Ha de fulgir a luz, irradiante, immensa
 Do Redemptor irmã !

O mundo ha de chegar á força de trabalho
 Sciencia e instrucção
 A reunir n'um só os povos do universo,
 N'um abraço exclamar em caridade immerso
 Dos homens sou nação !

770204 Barra Mansa

Um senhor que vale dez
Que tem grande erudição
Queira ao menos por um mês
Suspender a amolação.

Não rouba tempo aos meninos,
Que precisa de instrução;
Faça pausa nos seus hinos,
Pare um pouco de amolação.

Já se sabe que o senhor
Pelos versos tem paixão,
Mas, amigo... por favor
Pare um pouco a amolação.

Faça versos, mas por ora
Não lhes dê publicação;
Poupe a gente, poupe a *aurora*,
Pare um pouco a amolação,

Se escrever, use de traje
Que lhe empresta a inspiração,
Largue as vestes de Bocage,
Pare um pouco a amolação.

Disse um bobo a reparar
N'uma sua produção:
Toca a ler, toca a agüentar
A tremenda amolação.

O Globo. 4 fevereiro 1877. p. 3.

770406 [Sem título]

O juiz que tem pancada
Larga a vara vai-se embora

Não é coisa imaginada,
Pois existe na verdade,
Para nossa infelicidade,
Um juiz que tem pancada.

De raça degenerada,
É feio visto por fora,
A bolsa já tem sonora,
Mas não deixando d'errar,
P'ra algum castigo evitar.
Largue a vara vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 6 abril 1877. p. 3.

770408 [Sem título]⁹

Mote

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vai-se embora

Que sentença mal lavrada
Com erros e entrelinhados
Imitou o mal das vinhas

O juiz que tem pancada.
Mas foi logo reformada!
A relação de agora,
Já não é como de outr'ora,
Sabe punir com rigor,
E se o juiz tem pudor,
Largue a vara, vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 8 abril 1877. p. 1.

770409 [Sem título]

Mote

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vai-se embora

Glosa

Teve uma herança estimada,
Do finado Mal das Vinhas,
Não depressa essas coisinhas,

O juiz que tem pancada.
Tal deixa tão calculada,
A sorte lhe não piora,
Antes o estilo melhora;
Mas não querendo o legado,
Do seu colega chorado,
Largue a vara, vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 9 abril 1877. p. 3.

9 "Errata. – O 2º verso da 1ª quadra da décima publicada no domingo 8, leia-se entrelinhas por entrelinhados." (*Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro. 10 abril 1877. p. 2.)

770410 Mote

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vai-se embora

Já é muita catanada
Oh! meu caro Redator
Mande à missa por favor
O juiz que tem pancada,

Ele de bom não tem nada,
Mas o que fazer agora?
Com versos não se melhora.
Antes pedir ao governo
Que diga a esse estafermo
Largue a vara, vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 10 abril 1877. p. 2.

770412 [Sem título]

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vai-se embora

Basta já de versalhada,
Pois é muita crueldade
Já merece piedade,
O juiz que tem pancada.

Que sentença malfada,
DE desgostos causadora,
De tantos males autora.
Viva o juiz muito aflito,
E para não ter conflito,
Largue a vara, vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 12 abril 1877. p. 3.

770414 [Sem título]

Mote

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vai-se embora

Glosa

Que demônio de estralada,
Todo dia a se falar
Que não pode bem julgar

O juiz que tem pancada!
Senhor governo, é já amassada.
Veja se ao povo melhor
A sorte que tem agora,
Diga a esse estroinha (*sic*):
“Amigo, se tem vergonha,
Largue a vara, vai-se embora.”

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 14 abril 1877. p. 3.

770415 [Sem título]

Mote

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vai-se embora

Glosa

Podem dizer que é maçada,
Que com isso nada sinto,
Pois não há? Digam que minto!!!

O juiz que tem pancada?
Que diz à rapaziadada (*sic*),
Se lá no fórum há hora,
Em que esse *lord'espera*,
Não pratique coisa que
Force a se lhe dizer você
Largue a vara, vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 15 abril 1877. p. 2.

770417 [Sem título]

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vai-se embora.

Tanta asneira e assuada
Se faz a um magistrado
Pelo povo apelidado
O juiz que tem pancada

Por dar só sentença errada,
É já muito, passa fora,
A justiça é tal senhora,
Que precisa de amparo,
Juiz que no acertar é raro,
Largue a vara, vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 17 abril 1877. p. 3.

770418 [Sem título]

“O juiz que tem pancada
 “Larga a vara, vai-se embora.”

Fofo, de louca vaidade,
 Da vista curta, espantada,
 É grande calamidade
 “O juiz que tem pancada.”

Triste horda excomungada
 O rico, o pobre a deplora!
 Que me contestem agora;
 Quem julga sem reflexão
 Não é magistrado, não;
 “Largue a vara, vai-se embora”

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 18 abril 1877. p. 3.

770420 [Sem título]

O juiz que tem pancada
 Larga a vara, vai-se embora.

Qual enfermo, que gemendo,
 Leva existência arrastada,
 Demente, julga tremendo,
O juiz que tem pancada.

Respiração abafada,
 Falando como quem chora,
 Grosseiro, sempre zangado;
 Mal dizendo a toda hora,
 Se não for mui descaçado,
Largue a vara, vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 20 abril 1877. p. 3.

770421 Devaneio

Com mil *bombas!*
 Farei versos d'arrombas!
 Ao amigo *ex-bombeiro*
 Em estilo galhofeiro

Que o vendelhão deu-lhe querela;
 Por isso é que se esgoela,
 E chama a pessoa ilustrada:
 “O juiz que tem pancada.”

Mote
 “O juiz que tem pancada
 Larga a vara e vai-se embora”

Glosa
 Quem faz matinada
 Na *Gazeta* que o tolera?
 – É um mísero patacoada
 Que à probidade faz guerra!
 E, em linguagem que revela
 Ser pilhado na tratada

Oh! que garoto oh! que ratão,
 É o tal marvoto (*sic*) sanhudo!...
 O mascarado do entrudo...
 Condecorado charlatão.
 Dom Quixote paspalhão,
 Que tira partido em tudo;
 A guisa de bom farsola
 Velhaqueia e faz estudo
 E diz ao juiz sisudo:
 “Largue a vara, vai-se embora.”

O sabre de meu pai. *O Globo*. Rio de Janeiro. 21 abril 1877. p. 3.

770421 [Sem título]

O juiz que tem pancada
 Larga a vara e vai-se embora.

Amarga a dor da saudade,
 Traz nossa alma atribulada;
 Fúria requinta em maldade,
O juiz que tem pancada.

Tem a bola transtornada
 Tudo que faz empiora,
 Mau juiz sem instrução,
 Impossível se melhora
 Errando sempre a lição,
Largue a vara e vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 21 abril 1877. p. 3.

770422 [Sem título]

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vai-se embora.

S. Bento deu badaladas,
E S. José respondeu
Misericórdia! morreu
O juiz que tem pancada.

Assim ontem se dizia.
Mas na praça da Harmonia,
Um vendelhão diz: Melhora;
O que corre tão somente,
É que o juiz está demente,
Largue a vara vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 22 abril 1877. p. 2.

770423 [Sem título 1]

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vai-se embora.

Dos tempos fatais que correm
Tudo vai por caçoada,
Só há quem diga: é maçada
“O juiz que tem pancada.

Se um gemido acaso ouve
Que, súplice, a moral implora,
Caso grave e muito sério,
Diz-se logo que é graçola.
Não se ouve como outr'ora
Dizer ao juiz que amola
“Largue a vara, vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 23 abril 1877. p. 3.

770423 [Sem título 2]

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vá-se embora.

P'ra circunscrever o fogo
Nunca jamais poupei nada,
Circunscrevemos também

O juiz que tem pancada.
Nas suas mãos a justiça
Quem a conhece? não mora!
Faça como fiz c'o fogo:
Largue a vara, vá-se embora.

A crioula. *Gazeta de Noticias.* Rio de Janeiro. 23 abril 1877. p. 3.

770424 [Sem título]

O juiz que tem pancada
Larga a vara vai-se embora
Tem a cara deslavada
Olha a gente como boi
Mostra sempre o que é e foi
O juiz que tem pancada!
Com a mente desvairada

Se alguém justiça lhe implora
Escarnece, quase chora
Manda o coitado sair
Em vez de deferir
Largue a vara vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 24 abril 1877. p. 3.

770425 [Sem título]

O juiz que tem pancada
Larga a vara vai-se embora.

Há já muita barulhada,
No *Farani* e nos cartórios;
Dá causa a tais falatórios,
O juiz que tem pancada.

Ao Sr. ministro se implora,
Que por sua clemência
Atenda a que tem demência,
Juiz, senhor, que só erra,
Cala a boca, sobe a serra,
Largue a vara vai-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 25 abril 1877. p. 3.

770426 [Sem título]

Mote

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vá-se embora

Glosa

Ó que lei tão malfadada!!
A tal chamada da entrância;
Faz com que crie arrogância

O juiz que tem pancada;
Se não fosse essa danada
Lei que ainda vigora
Não estav'ele até agora
Agarrado na cadeira;
Não faça, senhor, mais asneira!...
Largue a vara, vá-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 26 abril 1877. p. 3.

770427 Devaneio

Sem trovoada sem raio
Fulminarei o *ex-bombeiro*...
Farei versos ao *lacaio*
Sempre em estilo galhofeiro.

Mote

O juiz que tem pancada
Larga a vara e vai-se embora.

Glosa

Um *biltre* de tal *ralé*...
Que tem divisas, tem farda!

Eu juro com firme fé;
Que a *palmatória*, ou *chicote*
Ficará pago no mote:
O juiz que tem pancada.

Eu vou rimando sextilhas;
Calco bem a minha *espora*...
Cinjo-te, a albarda, aperto as silhas,
Enquanto tu dizes oh! *farroupilhas*,
Ao juiz a quem jamais senão *desdara* (*sic*):
Largue a vara e vai-se embora.

O chanfalho de meu pai. *A Reforma.* Rio de Janeiro. 27 abril 1877. p. 3.

770427 Juiz que tem pancada, Largue a vara, vá-se embora!

É canalha descarada,
Quem ergue a voz descontente,
Para alcunhar insolente
O juiz que tem pancada!
Se o juiz não fizesse nada

A quadrilha assoladora,
À corja que em tão má hora
Lhe caiu sobre pressão;
Não venham dizer-lhe não,
Largue a vara vá-se embora!

O Globo. Rio de Janeiro. 27 abril 1877. p. 3.

770427 [Sem título]

O juiz que tem pancada
Larga a vara e vá-se embora.

A época é já passada;
Em que só por ser morgado
Eleva-se a magistrado,
Um juiz que tem pancada

Se a constituição vale nada
Se ela já não vigora,
Acaba-se com tal senhora
A estroina que se aguente,
Embora lhe diga agente
Largue a vara vá-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 27 abril 1877. p. 3.

770428 Juiz que tem pancada, Largue a vara e vai-se embora!

Forte cáfila danada!
Chamará um juiz ilustrado,
Por não lhe ser afeiçoado,
O juiz que tem pancada!
Terra infeliz, desgraçada,

Em que se escuta caipora,
Bradar um *sujeito podre*
Que d'orgulho é mesmo um odre
Largue a vara vá-se embora!

O Globo. Rio de Janeiro. 28 abril 1877. p. 3.

770428 [Sem título]

Mote

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vá-se embora.

Glosa

Não está má a caçoada
Deveras, eu gosto d'ela
Meteu-se em boa barreira

O juiz que tem pancada.
Acabem com essa maçada
Não tenham pejo, vergonha,
Digam a essa pamonha
O que ninguém disse até agora:
“Vá plantar na roça abóboras
Largue a vara, vá-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 28 abril 1877. p. 3.

770429 O juiz que tem pancada

Lutar com as ondas do mar,
Sentir sede, sofrer fome,
Nada d'isto me consome,
Nem me faz desesperar
Quero alegre suportar,

De sarnas, grande camada;
Quero ter alma magoada,
E até vida de monge,
Mas mande Deus p'ra bem longe
O juiz que tem pancada.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 29 abril 1877. p. 2.

770429 [Sem título]

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vá-se embora.

Glosa

A quadrilha em debandada
Que do foro a vida suga,
Chama o juiz que os pôs em fuga,

O juiz que tem pancada.
Mal segura, apavorada,
Essa malta sai à espora
Vendo o estado que melhora
Das nossas leis e justiça;
E contra o juiz grita a liça
Largue a vara, vá-se embora.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 29 abril 1877. p. 3.

770503 [Sem título]

Todos os dias seguidos,
E há três meses seguros,
Vê-se em grande apuros,
Da corte certo juiz;
Que pobre moço infeliz,

Todos dão-lhe bordoadas,
Tem a vida condenada;
Está de todo perdido,
E por todos conhecido,
O juiz que tem pancada.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 3 maio 1877. p. 3.

770505 [Sem título]

Mote

O juiz que tem pancada
Larga a vara, vá-se embora

Glosa

Dos tempos fatais que correm
Tudo vai por caçoada,
Só há quem diga: é massada

“O juiz que tem pancada.
SE um gemido acaso ouve
Que, súplice, a moral implora,
Caso grave e muito sério,
Diz-se logo que é graçola,
Não se ouve como outr'ora
Dizer ao juiz que amola
“Largue a vara, vá-se embora.

O Espirito-Santense. Vitória. 5 maio 1877. p. 3.

770510 Um juiz que tem pancada

O juiz é sábio e rico,
D'isso tem seus documentos,
Não gosta de ninharias,
Não recebe emolumentos,
São nobres seus sentimentos,

É da raça afidalgada,
Tem a fronte altanada,
E tanta ciência infusa,
Que, parece, por confusa,
Um juiz, que tem pancada.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 10 maio 1877. p. 3.

770518 O corte no orçamento

Aos srs. representantes da nação

Senhores da nação representantes,
Distintos deputados,
Daí exemplo d'amor e civismo
Em face do terrível pauperismo
De vinte e um estados!

É aumentar a dor ao desgraçado
Sem dó, nem compaixão.

Se quando o artesão não comparece
Ao ponto da oficina
O dia de labor se lhe desconta,
Vós que vos tendes em subida conta
De gente superfina;

Por isso, humilde vos implora
O aflito povo
Que façais o desconto, e sem demora...
Urge atender ao *déficit* que o devora,
O *déficit* velho e novo!

Também deveis sofrer a mesma pena
Vós que as leis formulais;
Aos cofres do tesouro abandonando
O cobre que assim ides levantando
Nos dias que faltais!

Aos distintos nestores do senado
Igual pedido faz
A nação que fenece de anemia,
Vendo fugir o tempo em fantasia,
Em discussão falaz.

Oh! Seis contos de réis a cada dia
Em que não há sessão:
Para um país que está arrebitado

A gratidão do povo brasileiro
Verterá sobre vós;
Té das campas, surgindo agradecidos
Vos cobrirão de bençãos comovidos
Os brasileiros avós.

Octaviano Hudson. *O Globo*. 18 maio 1877. p. 3.

770519 O juiz que tem pancada

Que desgraçada quadra!
Nunca vi juiz assim!
Apanha como um mastim,
E não se queixa nem ladra!
Onde está seu pundonor?

Pois vê a honra ultrajada,
Vê sua toga manchada,
É a tudo indiferente?
E que o chamem consente
– O juiz que tem pancada.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro. 19 maio 1877. p. 2.

770601 Os coribantes

Poemeto realista dedicado aos aventureiros sociais
por
Píndaro

Oh! quanta corrupção! que infamia refalsada
quanto rir escarnente de podre consciencia!...
Oh! que horrenda gangrena invade a gente grada...
Moços na perversão... ou velhos na impotencia.
JANUS.

CANTO I.

AOS POLITICOS-PALACIANOS

Oh! vis trampolineiros! oh! mãos equilibristas,
homens de duas frentes; almas de duas vistas,
que enforcáis Satanaz e maldizeis Jesus!...
que trocastes o brio por brilho de gran-cruz;
assassinos perdidos da consciencia sa,
reptis venenosos, rasteiros como a rã;
sandeus por convenção, hypocritas, truões,
almas negras do vicio, geradas nos balcões;
choribantes corruptos das velhas saturnaes,
typos pretenciosos, immundos, sensuaes,
descobri por momentos a esphera da calvice...
mostrai-nos no frontal a bossa da sandice!
Tenho pena de vós, Democritos boçaes,
que vergaes sobre o dorso as mantas imp'riaes!...
Tenho nojo de vós, repulsos bestiaes,
eternos epigrammas dos serios sociaes!
Si é que tendes brios... um pouco de pudor;
si é que inda vos sobe ao rosto algum rubor,
chegai-vos para cá, bandidos de casacas,
ficai ahí perfilados... direitos como estacas!
mostrai-vos de perfil... aos lados... outra vez,
figuras carrancudas das scenas de entre-mez!
Si ao contrario offertastes o brio a quem deu mais;
si mataste a razão á voz das bacchanaes;
si atirastes á lama, ao pó, aos cães da rua,
o criterio... o pensar... heróes da falcatrua...
então, corvos de infamia, correi á disparada,
não desvendeis aqui vossa alma impesteada!
Ide!... passai nos coches por junto das esquinas,
cuspi a immunda baba por sobre essas sentinas
dos filhos da canalha... da gente do punhal,
nascida nos quarteis da Roma imperial!
Abafai nos pianos, nos canticos das harpas
os remorsos horrendos, agudos como as farpas,
e depois ensaiai horrendo o gargalhar...
vendei a consciencia!... ha muito a leiloar...
a honra, a honestidade! A esposa em cortezã
mudai... inda ha empregos mercai, turba vilã!
Não vos dôa, siquer... á misera plebéa
roubai a crença, a vida, a esperanza, a idéa;
palmejai pigmeus dos camarins dos reis,
limpai as vossas botas com os codigos das leis!
Eu sei que não vos dóe o verbo da verdade,
heroes do equilibrio... heroes da iniquidade...
Eu sei que quando á noite ouvis sobre a calçada
a voz da embriaguez a vos aguardentada,
dos filhos das esteiras, da gente da canalha,
vos rides maldizendo os homens da navalha!
E fazeis muito bem... assim!... continuei...
gargalhai sem cessar... avante! palmejai...
Repeti: „ Que viver... temos o rei e o thesouro...
„ Que morram os pariás... p'ra nós... o solio o ouro...
„ Pr'a elles basta o ferro... calceta para o pé...
Repeti cortezãos senhores de librê!...

(Continúa).

770617 Raspadeira de osso

*Eu dou golpes nos costumes
E cuidam que é nas pessoas.*

Nicolao Tolentino

O Código do Comércio em um artigo
Condena a raspadeira,
Entretanto ela entra, coitadinha,
Por proposta em anúncios da marinha
Com réguas de madeira.

Para *raspar* há plena liberdade,
À sombra imperial!

Eu julguei que o artigo desse *Código*
Tinha uso geral
Mas enganei-me, oh céus, não é verdade,

Em vista de propostas, dos anúncios,
O Código falhou,
Não há crime em usar instrumento
Porque ele auxilia o movimento
De quem se equivocou!

Octaviano Hudson. *O Globo*. 17 junho 1877. p. 2.

770716 Musa do povo

«*Deus vos guarde!*» exclamou a diva musa
Ao ver a liberdade!
Deus vos guarde! repetem as crianças
Esses mimos do céu das esperanças,
Oh musa da verdade!

Deus vos guarde! repetem nas florestas
As aves peregrinas!
E as lindas borboletas multicores,
Essas brilhantes e aladas flôres
Que esmaltam as campinas!

Também ao romper d'alva te saudam
Os peixinhos do mar;
«*Deus vos guarde!*» também exclama a brisa
Que a face do oceano às vezes frisa
No brando ciclar!

«*Deus vos guarde!*» por toda a eternidade,
Oh musa de Jesus!

«*Rompe o sendal que envolve o triste povo
Dá-lhe um dia de glória, um dia novo
A' sombra d'uma cruz!*»

Octaviano Hudson. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 16 julho 1877. p. 3.

770719 Musa do povo / Larguem a pasta

Musa da Patria, vês o descalabro
Que vai pelo imperio ?
E a morte moral eivando tudo
E o povo a soffrer e triste e mudo
Perante o necroterio ?!

Onde o *systema* imprime em cada nome
Um enorme borrão
E n'esse mar immenso de torpeza
Sem medo boia ufana a realza
A rir-se da nação ?

Musa da Patria, chora sobre a campa
D'essa morte mortal ;
Um a um vão morrendo os servidores ;
Oh patria, em funeral rufam tambores
N'esta quadra fatal !

A nossa probidade, os nossos brios
Conculcados, no chão !
Rei, governo, por Deus, largem a pasta,
De tanta affronta á honra, basta, basta,
E' muita humilhação !

Octaviano Hudson. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 19 julho 1877. p. 2.

770719 Musa do povo – Larguem as pastas

Contempla, musa, a patria desditosa,
Captiva de um senhor.
Não sentes no teu seio a chamma ardente?
Não te passa uma idéa pela mente
De um destino melhor ?

De um em um se atufam os talentos
Nesta quadra fatal !
De um em um esmaga-os a voz publica ;
Só nos pôde salvar uma republica,
Neste transe moral.

Vejo em crise o futuro da nação,
A Patria não vai bem ;
E o rei lá está na velha Europa
Nos impondo a vergonha dessa tropa
E nem saudades tem

De volver ao paiz desmantellado
Por tanta corrupção,
De velar pela sorte da Fazenda
Que está sob a vergonha d'uma lenda
De feia tradição !

Largae, vós não podeis curar ãa patria
Ante tanta protervia ;
Nem no Japão, Turquia, nem na China
Tal desastre moral não se refina,
Como na nova Servia.

Largae, largae, deixae a governança,
Senhores do poder ;
O povo está no leito sepultado
Por ver o seu character diffamado
E nem vos pôde vêr.

Octaviano Hudson. *O Globo*. Rio de Janeiro. 19 julho 1877. p. 3.

770720 Musa do povo / Escárnio!

Entrelinhaí, embora, essas defesas,
 O acto é revoltante ;
 Galvanisai, dourai o necroterio,
 O aroma que exala é delecterio
 E mata a tolo instante !

Não zombeis da nação nem deste povo
 Jungido á manivella.
 Oh! se um dia acordar deste lethargo,
 O calix achareis um pouco amargo ;
 Mercadores — cautela !

A patria está acima de nós todos,
 A patria não é vossa !
 Lancaes sobre este povo novo imposto :
 Além de mais deshonra mais desgosto !
 Oh! nada vos faz mozza !

Amor da Patria, amor desta bandeira,
 Amor do nosso lar,
 Extinguiu-se nas taboas d'um balcão !
 Fazem deste Brazil, Musa, leilão !
 Musa, deves chorar !

Octaviano Hudson. *O Globo*. Rio de Janeiro. 20 julho 1877. p. 2.

770722 Musa do bobo / Largue a pasta

Musa do bôbo, vês que palhaçada
 Nos manda pela impronsa,
 Nosso grande poeta cabelleira,
 Com carta branca p'ra dizer asneira
 Em tudo quanto pensa ?!

Onde o verso é medido com barbante
 Em estylo mui chão?
 Onde Gary por certo tem limpeza,
 Onde Cambronne achara com certeza
 A grande inspiração ?!

Musa do bôbo, chora esse desfructo
 D'esse pobre jogral !
 Um a um os seus versos (que massada!)
 Nos recordam do lixo a decantada
 Questão estercoal.

Stá Pegaso ferido nos seus bríos
 Por ter mais um irmão !
 Por favor ao parente largue a pasta,
 Largue a penna, seu moço, basta, basta,
 E' muita amolação !!!

Margarida Senior. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 22 julho 1877. p. 3.

770722 Musa do povo – Salvai a honra pessoal!

Largai, vós não podeis curar da Pátria,
Largai por compaixão ;
Não imoleis assim vosso futuro ;
O ar que respirais tornou-se impuro ;
Das pastas abri mão !

Qu'importa mais uns dias de europeis,
Se vos pesam de mais ?
Os que exigem de vós tal sacrificio
Vos prestam, crêde, um grande beneficio,
São amigos reaes !

Salvai a vossa honra, que é de todos,
N'este transe lethal !
Deponde vossas pastas sem demora ;
Pelo vosso renome o Brazil chora
Se persistis no mal !

O nome brasileiro assim salvando
Da tal destruição,
Dareis á patria, ao povo americano,
Testemunho solemne e soberano
De respeito á nação !

Um erro não se annulla por um outro,
E' logico, senhores ;
Para fazer calar a voz do povo
E' preciso outro altar, um templo novo,
Sede construidores.

In-da podeis dar provas de civismo
E servir ao paiz ;
Mas... para reaver esse conceito
E' preciso deixar... é de direito...
A Pátria vol-o diz !

Largai, vós não podeis curar da Pátria,
Largai, por compaixão !
Não imoleis assim vosso futuro ;
O ar que respirais tornou-se impuro ;
Das pastas abri mão !

Octaviano Hudson. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 22 julho 1877. p.3.

770825 *Ave populus*

I

Que cantar posso eu,
Quando o peito meu
Nas dôres da morte,
Recusaria, oh sôrte,
Seguir o condor ;
Que dizer da vida,
Por mim descrida...
Ouvias penares ;
Se accaso pensares,
Choravas de dôr !

II

Viste, quão tacanha,
Misera, a façanha
Do vil despotismo ;
Com que tyrannismo
Opprime este povo ?
E curvas, romano,
Sob o throno e o damno
D'um sceptro mesquinho ;
Ou provas vizinho
Dos Tupys o renovo ?

III

Teu suor na terra,
Arranca e desterra
As plantas e fructa,
Que o throno disfructa,
Sorrindo contente.
Não vês brazileiro :
Do Sul o cruzeiro
Contempla vexado,
O reino cançado
D'um povo sem mente ?

IV

Em silencio appanhas
Bordoadas tamanhas !
Soffrendo, não pensas
Esquecer as crenças,
Intactas herdadas ?
Cordeiros julgaes,
Que fortunas taes,
Ao Cosar pertence,
Que, despota vence
As faltas passadas ?

V

E' culpa—o pensar - .
Crime, se fallar ;
No lér—a rotina,
Domina a batina
Em covarde platéa !
Mais tarde os vindouros
Nos pedindo os louros
Em seu nome e glória :
— Nas laudas da Historia :
Infame epopéa —

Brazil ! Enquanto choras e lamentas
 Que as auras inspiradas corram lentas
 Das neugas do Levanta,
 A monarchia, que tua vida ompesta,
 Adormece na Europa em morna sêsta,
 Gosa esquecida na ridente festa,
 Qual tetrica bacchanta.

Debalde o raio desce das alturas,
 Debalde fera as penedias duras,
 Ameaçando, fatal !
 Elle dorme sonhando os ouropéis,
 Que passam nos monarchicos corsais,
 Ou luxam nos dourados capitais
 Do paço imperial !

Diz-me, Andrada, infeliz patriotismo,
 Que na independencia occulto um outro
 Nos dêste : a monarchia ;
 Onde esses cruceos celestines fervantes,
 Que a santa liberdade adoram crentes,
 Para quem, plenas, qual Tira-dentes,
 Não exista utopia ?

Morreram... apagarão-se essas sises,
 Da liberdade ultimos pharises
 Da terra de Cabral !
 A luz tornou-se treva e os horizontes
 Carram-se nublados sobre os montes,
 Que tremulos velavam suas fronteas
 Em pallidez mortal !

Não mais desmaniam as florestas virgens
 Do enthusizamo nas rezes vertigens,
 Aos hymnos do gentio !
 E em nossos corações, que eram valentes,
 Desinham do valor os brotos quentes
 E rapidas se cruzam as correntes
 Do desanimo frio !

E os pólos choram no clarão da luz,
 E a estrella geme desgrenhada e nua
 No céu d'escuro anil !
 E o mar, que bebe o soluçar dos ares,
 E a terra, que suspira nos palmares,
 E os moços, que nasceram nos teus lares,
 Te pranteiam, Brazil !

Levanta um pouco tua fronte ingenta,
 Parte a cada n'essa mão potente,
 Tallhada para a gloria !
 Qu'importa que a touz pés caiam pelouros ?
 Elles se volverão em gratos lauros
 Para ti, para nós, para os vindouros
 E para nossa historia !

770926 À chegada de SS. MM. Imperiais

Viva Dom Pedro Segundo

Glosa

Salve! Oh, grande esclarecido,
Imperador do Brasil!
Salve! Seja vezes mil!
Depois de ter percorrido
Diversas nações do mundo,
Vem com saber mais profundo,
Regressando a seu país,
Viva a nobre imperatriz!
Viva Dom Pedro Segundo!

Por ter o mais sapiente
De todos os reis da terra,
Há de evitar sempre a guerra
Desastrosa a toda gente;
Por ser em tudo prudente,
Não ser qual Nero, iracundo
Por ser benigno, e oriundo
D'alta estirpe de reis nobres,
Por ser protetor dos pobres,
Viva Dom Pedro Segundo!

Manoel Margarido. *O Globo*. 26 setembro 1877.

771004 O cortejo

“Quem vem lá? [Ilegível]
Sentinela de granito,
Fitando o olhar potente
No horizonte infinto.

“Oh tu, que descendes (contraste da outra)
“D'aquela Maria de sangue manchada!
“Contempla, se podes, os restos exangues
“Da vítima livre da fera cr'oadá.”

É o lenho mercenário
Fende as ondas com pujança,
Restitui ao [Ilegível]
O renovo de Bragança.

Que vulto é aquele que surge das ondas
Que dúplice aureola o busto adornado?
Levita de Cristo, do povo levita,
O peito, de balas lhe vêm traspasado:

“[Ilegível]
“Mártires da liberdade,
“Sacudi [Ilegível]
– [Ilegível]

“Perdão! – clama ele. É um sacerdote.
“Assim o ordena a voz do Criador!
“Perdão para os algozes que assombam o mundo,
“Invertem, deturpam as leis do senhor!”

“[Ilegível]
“[Ilegível]
“[Ilegível]
“[Ilegível]

“Vingança! repetem mil vozes frementes,
“À raça maldita não cabe o perdão!”
E os vultos sinistros no pégo se afundam
Clamando vingança com voz de trovão.

“Exigi o vosso sangue,
“Levantai plangentes vozes;
“Recebi dignamente
“O filho e neto de algozes!

Aqui é um tronco com [Ilegível] empunhando
Espada [Ilegível] de sangue [Ilegível],
Sangrenta cabeça de aspecto horrendo
Suster na sinistra da coroa pendente:

.....

“Contempla o presente que à fera espanhola
“Por mão de algoz teu pai enviou:
“Que o mar espantado de tanta crueza
!A plagas desertas raivoso arroja.”

Do pégo (*sic*) profundo ressurgem esparsos
Os membros sangrentos de um corpo gigante;
Aqui é o tronco, além a cabeça
Fincada n'um poste, padrão infamante.

Além, um fantasma sereno e sublime,
Olhai radiante a fronte celeste;
O sangue lhe jorra de [Ilegível] ferida,
E tinge do mártir [Ilegível] veste;

E os membros esparsos do corpo inanido
Se [Ilegível] movidos por mão invisível;
E surge o fantasma, esqualida a frente
Com voz estridente, aspecto horrível:

“Eu sou Pedro Ivo, a quem cruamente,
“Qual nero, qual Brontes, negaste perdão;

“No colo inda sinto mão do carrasco,
 “Do pulso me pende o medonho grilhão!”

Assim, um a um, o negro cortejo
 P'ra o barco alteroso seus passos avança
 E o lúgubre coro de fúnebres vozes
 Percute o espaço, clamando vingança!

“Vingança! repetem mil vozes frementes,
 “À raça maldita não cabe o perdão!”
 E os vultos sinistros no pégo se afundam
 Clamando vingança com voz de trovão.

.....

Setembro, 1877.

E o lenho mercenário
 De sua carga orgulhoso,
 Da formosa Guanabara
 Fende o colo majestoso.

E os hossanas de glória,
 O ribombar do canhão,
 Anunciam a chagada
 Do senhor desta nação.

E (desprezando a história)
 Ante mortal tão feliz,
 O povo, leão que dorme,
 Humilha a nobre cerviz.

B. F. *A República*. Rio de Janeiro. 4 outubro 1877. p. 3.

771024 Musa do povo / Quanto pior melhor

Não há razão de queixa, *eu afianço*
A pátria marcha bem,
Quanto pior melhor, eis o meu lema,
 Bons efeitos aguardo de tal tema,
 Respeitá-lo convém!

Nada de alterações, a tais mudanças
 São sempre muito fatais
 Na valha de Siracusa, estude o povo
 Mais ruim do que o velho é sempre o novo
 Governo de pardais!

Eu dou golpes nos costumes
E cuidam que é nas pessoas.
 Nicolao Tolentino

Nada de *alterações*, essas mudanças
Atrasem a nação:
 Quero um governo *eterno, bem comprido,*
 Que à força de viver encanecido
 Se arrime a um bordão!

Que chegue até a fase mais caduca,
 Ao estado senil,
 Andando de gatinhas. Desmamado?
 Quem pode prescindir deste bocado?
 Responda-me o Brasil.

Octaviano Hudson. *O Globo*. 24 outubro 1877. p. 3.

Eu dou golpes nos costumes
E cuidam que é nas pessoas!

N. TOLENTINO.

A confusão das linguas já começa
A se fazer sentir;
N'esta nova Babel ninguem se entende,
O proprio dono d'ella o que pretende
Não pôde deffair!

Os carneiros silente, coitadinhos,
Ao acaso ahi vão;
São sisyphos inglorios do futuro,
Que rolan'o avalanches no escuro
Jámais repousarão!

Para onde leuaes, dizei-me gansos,
Este pobre paiz?
— Não sei, responde um coro de baratas,
— Talvez sem o saber—plantar batatas
Ac de uma perdiz!

« Temos sede, bradaram as cidades
Do Norte a se fluar,
« O sol ardente nos abate e queima
« Não se deixem morrer, isso é toleima »
Diz um sapo a dançar!

Vai terminar a secca, outro retruca
Do parque imperial.
« A patria vai ser salva e sem demora
« Está quasi a raiar a nova aurora
Compadre liberal.

Agora sim, agora mãos á talha
Ha muito que beber;
Perabens, parabens, oh brava gente
A meza está repleta—a sopa quente
Vamos, vamos comer.

E vai assim o povo acreditando
Em taes liberalões
Quer um, quer outro são da mesma estofa,
Carregam para o amo a mesma alcofa
Lambeado-lhe os tacões!

771207 A orgia do século

(A Fontoura Xavier)

Vai alta a grande orgia: ao lado da Justiça
Se assenta a Corrupção, que aos poucos a embriaga;
Sorri-lhe o Despotismo aos gritos da Cobiça,
Que o Vício sem pudor nos braços seus afaga.

No chão dorme o Direito e ébrio se inteiriça,
Cantando coplas vis; a Inspiração divaga
E a própria Consciência estulta se espreguiça,
E num gesto de bacante as luzes já apaga.

Mas eis que tudo tudo treme, à luz da nova aurora,
Na porta do bordel, esplendorosa e santa,
Surgia majestosa estranha aparição!...

E ao vê-la, finda a orgia: a Consciência cora,
Alteia-se o Direito, o Brio se levanta
E o Crime cai por terra à voz – Revolução!...

Afonso Celso Jr. *A República*. Rio de Janeiro, 7 dezembro 1877.

780110 Caiu! Caiu! Caiu!...

I

Já pôde a brasileira patria
De alegria exultar;
Já pôde o brasileiro povo
Hosannas mil entoar;
Porquanto os sete *feitores*,
De tanto clamor auctores,
Agora fazem de rastos:
— Vinde vdr, ó juventude,
A cada verica attitudo
Do ministerio nefasto!

Consta que foi a eleição,
Essa famosa patrauha,
Que deu com elle por terra,
Inclinando-se ao Saldanha!
Pois bem, enterrem-n'o agora,
E já sem maior demora;
P'ra que do povo o nariz
Não contaminem de repente,
Os miasmas d'essa gente
Que governava o paiz.

Que a terra lhes seja leve
Com o *Pão d'Assucar* por cima;
Que lhes sirvam d'epitaphio
Uns toscos versos sem rima;
Celebrem-se junto á tumba,
Ao estridor do zabumba
Tocado pelo *Genesio*,
As glorias das commanditas,
As manhas de jesuitas
D'esses heróes de trapessio!

II

Que os addidos em Vienna
Com exercicio em Pariz,
Continuem a lá ficar
Para gloria do paiz;
Que o barrigudo Castrinho
Venha bem rechunchudinho,
Admirar com sangue frio
As bobages que comprou,
E que para cá mandou
Sem tremer de calafrios.

Em signal do triste luto!
E da dor nacional,
Cesse hoje a *berraria*
Dos meninos do Naval;
Que o Historico instituto,
Em discursos campanudos,
Em horrenda carpideira,
Lhes teça a apologia,
Com a maior bizzarria
E meia duzia de asneiras.

E vamos todos votar
No nosso grande Saldanha;
A victoria disputem
Com ousadia tamanha,
Que o novo ministerio,

Por mais que empregue o *critério* (*)
Nada possa conseguir.
Tratemos do municio,
Esse divino principio
Da liberdade que ha de vir.

III

Que novos almotaccis
Venham p'ra odilidade,
E' preciso gente nova
P'ra cuidar d'esta cidade.
Ela! Sus! Oh povo nobre!
Mostrai que tambem o pobre
Tem seu dia.— A' eleição!
Vosi, correi aos comicios,
Não deixeis soffrer exicios
O Ganganelli campeão.

Lembrai-vos que é elle só,
Elle só e mais ninguem,
Que p'ra arrostrar a protervia
Grande coragem inda tem;
Rojai um dia a baixeza,
Mostrai popular grandeza
Elegendo o campeão
Querido da liberdade,
Se quereis, ó mocidade,
Ter um chefe, um capitão.

Alerta! que nossos foros
Vão pela poeira rojados!
Lembrai-vos que nossos filhos
Já nascem atrophiados!
Os manes de Tiradentes,
(Da forza o heróe pendente)
Tem das alturas baixado!
Commanda a martyr phalange,
Onde se alistou exangue
O heróe Nunes Machado!

IV

Vêde, a seu lado os Caneca
O grande heróe Pedro Ivo,
Domingos Theotónio Jorge,
E outros heróes redivivos:
Miguelinho, padre Roma,
Todos de grandes civismos,
Victimas do despotismo
Feroz que os immolou,
E que da patria os privou
Com desfaçado cynismo!

Mettei no grande edificio
Alli do Campo da Honra
Gente, que energica evite
A municipal deshonna:
Que do Imperio o ministro
Não lhe seja o presidente;
Que a reacção seja ingente,
Que não seja com *requintes*
Confraria de pedintes
A Edilidade potente.

780112 [Sem título]

Ao poeta do motte :

« Raiou no mez de janeiro
 O sol tão forte e tão quente,
 Que desde o dia primeiro
 Fez murchar a flôr da gente. »

GLOSA

Andavas de certo, ás tontas,
 Em busca de algum pulcero,
 E a tua vil esperança
Raiou no mez de janeiro.

Vou dar-te por caridade
 Um conselho mui prudente :
 Pilha essa, não apanhes
O sol tão forte e tão quente.

Se não pilhares agora
 Na maré do garimpeiro,
 Só farás cruces na bocca,
Que desde o dia primeiro,

A gente boa e sisuda
 Acha ser muito imprudente
 Quem diz que o sol d'esta terra
Fez murchar a flôr da gente.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro. 12 janeiro 1878. p. 2.

780112 Caiu! Caiu! Caiu!

FAZENDA—1

E' máu fado o que preside a teu destino,
Grande auctor dos libellos musulmanos;
Se fosses do palz dos ottomanos,
Talvez que dispozesses de mais tino.

Xingaste bom o grande Allah divino,
Capitulos escreveste—sobre humanos;
Mas a patria deshonraste dos bahianos,
Quando o lenço apanhaste—oh desatino!

Para não ser covreiro deshumano
Do partido por quem já dobrava o sino,
Surgiste do reino escuro de Sumano;

Iludiste as esperanças dos profanos,
E por tal modo abriste a cova paulatino,
Que covreiro a final foste em fim de anno,
O compadre Leoncio reformado.

MARINHA—2

De cabo podre, inglez e resequido,
Moinhos, torradores, lampeões,
De inúteis entupio as tres secções,
Sem p'ra isso, entretanto, haver pedido!

Deu-se o caso nunca visto e indevido,
De chover páu de peso a borbotões!
Officina abrir-se-hia de tacões
Se não fosse tão depressa demittido.

Só faltou mandar vir mata-borrões,
Porque de tudo o mais deixou sortido;

Duas quilhas assentou de batelões!
Kilos ha de oleo por ire aos milhões!
(Podre não, — o Castro diz que elle é fer-
vido),

E fatiota p'ra cincoenta batalhões!
Venezianas desincompatibilisadas.

AGRICULTURA—3

De grandes, largas ruas e bonitas,
Agricola contractou *alargações*;
De petreos, tuneis começou as *furações*;
Esgotos para a Fabrica das chitas,

Ia agora ordenar elle aos da dita;
Eis que Allah, para dar-lh'os annos bons,
Precipita-o do Olympo á cachações,
Dizendo-lhe acompanhe a *commandita*!

Deixa-nos, porém, d'agua bons fartões,
Do Castello a arrazadara concedida,
Na secretaria planos aos milhões!

Não teremos que mostrar-lhe gratidões,
Porque uma inundação *gabriellida*
Levar-nos-ha um dia a trambulhões!

Expressões genuinas do partido.

JUSTIÇA—4

Estava destinado ao deos Janno
As portas vir abrir á liberdade;
Só se vê d'um canto a outro da cidade
Com jubilo saudar-se o novo anno.

Mas convém que não sejamos deshumanos;
Se o partido subiu da mocidade,
Mostremos ante o mundo e a cidade,
Que a *careca* infeliz não insultamos.

Voai, ó da justiça magestade,
Vós que andaveis caçando gaturamos,
Regressai novamente p'ra cidade.

Que os capoeiras não tenham liberdade
De as ruas infestar por onde andamos,
Pois que d'elles já não ha necessidade.

Cá t'espero.

IMPERIO—5

De pensões abarrotastes a gente rica,
Que os serviços á patria nullos foram;
Mas d'aquelles que nos campos lá ficaram,
Não tiveram as familias feliz dita.

Aos seus memoriaes oppunheis trica;
As ricas nem ao menos requeriam;
A estas os ministros expediam
O decreto já sellado e com rubrica!

As pobres mais de cem mil réis gastavam,
Em papeis e estampilhas p'ra *fufrica*!
Entretanto que a pensão não alcançavam.

As ricas, quando menos esperavam,
Estragando finas luvas de pellica.
Os decretos de pensão em casa entravam!

Imparcialidade conservadora.

ERTRANCEIROS—6

Eu não posso deixar de referir-me
Ao heroico senador por um só voto:
Assaz sagacidade eu elle noto
P'ra deixar de a elle dirigir-me.

Se vossa excellencia quer ouvir-me...
—O tempo já passou, já vai remoto
Em que o empenho de honra, quanto a

Esteve quasi a ponto d'embar-me. Voto,

Depois... como sou homem que não gosto,
E nem mesmo sou tão facil d'illudir-me,
Ri-me a grande rir—venjo despostos.

Os negocios de maneira, e tudo a postos,
Tanto mais que não havia de ferir-me
Na campanha em que ganhaste tantos
votos.

780308 Minha musa

A musa que m'inspira, a deusa de meus sonhos,
 Meu anjo divinal,
 E' musa que nasceu em solo americano,
 Tão livre qual nasceu as aguas do oceano :
 E' musa liberal !

Empunha argenteo gladio — o symbolo sagrado
 Dos dogmas liberaes !
 Não treme de pavor — em canto mavioso
 Bem alto levará seu culto portentoso !
 Com hymnos festivaes !

Applaudes d'entre os homens aquelles de pureza
 De boas intenções ;
 Profliga o vicio, o crime — ao máo não dá guarida.
 Odeia com fervor quem mancha sua vida
 Com aureos braços !...

E sente arfar-lhe o peito, aspira apaixonada
 A santa liberdade !...
 Que venha proclamar, que possa prescrever
 Aquella igualdade que deve se prender
 Do pobre a magestade !...

A musa que m'inspira, a deusa de meus sonhos,
 Meu anjo divinal,
 E' musa que nasceu em solo americano,
 Tão livre qual nasceu as aguas do oceano,
 E' musa liberal !

PEDRO JOSÉ RIBEIRO.

7 de Fevereiro de 1878.

Pedro José Ribeiro. *O Globo*. Rio de Janeiro. 8 março 1878. p. 3.

780331 Homenagem Democrática

Ao capitão José Maria Vaz Lobo, chefe do Partido Liberal de Irajá

Se a idéa democratica
Tem um throno
Em nome d'esta idéa
És tu o rei.

Quando dos *rebentos novos*
Surge a voz da liberdade,
Vemos os thronos das galas
~~Quebrarem-se pela metade,~~
E assim pollula noss'alma
Como que perdendo a calma
Para elevar esta idéa!
E o nosso estro brilhante
Presuroso e triumphante
Vem nos trazer a epopéa.

Ahi se espancam as trevas
Que são nuvens da oppressão,
E o povo acorda do somno
De facho aceso na mão ;
E esta luz que é divina
Como a aurora matutina
Nos envia um novo sol
E nós com terna alegria
Chamamos democracia
O nome d'este pharol !...

Recebe pois, grande atleta
Este preito e homenagem,
Que é um producto singello
De minha humilde linguagem ;
Mas com esta singelleza
Vem tambem minh'alma presa
Perto á tua se juntar,
E em nome de todos nós
Tambem minha debil voz
Por todos te vem saudar.

O radical. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 31 março 1878. p. 2.

780802 Derrubada

Levantou-se negra nuvem
De homens de sangue azul
Para fazer derrubada
Na Parahyba do Sul.

Demissões já ameaçam
Ao povo que não votar
No tal partido da *louca*,
No partido do Gaspar.

Que de prisões vamos ter
Na campanha eleitoral!
É mais, quanta tyrannia
Do partido liberal.

Acautele-se o povo
Contra a atroz prepotencia
Do partido governista
Provado sem ter clemencia.

Não vos fiéis em promessas
Nem tão pouco em ameaças,
Promessas de liberais
São simples, meras chulaças.

Diário da Tarde. Rio de Janeiro. 2 agosto 1878. p. 2.

780917 Canto do veterano

- Em briga immensa pelejando
 - Ouvi sem medo trovejar fuzis ;
 - Das trevas densas d'enredado coito
 - Fitei altivo os batalhões hostis.

(AUGUSTO X. PALMEIRIM.)

Sou soldado ! nobre sou
 Sendo o braço da Nação !
 — O meu sangue a minha vida,
 Minha honra, o corpo meu,
 E' só della, — d'outrem não !

Oh tudo farei por ella,
 Pela patria do meu ser !
 — Repellir estranho jugo,
 Sepultar a tyrannia,
 — Isso sempre hei-de fazer !

A nobreza, tenho-a eu
 Nesta farda que enverguei !
 O poder, nas minhas armas
 Nos canhões, nas minhas forças,
 Na bandeira onde jurei !

Sou soldado ! não me podem
 Nobreza tanta manchar !
 Defensor da liberdade,
 Da corda de meu Rei,
 Hei-de por ella acabar !

Esses que me desprezam,
 Desconhecem meu valor !
 — Ignoram as provações
 Que no campo a batalhar,
 Affrontei em erú terror !

Entro balas inimigas
 Acostumei-me a viver !
 — Chuvas e sôes incessantes
 Marchando a voz do tambor,
 Não me faziam tremer !

Sou soldado ! não me ferem
 Os desprezos de ninguém !...
 — Vontade poder, coragem,
 Nobreza que não se curva,
 Como eu,—quem é que tem ?

Ninguém ! que o ser soldado
 E' santa e nobre missão !
 — A bandeira, por familia,
 Por amante—a disciplina,
 Os meus bens,—eis o que são !

Honório Santarém. *Diário da Tarde*. Rio de Janeiro. 17 setembro 1878. p. 3.

790127 O Capanga

Sou um grande *cabalista* eleitoral
 E *disputo* com ardor uma eleição :
 Cédulas no boço, pau na mão,
 Mas dos *phosphoros* a fumaça me faz mal.

Cá fóra, sou mais frio do que o sal...
Lá dentro, mais terrível que um leão...
 Se o adversario quer vencer, ah ! fico então
 Sanguinario, feroz, só faço mal...

Dou paulada velha, grito e berro !
Espezinho d'aquí, para lá fallo,
 E se o bruto se atreve, não me aterro...

Mas o *chefe* lá vem : vou encontral-o,
 As ordens receber, mostrar-lhe o *ferro*
 Que tanta gente matou p'ra sustental-o.

D. E. *Correio da Noite*. Rio de Janeiro. 27 janeiro 1879. p. 4.

790427 [Sem título]

MOITE

Eu sou um martyr de ideias.

J. A. da Costa

GLOSA

Curvai-vos, patrial Corae,
Homens livres do Brazill
Pagina negra passae!
Passae vinte e um de Abrill

Eu vejo ainda na praça
A sombra de Tiradentes'
Heróe de uma nobre raça,
Heróe dos Inconfidentes!

Na hora da execução
(Sentença que faz tremer!)

Quando gelaram nas veias
Teu sangue de patriota,
Tu bem podias dizer.

«Eu sou um martyr de ideias.

Laura F. da Cruz

Abril 21 de 1879. Rio de Janeiro

Laura F. Da Cruz. *Echo Social*. Rio de Janeiro. 27 abril 1879. pp. 3-4.

790628 Ao Brasil

Oh ! meu pobre Brazil, como eu deploro
 Tua sina fatal ! Como a desgraça,
 Que te opprime, te arrastra ao tredo abysmo.
 Tambem me faz soffrer !

Tu que outr'ora fizeste estremecer,
 Curvar-se ao teu olhar nações extranhas,
 Hoje tremes e à face os povos cospem-te
 O escarneo, a irrizão !

De gloria esse brilhante, aureo padrão,
 Conquistado co'o sangue dos teus filhos
 Chafurdou-se no pó da ignominia
 P'ra nunca mais brilhar !

Em vão tentas ainda concertar
 Esse manto real que te envolvia
 Em vão ! pois que elle foi despedaçado
 Pela mão da torpeza !

Tu a terra a quem deu a natureza
 Tantas bellezas e riquezas tantas
 Vês-te quazi forçado a implorar
 Esmolas de estrangeiros. !

Esta horda de viz aventureiros
 Que dirigem teus miseros destinos,
 São abutres que as viceras te arrancaõ
 São teus proprios algôzes !

Fazendo-te soffrer os mais atrozes,
 E lacerantes tractos, novos judas
 Vêm sorrindo depôr-te à face palida
 O beijo traiçoeiro !

E tu sempre bondoso, hospitaleiro
 Abres os braços aos ingratos filhos
 E enquanto te arrastrão para o abysmo
 Os ciuges amoroso !

E não vês que um futuro vergonhoso
 Desponta no horizonte do porvir
 E não ouves o gargalhar satânico
 Desses filhos traidôres !

E' tempo de cessar as tuas dôres
 Sacóde o jugo que te opprime, ó patria !
 Se tens filhos crueis que te escravisão,
 Teus filhos dedicados !

Filhos que bradão já indignados
 Ao ver o jugo infame que te opprime,
 Que sentem transbordar dos livres peitos
 Da patria o amor sublime !

.....

Patria ! patria querida ! não mais soffras !
 Escuta as vozes de extremosos filhos !
 Vai mudar tua sorte !
 Despedaça os grilhões com que te prendem !
 Sus ! soltemos o brado entuziasta
 De liberdade ou morte !

Decreta a punição d'esses traidôres,
 Inflinge a esses monstros que te aviltão
 Supplicios infamantes !
 Manda que sejam todos enforcados,
 Que sejam arrstrados seus cadav'res
 Ainda palpitantes !

Que este governo, iniquo, prepotente,
 Que calca aos pés as leis, que sacrifica
 Do pôvo o bem estar,
 Que transforma o poder em tyrania,
 E faz da patria que lhe deu o mando
 Immundo lupanar :

Depois de ser por ti exauthorado,
 Seja sem piedade arremessado,
 No chão que te cavou !
 Ordena que essa horda de sicarios
 Seja affogado sob o lodo impuro
 Em que te chafurdou !

Para que monarchia, se o monarcha
 Não sabe a c'róa sustentar na frente,
 Não tem dignidade ! ?
 Acabamos com o jugo dos tyranos !
 Aos pés despedacemos septro e c'róa
 Brademos—LIBERDADE !

E se ainda depois de haver raiado
 O momento feliz nos apontarem
 O teu brilho offuscado
 Ainda assim, a frente eleva altiva,
 Teus filhos lavarão no proprio sangue
 Teu nome maculado !

Patria ! patria querida ! não hesites !
 Escuta as vozes de extremosos filhos,
 Que vão mudar-te a sorte !
 Despedaça os grilhões com que te prendem !
 Sus ! soltemos o brado entuziasta
 De—liberdade ou morte !

17—6—79

790701 Paralelo / Entre corcundas e liberais

Antítese

O corcunda

1

O Corcunda é um malvado,
 He Misántropo Egoísta;
 E quer disfarçar-se astuto
 C'ò o nome de Realista.

2

E' inimigo do Povo,
 E he do Rei inimigo:
 Entre ambos accende a guerra,
 Conduz ambos ao perigo.

3

O vil Corcunda maldiz
 Contra a Constituição,
 Porque esta vem reprimir-lhe
 A furiosa ambição.

4

He Hypocrita ardiloso:
 C'ò veu da Religião
 Pretende esconder o horror
 Da sacrilega intenção.

5

Quer que antigo Despotismo
 O que é de um para o outro tome;
 Que uns arrehentem fartos;
 Outros se mirrem de fome.

6

Quer que a força e que a vingança
 Formem uma Authoridade
 Que prive a quem lh'agradar
 Da Honra e da Liberdade.

7

Dispõe homens contra homens
 Para haver revolução;
 E folga de os ver em guerra
 De' ver sangue em profusão.

O Liberal

1

O Liberal tem virtudes,
 Ama Justiça e Razão,
 Quer que a todos esclareça
 A nossa Constituição.

2

Quer que o Rei viva seguro,
 Unido em paz com a Nação:
 Que esta união seja feita
 Pela Constituição.

3

Não quer Liberdade infrene;
 Quer a civica prisão
 Que os vícios contenha e puna,
 Sem que faça escravidão.

4

Adora, respeita e segue
 A Santa Religião;
 Quer a jura conserval-a
 Pela Constituição.

5

Quer que Direito Sagrado
 Proteja a propriedade:
 Tenham todos de que vivam
 Fóra da ociosidade.

6

Quer que não haja outra força
 A' das Leis superior,
 E que esta só s'exercite
 No conhecido infractor.

7

O Liberal quer que s'ameno
 Pela Constituição:
 Veja-se assim qual dos dous
 Segue partido mais são.

791020 Tiradentes

I

Outr'ora nas selvas das negras florestas,
Que encobrem o solo do immenso sertão,
Um ecco longiuquo vibrando nos ares
— Brasil!... Liberdade!... » bramiu na amplidão !

A noite vai alta... completo silencio...
Só rugem as fêras no escuro covil;
Na esphera celeste fulguram esparsas
Estrellas que a terra contemplan do anil.

Um vulto perpassa... Galopa o corsel
Cavando co'as patas velozes o chão :
Faiscas de fogo desfere das pedras,
Quaes chispas que deita medonho trovão !

Os cedros conversam... O vento que passa
As fallas da matta rediz muito além;
As fragoas feridas do louco tropel
Ao longe convulsas murmuram tambem.

Não pára!... não cança!... Nessa hora se o vissem
Co'a mão estendida roçando nos céus,
Washington novo, com espanto dirião,
Mil astros e raios jogando nos seus !

No entanto chegára defronte á cidade
— Gigante caçado que ao somno tombou,
No centro da praça se erguia uma forca
Que aos livres a lei do tyranno plantou...

Por sobre esse povo que triste fitava
Olhares de fogo, sinistros ergueu,
E um ecco vibrando mui longe pesado
A' voz desse vulto nas fragoas gemeu :

II

« Silencio, mortaes !... eu ouço
Bramir nos ceus o canhão :
A nuvem de Oitenta e Nove
Deita ao longe esse trovão ;
E' o astro puro da esp'rança
Que dos céus da culta França
Um raio de morte lança
Sobre a triste escravidão !... »

« E' bello vér-se esse povo
— Que o mundo grato bem diz —
Clamando á frente do seculo :
— Sou grande e livre e feliz !... »
Diz-lhe o sec'lo :— « Avante, vem...
Quem nos impede?... Ninguém ! »
E a França altiva tambem :
— Liberdade !... ao mundo diz !

« Tremem os reis nos palacios
A' voz que ao longe bradou ;
Uma nova Babylonia
No passado se abysmou.
A mão do tempo — verdade ! —
Traçára na immensidade ;
Outra mão — fatalidade ! —
Na Historia Franca traçou !... »

« Ergue-se o povo colerico
E quebra a ferrea prisão :
Curva-se agora o tyranno
E pede humilde perdão !...
Mas desse abysmo insondavel
Sae uma voz implacavel,
Que lhe diz inexoravel :
— « Sou do mundo a expiação !... »

III

« Brazil!... um dia sonhei-te
Livre e grande entre as nações,
Vi o teu nome gravado
Nas longinhas regiões ;

Vi teus filhos caminhando,
Uns aos outros se abraçando,
A patria sua cantando,
Entre as novas gerações.

« Vi-te surgir do levante
Envolto em vivo clarão,
E alistar-te corajoso
Sob o novo pavilhão ;
E onde os gigantes da Historia,
— Os bravos — Cantam victoria
Ouvi-os dizendo : — Gloria!...
Sê bem vindo, nosso irmão!... »

« Mas o que!... foi tudo um sonho
Que ao vendaval se desfez :
A deusa da Liberdade
Sumiu-se por uma vez...
Mentira ! que um povo bravo
Morre sim... mas ser escravo...
Oh ! nunca !... que o ser ignavo
E' não ter brio, altivez !... »

« Vou morrer !... além na praça
Reluz no escuro um punhal...
Covardes !... nem elles sabem
Que Oitenta e Nove é fatal !...
Que importa !... morro contente
Porque sei que fatalmente
A idéa agora nascente
Ha de ser universal !... »

Inda fallando procurou a forca
Que lhe apontava para o céu da gloria.
E lá do alto sua cabeça augusta
Rolou solenne sobre o chão da Historia
Inda fallava... mas a voz tão fraca
Murmura apenas :— « Meus irmãos, vingança !...
E ensanguentada foi cahir na tumba
Onde — sublime — de lutar descança !... »

IV

Mas hoje... nas horas que a noite co'as azas
Encobre, qual corvo, dos céus a extensão ;
Que o mocho gargalha voando no espaço,
Com voz agoureira, tristonha canção ;

Que os ramos se curvam ao vento que passa
Nas folhas da matta medonho a zunir ;
Que os tigres percorrem o cume da serra
Os ares troando com féro rugir ;

Que reina o silencio na terra que jaz
No leito do somno cahida a sonhar,
E longe, nas trevas, as ondas se encontram
Luctando sosinhas no abysmo do mar ;

O vulto soberbo, medonho, sombrio,
Errante inda vaga no immenso sertão,
E um ecco longinquo bramindo nos ares
— « Brazil!... Liberdade !... » rediz na amplidão !

800110 O Brasil de Hoje

A politica do escandalo, o infame lodaçal,
 Está em nossa terra fazendo seus furores ;
 E oshomens, vis escravos de injustos magistrados,
 Transformam-s'em rafeiros, crueis aduladores.

Oh gangrena infernal ! oh germem corrosivo !
 Abates a virtude erguendo só o crime !
 O teu nefando intento um dia ha de findar
 Na mão do mesmo povo, que o despotismo opprime.

O punhal do sicario não mais será tingido
 No sangue pre-timoso dos pais da liberdade,
 E um dia, alti-sublime, o povo inda ha de erguer
 A livre e sacrosanta bandeira da igualdade.

E o estandarte do crime, contra nós se lavantando,
 Pretende só calcar a nossa livre idéa ;
 Mas breve então veremos seu brilho supplantado
 E que o Brazil na historia terá uma epopéa.

Eia, pois, Brasileiros ! ás armas ! avancemos !
 Calquemos o grilhão da fêra monarchia,
 Que a turba sanguinaria e o manto imperial
 Abatem-nos á ferros de dia para dia !

Eue a deusa do idéal, a mãe civilizada,
 Qntre em nosso porto erguendo um estandarte ;
 E o écho divinal cantando se propague:
 — Brazil ! eia ! estás salvo sem ter um Bonaparte.

F. *O Estandarte*. Rio de Janeiro. 10 Janeiro. 1880. p. 4.

800124 César... Ou seu cavalo

E' o bezerro fatal da biblica legenda,
sente em roda de si—ferver o sangue azul,
traz no peito orgulhoso imperial commenda:

deslumbrante sultão da flaccida stambul,
phantastico hypogripho—em mundos aureos

vòã,
consul—que impõe a lei—de fulgida curull

quando elle sahe a rua—um borborinho soa.
disputam—entre si—os nobres figurões
a honra d'ênfeitar-lhe a poderosa prôa!

tremem diante d'elle—as rubras legiões
de coruscante espada! e quando piza o solo
—espectro do poder—confunde as multidões!

ajaczado e nobre ergue o possante collo
quando o pé do senhoras estribeiras toma...
rugem *vivas* no ar—do equador ao polo!

aos dous aponta o céu—o dedo hirto de
Roma!

do corsel ao pescoço—as fluctuantes crinas
da escolta servical—não burilam a somma!

e s sella do senhor—e as mantas purpurinas
—grã-cruzes—a estrellar,—cobertas d'oiro
e prata,
e as redeas de veludo, aureoladas, finas,

fazem furias de inveja—ao corpo aristocrata
dos condes e barões—que rastejando a lama,
vão beijar d'alimaria a luzidia pata!

e se a voz do senhor—um estribeiro chama,
apparece um marquez — desapertando as
cilhas...

diz um duque: «senhor, já preparei a
gramma!»

Asphixiante luz—chovam das camarilhas
graças torrencias, — gritai: *cherchez la*
femme!

eis a gloria, eis o Deus—dos hystriões pan-
dilhas!

curvai-vos, medalhões! oh! manequins de
arame!

Math. Carvalho. *O Estandarte*. Rio de Janeiro. 24 Janeiro. 1880. p. 4.

801219 [Sem título]¹⁰

Bemaventurados
Os vencedores,
Porque da terra
São os senhores.

Bemaventurados
Os sem vergonha,
Pois não ha cousa
Que se lhe opponha.

Bemaventurados
Os d'alma vil,
Que tudo alcançam.
N'esto Brazil.

Bemaventurados.
São os ladrões,
Porque merecem
Mil attenções.

Bemaventurados
Os vis e baixos,
Que sempre alcançam
Os bons despachos.

Bemaventurados
Os assassinos,
De grandes cargos
Sujeitos dinos.

Bemaventurados
Os escolhidos,
Que da politica
São protegidos.

Porque só esses
Bons afillados,
Saheo senadores,
Saheo deputados.

Correio do Dia. Rio de Janeiro. 19 Dezembro. 1880. p. 3.

10 Nota que antecede o poema: "Uma folha da Bahia, publicou os seguintes versos:"

810109 O imposto do vintém

1º de janeiro de 1880.

I

O PRINCIPAL

E o rei sentio-se mal—fôra sinistro o dia !
 Passou-lhe no frontal a contracção sombria
 Que marca a convulsão tempestuosa, interna !
 Pois que ! leproso cão ousar sujar-lhe a perna !
 A sombra dar um passo ! o diamante regio
 Sentir manchas na luz de sua grande esphera !

O verme avolumar-se em proporções de féra !
 Ter o arrojo brutal, o grande atrevimento
 De commentar a cifra, o Dogma-Orçamento
 E atirar-lhe em cheio ao seu sagrado rosto :
 « Este imposto é illegal ! eu não pago esse imposto ! »
 Oh ! isto era demais !

Duvidar um instante

Da grande intelligencia, em Londres triumphante,
 De um rei que honra o paiz como honrara a Garção,
 Duvidar do saber, da vasta illustração...
 —Essa herança immortal das testas coroadas,
 N'um protesto qualquer ? !

O' turbas condemnadas,

O que fôra de vós se vos faltasse o rei,
 Esse divino ser, o cérebro da lei,
 A Providencia, a mão, a arca d'alliança
 Que vos ampara e guia, a vossa segurança ? !
 Maldictos ! não sabeis que a verba já não basta,
 Que augmenta a parasita, essa divina casta ? !
 Q'um rei é um pobretão com cem contos por mez,
 E vós Rothschild com cincoenta mil réis ? !

Foi decretado o imposto. A regia assignatura
 Cedendo ao povo-- o vil, faria má figura :
 Ficaria affrontada em orbita economica.
 — Ficava o precedente uma molestia chronica.

Era preciso ser claramente um tyranno !
 E o espectro fatal de Maximiliano
 Passou-lhe na cabeça ardente, ensanguentado !
 E no fundo do cranio um grupo accentuado
 Relevava os perfis de reis de quatro raças,
 O desterro e o desprezo e as explosões das praças...
 Longe -- a misericordia envolta no estandarte !
 Era preciso erguer um forte baluarte
 Que fizesse abater da plebe a effervescencia !
 E silvando feroz nas mãos da violencia
 O raio do poder, armado até os dentes,
 O imperial portão gyrou nos seus batentes :
 « Daes um passo o morreis ! »

--É um requerimento--

« Voltae ! tende juizo ! »

Então, um movimento
 Ia fazendo o povo indignado, franco,
 Como o leão que sente uma picada ao flanco.
 Mas veio a Reflexão :

O que despedaçar ?
 Umhas cousas sem nome ? uns atomos no ar ?

— Está morto o systema e descoberto o réu !—
 — Disse a Philosophia.

A multidão venceu
 Voltando para o lar. sentia-se a grandeza
 Das profundas lições da Convenção Franceza.

II

PARENTHESIS

O rei mandara abrir a alcova reservada...
 A razão popular crescera agigantada,
 E sobre a face delle a sombra levantara
 A larga projecção de uma estatura rara !
 Era urgente turbar a calma poderosa,
 Agitar a paixão feroz, tempestuosa !
 Pelas ruas rolar a grossa artilharia,
 Gritar : revolução ! horrores ! anarchia !
 Prender, assassinar, convenientemente,
 Dizer ao capital : temei-vos dessa gente !
 Ao pobre na prisão : prestei-vos um serviço,
 Ide pagando o imposto e não falleis mais n'isso.
 Havia sob a mão grandes auxiliares :
 Sete organizações correctas, singulares
 Nessa escala cruel do necroterio— o crime !
 As linhas vertebraes eram de junco ou vime.

Um, esse era o mais velho, um servo devotado
 Do throno e do altar, um cerebro atrasado
 De umas entranhas más, que já havia sido
 Condemnado uma vez.

O outro era um valido
 Aposentado ao paço.

O outro era um traidor,
 Um desgraçado emfim !

O quarto, um salteador !

O homem—extorsão, o rato feito gente,
 Desenhando o perfil nesse imposto insolente !
 O quinto—um escravocrata e que talvez já tenha
 Da sua própria mão partido o crânio á lenha !
 O resto era... a miséria !

E concertou-se o plano :
 Eliminar a chapa—o povo soberano !

Levantada a questão : a forma do extermínio,
 Na equação do rei entrára o morticínio.
 E correndo a traição o negro reposteiro
 Atirou para a rua

III

O DIA DE JANEIRO !

Dia de infamia e luz ! antithese tremenda !

O Direito levára uma estocada horrenda.

A justiça encarava a face dos soldados :
 —Não podeis atirar em homens desarmados !—
 A Violencia então, em coleras se eriça,
 Dá um golpe cruel no crânio da Justiça !

Ferida a Liberdade, erguendo os grandes braços,

Parecia apanhar da pedra os estilhaços,
 As balas da espingarda, as ordens do governo,
 Abrir das maldições o pavoroso inferno,
 E d'alli arrancar uma palavra unica,
 Que havia de cobrir como a lendaria tunica—
 O ministro, o systema, a dynastia toda :
 —*Cartouche !*

A conclusão : a guilhotina, a roda !

Mathias Carvalho (Do Combate). *O Atirador Franco*. Rio de Janeiro. 9 janeiro 1881. p. 5.

810413 Carapuça

Moço que no Brasil vir a existência,
 Se de nobre ou ricaço filho for
 Há de em regra, por força, ser doutor,
 Tenha, ou não tenha jeito para a ciência.

Homem rico, mas pobre inteligência,
 Cabala em eleições, sai eleitor,
 Juiz de paz, depois vereador,
 E pensa logo em ter uma excelência!

Para a Provincial então levado
 Em corpo e alma governista inteiro,
 Anda sempre de um, para outro lado.

Vai p'ra Geral. Mostra-se ordeiro
 Sai ministro e depois cai no senado.
 Eis formado o estadista brasileiro!

A Revelação. Rio de Janeiro. 13 abril 1881. p. 4.

810417 Tira-dentes¹¹

Façam alas!... O prestito se avança...
 Refuzem as espadas. Preso á lança
 Estremece o sagrado pavilhão:
 Elle vem nos contar a grande historia...
 Despertamos ao sol de nossa gloria,
 Ao medonho estampido do canhão!

A orchestra militar vibra seus hymnos,
 E o povo treme, como si os destinos
 Surgissem gloriosos lá no céu:
 Façam alas... São filhos desta terra
 Que vão erguer aos canticos de guerra
 De feitos nossos perennal trophéo.

Bafeja o mundo aragem de esperança:
 Lá do heroico passado uma lembrança
 Evocaram na tuba marcial:
 São levitas da patria agradecida
 Que vão, cheios de fé — de frente erguida —
 Nessa marcha solemne, triumphal.

Esses louros da patria, ensanguentados,
 Pelo fogo divino illuminados,
 Tinhão direito á saudação viril:
 E os vindouros, em viva romagem,
 Vão prestar-lhes esplendida homenagem
 Sahindo agora do lethargo vil.

Hoje se elevam tradições queridas!
 Nas poesias dos annos esquecidas,
 Até hoje ninguem as acórdou:
 E' divida sagrada ao sangue altivo
 Que, saltando na algema do captivo,
 Como lava de fogo arrebeitou.

Façam alas!... A sombra do passado,
 Vai-se elevar no Pantheon sagrado
 A columna mais alta da nação:
 Ha de ser o heróe do nosso empyreo!
 Sobre as lendas que explicam-lhe o martyrio
 Vão collocar o popular brazão!

Vem á frente do povo a Magestade...
 E' uma festa em que a nossa liberdade
 Vai cantar a odysseá do valor.
 Ao rufo compassado dos tambores,
 Entre nuvens de polvora e de flôres,
 Alas! Alas!... ao povo, ao Imperador.

Das nuvens lá do céu, soberbo se avisinha
 Das glorias brasileiras o magico signal!
 Coberto está de um véo, porém já se adivinha
 Da liberdade um Deus, no immenso pedestal.

Da terra que conserva, em seu leito gelado,
 Aquelles que romperam os elos do grilhão;
 Que guarda o sangue ardente á patria derramado
 E as lagrimas de colera em dias de afflicção!

Da terra em que se deu martyrio glorioso
 E aos raios desta luz por fim se libertou.
 Surgir um dia deve um vulto portentoso
 E, esse, cil-o acolá que a patria alevantou.

Que palmas de valor não murcha a grande historia
 O povo esquece um dia os inclytos varões...
 Mas de famoso heróe, granitica memoria
 Terá sempre á seus pés do mundo as gerações.

E quando perguntarem aos povos, com espanto,
 Que fez o cidadão que o povo assim guardou
 Dirão:—Morreu aqui, Calvario sacro-santo?—
 O sangue desse Christo a patria baptisou.

Rasgue-se o véo!... Que apparece?
 Quem é esse cavalleiro
 Que, no impeto guerreiro,
 Estende o braço viril?
 Não é esse o heroico vulto
 Que a historia tanto apregoa,
 E o povo inteiro abençoa,
 Como o anjo do Brazil?

Não é, não — Vergonha immensa! —
 Nesta quadra corrompida,
 Com a frente envilecida,
 Sem glorias e sem pudor,
 O Brazil, cruzando os braços,
 Dobra os joelhos constricto,
 Ante a massa de granito
 Do primeiro imperador

Curvai-vos, raça de ingratos!
 Nos dias de cobardia,
 Festeja-se a tyrannia,
 Fazem-se estatuas aos reis...
 Embora tenham da patria
 Ouvido os longos gemidos,
 Os cadafalsos erguidos
 E postergadas as reis.

Vêde!... Ahi surge da terra,
 Como da febre no sonho,
 Um patibulo medonho...
 Meu Deus!... Porque recuaes?...
 Sobre a taboa ensanguentada
 Aquella face já fria
 Não vem turbar a alegria
 Destes cantos festivaes.

Não recueis de uma sombra! ..
 O frio braço do espectro
 Não póde quebrar um sceptro
 Que tendes por divinal!
 Envolto em sua bandeira,
 Triste, pallido, calado,
 Tambem elle é convidado
 Desta festa imperial.

E' esse o heroe soberbo,
 O filho da liberdade
 Que a céga posteridade
 Nessa baixeza esqueceu.
 Sonhador que sonhou tanto
 Na noite do captiveiro...
 Foi elle o martyr primeiro,
 Que pela patria morreu.

11 Republicado em *O Atirador Franco*, 21 de abril de 1881, páginas 7 e 8, sob o título de Homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, o Tira-Dentes; no *Diário Fluminense*, 18 julho 1884, página 2, com o título Tira-dentes, e no *Tiradentes*, 21 de abril de 1885, página 4, com o título de Joaquim José da Silva Xavier — O Tiradentes.

Elle sim!... Quando, nas trevas,
 Todos curvaram a fronte,
 Divisou lá no horizonte
 Doce esperança—uma luz...
 E quiz carregar, ousado,
 Da liberdade o Atlante,
 Sobre os hombros de gigante,
 A terra de Santa Cruz.

Qu'importa alli succumbisse,
 No cadafalso maldito
 E da independencia o grito
 Morresse nos labios seus?
 Qu'importa a morte affrontosa
 Si no cadaver gelado
 Pelo Brazil refalhado
 Choveram bençãos dos céos?

Insensatos! derramaram
 Esse sangue generoso
 Neste solo venenoso
 Nos tempos de escravidão!
 Cahio no chão ás golphadas,
 Forão bemditas sementes?
 De sangue do Tira-Dentes
 Brotou-nos a salvação.

Pensei que o idolo santo,
 Que adorassemos agora,
 Do homem fosse que, outr'ora,
 A humanidade chorou!
 Hoje percebo—assombrado!—
 Que a maldição fulminada
 Contra essa fronte elevada
 Té o futuro chegou!

Hoje o Brazil se ajoelha,
 E se ajoelha contricto,
 Ante a massa de granito
 Do primeiro imperador!
 Não molde ninguem, no bronze,
 O valente dos valentes,
 A sombra do Tira-dentes,
 Esse braço redemptor!

Não precisa de uma estatua!..
 Nós o vemos radiante
 Numa aureola brilhante
 De liberdade e de fé!...
 Sobre a taboa ensanguentado,
 Triste, pallido, calado,
 Frio espectro do passado,
 No pelourinho de pé.

Da terra que conserva em seu leito gelado
 Aquelles que romperam os élos do grilhão;
 Que guarda o sangue ardente á patria derramado
 E as lagrimas de colera em dias de afflicção.

Da terra em que se deu martyrio glorioso
 E aos raios desta luz, por fim se libertou,
 Surgir um dia deve um vulto portentoso
 Mas este, é um bronze vil que a côrte alevantou.

810806 *Ultimatum*

Brazil immenso gigante,
Erguei o braço, tridente,
Lembrae ao throno vaidoso
D'este hemispherio ridente.
Que o povo ha muito, na ancia,
Reclama desde a infancia
A liberdade sem ter,
E, em onda enorme assolando
Ao Sul, ao Norte, bradando,
Não quer mais tempo perder.

Do azul sereno do espaço
Luzeiro rasga as entranhas,
Constellação luz flammeja
Em doudás lavas, tamanhas,
Que o povo pasmo, aturdido,
Pelo signal, destimido,
N'uma vertigem de— Avante!
Como o leão esbraveja
Caindo vil na peleja
A monarchia infectante.

E voz, ó filhos brazilios,
Qual é o vosso ideal?
Em mil pedaços o sceptro
Que impede o vosso phanal;
Dos peitos fazer muralhas
De encontro as reaes metralhas,
Marchar, marchar animosos;)
E a causa nobre sublime,
Que defendeis vos redime
De tantos males damnosos.

E, como o mar se agitando,
A liberdade tambem,
E' como immenso pampeiro
Ao sul do norte, que vêm;
Do horisonte apontando
Ao rei d'America, assombrando,
Da *Tiradente* o sudario,
As multidões se exaltando
Em brados fortes clamando
Contra o regimen contrario.

Erguei a fronte altaneira,
O' povo d'esta nação!
E como as hostes francezas
Da *Marselheza* ao clarão;
Mandae o rei ataimado
Ao cadafalço elevado;
E o povo ufane-se, altivo,
Quando rolando por terra
O rei que o Brazil encerra,
E o dia... em gala, festivo.

Em ala... em ala... bradae!
Deixae passar este reu
De lesa-crença de um povo
Que fita os olhos no céu.
E o vento que, deliradas
Endechas solta, choradas,
Relembra o golpe profundo,
Que a patria um dia soffreu;
Que o brasileiro perdeu
O *Christo* do Novo mundo!

Rio, Agosto—1881.

Towivure. *O Futuro*. Rio de Janeiro. 6 agosto 1881. p. 3.

810815 Hecatombe

Aos mártires de 20 de outubro de 1823

A lugubre tragédia começava
 Com o profundo rugido do oceano,
 O céu tinha o vulto do tyrano
 Mandando degolar as multidões ;
 Como o Néro da Roma dos antigos
 Ria ao ver o sangue derramado
 Do j ovo n'uma forca levantado
 Sem ao menos se importar das maldições.

E o navio que nas ondas balouçava
 Era infelizmente brasileiro...

E trazia no porão em captiveiro
 Muito mais de duzentos campeões,
 Que trocavam o inferno pela vida,
 A morte preferiam á dura algema,
 Fazendo do martyrio um diadema,
 Das mortallas extensos pavilhões !....

Mas, pergunto eu, porque morriam
 Depois da independencia e da victoria ?
 — Não é possível se morrer com gloria
 Quando já não existe o que vencer.
 — E' que o santo amor da Liberdade,
 Que a corôa do martyr retempera,
 Fez do sangue vertido, a grande era
 Que o futuro jámais hade esquecer.

José O. Pereira de Mello. *O Paraense*. Rio de Janeiro. 15 agosto 1881. p. 8.

810815 Patroni

No pedestal do passado,
Lá no pico do infinito
Uma estatua de granito
Immorredoura lá está;
S'equilibrando nas nuvens,
Immenso condôr moderno
Um traço brilhante, eterno
Lá nas nuvens traçará.

Pisa com os pés nos Andes
E nas costas do oceano;
O gigante faz-se ufano,
S'embalando na amplidão:
D'aquelle ceu azulado,
D'aquella matta florida
Faz um povo que tem vida
Ao sôpro da abolição.

A Historia treme assustada
Por vêr ali triumphante
O Christo feito gigante
E o gigante feito Deus:
No cadinho das idéas
Faz elle a patria de bravos,
Acaba um mundo de escravos.
Une os nobres aos plebeus.

Quando um dia no futuro,
Ao sôpro da liberdade,
Resurgir a humanidade
Das chrysalidas de luz;
Quando o prélo e a tribuna
Acabarem co'os prostibulos
Transformando-se os patibulos
Nos grandes braços da Cruz;

Quando o povo soberano,
Reclamando seus direitos,
A' Patroni dêr os preitos
Como seu libertadôr:
O Pará, já n'esse tempo,
Terá muitos filhos grandes,
Mais elevados que os Andes,
Mais ativos que o condôr.

Ignacio de Moura. *O Paraense*. Rio de Janeiro. 15 agosto 1881. p. 8.

811123 Dá cá um abraço

Dai-me um abraço ilustre conselheiro
Que ama a Bahia
Dá-me um abraço bem apertadinho
Perdão se amarrotei-te o colarinho
Nos estos d'alegria.

Sem ti ninguém sabia que o abraço
Pode em tudo influir,
Vou fazer propaganda a tal respeito
Dá cá mais um abraço, dá com jeito
Não te ponhas a rir.

Tu és o chefe do partido novo
Avante, sim, senhor.
O partido que abraça o Zé povinho,
Traz quebrado constante o colarinho
Um abraço, doutor.

O Globo. Rio de Janeiro. 23 novembro 1881. p. 3.

811217 Canção

Minha terra tem empregos
 Melhores que os de pachá...
 Só os cobres qu'elles rendem,
 Dão p'ra tudo quanto há ;
 — Mas de todos o trabalho,
 Em obter-os é qu'está.

Minha terra é muito rica,
 Ha quem lhe encha o thesouro :
 O Governo... com emissões,
 O Povo com muito ouro ;
 Mas dos empregos que há,
 Tiram-lhe as rendas o couro...

Em scismar que dia e noite
 M'empenhando *um* não apanho,
 Passo a ser republicano,
 Pois assim muitos teem ganho
 — Empregos de bom quilate
 E bolas de bom tamanho.

E assim permitta Deos
 Qu'inda venha a ser ministro,
 Deputado ou senador ;
 Qu'inda tenha a de Christo,
 — Brazão, coupé, ordenança
 E seja nobre... está visto.

Rio, Dezembro 1881

François Seul. *O Aspirante*. Rio de Janeiro. 17 dezembro 1881. p. 4.

820302 A Quintino Bocaiuva

Ah! meu caro Quintino, a patria hoje soluça
 E sobre um mar de pranto e triste se debruça!
 Parece que a natura em lagrimas pungentes!
 Chora e lamenta assim os tristes innocentes.
 O Jardim da Infancia—á beira mar plantado.
 Está, oh! meu Quintino, em aguas sepultado
 Apenas a canôa do nosso Pai Martinho
 Salvou podre cebola deixada no vasilho!
 A noite desce lenta, a noite pavorosa,
 Sobre a Patria infeliz, a Patria lacrimosa,
 E apenas se divisa boiando, a esmo, á tóa
 Aqu ila funeraria, esqualida canôa
 Onde o *homem que ri*, o pobre limoneiro,
 Não pôde mais remar o treme do pampoiro
 Que córca o seu esquife, a sua sepultura,
 Naquelle mar de lodo desculpa-se a figura
 Enorme, colossal de cara mui raspada
 Mostrando estar a fresco, e a fresco bem pintada,
 Tem ponna, meu Quintino, não dêa nesse finado
 Tem compaixão do homem, do homem naufragado.
 Elle morreu, morreu, morreu no mar immenso
 Onde morreu tambem o seu infeliz censo.
 Os corvos esvoação em torno da carniça
 A alma do Martinho nos lymbos s'espreguiça.
 E convicta das culpas, de seu enorme erro
 Voa de campo a campo e vai de serro a serro
 Clamando em tom choroso: o mundo é muito máu.
 Eu fui o Frei Martinho, eu fui o baçalhau,
 Quiz governar, oh! sim, deixei logo as cêbolas
 E com umas idéas solentes, idéas trites, tolas,
 Fui batido por fim, por todos geralmente,
 E andei em um cortado, morrendo finalmente.

S.

O Sr. Martinho Campos

Este illustro estadista, que conta 71 annos de idade e está atrazado 200 em politica, está fazendo a mais triste figura que politico algum fez nesta terra.

Não sabe cousa alguma.

E por não saber não faz andar a canôa.

Pobre Brazil!

Pobre partido liberal!

Que figura fazem os seus companheiros de ministerio?

E' tempo de que se retirem do ministerio, para acabarem a farça, que á força de rir fará chorar.

Liberal.

S. O *Globo*. Rio de Janeiro. 2 mar. 1882. p. 3.

820310 Do eito ao Senado¹²

Na roça juiz de paz,
 Na roça vereador
 Na roça como doutor
 Na roça deu sofá e az,
 Na roça foi o primaz,
 Na roça nome criou.
 – Se a roça tanto o amou,
 Pergunto muito mansinho:
 – Porque diabo, Martinho
 – Na roça não se ficou?

Que felicidade para nós,
 Ai que ventura maldita
 Se o homem tivesse a dita
 De ficar entre os cipós,
 No meio de cegos nós.
 O país não se acharia!
 Feliz o negro seria
 Sem duras sovas de pau,
 Sem troncos e bacalhau.
 Vai para roça... Anda, cede,
 O povo todo te pede
 Martinho não sejas mau.

É meu amigo o Gaspar,
 O Motta não é de graça,
 Ninguém pode com chalaças
 Hoje em dia governar.
 Se a canoa soçobrar
 No meio d'este sussurro,
 Quem tem a culpa Casmurro?
 Tu somente; pois sabias
 Que o país, onde vivias,
 Caveira tinha de burro.

Veste pois o teu fraque
 De riscadinho azulado,
 Põe teu chapéu desabado
 E não te metas em fraque.
 Em burro que não empaque
 Monta, que este cenário
 Pode te ser um calvário!
 Vai p'ra roça marombista,
 Não nasceu para estadista
 Quem nasceu para vigário.

B. de Cebolas. *O Globo*. 19 março 1882. p. 3.

820330 Salta – Martinho¹³

Ou tem pancada na bola
 Este meu salta Martinho
 Ou trouxe lá de cebolas
 O vício de tomar vinhos;

Se vai neste caminho,
 Se continua no ócio
 Só vejo um remédio a dar:
 Que é mandá-lo amarrar
 E sacudi-lo no hospício.

O Globo. Rio de Janeiro. 30 março 1882. p. 3.

820421 A Cabeça de Tiradentes

DA idéa que engendrou pendia a sorte
 Da patria, a sorte a que ella avida aneia;
 Mas o musculo ferreo, o punho forte
 Comprime-lhe do despota a cadeia.

 Sella-lhe a morte os labios e os roxeia,
 E annuncia-lhe o largo e altivo porte....
 Morre esmagado pela grande idéa!
 Morre — e morrendo ixempta-se da morte!

E ao longe o Sol sanguineo e moribundo
 Banha-lhe o craneo, em cujo poste immundo
 Poisam grasnando as aves de rapina....

 Eis a historia immortal e grande d'essa
 Martyr, heroica e fulgida cabeça,
 Que o genio da gloria nos ensina.
 São Paulo.

Raimundo Corrêa. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1882. p. 8.

12 Este poema foi uma das reações às declarações de Martinho Campos desqualificando a atividade de jornalista e a imprensa.

13 Este poema foi uma das reações às declarações de Martinho Campos desqualificando a atividade de jornalista e a imprensa.

(Canto épico)

Libertas que sera tamen.
ALVARENGA PEIXOTO.

É DIA! — O sol já doura o alto cume
Do Itacolomi, gentil mancebo
Que o indio vira converte-se em pedra:
Cantando, a turba dos mineiros folga,
Distinguindo no fundo da batéa
O aureo metal, ou nos cercados leitões
Dos turbos ribeirões, que além se escapam,
Os diamantinos grãos, rivaes do prisma.

É dia! — **Ja la segue a caravana**
Dos reaes quintos — o suor dos povos —
Pelos ingremes trilhos tortuosos
Da serra altiva, que os cabeços ergue
Calvos, arrepiados — ou cingidos
De donosas palmeiras, como outr'ora
O selvagem buçal — senhor das selvas —
— Rei sem sabê-lo de um famoso imperio,
A fronte ornava de vistosas plumas!

É dia! — **De um azul bello e sem nódoa**
Se ostenta o céu; a natureza ri-se
Na pompa e gala das mimosas flôres,
Que effluvios perfumaes aos ares mandam:
Murmura a briza; o rio se espreguiça;
E as aves trinam canticos de amores:
Tudo é alegre, mas turbada e lugubre
Desperta a nobre filha das montanhas,
Fausto celeiro que engrandece Lysia.
Tem a faustosa côrte o seu celleiro
De diamantinos grãos, de grãos de ouro,
Cópia não vista de thesouro immenso,
Que as frotas annuaes ao reino levam,
Acendendo a cubiça em lusos peitos;
— Arcadia do Brazil, que afoita soube
Cantar de um povo escravo a liberdade,
— Mãi de heroes, que desterro estão soffrendo!

É dia! — **Sobre a praça vê-se um poste,**
E sobre elle hasteada uma cabeça;
Mirradas faces, moribundos olhos
Ainda vertem lagrimas de sangue;
Longos cabellos, mal encanecidos
Fluctuam, ao passar da triste briza,
Que geme, como um peito angustiado.

Jaz triste o povo. A mãi ao selo estreita
A innocente filha, que não ouse,

Pelas desertas ruas percorrendo,
Ir no poste fitar innoxias vistas;
Passando o viandante a fronte curva;
Leva na mente a prece, a dôr no peito,
As lagrimas nos olhos, n'alma a crença,
E a expressão, que expira á flôr dos labios:
« — Martyr da liberdade, eu te saúdo!... »

E o filho de Erin, que em duros ferros
Pagou seu pasmo por um novo imperio,
Brada em seu coração: — « Baldado exemplo!
Improficua lição da tyrannia!
Resurge da oppressão a liberdade...
Oh não se extingue o sangue do martyrio;
— Fecundo germen — phenix da vingança,
Produz por sobre a terra e herões pullulam!...
Remido o povo, adora o cadafalso,
Qual symbolo de fé, que ao céu se eleva! »

De quem era a cabeça? Se o selvagem,
Barbaro filho deusas brenhas rudes,
Aqui viesse, e suspendesse o passo,
Diria que arrancado havia sido
Á cabiçara, que contorna as tabas,
Onde em hasteas erguidas tambem tinha
Os craneos dos balentes inimigos,
Que devorára nos festins da morte!
Negreiros, Camarões, Henrique Dias
Jurariam ver nella a fronte exangue
Do traidor, que vendêra-se aos contrarios,
E aos estranhos abriu da patria as portas!

O sol, que a vira, resurgindo bello,
Pela primeira vez sobre este poste,
Torvo entre as sombras se sumiu do acaso

E sobre elle entornou a escura noite
O luto envolto nas nocturnas trevas;
Apenas sob a abobada celeste
Brilham da cruz as fulgidas estrellas;
É mudo tudo; as ruas são desertas,
E a villa, prostrada ante os altares,
Vota aos penates seus ardentes preces.

Do poste erguido um vulto se approxima;
Mysterioso envolve-o negro manto;
Desabado chapéo lhe cobre a fronte:
Pára; estremece; turva-se-lhe a mente,

E ao poste se apoiando, o poste abraça;
 Mas a hústea fatal se agita e treme;
 Rumoreja a cabeça; ave de agouro
 Sólta, voando, desusado grito.
 Breve a vertigem foi; o ánimo volta,
 E o vulto, a larga fronte descobrindo,
 Corre a dextra nas tranças, que lhe descem

Pelos occultos, torneados hombros;
 Cruza depois os braços; alça os olhos;
 E suspirando n'estas vozes rompe:

« — Eis a infame justiça, a vil vingança!
 — O opprobrio — a affronta á denodada villa,
 Que um momento pensou em liberdade!
 — Quitação da derrama não cobrada!...
 — Blasphemia atroz á obra de Deus vivo
 Que insulta um povo e a humanidade avilta;
 — Presente indigno — galardão cobarde —
 Do régio tribunal, da atroz alçada!...
 Oh! maldição aos vis, que a patria offendem!
 Gloria ao martyr! Benção sobre o seu nome! »
 Calou-se. A brisa perpassando geme
 Nos longos pinheirões dos ermos valles;
 E a ave de agouro esvoaçou de novo,
 Soltando tristes, agoureiros pios.

E o vulto proseguiu:

« — Eu sei que um martyr
 No patíbulo expliou o amor da patria;
 Que outros em vil desterro a morte affrontam
 Nos areas de inhospitos desertos;
 Porém não sei ao certo... Dá-se acaso?
 Talvez... póde bem ser... de horror me gélo!
 Frio tremor me cõa pelos ossos...

« Ai! me sinto morrer... mas a incerteza...
 Oh! a incerteza me envenena a vida...
 Como sem elle viverel no mundo!
 Viuvo o coração de amor tão puro
 Findar-se-ha nas ancias da saudade,
 Na aridez do pezar que me confrange;
 Em vão a mente reproduz em sonhos
 Quanto fruí sem saciar meu peito,
 — Volcão que em chammas abrazou-se outr'ora,
 E hoje sem erupção se extingue, acaba!
 O que vale a lembrança do passado?
 O que gozei e gozarei ainda
 Que pague o que hoje soffro?... Ave mesquinha,
 Encontro o caçador e não o amante;
 Vejo o ninho boiando sobre as agoas
 Da cheia immensa que inda inunda os campos,
 Sinto a tormenta e não descubro o Iris,
 Que magestoso liga o céu á terra! »

Calou-se. A brisa perpassando geme,
 Nos longos pinheirões dos ermos valles;
 E a ave de agouro esvoaçou de novo,
 Soltando tristes, agoureiros pios.

E o vulto proseguiu:

« — Quem quer que sejas,
 Oh! porque não te animas n'este instante?
 Oh! porque não me vês e não me fallas?
 Ah! Dize se és quem penso — duvidosa —
 Animo tenho, escuda-me a coragem;
 Inda uma vez... um só signal me basta;
 Faze tremer a hústea que sustem-te,
 Ou rumoreja com o passar das auras...
 Falla no pio d'ave dos agouros,
 Com suas azas roça-me esta fronte...
 Ou invisível, qual da morte o espectro,
 Toca-me as fibras que estremeça eu toda...
 Animo tenho... em paga desse gozo
 Nos frios labios te darei um beijo...

Sim, beijarei a fronte onde brilhava
 Da patria independencia o pensamento...
 E onde o estro borbulhando, ardendo
 N'esse delirio, que arroubava as almas,
 Vertia em cantos amorosos sonhos!
 E onde eu vivia qual risonha imagem
 De amor, de graça, de belleza e encanto;
 Idéa fixa, a que jámais mesclou-se
 Alguma idéa que não fosse a amante! »
 Calou-se. A brisa perpassando geme
 Nos longos pinheirões dos ermos valles;
 E a ave de agouro esvoaçou de novo,
 Soltando tristes, agoureiros pios.

E o vulto proseguiu:

« — Dourado sonho
 De meu porvir de amor esvaeceu-se;
 Bem te dizia: « Apressa-te! Vem cedo!
 « Que esperas? Que te falta? Uma licença!
 « Dous annos já lá vão!... » Ah! bem sabias
 Como eram lentas da saudade as horas...
 Longo tempo esperei, louca de amores...
 Vi depois enlutar-se a minha vida...
 — O meu véo nupcial ennegrecer-se,
 — Não servir o vestido que bordavas,
 — Apagar-se o altar de nossos votos,
 — O thalamo de amor cahir por terra,
 — E da nossa união fugir o ensejo:
 Vi-te perdido... na traição envolto...
 E busquei te salvar... Ah! não te lembras
 Do vulto que a deshoras te dizia:
 « — Foge, evita a prisão, os teus avisa! »

E rapido, qual raio, se perdia
 Pelas trevas da noite? Nem pensavas
 Que abysmo immenso se cavava e abria
 Sob os teus pés!... Ai! surdo não me ouviste;
 Eu em vão te esperei; — contigo iria...
 Para onde? Onde amor nos desse um thalamo,
 E o abençoasse Deus. Mentiu a musa
 Prazeres pastoris — frutos campestres,
 — Poeticas ficções — sonhos da vida,
 — Enganos d'alma, que jámais voltaram!
 Dêsse-me ella hoje a choça amiga
 Com seu tecto de colmo e frescas agoas,
 Verdes collinas contornando os campos,
 E o gado errando ao frémito saudoso
 Da frauta que o pastor meigo soprasse,
 Satisfeito de si, nunca queixoso
 De mim, ingenua companheira sua! »

Calou-se. A briza perpassando geme
 Nos longos pinheirões dos ermos valles;
 E a ave de agouro esvoaçou de novo,
 Soltando tristes agoureiros pios.

E o vulto proseguia... mas distante
 Córa da noite o vaporoso seio
 Incerta luz, que a medo bruxolêa...
 Já mais distincta a vê... um vulto a segue!
 Quem será que, como elle, assim se occulta,
 Não em manto, que imita a densa treva,
 Porém em brancas desusadas roupas?
 Alva mortalha o veste, qual espectro
 De um justificado... Alampada funérea,
 Que traz a dextra, lugubre derrama
 Clarão sinistro, pallido, qual astro
 Que a luz reflecte de cinéreas campas...
 Quem será? D'onde vem? O que pretende?
 Toma o chapéo, afasta-se, procura
 Ver quem é, indagar o que alli busca.
 O vulto se approxima. Oh! é um velho
 De venerando aspecto e grave passo!
 As longas cans descendo se confundem
 No largo peito com as espessas barbas;
 Acha brilhante de afiado gume
 Contém a sestra mão, á cincta um gladio;
 Pensativo no gesto, chega, pára;
 Mede com a vista o poste; e suspirando,
 Assim exclama merencorio e triste:

— « Cesse a vergonha atroz, a affronta cesse!

Não mais o opprobrio sobre a patria pése!
 Não mais de insulto esta cabeça sirva
 Á nossa dôr, aos filhos desta terra!

Sim, ó meu filho, vem dormir tranquillo
 No seio de tua mãe, em chão de mortos,
 Onde a cruz do Senhor seus braços abre,
 Até que um dia a patria livre seja,
 E, novo imperio de Romanos novos,
 Tua grata memoria rivindique!
 Deus te condemnará, justiça humana,
 A assembléa dos justos presidindo,
 Coroado de gloria! A sua dextra
 As obras pesará, não uma idéa,
 Não uma causa, que não teve effeito,
 Que tentativa nem chamar-se póde!
 Em Deus confio: — a humanidade um dia
 Liberta a venda arrancará do erro,
 E sancta lei de amor e de igualdade
 O Evangelho será dos povos digna. »
 Diz, ergue a acha, e o golpe descarrega;
 O poste treme como leve setta,
 Que vai cravar-se a um tronco; convulsivo
 Gyra o trophéo da morte, que o corôa.
 E novo e ousado e mais seguro golpe
 Desfecha o velho. O poste estala, tomba,
 Palpitando no chão. Salta a cabeça
 E cahe, e rola até o negro vulto,
 Que se ajoelha, a apanha, a abraça, a beija.
 Suspende o velho a alampada; caminha,
 Volteando curvo, tateando incerto
 O frio chão, que mal a luz aclara,
 Quando uma voz mysteriosa e doce
 Lhe diz: « — O que é que indagas? O que buscas?
 A cabeça talvez de... »

« Tiradentes
 (Lhe brada o velho com accento austero)

Dá-m'a si a tens; seu pai eu sou, e devo
 Cumprir de piedade um acto digno! »
 — « Toma, nobre ancião, e leva e dá-lhe
 Logar entre os que jazem, que não seja
 Affronta para nós, como esse poste,
 Aqui alçado, qual ingente braço,
 Ao céu erguido a alardear um crime;
 Até agora pensei — incerta — vaga —
 Que era de outrem... »

« Bem sei (lhe torna o velho,
 As vistas lhe cravando com malicia,
 Lendo nos olhos seus, talvez, seu nome!)
 De algum bardo de amor... que eternisasse
 N'essas tão bellas e sabidas lyras,
 Uma certa belleza... e mais ditoso
 Fosse... que ao menos lhe coubesse o exilio,
 Em que a esperanza sempre alenta a vida,
 E com a idéa da patria nos affaga. »

O vulto respirou; — depois seguiram
 Ambos por longos trilhos, caminhando
 Silenciosos, como errantes sombras,
 Ao pallido clarão da triste lampada,
 Té que pararam juncto de uma ermida;
 Cedeu do velho a porta ao leve impulso,
 Sob os gonzos rangendo, e entraram ambos.

Ao romper d'alva, ao toque d'alvorada,
 De Villa-Rica as torres resoaram...
 Aos sons funéreos, tristes e pesados,
 Do merencorio toque da agonia,
 Desperta a villa de pavor tranzida;
 Vê-se por terra o poste — sem cabeça...
 Um não-sei-que de lédo alegre os peitos...
 Um sorriso maligno trahe as faces
 Do povo, que enche a envilecida praça...
 Ha quem diga que viu pela alta noite
 Um padre negro — um justicado d'alva!
 Fazem-se indagações... mysterio é tudo!

J. Norberto*. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1882. pp. 6-8.

* “Correspondendo ao nosso convite, enviou-nos este trabalho o autor, que o extraiu de sua coleção *Cantos Épicos*, cuja edição se acha esgotada. (Nota do Colecionador.)” (Nota no original).

820421 A Liberdade

PARA os reis sou espectro; esses Tarquínios
 não querem ver se levantar de novo
 de Brutus a figura,
 não querem ver — Olympica estatura —
 Graccho se erguer a defender o povo;
 temem-me o braço audaz, que empunha a espada,
 do direito a bandeira desfaldada!

São os meus olhos sãos; aos patriotas
 a enorme senda apontão da justiça,
 o caminho da luz
 que ao progresso eminente hoje conduz
 a França, heroica sempre em toda liça,
 que é berço de Balsac e Victor Hugo,
 que sacudiu da monarchia o jugo.

Rendem-me preito os Ciceros modernos;
 domino com imperio as multidões;
 com meu porte arrogante,
 plena de impavidez, eu passo ovante
 entre o fumo e o ribombo dos canhões;
 vencedora invencível das batalhas,
 não me resistem balas e muralhas!

Jesus — o doce amigo das creanças —
 foi meu adorador, e o sangue puro
 no Golgotha cahido
 transformou-se em clarão alvorecido,
 para indicar-me a estancia do futuro,
 em que eu devia abrir á humanidade
 a vereda do bem e da verdade.

Tenho commigo um grito de revolta
 quando o povo esmagar tentão os Neros;
 — amparo do direito,
 não conheço o assombro; em largo pleito,
 sei calcar sob os pés esses corbóros,
 e, quando em nome do direito brado,
 em cada cidadão tenho um soldado!

Mas depois do triumpho amo os vencidos
 o exclamo como Milton muribundo:
 « eis ali minha aurora! »
 ao ver que o sol da vida me avigora
 e em claridades se equilibra o mundo,
 quando rôda veloz, omnipotente,
 o carro do progresso resplendente.

Sou deusa; a eternidade me acompanha
 e faz-me triumphante em toda a lucta;
 me anima um guia audaz:
 a justiça, que tece o ninho á paz,

o os gemidos de dor attenta escuta,
 e onde ha escravidão ali me lança
 armada de heroísmo e de pujança.

De polo a polo eu tenho mil altares;
 exalção-me as nações: a patria immensa
 de Lincoln é um exemplo...

ali... não é um altar — eu tenho um templo
 de estructura ideal, e a nave extensa
 tem visto ajoelhado — soberano —
 em honra minha o povo americano!

Eu sou o guia, a inspiração dos grandes:
 homem que suba a Pantheon da gloria

eu conduzo nos hombros,
 arrasando da inveja os grandes combros;
 pelo caminho esplendido da historia;
 e em chegando ao cabo da viagem
 eu á vida immortal dou-lho passagem!

.....

Eis ahí, Tiradentes, rebrilhando,
 o portico soberbo da morada
 dos vultos immortaes ...
 Matarão-vos por mim os canibaes!...
 Entrae, entrae!... É finda a caminhada!
 Sois gloria perennal da humanidade,
 ouvi a grande voz da LIBERDADE!!

820421 Ao Tiradentes

MORRESTE: era preciso. A velha tyrannia
no peito popular as cóleras afia,
cravando nos heróes os dentes sensuaes,..
não vendo que do sangue esplendido das victimas
cada globulo gera insurreições legitimas
e que has de resurgir ao *côro dos punhaes!*

Antonio Figueira. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 abril 1882. p. 2.

820421 A Tiradentes

SATURNO colossal, a eterna Liberdade
se nutre dos Titans, do sangue dos valentes;
mas ás vezes, ao surgir do nova claridade,
do sangue brota luz, renascem Tiradentes!

Ernesto Sena. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 abril 1882. p. 2.

820421 Joaquim Silvério

(Inconfidência)

I

NÓS estamos no fim do século passado.

Estava prompta a mina e o fio preparado,
Chammejava o morrão, ia lavar o incendio!
Voariam ao ceo — o Roubo, o Villipendio,
E o Despotismo atroz! das faces do Equador,
Seria limpa a sombra e a BANDEIRA-MAIOR
Seria alli firmada em santa calmaria!
As paixões, o oceano, a rija ventania,
Crises, revoluções, tempestades, rugidos,
Iriam derramar o canto dos vencidos

Aos pés da grande Lei — que diz salvação publica
Trabalho e rectidão — a Biblia da Republica!

Ja subir no ar a columna inflamada
Sarjar profundamente a cupula pesada
Os largos paredões da feia atmosphera!
Ja o homem cortar a garganta da fera!
Ja ver a creança o sol americano!
Ja sentir a mão o peso soberano
Que tinha sobre o seio — a responsabilidade
Do homem do futuro; e a mão da Liberdade
Ja apontar a estrada ao caminhar dos moços,

Guia, conselho e luz!

Os infimos destroços
Dos erros e do Crime haviam, sepultados
Pelo verbo do Bem, batidos, condemnados,
Ficar da terra ao fundo, iam subir á tona
Os elementos bons, purificar-se a zóna!
E o Brazil rebentando os ferros bragantinos
Ja tornar-se um povo, o deus de seus destinos
Estender á União os braços musculosos,
Dizer: «somos irmãos, os titães poderosos
Dessa moderna esphera, as novas legiões,
Do Trabalho e da Paz! seremos tradições!»
Estava prompta a mina e o fio preparado...
Tiradentes — enorme, esplendido, inspirado —
Tinha o facho na mão e meditava a hora...

Depois de tanta noite ia raiar a aurora!

De subito cahio em cima do gigante
O punho da Violencia, hedionda, espumante,
E o archote rolára apagado na terra!
Dos abutres do rei a garra vil se enterra
No corpo da Justiça ao chão apunhalada!

Quem seria o traidor?

Ninguem o vê na estrada.

Mas teve quem o visse, e a Historia o conheceu
Foi buscal-o da sombra e algema o infame reu...
Um bandido a fugir suspenso pela gola,
Vestio-lhe do delicto a negra camisola
E o trouxe ao tribunal

II

Ao século presente!

Oh! da-me Juvenal, tua penna inclemente!
Oh! inspira-me, Dante, em face d'esso Judas,
Da-me d'essa Justiça as laminas agudas!
Nas iras immortaes accende este organismo!
Tenho em frente de mim exhalações do alysmo!
Uma cousa immoral feita de sangue e lama,
Do envenenado ar que as molestias derrama,
D'essa espuma fatal que a hydrophobia lança,
Da treva da Cilada e d'atroz alliança
D'Avaresa e da Inveja e dos maiores crimes!
Oh! Tacito, m'inflamma em coleras sublimes!
Quero fazer rolar dos tunnels da Vergonha
Essa lembrança infame á lagõa medonha
Da eterna execração da Vida Universal
A peste que surgio do chão colonial!

Vêde quanto é maldicta essa memoria horrenda!
Embora o sol do século a claridade estenda —
Mals negreja o perfil d'essa traição sem nome!

Ela um traço geral:

Da metropole a fomo

Desejava no pasto a carne fresca e pura!
Ao roubo se seguira o fogo da tortura,
Incapaz de pensar, creára a escravidão,
Tirara fructo e flor e o sangue ardente o são
Iria temperar membros quasi sem vida!
Chega Joaquim Silvério, uma alma apodrecida
Nas cavernas do Mal e diz:

«Achei um centro:

Alli ha sangue bom, ha uns homens lá dentro,
Fallam de Liberdade, um grito criminoso!
Tiradentes — o chefe!»

Horrendo, monstruoso,

Se erriça o bestial, selvagem Barbacena
Dá saltos de panthera, abre as presas de hyena,

Mata a sêde infernal no sangue immaculado!

Se existes Jehovah! — dá-me o raio sagrado
Quero a fronte marcar d'esse Joaquim Silvério,
D'essa base immoral em que se funda o Imperio!

A Historia o assignalou:

A Verdade castiga-o,

A Justiça o condemna, a Indignação fustiga-o
A Honra o esbofetela e a Liberdade santa
Aponta-o como exemplo ás raças que levanta.

820421 Tarpeia e Capitólio

A memória de Tiradentes

LUTAS, decepções, miserias, morte,
Foram-lhe sombras na vital carreira;
Entretanto cingia uma bandeira
Do crepúsculo e de luz, brilhante norte!
Louco, pensou vencer negra cohorte,
Ferreá prendendo a terra brasileira...
Quanta esperança límpida, fagueira,
Em maguas transformou a dura sorte?!
Pagou tamanho arrejo. A alma serena
Sorriu do cadafalso; ... a grande ideia
Na própria forca tacteava o solio.
O tempo vingará a injusta pena,
E no mesmo lugar da vil--Tarpeia,
O futuro ha de erguer-lhe o--Capitollu.

A. L. do Bomsucesso. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 21 Abril 1882. p. 4.

820517 Hino a Tiradentes

Salve, salve, inelyto martyr.
Resplandescente pharol!
Da aurora da liberdade
Foste o sangrento arrebol.

Em soberbos monumentos
Grave a mão da patria historia
—Maldição á teus algozes,
Ao teu nome eterna gloria.

A tua cabeça heroica
Sobre vil poste hasteada
—LIBERDADE—Independencia
Até hoje inda nos brada.

Em soberbos monumentos
Grave a mão da patria historia
—Maldição á teus algozes,
Ao teu nome eterna gloria.

De teu mutilado corpo
Os membros esquartejados
Foram echos rugidores
Aos quatro ventos lançados.

Em soberbos monumentos
Grave a mão da patria historia
—Maldição á teus algozes,
Ao teu nome eterna gloria.

De teu sangue generoso,
Esta terra rociada
Fez brotar da independencia
A semente abençoada.

Em soberbos monumentos
Grave a mão da patria historia
—Maldição á teus algozes,
Ao teu nome eterna gloria.

Esse sangue derramado
Pelo brutal despotismo
Foi da patria brasileira
O sacrosanto baptismo.

Em soberbos monumentos
Grave a mão da patria historia
—Maldição á teus algozes
Ao teu nome eterno gloria.

Desde então á tyrannia
O ferreo braço esmorece,
E o formoso sol dos livres
No horisonte resplandece.

Em soberbos monumentos
Grave a mão da patria historia
—Maldição a teus algozes
Ao teu nome eterna gloria.

B. Guimarães. *O Relâmpago*. Rio de Janeiro. 17 Maio 1882. p. 1.

820606 Vitória à Natividade¹⁴

Um *inglês* da Inglaterra
Namorou o *Frei Martinho*!...
E casaram-se à capucha!...
Coronel foi o padrinho!

Oh! Que *inglês danado* este!...
Mas que *Martinho finório*!...
Fizeram do *bom Maneco*
Celebrante do *casório*!...

Bacalhau do Peixe Frito. *O Globo*. 6 junho 1882. p. 3.

14 Publicado integralmente nas edições dos dias 6 e 7 de junho de 1882.

820608 A lei é uma pulha¹⁵

Um conselheiro da guerra
Que no Senado se encosta
Disse: “é pena que esta lei
Me force a largar a pasta!
Mal qual lei nem qual Cabaça
Como tenho bons padrinhos
Mando a lei plantar batatas
Vou correr dois carrinhos!”

Matto Grosso. *O Globo*. Rio de Janeiro. 8 junho 1882. p. 3.

15 Publicado integralmente nas edições dos dias 8, 9 e 10 de junho de 1882.

820612 Mote a premio¹⁶

Um inglez da Inglaterra.
 Namorou frei *Martinho*.
 E casaram-se à capucha
Coronel foi o padrinho
 Oh! que Inglez damnado este!
 Mas que *Martinho* snorio
 Fizaram do bom mundo
 Celebrante do casorio.

GLOZA

Um inglez da Inglaterra
 Canção da fria patria
 Veio alavantar a borra
 Dentro o fóca da cidade.
 Protendendo lha doassem
 « *Victoria d Natividade* »
 Disparou o seu revolver:
 Levando um tiro nos tampos
Martinho da Silva Campos.

Namorou a frei *Martinho*
 O caso ouveo da outr'ora;
 O Inglez desfaz-se em risos,
 Suspira, medita o chora.
Martinho ronda-se a amor
 E se declara coacto!
 E o Inglez desesperado
 Metteu n'um canudo anjo
Manoel Alves de Araujo!

E casaram-se à capucha!
 Nessas bodas so lomicas
 Brillharam milhões de estrellas
Pulgram jóias artisticas.
 E irado pelo abandono,
 Carpindo eumes trôdos
 Ossegante, exhaysto o triste
 Morreu, qual um mono, em scena
Affonso Moreira Penna...

Coronel foi o padrinho
 Na festança que ideou-no!
 Houve na esma thabaida
 Muito vinho e muito doce.

Mas, a um canto, cromurchado,
 Seismando nas inconstancias,
 Suspirava brandamente
 — Heróo de proezas tantas—
Rodolpho da Souza Dantas.

Oh! que Inglez damnado este!

Proferir logo o *Martinho*,
 Quando oia nima encontraria
 Tanta ternura e carinho!
 Mas deixa estar, o insulto,
 Vela pelos daherdados!
 Assim resmungava, ao lado,
 Recostado n'um sofá
Felippe Franco da Sd.

Mas que *Martinho* snorio!
 Raspa n tola a vida os pellos,
 Sonhando trazer ainda
 Flôr de lara uji a s cabellos!
 Tambem vou raspar-me, espera!
 E ad, riméem jubiloso,
 N'um paraiso de houris
 Respigando a ideal safra
O Manoel da Silva Mafra

Fizaram do bom mundo
 Padre á força o celebrante!
 Mas que de extremos de affecto
 Não guarda a noiva ao amante!
 Eu sirvo de sachristão
 Curvado ao peso das honras.
 Hei-de preparar o thalamo
 Dizendo: quem lova a tocha
 Sou eu: — *Carneiro da Rocha!*

(Celebrante do casorio
 salguo o auto das bôlas
 Mas hei de lavar um tento
 Contra estas façanhas todas:
 Ahi está: na cama impura
 Vou progar em placa de ouro
 este distico assombroso
 este terrivel latroeiro:
Ministerio ceboleiro!!

Um que há de contar a história. *O Globo*. Rio de Janeiro. 12 junho 1882. p. 4

16 O mote foi publicado como poema n'O *Globo*, na edição de 6 de junho de 1882, página 3, com o título de *Vitória à Natividade* (ver 820606 *Vitória à Natividade*)

820617 Cebola

I

Dom Pedro, veja o Martinho
 Não beba o rio da «Prata»!
 Pegue-lhe pelo burrinho,
 Dom Pedro, veja o Martinho!
 Elle é hoje seu vizinho,
 Mas não ata, nem desata:
 Dom Pedro, veja o Martinho
 Não beba o rio da «Prata»!

II

Olhe! Elle é muito travesso,
 Faz de uma cebola bala!
 Quando á negrada põe preço...
 Olhe! Elle é muito travesso!
 Não acha nenhum tropeço
 Quando em pasta se acavalla!
 Olhe! Elle é muito travesso,
 Faz de uma cebola bala!

III

Sendo o Gaspar, esse «guasca»,
 Quem o traz a largo trote,
 Não poudo arrancar-lhe a casca,
 Sendo o Gaspar, esse «guasca»!
 Em vez de pasta diz—tasca,
 E em vez de canda — «bote»!
 Sendo o Gaspar—esse «guasca»,
 Quem o traz a largo trote!

IV

Parece o bispo Lacerda,
 Salpicador de agua benta!
 De cara raspada e lerdada,
 Parece o bispo Lacerda!
 Tem sempre uma phrase esquerda,
 E uma pitada á vonta...
 Parece o bispo Lacerda,
 Salpicador de agua benta!

V

Dom Pedro! Toma cautela!
 Cautela co' este magano!
 Com quem mascara a fivela
 Dom Pedro! Toma cautela!
 Elle, mexendo a panella,
 Logra até um guarda urbano!
 Dom Pedro! Toma cautela!
 Cautela co' este magano!

15 de Junho de 1882.

B. S.

(1433)

(Da Gazeta do Povo, de S. Paulo).

820815 Ao 15 de agosto

A briosia Província do Pará

Poesia recitada no dia 15 de agosto de 1881 na primeira sessão solene comemorativa da
Independência do Pará.

I

Vê-se lá do céu da plaga extensa
Um ponto luminoso a rebrilhar...
E' o sol, que rasgando a nuvem densa,
Vem a vista na terra mergulhar...

Elle vem assistir a festa santa,
Em que a terra sorri, palpita e canta!...

Uma deusa risonha desce ovante
Das azues regiões do firmamento...
Entre espheras de luz vem deslumbrante.
Apontando o futuro ao pensamento!...

Essa deusa que vem da immensidade,
E que eleva as nações—é a Liberdade!

Exulta a natureza, o céu delira.
Saudando a Liberdade no arrebol...
A deusa olha em redor, córa e suspira.
—Tinha visto o amante, que era o sol!—

A Liberdade preside á festa ingente,
Dando o braço a seu noivo—o sol ardente!..

II

Então os montes se elevão
Para abraçar a amplidão!
E os rios buscão os mares
Para apertar-lhes a mão!
Depois de rir-se na praia,
A vaga ao longe desmaia
Do mar na vasta extensão!

E riem-se os firmamentos.
E os mundos todos além!
E Deus do throno celeste
Applauda a festa também!

E' que a deusa Liberdade
E' filha da Divindade!
Nasceu como Christo em Belem!

São os seus filhos augustos
Que dão ao povo um porvir!
Seus nomes são os estímulos
Das gerações que hão de vir!
São elles que o despotismo
Combatem com heroismo
Nas lutas do progredir!

Quando a França se estorceia
No mar da revolução,
Um filho da Liberdade
Tinha o nome de Dantão;
Seu cadaver ultrajado
Tem o seu nome vingado
Na memoria da nação.

Como na França de outr'ora,
Nós temos nossos heróes;
Tambem são filhos da deusa
Derão a vida por nós;
Da immortalidade no templo,
Servem de fulgido exemplo
Os nomes desses avós!

E quando o povo ergue os hymnos,
Que repercutem além,
Para escutar os de perto
Os anjos de longe vem!...
E Deus lá da eternidade
Aponta a posteridade
E bate palmas também!...

Rio de Janeiro, 15 de Agosto de 1881.

J. B. do Carmo Leal. *O Paraense*. Rio de Janeiro. 15 agosto 1882. p. 6.

820815 Aos Mártires

Altanados ! Gigantes ! eis que os vejo
Além, na immensidade a se librar !
No semblante um sorrir que lhes invejo,
Meigos, à Patria sempre a abençoar.

E a santa mão da Deusa das victorias,
Profuza a Derramar luz refulgente,
Prenhe de aureolas mil de tantas glorias,
Circunda-lhes a fronte altiva, ingente !

Estranhas vozes lá da Eternidade,
Retumbando do espaço n'amplidão,
Aos Quatro Ventos bradou — Liberdade ! —

E os Quatro Ventos repetindo vão
O mesmo brado que a moderna idade
Traduz : «Pará ! maldize escravidão !...»

A. O Paraense. Rio de Janeiro. 15 agosto 1882. p. 7.

820815 Aos paranaenses

Mansamente reclinada
Sobre a linda Guajará,
Do Norte a princeza altiva
Affronta os mundos de lá.
D'aquelle seio gigante
Genios surgem como Dante,
Resplandescentes, quaes sóes.
São seus filhos, sua gloria,
Cujos nomes sobre a historia
Sella'am feitos heroes.

Vibra, pois, meu Alaúde,
Um canto por tua vez,
Em respeitosa homenagem
Aos vultos de vinte trez,
Essa cohorte de bravos
Que ao duro jugo de ignavos
A patria soube arrancar :
Carneiro, Campos, Aranhas,
Patroni... glorias tamanhas
Que não se pode olvidar !

E essa lista de guerreiros,
Que a patria ergueram do pó,
Mais tarde inseriu o nome
Do Leão de Itororó !
A sua fronte elevada,
Qual montanha alcantilada,
Cingira o louro immortal,
Ao bradar aos artilheiros :
« Vede ! Vede, oh brasileiros,
Como morre um general ! »

Mas que resta dos Valentes ?
Que resta da multidão
Que tinha escripto no peito :
— Não ha mais escravidão ? ! —
Que resta d'essa victoria,
Com tantos nomes de gloria,
Escriptos na immensidade ?
— Uma patria libertada,
D'ouro e genios adornada,
Onde campeia a igualdade. —

Foi hoje, 15 de Agosto,
Que essa filha do Brazil
Aos ventos da Liberdade
O brado alçou senhoril.
E o mar das plagas extensas
Faz partir vagas immensas
A levar esse echo além
Emquanto o ceo tão formoso
Abraça terno, amcroso,
A sua amada Belem.

Para saudar este dia
Sobe a fera no alcantil,
E as verde-negras ramagens
Se adornão de flores mil.
E as aves, lá das alturas :
E o jaguar, nas espessuras
Que não se encontrão por cá :
E os gentios nas florestas,
Em riso e brincos de festas,
Saudão-te hoje, oh Pará !

E tu, princeza do Norte,
Que ostentas tanto esplendor,
Em teu throno de verduras,
Sob o docel do Equador,
Tu, que em teu seio mimoso
Esse Amazonas brioso
Dorme sempre em pleno Abril;
Ergues-te hoje ao Universo
Bradando : « Eu sou o progresso !
Sou o porvir do Brazil ! !

A F. Alberto Patroni

« O' valentes ! tapae as vossas lagrimas
 « Com o punho das espadas!
 Nós damos a saudade o que é do tempo...
 ... Depois *avante* ! os astros não se extinguem !
 Ha céos e espaços novos !
 Enterre-se o Passado, com piedade,
 Mas o olhar... no Futuro! »
 Anthero do Quental (Odes Modernas).

I

Lá fóra as ovações voejavam nos ares.
 Ao norte um povo irmão, de pé sobre o oceano,
 Saudava a Liberdade e olhava – soberano,
 A seus pés o Bretão, dominador dos mares !

Como um sacarsmo aqui, o valido spartano
 Essas vozes ouviu. Os ardidos cantares
 Echoaram lhe n'alma e ess'alma de Romano
 Livre sonhou então a terra dos palmares.

Sorriu-lhe uma esperança, um pensamento novo !
 Como o oxigeneo é para o que vive e sente,
 A liberdade é para o nativo povo...

Relampejou-lhe o olhar de mystico vidente
 Irrompeu-lhe do peito, o olhar fito no povo,
 Um grito de revolta, energico, valente.

II

A AUDIENCIA DE EL-REI

« Taes foram os avós... »

F. Leal (Reflexos e Penumbas).

Se me occorre o seu nome exulto e me commovo...
 Da metropole gemia a patria á gargalheira
 Vidente elle sonhára um robusto renôvo
 Ver nascer e medrar na terra brazileira...

Elle orava ante o Rei, de frente sobranceira,
 Corporisava então o espirito de um povo,
 A aspiração febril de uma raça altaneira :
 Levita, elle pregava o pensamento novo.—

Vibrava em sua vóz o accento firme e rude
 Do severo Catão deffendendo a virtude
 Do propheta pregando a maldição do Céu,

O rei era elle então : augusta magestade
 Circundava-lhe a frente : a aureola da verdade.
 Era elle o Juiz e D. João 6.º o réo.

S. Paulo, 15 de Agosto de 1882

820815 Liberdade

Poeta, como tu canto a deidade
 Por quem tua alma a tua musa incita
 Como tu, por amor a liberdade
 Também meu livre coração palpita.

GOMES DE AMORIM

Como todos os poetas,
 também canto a liberdade.
 Livre sempre, desde o berço,
 sinto n'alma a immensidade
 d'esta palavra infinita.
 Meu ser inteiro se agita,
 meu coração se consome
 nas pyras do entusiasmo,
 ao ouvir, cheio de pasmo,
 hosannas mil em seu nome!

Eia, pois, oh Lyra minha!
 Reveste-te hoje de gala,
 e vem, pela vez primeira,
 apresentar-te na sala
 onde borbulha o festim!
 Este delirio sem fim
 mais fogo e estro dar-te-ha:
 que os hymnos que aqui resoam,
 e a liberdade que entoam
 são lá do nosso—Pará!!—

Lá, na patria dos palmares
 um dia o tyranno entrou.
 Em tudo lança os olhares
 e a si tudo avassalou.
 Os seus labios sequiosos
 esboçam maliciosos
 do despótico um sorriso.
 E o que era então—Paraizo—,
 a terra da—Liberdade—,
 foi humilhada, abatida:
 ficou logo convertida
 em terra da—Impiedade—.

Toda a natura magoada
 Despe o manto da poesia
 ao ver-se vilmente atada
 ao poste da tyrannia.
 De lucto cobre-se tudo...
 Tudo é triste, quedo, mudo...
 Perde a floresta a verdura;
 perde o favonio a frescura;
 perde o sol seu brilho intenso;
 só protesta a voz austera
 da tempestade, que impera
 no seio do espaço immenso.

Naquellas matas umbrosas,
 n'aquella flóra opulenta,
 penetram mãos orgulhosas,
 e o ferro tudo arreventa.

As magestosas palmeiras,
 o gigantesco angely'
 o tão preciso humery...
 tudo cae sob o machado,
 Nem mais a baunilha crescee,
 nem o molongó floresce:
 é tudo sacrificado.

Contempla o Indio pasmado
 de um ente estranho o furor.
 Porem, nunca acostumado
 aos mandos de um tal senhor,
 corre *tacape* e á *taquára*.
 ata a *aljava*, se prepara,
 e abre combates renhidos.
 Mas não affeito a estampidos,
 do fuzil, vae resolutto
 lá nas brenhas se occultar,
 deixando a choca ficar
 ao invasor absoluto.

Mas quem a opulência encerra,
 quem nasceu p'r'as cousas grandes,
 não olha nunca p'ra terra,
 só sabe fitar os Andes.

Assim a gentil escrava,
 gerando em si gente brava,
 quebra os afrontosos laços
 que arroxavam-lhe os braços.

E em sangue banhando o rosto,
 banha essa injuria de outr'ora,
 e vê raiar livre a aurora
 do dia 15 de Agosto!

De bravos foi um punhado
 senhor de tanto heroismo.
 Foi-lhe ás mãos estrangulado
 esse brutal despotismo.
 Fizeram todos façanhas
 tão estupendas, tamanhas,
 que até mesmo o sol que as vio
 de amedrontado fugiu,
 E, á noite, cáem de rojão
 as—Quinas—la do estrangeiro,
 enquanto sóbe altaneiro
 o auriverde—Pavilhão!!

Oh terra dos esplendores!
 oh minha terra encantada!
 Vestida de mil fulgores,
 de mil thesouros ornada:
 sorrindo-se descuidosa
 ao espalhar-se vaidosa
 nas aguas do Guajará:
 eu te saúdo, oh Pará,
 com toda tua magestade!
 Salve, oh patria dos palmares!
 Salve, oh terra dos pomares!!
 Salve, em ti, a Liberdade!!!

Côrte.

ALEXANDRE.

821001 A Lopes Trovão¹⁷

Adeus, o' luctador dos arraiaes ingentes
Da santa liberdade! heroico e sempre altivo!
Tu deste ao nosso povo immenso e redivivo
O sublime ideal do grande Tiradentes!

Possa a divina França, a mãe da humanidade
Medir o teu talento enorme e o teu valor,
E ver-te assim subir, subir como um condor
Aos paramos azues do Céu da liberdade.

Adeus! seja-te a Idéa a esteira luminosa
Que te ilumine o mar; a crença grandiosa
Que tens no coração, tão viva e tão accessa

Da grande Deusa ardente, aquella que te guia,
Que te fará vibrar enormemente um dia,
No Céu da tua patria a—santa Marselhesa.

ERNESTO SENNA

Elle foi como a luz— atravessou o espaço...
Elle—o espaço infinito e elle mais modesto
Queria ter da patria um vivo manifesto
Do seu amor de mãe n'um brado, nu'm abraço.

E o teve... nós aqui o demonstramos bem...
Que a inercia não existe à voz da—liberdade...
Nós somos o futuro—a crente mocidade!
E quem nos tolherá? Jamais, jamais, ninguém!

Somos parte tambem do craneo da nação,
Reflectir é viver! E' grande o pensamento
Que nos chama ao trabalho—o sol da redempção;

Salve batalhador! A patria é quem vos falla,
E agora vos erige um grande monumento
No coração do povo—a voz que não se cala!

FRANKLIN GUEDES

Talento vigoroso, robusta illustração,
senhor de um Ideal, senhor de uma só Crença,
dos cimios da Tribuna aos pélagos da Imprensa
atira aos quatro ventos a voz da redempção.
E o Povo, a'Sphinge viva voltada p'ra o porvir,
cancado de enlevar-se, cançado de applaudir,
ergueu-lhe um sanctuario no altar do coração.

AUGUSTO FABREGAS

Brando vento te leve, ó craneo ardente,
As plagas ibernaes da Europa velha
Onde lavra comtudo, incandescente,
Da liberdade a divinal scintella.

No seio d'essa França altiva e crente,
Que á cor azul nivéla a cor vermelha,
Ou da rude Albion que intransigente,
As conquistas do Sec'lo vê de esguelha.

Ao sopro do aquilão, ao frio norte,
Possas tu relaver perdido alento
Para es te corpo, que é de uma alma forte!

Mas na esphéa de luz e movimento,
Por mais que o brilho, te agigante o porte,
Não se esqueça de nós o teu talento!

RODOLPHO PAIXÃO

Eu que o vi assomar em meio á praça publica,
no povo inoculando o sangue da República,
com a calma viril da frente dos atheus;
no instante em que abandona o bello céu da patria,
peço-lhe, como sempre, extreme-a, idolatre-a,

em nome do Porvir nego-lhe o meu adeus.

ANTONIO FIGUEIRA

O Combate. Rio de Janeiro. 1 outubro 1882. p. 3.

830421 [Sem título]

SALTOU da Encyclopédia a idéa santa
 Dos direitos do povo a eternidade,
 Prodigiosa e bõa tempestade
 Que pelas eras cresce e se adianta :

Já não encontra bases para a planta
 O *direito divino* — a impiedade ;
 E, na pelle dos reis a Liberdade
 Aponta a lepra que á Moral espanta :

Jaz nuamente esclarecida a esphera ;
 E um povo americano jaz vendado
 E reconhece o mal que o desespera !

O' Tiradentes, santo assassinado !
 A realza o sangue teu bebera,
 E o teu supplicio inda não foi vingado !

Mathias Carvalho. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1883. p. 7.

830421 Tiradentes [1]

21 de abril de 1792 – 21 janeiro de 1793

QUANDO elle appareceu calmo e sombrio
 Reflectindo na fronte os dissabores,
 Envolto em uma aureola de pallores,
 Como um deus taciturno, mudo e frio ;

Um povo escravizado e em desvario
 Via da praça em meio dos horrores
 Erguer-se um cadafalso e em seus furores
 Cuspír ás faces de um paiz sem brio.

Quando Maria, a douda, cruelmente
 Mandou que Tiradentes fosse em breve
 Assassinado fria e *régicamente*

Deu-se um contraste que ninguem descreve :
 Em Pariz se atirava *burguezmente*
 A cabeça de um rei no chão da *Grève*.

Euclides Freitas. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 abril 1883. p. 5.

I

UM grande criminoso, um terrível bandido
 Applica, á meia noite, o cauteloso ouvido...
 É profundo o silencio ao lar do cidadão!
 Passa á bôca da fêra a horrenda crisperação
 De um riso de alegria, e a bestial pupilla
 Reflecte as perversões do craneo de um gorilla!

O crime é um professor. Espera friamente
 Seja applicada a lei de um código demente;
 E quando um condemnado é posto porta-fôra,
 Diz o crime:

« Pois bem! chegou a minha hora...
 Tenho as armas na mão, arme-se o regimento.
 É campo largo a treva, aguarde-se o momento...
 Teremos a victoria em nossas posições! »
 E alli o saltador engaja as legiões!
 De um salto vence, esmaga, e o passo triumphante
 Assenta ao coração do povo agonisante.

Eis a origem cruel dos reis, das dynastias!
 Agita a escuridão as cortinas sombrias,
 Sacode á claridade as serras da poeira,
 E enquanto fecha o povo os olhos na cegueira,
 Silva um laço no ar... o estrangulador!

Sagrado, coroado, um rei ou imperador,
 Da noite para o dia apparece na terra!
 Em toda a parte lavra a tyrannia — a guerra!
 A paz é uma tormenta, um pesadelo, o espectro
 Que aterrorisa a espada e empallidece o sceptro!
 A calma não convém! devassidão ou morte!
 A galé um é principio; e a unha do mais forte
 Enterra-se no corpo anemico das massas!

Cantam religiões dilacerando as raças,
 E sobre tudo isso a corvejar o imposto —
 Esgota a vida humana e lhe golpêa o rosto!
 Da calma se levanta um valente adversario
 Que faz voar em fumo o panno do scenario
 Rubras decorações da peça condemnada...
 É da Razão a luz, a lamina sagrada!
 E a calma se perturba e o vicio escreve o Exodo,
 Saltam jorros de lama em face ao mundo todo.

II

Dos laços infernaes a convulsão espherica
 — Interpondo o oceano — acautelara a America;
 Mas, a Cobiça estende o braço envenenado
 E foi o Novo Mundo aos peitos arpoado!
 Levantando a cabeça apóz um largo somno,
 Sentio que o esmagava uma avalanche — o throno!

E o Amazonas cortara a troça dos piratas,
 Dos bandidos a foice as seculares mattas!
 E então vinham d'além as ordens successivas...
 A flora, o mineral, todas as forças vivas,
 Deviam carregar os galeões — abysmos
 D'el-rei, nosso senhor!

Atrozes despotismos
 Iam lavrando o curso, as bases do poder...
 Ao pobre já faltava o pão para comer...
 O pão era do rei e o ar era do rei!
 Batia ao operario o latego da lei —
 Confiscando o trabalho e duplicando o imposto!
 De Gessler o chapeo cahia sobre o rosto
 Do latrocinio erguido aos altos da Justiça,
 Aos lampejos febris dos olhos da Cobiça!
 Ao homem annullava o cortezão; e á porta
 Da familia se via a inscripção: *é morta*
 A honra, ordem d'el-rei!

O cidadão — em guarda,
 Podia ao assassino apontar a espingarda?
 E qual seria o jury, o tribunal solemne,
 Que sustasse do Crime a correria infrene?!
 Um facto unicamente: o chão se espedaçasse
 E a Verdade cahida, emfim, resuscitasse!
 E o povo levantando o grito poderoso
 Atirasse por terra o peso angustioso;
 E, tomando o Direito o passo natural,
 Auxiliasse a obra, o bem universal!

III

Foi n'isto em que pensaste, ó grande Tiradentes!
 Tu sabias, leão, quaes eram as serpentes
 Que haviam de saltar-te ao passo accidentado;
 Mas, não tremeste nunca! e o vulto agigantado
 Tu ergueste tão alto em frente ao preconceito
 Que a propria Inconfidencia achou-se espaço estreito
 Para em si concentrar tua alma grandiosa!
 Aos companheiros teus a sombra caprichosa
 Tristemente desceu, e te deixou na luz...
 Poz-te em frente do sol os largos hombros nús!

 Depois.....

IV

... Por toda parte as salvas, as cornetas...
 Fugiram do horisonte as grandes nuvens pretas,
 Bebera a monarchia um ar mais confortavel;
 Mas não vio sobre si erguida, formidavel,
 Uma espada, a cortar-lhe a fronte soberana,
 No braço colossal da liberdade humana!

830525 Ao Imperador

Este governo, iniquo, prepotente,
Esmaga aos pés a Lei, sacrificando
Do povo o bem estar ;
O seu poder transforma em tyrania ;
E faz da patria que lhe deu o mando
Inmundo lupanar !

(* *)

Senhor ! o povo indignado
De tamanha atrocidade,
Desperta ; e em massa reclama
A perdida liberdade !
Por toda a parte do Imperio
Contra o iniquo ministerio
Bradão mil vozes, Senhor !
Soou o solemne instante,
De despertar o gigante
Do seu profundo torpor !

No horisonte do futuro
Transparece nova luz ;
E' a liberdade que surge
Aos filhos da Santa Cruz !
E' o phanal vaidoso,
Que ao brasileiro brioso
Vem o porvir acclarar ;
E' esta deusa adorada,
Anciosamente esperada
Que a todos vem nivellar !

E vós Senhor ! um monarcha
Tão illustrado e bondoso,
Vedaes aos vossos vassallos
Um destino glorioso !
Fechaes os olhos as dôres,
Os ouvidos aos clamores
Dos filhos des...
E não vos lembraes, Senhor :
Que antes do Imperador
Vós deveis ser nosso irmão ?

Não vos lembraes que esta patria
Outr'ora livre e feliz,
Hoje sob a prepotencia
Curva humilhada a cerviz ? !

Que esses torpes mercadores
Do poder, aduladores,
Que ante vós se vão prostrar,
Com revoltante cynismo
Cavão-lhe fundo o abysmo
Onde ella vai baqueiar ? !

Não attentaes que o Brazil
Esta patria de leões,
Hoje córa envergonhado
Ante o olhar de outras Nações ?
E mais ! não vedes tambem,
Que esta terra filhos tem,
Que inda se podem unir !
Que a Brasileira Nação
E' um dormente volcão,
Que ainda póde erupir ? !

Senhor ! Senhor ! inda é tempo !
A nossa patria salvai !
De sobre o vosso aureo throno
O olhar em torno lançai !
Vêde este povo que geme !
Vêde este povo que treme
De justa indignação !
Dai o exemplo da igualdade !
Dai ao povo liberdade !
Sêde Rei mas sêde irmão !

Expurgai vosso governo
D'esses vermes que o corroem ;
D'esses abutres famintos,
Que a liberdade destroem !
Expulsai os embusteiros
E vereis os Brasileiros
Vosso nome abençoarem ;
E vereis da patria os filhos,
P'r'augmento dos vossos brilhos
A vida sacrificarem !

831009 Agonia da Época¹⁸

I

Vejo passar-me nos pés a água fremente¹⁹
 Em largo espaço – um pavoroso rio;
 Vem do alto descendo,²⁰ o alto é sombrio
 O trono – o gerador desta serpente:

E o rio é fundo e caprichosamente
 Estende as margens, a correr²¹ bravio;
 Temer²² de horror a Probidade e o Brio
 E o trabalho atirados na corrente!

Vejo as águas cercando tenebrosas²³
 Ilha pequena, aonde desterrada
 A pátria existe; e as águas furiosas

Irão a ilha transformar em nada!
 Presa do trono às garras²⁴ sanguinosas
 A pátria vai aos poucos devorada!

Mathias Carvalho. *O Intransigente*. Rio de Janeiro. 9 outubro 1883. p. 3.

18 Poema republicado sem o título no *Tiradentes* em 21 de abril de 1884, na página 3. As notas seguintes indicam as diferenças identificadas entre essa primeira publicação e a de 1884.

19 “fervente”.

20 “correndo”.

21 “rugidor,”.

22 “Tremem”.

23 “temerosas”

24 “unhas”.

840226 Está tudo suspenso

Ponhamos tudo na rua
 A poder de vassourada,
 Basta já de falcatrua
 Ponhamos tudo na rua ;
 D'este recinto se exclua
 Esta gente escangalhada,
 Ponhamos tudo na rua
 A poder de vassourada.

O Maciel furibundo
 Brande a vassoura a valer,
 Vereador infecundo
 O Maciel furibundo,
 E' um Municipal de fundo
 E' um ministro, tem poder,
 O Maciel furibundo
 Brande a vassoura a valer.

Mas lá fóra os Pachydermes
 Dão couces de toda sorte,
 De arrancar couro, epiderme
 Mas lá fóra os pachydermes.
 Embora estejam inermes
 Querem reentrar com transporte,
 Mas lá fóra os pachydermes
 Dão couces de toda sorte.

Vergonhas da nossa terra,
 O' Camara Municipal,
 Vereadores encerra
 Vergonhas de nossa terra,
 Essa gente sempre em guerra
 Sem direito e sem moral,
 Vergonhas da nossa terra,
 O' Camara Municipal.

A... *O Bambino*. Rio de Janeiro. 26 fevereiro 1884. p. 3.

840325 Ao Ceará [2]

Vaes subindo a montanha, ó multidão espuria
 Ides descendo, ó reis, o valle da penuria...
Pensa emfim, ganha emfim, mais um palmo ao porvir
 O povo, a cujo brado ha-de o sceptro cahir.

Hontem perante uns vis, lorpas indifferentes,
 Fallecia na forca o altivo Tiradentes,
 E em vez da Liberdade, o lucido sendal,
 Envolveu a nação o manto imperial.

O Brazil tem vivido olhando um cataclysmo:
 O clero é tempestade, a escravidão—abysmo,
 Que ha de tragar sorrindo o patrio coração,
 Se o foco se extinguir ao astro—abolição.

Felizmente, Ceará, ergueste os fortes braços:
 Anda um novo fulgor inundando os espa ços
 Em teu solo jámais cahirá do escravo o suor,
 Bem mereces a luz dos astros do Equador!

Com a jangada entregue a filhos exemplares,
 Mostraste possuir “verdes, bravios mares”
 Onde sómente póde a idéa honesta e sã
 Viajar sonhando sempre a aurora do amanhã.

Eu sei: o triste Sul in da em seu seio encerra
 O anathema cruel que lhe fecunda a terra,
 E que aqui, mais que a honra, o nacional valor,
 Fallam á populaça as vozes do *Senhor*.

Comtudo, o teu exemplo é tão nobre, eloquente,
 Que bate no meu peito o enthusiasmo ardente
 Em uma pulsação mais fecunda, febril,
 Que a seiva que alimenta a terra do Brazil.

Mas onde achar um som, proprio do renome?...
 — Para commemorar, ó Ceará, teu nome,
 Fôra preciso qu'em orchestras ideaes,
 Cantassem numa voz os astros immortaes!

Carlos Reimar. *O Acarape*. Rio de Janeiro. 25 março 1884. p. 2.

840421 Soneto

A vós que á liberdade devotado
 Seus fóros sustentaes em nobre empenho,
 E que — da escravidão jugo ferrenho
 Combateis sempre firme e denodado :

A vós, cujo character elevado,
 Illustre Ottoni, eu admirado tenho,
 Dedico do meu debil, tosco enguho
 Esse fructo mesquinho e acanhado :

Em Minas, do Brazil luzente estrella,
 Tambem me coube de nascer a gloria,
 Tambem vel-a feliz meu peito anhêla :

Por isso de seus filhos na memoria
 Gravar desejo a pagina mais bella
 E mais brilhante da brazilia historia !

Candido José da Mota. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1884. p. 6.

840421 [Sem título 2]

O Dia é nosso e a realza o sente :
 Vê justiceiro o pulso da vingança !
 Se em contorsões e furia o passo avança,
 Recua ao fogo de muralha ardente.

E' condemnada ; e se covardemente
 Vier treguas pedir á nossa lança,
 De Tiradentes a sagrada herança
 Da-nos a força, a replica valente :

Não és a Patria ; e a honra nos inflamma
 Para quebrar-te as garras de assassina !
 Somos a Patria que arrojaste á lama !

Somos a America ! a esplendida officina
 Do Novo Mundo Federal nos chama !
 Foste a *traição* ! terás a contramina !

Mathias Carvalho. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1884. p. 8.

840421 Tiradentes

Oh patria! recebe o meu sacrificio.

(ULTIMAS PALAVRAS DE TIRADENTES.)

Quando, no surdo ulular da «Loba soberana»,
Transfigurado Heróe! --- Cordeiro immaculado! ---
A fronte altiva, altivo o olhar, foste arrojado
Da tripode fatal na luz meridiana;

Tu, que tinhas na mente a Patria Americana,
Tendo no coração aquelle amor sagrado,
Com que beijaste a mão do algoz... por ter salvado
Do vilipendio os «reos da Inconfidencia Humana»:

Ao ferir-te no espaço a subita agonia,
Teu coração altruista o que é que sentiria?
De que estranha visão se encheu o teu calvario?

Não sei! Mas diz o Povo — o eterno visionario —
Qu'inda hoje «assombrando» oscilla o teu sudario
Entre a noite do escravo e o sol do grande dia...

Rio, 27 de Archimedes (Plutarcho) de 96 (21 de Abril
de 1831).

Generino dos Santos. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1884. p. 4.

840907 Sete de Setembro

Deus a poesia deu, por alvo a pátria.

A. Herculano

Desde o dia majestoso, que ressumbra
A esperança da glória sobre um povo;
Sacudiu o Brasil, gigante novo,
O jugo do poder, qu'além se obumbra!

Avante! Gerações!... segui à penumbra!
Oh!... Santa Liberdade! eu bem te louvo!
Germina em adusto tronco inda o renovo!
Do rubor celipotente a luz deslumbra!

Perplexo o leão, lá na floresta,
Da caverna contemplou na soledade
Os hinos festivos da [ilegível]ante festa!

Do espaço resvalou a potestade
Trazendo uma coroa na sua destra,
E lançou-a aos heróis da Liberdade....

Evangelista Figueiró. *Echo Popular*. Rio de Janeiro. 07 setembro 1884. p. 3.

840907 Sete de Setembro [2]

Acorda povo de heróis, desperta em festival;
Mira o céu da pátria e vê lá no horizonte
Como o sol nos arrebóis da fresca aurora
Traz de luz resplendente ornada a fronte!

As cadeias que teus pulsos magoavam
Quebraram-se ao raiar deste almo dia;
Ergue os olhos, bendiz a tua estrela
Que mudou em prazer tua agonia!

Brasil, és livre, sê grande e piedoso!
Da senda do progresso segue o norte
Extingue em teu seio a escravidão
Que teu brilho será ainda mais forte!

Um povo que ama a Deus, à liberdade,
Que compõe-se de heróis, fiéis e bravos,
Será somente grande e venturoso
Quando tornar em livres os seus escravos.

Amelia Cordeiro. *Echo Popular*. Rio de Janeiro. 07 setembro 1884. p. 3.

850421 Silva Xavier

**Assim foi açulada a inconfidencia
Contra ti, por estranha tyranniã ;
Assim foi que bateste a incoherencia
Da lei, que throno e mando entregue havia
A uma douda ; como se a demencia,
O acaso, o impudor devesse um dia
Reger povos, domar a liberdade,
O direito affrontar, e a nova idade.**

(*Riachuelo*. CANTO III.—Est. LXXXI).

Luiz José Pereira da Silva. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1885. p. 8.

850421 Tiradentes

ERAM trevas. No céo americano
Nem a luz de um relampago passava ;
Era a immutavel—negra cor de um panno.

Tempestade cruel em furia brava
Insultava, febril, aos elementos...
E a náó—Brasil nas trevas navegava !

“ Luz ao Norte ! alteae os pensamentos !

“ O jugo saccudi d'essa desgraça !

“ As forças ensaiae ! param os ventos !

“ Meus amigos, valor ” ! E um vulto abraça

Os tripolantes, tremulos de espanto...

E no céo brasileiro um raio passa !

E Tiradentes, que era elle ! tanto

Trabalha e lucta por chegar ao porto...

E a patria altiva, suffocando o pranto,

Aponta aos filhos—o gigante... morto !

(*Rhythmos*, 1875 a 80.)

Mathias Carvalho. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1885. p. 3.

850421 V

N OSSO filho — o Tiradentes,
 Por elles matado foi;
 Nossas lagrimas ardentes
 Não dizem quanto isto dóe.

Sua cabeça sagrada
 Era nossa, elle sonhou
 Nosso destino e, assustada,
 A realeza o matou.

E com elle trabalharam
 Muitos homens de saber,
 E poetas se alistaram
 N'essa lucta do dever.

Foram todos condemnados
 Por um decreto exemplar,
 Quasi todos desterrados
 Longe da patria acabar.

P'ra Lisboa remetteram
 Quatro ou cinco e nunca mais
 Novas aqui se souberam,
 E foram dos principaes.

Um tal Silverio dos Reis
 Foi quem os denunciou,
 E a tyrannia lhe fez
 Graça que inda não findou.

Muita gente que inda agora
 Governa o nosso paiz
 É d'essa origem traidora —
 Ramo d'aquella raiz.

*

Mataram o Tiradentes
 No dia 21 de Abril;
 E d'esse dia as sementes
 Vão seccando no Brasil.

Por toda parte houve flores,
 Foi um dia festival,
 Houve salvas e tambores
 Pela justiça real.

Elle foi um criminoso,
 Quiz aos tyrannos vencer,
 É o seu nome grandioso
 Todos tratam de esquecer.

Mathias Carvalho.

(Fragmento das *Trovas Modernas.*)

850907 Sete de Setembro²⁵

I

Silencio foliões !...

Essa alegria é um crime !

O Sete de Setembro a vil mentira exprime ;

E' a data miseranda em que grosseira farça

— Independencia ou Morte — appareceu na praça,

Ao rufo do tambor, ao toque do clarim !

O povo estremeceu !

E' que tocava o fim

Da velha escravidão e a nova começava !

Do grande Xavier a plebe se lembrava :

Não era morto ainda aquelle grande exemplo

Que no Brazil tentou erguer augusto templo !

II

Não ouvis rebebar o som da artilheria ?...

São risos infernaes do tigre Monarchia

Por ter calcado aos pés a aspiração de um povo ;

Por ter creado um Rei no vasto mundo novo !

D'ahi foi que saltou a fera Corrupção,

Rugindo ferozmente em contorções estranhas,

As fauces estendendo ao peito da Nação !

Chegaram até nós aquellas grandes sanhas

Do monstro que sangrou e sangra a Liberdade,

Fazendo-a padecer essas maguas tamanhas !

III

Não é justo folgar quando a nação arqueja !

Não vêdes que braveja

Um poder infernal que quer a Escravidão ? !

Não vêdes que já falta o escurecido pão ? !

Que o thesouro se esgota,

Que vamos encontrar além a bancarrota ?

Vamos, é reflectir nas grandes ameaças

Que pesam sobre nós !

Abandonai as praças,

E' tempo de pensar nas cousas do paiz ;

Seja cada um de vós imparcial juiz.

Comparai o Brazil ao Norte-americano...

Não vêdes seu commercio augmentar em cada anno,

Progredir a lavoura em mãos de boa gente,

Que vai achar aili risonha, alegremente,

Uma segunda mãe ? !

Esse paiz de bravos

E' forte e grandioso... e nós somos escravos !

As Artes padem pão e a Industria esfarrapada,

Anda por ahi atôa em busca de pouxada ;

Dá golpes na Lavoura o torpe Esclavagismo,

Procurando lançar a Patria n'um abysmo ;

O Commercio enfraquece : a Fraude dá-lhe botes,

O Credito vacilla aos golpes dos calotes ;

E tudo vai assim na grande innundação,

Do rio caudaloso — a nossa corrupção ;

E quando tudo soffre e tudo se desloca,

O povo brasileiro aquella data evoca ? !

Não ! felizmente não ! As festas d'este dia

Não pertencem ao Povo e sim á Monarchia !

Já Sei Já Sei. Rio de Janeiro. 7 setembro 1885. p. 1.

851018 Denúncia à História

Eis ahí quando um homem se levanta
 Acceso em grandes coleras e desce
 O olhar, para prender pela garganta
 Um monstro que na sombra avulta e cresce,
 E pretende sahir da furna escura
 P'ra luz da vida que nos esclarece !
 Eu me refiro ao homem que procura
 Marchar do Bem na progressiva escala,
 E cujos odios—são virtude pura,
 Quando o Mal sobe a um throno, estruge e falla.

I
 O Escravagismo / eil-o, de novo plano,
 Correndo, insaciavel, sobre a ossada
 Do pobre *escravo*, em solo americano !
 Monstro horrivel, com a fronte carregada
 De longos crimes, maldições legitimas,
 Salta dos lares, vem tomar a estrada !
 Não basta a morte em solidões maritimas,
 Não basta o seio maternal da terra
 Banhado em sangue de milhões de victimas !
 Quanta ferocidade um tigre encerra
 Lhe inflamma as veias, vae cahir no passo
 Do Bem que move-lhe implacavel guerra !
 E, preparado o bando, armas ao braço,
 Entra na caça e vae batendo o matto,
 De tiro prompto e preparado laço.
 E do Espirito Santo o patronato
 Protege e paga soberanamente
 Esses carrascos do immoral contracto !
 Que desgraça no seculo presente !
 Essa provincia, uma das mais pequenas,
 Tem a esphera maior—horrendamente
 Toda manchada de vermelhas scenas !

Guerrilha infame e feros caçadores !
 Justificaes a aspiração moderna
 De uma guerrilha atroz contra os *senhores* !
 Tivesse o escravo una scentella interna,
 Rebentára um pharol na intensidade :
 —Vida por vida—é grande lei eterna !
 Pode vir sobre mim a tempestade !
 Hei de zurzir essa bastarda raça
 Que vem dos antros da perversidade !
 Que os laços mais sagrados despedaça,
 Que esmaga os homens e que arregimenta
 Para os que fogem monsturosa caça.
 E n'essa lucta bestial, sangrenta,
 Os seus *irmãos* e *pais* prendem, trituram,
 Que o proprio sangue as forças lhe aviventa !
 Quando os dias da patria se amarguram
 Por delictos cruéis accumulados
 Sobre a sua cabeça e que perduram ;
 Quando ella tem seus membros amarrados
 Põe-lhe uma dynastia o pé na frente —
 Firmada em legiões de renegados,
 Mas uma sombra — toma-lhe o horisonte !

Parece que nós vamos lentamente
 Descendo da miseria a encosta negra
 No sentimento do que é bom sómente !
 Patriotico sol não nos alegra !
 Males que a Europa deita — porta-fóra —
 São nosso guia, e invariavel regra !
 Não vem do estranho a voz dominadora :
 Expellido da terra onde nascera
 E vira, livre, a inicial aurora,
 Dos filhos d'esta terra se apodera
 Com o ouro ganho por baixezas varias
 E, poderoso, sobre nós impera !

Brazileiros de fibras sanguinarias;
 Seguindo esses exemplos dolorosos,
 Vão tratando os irmãos como alimarias !
 Têm mundo á parte, multidão de gosos
 Na torpe exploração que os alimenta,
 Planejando os projectos criminosos
 Que no Espirito Santo a lei sustenta !
 Restauração das epochas sombrias,
 Do peito humano as noites de tormenta.
 Synthese das maiores cobardias !
 Da força imperial vão protegidos
 Bater campos e mattas, serranias,
 Para algemar os pobres foragidos
 Do castigo diario e que não devem
 Fugir das *leis* para que são nascidos !
 Naturezas assim não se descrevem !
 As cores falliam e traço não me ajuda
 Para pintar os *homens* que se atrevem
 A enfrentar da Justiça a lança aguda,
 Que não respeita Vedas e Evangelho
 Com que o bandido o peito negro escuda !
 Vê-se lá fóra esse clarão vermelho !
 E parece surgir de todo canto —
 Uma pergunta : « Os crimes d'esse velho ?
 D'esse rapaz ? D'essa mulher em pranto ?
 D'essa creança ? No Brazil — que terra ! »
 E o horror, o asco, o desespero, o espanto,
 Sobre esta Patria — o epilogo da guerra !

II

Governadores sem patriotismo
 Filhos — da corrupção do velho mundo —
 Que se chama entre nós — o monarchismo,
 Que somente sabeis cortar a fundo
 Nos sagrados direitos populares
 E amaes o crime de que sois oriundo ;
 Sois uma raça indigna d'estes ares,
 De vos banhar a luz americana,
 D'estas riquezas vastas, singulares !
 Lincoln traçára a fórma soberana
 Por que devera se reger a America
 N'essa questão de — liberdade humana.

E a lucta abriu n'uma explosão colerica
 Um abysmo aos pés da geração impura
 Que alli rolou, na execração generica !
 Houve uma crise, mas a mancha escura
 Sahio da frente da União, que avança
 Desassombrada — á viação futura !
 E' santa a crise se com ella alcança
 Entrar uma nação na humanidade,
 Limpa das culpas da maldita herança
 D'essa doutrina justa a immensidade
 Espanta o grupo que entre nós domina,
 Que nasceo da Mentira e na Maldade.
 Fazem a agiotagem pequenina
 De seos deveres com o escravisado !
 Fazem lei — sobre lei — mais assassina,
 E tudo feito... ao imperial agrado,
 Mas, aonde ? em que furna se pretendem
 Esses malvados esconder da historia ?
 Elles que tudo prostituem, vendem ?
 Perde-se em labyrinthos a memoria :
 Para marcar-lhes um logar exacto
 Tem de fazer melonha trajectoria !
 Ha de chegar a um lago putrefacto
 D'onde surgem molestias que anniquillam
 A quem lhes chegue doseuidoso o olfacto.
 Raios e maldições alli fusilam ;
 E os amigos do Bem, que vão passando,
 Para outro ponto seo olhar exilam.
 Eternos hão de alli viver chorando
 Um olhar compassivo e o seo tormento
 Somente acabará n'um dia — quando
 O Planeta ficar sem movimento.

O Constituinte. Rio de Janeiro. 18 outubro 1885. p. 8.

Ao cidadão Mello

I

Villa Rica resomna, extenuada, ao luar.
 Como ossuario enorme, a casaria algente,
 Phantastica, se estira em dobras de serpente.
 Ladra um cão solitario a abandonado lar.

Frio orvalho hybernal peneira docemente
 Nas franças do arvoredado, e se ouve suspirar
 Na brisa, de Dirceu a lyrica sem par,
 De seu amor narrando a historia commovente.

Mas, nisto, o plenilunio, em ondas, bate em cheio
 N'alto poste infamante, erguido sobre ruinas
 Onde geme uma «sombra» em doloroso anseio...

E a cabeça, a agitar-se ás contracções fibrinas,
 « Que noite infinda! » impreca « a aurora inda não veio ?
 « Mineiros! onde estão as legiões de Minas?

II

« Bem sei que não virão ! Bem sei que a tyrannia,
 « Ferreo guante espalmando, ardendo em febre de ouro,
 « Suffocou-as de vez no opprobrio e no desdouro...
 « Bem sei que não virão com o sol do grande dia !

« Eu as vejo sem fé, servindo a monarchia
 « Como jungidos bois, com medo ao matadouro...
 « — Parasitas do erario e imigas do pellouro...
 « Ah! como a corrupção engendra a covardia!

« Outr'ora, quando o chão da Patria livremente
 « Com meu sangue reguei; e quando um sonho ardente
 « De independencia armava os fervidos brazis...

« Eu as vi guerreando em batalhões cerrados
 « Contra as hostes reaes: e... que é dos meus soldados ?
 « De compoem-se em vida os Lazaros servis!

III

« No entanto, esta paixão fatal da liberdade
 « Que eleva a semi-deus heroico conjurado,
 « Um dia ha-de irromper do seio ensanguentado
 « Desta Patria infeliz, que hoje o estrangeiro invade.

« Um dia ha-de reinar plenissima igualdade
 « Entre o nobre e o plebeo, o livre e o escravizado,
 « Quando—ainda que tarde—houver-se realisado
 « O meu sonho ideal de sã fraternidade.

« E então, Silveriô... e então... será, misero Judas!
 « Que symbolisas bem a instituição que escudas,
 « O teu beijo traidor—signal de redempção. »

Calou-se a voz.—Dormia em Villa Rica tudo.
 A “sombra” se esvaio. Foi-se o luar. E mudo...
 — Mudo e negro era o céu—“da côr da escravidão”.

Generino dos Santos. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1886. p. 6.

860421 A Liberdade

Fragmento do poemeto “Riel”

Quando agitado em commoções tremendas
 O povo se levanta,
 Marcha em caminho das reaes vivendas,
 A Liberdade canta

Na frente ella caminha e o braço empunha
 As armas do Direito,
 Tem as glorias de autora e testemunha
 N'esse espantoso pleito.

Ve, julga e dá sentenças sem appello ;
 Sómente tudo póde :
 Agarra dos bandidos no cabello
 Pela rua os sacóde.

E ahí os mata ou ao peso da ironia
 Ou mais alto castigo !
 Não perdoa a suprema cobardia
 O tyranno—é o Inimigo.

E, então, pega no facho e o chega ao throno,
 E os pannos incendeia !
 Vã nas dobras um rei ou um Pio Nono,
 Nada ve, ve a idéa.

.....
 Porém, quando se ve tanta miseria,
 Como temos agora;
 E um povo jaz sem sangue pela arteria,
 A Liberdade chora.

Mathias Carvalho. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1886. p. 1.

860421 Tiradentes

Quereis saber-lhe a historia? Um rev'olucionario,
Eis tudo que elle foi. N'um marco milliario
Da estrada do porvir, o nome—só—deixou...
Porém {foi um corisco a penna que o traçou :
Assim é que se escreve a lucida epopéa
De quem abriu um sulco e fecundou uma idéa.

Foi grande : é o perfil commum para os heróes,
Cahio... para crescer:—assim caem os sóes.
Sonhou a redempção; no equívoco dos tormentos
Desfez-se o coração em rotos filamentos :

— Foi toda a sua gloria. A laurea perennal,
Quem a dá é o futuro,—o grande tribunal
Que canonisa um nome ou chumba uma memoria
Uma eterna grilheta—a maldição da historia.

Inundava-lhe a fronte um duplice esplendor ;
Sentio transfigurár-se, e teve por Thabor
Um degrão do patíbulo :—alta metamorphose,
De quem tem no martyrio a propria apothéose !

Na dolorosa via em que elle padeceu,
A estender-lhe a mão não teve um Cyrineu.
Mas subito parou, frio como o alabastro,
Dorava-se-lhe o cráneo, a converter-se em astro ;
Era o halito de Deus que ungia-lhe o perfil,
A saturar de luz a alma varonil.

Sacudia-lhe o ser estranho magnetismo :
Era a attração fatal da morte, o grande abysmo.
Então dentro de si, sentio-se serenar,
Como quem vê ao longe o fumo de seu lar
Erguer-se entre os clarões de rubras atmospheras.
As musicas da luz e os cantos das espheras,
Cahindo pelo azul em rapido espiral
Entravam-lhe no peito em ondas de crystal.
E o sol vibrava a prumo um fulgido estilhaço
Nos rochedos de além como em esculos de aço.

E nesse bracejar do homem para Deus,
Embora a inquisição condemne os Galileus,
Befervem sob a terra, em fermentar profundo,
Moleculas de um corpo ou atomos de um mundo.

.....
.....
Oh ! Prometheus da idéa, a vossa inspiração
Não sei si vem do céu ou vem do coração.

Francisco de Castro. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1886. p. 5.

860810 Rebate

E tudo isto é do povo ! esses galões, a farda,
Os fogosos corseis cobertos de platina,
Esse carro dourado, essa espada assassina,
O sceptro, o diadema, o palacio, a espingarda !

E o povo não se move e não se põe em guarda !
Sob as unhas cruéis das aves de rapina,
Roubado, esmorecido o clarão da retina,
Já não pôde esperar, que a morte já não tarda !

O' povo americano ! em coleras sagradas
Que sabem despertar da vida as energias,
Levantando o suffragio, erguendo as barricadas,

Põe um ponto final nas tuas agonias !
Levanta-te, Moysés, com as taboas inspiradas,
E aponta, ó Juarez, o fim das monarchias!

Mathias Carvalho. *Revista Federal*. Rio de Janeiro. 10 agosto 1886. p. 7.

880101 Pobre Pátria

Quero encher-me de azul, quero embeber-me em sol!
 — Diz um condor, no Céu, estendendo o pharol
 Do seu olhar, por toda a concava extensão
 Tremeluzente, e após agitando a amplidão
 Com as azas colossaes, de remiges enormes.

Não! — Responde no alto uma nuvem de informes
 Proporções, que nodôa a abobada azulada —
 Embebedar-te-hia o vinho da alvorada,
 Irias te abraçar na fornalha do Occaso!
 Não! Só has de espriar o teu vôo — no raso
 Horisonte vulgar que circumvolve os montes!

E a cabeça real verga o condor. Mil fontes
 De rubro sangue heroico escorrem-lhe das pennas
 Nesse esforço que faz contra a nuvem! Serenas
 Vão entretanto riudo as radiações do Céu...

* * *

Patria, o Condor és tu; esse retrato é o teu.
 A nuvem plumbea emá que as azas te arrebeta
 Chama-se Monarchia — a instituição odienta!

Izidoro Martins Junior. *Gazeta Nacional*. Rio de Janeiro. 1 janeiro 1888. p. 2.

880421 Ao Grande Mártir Mineiro

Somos teus filhos, Tiradentes. Vimos
 Trazer-te um goivo e um ramo de cypreste,
 Para que a voz do nosso amor te atteste
 Que andamos inda a levantar, nos cimos

Da pobre Patria,— aquelle templo augusto
 Que tu sonhavas construir de auroras!
 'Stamos ainda a morejar.... O adusto
 Sol do Equador bronzea-nos; as horas

Vão gottejando uma por uma do astro;
 E nós, enquanto os nossos paes—os velhos
 Ouvem do Throno os perfidos conselhos,
 Vamos beijando o teu cyclopeo rastro.

Izidoro Martins Junior. *Tiradentes*. Rio de Janeiro. 21 Abril 1888. p. 5.

880520 À Augusta Princesa Imperial Regente pela Abolição da Escravidão no Brasil

Tudo ao redor são festas e cantares!
Nunca tão alto som de alegres hymnos
Surgiu de toda a parte á voz dos sinos,
Nos seus gritos de bronze pelos ares!

Fugirão da cidade os seus pezares;
E' geral o prazer! Iguaes destinos
Irmanarão com os velhos os meninos,
Com as humildes choupanas os solares.

E cabe a vós, Senhora, tanta gloria,
Pois livrastes da dôr do captiveiro
Milhares de *infelizes* cuja historia

De longas dores é um poema inteiro!
Aceitai, pois, oh anjo da Victoria
Da patria livre o livre amor primeiro!

B. de M. *Chrysálida*. Rio de Janeiro. 20 maio 1888. p. 4.

880520 À Augusta Princesa Regente

Princeza, que és o idolo
Do povo brasileiro;
Que espedaçaste os vinculos
Do horrendo captiveiro;

Princeza, augusto symbolo
Da santa liberdade,
Que has de, vencendo os seculos,
Ir á immortalidade;

A teus egregios titulos
Hoje se uniu, Senhora,
O nobre, o formosíssimo
Brasão de -- Redemptora.

Por isso o povo em canticos,
Por entre benções mil,
Saúda a grande, a inclyta
Regente do Brazil.

Chrysálida. Rio de Janeiro. 20 maio 1888. p. 2.

Ao Povo Argentino

I

Povo ! chegou-te aos labios o destino
De amarguras as taças mais cruentas,
Mas, rolaram no chão despedaçadas
Por teu pulso latino !
Das procellosas crises lutulentas
Entre as conturbações ensanguentadas,
Sempre viril em face dos tyrannos,
Na conquista de tua liberdade,
Melteste, a suspender a tempestade,
Hombros americanos !

Os teus heróes, como na Roma antiga,
Do solo em fogo armados rebentavam !
Por tua gloria extremas de fadiga,
Indomitos soltavam
Teu pavilhão de Independencia aos ares !
A morte era uma sombra não temida ;
E, a metropole recuando espavorida,
Achava pouco para a fuga os mares !
Leão dos pampas ! para o céu aberto
Levantaste a cabeça vencedora !
Fizeste florescer no teu deserto
A gigantesca flóra
De um progredir tempestuoso e ardente !
Pelo mundo europeu rompes, de modo
Que tens na mão um continente todo...
E's a America do Sul unicamente !

Não recuas um passo ! te ensinaram
D'esse teu solo as forças mysteriosas,
Longos prantos que allí se derramaram
Em veias sanguinosas,
Um caminho sublime ! as sepulturas
Te mandam combater ! Combates tanto,
Que nos algemam n'um profundo espanto
Do amor da Patria as tuas armaduras !
Se houve traidores uma vez no meio
Do teu brilhante e milagroso passo,
Rebentavam tambem desse teu seio
Flagellações do espaço,
Raios—partindo o cráneo dos traidores !
E, dominando os turbilhões sangrentos,
Tua bandeira sôlta aos quatros ventos,
Juncas o chão de louros e de flores !
Em um concerto magestoso e vasto
Agitas o valor do esforço humano
D'artes e industrias luminoso rasto
O genio americano
Em gloriosos traços assignala.
Povo talhado p'os destinos grandes,
Basta encarar-se a immensidão dos Andes
Para o povo saber com quem se falla !

II

Agora, nós. Espectros atterrados,
Dentro de um vallo escuro, condemnados,
Cada um de nós o seu momento espera
De ir honrar o banquete imperial.
No entanto, *Oitenta e nove* nos dissera
Como devera estrangular-se a fera,
Despedaçar-lhe o salto triumphal !

Fracos ! a voz de *Desesete* ouvimos
E, temerosos, para traz seguimos,
Fomos beijar as purpuras de um throno,
Arrastando no lodo um corpo-vil !
E, dos clarins de *Vinte e quatro* ao entono
Dormimos da miseria um podre somno,
Um somno estrepitoso de... imbecil !
Fracos ! de *Trinta e cinco* o santo grito
Nos encontrou nas furnas do preito,
Sem leves sombras de um sentir humano
Tendo a lama em lugar de um coração !

Passa debalde o bafo soberano
Dos corseis do Progresso Americano
Em nossas faces que sem vida estão !

Somos um povo quasi morto e frio
O nosso olhar passeja um céu sombrio.
Vemnos aberta a rubida garganta
Da monarchia p'ra nos devorar !
E contra nós, suprema, se levanta
A sentença da Historia au. usta e santa
Para á valla commum nos arrojari !

Vai mitigada a dôr que nos consome
Quizado da dynastia accesa a fome,
Nos atira um barço no pescoço...
Sóu um de vós do inferno para a luz !
Tu bem ves o prazer immenso e nosso,
Quando as legiões do imperio em peso grosso
Passam revista aos nossos corpos nus !

Tributo pago á natureza ardente
Do Novo Mundo, em nosso corpo argente
Um raio humano agora foi passando...
Feriu-nos n'alma um singular horror !
Mais fracos do que nós, estrebuchando
Vimos ao nosso lado irmãos chorando
Quasi soltando um ultimo estertor.

Nos movemos então. Despedaçados
Foram troncos crueis e levantados
Nossos irmãos ao peito os abraçamos !
Condemnados comnosco irão morrer !
Fracos ! nem mesmo as bordas alcançamos
Do abysmo negro em que nos collocamos
Em fuga das batalhas do dever !

Em toda nossa vida tormentosa
 Sómente appareceu essa scintella
 E esforço, que julgaes cousa assombrosa,
 Porque nos viste sempre, baixa orelha,
 Vergastados sein dó, eruentamente,
 Presos á corda como mansa ovelha,
 Com a marca—*imperial*—a ferro quente.

III

Possam as tuas vozes levantar-nos
 Com o esplendor de americanas almas,
 Possa esse enorme aruideo embriagar-nos,
 Do estrondoso calor das tuas palmas,
 E que, vingandó os altos deste abysmo,
 Recebamos d'America o baptismo!

Depois... travada a nobre lucta humana
 Da conquista de nossa liberdade
 Com as explosões da força mexicana,
 Seria visto na moderna idade
 Fallarem entre si dois povos grandes
 Como o Amazonas fallaria aos Andes!

Mathias Carvalho. *Gazeta Nacional*. Rio de Janeiro. 28 maio 1888. p. 2.

881123 Lívida canalha

« A liberdade não se supplica de joelhos,
 conquista-se com a espada.
 EMILIO CASTELLAR.

Vamos! ao gosto de vós, oh! lívida canalha,
 De tudo o que detesta as purpuras reaes,
 Do misero paria, de todo o que trabalha
 Para a queda dos reis, dos rabidos chucões...

Que os despótas varreis a fogo de metralha,
 Que nas praças, marchando, altivos triumphaes
 Dos Cezares crueis no forte da batalha,
 No sangue a grande idéia, cantando baptisaes...

Estale a dynamite, as massas de petroleo,
 Que se vão rebentar, rugindo, contra o sóleo...
 E caminhe o porvir, retroceda o passado.

De perto já se vê a luminosa auróra,
 Que vem illuminar um povo q'ainda chora
 De TIRA-DENTES sobre o corpo estrangulado!...

Ratcliff. *A Metralha*. Rio de Janeiro. 23 novembro 1888. p. 4.

890605 O Programa Liberal²⁶

As cousas vão muito mal,
 De um modo quasi indecente !
 O que é feito, minha gente,
 Do programma liberal ?

Pois a grey é convocada,
 Novas idéas proclama,
 E embucha com o programma,
 Não o publica, nem nada !...

Depois vai correr a fama,
 Vai a todos parecer,
 Que foi só para ingloz vêr
 Que tratou-se de programma...

Quarem subir ao poleiro,
 Fazem programma em segredo,
 Porém, depois, tomam medo...
 Zaz... programma no tintolru.

Isso já transpõe a ruia,
 Os limites da decencia ;
 Tenham santa paciencia...
 — Olha o programma que saia !...

O Constitucional. Rio de Janeiro. 5 Junho 1889. p. 1..

890807 Nobreza e Fidalguia

A réalezã, nos salões douradõs,
 Nobreza e fidalguia espalha a rôdo,
 Ser lacaios do rei e seus creados
 De fatuos imbecis é hoje engodo ;
 No venturoso cortejo todos vergados,
 Despem o brio, rojam pêlo lôdo.
 Astro de luz, soberba Liberdade
 O céu te ampare oh ! etherea magestade.

Do galardão, que a sabia lei primeira
 Ao sabor, á virtude consagrara
 Abriu-se a desprezada, grande feira,
 E a riqueza indolente ao peito alçara.
 O servilismo, a adulação rasteira
 Das fardas no lavôr a engastara
 E agora o premio que o valor vestia
 Cobrem de apupo, escárnio, zombaria.

Fabio. *República Brasileira*. Rio de Janeiro. 7 Agosto 1889. p. 2.

²⁶ Texto que antecede o poema:

“Não há meio de fazer sair o programa liberal, votado aos 23 de Maio último, como disse o *Diário de Notícias*.
 A ansiedade pública é geral e imensa.

A deserção para o voto em separado do Sr. Ruy Barbosa já começa a operar-se.

Não é possível que o partido liberal faça um programa para ficar sem gente.

Acreditamos antes que essa obra tivesse sido feita para não ser executada; mas para não ser publicada, isso é que não.

Em todo caso os poetas já começam a fazer trovas, que explicam o desprestígio da prosa empregada para que o novo programa, espécie de novo *reforma de secos e molhados*, venha a lume.

O mote – *Olha o programa que saia* já foi assim glossado:” (Itálicos no original)

890818 Nobreza e Fidalguia

Aquelle que só vive de trapaça
 E á custa da viuva vae comendo,
 Ou que do orpham, com ardil—e traça
 A gorda ou magra herança está regendo,
 Depois de farto o bucho, quando passa,
 Cortejos, saudações estão chovendo ;
 Logo em premio do cruel labor
 E' feito official, commendador !
 Aquelle que ao balcão de suja venda
 E sempre astucioso como um rato
 Que exerce a profissão que mais lhe renda
 Tirando ao lansquenet o seu barato,
 E que furtos aos creados encommenda
 Passando a negociante de grosso trato,
 E' de merecimento um fundo poço,
 E' muito honesto, muito bello moço !

Fabio. *República Brasileira*. Rio de Janeiro. 18 Agosto 1889. p. 2.

890907 A independência do Brasil

Já quasi o collo ás barbaras cadeias
 Dobravas ao inimigo ;
 Quando lá do Oriente scintillando
 Surde do grande Heróe a fausta Estrella.

(ELPINO NONACRIENSE).

I

Que torpor... Que silencio... Quem te aterra, Brazil ?!
 Tu não és a Estrella do Novo Mundo ?
 Não rege os teus destinos um Sabio Rei ?
 Por que vacillas ?
 Tu voltas o teu semblante, que é risonho,
 Neste teu Nobre e orgulhoso Dia !
 Não ; a fronte ergue, que este Dia é teu,
 Empunha, Brazil, teus trophéos de glorias,
 Tua — Egide é a Verde Palma brilhante,
 De novo planta-a no campo do Ypiranga
 Como naquelle Dia tão transitorio !
 Que teu Povo Unido alli bradou
 O Santo Nome Independencia ou Morte.

II

Memorai, Brasileiros, este venturoso Dia !
 Que não foi derradeiro e sim primeiro
 Que tiveste o Nome e tambem glorias
 Quando o Heróe ! o immortal Pedro !
 Liberal Principe adorar soube
 Santa Lei manter e seus dictames ;
 Soube elle e denodados Paulistas
 Manietar o laço ! laço que é forte
 Desta tão Nobre Independencia.

III

Não mais se esvaeça em nobres peitos
 Esta chamma electrica de tantos feitos
 Que retumbou do Amazonas ao Prata !
 Quando ditoso Ypiranga a confirmou,
 Alli se gravou em laminas d'oiro !
 O primogenito Dia ! da historia nossa
 Assim tiveste oh ! Brazil o nobre Dom,
 Dom por excellencia Independente.

7 de Setembro de 1838.

O sócio Antonio José Nunes Garcia. *Revista da Sociedade Commemorativa da Independência do Império do Rio*. Rio de Janeiro. 1889. p. 36-37.

890907 Salve!...

Eia, o' minha Patria!... ouvi o canto
 Do implume vate que teu seio aninha :
 Envolta co'o prazer no doce encanto
 Ouvi a rouca voz, rude e mesquinha.
 De Venus o cantor eu ser quizera,
 P'ra cantar altos dons que o Céu te déra.

Patria, Constituição, Pedro Segundo,
 Serão do nosso bem o guia e norte,
 Seja nosso brazão t'è haver mundo
 União, valor, Independencia ou Morte!
 Ter valor, ser leal, grato e humano
 Este o genio do povo Americano.

Fuja de Pedro anarchico perigo,
 Em luta com a traição tenha Victoria
 A seu lado tem sempre um povo amigo
 Que preza mais que a vida a honra e gloria!...
 E terá por gratidão em seu abono
 De livres corações seguro o Throno.

Sim, piedoso Heròe, da Patria esteio!
 Da Brazilia Nação Monarcha Excelso!
 Brillhante mimo que do Céu nos veio!...
 Ah! jámais comnosco viverás oppresso.
 Junto à Estyrpe Augusta, grata e bella
 Os aureos dons do Céu gozai com ella.

Henrique G. d'Oliveira. *Revista da Sociedade Commemorativa da Independência do Império do Rio*. Rio de Janeiro. 1889. p. 34.

891212 Avante²⁷

I

Se abater os privilégios,
 Q'inda ostenta a fidalguia
 Espúria e improvisada
 Pela boçal monarquia,
 D'um povo altivo é dever;
 Há também outro querer
 De ordem primordial;
 – Ao lado da liberdade,
 Instalar a igualdade,
 É um supremo ideal.

II

Ergamos todos a destra,
 Juremos perante o mundo
 – Não consentir outra rei
 Depois de Pedro Segundo.
 Ensinar nosso filhos
 Detestar régios caudilhos,
 Abalar o trono vil
 Seja nossa aspiração
 – Constitui obrigação,
 D'um povo altivo e viril!

III

O solo da pátria exige
 Que de sua grande extensão,
 Sejam varridos os déspotas
 Por justa revolução;
 À este Pólipo danado
 Que nos tem tanto sugado,
 Que se chama – monarquia,
 – Ditai, ao povo o decreto
 Para que seja completo
 O termo da tirania.

IV

Esta forma de governo
 Que nos suga e atrofia,
 Só tem por fim abater
 A nossa soberania;
 Juremos perante o mundo
 O desprezo mais profundo
 Consagrar à realeza.
 Corramos a praça pública
 Brasileiros – Viva a República
 Entoando a Marselhesa.

Rio 26 de Janeiro de 1888.

José Francisco da Conceição. *Republica Brasileira*. 12 dezembro 1889. p. 3.

27 Último paragrafo do texto que antecede o poema: “Como é preciso que o governo e o povo, que de agora em diante vai tomar conta de seus destinos, saibam quais foram os apóstolos da sua liberdade, resolvemos transcrever em nossa coluna a patriótica poesia, aliás transcrita já em jornais de outras localidade da província de S. Paulo.”